REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXX - Nº 017 QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2015/2016)

PRESIDENTE	EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
1º VICE-PRESIDENTE	WALDIR MARANHÃO (PP-MA)
2º VICE-PRESIDENTE	GIACOBO (PR-PR)
1º SECRETÁRIO	BETO MANSUR (PRB-SP)
2º SECRETÁRIO	FELIPE BORNIER (PSD-RJ)
3ª SECRETÁRIA	MARA GABRILLI (PSDB-SP)
4º SECRETÁRIO	ALEX CANZIANI (PTB-PR)
1º SUPLENTE	MANDETTA (DEM-MS)
2º SUPLENTE	GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP)
3ª SUPLENTE	LUIZA ERUNDINA (PSB-SP)
4º SUPLENTE	RICARDO IZAR (PSD-SP)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 659**, de 10 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 11, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 1.773.069.612,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 11 de fevereiro de 2015.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 10ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Expediente

IV – Breves Comunicações

VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA) – Congratulações ao Vereador Suíca pela eleição como Líder da Oposição na Câmara Municipal do Município de Salvador, Estado da Bahia. 021

CAETANO (PT, BA) – Preocupação do orador com impasse contratual entre a PETROBRAS e a empresa Braskem, fornecedora de nafta para a indústria química. Apelo ao Ministro de Minas e Energia e ao Presidente da estatal para resolução da questão. 021

PADRE JOÃO (PT, MG) – Anúncio de instalação da Comissão Especial da PEC da Reforma Política. Expectativa de participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB nos debates. 022

VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC) – Pedido de apoio dos Parlamentares para aprovação do Projeto de Lei nº 4.246, de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista e revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 2012, a chamada Lei dos Caminhoneiros. 022

CHICO LOPES (PCdoB, CE) – Pedido de inclusão nos Anais da Câmara dos Deputados de artigo intitulado *Dedé de Castro – desaparece um dos últimos jornalistas românticos*, de autoria do jornalista Paulo Verlaine. 022

ALICE PORTUGAL (PCdoB, BA) – Expectativa de ação da Câmara dos Deputados com base na legalidade e no acatamento da vontade popular. Repúdio à proposta de *impeachment* como forma de retirada do poder das mãos do povo. 024

HÉLIO LEITE (Bloco/DEM, PA) – Agradecimento aos Deputados pela assinatura de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2015, que altera o art. 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de bancada. 024

AFONSO HAMM (Bloco/PP, RS) – Redução do índice de mortes nas estradas brasileiras, segundo estatísticas da Polícia Rodoviária Federal. Apresentação de proposição de autoria do orador com vistas à criação de terceira faixa nos aclives das rodovias federais e estaduais. 024

IVAN VALENTE (PSOL, SP) – Críticas ao financiamento privado de campanha eleitoral. Compromisso de atuação como membro titular da CPI da PETROBRAS pelo combate à corrupção e à privatização da PETROBRAS. 025

ZÉ GERALDO (PT, PA) – Apresentação do Projeto de Lei nº 276, de 2015, que estabelece a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC à contratação de bens e serviços pela PETROBRAS. 027

SANDRO ALEX (Bloco/PPS, PR) – Aprovação pela Casa de proposta sobre o chamado orçamento impositivo. Instalação de Comissão Especial destinada ao exame de proposição relativa à reforma política. 027

RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC, MG) – Defesa de realização de investimentos na melhoria da malha rodoviária brasileira. 028

HEITOR SCHUCH (Bloco/PSB, RS) – Crise da cadeia produtiva leiteira no Estado do Rio Grande do Sul. Presença em Brasília, Distrito Federal, de representantes da categoria, para apresentação ao Governo Federal de sugestões para o enfrentamento da questão. 028

EDINHO BEZ (Bloco/PMDB, SC) – Expectativa de realização da reforma política. 029

ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP, SC) – Regozijo com os trabalhos legislativos da Casa no início da 55ª Legislatura. Expectativa de estabelecimento de acordo entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura com relação à Portaria nº 455, de 2014, sobre o reconhecimento de novas espécies em extinção. 029

ANTONIO BRITO (Bloco/PTB, BA) – Agradecimentos pela adesão à Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área da Saúde. Defesa de reabertura do Programa

de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS. 030

RÔMULO GOUVEIA (PSD, PB) – Posse do Conselheiro Waldir Neves Barbosa no cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. Assunção do Governo do Estado da Paraíba pela Vice-Governadora, Lígia Feliciano, em caráter interino. 030

DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PTN, MG) – Repúdio à depredação e queima de ônibus de passageiros a mando do crime organizado. Urgente alteração da Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal) e de outros dispositivos legais para efetivo combate à criminalidade no País. 031

EVAIR DE MELO (Bloco/PV, ES) – Desempenho significativo da produção industrial capixaba em 2014, segundo levantamento do IBGE. Expectativa de novos investimentos privados e aumento considerável do número de postos de trabalho até 2017, segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES. 031

JOSÉ AIRTON CIRILO (PT, CE) – Falecimento do jornalista cearense Dedé de Castro. 032

EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA) – Transcurso dos 10 anos da morte da missionária norte-americana Dorothy Stang por pistoleiros, no Estado do Pará. Elevado número de mortes em conflitos rurais na Amazônia. 032

MARIA DO ROSÁRIO (PT, RS) – Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 352, de 2013, que torna o voto facultativo, modifica o sistema eleitoral e de coligações, dispõe sobre o financiamento de campanhas eleitorais e dá outras providências. Necessidade de consulta à sociedade brasileira sobre a reforma política. 032

JORGE SOLLA (PT, BA) – Congratulações ao Governo Federal pelos avanços no Programa Mais Médicos. 032

PAULO FOLETTO (Bloco/PSB, ES) – Destinação de emendas ao Orçamento de autoria do orador ao Município de Colatina, Estado do Espírito Santo. Empenho da Prefeitura da municipalidade pela liberação das verbas, destinadas a melhorias urbanas. 033

PRESIDENTE (Carlos Manato) – Leitura de Atos da Presidência de criação de Comissões Especiais destinadas à elaboração de proposta de Lei Orgânica da Segurança Pública no Brasil; à emissão de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 70-A, de 2011, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional; e à emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.572, de 2011, que intitui o Código Comercial. 033

VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA – Pela ordem) – Pauta de reivindicações apresentada pelos Deputados integrantes do núcleo agrário da bancada do PT em audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. Expectativa de avanços no meio rural brasileiro. 034

CARLOS MANATO (SD, ES) – Congratulações ao Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, pela instituição da CPI da PETROBRAS. Descontentamento com a indicação pela Presidenta da República do novo presidente da estatal. Expectativa de êxito dos trabalhos da nova Comissão Especial destinada à concatenação da reforma política. Regozijo com a aprovação pela Casa da chamada PEC do Orçamento Impositivo. 034

CAETANO (PT, BA – Pela ordem) – Resposta a críticas da Oposição à nomeação do novo Presidente da PETROBRAS. Transcurso do 35º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Elogio às políticas públicas promovidas pelos Governos do PT. Expectativa de retomada do ciclo de desenvolvimento nacional no segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Defesa de tributação sobre grandes fortunas. 035

PRESIDENTE (Carlos Manato) – Leitura de Atos da Presidência de criação de Comissões Especiais destinadas à emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 6.583, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências; e ao Projeto de Lei nº 6.869, de 2010, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. 036

VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB, SP) – Congratulações ao Presidente Eduardo Cunha pela criação de Comissão Especial destinada ao exame de projeto de lei sobre proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. 036

KEIKO OTA (Bloco/PSB, SP) – Aumento da criminalidade e da violência no País, em especial no Estado de São Paulo. Caráter bárbaro e brutal do assassinato da guarda civil metropolitana Ana Paola Teixeira, na frente do filho, na cidade de São Paulo. Empenho da oradora por maior rigor da legislação penal brasileira na punição por crimes hediondos. 036

PADRE JOÃO (PT, MG – Pela ordem) – Objetivos do Núcleo Agrário da bancada do Partido dos Trabalhadores. Reunião dos Deputados petistas integrantes do Núcleo com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, para tratativas acerca da efetivação da reforma agrária no Brasil. 037

ALIEL MACHADO (PCdoB, PR) – Mobilização de professores e servidores públicos do Estado do Paraná contra o Governo Beto Richa. Posicionamento pela ampla investigação, no âmbito da CPI da PETROBRAS, de casos de corrupção na estatal, a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso. 037

ALICE PORTUGAL (PCdoB, BA – Pela ordem) – Acerto da meta do Governo Federal de projeção do Brasil a Pátria Educadora. Engajamento da oradora em construção de políticas públicas voltadas para a educação. 038

CHICO LOPES (PCdoB, CE – Pela ordem) – Contrariedade em relação à proposta apresentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para o reajuste das tarifas de energia elétrica do Estado do Ceará. 038

PRESIDENTE (Carlos Manato) – Leitura de Atos da Presidência sobre a criação de Comissões Especiais destinadas a emissão de parecer ao Projeto de Lei n° 4.238, de 2012, do Senado Federal, que altera o art. 19 da Lei n°

7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores; e ao Projeto de Lei nº 2.412, de 2007, que dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. 039

HÉLIO LEITE (Bloco/DEM, PA – Pela ordem) – Inconformismo do orador com a falta de energia elétrica para os moradores das cercanias da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará. Apelo às concessionárias do Estado e ao Governo Federal pela resolução da distorção. 039

ONYX LORENZONI (Bloco/DEM, RS) – Presença na Casa de lideranças sindicais brasileiras. Posicionamento contrário à proposta apresentada pelo Governo Federal de flexibilização das leis previdenciárias. 040

ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE – Como Líder) – Críticas à política de elevação da taxa de juros adotada pela equipe econômica do Governo Federal. Acerto da Presidenta Dilma Rousseff na escolha do novo diretor da PETROBRAS. Importância da manutenção do projeto de construção de duas novas unidades de refino nos Estados do Ceará e do Maranhão. 041

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Reclamação à Presidência da Casa acerca da não concessão da palavra à Deputada para dar como lido um discurso. 042

PRESIDENTE (Carlos Manato) – Resposta à Deputada Benedita da Silva. 042

AFONSO HAMM (Bloco/PP, RS – Pela ordem) – Preocupação com o alto índice de acidentes fatais nas estradas brasileiras. Necessidade de construção de terceira faixa nos trechos de aclive das rodovias. Pedido às autoridades de reforço no policiamento rodoviário federal. Posicionamento do orador sobre a proposta da reforma política em análise na Comissão Especial criada pela Presidência da Casa. 042

PRESIDENTE (Carlos Manato) – Esclarecimento acerca do tempo regimental concedido aos Deputados Caetano e Onyx Lorenzoni para pronunciamento na tribuna. 043

IVAN VALENTE (PSOL, SP – Pela ordem) – Repúdio ao financiamento privado de campanhas eleitorais. Posicionamento contrário à aprovação da Reforma Política com a permissão da prática. 043

AFONSO HAMM (Bloco/PP, RS – Pela ordem) – Pedido à Mesa de veiculação do pronunciamento do orador no programa *A Voz do Brasil*. 043

ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Apresentação de projeto de lei com vistas à proibição de contratação simplificada na modalidade carta-convite no âmbito da PETROBRAS. Críticas à forma de abordagem da mídia sobre política no Brasil. 044

RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC, MG – Pela ordem) – Importância do debate na Casa de assuntos relacionados ao profissional motorista e seus respectivos direitos, bem como à situação da malha rodoviária brasileira. Elevado número de acidentes nas estradas de Minas Gerais. Mais atenção dos motoristas durante o período carnavalesco. Destaque do carnaval de rua no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. 044

BENJAMIN MARANHÃO (SD, PB) – Visita do orador a Municípios paraibanos atingidos pelas secas. Importância cultural da Vaquejada no Município de Alagoa Grande, Estado da Paraíba. Compromisso do mandato parlamentar com a defesa do campo e do setor produtivo agropecuário, e com a preservação das tradições relativas à Vaquejada. 045

DANIEL COELHO (Bloco/PSDB, PE) – Importância da instalação da Comissão Especial da Reforma Política. Anseio da sociedade por mudanças nas regras dos processos eleitoral e político. Críticas a problemas específicos do sistema eleitoral vigente. 045

V – Ordem Do Dia

MARCO ANTÔNIO CABRAL (Bloco/PMDB, RJ – Pela ordem) – Agradecimentos pela eleição do orador. Assunção pelo Parlamentar da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude do Governo do Rio de Janeiro. Expectativa de retorno à Câmara dos Deputados. 053

JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO – Pela ordem) – Pedido ao Presidente Eduardo Cunha de início da Ordem do Dia com votação do projeto dos caminhoneiros. 054

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação do requerimento sobre a votação em globo dos requerimentos de convite a Ministros de Estado para prestarem no Plenário da Casa informações relativas às suas respectivas Pastas. 054

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação dos requerimentos referentes a convites a Ministros de Estado para Comissão Geral no plenário da Câmara. 054

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Continuação da votação, em turno único, das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.246-A, de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências. 094

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 4, do Senado Federal. 094

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC). 094
MARCO ANTÔNIO CABRAL (Bloco/PMDB, RJ – Pela ordem) – Pedido de divulgação de discurso anterior do orador no programa *A Voz do Brasil*. 094
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputado, HUGO LEAL (PROS, RJ), ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP, SC), NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB, SP), JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO). 094
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC), JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO), DANIEL COELHO (Bloco/PSDB, PE), AFONSO FLORENCE (PT, BA), HEULER CRUVINEL (PSD, GO), LINCOLN PORTELA (PR, MG), ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE), JÔ MORAES (PCdoB, MG). 095
ZÉ SILVA (SD, MG – Pela ordem) – Orientação da respectiva bancada. Pedido à Presidência de esclarecimento sobre a matéria em votação. 096
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta ao Deputado Zé Silva. 096
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC). 096
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ZÉ SILVA (SD, MG), IVAN VALENTE (PSOL, SP), CÉSAR HALUM (Bloco/PRB, TO), ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB, AM), HUGO LEAL (PROS, RJ), RONALDO LESSA (PDT, AL). 096
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aprovação da emenda. 096
Supressão do § 8º do art. 168 da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 5º do projeto. 096
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de destaque para votação em separado dos arts. 16 e 17 constantes da emenda supressiva nº 12, do Senado Federal, com vistas à manutenção dos referidos artigos no texto original do Projeto de Lei nº 4.246, de 2012. 096
Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO). 097
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados HUGO LEAL (PROS, RJ), VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC). 097
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados AFONSO FLORENCE (PT, BA), VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC), ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB, SP), VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC), AFONSO FLORENCE (PT, BA), NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB, SP). 097
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP, SC), JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO), VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB, SP), MARCELO ARO (Bloco/PHS, MG). 098
LINCOLN PORTELA (PR, MG – Pela ordem) – Sugestão à Presidência de votação em separado dos arts. 16 e 17 constantes da matéria. 098
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta ao Deputado Lincoln Portela. 099
SILVIO COSTA (Bloco/PSC, PE) – Questão de ordem sobre inversão da ordem de votação dos destaques. 099
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC). 099
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta à questão de ordem do Deputado Silvio Costa. 099
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados AFONSO FLORENCE (PT, BA), JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO). 100
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados AFONSO FLORENCE (PT, BA), DIEGO ANDRADE (PSD, MG), MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR, AL), ROBERTO ALVES (Bloco/PRB, SP), RONALDO LESSA (PDT, AL), ZÉ SILVA (SD, MG), JÔ MORAES (PCdoB, MG), JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP, RS), DOMINGOS NETO (PROS, CE), CHICO ALENCAR (PSOL, RJ), ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB, AM), HUGO LEAL (PROS, RJ), JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP, RS), DIEGO ANDRADE (PSD, MG), ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP, SC), JÔ MORAES (PCdoB, MG), JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/DEM, BA), JÔ MORAES (PCdoB, MG), SANDRO ALEX (Bloco/PPS, PR), ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP, SC). 100
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Rejeição dos artigos destacados. 102
VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB, SP) – Pedido de verificação de votação. 102
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deferimento do pedido de verificação. 102
SILVIO COSTA (Bloco/PSC, PE – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a manutenção do texto do Senado. 102
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta ao Deputado Silvio Costa. 102
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP, RS), NILSON LEITÃO (Bloco/PSDB, MT), CELSO MALDANER (Bloco/PMDB, SC), SANDRO ALEX (Bloco/PPS, PR), JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP, RS), NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB, SP), JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/DEM, BA), HUGO LEAL (PROS, RJ), JÔ MORAES (PCdoB, MG), DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PSDB, MG), ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE), JÔ MORAES (PCdoB, MG), POMPEO DE MATTOS (PDT, RS). 102
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Encerramento da votação. 104
Manutenção dos arts. 16 e 17. 104
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados LUIZ COUTO (PT, PB), DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PSDB, MG), EVAIR DE MELO (Bloco/PV, ES). 111

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Declaração de prejudicialidade do destaque do PPS relativo ao art. 17. 111

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de destaque para votação em separado dos artigos 18 e 19, constantes da Emenda Supressiva nº 2, do Senado Federal, com a finalidade de manutenção dos referidos artigos. 112

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC, MG), LUIZ CARLOS BUSATO (Bloco/PTB, RS), ANTONIO BRITO (Bloco/PTB, BA), ELIZIANE GAMA (Bloco/PPS, MA), PASTOR EURICO (Bloco/PSB, PE), AFONSO HAMM (Bloco/PP, RS), SILVIO TORRES (Bloco/PSDB, SP), CLARISSA GAROTINHO (PR, RJ), JÚLIO CESAR (PSD, PI), PAULO ABI-ACKEL (Bloco/PSDB, MG), VALTENIR PEREIRA (PROS, MT), PROFESSORA MARCIVANIA (PT, AP), BENEDITA DA SILVA (PT, RJ), ALICE PORTUGAL (PCdoB, BA), RONEY NEMER (Bloco/PMDB, BA), RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC, MG). 112

NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB, SP) – Constatação de excesso de assessores de partido no plenário. Encaminhamento da votação. 113

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados MÁRCIO MARINHO (Bloco/PRB, BA), ANTONIO BRITO (Bloco/PTB, BA), LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB, MG), DANILO FORTE (Bloco/PMDB, CE), GERALDO RESENDE (Bloco/PMDB, MS), RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC, MG). 113

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC). 113

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados KEIKO OTA (Bloco/PSB, SP), JULIO LOPES (Bloco/PP, RJ). 113

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado CELSO MALDANER (Bloco/PMDB, SC). . 113

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados JOSE STÉDILE (Bloco/PSB, RS), RONALDO FONSECA (PROS, DF), BRUNNY (PTC, MG), RONALDO FONSECA (PROS, DF), ROBERTO ALVES (Bloco/PRB, SP)..... 114

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB, SP)... 114

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados CARLOS GOMES (Bloco/PRB, RS), PAULÃO (PT, AL), JORGE CÔRTE REAL (Bloco/PTB, PE). 114

Usou da palavra para uma Comunicação de Liderança o Sr. Deputado JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO).... 114

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP, RS). 115

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB, SP). 115

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP, RS), NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB, SP), ALEX MANENTE (Bloco/PPS, SP), DIEGO ANDRADE (PSD, MG), BILAC PINTO (PR, MG), ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE), ZÉ SILVA (SD, MG), JÔ MORAES (PCdoB, MG), CHICO ALENCAR (PSOL, RJ), CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB, SP), CARLOS ZARATTINI (PT, SP), MACEDO (PSL, CE), ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB, AM), HUGO LEAL (PROS, RJ). 115

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Rejeição do requerimento. 116

Supressão dos artigos destacados. 116

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados JOSÉ AIRTON CIRILO (PT, CE), WALTER IHOSHI (PSD, SP), GORETE PEREIRA (PR, CE). 116

ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB, AM – Como Líder) – Incongruência entre as promessas de campanha e as ações do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Gravidade da crise na PETROBRAS. Importância da atuação imparcial dos Deputados indicados para o exercício da Presidência e da Relatoria da CPI da PETROBRAS. Críticas à indicação do Senador Eduardo Braga para o cargo de Ministro de Minas e Energia. Defesa de manutenção da liberdade de imprensa. Redução dos índices de aprovação popular do Governo Dilma Rousseff. 116

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 17.. 116

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, a Sra. Deputada LEANDRE (Bloco/PV, PR)..... 117

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado DIEGO ANDRADE (PSD, MG)..... 117

Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados JÔ MORAES (PCdoB, MG), VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB, SC). 117

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado GIVALDO CARIMBÃO (PROS, AL)..... 119

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP, RS)..... 119

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO), DANIEL COELHO (Bloco/PSDB, PE), BEBETO (Bloco/PSB, BA), AFONSO FLORENCE (PT, BA), DIEGO ANDRADE (PSD, MG), LINCOLN PORTELA (PR, MG), ROBERTO ALVES (Bloco/PRB, SP), JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP, RS), RONALDO LESSA (PDT, AL), ZÉ SILVA (SD, MG), ORLANDO SILVA (PCdoB, SP), ROBERTO ALVES (Bloco/PRB, SP), BETO SALAME (PROS, PA), EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA), MACEDO (PSL, CE), ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB, AM), HUGO LEAL (PROS, RJ), ZÉ SILVA (SD, MG). 119

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Rejeição da emenda. 122

Votação e aprovação da redação final. 122

Encaminhamento da matéria à sanção presidencial. 122

IVAN VALENTE (PSOL, SP – Pela ordem) – Registro de voto favorável à emenda do Senado Federal..... 130

DIEGO ANDRADE (PSD, MG – Pela ordem) – Registro de voto favorável à emenda do Senado Federal..... 130

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ – Como Líder) – Posicionamento do PSOL acerca do Projeto de Lei nº 5.943, de 2013, que disciplina a jornada de trabalho do motorista profissional. Congratulações ao MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto pelo sucesso das ocupações de terra no Distrito Federal. Transcurso dos 10 anos do falecimento da missionária norte-americana Dorothy Stang. Posicionamento do PSOL acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 358, de 2013, sobre a adoção do orçamento impositivo. 130

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado LAERTE RODRIGUES BESSA (PR, DF). 134

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.502, de 2013, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei das Contravenções Penais, apensado ao Projeto de Lei nº 6.869 de 2013. 134

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.447, de 2007, que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. 135

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.594, de 2011, que dispõe sobre a custódia de presos nas unidades das Polícias Federal e Civis dos Estados e do Distrito Federal. 135

AFONSO FLORENCE (PT, BA – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a pauta em votação. 135

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta ao Deputado Afonso Florence. 135

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado DÉCIO LIMA (PT, SC). 135

CARLOS ZARATTINI (PT, SP – Como Líder) – Contestação do discurso do Líder da Minoria na Casa sobre a gravidade da crise na PETROBRAS. Defesa de investigação das denúncias de corrupção no órgão durante o Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Razões do aumento da tarifa de energia elétrica. Acerto da política de concessão de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Redução da taxa de desemprego no País. 135

GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB, RJ – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a existência de requerimentos de inscrição para discussão da matéria. 137

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta ao Deputado Glauber Braga. 137

AFONSO FLORENCE (PT, BA – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de informação ao Plenário sobre o número de requerimento aprovado. 137

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta ao Deputado Afonso Florence. 137

ERIKA KOKAY (PT, DF – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de retificação de projeto de lei apensado a projeto de lei relativo a alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. 137

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta à Deputada Erika Kokay. 137

AFONSO FLORENCE (PT, BA – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de encaminhamento pelo PT de votação de requerimentos. 137

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta ao Deputado Afonso Florence. 137

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado AFONSO FLORENCE (PT, BA). 137

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado IVAN VALENTE (PSOL, SP). 138

LINCOLN PORTELA (PR, MG – Pela ordem) – Informação à Presidência sobre consenso para votação da matéria. 138

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada a Sra. Deputada ELIZIANE GAMA (Bloco/PPS, MA). 139

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aprovação de requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.594, de 2011. 139

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 7.699, de 2006, que institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências. 139

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ARNALDO JORDY (Bloco/PPS, PA). 139

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB, RJ). 140

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aprovação do requerimento de urgência. 140

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 23, de 2015, que acrescenta o § 8º ao art. 29 da Lei nº 9.096, de 1995. 140

AFONSO FLORENCE (PT, BA – Pela ordem) – Contrariedade do PT à aprovação do requerimento. Solicitação à Presidência de votação nominal da matéria. 140

MENDONÇA FILHO (Bloco/DEM, PE – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de orientação da respectiva bancada diante de posicionamento do PT. 140

AFONSO FLORENCE (PT, BA – Pela ordem) – Retirada do pedido de votação nominal da matéria. 140

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aprovação do requerimento de urgência. 141

MENDONÇA FILHO (Bloco/DEM, PE – Pela ordem) – Congratulações ao Deputado Afonso Florence pelo cumprimento de acordo para votação de requerimento. Compromisso do orador com o Deputado Miro Teixeira de realização de ampla discussão do mérito de projeto de lei que trata de restrições à criação de partidos políticos. 141

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Resolução nº 151, de 2012, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre a organização da agenda, a Ordem do Dia e as sessões ordinárias. 141

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado AFONSO FLORENCE (PT, BA). 141

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação de requerimento para a apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 7.370, de 2014. 141

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação de requerimento de instalação da Comissão Temporária Externa, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como Transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. 141

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Registro de subscrição do Deputado Elziane Gama ao requerimento. 142

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação de requerimento de criação de Comissão Temporária Externa, com ônus da Câmara dos Deputados, destinada a fazer levantamento *in loco*, bem como acompanhar e fiscalizar os fatos relativos ao cancelamento da construção das Refinarias Premium I e Premium II, respectivamente nos Estados do Maranhão e do Ceará, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações, além de outros atos que julgue necessários para consecução dos objetivos da Comissão. 142

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados LINCOLN PORTELA (PR, MG), VALADARES FILHO (Bloco/PSB, SE). 142

WEVERTON ROCHA (PDT, MA – Como Líder) – Importância de aprovação de requerimento de criação de Comissão Externa Temporária da Casa para acompanhamento e fiscalização de fatos relativos ao cancelamento pela PETROBRAS da construção das Refinarias Premium I e II, respectivamente nos Estados do Maranhão e Ceará. Necessidade de retomada das obras. 142

NEWTON CARDOSO (PMDB, MG – Pela ordem) – Reiteração de apoio do PMDB a proposição relativa à manutenção do pagamento de horas extras aos caminhoneiros. 143

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS:

JEFFERSON CAMPOS (PSD, SP) – Preocupação do orador com o aumento do número de casos de dengue no País. Regozijo com o aumento da eficácia dos tratamentos e com a consequente redução do número de óbitos decorrentes da doença. Alerta para os casos de febre *chikungunya* diagnosticados nos Estados da Bahia e de Goiás. 143

WELITON PRADO (PT, MG) – Críticas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL pela defesa das empresas de energia elétrica em prejuízo do consumidor. Proposição em trâmite na Casa, de autoria do orador, com vistas à proibição de cobrança de tarifas diferenciadas durante o dia. Defesa da criação de CPI sobre o setor elétrico. Sugestão de oitiva da ANEEL pela Comissão de Defesa do Consumidor. 144

PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC, SP) – Necessidade de solução equilibrada para o problema da redução da maioridade penal. Críticas à soltura precoce do menor autor da morte do jovem Victor Hugo na cidade de São Paulo. Necessidade de aperfeiçoamento da legislação penal pelo Parlamento. 145

MISAEL VARELLA (Bloco/DEM, MG) – Isenção de responsabilidade da atividade agrícola pela crise hídrica na Região Sudeste. Esclarecimentos técnicos acerca do ciclo hidrológico. Necessidade de medidas de saneamento básico pelos governos com vistas à redução da poluição dos rios e aproveitamento das águas fluviais. 145

RÔMULO GOUVEIA (PSD, PB) – Assunção pela Vice-Governadora do Estado da Paraíba, Lígia Feliciano, do cargo de Governadora interina. Compromissos de agenda da Governadora. Sugestão de registro nos Anais da Câmara dos Deputados do trabalho da Governadora. 146

ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP, GO) – Congratulações ao Presidente Eduardo Cunha pela colocação da PEC do Orçamento Impositivo na pauta de votação da Casa. Regozijo com a aprovação de proposição em prol da pesquisas agropecuárias no País. 146

VI – Encerramento

2 – ATA DA 011ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Expediente

IV – Pequeno Expediente

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Esclarecimentos do Prof. de Língua Portuguesa Cassiano Ricardo Haag sobre o expressivo número de redações com nota zero no último Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Criação, pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil. 147

LUIZ COUTO (PT, PB) – Defesa de ampla investigação das denúncias de corrupção na PETROBRAS e no Estado de São Paulo. 149

PAULO FOLETTO (Bloco/PSB, ES) – Impacto da crise hídrica nos produtores de café no Estado do Espírito Santo. 149

CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS, SC) – Aprovação pela Casa de requerimento para tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.502, de 2013, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime o oferecimento de bebida alcoólica a crianças e adolescentes. 149

LINCOLN PORTELA (PR, MG) – Defesa da Proposta da Emenda à Constituição nº 308, de 2004, que cria as Polícias Penitenciárias Federal e Estaduais. 149

MARCON (PT, RS) – Baixa expectativa quanto ao resultado dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame de proposição relativa à reforma política. 150

VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA) – Investimentos do Governo do Estado da Bahia no carnaval de 2015. 150

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (Bloco/PSDB, CE) – Solicitação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB de providências para abastecimento de milho à população agrícola da Região Nordeste. 151

LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PSDB, PR) – Gravidade da crise da PETROBRAS. Defesa do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff pela responsabilidade no episódio. 151

ARNALDO JORDY (Bloco/PPS, PA) – Apoio a declarações do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, a respeito da proposição sobre o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA e da necessidade de revisão da Lei Rouanet. 152

FERNANDO MARRONI (Bloco/PT, RS) – Contestação a razões apresentadas por Parlamentares a favor da criação da CPI da PETROBRAS. 152

MARIA DO ROSÁRIO (PT, RS) – Denúncia sobre as condições de trabalho dos conselheiros tutelares no País. Solidariedade aos membros da categoria profissional diante dos homicídios ocorridos no Município de Poção, Estado de Pernambuco. 153

JOSE STÉDILE (Bloco/PSB, RS) – Relançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e das Bibliotecas. 153

MAURO LOPES (Bloco/PMDB, MG) – Registro de voto proferido em sessão anterior. 153

PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Esclarecimento ao Deputado Mauro Lopes sobre registro de voto proferido em sessão anterior. 153

MAJOR OLIMPIO GOMES (PDT, SP) – Expectativa positiva quanto à gestão do Presidente Eduardo Cunha. Criação de Comissão Especial para discutir a reforma da segurança pública, conforme proposta do orador. 153

VITOR VALIM (Bloco/PMDB, CE – Pela ordem) – Indignação do orador ante o descumprimento de promessa feita durante a campanha eleitoral pela Presidenta Dilma Rousseff a respeito da implantação da Refinaria Premium II no Estado do Ceará. 153

IVAN VALENTE (PSOL, SP) – Análise da queda de popularidade da Presidenta Dilma Rousseff, e do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alkmin, segundo pesquisa do Instituto Datafolha. Descrédito dos partidos políticos perante a opinião pública. Insistência do PSOL na realização de ampla reforma política, com o fim do financiamento privados de campanhas eleitorais e maior participação e controle político pela população. Continuidade da luta do partido contra medidas econômicas prejudiciais aos trabalhadores. 154

SANDRO ALEX (Bloco/PPS, PR – Como Líder) – Regozijo do orador com a aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a regulamentação da profissão de caminhoneiro. Expectativa de sanção presidencial da matéria. 155

MARCUS VICENTE (Bloco/PP, ES – Pela ordem) – Registro de voto proferido em sessão anterior. 155

EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA) – Apoio ao pleito de grupos indígenas da região do Xingu, no Estado do Pará, em manifestação pelo cumprimento das medidas socioambientais estabelecidas na licença de instalação do canteiro de obras da Usina de Belo Monte. 155

WHERLES ROCHA (Bloco/PSDB, AC) – Contrariedade do orador com a redução do desconto do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES dos universitários acreanos beneficiários do programa. 156

VALMIR PRASCIDELLI (PT, SP) – Registro do discurso proferido pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em razão do transcurso do 35º aniversário de fundação do PT. 157

CABO SABINO (PR, CE – Como Líder) – Necessidade de regulamentação do Projeto de Lei nº 2295, de 2000, que fixa em seis horas diárias e trinta horas semanais a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. 161

AFONSO MOTTA (PDT, RS – Como Líder) – Participação no evento de lançamento do plano de combate à informalidade e à sonegação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, no Ministério do Trabalho e Emprego. Empenho do orador na defesa dos direitos trabalhistas. 162

GIOVANI CHERINI (PDT, RS) – Posicionamento favorável à realização de investigação dos casos de denúncia de corrupção na PETROBRAS pelo Poder Judiciário. 163

ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB, SP) – Inconformismo com a apresentação da Medida Provisória nº 664, de 2014, que estabelece novas regras para concessão do auxílio-doença e pensão por morte. Apresentação da pauta prioritária do orador. 163

WALDENOR PEREIRA (PT, BA) – Apresentação de requerimento de moção de pesar pelo falecimento do empresário Antônio Pereira de Andrade, o Toninho. 163

LAUDIVIO CARVALHO (Bloco/PMDB, MG) – Anúncio de apresentação de projeto de lei acerca da proteção de testemunhas e de vítimas de crimes violentos. 163

JOSÉ AIRTON CIRILO (PT, CE) – Posse da Desembargadora Iracema do Vale no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. 164

LINCOLN PORTELA (PR, MG) – Solicitação de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 443, de 2009, que fixa parâmetros para a remuneração dos advogados públicos. 164

HEULER CRUVINEL (PSD, GO) – Agradecimento aos eleitores do Estado de Goiás pela reeleição do orador. Reivindicação ao Ministro da Educação, Cid Gomes, de implantação de campus da Universidade Federal de Goiás no Município de Rio Verde. Empenho do orador no atendimento do Governo Federal a demandas do Estado de Goiás em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida. 165

PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC, SP) – Descontentamento com a concessão de liberdade ao assassino do jovem Victor Hugo Deppmann, no Estado de São Paulo. Defesa da aprovação de proposta de emenda à Constituição relativa ao endurecimento de penas para menores infratores. 165

EDINHO BEZ (Bloco/PMDB, SC) – Regozijo com a inauguração do Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, no Município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina 166

GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB, PE) – Apelo à Justiça pernambucana de devolução de armas apreendidas dos policiais ferroviários responsáveis pela segurança no sistema metroviário de Recife. Imediata regulamentação da carreira de policial ferroviário. 167

DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB, BA) – Contestação a declarações do Senador José Serra a respeito da necessidade de redução das áreas de atuação da PETROBRAS. Desconhecimento por parte do Senador do PSDB sobre a importância da participação da PETROBRAS na indústria petrolífera mundial. Tentativa do partido oposicionista de sucateamento da estatal. Apresentação à Casa de proposta de criação da Frente Parlamentar em Defesa da Integridade da PETROBRAS. 168

CÉLIO SILVEIRA (Bloco/PSDB, GO) – Cobrança ao Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT de providências para a melhoria da qualidade do transporte coletivo no entorno do Distrito Federal. 171

ADELSON BARRETO (Bloco/PTB, SE – Como Líder) – Agradecimentos pela expressiva votação do orador no Estado de Sergipe. Compromisso com a revisão do pacto federativo em prol dos Estados e Municípios. Posse do empresário Albano do Prado Pimentel Franco na Academia Sergipana de Letras. 171

PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC, SP – Pela ordem) – Importância de imediata aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 7.699, de 2006, que institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências. 172

JOÃO MARCELO (Bloco/PMDB, MA) – Denúncia de compra de escrituras falsas para grilagem nos Municípios de Junco do Maranhão e de Boa Vista do Gurupi, Estado do Maranhão. Agradecimento ao eleitorado maranhense pelos votos recebidos nas recentes eleições. 172

LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PSDB, PR – Como Líder) – Indignação do orador com a crise econômica, financeira, moral e ética do País. Perda de credibilidade do Brasil no exterior. Críticas ao Governo Federal pela falta de repasse de recursos do SUS aos Municípios. Saldo negativo da balança de pagamentos. Repúdio à alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 para cumprimento da meta de superávit pelo Governo brasileiro. Crise no setor elétrico. Responsabilização dos Governos do PT pela corrupção na PETROBRAS. Expectativa de atuação do Parlamento na reconstrução do País. 173

HEITOR SCHUCH (Bloco/PSB, RS) – Convite aos Parlamentares para participação na 16ª Expodireto Cotrijal 2014, no Município de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul. 174

ANGELIM (PT, AC) – Compromisso do orador com o exercício do mandato parlamentar em prol dos interesses do povo acriano. Elogios às gestões da Presidenta Dilma Rousseff e do Governador Tião Viana, do Estado do Acre. Regozijo com os indicadores de desempenho das áreas de educação e saúde no Estado. Apoio à apuração de responsabilidades pela corrupção na PETROBRAS. Críticas à Oposição pela defesa da privatização da estatal. Leitura de excerto de manifesto da Federação Única dos Petroleiros em defesa da PETROBRAS. Existência de interesses escusos e contrários ao crescimento da empresa petrolífera brasileira com vistas à sua aquisição. 175

BALEIA ROSSI (Bloco/PMDB, SP) – Apresentação de plataforma política e histórico de atuação parlamentar do orador. 176

CAETANO (PT, BA – Como Líder) – Contestação ao discurso da Oposição na Casa contrário aos Governos do PT. Créditos ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à Presidenta Dilma, ao PT e aos partidos da base aliada pelos avanços econômicos e sociais do País. Necessidade de ajustes na economia brasileira em decorrência da crise internacional iniciada em 2008. Repúdio à tentativa da Oposição de privatização da PETROBRAS. Apoio à apuração de responsabilidades pela corrupção na estatal. Importância da participação da sociedade no debate acerca da reforma política. Necessidade de realização da reforma tributária com vistas à melhoria na distribuição de renda no País. Defesa de estabelecimento de novo pacto federativo em prol dos Municípios. Convite ao povo brasileiro para participação no carnaval do Estado da Bahia. 176

LUIZ COUTO (PT, PB – Pela ordem) – Transcurso do 35º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Retrospecto histórico do PT. Regozijo com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de devolução dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeita do Município de Soledade, Estado da Paraíba, respectivamente, a Zé Bento e a Fabiana Gouveia..... 178

CABUÇU BORGES (Bloco/PMDB, AP) – Agradecimentos pela conquista do mandato parlamentar. Saudação às escolas de samba amapaenses. Falecimento do médico maranhense Hidalgo da Silveira Léda..... 179

DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PSDB, MG – Como Líder) – Defesa do Senador José Serra frente às acusações de Parlamentar do PCdoB na Casa acerca de declaração do Senador de existência de quadrilha na PETROBRAS. Caráter contraditório do discurso petista sobre necessidade de investigação da corrupção na estatal. 179

V – Grande Expediente

MAGDA MOFATTO (PR, GO) – Escalada da violência no País. Desdobramentos da promulgação da Lei nº 10.826, de 2003, o Estatuto do Desarmamento. Descaso com a manifestação da sociedade brasileira no referendo sobre a utilização de armas de fogo. Ineficácia do desarmamento da população civil para redução da criminalidade. Apoio ao Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, que disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas. Expectativa de desarquivamento da proposição..... 180

Aparteantes: CELSO MALDANER (Bloco/PMDB, SC), JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB, MG), ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (Bloco/PMDB, SC), PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC, SP), LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP, RS)..... 182

PRESIDENTE (Zé Silva) – Presença nas galerias da Casa de servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal..... 184

LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP, RS – Pela ordem) – Preocupação com o conflito fundiário entre agricultores e indígenas no Estado do Rio Grande do Sul. Manifestação de pesar pelo falecimento de produtor rural gaúcho. 184

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ – Como Líder) – Denúncia de descumprimento de obrigações trabalhistas pelas empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ. Anúncio de recolhimento de assinaturas para a criação de Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. 184

FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB, PE) – Agradecimento ao povo do Estado de Pernambuco pela reeleição do orador. Homenagem póstuma ao ex-Governador do Estado, Eduardo Campos. Desafios para a promoção do desenvolvimento de Pernambuco. Assunção pelo orador do cargo de Líder do PSB na Casa. Apresentação das diretrizes de trabalho do Parlamentar na atual Legislatura. Urgente realização da reforma política. 185

Aparteantes: BEBETO (Bloco/PSB, BA), RODRIGO MARTINS (Bloco/PSB, PI)..... 186

ZÉ SILVA (SD, MG – Como Líder) – Resultados positivos de audiência do orador com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. Apresentação de requerimentos de desarquivamento das propostas de emenda à Constituição sobre a instituição de pisos salariais unificados para os trabalhadores da extensão rural, da pesquisa agropecuária e dos serviços de sanidade animal e vegetal. Solicitação à Presidência de criação das respectivas Comissões Especiais..... 187

VI – Comunicações Parlamentares

MAJOR OLIMPIO GOMES (PDT, SP) – Escalada da violência no País. Criação da Comissão Especial destinada ao exame de proposições relativas à segurança pública. Urgente alteração da legislação penal, processual penal e especial. Defesa de redução da maioridade penal. Apresentação de projetos sobre o aumento da pena para os crimes de estupro, latrocínio e homicídio qualificado..... 189

ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (Bloco/PMDB, SC – Pela ordem) – Solicitação à Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, de celeridade na emissão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS..... 190

EVAIR DE MELO (Bloco/PV, ES – Pela ordem) – Ocorrência de acidente em navio-plataforma da PETROBRAS no Estado do Espírito Santo..... 191

ELIZIANE GAMA (Bloco/PPS, MA) – Contentamento com a criação de Comissão Externa da Câmara dos Deputados para averiguação das razões da PETROBRAS para a suspensão dos investimentos em construção de duas refinarias nos Estados do Ceará e Maranhão. Importância da realização de debates acerca das medidas de enfrentamento da violência no Brasil..... 191

MARIA DO ROSÁRIO (PT, RS – Como Líder) – Natureza golpista dos ataques da Oposição ao PT, à Presidenta Dilma Rousseff e à PETROBRAS. Defesa de investigação, pela CPI da PETROBRAS, das denúncias de corrupção no órgão durante o Governo Fernando Henrique Cardoso..... 192

JÔ MORAES (PCdoB, MG – Pela ordem) – Registro do *Manifesto da Federação Única dos Petroleiros*, sobre denúncia de existência de campanha desmoralizadora da PETROBRAS. Defesa de investigação das denúncias de irregularidades no órgão. Solidariedade aos trabalhadores da PETROBRAS vítimas de acidente. 193

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (Bloco/PSDB, CE) – Agradecimento ao Presidente Eduardo Cunha pela votação de requerimento de autoria do orador sobre a instalação de Comissão Temporária Externa destinada ao acompanhamento de todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco. 195

ALTINEU CÔRTES (PR, RJ) – Elogio à atuação do Presidente Eduardo Cunha. Regozijo com a aprovação pela Casa da proposta de adoção do orçamento impositivo. Prejuízos causados pela PETROBRAS a Municípios brasileiros ante o cancelamento de projetos da estatal no País. Defesa da implantação da nova CPI da PETROBRAS para a apuração das denúncias de corrupção na empresa..... 196

CHICO LOPES (PCdoB, CE – Pela ordem) – Apoio à criação da nova CPI da PETROBRAS com a possibilidade de investigação de denúncias de corrupção durante o Governo Fernando Henrique Cardoso..... 197

FRANCISCO FLORIANO (PR, RJ) – Elogios ao Presidente Eduardo Cunha pela condução dos trabalhos da Casa. Congratulação ao Deputado Leonardo Picciani pela eleição para o cargo de Líder do PMDB. Preocupação com os rumos da economia nacional. Realização da reforma política. Manifestação de pesar pelo falecimento da genitora do orador..... 197

CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS, SC) – Aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 353, de 2013, que torna obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2015, que dispõe sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%. 198

CELSO MALDANER (Bloco/PMDB, SC – Como Líder) – Elogio à atuação do Presidente Eduardo Cunha. Regozijo com a criação da Comissão Especial destinada ao exame de proposta sobre a reforma política e da CPI da PETROBRAS, bem como com a aprovação da chamada PEC do Orçamento Impositivo e de proposição sobre a biodiversidade. Necessidade de investigação sobre a origem da corrupção na PETROBRAS. Agradecimento ao Líder do PMDB, Deputado Leonardo Picciani, pela oportunidade de uso do tempo de Liderança. Acerto da aprovação de projeto de lei sobre a regulamentação da profissão de caminhoneiro. Satisfação com a liberação de recursos relativos às emendas parlamentares do orador para Municípios do Estado de Santa Catarina. 200

WELLINGTON ROBERTO (PR, PB – Pela ordem) – Registro de voto proferido em sessão anterior..... 202

ASSIS CARVALHO (PT, PI – Pela ordem) – Cumprimentos ao povo da capital do Estado do Piauí, pelas atividades pré-carnavalescas do Corso de Teresina. Sugestão ao Ministério do Turismo da inclusão do Bloco Corso no calendário de eventos nacionais. Cumprimentos ao Prefeito do Município de Parnaíba, Florentino Neto. Atividade parlamentar do orador. 202

DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PSDB, MG – Pela ordem.) – Satisfação pela aprovação do projeto de lei sobre o exercício da profissão de motorista, apesar da posição política do Governo petista contrária ao projeto..... 203

EVAIR DE MELO (Bloco/PV, ES e como Líder) – Satisfação pela aprovação de importantes matérias constantes na Ordem do Dia. Necessidade de melhoria da infraestrutura rodoviária brasileira. Agradecimento ao povo do Estado do Espírito Santo pela eleição do orador. Crescimento da indústria capixaba. Cumprimentos ao líder do Grupo Águia Branca, Décio Luiz Chieppe, pelo profissionalismo e prestação de serviço de boa qualidade à população brasileira. Importância da agricultura para o Estado. Realização da 51ª Festa da Uva e do Vinho, no Município de Alfredo Chaves. Solicitação aos Parlamentares de apoio para criação da Frente Parlamentar da Água.. 203

ANDRÉ MOURA (Bloco/PSC, SE e como Líder) – Compromisso do orador com o exercício do mandato parlamentar em defesa da família, do Brasil e do cidadão. Agradecimentos ao eleitorado sergipano pela reeleição do Parlamentar. Regozijo com a eleição do Deputado Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados. Expectativa de debate das reformas política e tributária e do pacto federativo. Defesa do aprimoramento da repartição tributária em prol dos Municípios. Proposições de autoria do orador aprovadas na Legislatura anterior. Apresentação da agenda prioritária do orador. Homenagem ao político e empresário Albano Franco, eleito membro da Academia Sergipana de Letras. 205

MARCO TEBALDI (Bloco/PSDB, SC – Pela ordem) – Críticas à Presidenta Dilma Rousseff pelo aumento dos preços dos combustíveis e da energia elétrica. Encarecimento do transporte rodoviário em prejuízo do setor produtivo do País. Incidência sobre a classe média dos prejuízos decorrentes das medidas do Governo Federal para contenção da inflação. 209

CARLOS MANATO (SD, ES) – Consternação diante da ocorrência de acidente com vítimas em navio-plataforma da PETROBRAS no Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo. Transcurso do Dia Mundial de Combate ao Câncer. Importância da substituição de alimentos industrializados por naturais e de mudanças no estilo de vida na prevenção ao câncer. Estimativas de casos de câncer no Brasil. Preocupação com o crescimento da obesidade crônica no País. Descaso do Governo petista com a saúde da população..... 209

IZALCI (Bloco/PSDB, DF – Pela ordem) – Evidências de participação do PT em escândalo de corrupção na PETROBRAS..... 211

RÔMULO GOUVEIA (PSD, PB – Como Líder) – Empenho do Presidente Eduardo Cunha na imediata apreciação de proposições de interesse da sociedade, especialmente sobre as reformas política e tributária, a implantação do orçamento impositivo e a revisão do pacto federativo. Importância do trabalho do Colégio de Líderes. Elogio à atuação do Deputado Rogério Rosso na liderança do PSD. Apresentação de requerimento de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, que estabelece que a remuneração dos Policiais Militares dos Estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal, aplicando-se também aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar e aos inativos. Realização de desfiles de blocos de carnaval, com destaque para o Bloco Muriçocas do Miramar, em João Pessoa, Estado da Paraíba. Liberação de recursos pelo Prefeito Romero

Rodrigues para a realização de eventos religiosos no período carnavalesco no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba. 211

PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Manifestação de solidariedade a familiares de vítimas de acidente ocorrido em plataforma da PETROBRAS no Estado de Espírito Santo. Agradecimento ao povo gaúcho pela recondução do Deputado à Casa. 213

POMPEO DE MATTOS (PDT, RS – Pela ordem) – Reapresentação de proposições de autoria do orador com vistas à realização da reforma política. 213

PAES LANDIM (Bloco/PTB, PI. Discurso retirado pelo orador para revisão) – Artigo sobre a necessidade de reformas estruturais para consecução do equilíbrio fiscal, de autoria do economista Delfim Netto, publicado no jornal *Valor Econômico*. Inconformismo do orador pela não apreciação pela Casa de proposição sobre livre negociação entre trabalhadores e empresários. Ponderações acerca do papel do Congresso Nacional diante das medidas anunciadas para o País pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa e pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Crítica à falta de investimento público no Parque Nacional Serra da Capivara, no Estado do Piauí. Apelo ao Ministro da Cultura, Juca Ferreira, à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira e à Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dra. Jurema de Sousa Machado de atenção à situação de dificuldade do Parque Nacional Serra da Capivara. 214

ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Expectativa de continuidade de investimentos sociais e em infraestrutura no Estado do Pará pelo Governo Dilma Rousseff. 214

PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (Bloco/PSC, MT – Pela ordem) – Regozijo com a aprovação pela Casa de proposta de emenda à Constituição que estabelece a adoção do orçamento impositivo. 215

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS:

LEONARDO MONTEIRO (PT, MG) – Considerações acerca dos efeitos negativos das políticas neoliberais adotadas na Grécia. Anseio pela adoção de medidas nacional-desenvolvimentistas pela Presidenta Dilma Rousseff.. 216

IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP, PI) – Preocupação com a crise hídrica brasileira. Considerações acerca da relação homem-natureza. Defesa de priorização de leis com vistas à proteção e recuperação do meio ambiente. ... 217

PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC, SP) – Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 7.699, de 2006, que institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências. Anúncio do apensamento de projetos de lei de autoria do orador à proposição. 218

ALICE PORTUGAL (PCdoB, BA) – Apoio ao pleito da Associação dos Magistrados da Bahia contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 457, de 2005, que trata da aposentadoria compulsória aos 75 anos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União. ... 218

MARCOS ROTTA (Bloco/PMDB, AM) – Precariedade da saúde pública e suplementar no Brasil. Necessidade de priorização da Pasta pelo Governo Federal. 219

CARLOS ZARATTINI (PT, SP) – Proposta de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à investigação das condições do Sistema Carcerário Brasileiro. 220

RÔMULO GOUVEIA (PSD, PB) – Instalação da Comissão Especial destinada à análise de proposições relativas à reforma política. Aprovação pela Casa de proposta de emenda à Constituição sobre a obrigatoriedade da execução pelo Governo Federal de emendas parlamentares individuais ao Orçamento da União. Participação do orador em debate realizado pelo programa *Expressão Nacional*, da *TV Câmara*, sobre o saneamento básico no País. Elogio à atuação do Presidente Eduardo Cunha e do Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso. 220

EVANDRO ROGERIO ROMAN (PSD, PR) – Benefícios decorrentes da aprovação da proposta sobre a adoção do orçamento impositivo. 221

PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (Bloco/PSC, MT) – Aprovação pela Casa dos Projetos de Lei nºs 7.735, de 2014, que trata da Convenção sobre Diversidade Biológica, e 5.943, de 2013, que regulamenta a profissão de motorista. Agradecimentos aos eleitores do Estado de Mato Grosso pela eleição do orador. Saudação aos pastores mato-grossenses, especialmente ao Pastor Sebastião Rodrigues. 222

VII – Encerramento

3 – PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PEC 3/2015, PEC 4/2015, PLP 13/2015, PL 317/2015, PL 318/2015, PL 319/2015, PL 320/2015, PL 321/2015, PL 322/2015, PL 323/2015, PL 324/2015, PL 325/2015, PL 326/2015, PL 327/2015, PL 328/2015, PL 329/2015, PL 330/2015, PL 331/2015, PL 332/2015, PL 333/2015, PL 334/2015, PL 335/2015, PL 336/2015, PL 337/2015, PL 338/2015, PL 339/2015, PL 340/2015, PL 341/2015, PL 342/2015, PL 343/2015, PL 344/2015, PL 345/2015, PL 346/2015, PL 347/2015, PL 348/2015, PL 349/2015, PL 350/2015, PL 351/2015, PL 352/2015, PL 353/2015, PL 354/2015, PL 355/2015, PL 356/2015, PL 357/2015, PL 358/2015, PL 359/2015, PL 360/2015, PL 361/2015, PL 362/2015, PL 363/2015, PL 364/2015, PL 365/2015, PL 366/2015, PL 367/2015, PL 368/2015, PL 369/2015, PL 370/2015, PL 371/2015, PL 372/2015, PL 373/2015, INC 21/2015, INC 22/2015, INC 23/2015, INC 24/2015, INC 25/2015, INC 26/2015, INC 27/2015, INC 28/2015, INC 29/2015, INC 30/2015, INC 31/2015, INC 32/2015, RIC 16/2015, RIC 17/2015, RIC 18/2015, RIC 19/2015, RIC 20/2015, RIC 21/2015, RIC 22/2015, RIC 23/2015, RIC 24/2015, RIC 25/2015, RIC 26/2015, RIC 27/2015, REQ 457/2015, REQ 458/2015, REQ 459/2015, REQ 460/2015, REQ 461/2015, REQ 462/2015, REQ 463/2015, REQ 464/2015, REQ 465/2015, REQ 466/2015, REQ 467/2015, REQ 468/2015, REQ 469/2015, REQ

470/2015, REQ 471/2015, REQ 472/2015, REQ 473/2015, REQ 474/2015, REQ 475/2015, REQ 476/2015, REQ 477/2015, REQ 478/2015, REQ 479/2015, REQ 480/2015, REQ 481/2015, REQ 482/2015, REQ 483/2015, REQ 484/2015, REQ 485/2015, REQ 486/2015, REQ 487/2015, REQ 488/2015, REQ 489/2015, REQ 490/2015, REQ 491/2015, REQ 492/2015, REQ 493/2015, REQ 494/2015, REQ 495/2015, REQ 496/2015, REQ 497/2015, REQ 498/2015, REQ 499/2015, REQ 500/2015, REQ 501/2015, REQ 502/2015, REQ 503/2015, REQ 504/2015, REQ 505/2015, REQ 506/2015, REQ 507/2015, REQ 508/2015, REQ 509/2015, REQ 510/2015, REQ 511/2015, REQ 512/2015, REQ 513/2015, REQ 514/2015, REQ 515/2015, REQ 516/2015, REQ 517/2015, REQ 518/2015, REQ 519/2015, REQ 520/2015, REQ 521/2015, REQ 522/2015, REQ 523/2015, REQ 524/2015, REQ 525/2015, REQ 526/2015, REQ 527/2015, REQ 528/2015, REQ 529/2015, REQ 530/2015, REQ 531/2015, REQ 532/2015, REQ 533/2015, REQ 534/2015, REQ 535/2015, REQ 536/2015, REQ 537/2015, REQ 538/2015, REQ 539/2015, REQ 540/2015, REQ 541/2015, REQ 542/2015, REQ 543/2015, REQ 544/2015, REQ 545/2015, REQ 546/2015, REQ 547/2015, REQ 548/2015, REQ 549/2015, REQ 550/2015, REQ 551/2015. 230

4- PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

PLP 1/2015, PLP 4/2015, PL 38/2015, PL 42/2015, PL 43/2015, PL 44/2015, PL 45/2015, PL 46/2015, PL 48/2015, PL 80/2015, PL 82/2015, PL 84/2015, PL 85/2015, PL 88/2015, PL 98/2015, PL 104/2015, PL 108/2015, PL 120/2015, PL 8333/2015, REC 2/2015, RIC 3/2015, RIC 4/2015, RIC 5/2015, RIC 6/2015, RIC 8/2015, RIC 9/2015, REQ 225/2015, REQ 257/2015, REQ 259/2015, REQ 261/2015, REQ 264/2015, REQ 265/2015, REQ 276/2015, REQ 277/2015, REQ 282/2015, REQ 283/2015, REQ 284/2015, REQ 285/2015, REQ 289/2015, REQ 291/2015, REQ 293/2015, REQ 295/2015, REQ 296/2015, REQ 298/2015, REQ 299/2015, REQ 300/2015, REQ 301/2015, REQ 302/2015, REQ 304/2015, REQ 305/2015, REQ 306/2015, REQ 307/2015, REQ 308/2015, REQ 309/2015, REQ 310/2015, REQ 311/2015, REQ 312/2015, REQ 313/2015, REQ 315/2015, REQ 317/2015, REQ 318/2015, REQ 319/2015, REQ 320/2015, REQ 321/2015, REQ 322/2015, REQ 323/2015, REQ 325/2015, REQ 329/2015, REQ 330/2015, REQ 331/2015, REQ 332/2015, REQ 333/2015, REQ 334/2015, REQ 335/2015, REQ 336/2015, REQ 341/2015, REQ 342/2015, REQ 343/2015, REQ 344/2015, REQ 345/2015, REQ 348/2015, REQ 350/2015, REQ 352/2015, REQ 353/2015, REQ 354/2015, REQ 356/2015, REQ 358/2015, REQ 360/2015, REQ 361/2015, REQ 362/2015, REQ 364/2015, REQ 365/2015, REQ 366/2015, REQ 376/2015, REQ 378/2015, REQ 379/2015. 238

5- PROPOSIÇÕES PENDENTES DE DESPACHO

PEC 2/2015, PEC 3/2015. 313

6- DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

Ref. Ofício n. 1/2015 – Deputado ROBERTO DE LUCENA. 322
Ref. Ofício sn/2015 – Dep. WILLIAM WOO. 322
Ref. Ofício sn/2015 – Deputado AROLDE DE OLIVEIRA. 322
Ref. Ofício sn/2015 – Dep. CELSO JACOB. 322
Of. n. 18/2015-CN, do Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional. 322
Ref. Ofício sn/2015 – Deputado SERGIO ZVEITER. 322
Ref. Ofício sn/2015 – Dep. WALNEY ROCHA. 323
Ref. Ofício sn/2015 – Deputado ALEXANDRE SERFIOTIS. 323
Ref. Ofício sn/2015 – Dep. MARQUINHO MENDES. 323
OF 21/2015 – Senador Renan Calheiros – Presidente da Mesa do CN. 323
OF 25/15 – Senador Renan Calheiros – Presidente da Mesa do CN. 323
OF 24/15 – Senador Renan Calheiros – Presidente da Mesa do CN. 323
Ref. Ofício n. 22/2015 (CN) – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional. 323
Ofício nº 19/2015, da Liderança do PPS. 323
Ofício nº 45/2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB. 324
Ofício nº 58/2015, da Liderança do PMDB. 324
Of. nº S/N/2015, do Dep. Joseph Bandeira. 325
Of. S/N/2015, da Liderança do DEM. 330

COMISSÕES

7- PARECERES

Despacho do Presidente, PRC 11-A/2011. 330

SEÇÃO II

8 – MESA 333
9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES 333
10 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO 335
11 – COMISSÕES 340

SUPLEMENTO

ATO DA MESA N. 1, DE 2015

SEÇÃO I

Ata da 10ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, 11 de fevereiro de 2015

Presidência dos Srs.: Eduardo Cunha, Presidente. Carlos Manato, Caetano, Zé Silva, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 10 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha
Waldir Maranhão
Luiza Erundina

RORAIMA

Edio Lopes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Jhonatan de Jesus PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Total de RORAIMA 2

AMAPÁ

Cabuçu Borges PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcos Reategui PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Professora Marcivania PT
Total de AMAPÁ 3

PARÁ

Edmilson Rodrigues PSOL
Hélio Leite DEM
José Priante PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Josué Bengtson PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Simone Morgado PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Zé Geraldo PT
Total de PARÁ 6

ACRE

Angelim PT
Flaviano Melo PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Sibá Machado PT
Total de ACRE 3

TOCANTINS

Carlos Henrique Gaguim PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Vicentinho Júnior PSB PsdbPsbPpsPv
Total de TOCANTINS 2

MARANHÃO

Aluisio Mendes PSDC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Hildo Rocha PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
João Marcelo PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Julião Amin Castro PDT
Junior Marreca PEN PmdbPpPtbPscPhsPen

Sarney Filho PV PsdbPsbPpsPv
Total de MARANHÃO 6

CEARÁ

Cabo Sabino PR
Chico Lopes PCdoB
Danilo Forte PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
José Guimarães PT
Leônidas Cristino PROS
Raimundo Gomes de Matos PSDB PsdbPsbPpsPv
Ronaldo Martins PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Vitor Valim PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de CEARÁ 8

PIAUÍ

Átila Lira PSB PsdbPsbPpsPv
Heráclito Fortes PSB PsdbPsbPpsPv
Marcelo Castro PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PIAUÍ 3

PARAÍBA

Manoel Junior PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Veneziano Vital do Rêgo PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PARAÍBA 2

PERNAMBUCO

Daniel Coelho PSDB PsdbPsbPpsPv
Fernando Coelho Filho PSB PsdbPsbPpsPv
Total de PERNAMBUCO 2

ALAGOAS

Givaldo Carimbão PROS
Total de ALAGOAS 1

SERGIPE

Adelson Barreto PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de SERGIPE 1

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Antonio Brito PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Caetano PT
Davidson Magalhães PCdoB
João Carlos Bacelar PR
Lucio Vieira Lima PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Paulo Magalhães PSD
Valmir Assunção PT
Total de BAHIA 8

MINAS GERAIS

Adelmo Carneiro Leão PT
Dâmina Pereira PMN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Delegado Edson Moreira PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Eros Biondini PTB PmdbPpPtbPscPhsPen

Laudivio Carvalho PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Leonardo Quintão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Fernando Faria PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Newton Cardoso Jr PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Padre João PT
Reginaldo Lopes PT
Rodrigo Pacheco PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de MINAS GERAIS 11

ESPÍRITO SANTO

Carlos Manato Solidaried
Evair de Melo PV PsdbPsbPpsPv
Givaldo Vieira PT
Lelo Coimbra PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcus Vicente PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de ESPÍRITO SANTO 5

RIO DE JANEIRO

Benedita da Silva PT
Celso Jacob PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Chico Alencar PSOL
Dr. João PR
Ezequiel Teixeira Solidaried
Fernando Jordão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Glauber Braga PSB PsdbPsbPpsPv
Jair Bolsonaro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Jandira Feghali PCdoB
Jean Wyllys PSOL
Julio Lopes PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Leonardo Picciani PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Carlos Ramos PSDC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Marco Antônio Cabral PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marquinho Mendes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Paulo Feijó PR
Pedro Paulo PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Rodrigo Maia DEM
Soraya Santos PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Sóstenes Cavalcante PSD
Total de RIO DE JANEIRO 20

SÃO PAULO

Ana Perugini PT
Andres Sanchez PT
Baleia Rossi PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Bruna Furlan PSDB PsdbPsbPpsPv
Capitão Augusto PR
Eduardo Bolsonaro PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Jorge Tadeu Mudalen DEM
Keiko Ota PSB PsdbPsbPpsPv
Nelson Marquezelli PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Orlando Silva PCdoB
Paulo Pereira da Silva Solidaried
Total de SÃO PAULO 11

MATO GROSSO

Professor Victório Galli PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de MATO GROSSO 1

DISTRITO FEDERAL

Ronaldo Fonseca PROS
Total de DISTRITO FEDERAL 1

GOIÁS

Daniel Vilela PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Fábio Sousa PSDB PsdbPsbPpsPv
Jovair Arantes PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de GOIÁS 3

MATO GROSSO DO SUL

Geraldo Resende PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Tereza Cristina PSB PsdbPsbPpsPv
Total de MATO GROSSO DO SUL 2

PARANÁ

Alfredo Kaefer PSDB PsdbPsbPpsPv
Aliel Machado PCdoB
Assis do Couto PT
Christiane de Souza Yared PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Diego Garcia PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Dilceu Sperafico PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Nishimori PR
Ricardo Barros PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Rubens Bueno PPS PsdbPsbPpsPv
Total de PARANÁ 9

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Edinho Bez PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Geovania de Sá PSDB PsdbPsbPpsPv
Mauro Mariani PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Rogério Peninha Mendonça PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Ronaldo Benedet PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Valdir Colatto PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de SANTA CATARINA 7

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Carlos Gomes PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Darcísio Perondi PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Giovani Cherini PDT
Heitor Schuch PSB PsdbPsbPpsPv
Henrique Fontana PT
Jerônimo Goergen PP PmdbPpPtbPscPhsPen
João Derly PCdoB
José Otávio Germano PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Jose Stédile PSB PsdbPsbPpsPv
Luis Carlos Heinze PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Onyx Lorenzoni DEM

Pompeo de Mattos PDT
Renato Molling PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO SUL 14

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 134 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Dando início às Breves Comunicações, nesta primeira meia hora, será concedido 1 minuto para cada orador.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui parabenizar o Vereador Suíca, de Salvador, que ontem foi eleito Líder da Oposição na Câmara de Vereadores.

O Vereador Suíca, que é dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza no Estado da Bahia – SINDILIMP-BA, foi gari e hoje é Vereador dos mais atuantes em Salvador e, agora, Líder da Oposição.

Quero parabenizá-lo justamente porque ele vai fazer um trabalho de fortalecimento dos partidos da Oposição e dos Vereadores da Oposição na Câmara de Vereadores de Salvador, levando para lá o anseio e a expectativa de toda a população.

Desejo-lhe um bom trabalho e estarei aqui, como Deputado Federal, lado a lado com ele para fortalecer esse trabalho, porque nós precisamos de uma Salvador cada vez mais igualitária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Caetano, do PT da Bahia, por 1 minuto.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero chamar a atenção do Ministro de Minas e Energia e da Presidência da PETROBRAS no sentido de resolverem o impasse com a Braskem, empresa sediada em Camaçari, quanto ao contrato para fornecimento de nafta.

A Braskem é a maior fornecedora da indústria química brasileira. Essa cadeia produtiva não pode parar. Há um impasse muito grande entre a PETROBRAS e a Braskem quanto ao fornecimento de nafta em um contrato de 9 bilhões de reais.

É preciso que essa decisão seja tomada imediatamente entre o Ministério de Minas e Energia, a PETROBRAS e a Braskem, porque estão envolvidos vários trabalhadores e uma cadeia produtiva muito importante para a Bahia.

Eu quero dar como lido este discurso, para que ele também seja publicado nos meios de comunicação desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Nobre Deputado, V.Exa. será atendido, e o seu discurso será publicado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a petroquímica brasileira encontra-se em estado de alerta. Camaçari, sede da Braskem, maior empresa petroquímica do País, acompanha com especial atenção o desenrolar da situação global que vem causando impactos no preço da nafta, matéria-prima derivada do petróleo usada na indústria química.

A Braskem, Sr. Presidente, sediada em Camaçari, é a única compradora de nafta no Brasil e maior fornecedora da indústria química, sobretudo nas cadeiras de plástico e borracha.

Desde fevereiro de 2013 a Braskem e a PETROBRAS duelam em torno de um contrato de fornecimento de nafta de valor superior a R$ 9 bilhões.

A previsão contratual entre as duas empresas estabelece um fornecimento de 7 milhões de toneladas de nafta à Braskem por ano. Ocorre que a PETROBRAS decidiu usar a nafta na composição da gasolina, passando a importar o produto para atender à Braskem, decorrendo, dessa medida, custos que não estavam previstos anteriormente. A decisão governamental executada pela PETROBRAS poderá onerar os preços da nafta em até 7% (sete por cento), situação que poderá prejudicar a produção dos três polos petroquímicos brasileiros.

Chamamos a atenção do Ministro de Minas e Energia e do Presidente da PETROBRAS, a fim de impedir qualquer desencontro nas negociações com a Braskem e de preservar o fornecimento de nafta para as indústrias químicas, bem como a manutenção de milhares de empregos, os investimentos no setor e a consequente ampliação da indústria química nacional.

A crise na PETROBRAS, que deve ser apurada e investigada para que sejam punidos os seus responsáveis, não pode atrapalhar o desenvolvimento nacional, sobretudo a indústria petroquímica, que interfere diariamente na vida das pessoas, das cidades, do País.

Solicito à Mesa a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais. Depois, ao Deputado Aliel Machado.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi instalada ontem a Comissão Especial para debater a PEC da Reforma Política. Infelizmente, vai numa onda popular que tanto espera a verdadeira reforma política, mas tenta passar uma mentira, pois é mais uma contrarreforma a proposta que está em curso.

Então, eu acho que o grande desafio nosso e do povo brasileiro é termos uma participação efetiva, junto com a CNBB e com a OAB, para que garantamos de fato a reforma política. Não vejo como se fazer uma verdadeira reforma política, a não ser vetando o financiamento de campanhas por empresas. Aí, sim, vetando o financiamento por empresas, nós teremos nesta Casa **representantes do povo, e não representantes dos empresários, das mineradoras, do agronegócio, dos laboratórios...**

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Valdir Colatto, por 1 minuto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje finalmente entra em pauta a reforma da Lei nº 12.619, de 2012, a chamada Lei dos Caminhoneiros, ou Lei dos Motoristas. Vamos votar cinco destaques do projeto, que foi aprovado na Câmara, foi para o Senado, lá foi modificado e voltou aprovado. Temos esses cinco destaques para votar nesta manhã.

O Brasil espera que esta Casa faça essa votação urgentemente, para que possamos dar tranquilidade aos transportadores de carga e de passageiros e aos motoristas também, criando condições para que a lei seja compatível com a realidade brasileira, com nossas estradas precárias.

É uma lei impossível de ser aplicada, porque não temos pontos de parada construídos nas estradas brasileiras, Deputado Edinho. Por isso precisamos reformá-la.

Nós a relatamos em uma Comissão Especial, e ela deverá ser votada hoje nesta Casa. Peço o apoio de todos os colegas Deputados para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nosso professor Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora de manhã, apresentei requerimento para constar nos Anais da Casa o artigo intitulado *Dedé de Castro: Desaparece um dos últimos jornalistas românticos, de autoria do jornalista Paulo Verlaine*.

Dedé de Castro era um ex-udenista simpatizante inclusive do antigo partido da União Democrática Nacional – UDN, posteriormente convertido ao marxismo e ao PCB.

Tivemos bom relacionamento com Dedé de Castro. Eu não era filiado a partido nenhum, mas lutamos pelo fim do regime militar. Depois, nós nos tornamos marxista também.

Temos no Dedé de Castro um dos jornalistas – independente, não! – ligado sempre às causas populares e à democracia do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARTIGO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Dedé de Castro – desaparece um dos últimos jornalistas românticos

Com o falecimento de Edmundo de Castro, ocorrido na madrugada de segunda-feira, desaparece um dos últimos ícones da geração genial e romântica do jornalismo cearense. Para mim, baseado na vivência que tive com cada um deles, os seis grandes foram, por ordem alfabética: Durval Ayres, Edmundo de Castro, Fenelon de Almeida, J. C. de Alencar Araripe, Moraes Né e Odalves Lima. Houve outros grandes jornalistas desse período, claro, mas estou a referir-me apenas aos que tive a honra e o prazer de conviver pessoa Imente.

Dos seis citados, três – Durval Ayres, Moraes Né e Odalves Lima – eram egressos de *O Democrata*, jornal do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e se consagraram depois no jornal *O Povo*. A escola da esquerda que ainda pontifica até hoje nesses inglórios tempos de "nova direita"...

Dedé de Castro era um ex-udenista (simpatizante do antigo partido União Democrática Nacional—UDN), posteriormente convertido ao marxismo e ao PCB.

Perambutou (o verbo é esse mesmo, porque ele não era de esquentar lugar e engolir sapos) em todos os jornais de Fortaleza.

Durval Ayres era também escritor consagrado, membro da Academia Cearense de Letras, editorialista de *Gazeta de Notícias* e *O Povo*. Um grande romancista, de espírito aberto e desprendido. Estilo elegante no manuseio do texto.

Fenelon Almeida, também escritor, era esquerdista cristão e, nos seus últimos anos, voltado mais para a doutrina espírita, sem jamais abandonar a defesa das causas sociais. Com este convivi mais de perto – foi meu chefe no antigo Departamento de *Pesquisa* de O Povo – e com ele hauri inesquecíveis lições.

Moraes Né era outro titã do jornalismo cearense. Dotado de impressionante cultura, escrevia sobre qualquer assunto com grande conhecimento de causa. Tinha temperamento explosivo, mas era homem pacato, simples, generoso e sempre disposto a ajudar os que se iniciavam na profissão. Foi o primeiro jornalista cearense a tratar com seriedade do problema do meio ambiente neste Estado. Mas era perfeito em tudo o que fazia.

Odalves Lima, que se destacava como editorialista também no *O Povo*, tinha um dos melhores textos do Brasil, sem exagero. Um ás das "pretinhas" (gíria usada para designar as letras das velhas, hoje peças de museu, máquinas de escrever).

J. C. de Alencar Araripe destoa do sexteto em termos ideológicos, não de competência e honradez: era, digamos, um centro-direitista, mas sempre valoroso e íntegro, que sabia reconhecer qualidades nos colegas dos quais ele discordava. Fez toda sua carreira no O Povo. Com ele, meu chefe superior (Feneton era chefe imediato), aprendi ensinamento que nunca esqueço: "*Tudo pode ser dito. Depende da maneira com que você diz*".

Parafraseio Shakespeare (Júlio César, no discurso de Marco Antônio) e digo: "Perdoai-me, mas tenho o coração neste momento, no ataúde de Dedé de Castro (Marco Antônio, no texto shakespeariano, referiu-se a César); é preciso calar até que ao peito ele me volte".

Conheci Edmundo de Castro antes de eu sonhar em ser jornalista. Em 1968, eu com 18, 19 anos, no meu primeiro emprego: operador de telefones da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (ECT), ainda com cara de DCT (Departamento dos Correios e Telégrafos), mas a mudança formal de repartição pública para empresa estatal já havia se realizado.

Tomei susto ao saber que, a meu lado, trabalhava, na mesma função, um jornalista consagrado, autor de reportagens famosas e ganhador de vários prêmios de jornalismo. Era o Dedé de Castro, na época um quarentão. O setor: a Radiofonia da ECT. Era difícil (como ainda é hoje) sobreviver apenas com salário de jornalista. Não havia discagem direta à distância e as ligações era feitas pelos Correios, em turmas divididas em três turnos: manhã, tarde e noite, ligadas à central no Rio de Janeiro. Éramos da turma da noite. Chamava-me a atenção a maneira altiva com que Dedé tratava os colegas cariocas (alguns, não todos, eram meio boçais), com os quais nos comunicávamos para completar as ligações.

Reencontrei-o dois anos depois no jornalismo, mais famoso ainda. Passamos então a conviver com mais frequência, principalmente nos bares de Fortaleza. Nas conversas, no meio das quais ele se autodenominava Dedé Beira D'Água, aprendi a admirar aquele cidadão de Itapipoca, mais precisamente do Córrego dos Cajueiros, lugar que ele sempre fazia questão de citar. Gostava de repetir o verso da canção Argumento, de Paulinho da Viola: "*Sem preconceito, sem mania de passado, sem querer ficar do lado de quem não quer navegar*", que usou como slogan do *Unitário*, na sua curta e marcante temporada como editor deste jornal dos Diários Associados. Eu vibrava com os prêmios por ele conquistados (foram muitos). Em 1987 ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo (o Nobel da imprensa brasileira) com a série "O Nordeste por trás das grades", publicada no *Diário do Nordeste*. Dedé de Castro editou também a revista cultural *O Saco*, fundada pelo poeta e livreiro Manoel Coelho Raposo, que revelou grandes talentos literários: Nilton Maciel, Carlos Emílio Corrêa Lima, Jackson Coelho, entre outros.

A convivência se tornou maior quando fundamos, em 1977, o jornal alternativo *Mutirão*, juntamente com Francis Vale, Célia Guabiraba, Gervásio de Paula, Maria Luiza Fontenele, Rosa da Fonseca, Luiz Carlos Antero, Agamenon Almeida, Silas de Paula e outros. Edmundo de Castro assinava a coluna *O Cacete do Dedé*. Incomo-

dava muita gente (os poderosos e os coleguinhas petulantes eram seu alvo predileto). *Mutirão* era mais influenciado pelo pessoal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), embora abrigasse pessoas de outras tendências.

Em 1985, novo reencontro: desta vez no *Diário do Nordeste*, onde ele era pauteiro. Dedé foi um mestre do jornalismo, um guru, e nessa condição, teve discípulos, entre os quais eu também me incluo, juntamente com Francisco Bilas (falecido), Carlos Alberto Alencar, Neno Cavalcante, Mozarly Almeida e muitos outros.

Nesses intervalos de locais de trabalho, sempre frequentava, periodicamente a casa de Dedé de Castro nas Damas, perto da Casa do Português, onde vivia ao lado da esposa, dona Nenen, e do filho Paulo Afonso, quando este era solteiro.

Dedé de Castro foi e sempre será um dos meus tipos inesquecíveis.

Adeus, amigo.

Paulo Verlaine.

Jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra à nobre Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia, que disporá de 1 minuto.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Manato, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para exercer neste momento, a partir desta Legislatura, o meu quarto mandato e dizer que, de fato, a minha expectativa neste minuto é que esta Câmara venha a pugnar pela legalidade, pelo acatamento da vontade popular. Espero que não se deixe dobrar aos devaneios dos que desejam mudar a decisão popular e constituir qualquer pavimentação para um sentimento golpista de retirada do poder das mãos do povo.

Nesses anos, o povo brasileiro tem avançado nos seus direitos. Na história da República, nunca tivemos tantos avanços populares. Mas temos que avançar mais, temos que driblar e enfrentar a crise, mas mantendo a legalidade e a democracia.

Este filme nós já vimos – marcação de data para *impeachment*, passando por cima da vontade popular –, e é algo que não vamos aceitar!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Leite, do Pará; depois, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. HÉLIO LEITE (Bloco/DEM-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho agradecer aos Deputados que ontem assinaram a emenda que se transformou na Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2015, que cria a possibilidade de a emenda de bancada ser impositiva. Com certeza isso é importante, porque nós, Deputados de todas as bancadas, reunimo-nos com Governadores, Prefeitos, reitores de universidades e representantes de órgãos para desenhar aquilo que é importante para o nosso Estado. E no meu Estado, no ano passado, só foram pagos 3% das emendas de bancada.

Eu queria agradecer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas pelo apoiamento e ressaltar que conseguimos colher 201 assinaturas, suficientes para a propositura da PEC.

Sr. Presidente, nós estamos aqui para buscar, mais uma vez, aquilo que é fundamental: respeito a esta Casa, respeito às Sras. e aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra o nobre Deputado Afonso Hamm, do Rio Grande do Sul.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero fazer a minha manifestação e solicitar que o meu discurso seja difundido no programa *A Voz do Brasil*.

São vários os aspectos a abordar, mas eu queria me referir especificamente às estatísticas do ano passado, que a Polícia Rodoviária Federal finalizou. Houve um percentual próximo a 9% de redução de mortes nas estradas.

No meu Estado do Rio Grande do Sul, a cada dia, morrem 3 pessoas no trânsito. É muita coisa. É um percentual expressivo. São vidas, e nós precisamos melhorar as condições do trânsito.

Uma das medidas necessárias é a criação da terceira faixa nos aclives. Há um projeto de minha iniciativa para que as BRs ofereçam, em todos os acessos, nas subidas, condições de se fazer ultrapassagem com segurança, a fim de salvar muitas vidas.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 9 de fevereiro, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apresentou relatório com o balanço de atividades de 2014, e o que desperta a nossa atenção é a manchete: *Cai número*

de acidentes e mortes nas rodovias em 2014. O número de acidentes, feridos e mortos nas rodovias do País em 2014 teve uma redução em relação a 2013. Os acidentes diminuíram 9,6% e passaram de 186.698, registrados em 2013, para 168.593, em 2014.

Conforme o relatório, nos acidentes em que houve feridos, a redução foi de 3,2%. Nos casos de acidentes com óbito no local, a diminuição apurada chegou a 2,3%. Em valores absolutos, 2014 terminou o ano com 100.396 acidentes envolvendo feridos, em comparação com os 103.752 em 2013. Em termos de acidentes com registro de óbito, houve 8.227 casos em 2014, contra 8.425 em 2013.

Um dos fatos preocupantes é que a maioria dos acidentes está relacionada à falta de obediência às leis de trânsito. Das ocorrências que resultaram em mortes, por exemplo, a falta de atenção correspondeu a 32% do total dos casos, enquanto a velocidade incompatível com as normas de segurança nas estradas correspondeu a 20% dos casos. As ultrapassagens indevidas foram apontadas como causa em 12% dos casos.

Os condutores dos veículos (motocicletas e automóveis) representam 57% dos casos de óbitos. O maior número de óbitos ocorre entre condutores de 25 a 38 anos. Passageiros e pedestres, juntos, somam 43% das mortes.

Com o propósito de que esses índices a cada ano diminuam mais, estou sugerindo ao Governo Federal a criação de um programa de adequação de trechos críticos de rodovias federais e estaduais por meio da construção da terceira faixa.

Os usuários das rodovias federais no Brasil se deparam com situações de baixa fluidez veicular causada pelo deslocamento lento dos veículos de carga, sobretudo nos trechos em aclive. Para superar a retenção em filas longas e morosas, os demais veículos, especialmente os de passeio, realizam ultrapassagens sucessivas, nem sempre seguras, nas rodovias de maior fluxo de trânsito. Esses procedimentos ensejam riscos de acidentes de trânsito, com todos os inconvenientes e prejuízos deles decorrentes.

Neste sentido, sugiro a implantação da terceira faixa nas rodovias. Tenho a convicção que é uma solução técnica eficiente para garantir a segurança no trânsito, ao criar uma alternativa para circulação dos veículos pesados, liberando o leito da via para a movimentação dos outros veículos.

É notável que determinados trechos com intenso tráfego de caminhões e veículos lentos, quando dotados de terceira faixa, oferecem melhores condições de segurança e trafegabilidade do que aqueles com pista simples e mão dupla de direção.

Também a duplicação das estradas e a adoção de obstáculos físicos para a divisão do fluxo de tráfego, como barreiras de concreto, áreas gramadas, com o afastamento das pistas e as defensas metálicas, contribui ainda mais para a segurança das vias.

Portanto, a intenção é reduzir os altos índices de acidentes nas estradas federais e estaduais, por meio da construção de terceira faixa destinada ao tráfego de veículos pesados e lentos. Dessa forma, esses veículos poderiam ceder espaço para aqueles mais rápidos e permitir maior fluidez e segurança no trânsito, notadamente em locais com fluxo intenso de caminhões.

Essa iniciativa visa diminuir os acidentes nas estradas e, para isso, é fundamental a atenção especial do Governo Federal no que diz respeito à viabilização de recursos públicos para que as melhorias sejam efetivadas.

Peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente, do PSOL do Estado de São Paulo. Depois, ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria dar como lido o nosso pronunciamento.

Defender a PETROBRAS é combater a corrupção e a privatização, inclusive checando que o financiamento privado de campanha é a maior demonstração de que nós podemos fazer outra coisa, que é punir corruptores e corruptos. Em segundo lugar, nós podemos também verificar que a PETROBRAS é a maior empresa geradora de investimentos e de empregos, gerando 10% do PIB.

Por outro lado, isso não pode servir de escudo para não se investigar. Nós vamos fundo nas investigações, mas estaremos na CPI da PETROBRAS também combatendo todos aqueles que querem privatizar a empresa e entregá-la às grandes empresas internacionais.

Contra a corrupção e contra a privatização na CPI!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PETROBRAS vive, sem dúvida, a maior crise da sua história. Muito ainda precisa ser investigado, mas o que já veio a público dá conta da gravidade e extensão do problema.

O processo de cartel de empreiteiras que dividiam entre si contratos com a estatal e pagavam propinas para obtê-los também traz à tona a podridão do nosso capitalismo e da tão saudada eficácia privada.

O processo dá provas cabais do que significa o financiamento privado de campanhas. A propina se transformava em doação oficial a partidos e candidatos. Vale ressaltar que as empreiteiras investigadas na Operação Lava-Jato doaram juntas, nas eleições de 2014, aproximadamente 500 milhões de reais a quase todos os partidos políticos – dos que elegeram Parlamentares, apenas o PSOL não recebeu.

Se considerarmos que na maioria das vezes o financiamento privado visa um acerto de contas, com favorecimentos obtidos ou um interesse futuro, podemos concluir que a chamada doação empresarial nada mais é do que um mecanismo de corrupção a olhos vistos, e com o parecer favorável de nossos Tribunais. Por isso, a urgência de se proibir a doação de empresas para partidos e campanhas políticas, que já poderia ter sido deliberada pelo STF, não fosse o papel deletério do Ministro Gilmar Mendes, que empacou a votação, uma vez que está segurando seu pedido de vista há 10 meses.

Mas o processo que hoje envolve a PETROBRAS é muito mais complexo do que isso e tem contornos econômicos nos quais se manifestam fortes interesses no Brasil e fora dele. Se é verdade que a sociedade brasileira acompanha com grande atenção as investigações e espera a justa punição dos envolvidos, também é fato que a crise vem sendo utilizada de forma deliberada por setores que querem desvalorizar a PETROBRAS, impor mudanças na legislação de exploração do petróleo e capturar a empresa para os interesses do mercado ou mesmo privatizá-la. Toda a especulação com as ações da empresa nos últimos dias e a pressão exercida pela grande mídia para que o comando da PETROBRAS passe para as mãos de figuras oriundas do mercado deixam claro esse processo.

Por mais que a PETROBRAS tenha sofrido um processo acentuado de perda de poder com as mudanças na legislação, com a quebra do monopólio da estatal sobre o setor e os subsequentes leilões das bacias de petróleo, o chamado regime de partilha, após o descobrimento do pré-sal, contraria interesses de grandes corporações do segmento no mundo todo, ávidas por ainda mais liberdade e controle da exploração. Neste sentido, a atual crise é vista por muitos como uma oportunidade de pressionar o Governo Dilma por mudanças na lei.

Não precisamos nos estender em relação à importância estratégica da PETROBRAS: é a maior empresa brasileira e responsável por cerca de 10% do PIB, 10% da taxa de investimentos do País e 5% da arrecadação dos impostos.

É óbvio que a Operação Lava-Jato e as investigações no exterior trazem efeitos colaterais, como a paralisia nos investimentos e nas operações da empresa. O tratamento oportunista dado por setores da mídia e pela Oposição de direita também contribui para depreciar a empresa, na maioria das vezes dando a impressão de terra arrasada, não considerando o peso da PETROBRAS, nem seu crescimento nos últimos anos. No entanto, o papel estratégico da empresa precisa ser considerado e não pode servir como escudo para cercear as investigações e a punição dos culpados.

Também não podemos aceitar a chantagem das construtoras, com a ameaça de que, se forem penalizadas, todas as obras param, e a economia sofrerá impactos. A configuração do setor, altamente concentrada, que facilita a corrupção e a formação de cartel, também dificulta a substituição dessas empresas de forma imediata.

Mas estamos sob os efeitos da nova Lei Anticorrupção, aprovada em 2013. A novidade é que esta lei responsabiliza a pessoa jurídica pelos atos ilícitos. Ou seja, a instituição corruptora também deverá responder. A lei prevê multas e até a suspensão das atividades das empresas envolvidas. É, sem dúvida, uma conquista da sociedade e precisa ser aplicada. Não é de hoje que os corruptores passam impunes, como se a corrupção tivesse apenas um lado e não significasse um ganho extraordinário e fraudulento para quem corrompe.

Até aqui, as investigações revelam que praticamente nenhuma das grandes construtoras ficou de fora do processo, assim como nenhum dos partidos que estão no Governo ou mesmo na Oposição de direita, como no caso do PSDB. Depoimentos dos envolvidos também revelam que a corrupção na PETROBRAS vem de longa data, como relatou o ex-gerente da empresa Pedro Barusco, que diz que começou a receber propina em 1997, no Governo FHC. O próprio depoente enfatiza que foi uma lei do Governo FHC, justamente a que quebrou o monopólio da PETROBRAS, que facilitou a corrupção, uma vez que a empresa não se via mais obrigada a se enquadrar na Lei de Licitações, que rege o setor público.

A extensão da corrupção na PETROBRAS, a participação direta de empresas e partidos e um número ainda não revelado ao certo de políticos envolvidos faz com que todo esse processo mereça a mais ampla atenção da sociedade. É preciso que as investigações sejam efetivas, e os responsáveis, punidos.

Da nossa parte, não pouparemos esforços para que todo esse esquema de corrupção na PETROBRAS seja desmantelado e a empresa sobreviva e venha a ter uma administração democrática, transparente e sob controle público. É preciso que a PETROBRAS aproveite melhor seu valioso corpo técnico e o conjunto de seus funcionários e tenha uma gestão de fato voltada aos interesses estratégicos do País.

É nessa linha, de combate à corrupção e, também, à privatização que atuaremos como membro titular da nova CPI da PETROBRAS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Geraldo, do Partido dos Trabalhadores do Pará. S.Exa. tem 1 minuto; depois, o Deputado Sandro Alex.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o primeiro projeto de lei que apresento nesta Legislatura visa acabar com o sistema simplificado de contratação na PETROBRAS, implementado no Governo Fernando Henrique, em 1997. Setenta por cento das contratações da PETROBRAS foram feitas através de carta-convite. Eu proponho que elas sejam feitas pelo RDC – Regime Diferenciado de Contratações. Só assim nós vamos acabar com esta farra de diretores contratarem obras de 10 bilhões, de 20 bilhões através de cartas-convites.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine aos meios de comunicação desta Casa, entre eles o programa *A Voz do Brasil*, a ampla divulgação do projeto de lei que acabo de apresentar com o fim de combater a corrupção na PETROBRAS.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários da Casa e todos aqueles que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados:

Venho hoje, 11 de fevereiro, a esta tribuna comunicar a meus pares e à sociedade brasileira que apresentei ontem o Projeto de Lei nº 276, de 2015, que revoga o sistema simplificado de contratação da PETROBRAS, instituído em 1997, no primeiro Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. O referido PL estabelece, ao mesmo tempo, que as novas contratações de bens e serviços da empresa sejam regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

Com a desculpa de dotar a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS de flexibilidade para enfrentar a concorrência de empresas privadas, o Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1997, incluiu na conhecida Lei do Petróleo, a Lei nº 9.478, o art. 67, que a autorizou a utilizar procedimento licitatório simplificado para a aquisição de bens e serviços. Na sequência, o Decreto nº 2.745, de 1998, aprovou o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da PETROBRAS.

Releva sublinhar que o aludido regulamento autoriza a PETROBRAS a utilizar modalidade convite sem limitação de valor desde que no mínimo três empresas sejam selecionadas. Com base nessa permissiva regra, estima-se que cerca de 70% das contratações da estatal foram feitas por simples cartas-convites.

Ante marco regulatório tão frágil, não surpreende que o recente escândalo de corrupção na PETROBRAS, que culminou com a denominada Operação Lava-Jato, tenha revelado cartelização na contratação de grandes obras pela petrolífera, com vultosos prejuízos para empresa e para seus acionistas.

É preciso, pois, adotar nova forma de contratação, que possibilite maior controle do processo de seleção de fornecedores de bens e serviços da PETROBRAS, mas sem privar a administração da empresa da agilidade necessária para o bom desempenho de suas atividades.

Para alcançar este intento, propõe-se determinar que o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 2011, seja aplicável à contratação de bens e serviços pela Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS. Por oportuno, registre-se que o mencionado regime já vem sendo utilizado com bons resultados nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e nas obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Contamos, pois, com o apoio dos ilustres pares desta Casa para o aperfeiçoamento e a aprovação da iniciativa, que julgamos do mais alto interesse de nosso País.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sandro Alex, do Paraná; depois, à Deputada Raquel Muniz.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, votamos, na noite de ontem, o orçamento impositivo, importante matéria, bandeira desta Casa. Também foi instalada ontem a Comissão Especial da Reforma Política. Eu quero agradecer à bancada do meu partido a indicação do meu nome para membro titular. Fiz parte do grupo de trabalho que gerou a Comissão Especial, ao lado dos nossos Deputados Esperidião Amin, Marcus Pestana, Marcelo Castro e Rodrigo Maia.

Após o carnaval, vou trazer o resultado de uma pesquisa realizada em todo o País sobre o posicionamento dos brasileiros acerca dos temas da reforma política, para que possamos dar início aos trabalhos e mostrar, ainda este ano, mudanças para as eleições do ano que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra à nobre Deputada Raquel Muniz, de Minas Gerais; depois, ao Deputado Heitor Schuch.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que nos preparamos para discutir aqui o exercício da profissão de motorista profissional, eu, como médica de trânsito em Minas Gerais, sabedora de que nosso Estado tem uma das maiores malhas rodoviárias deste País, por onde trafegam motoristas de todas as Regiões, muitos dos quais perdem a vida nessas viagens, gostaria de me unir à Presidência da Casa e aos Deputados na defesa da melhoria das rodovias do País, de mais investimentos e da duplicação das estradas, para diminuirmos, cada vez mais, o número de mortes.

Sr. Presidente, peço que minha fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – V.Exa. será atendida, nobre Deputada.

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre as matérias que serão discutidas neste plenário, cito o Projeto de Lei nº 4.246-C, de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. São eles que levam Brasil afora carros, alimentos e outras cargas necessárias aqui e ali.

Como médica do trânsito, é meu dever pegar carona nesta discussão para falar sobre a violência que assola as nossas estradas, ceifando muitas vidas, deixando famílias inteiras órfãs de seus entes queridos. A Lei Seca veio ajudar a diminuir estes números, mas é necessário atenção com a qualidade das nossas vias. Minas Gerais, o meu Estado, é o que tem a maior malha viária do País. Por lá são constantes os acidentes. Na minha região, por exemplo, estamos lutando há anos pela duplicação da BR-251, que liga o Sudeste ao Nordeste. Toda semana acidentes terminam em mortes nessa estrada.

Peço mais atenção a este assunto. Vamos cuidar da qualidade de vida dos nossos motoristas, garantindo a eles boas condições de trabalho, para que dirijam com segurança. Isto vai garantir mais segurança nas estradas sim! Mas, juntamente com isto, precisamos também destas outras ações: melhorar a qualidade da nossa malha viária, criar alternativas para o escoamento das nossas cargas, como a utilização dos rios, e, claro, buscar a conscientização constante dos nossos motoristas, para que respeitem as leis de trânsito, não sejam imprudentes e coloquem a vida sempre em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Heitor Schuch, do Rio Grande do Sul; depois, ao nobre Deputado João Daniel.

O SR. HEITOR SCHUCH (Bloco/PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de socializar desta tribuna a grave crise que atinge os produtores de leite do Estado do Rio Grande do Sul. Sem medo de errar, afirmo que esta é a pior crise que o setor já viveu na sua história, uma crise que acaba por desestruturar os milhares de agricultores familiares que têm nessa atividade o seu sustento.

São atingidos 134 mil produtores gaúchos, em 450 Municípios, que investiram em tecnologia e representam 7% do PIB do Rio Grande do Sul, com 230 indústrias de laticínios. Dos 12 milhões de litros de leite produzidos por dia, 60% não são consumimos no Estado, são exportados para outros Estados do País.

O leite, sem dúvida, é o alimento mais sagrado da mesa do povo brasileiro, portanto este assunto é de fundamental importância. Pedimos apoio, para que o Governo também faça a sua parte e auxilie neste momento difícil os produtores, o setor cooperativo e o setor produtivo do Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna quero falar hoje sobre a grave crise que atinge os produtores de leite do Estado do Rio Grande do Sul. Sem medo de errar, afirmo que é esta a pior crise que o setor viveu nas últimas décadas, não só pela queda nos preços e na estagnação no mercado, mas, principalmente, porque ela afeta e desestrutura milhares de agricultores familiares que nos últimos anos investiram alto em tecnologia de produção, aumentaram significativamente a produção e a produtividade e se tornaram uma importante fonte de arrecadação também para os Municípios, em especial para os pequenos.

O leite, ao contrário de produtos agrícolas como a soja, o trigo e o feijão, entre outros, garante aos agricultores uma renda mensal que é gasta em sua maioria no comércio local. Cento e trinta e quatro mil produtores leite, grande parte deles detentores de pequenas áreas de terra, exploram suas atividades somente com a família, em 450 municípios gaúchos, e contribuem com 7% do PIB gaúcho. Temos 230 indústrias de laticínios de porte médio e grande, sem falar nas pequenas queijarias e demais microempresas ligadas ao setor que se espalham pelo interior dos nossos Municípios.

Nossa produção atinge em média 12 milhões de litros de leite por dia, dos quais consumimos apenas 40%, destinando os demais 60% para a exportação, em especial para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, e apenas um pequeno percentual para outros países.

Sr. Presidente dessa Mesa, Sras. e Srs. Parlamentares, população que nos assiste pelos meios de comunicação da Casa, *"o leite é o mais sagrado dos alimentos e os agricultores trabalham para colocar na mesa de cada brasileiro e de cada brasileira alimentos limpos e de qualidade"*.

Infelizmente, no Rio Grande do Sul algumas pessoas inescrupulosas, na ânsia de aumentar os lucros, em especial no setor de intermediação do leite, passaram a adulterar o produto, em especial com a adição de água e de substâncias necessárias para manter as propriedades. Em relação à produção, o percentual de leite adulterado foi ínfimo, mas suficiente para causar um estrago inimaginável em toda a cadeia produtiva.

Não estamos condenando aqui o sistema de fiscalização, que deve, sim, zelar pela qualidade dos produtos que consumimos, mas exigimos que o mesmo tratamento seja dado em todos os Estados da Federação. Não pode o Rio Grande do Sul pagar toda esta conta sozinho.

Eu mesmo, quando Deputado Estadual, presidi uma Comissão de Representação Externa da Assembleia Legislativa que acompanhou os desdobramentos da crise gerada e cobrou a punição exemplar dos responsáveis pela adulteração, que, afirmo aqui, não foi gerada por agricultores. Mas quem está pagando a conta? Mais uma vez, as consequências recairão sobre o elo mais fraco da cadeia produtiva, que são os agricultores.

Por tudo isso, no dia de hoje uma representação do meu Estado, com a participação do Deputado Estadual Elton Weber, do PSB, atualmente Presidente licenciado da FETAG/RS, e de outros representantes do setor, está em Brasília pedindo socorro ao Governo Federal para tentar minimizar a crise e salvar milhares de produtores da falência, o que traria consequências sociais graves.

Entre as principais medidas propostas destacam-se:

1) Habilitação das plantas industriais de produção de leite em pó da COSUEL, de Encantado; da COSULATI, de Pelotas; e da CCCL, de Cruz Alta, para a exportação de leite para a Rússia;

2) Aquisição pelo Governo Federal de 4 mil toneladas de leite em pó dos estoques existentes no Rio Grande do Sul;

3) Suspensão temporária, pelo prazo de 90 a 120 dias, de todas as importações de leite em pó e derivados lácteos.

Além dessas medidas, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul busca linhas de crédito para socorrer os produtores de leite nos moldes do crédito emergencial concedido aos produtores atingidos pela estiagem de 2012 e, com mudanças na legislação, como alteração na Lei de Falências, permitir que os agricultores fornecedores de matéria-prima sejam priorizados no recebimento.

Para finalizar, quero reforçar a importância do consumo de leite, que, junto com a água, é o único alimento que pode ser ingerido ao longo de toda a vida, seja na sua forma natural, seja na forma de subprodutos como queijos e iogurtes.

A Organização Mundial da Saúde – OMS recomenda que crianças com até 10 anos consumam em média 150 litros de leite por ano. Para jovens de 11 a 19 anos, o consumo recomendado é de 250 litros por ano. E para os idosos a recomendação é de 220 litros. No Brasil, o consumo é 40% inferior a esta recomendação. Para o bem do Brasil, precisamos mudar esta realidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Edinho Bez, de Santa Catarina, por 1 minuto.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós entendemos que precisamos fazer a tão sonhada reforma política. O Congresso Nacional precisa dar o exemplo, assim como o Governo Federal, porque a sociedade não solicita mais, não pede mais: a sociedade está exigindo.

Nós temos um sistema atrasado, um sistema corrupto, um sistema que favorece muitos que não deveriam estar aqui, porque favorece quem tem dinheiro, favorece quem tem recursos.

Precisamos fazer a reforma política. Sei que a matéria está bem encaminhada, mas precisamos repetir isto, porque não é possível nós continuarmos com um sistema que não satisfaz mais a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Esperidião Amin, de Santa Catarina, meu Governador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste início de Legislatura nós já temos alguma coisa para comemorar, sem dúvida alguma. Essas últimas votações e a criação da Comissão Especial da Reforma Política são afirmações da Casa.

Eu quero registrar uma preocupação catarinense que deveria ser brasileira, a possibilidade de haver um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca a respeito, Deputado Edinho Bez, da famosa lista da Portaria nº 445, do Ministério do Meio Ambiente, que causou grande tumulto na indústria da pesca e entre os pescadores artesanais de Santa Catarina e do Brasil.

Faço votos de que haja um acordo entre esses dois Ministérios no grupo de trabalho que está tratando dessa lista de peixes cuja captura será proibida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Isso acontecerá, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra o Deputado Antonio Brito.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PTB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de agradecer a todos os Deputados que registraram e apoiaram a Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área da Saúde.

Eu gostaria de agradecer, Sr. Presidente, porque as Santas Casas e os hospitais filantrópicos estão passando por uma séria crise. No ano retrasado, foi aberto aqui o PROSUS – Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam no âmbito do SUS e que Atuam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde, com o apoio desta Casa, para anistiar e refinanciar dívidas com moratória de 15 anos – as dívidas tributárias das Santas Casas. Duzentas e cinquenta e sete entidades foram registradas no programa, mas mais de 500 sofrem ainda com o endividamento, que chega a 6 bilhões de reais.

Precisamos lutar pela reabertura do PROSUS nesta Casa a fim de atender a essas entidades, que precisam refinanciar suas dívidas tributárias, e criar um sistema de refinanciamento bancário, porque muitas entidades buscam nos bancos sanar suas dificuldades de crédito para poderem continuar a atender pelo SUS a população brasileira e seguir sendo responsáveis por mais de 51% das internações.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho registrar que hoje, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, assume a Presidência do Tribunal de Contas do Estado o companheiro Waldir Neves, que foi Deputado conosco na Legislatura de 2007 a 2010, foi Deputado Estadual e foi Vereador e hoje chega ao mais alto cargo daquela Corte com toda essa trajetória política.

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Também quero registrar que assumiu o Governo da Paraíba, na tarde da última segunda-feira, a Dra. Lígia Feliciano, Vice-Governadora do Estado, esposa do companheiro Deputado Damião Feliciano. Como tive a oportunidade de exercer esse cargo, sei da importância da interinidade e torço para que nosso Estado não sofra solução de continuidade.

Cumprimento a Dra. Lígia e solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que também este meu pronunciamento seja registrado nos meios de comunicação da Casa.

Era este o meu registro na manhã de hoje.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero hoje registrar a solenidade de posse do Conselheiro Waldir Neves como Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, que acontece hoje, em Campo Grande.

A posse do Conselheiro Waldir Neves como Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul é o coroamento de uma carreira honrada de quase 30 anos de serviços dedicados à vida pública.

O Conselheiro Waldir Neves Barbosa nasceu na cidade de Miranda, Mato Grosso do Sul, no dia 31 de janeiro de 1963. Possui duas graduações superiores: é bacharel em Direito e em História. Além disso, foi Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal. Substitui Cícero Antônio de Souza na Presidência do TCE-MS.

Em 1986, aos 22 anos, disputou sua primeira eleição para Deputado Estadual, tendo sido o mais votado entre os 27 candidatos do PDT – não assumiu o cargo porque o partido não alcançou o coeficiente eleitoral mínimo. No mesmo ano, acabou voltando à sua antiga escola, o Colégio Latino Americano, desta vez como professor de História por 2 anos consecutivos. Voltou a concorrer nas eleições seguintes, em 1988, e foi eleito Vereador em Miranda. Foi Presidente da Câmara antes de retornar à disputa estadual.

Em 1991, elegeu-se Deputado Estadual pela primeira vez, com votação recorde. Já no primeiro mandato foi Vice-Líder do Governo na Assembleia Legislativa, passando a Líder do PSDB na legislatura seguinte, seu segundo mandato. Com a eleição de Zeca do PT para o Governo Estadual, foi Líder do Bloco Parlamentar de Oposição e em seguida Vice-Líder do Bloco Parlamentar de Integração.

Em 2006, após quatro mandatos como Deputado Estadual, foi eleito Deputado Federal, com quase 80 mil votos. Já no primeiro ano como Parlamentar na Câmara dos Deputados, foi eleito Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – setor em que sempre atuou com afinco. Também foi Vice-Presidente da Comissão Especial de Serviços Notariais (cartórios); suplente na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; suplente na Comissão da CPMF; e suplente na Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário.

Entretanto, sua maior vitória no Congresso Nacional foi se tornar o primeiro Deputado Federal de Mato Grosso do Sul a conseguir a aprovação de uma CPI de sua autoria, com apoiamento de mais de 170 Deputados. Trata-se da Comissão Parlamentar de Inquérito da Subnutrição de Crianças Indígenas, que investigará as causas, as consequências e os responsáveis pela morte por subnutrição de crianças indígenas entre 2005 e 2007. Considera esta CPI especialmente importante para a população do Estado, onde apenas este ano já morreram oito indiozinhos por problemas decorrentes da subnutrição.

Sua dedicação é digna de reconhecimento, devendo ser registrada nos Anais da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também registrar que a Vice-Governadora do Estado da Paraíba, a médica Lígia Feliciano, assumiu interinamente o Governo do Estado na noite dessa segunda-feira dia 9 de fevereiro e ficará à frente daquele Poder Executivo até a Quarta-Feira de Cinzas, dia 18.

Está é a primeira vez que a médica Lígia Feliciano assume o Governo do Estado da Paraíba.

Durante os próximos 8 dias, a Governadora interina Lígia Feliciano se dedicará ao acompanhamento do Plano de Segurança da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil e das ações de prevenção à saúde durante os festejos carnavalescos.

Ana Lígia Costa Feliciano nasceu em Campina Grande, Paraíba, no dia 21 de abril de 1957, filha dos comerciantes José Amaro da Costa e Maria do Carmo Costa. Estudou no Colégio das Damas, onde concluiu seu ensino médio. Em 1978, casou-se com Damião Feliciano. É mãe de três filhos: Renato, Mariana e Gustavo. Estudou Medicina na Universidade Federal da Paraíba, no *campus* de Campina Grande (atual Universidade Federal de Campina Grande). Lígia Feliciano já foi candidata ao Senado Federal e candidata a Vice-Prefeita de Campina Grande.

Quero aqui destacar que já assumi o cargo que hoje a Dra. Lígia Feliciano tem a oportunidade e o privilégio de ocupar, onde mostrará a força de seu trabalho, fruto da determinação que a levou a esse posto. Seu trabalho é digno de reconhecimento, devendo ser registrado nos Anais da Câmara Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Delegado Edson Moreira, do PTN de Minas Gerais.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PTN-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os dias eu vejo no noticiário reportagens sobre incêndio a ônibus de empresa concessionária de serviços públicos. O pessoal de dentro das penitenciárias está dando ordem para a queima de ônibus e para os crimes mais hediondos que se pode imaginar!

Precisamos, urgentemente, mudar a Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal), tendo em vista que o crime organizado está mais organizado do que a segurança pública nos Estados brasileiros. Isso é de Norte a Sul; de Leste a Oeste; do Chuí a Serra da Contamana ou ao Oiapoque.

O que acontece? A criminalidade campeia Brasil afora e o Congresso nada faz. Precisamos mudar as leis, principalmente a Lei nº 7.210/84.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Evair de Melo, do PV do Espírito Santo.

O SR. EVAIR DE MELO (Bloco/PV-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma boa notícia para os capixabas. A indústria capixaba registrou o segundo melhor resultado do País em 2014, segundo o IBGE. O crescimento de 5,6% da produção física industrial superou as expectativas da nossa Federação. Para o Presidente do Sistema FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, Marcos Guerra, o bom desempenho do setor extrativo, aliado à ampliação dos investimentos existentes no Estado e à chegada de novas indústrias, continuará impulsionando os bons resultados.

E argumenta o Presidente do Sistema FINDES:

> *"A indústria tradicional vive um momento de grandes desafios, mas acreditamos que o Espírito Santo continuará crescendo acima da média nacional. Nossa expectativa é otimista, mas com os pés no chão, principalmente porque 2015 será um ano de ajustes em diversas áreas. A consolidação dos novos investimentos e a diversificação da indústria devem gerar melhorias e novas oportunidades para os capixabas".*

Estudo divulgado pela FINDES avalia que R$21 bilhões em investimentos privados serão concretizados no Espírito Santo até 2017, gerando cerca de 21 mil postos de trabalho para a construção e outros 10 mil para a operação de novas indústrias.

Pleiteamos aqui melhoras na infraestrutura capixaba, como esperamos avançar mais, principalmente na reforma tributária, a fim de produzir e gerar mais empregos, e, assim, contribuir para o crescimento da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo, do PT do Ceará. Depois falará o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar, com pesar, o falecimento, aos 93 anos de idade, no último dia 8, do grande jornalista cearense meu amigo Dedé de Castro, que deixa o legado de uma história de jornalismo combativo e, sobretudo, comprometido com as causas do nosso povo.

Dedé de Castro tinha um estilo todo próprio, singular, de descrever os fatos da história do nosso povo. Numa de suas reportagens mais emblemáticas, fez um registro de Icapuí, pedacinho da Holanda no Ceará, narrando a nossa colonização durante determinado período.

Presto as minhas homenagens a esse grande brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã completa-se 10 anos do assassinato da irmã norte-americana Dorothy Stang. Desde lá houve mais 325 assassinatos ligados a conflitos rurais no País, a maior parte (66%) na Amazônia. Os assassinos da Irmã Stang foram julgados e condenados, mas um dos executores, Rayfran das Neves Sales, recentemente foi novamente preso por envolvimento com tráfico de drogas e pelo assassinato de um casal de jovens.

Aquela região do Pará, a partir de Anapu, enfim, o Estado todo, além do Estado do Amazonas, vive este drama, o de ser uma região grande onde os conflitos por terra se agudizam, bem como o número de mortes.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra à nobre Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul, por 1 minuto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar nesta tribuna a importância que o Brasil dá ao tema da reforma política. Foi construído um consenso ao longo do último período, inclusive por termos realizado em 2014 as eleições mais caras que o País já viu. Mas democracia é muito mais do que valores financeiros, e ela não pode estar sujeita à influência do poder econômico.

Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que a Proposta de Emenda à Constituição nº 352, de 2013, não pode representar, em sua versão final, aquilo que o povo brasileiro almeja como reforma política porque ela estabelece o voto facultativo, que é elitista; estabelece distritos; reduz a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional; e constitucionaliza o financiamento privado. Trata-se de uma antirreforma.

É preciso ouvir a OAB e a CNBB e trabalhar com os movimentos sociais particularmente o tema do plebiscito, que foi instituído no País, para ouvirmos a sociedade sobre a reforma política. A jovem democracia brasileira, passado o período que nos separa do processo constituinte, exige de nós maior aproximação com a população, e os poderes que se aproximam da população têm que ouvi-la no momento de trabalhar as instituições políticas. Por isso critico a PEC 352, de 2013 e espero que a sociedade trabalhe para ter ouvidas as suas opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Jorge Solla, do PT da Bahia. V.Exa. dispõe de até 1 minuto.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Bom dia.

Sr. Presidente, eu queria marcar a nossa primeira intervenção aqui como Deputado Federal registrando nossos parabéns à Presidenta Dilma, ao Ministro Arthur Chioro e a toda equipe da Saúde do Governo Federal por mais um grande avanço no Programa Mais Médicos. Encerrada a nova fase de adesão, confirma-se a inscrição de 1.294 Municípios brasileiros, para 4.146 vagas autorizadas. Foi um sucesso. Disputam essas vagas 15.747 médicos.

É importante registrar, Sr. Presidente, que, graças ao Programa Mais Médicos, 50 milhões de brasileiros, 5 milhões só no Estado da Bahia, passaram a ter um médico para chamar de seu, no seu posto de saúde, no seu bairro, no seu Município, tanto nos pequenos Municípios, os mais afastados dos grandes centros, quanto nas grandes capitais.

Sr. Presidente, Salvador, a terceira maior cidade do Brasil, estava em 2013...

(*O microfone é desligado.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (Bloco/PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar que estão em curso quatro emendas que nós destinamos à cidade de Colatina – emendas para mobilidade urbana.

Destinamos 1 milhão de reais para calçadas cidadãs nos órgãos públicos da cidade. Todos os órgãos públicos serão aparelhados. Mais 1 milhão de reais está previsto para se fazer uma nova ponte que ligará o Bairro Vila Nova ao chamado Bairro Marista, onde há uma nova explosão imobiliária. Também há a necessidade de mais uma quadra no Bairro de Barbados, como também de investimentos na área de agricultura.

Eu queria registrar o empenho da Prefeitura de Colatina, que, apesar das diferenças políticas, cuidou para que esses projetos fossem bem feitos, trabalhando para que os Ministérios liberassem os recursos. Ao todo, são quase 3 milhões de reais em emendas deste Deputado para a cidade de Colatina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Ato da Presidência

Nos termos da alínea "m" do inciso I do art. 17, combinado com o inciso II do art. 22, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a elaborar proposta de Lei Orgânica da Segurança Pública no Brasil.

A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

*Brasília, 11 de fevereiro de 2015. – **Eduardo Cunha,** Presidente da Câmara dos Deputados.*

Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 70-A, de 2011, do Senado Federal, que "altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional".

A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

*Brasília, 11 de fevereiro de 2015. – **Eduardo Cunha,** Presidente da Câmara dos Deputados.*

Ato da Presidência

Nos termos do § 1° do art. 205 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n° 1.572, de 2011, do Sr. Vicente Candido, que "institui o Código Comercial".

A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2° do art. 33 do Regimento Interno.

*Brasília, 11 de fevereiro de 2015. – **Eduardo Cunha,** Presidente da Câmara dos Deputados.*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Dando continuidade às Breves Comunicações, concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, o núcleo agrário da bancada do PT, que reúne em torno de 16 Deputados e é coordenado pelo Deputado Padre João, de Minas Gerais, teve uma importante audiência com o Ministro Patrus Ananias. Na oportunidade, os Parlamentares apresentarem uma série de reivindicações que estão na pauta do núcleo agrário, representando justamente a vontade, os anseios e a expectativa dos movimentos sociais.

Nessa audiência com o Ministro Patrus Ananias, foi colocada como umas das prioridades para este próximo período o assentamento de mais de 100 mil famílias que estão acampadas hoje no Brasil, vivendo debaixo de lona preta há 1, 2, 3, 10 anos. Há a expectativa muito grande de que, neste próximo período do Governo Dilma, possamos desapropriar áreas improdutivas para viabilizar os assentamentos de reforma agrária. E o Ministério tem que ter isto como prioridade: que não haja mais nenhuma criança debaixo de lona preta neste próximo período. Acredito que este é um ponto fundamental.

Outro aspecto debatido, que eu acredito é determinante, foi com relação à assistência técnica, que vai justamente dar condições aos assentados de obterem uma produção de mais qualidade, de modo que possam disputar o mercado consumidor neste País.

Outro assunto levantado diz respeito ao crédito PRONAF, que vai destinar 24 bilhões de reais para serem investidos na agricultura familiar. E isso é importante, porque é preciso facilitar o acesso das famílias a esse crédito, para que possam desenvolver a agricultura deste País. Já que o pequeno agricultor, o assentado de reforma agrária, o quilombola são os responsáveis por mais de 70% da produção de alimentos no País, é preciso que cada vez mais a esses agricultores seja facilitado o acesso ao crédito do PRONAF, aperfeiçoando-se esse crédito, fazendo com que se possa avançar no sentido de proporcionar assistência técnica. Se é preciso assentamento de reforma agrária, também é preciso obter crédito para que se possa produzir na terra.

Outro aspecto que achamos fundamental é com relação à demarcação das áreas, principalmente o reconhecimento de áreas quilombolas. São muitas dessas áreas no Brasil, e é preciso esse reconhecimento, essa demarcação, para, de uma vez por todas, resolvermos essa questão, que é uma dívida histórica deste País. É preciso que o Estado brasileiro pague a essa população. Por isso, o reconhecimento das áreas dos quilombolas, criando-se condições e infraestrutura para essa população, é fundamental para o desenvolvimento.

Outro aspecto é com relação à juventude. A juventude que vive no meio rural tem que ter condições adequadas. E essas condições incluem desde o acesso à Internet, em todos os lugares, até a educação de qualidade, para que os jovens do meio rural não precisem sair dos seus assentamentos, das suas agrovilas para estudar na cidade. A educação tem que estar onde as pessoas vivem, e muitos jovens vivem no meio rural, nos assentamentos.

Por isso, a discussão que nós tivemos com o Ministro Patrus Ananias foi importante. E tenho muita esperança de que neste próximo período nós vamos conseguir avançar no processo de reforma agrária.

Quero concluir, parabenizando o Deputado Caetano, que está presidindo esta sessão. Parabéns! V.Exa. é Deputado pela nossa Bahia, nosso Estado. Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Caetano) – Muito obrigado, Deputado Valmir Assunção.

Durante o discurso do Sr. Valmir Assunção, o Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Caetano, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Caetano) – Com a palavra o Deputado Carlos Manato, do Espírito Santo.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de parabenizar o nosso Presidente Eduardo Cunha pela criação da CPI da PETROBRAS.

Eu tive a honra de ser um dos Deputados que subscreveram pela criação dessa CPI. Nós, brasileiros, nós, Deputados, não podemos aceitar em hipótese alguma o que está acontecendo com a PETROBRAS. Uma empresa que há pouco mais de 1 ano valia R$500 bilhões de reais, hoje não vale nem R$200 bilhões.

Então, Sr. Presidente, todas as provas estão aí. Nós estamos observando que a todo momento aparecem novas provas, novos casos. Nós não estamos inventando, não é a imprensa que está inventando; são as próprias pessoas envolvidas que estão delatando, que estão dizendo onde está o dinheiro, em quais contas está todo esse dinheiro.

Sr. Presidente, isso tem que acontecer. Essa CPI tem que investigar, servir de apoio ao Ministério Público e a Polícia Federal.

A nossa tristeza é que tiraram uma presidenta que estava conivente, mas que colocaram agora um presidente que não é ficha limpa, que está respondendo a processo. Aí as ações da PETROBRAS despencam de novo!

Nós não podemos concordar com isso.

Nós queremos, sim, investigação. Queremos que todos tenham chance de falar a verdade perante a Comissão, para que a verdade seja apurada e os culpados sejam punidos. Então, nós temos certeza de que essa Comissão Parlamentar de Inquérito aqui na Câmara vai dar resultados.

Ontem foi criada e instalada a Comissão da Reforma Política, outra coisa que nós temos que elogiar aqui nesta Casa. Todos nós temos uma posição. Mas temos de chegar a um acordo e votar, para que a grande maioria seja respeitada.

Eu sou favorável à coincidência de mandatos. Eu sou favorável ao mandato de 5 anos, sem reeleição, para os mandatários do Executivo. Sou favorável ao fim das coligações proporcionais. Então, a minha posição é essa; mas a posição dos colegas também tem que ser respeitada.

Essa Comissão tem que chegar, pelo menos, ao consenso da maioria e trazer esse resultado ao plenário, para votação. Esta aqui é uma Casa democrática. A maioria vai vencer. Mas para isso temos que votar a matéria. A reforma política está aí há anos sendo esperada, e não acontece. Não podemos esperar mais.

Então, esta Casa está de parabéns pelas coisas que estão acontecendo.

Ontem, tivemos uma grande vitória, uma vitória desta Casa. Nós aprovamos – e já vai para a promulgação da Presidenta – a PEC do Orçamento Impositivo. E eu espero que a Presidenta tenha juízo e não vete nada, porque, se ela vetar, esta Casa vai derrubar o seu veto. Se vetar, ela vai passar vergonha! Então, que não vete. Colocarmos emendas no Orçamento, fazemos festa lá nos Municípios, esperamos o dinheiro, que não sai, e ficamos de mãos abanando. Chega disso!

Agora, vai acabar isso. A imprensa não vai mais falar que é preciso liberar emendas, não vamos mais ficar com uma saia justa. Agora, não! Se estiver no Orçamento da União, a emenda vai ser cumprida: 50% na saúde e 50% onde o Parlamentar achar melhor, após discutir com suas bases.

Então, Presidente, muito obrigado. Obrigado a esta Casa, a todos os pares por essas grandes vitórias no início deste mandato!

O SR. PRESIDENTE (Caetano) – Muito obrigado, Deputado Carlos Manato.

O Sr. Caetano, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Caetano, do PT da Bahia, por 3 minutos.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, aqui nesta Casa, ouvi diversos discursos. E ouvi, com muita atenção, o discurso do Deputado Jutahy Junior, da Bahia.

S.Exa. disse que é preciso que a PETROBRAS seja entregue para o mercado, e que seja indicado alguém do mercado para a Presidência.

Quero discordar do Deputado Jutahy Junior, dizendo que nós não podemos entregar uma empresa como a PETROBRAS para o mercado.

E ele disse mais ainda: que foi colocado na Presidência da PETROBRAS alguém de confiança da Presidência da República. Como é que a Presidência da República iria botar alguém de sua desconfiança na direção da PETROBRAS? O que se tem que fazer com a PETROBRAS agora é o que a Polícia Federal está fazendo: investigar todos os erros que cometeram os executivos da PETROBRAS, desde a época de Fernando Henrique Cardoso. E, consequentemente, se houver algum culpado, que se apurem os culpados e, obviamente, que se votem leis para puni-los.

Nós temos que fortalecer a PETROBRAS como entidade, como empresa. É uma empresa que contribui com 13% do PIB nacional e que tem 86 mil empregados.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero aqui parabenizar o PT pelos seus 35 anos. O PT colocou o povo pobre deste País dentro do Orçamento da União; o PT conseguiu, nesses anos em que governa o Brasil, retirar 40 milhões da população da linha da pobreza e promover 30 milhões de brasileiros para a classe média.

Ontem, foi publicado em âmbito nacional que o desemprego, que em 2013 era de 7,1%, baixou para 6,8% em 2014. E hoje publica toda a imprensa nacional que o salário mínimo em nosso País teve um crescimento importante nos últimos 65 anos. O salário mínimo permitiu aos trabalhadores brasileiros aumentar seu poder de compra, atingindo o maior índice em janeiro de 2015. Desde agosto de 1965 ele não tinha uma performance como essa.

Qual é o desafio nosso agora? O desafio do povo brasileiro, do Governo da Presidenta Dilma é com relação à criação de um novo ciclo de desenvolvimento econômico neste País. Nós temos que apostar nessa perspectiva. Nós não podemos agora apostar em impeachment, em golpe, porque a eleição foi limpa. O PSDB, a Oposição precisa sair do palanque. Esta Casa precisa apoiar a Presidenta Dilma para que ela possa realizar esse

novo ciclo de desenvolvimento econômico no nosso País. Nós precisamos proteger, sim, o salário e o emprego dos trabalhadores. Nós precisamos proteger, sim, a renda daqueles que mais precisam neste País. E os programas sociais não podem ser mexidos.

Por isso é que defendo aqui desta tribuna a taxação das grandes fortunas. Esta Casa tem que ter coragem de discutir essa matéria, de trazê-la para a Ordem do Dia, para que nós possamos, dessa forma, ajudar o Brasil a sair deste momento e a entrar num novo desenvolvimento econômico, porque nós ainda estamos vivendo uma crise internacional, que vem lá de 2008. E, agora, com a crise hídrica neste País, nós precisamos dar as mãos para trazer de novo o crescimento econômico.

É nisso que nós temos que apostar, é nisso que eu aposto como Parlamentar brasileiro aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34, do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer do Projeto de Lei nº 6.583, de 2013, do Sr. Anderson Ferreira, que dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências, e apensado.

A Comissão será composta de 26 membros titulares e igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015. – **Eduardo Cunha,** Presidente da Câmara dos Deputados.

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.869, de 2010, do Senado Federal, e apensados, que acrescenta o art. 242-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcóolicas a menores de 18 anos, e dá outras providências.

A Comissão será composta de 26 membros titulares e igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 10 de fevereiro de 2015. – **Eduardo Cunha,** Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. acaba de ler uma mensagem do Presidente Eduardo Cunha, que eu quero louvar. A Comissão Especial vai avaliar um projeto de lei, aprovado no Senado, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. Essa é uma iniciativa das mais importantes do Parlamento brasileiro.

Quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que, com certeza, com essa medida, na esteira do que fez São Paulo – lá já existe essa proibição, com penalidades para quem vende bebida alcoólica a menores de 18 anos –, o Congresso Nacional vai dar um passo importantíssimo para tirar aquela imagem hoje da benevolência da sociedade brasileira com a venda de bebidas alcóolicas para menores. Isso é muito importante.

Quero saudar o Presidente Eduardo Cunha por essa iniciativa, já aprovada pelo Senado, uma das mais importantes que vamos ter na Câmara Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra à Deputada Keiko Ota, por 3 minutos.

A SRA. KEIKO OTA (Bloco/PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ao longo da legislatura passada, usei o espaço desta tribuna para denunciar o crescimento da criminalidade e da violência em nosso País, além de cobrar das nossas autoridades medidas para coibir essa epidemia que tanto assola a sociedade. Isso não será diferente agora em meu segundo mandato de Deputada Federal.

Sou mãe e também uma vítima da violência. Perdi meu querido filho, Ives Ota, brutalmente assassinado aos 8 anos de idade. Sei muito bem o estrago que uma tragédia dessas provoca em uma família. Por isso, vou continuar me empenhando para que tenhamos leis mais duras para coibir os crimes hediondos e contra a vida.

O recente caso envolvendo o assassinato da guarda civil metropolitana Ana Paola Teixeira, na frente do filho, na Zona Leste de São Paulo, é uma amostra da barbárie que vemos no dia a dia. A ironia é que, quem deveria estar nos protegendo, acaba também sendo vítima contumaz da violência.

Precisamos dar um basta urgente a isso! Caso contrário, continuaremos perdendo – e muito feio – essa batalha contra a criminalidade e a impunidade.

Minhas senhoras e meus senhores, levantamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo mostra que 2014 foi o ano em que houve o maior registro de roubos. Até dezembro do ano passado, foram 309 mil ocorrências de roubo em São Paulo. Comparado a 2013, o aumento do número de roubos foi de 20,6%.

Por sua vez, o Índice de Homicídios na Adolescência – IHA aponta que mais de 42 mil jovens, entre 12 e 18 anos, correm risco de serem assassinados nos Município brasileiros com mais de 100 mil habitantes. O estudo indica que, para cada grupo de mil pessoas com 12 anos completos, 3,32 devem morrer antes de chegar aos 19 anos.

Até quando iremos continuar nos escondendo atrás de estatísticas que só comprovam que o Brasil está refém da violência e da impunidade?

Chega! Que este ano legislativo que se inicia sirva para darmos respostas efetivas à sociedade. Não aguentamos mais!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Padre João, por 3 minutos.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho aqui agradecer ao conjunto dos colegas, Deputados e Deputadas do Partido dos Trabalhos, este coletivo que temos: o Núcleo Agrário. Somos mais de 20 Deputados com uma agenda específica dentro do partido, junto também à bancada.

Tivemos ontem uma reunião exitosa com o nosso companheiro, Ministro Patrus Ananias, com quem temos uma pauta ao longo deste ano para contribuir com o nosso País no sentido de avançar, acelerar o processo de reforma agrária. O Ministro Patrus Ananias, muito sensível à causa, já na sua posse deixou clara a importância de fazer valer a função social da propriedade.

Temos ainda muitos latifúndios ociosos, temos ainda o grande latifúndio que às vezes abriga trabalho escravo ou trabalho análogo ao de escravo. Essas áreas têm que ser prioritariamente destinadas à reforma agrária.

Também acho que é a vez de serem feitas grandes parcerias com os Governos de Estado, sobretudo com o do nosso Governador Fernando Pimentel, lá em Minas Gerais, para arrecadar as terras devolutas, dando-lhes a destinação que a Constituição reza: a reforma agrária.

Além de obter terras para assentar milhares e milhares de famílias, temos que qualificar os assentamentos de reforma agrária com Internet, água, estradas, energia elétrica e agroindústria. E, quando falamos em agroindústria, lembro que é importante avançarmos com o Programa Luz para Todos, bem como com o SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Esta Casa tem que aprimorar o SUASA, possibilitando aos agricultores agregar valor a sua produção, seja aos produtos de origem vegetal ou aos de origem animal.

Companheiro Deputado Adelmo, que foi Superintendente do INCRA, colega nosso na Assembleia, que se soma conosco ao Núcleo Agrário, nós precisamos dar condições dignas para a nossa juventude rural. Por isso, precisamos de uma linha específica para a juventude e também para as mulheres.

Temos grandes expectativas de avançar na reforma agrária com o nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, juntamente com o Ministro Miguel Rossetto, na Secretaria-Geral da Presidência da República, e com o Ministro Pepe Vargas, na Secretaria de Relações Institucionais.

Sr. Presidente, gostaria que fosse divulgado este registro no programa *A Voz do Brasil*, assim como a nossa grande expectativa, ao celebrarmos os 35 anos do PT, de avançarmos com a reforma agrária em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado. V.Exa. será atendido na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Aliel Machado, por 3 minutos.

O SR. ALIEL MACHADO (PCdoB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, utilizo novamente esta tribuna da Câmara dos Deputados para falar sobre os desmandos do Governo do Estado do Paraná.

Professores e funcionários públicos do Paraná ocuparam ontem a Assembleia Legislativa daquele Estado para defender o patrimônio público, que está sendo arrochado por um governo despreparado e desqualificado.

Pasmem, senhores! O Governo Beto Richa, além de afrontar muitos direitos dos funcionários públicos do Paraná, onde vários setores já se encontram em greve, apresenta a proposta de acabar com o Fundo Previdenciário daquele Estado, no valor de 8 bilhões de reais, para fazer o pagamento de contas que não foram pagas nos últimos 4 anos de governo.

É preciso que a população e os funcionários públicos do Paraná saibam que o que está em jogo é o futuro daquele Estado, que não pode ser arrochado por Deputados que se vendem àquele Governo em troca de cargos e benefícios; ou por um governo que não soube, nos últimos 4 anos, cuidar das suas contas.

Nós estamos de olho, e sempre que necessário utilizaremos esta tribuna e as nossas forças para mobilização, como para colocar o que está acontecendo no Estado do Paraná: um desgoverno do PSDB!

Outra questão que me traz à tribuna desta Casa é a PETROBRAS. É preciso que nós Deputados tenhamos consciência de que o problema vai muito além da Situação ou da Oposição, eis que as investigações apontam que desmandos estão acontecendo naquela estatal há muito tempo, há muitos anos. Como disse ontem o delator, o empresário, os preços naquela estatal começaram a ser negociados desde a época de Fernando Henrique Cardoso.

Não tive a oportunidade de assinar o requerimento para a CPI da PETROBRAS, porque aqui querem tachar alguns de oposição. Eu jamais vou me omitir a qualquer tipo de investigação, mas que essa seja uma investigação séria, feita para punir os culpados, seja de qual partido for; podem ser do PT, do PSDB, de qualquer tipo de partido. É preciso que haja investigação e punição, não uma cortina de fumaça, o que sempre gostaram de fazer nesta Casa, para fazer politicagem, para prejudicar as apurações corretas e necessárias.

Por isso, hoje, junto com o meu partido, estou assinando o aditamento de um pedido com relação à CPI da PETROBRAS, a fim de que a investigação seja muito mais ampla e busque a fundo todas as informações daqueles que se envolveram desde o início, desde a época citada pelo delator ontem, quando começaram a ser feitas as investigações sobre esses desmandos.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento constasse dos meios de divulgação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra à nobre Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia. V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Deputados, este ano recebemos a oficiosa notícia dada pela Presidenta Dilma Rousseff de que a prioridade seria transformar o Brasil na Pátria Educadora. Como membro da Comissão de Educação, já nesta minha quarta legislatura, e Presidente da Comissão de Cultura desta Casa, tenho a dizer que não há elemento mais nobre e estratégico para a construção de um país soberano, de um país liberto.

O ano de 2014 foi o ano da aprovação do Plano Nacional de Educação. Pouco se fala sobre os elementos positivos da nossa conjuntura. Esta Casa, o Senado da República e o povo brasileiro, no ano passado, concluíram um processo de grande luta, de anos de luta! Digo isso porque o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso – aposentado duas vezes, ele chamava os aposentados de vagabundos e o povo brasileiro de caipira – vetou o último Plano Nacional de Educação e não permitiu que o Brasil avançasse no terreno estratégico da construção de um pensamento da superestrutura deste País. A partir daí, ficamos no vácuo, com salários de professores defasados e universidades estancadas!

A minha Bahia, por exemplo, passou 60 anos com apenas uma universidade federal, universidade que olhava para o Atlântico, de costas para o interior. Em menos de 12 anos, estamos com um parque universitário renovado. A Bahia passa a contar com seis universidades federais, e o Brasil passa a ter um parque de mais de 52 universidades, entre expansões e criações de novas instituições.

O Plano Nacional de Educação, nas suas 20 metas, tratou da educação especial e da educação de jovens e adultos. Na Meta 16, aborda objetos relacionados com a evolução do ponto de vista salarial dos professores e, em 3 anos, buscará igualá-los a outros profissionais de nível superior.

O piso salarial este ano sobe de pouco mais de 1.500 reais para 1.918,16 reais. É preciso garantir que as Prefeituras possam pagar. Por isso defendo que a educação saia do controle da Lei de Responsabilidade Fiscal e passe para a Lei de Responsabilidade Educacional, que precisará ser aprovada por esta Casa.

Para termos a Pátria Educadora, é preciso dar aos Municípios condições de pagar o piso e é preciso garantir o respeito à construção, aqui feita, de 50% do Fundo Social do Pré-Sal e *royalties* do petróleo. Defenestrar a PETROBRAS atinge a educação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, meu amigo professor Chico Lopes, do PCdoB do Ceará. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o aumento de tarifa de até 44% nas contas de energia dos consumidores cearenses, proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não pode ir adiante.

Questionamos um reajuste tão alto para os consumidores industriais e uma elevação de 19,5% nas contas para os consumidores de baixa tensão, o que prejudica a economia do Estado, provoca perda de competitividade das empresas cearenses e implica risco de fechamento de postos de trabalho. A Companhia Energética do Ceará – COELCE atende 3,2 milhões de unidades consumidoras.

Apesar do contexto desfavorável à produção de energia elétrica, o que é um fato, com a seca se tornando um desafio para várias regiões, não se justifica impor à economia cearense reajustes tão altos, que sem dúvida teriam um impacto na produção e no emprego.

Por mais que o setor produtivo não repasse integralmente um reajuste tão elevado, de 44%, no insumo energia, não haverá como evitar aumento de preços, diminuição de investimento, perda de competitividade para nossas empresas e possível fechamento de postos de trabalho. Isso a sociedade cearense não aceita.

Nos últimos 8 anos, integrei a Comissão de Defesa do Consumidor, sempre fiscalizando os reajustes e revisões tarifárias da energia elétrica, promovendo audiências públicas e campanhas de mobilização por preço justo da energia e pelo ressarcimento de R$8 bilhões cobrados indevidamente dos consumidores de todo o País.

Procurando evitar que o novo aumento da tarifa chegue a percentuais tão elevados, vou apresentar requerimento de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, para que representantes da COELCE e da ANEEL prestem esclarecimentos sobre os percentuais divulgados para o Ceará.

As complicações deste momento com a seca e a geração de energia são conhecidas, mas, infelizmente, a ANEEL mais uma vez demonstra sua tendência em defender o direito das distribuidoras de energia, não o do consumidor.

Ressalto que a inflação acumulada ao longo de 2014 foi de 6,41%. Assim, a revisão tarifária que a ANEEL defende é de mais de três vezes o percentual da inflação, para consumidores residenciais, e para consumidores industriais chega a mais de sete vezes a inflação.

Por isso vamos promover audiência pública, chamando a ANEEL e a COELCE para dar explicações sobre essa proposta de aumento tarifário. Não podemos aceitar uma elevação tão grande no preço da energia, em um momento em que o Brasil, especialmente o Ceará, procuram voltar esforços para uma maior geração de emprego e renda, para mais empregos e mais desenvolvimento.

Sr. Presidente, eu gostaria que este nosso discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n° 4.238, de 2012, do Senado Federal, que "altera o art. 19 da Lei n° 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores" (o piso varia de oitocentos reais, grau mínimo, a mil e cem reais, grau máximo), e apensados.

A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2° do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015. – ***Eduardo Cunha,*** *Presidente da Câmara dos Deputados.*

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.412, de 2007, do Sr. Regis de Oliveira, que "dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências" (define critérios para o processamento administrativo das execuções fiscais. Altera a Lei nº 8.397, de 1992, e revoga a Lei nº 6.830, de 1980) e apensados.

A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodizio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015. – ***Eduardo Cunha,*** *Presidente da Câmara dos Deputados.*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra o nobre Deputado Hélio Leite, por 3 minutos.

O SR. HÉLIO LEITE (Bloco/DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para falar de questão muito importante para o Brasil, em especial para o meu Estado, o Pará, que tem a maior hidrelétrica nacional, a Hidrelétrica de Tucuruí, que fornece energia para o Pará,

para o Maranhão, para o Tocantins e, em épocas de cheia do lago, também complementa a energia no Brasil. Essa hidrelétrica, que funciona há mais de 30 anos, com certeza absoluta é fundamental para gerar energia para a nossa região e para o restante do Brasil. Mas venho aqui hoje para falar, desta tribuna, de uma das maiores injustiças sociais cometidas contra o Pará, contra o Brasil.

Srs. Deputados, em torno do Lago de Tucuruí há 12 mil famílias que não têm energia. Deputado Joaquim, são famílias de pescadores, de agricultores, de pessoas de bem que veem o linhão, que veem a hidrelétrica, mas não têm energia. Com certeza absoluta, esse é um ato que precisa ser corrigido – corrigido pela ELETRONORTE, corrigido pela Rede CELPA, corrigido por todos nós Deputados e pela Presidenta da República.

É importante que haja um projeto, que haja destinação, para que se possa levar energia a essas centenas de pessoas que precisam também ter o conforto, que precisam ter condições para melhorar cada vez mais a sua agricultura, que precisam ter a postura de dizer que são reconhecidas como cidadãos brasileiros. É importante que nós possamos avançar, que nós possamos melhorar essas distorções que acontecem no Brasil, em especial no Pará.

Sr. Presidente, estou pensando em já fazer um projeto para que nós possamos – haja vista que no Pará está sendo construída a Hidrelétrica de Belo Monte – acabar com essa distorção, para que nós tenhamos a certeza absoluta de que, quando se instalar uma hidrelétrica, no Pará ou em qualquer lugar do Brasil, as pessoas que moram em seu entorno possam ter energia. Eu fico imaginando o que sente um morador daquelas ilhas quando veem a fiação, quando veem as turbinas funcionando, quando veem o lago, e não tendo energia.

Portanto, quero apelar à ELETRONORTE, à Rede CELPA, à Presidenta Dilma para que possam corrigir essa distorção social. Precisamos sim levar ao povo do Pará e do restante do Brasil aquilo que é fundamental: a condição para viver e para viver bem.

Sr. Presidente, trago a esta Casa este assunto e, com certeza absoluta, quero pedir ao Presidente desta Casa que também oficie aos órgãos competentes, para que nós possamos buscar aquilo que é verdadeiro. Nós temos sim que dar condição a cada brasileiro para que possa se sentir bem, tendo, pelo menos, direito à energia.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Onyx Lorenzoni, do Democratas do Rio Grande do Sul. V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (Bloco/DEM-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que acompanham esta sessão, quero fazer repercutir a vinda à Presidência da Câmara dos Deputados e também à Presidência do Senado Federal das lideranças sindicais brasileiras.

Estiveram aqui representantes das grandes centrais brasileiras para protestar e solicitar que o Parlamento funcione como uma barreira para essa medida provisória que retira direitos dos trabalhadores, que penaliza as pessoas no momento de maior fragilidade.

O Governo do PT é um governo cigarra. Quando o Brasil foi foco do investimento e da atenção de países do mundo todo, o Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma farreou literalmente com o dinheiro público. Está aí a PETROBRAS para demonstrar a farra com que o PT e seus aliados minaram o Governo e a estrutura do Estado brasileiro.

Pois muito bem. Decidiram, contra a vontade de Paulo Roberto Costa, fazer as refinarias Premium I e Premium II, uma no Maranhão, outra no Ceará. Lá enterraram 2,3 bilhões de reais, para ter apenas macega, mais nada.

Direitos estão sendo retirados. Quando uma pessoa ficar doente, quando uma pessoa, por ausência do Estado, por exemplo, for assassinada, sabem o que a Presidente Dilma propôs? Vamos falar de maneira bem simples, para as pessoas que estão nos acompanhando entendam.

Vamos imaginar um jovem casal, marido e mulher, com 35 anos de idade. O marido é vítima de um homicídio, de um latrocínio, por falta de polícia, por falta de estrutura. Têm um filho de 2 ou 3 anos de idade. Sabem o que a Presidente Dilma propôs a esta Casa? Que esta mãe receba apenas 3 anos de pensão. Vou repetir: 3 anos de pensão. Por quê? Porque criaram as faixas, para fazer uma poupança macabra com a vida das pessoas. É isso que o PT está propondo, é isso que a Presidente Dilma está propondo, e as centrais sindicais vieram aqui para protestar, corretamente.

Enterraram, por decisão de Lula e Dilma, 2,3 bilhões no Maranhão e no Ceará para ter macega, Deputado Ivan Valente. Agora, querem economizar 2 bilhões, à custa de viúvas, viúvos, pessoas que estão num momento de maior fragilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Nobre Deputado, V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. ONYX LORENZONI – Obrigado, Presidente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – V.Exa. não cumpriu o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI – Esta é a Presidente Dilma. Mentiu na campanha, mentiu na campanha. E agora manda um ajuste, para fazer poupança macabra. Para acobertar a roubalheira na PETROBRAS, manteve Graça Foster. Agora, manda um de seus discípulos para a PETROBRAS, que não tem nenhuma condição de reverter a situação. Mas o que faz a Presidente Dilma? Vai fazer a economia que não fez no passado, com viúvas, com doentes e com idosos? Este crime nós, do Democratas, Presidente Manato, não vamos deixar acontecer, não vamos permitir que aconteça.

Um governo que fez o que fez com a PETROBRAS não tem moral para tirar aposentadoria ou pensão de viúvas e viúvos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado André Figueiredo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT, por 5 minutos.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna até mesmo porque ouvi as palavras do meu amigo Deputado Onyx, e o que está se colocando nesta Casa, sinceramente, é algo que só faz macular a imagem de um patrimônio do povo brasileiro como é a PETROBRAS.

Nós não podemos confundir os escândalos que infelizmente permeiam a PETROBRAS – e aí, cabe ressaltar, desde 1997, pois no depoimento o Sr. Barusco diz que desde 1997 recebia propina. E quem, em 1997, estava à frente do Governo brasileiro? Não era o Presidente Lula nem a Presidenta Dilma. Então esses escândalos perpassam governos e vão muito além das questões políticas. Infelizmente são ações que fizeram com que a PETROBRAS, o maior patrimônio criado por Getúlio Vargas, viesse hoje a pautar as manchetes de escândalos mundo afora. Precisamos preservar a PETROBRAS. Precisamos fazer com que ela seja não apenas uma empresa de mercado.

Quero, mais uma vez, dizer que somos da base. Mas essa receita que está sendo colocada pela equipe econômica é uma receita ultrapassada. O neoliberalismo ortodoxo tem que ser banido. Disseram: *"Vamos aumentar a taxa de juros para segurar a inflação".* A taxa de juros está em níveis exorbitantes: 12,25% ao mês; a inflação, no IPCA de janeiro, bateu o mais alto índice dos últimos anos; nós temos hoje o dólar beirando a casa dos 2,90 reais. Ora, como nós podemos fazer com que juros altos privilegiem a poupança das famílias, se as famílias não têm o que poupar? Quem tem o que especular são os grandes investidores; infelizmente, é o capital especulativo. Todas essas medidas da equipe econômica vêm justamente ao encontro do capital especulativo e confrontam o capital produtivo.

Nós temos que preservar a indústria nacional, nós temos que preservar os direitos dos trabalhadores, nós temos que preservar o Brasil. Nesse aspecto, eu quero, mais uma vez, ressaltar e elogiar a Presidenta Dilma ao escolher o novo Presidente da PETROBRAS.

Querer acabar com essa visão de que a PETROBRAS é uma empresa de mercado para quê? Para privatizar, como fizeram com a Vale do Rio Doce? A PETROBRAS dá lucro, é uma empresa que tem um patrimônio inestimável, inclusive, com o pré-sal.

Fiz ontem um levantamento muito básico: o Brasil tem uma expectativa de produção, até 2023, de 5 milhões de barris/dia, e o custo de produção do barril é muito baixo comparativamente com o mercado internacional. Se fizermos uma conta básica e vendermos o petróleo refinado a 55 dólares o barril – o custo de produção é 31 dólares –, com 5 milhões/dia, nós teríamos uma lucratividade/ano para a PETROBRAS de 43,5 bilhões de dólares. Só que a capacidade de refino do Brasil está estrangulada.

Até 2023, se não construírem as duas refinarias, a Refinaria Premium, no Ceará, e a Refinaria Premium, no Maranhão, nós teremos um gargalo de mais de 2 milhões de barris/dia, e isso vai depender mais ainda da importação, comprometendo a balança comercial.

Então, mais uma vez venho aqui, em nome das bancadas do Ceará, da bancada do Maranhão, da bancada de Pernambuco, que tem a Refinaria Abreu e Lima, e da bancada do Rio de Janeiro, que tem uma refinaria em elevado estado de construção, dizer, em relação ao Brasil, que nós precisamos fazer com que a PETROBRAS efetivamente faça o que sempre fez durante toda a sua história: que ela gere riqueza para o Brasil, para o povo brasileiro, que não gere apenas lucro para os investidores estrangeiros. Que ela seja preservada, mas que possa, através de sua força, através da riqueza que é o petróleo, que é do povo brasileiro, cada vez mais, gerar empregos de qualidade e alavancar economias que precisam de investimentos da PETROBRAS, como é o caso dos Estados de Pernambuco, do Maranhão e do Ceará.

Nós precisamos fazer com que a riqueza se desconcentre, e a PETROBRAS é um patrimônio do Brasil. Por isso, eu quero, mais uma vez, ressaltar a importância de termos uma pessoa na direção da PETROBRAS que colocou o Banco do Brasil em um patamar de extrema relevância e que agora vai ter essa mesma missão naquela empresa.

Por isso, nós, do PDT, nós, do Congresso Nacional, temos que dar toda a força ao Presidente Aldemir Bendine, justamente, porque ele tem a missão de levar a PETROBRAS aonde sempre esteve: no coração do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Pois não, nobre Deputada.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Reclamação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta cadeira é uma cadeira que vai muito além dos votos que V.Exa. possa ter recebido para estar nela. Esta Casa é uma Casa de entendimento e de compreensão, e eu quero auxiliar V.Exa. no cumprimento do Regimento.

Havia me dito V.Exa. que já tinha passado meia hora, e eu não poderia dar meu pronunciamento como lido. Respeitei V.Exa. nesse contexto.

Sr. Presidente , V.Exa. disse que os oradores teriam 3 minutos. Eu estou inscrita, esperando a minha vez para falar nesses 3 minutos. V.Exa., então, concedeu mais 1 minuto, e eu pedi a V.Exa. que apenas cumprisse o Regimento. Foi isso que eu fiz, e V.Exa. fechou o microfone e não me concedeu o direito de, como Parlamentar desta Casa, poder falar com V.Exa. V.Exa. poderia abrir novamente o Regimento e dizer: *"A senhora não pode fazer essa petição, a senhora não tem esse direito".*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputada. Respeitosamente a V.Exa., quero dizer que, de acordo com o art. 2º do Ato da Mesa nº 66, desta Casa, a palavra ao Deputado que pretenda dar seu pronunciamento como lido só será concedida pelo tempo máximo de 1 minuto, a partir do início da sessão, durante um período limitado aos primeiros 30 minutos, ou até a palavra ser concedida ao primeiro orador do Pequeno Expediente. Após esse horário, os pronunciamentos não lidos poderão ser encaminhados à Mesa para publicação, sem concessão da palavra.

Eu fui até o 29º orador, que era o Deputado Paulo Foletto, e a V.Exa., que era a 38ª oradora Todos nós sabemos que, nas Breves Comunicações, de 3 minutos, e no Pequeno Expediente, de 5 minutos, o Parlamentar tem a prerrogativa de pedir 1 minuto e nós o concedermos. É regimental, posso ler agora para V.Exa. os artigos.

Então, o Deputado Onyx Lorenzoni é o 14º inscrito, falou por 3 minutos e, regimentalmente, tinha o direito de prorrogar por 1 minuto. Foi isso o que eu fiz. Se V.Exa. quiser vir aqui discutir o Regimento, estou à disposição de V.Exa.

Muito obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Afonso Hamm, do Rio Grande do Sul. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu queria fazer alguns registros neste espaço e até complementar uma fala que fiz agora há pouco sobre acidentes nas estradas, o que têm ceifado muitas vidas. Em média, são três mortes por dia somente no Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, peço o apoiamento de V.Exas. à iniciativa de construirmos, em todas as BRs e também nas estradas estaduais, nos aclives, a terceira faixa, que é muito importante.

Em relação à Polícia Rodoviária Federal, ontem, na bancada gaúcha, nós tivemos uma manifestação importante do Presidente do Sindicato da Polícia Rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul, Carniel, falando – e é verdade – Do fechamento de alguns postos da Polícia Rodoviária Federal.

Somente no Estado Rio Grande do Sul, em Dom Pedrito, por ocasião da Copa do Mundo, foi feita uma busca de todo o efetivo, mas, após a Copa do Mundo, esse efetivo não retornou. Alguns postos rodoviários federais estão fechados: o de Dom Pedrito, que não retornou, parcialmente o de Pinheiro Machado. Estão fechados os postos de São Gabriel, de Santo Antônio da Patrulha, de Gravataí, também o que fica na saída do ICMS ali, de Porto Alegre, de São Marcos, de Lagoa Vermelha e de Terra de Areia.

Então, eu queria fazer essa manifestação e pedir às autoridades condições para ampliar ainda mais o efetivo, ampliar a segurança, muito especialmente na faixa de fronteira, onde nós temos que controlar todo o nosso território de fronteira, o fluxo do contrabando, das drogas, do descaminho, de todas essas questões que acabam afetando todo o País.

Outro aspecto importante que eu queria manifestar aqui é com relação à reforma política. Fui indicado pelo meu partido, o Partido Progressista, na condição de membro, e começamos, ontem, após a instalação dessa Comissão, exatamente um debate que, na minha ótica, eu estabeleci como prioridade no meu mandato. E é prioridade para o País discutir e trabalhar uma lei que estruture a questão política.

É inconcebível, a cada 2 anos, termos uma eleição. Param os orçamentos, o País, os Municípios, os grandes centros, e nós não podemos continuar.

O modelo de financiamento é algo que precisa ser efetivamente discutido e definido, pois é impossível ser compartilhado com a questão de recursos na dimensão que estamos tendo hoje, Presidente Carlos Manato, onde, inclusive, a corrupção se confunde com os financiamentos de campanha.

Na verdade, essa reforma estrutural, política, é a reforma necessária para o País. Quando falamos em disciplinar gastos, em racionalizar gastos, em um País como o nosso, não são compreensíveis os valores gastos em eleições de Presidente de República a Vereador ou de Vereador a Presidente. E, na verdade, nós temos tempo e prazo.

Eu queria cumprimentar o ex-Presidente Henrique Eduardo Alves, que pautou esse tema, o nosso atual Presidente e principalmente essa Comissão. Quero dizer que, juntamente com o Deputado Esperidião Amin, que foi o Relator no Grupo de Trabalho, do qual participei, também tive iniciativas na outra Comissão Especial, cujo Relator era o Deputado Henrique Fontana. Temos aí propostas da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB para limitar esses gastos, e é nessa linha que iremos trabalhar.

Portanto, a reforma política é muito importante e necessária para este País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Eu gostaria de fazer mais um esclarecimento.

Quando assumimos esta Presidência, nós temos que seguir o Regimento Interno. O terceiro orador inscrito foi o nobre colega Caetano, do PT da Bahia, que está aqui para testemunhar que usou da palavra por 3 minutos e que pediu prorrogação por mais 1 minuto. Nós a concedemos, como a concedemos ao Deputado Onyx Lorenzoni.

Então, Deputado, não falou V.Exa. durante 3 minutos mais 1 minuto? Portanto, gostaria de dizer que esta Presidência cumpre o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi instalada a Comissão Especial da Reforma Política, e a instalação foi realmente a jato.

Como está sendo a Operação Lava-Jato, a instalação da Comissão Especial da Reforma Política também está sendo feita a jato. E a jato por quê? Porque o Presidente da Casa, defensor do financiamento privado de campanha, declaradamente, avocou a matéria da Comissão de Constituição e Justiça para cá e agora instalou a Comissão Especial para constitucionalizar o financiamento privado de campanha.

E isso se dá exatamente no momento em que o escândalo da PETROBRAS denuncia o conluio entre corruptores e corruptos. Há mais de 30 chefes de empreiteiras presos, vários com delação premiada, abrindo tudo para saírem mais cedo da cadeira. A lista de políticos ainda não saiu, mas se fala em mais de 40.

É exatamente neste momento em que nós deveríamos levantar nas ruas a bandeira do fim da intromissão empresarial, do poder econômico no processo eleitoral que se avoca para a Casa uma reforma que tem o objetivo claro de constitucionalizar o financiamento privado.

E isso é feito em sintonia com o Ministro do Supremo Tribunal Federal que há 10 meses requisitou vistas da Ação Direta de Inconstitucionalidade da OAB que acaba com o financiamento empresarial de campanha. O placar de votação já estava em 6 a 1, portanto já decidido no STF, mas o que fez o Ministro Gilmar Mendes? Pediu vistas, sentou em cima do processo e não o devolveu.

E, agora, a Câmara, rapidamente, pretende votar a manutenção constitucional do financiamento privado de campanha.

Se este Congresso votar essa emenda constitucional, ele não quer acabar com a raiz da corrupção em nosso País.

É uma vergonha o Congresso Nacional andar na contramão dos fatos, do bom senso, daquilo que qualquer cidadão comum, trabalhador ou trabalhadora, está cansado de saber: quando o sujeito faz uma doação privada de campanha, ele quer o retorno depois. Todos estão cansados de saber disso.

Está aí o cartel das empreiteiras, que não nos deixa mentir, o acerto sendo feito politicamente entre partidos.

Sr. Presidente, quero dizer desta tribuna que o PSOL se orgulha de não ter recebido um tostão de financiamento privado de campanha. Para defender o fim do financiamento privado e o financiamento público exclusivo de campanha é preciso ter moral, e é para isso que nós estamos aqui, contra o financiamento empresarial, raiz da corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. AFONSO HAMM – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Manato, peço que a minha manifestação também seja difundida pelo programa *A Voz do Brasil*, com seus dois aspectos: o fechamento dos postos da Polícia Rodoviária Federal e a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – V.Exa. será atendido na íntegra, nobre Deputado.

O SR. AFONSO HAMM – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará. V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de eu já ter dado como lido meu pronunciamento hoje pela manhã, vou fazer um rápido comentário, porque é um projeto de lei que eu apresentei ontem nesta Casa para acabar com o sistema simplificado de contratações na PETROBRAS, implantado pelo Governo Fernando Henrique em 1997, em nome da concorrência com o capital privado.

É por isso que mais de 70% das contratações foram feitas por cartas-convite, deixando essa grande margem para que um diretor negocie com um, dois ou três empreiteiros contratos de 5 bilhões, 10 bilhões, 20 bilhões.

Eu sou daqueles que pensam que a corrupção neste País precisa ser cada vez mais combatida. Nós temos os órgãos de controle, mas também precisamos de ter uma fiscalização mais rígida, e o Governo precisa se organizar melhor.

Mas nós não podemos nos enganar: grandes meios de comunicação e muitos golpistas deste País pensam que vão criar no Brasil o clima de fazer o *impeachment* da Presidenta da República. Esses meios de comunicação já quebraram a cara muitas vezes, como quando tentaram derrubar o Presidente Lula, no tempo do mensalão.

Muita gente por aí não sabe o que é democracia, não sabe o custo da construção de uma jovem democracia, que ainda precisa ser consolidada, mas muita gente sabe o que está fazendo, pessoas inteligentíssimas, pessoas articuladas e organizadas.

Eu tenho certeza de que nós precisamos caminhar, neste Congresso e no Brasil, e os meios de comunicação precisam cumprir seu papel, não o que estão fazendo aí. Sabemos que quem deveria sofrer *impeachment* são muitos dos donos de meios de comunicação.

Na segunda-feira eu estava assistindo ao *Bom Dia Pará*, lá no meu Estado, o Pará, através da *TV Liberal*. A apresentadora do programa entrevistava uma agente da Polícia Rodoviária Federal e falava de acidentes provocados por direção em alta velocidade em uma rodovia asfaltada e sinalizada pelo nosso Governo. Como a Transamazônica é famosa pelos atoleiros, ela insistia em dizer que a culpa pelos acidentes era das estradas, dos atoleiros, etc., numa dissintonia total.

A apresentadora não conhece a região, mora lá há 40 anos, mas nunca visitou a rodovia. Ela pode já ter ido a Miami várias vezes, mas nunca visitou a rodovia. Ela está totalmente dissintonizada. O que há é a vontade de diminuir e de atacar o nosso Governo.

Mas não pensem que vai ser fácil. Não pensem que boa parcela do povo brasileiro aceitará pacificamente qualquer golpe neste País. Querem disputar em 2018? Vamos disputar em 2018. Agora, golpe não será aceito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Zé Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Passo a palavra à Deputada Raquel Muniz, para que faça seu pronunciamento. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Zé Silva, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez aqui falar sobre a profissão de motorista.

Médica de trânsito que sou, há quase 30 anos trabalho com o motorista profissional e sei da importância da discussão nesta Casa dos assuntos acerca dessa profissão e de seus direitos.

Aproveito para ressaltar, nobres colegas, a importância de esta Casa também discutir a nossa malha rodoviária.

Minas Gerais, como o Presidente Zé Silva sabe, possui uma malha gigantesca, e lá muitas vidas de motoristas, profissionais ou não, são ceifadas frequentemente. Nós nos assustamos quando um avião cai e imaginamos perder pessoas queridas; mas devemos lembrar que todos os dias, nas nossas estradas, nós perdemos motoristas e também pessoas próximas a nós.

Encontrei nesta Casa um trabalho importante, e me junto aos profissionais que o desenvolvem, entre eles o Deputado Hugo Leal, que sempre apoiou nossa associação de médicos de trânsito e que trabalha na Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro.

Neste momento em que se aproxima o carnaval, é bom lembrarmos que precisamos dirigir com mais atenção em nossas estradas. Precisamos lembrar também de um ganho desta Casa que foi a Lei Seca. E, mais do que isso, pedimos às famílias que participem com seus filhos deste carnaval, para que seja um carnaval seguro.

Todos estão convidados a participar do carnaval na minha região, o norte de Minas, especialmente a minha cidade, Montes Claros. Lá, com o Prefeito Ruy Muniz, retomamos desde o ano passado nosso carnaval de rua. Como a Virada Cultural que fizemos no *réveillon*, vamos fazer algo semelhante agora no carnaval: carnaval *gospel*, carnaval para as crianças, carnaval com os artistas da terra, e, sobretudo, carnaval sempre com muita segurança.

Quero desejar a todos os Parlamentares que me acolheram com tanto carinho que voltem em paz para suas casas e que aqui possamos retornar mais revigorados para continuar esse trabalho que tem sido tão profícuo nesses primeiros dias.

Muito obrigado, Deputado Zé Silva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Cumprimentamos a Deputada Raquel Muniz, principalmente pelo seu conhecimento. Mando, através de V.Exa., nossa primeira-dama, cumprimentos ao Prefeito de Montes Claros, Ruy Muniz.

Montes Claros é o segundo entroncamento rodoviário do Brasil. Estaremos lá com V.Exa. e outros Parlamentares da região, continuando a luta pela duplicação da BR-251, como muito bem ressaltou V.Exa. Com certeza, faremos aqui um bom trabalho.

Parabéns, Deputada! É uma alegria muito grande estarmos juntos aqui!

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Em seguida, concedo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro. No último final de semana, percorri vários Municípios do interior do Estado da Paraíba, especialmente o querido Município de Alagoa Grande, que padece do grave problema da falta de água. Alagoa Grande está localizada no Brejo Paraibano. No passado, foi um grande produtor de açúcar e de álcool; hoje, encontra-se em uma crise financeira muito grande.

Em Alagoa Grande, pude visitar também a Vaquejada do Município, manifestação cultural nordestina organizada pelo meu amigo Edvaldo Onofre. Lutamos muito pela sua preservação. Está nas raízes da nossa colonização, das festas de apartação, de toda a luta do nosso povo para interiorizar o Brasil. Essa manifestação, Sr. Presidente, tem uma importância cultural muito grande, não só como esporte.

Nessa visita, eu pude conversar com vários agropecuaristas. Assumi o compromisso público de que nós iremos, durante o nosso mandato, defender o campo e aqueles que produzem no País e que fazem com que ele mantenha o mínimo de competitividade em relação ao setor produtivo.

Ao mesmo tempo, assumi um compromisso com as nossas raízes nordestinas de lutar, dentro do debate, dentro do que o sistema democrático permite no Parlamento, para que as nossas tradições, no que dizem respeito à Vaquejada, sejam preservadas.

Quero aproveitar para mandar um abraço ao meu amigo Edvaldo, ao Geraldo Simões, um velho amigo que nos encontrou, e a todos aqueles com quem pude confraternizar nesse evento realizado na cidade de Alagoa Grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Convido para fazer seu pronunciamento o Deputado Daniel Coelho. S.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DANIEL COELHO (Bloco/PSDB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de ontem, esta Casa instalou uma das Comissões mais importantes, onde será debatida, com profundidade, a reforma política.

Com certeza, toda a população brasileira anseia por mudanças nas regras que hoje regem o nosso processo eleitoral e o nosso processo político.

Não dá mais para continuarmos com mais de 30 partidos políticos, partidos que nem sempre representam segmentos da sociedade, que nem sempre representam ideologias, ideias ou propostas para o futuro do País.

É extremamente importante, Sras. e Srs. Deputados, que, na discussão da reforma política, avancemos na questão da cláusula de barreira ou de desempenho. Partidos políticos sem expressão e que não foram aprovados pela população não merecem e não podem receber fundo partidário e, o pior, tempo de televisão para ser negociado no período eleitoral, como se isso fosse um balcão de negócios. Os partidos devem ser escolhidos e aprovados pela população. Aqueles que receberam o voto popular merecem ter sua representação no Congresso, merecem receber fundo partidário e ter um espaço na televisão para divulgar suas ideias, mas aqueles que tiveram esse direito negado pelo voto popular não podem continuar fazendo parte do quadro partidário.

Também é extremamente importante que seja revista a questão da eleição proporcional, que traz aberrações não só a esta Casa como também às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores.

Como a população pode compreender que um Parlamentar, um candidato a Deputado que obteve expressiva votação não possa fazer parte desse colegiado e, em detrimento disso, outro que teve uma votação pequena seja arrastado por uma coligação partidária e que votos sejam endereçados inclusive a outro partido?

Daí a importância de esse debate avançar inicialmente na Comissão e, em definitivo, neste Plenário, para que tenhamos uma regra segura, tranquila e, acima de tudo, que seja compreendida com facilidade pelo eleitor e pela população, para que as pessoas tenham a tranquilidade de se sentirem representadas pelo seu Vereador, pelo seu Deputado Estadual e pelo seu Deputado Federal.

O Sr. Zé Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Abel Salvador Mesquita Junior PDT
Edio Lopes PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Maria Helena PSB PsdbPsbPpsPv
Remídio Monai PR
Shéridan PSDB PsdbPsbPpsPv
Total de RORAIMA 5

AMAPÁ

Janete Capiberibe PSB PsdbPsbPpsPv
Jozi Rocha PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Marcos Reategui PSC PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Roberto Góes PDT
Total de AMAPÁ 4

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS PsdbPsbPpsPv
Beto Faro PT
Edmilson Rodrigues PSOL
Elcione Barbalho PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Francisco Chapadinha PSD
Hélio Leite DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Joaquim Passarinho PSD
Júlia Marinho PSC PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Lúcio Vale PR
Simone Morgado PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Zé Geraldo PT
Total de PARÁ 11

AMAZONAS

Alfredo Nascimento PR
Arthur Virgílio Bisneto PSDB PsdbPsbPpsPv
Átila Lins PSD
Conceição Sampaio PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Hissa Abrahão PPS PsdbPsbPpsPv

Silas Câmara PSD
Total de AMAZONAS 6

RONDÔNIA

Luiz Cláudio PR
Marinha Raupp PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de RONDÔNIA 2

ACRE

Alan Rick PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Angelim PT
César Messias PSB PsdbPsbPpsPv
Flaviano Melo PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Jéssica Sales PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Wherles Rocha PSDB PsdbPsbPpsPv
Total de ACRE 6

TOCANTINS

César Halum PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Dulce Miranda PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Josi Nunes PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Vicentinho Júnior PSB PsdbPsbPpsPv
Total de TOCANTINS 5

MARANHÃO

André Fufuca PEN PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Cleber Verde PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Hildo Rocha PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
João Castelo PSDB PsdbPsbPpsPv
João Marcelo PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
José Reinaldo PSB PsdbPsbPpsPv
Julião Amin Castro PDT
Pedro Fernandes PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Sarney Filho PV PsdbPsbPpsPv
Victor Mendes PV PsdbPsbPpsPv
Weverton Rocha PDT
Total de MARANHÃO 11

CEARÁ

Adail Carneiro PHS PmdbPpPtbDemPscPhsPen
André Figueiredo PDT
Antonio Balhmann PROS
Cabo Sabino PR
Chico Lopes PCdoB
Genecias Noronha Solidaried
José Airton Cirilo PT
José Guimarães PT
Leônidas Cristino PROS
Luizianne Lins PT
Moses Rodrigues PPS PsdbPsbPpsPv
Odorico Monteiro PT

Raimundo Gomes de Matos PSDB PsdbPsbPpsPv
Ronaldo Martins PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Total de CEARÁ 14

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Capitão Fábio Abreu PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Heráclito Fortes PSB PsdbPsbPpsPv
Júlio Cesar PSD
Rodrigo Martins PSB PsdbPsbPpsPv
Total de PIAUÍ 5

RIO GRANDE DO NORTE

Beto Rosado PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Felipe Maia DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Walter Alves PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PARAÍBA

Efraim Filho DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Hugo Motta PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Luiz Couto PT
Pedro Cunha Lima PSDB PsdbPsbPpsPv
Rômulo Gouveia PSD
Veneziano Vital do Rêgo PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Wilson Filho PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de PARAÍBA 7

PERNAMBUCO

Adalberto Cavalcanti PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Anderson Ferreira PR
Betinho Gomes PSDB PsdbPsbPpsPv
Carlos Eduardo Cadoca PCdoB
Daniel Coelho PSDB PsdbPsbPpsPv
Fernando Coelho Filho PSB PsdbPsbPpsPv
Fernando Monteiro PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
João Fernando Coutinho PSB PsdbPsbPpsPv
Jorge Côrte Real PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Kaio Maniçoba PHS PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Pastor Eurico PSB PsdbPsbPpsPv
Ricardo Teobaldo PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Silvio Costa PSC PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Wolney Queiroz PDT
Zeca Cavalcanti PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de PERNAMBUCO 15

ALAGOAS

Arthur Lira PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
JHC Solidaried
Paulão PT
Pedro Vilela PSDB PsdbPsbPpsPv
Ronaldo Lessa PDT
Total de ALAGOAS 5

SERGIPE

Adelson Barreto PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Fábio Mitidieri PSD
Fabio Reis PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
João Daniel PT
Jony Marcos PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Valadares Filho PSB PsdbPsbPpsPv
Total de SERGIPE 6

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Antonio Brito PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Bacelar PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Bebeto PSB PsdbPsbPpsPv
Benito Gama PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Cacá Leão PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Caetano PT
Fernando Torres PSD
Irmão Lazaro PSC PmdbPpPtbDemPscPhsPen
João Carlos Bacelar PR
João Gualberto PSDB PsdbPsbPpsPv
Jorge Solla PT
José Carlos Araújo PSD
José Nunes PSD
José Rocha PR
Jutahy Junior PSDB PsdbPsbPpsPv
Márcio Marinho PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Mário Negromonte Júnior PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Moema Gramacho PT
Paulo Azi DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Paulo Magalhães PSD
Roberto Britto PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Uldurico Junior PTC
Valmir Assunção PT
Total de BAHIA 24

MINAS GERAIS

Adelmo Carneiro Leão PT
Ademir Camilo PROS
Aelton Freitas PR
Bilac Pinto PR
Bonifácio de Andrada PSDB PsdbPsbPpsPv
Caio Narcio PSDB PsdbPsbPpsPv
Carlos Melles DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Delegado Edson Moreira PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Diego Andrade PSD
Dimas Fabiano PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Eduardo Barbosa PSDB PsdbPsbPpsPv
Fábio Ramalho PV PsdbPsbPpsPv
Gabriel Guimarães PT
Jaime Martins PSD
Jô Moraes PCdoB

Júlio Delgado PSB PsdbPsbPpsPv
Laudivio Carvalho PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Lincoln Portela PR
Luiz Fernando Faria PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Marcelo Aro PHS PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Mário Heringer PDT
Misael Varella DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Odelmo Leão PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Paulo Abi-Ackel PSDB PsdbPsbPpsPv
Raquel Muniz PSC PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Renzo Braz PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Rodrigo Pacheco PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Saraiva Felipe PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Silas Brasileiro PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Stefano Aguiar PSB PsdbPsbPpsPv
Subtenente Gonzaga PDT
Tenente Lúcio PSB PsdbPsbPpsPv
Wadson Ribeiro PCdoB
Weliton Prado PT
Zé Silva Solidaried
Total de MINAS GERAIS 35

ESPÍRITO SANTO

Carlos Manato Solidaried
Dr. Jorge Silva PROS
Evair de Melo PV PsdbPsbPpsPv
Givaldo Vieira PT
Lelo Coimbra PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Marcus Vicente PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Max Filho PSDB PsdbPsbPpsPv
Paulo Foletto PSB PsdbPsbPpsPv
Total de ESPÍRITO SANTO 8

RIO DE JANEIRO

Alessandro Molon PT
Altineu Côrtes PR
Cabo Daciolo PSOL
Chico Alencar PSOL
Clarissa Garotinho PR
Cristiane Brasil PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Dr. João PR
Eduardo Cunha PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Ezequiel Teixeira Solidaried
Fabiano Horta PT
Felipe Bornier PSD
Glauber Braga PSB PsdbPsbPpsPv
Hugo Leal PROS
Jair Bolsonaro PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Luiz Sérgio PT
Marcelo Matos PDT
Miro Teixeira PROS
Otavio Leite PSDB PsdbPsbPpsPv

Paulo Feijó PR
Rodrigo Maia DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Rosangela Gomes PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Walney Rocha PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Washington Reis PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de RIO DE JANEIRO 23

SÃO PAULO

Alex Manente PPS PsdbPsbPpsPv
Alexandre Leite DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Ana Perugini PT
Andres Sanchez PT
Arlindo Chinaglia PT
Bruna Furlan PSDB PsdbPsbPpsPv
Bruno Covas PSDB PsdbPsbPpsPv
Capitão Augusto PR
Carlos Sampaio PSDB PsdbPsbPpsPv
Eduardo Bolsonaro PSC PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Eduardo Cury PSDB PsdbPsbPpsPv
Evandro Gussi PV PsdbPsbPpsPv
Fausto Pinato PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Flavinho PSB PsdbPsbPpsPv
Goulart PSD
Herculano Passos PSD
Ivan Valente PSOL
Jefferson Campos PSD
João Paulo Papa PSDB PsdbPsbPpsPv
Jorge Tadeu Mudalen DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Keiko Ota PSB PsdbPsbPpsPv
Lobbe Neto PSDB PsdbPsbPpsPv
Luiz Lauro Filho PSB PsdbPsbPpsPv
Luiza Erundina PSB PsdbPsbPpsPv
Major Olimpio Gomes PDT
Marcelo Aguiar DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Marcelo Squassoni PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Marcio Alvino PR
Miguel Haddad PSDB PsdbPsbPpsPv
Miguel Lombardi PR
Milton Monti PR
Nelson Marquezelli PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Nilto Tatto PT
Orlando Silva PCdoB
Paulo Pereira da Silva Solidaried
Ricardo Izar PSD
Rodrigo Garcia DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Samuel Moreira PSDB PsdbPsbPpsPv
Sérgio Reis PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Silvio Torres PSDB PsdbPsbPpsPv
Tiririca PR
Vanderlei Macris PSDB PsdbPsbPpsPv
Vicentinho PT
Vinicius Carvalho PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Vitor Lippi PSDB PsdbPsbPpsPv

Walter Ihoshi PSD
Total de SÃO PAULO 46

MATO GROSSO

Professor Victório Galli PSC PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de MATO GROSSO 1

DISTRITO FEDERAL

Laerte Rodrigues de Bessa PR
Rogério Rosso PSD
Total de DISTRITO FEDERAL 2

GOIÁS

Alexandre Baldy PSDB PsdbPsbPpsPv
Célio Silveira PSDB PsdbPsbPpsPv
Delegado Waldir PSDB PsdbPsbPpsPv
Fábio Sousa PSDB PsdbPsbPpsPv
Flávia Morais PDT
Giuseppe Vecci PSDB PsdbPsbPpsPv
Heuler Cruvinel PSD
João Campos PSDB PsdbPsbPpsPv
Jovair Arantes PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Marcos Abrão PPS PsdbPsbPpsPv
Pedro Chaves PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Roberto Balestra PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de GOIÁS 14

MATO GROSSO DO SUL

Dagoberto PDT
Tereza Cristina PSB PsdbPsbPpsPv
Vander Loubet PT
Zeca do Pt PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 4

PARANÁ

Alfredo Kaefer PSDB PsdbPsbPpsPv
Aliel Machado PCdoB
Assis do Couto PT
Christiane de Souza Yared PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Diego Garcia PHS PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Dilceu Sperafico PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Enio Verri PT
Evandro Rogerio Roman PSD
Giacobo PR
Hermes Parcianello PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
João Arruda PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Leandre PV PsdbPsbPpsPv
Luciano Ducci PSB PsdbPsbPpsPv
Luiz Carlos Hauly PSDB PsdbPsbPpsPv
Luiz Nishimori PR

Marcelo Belinati PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Nelson Meurer PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Osmar Bertoldi DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Sandro Alex PPS PsdbPsbPpsPv
Sergio Souza PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 21

SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS PsdbPsbPpsPv
Cesar Souza PSD
Edinho Bez PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Esperidião Amin PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Geovania de Sá PSDB PsdbPsbPpsPv
Marco Tebaldi PSDB PsdbPsbPpsPv
Total de SANTA CATARINA 6

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Afonso Motta PDT
Alceu Moreira PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Carlos Gomes PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Fernando Marroni PT
Giovani Cherini PDT
Giovani Feltes PMDB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Heitor Schuch PSB PsdbPsbPpsPv
Henrique Fontana PT
Jerônimo Goergen PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
João Derly PCdoB
José Otávio Germano PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Jose Stédile PSB PsdbPsbPpsPv
Luis Carlos Heinze PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Luiz Carlos Busato PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Maria do Rosário PT
Onyx Lorenzoni DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Paulo Pimenta PT
Pompeo de Mattos PDT
Renato Molling PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO SUL 20

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A lista de presença registra o comparecimento de 309 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao Deputado Marco Antônio Cabral.

O SR. MARCO ANTÔNIO CABRAL (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, companheiros; boa tarde, companheiras, quero agradecer ao Presidente Eduardo Cunha, agradecer ao meu partido, o PMDB, e, principalmente, aos 119.584 eleitores do Estado do Rio de Janeiro que me permitiram chegar ao Congresso Nacional.

Quero dizer da minha expectativa por mudanças nesses 4 anos. Nós, defendemos, numa campanha limpa e honrada, a reforma política, a reforma tributária e, não só a reforma, mas, principalmente, a atuação mais protagonista da juventude no processo político.

Eu tenho orgulho de dizer que sou o segundo Deputado mais jovem desta Casa. Com certeza, com a força da juventude, com a força dos nobres colegas, companheiros e companheiras, com cer-

teza, o Brasil, nesses 4 anos, sob a liderança, na Câmara, do nosso companheiro do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Eduardo Cunha, conseguiremos avançar na agenda propositiva que nos é cobrada pela sociedade.

Eu, no Estado do Rio, recebi a convocação do nosso Exmo. Governador Pezão para, na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, desenvolver minhas propostas e meus trabalhos junto aos meus eleitores.

Quero desejar a todos os nobres colegas muita força e muita coragem nesses 4 anos. Eu espero um breve retorno a esta Casa para, junto com os demais companheiros da bancada do PMDB e do Rio de Janeiro, avançarmos nessas agendas.

Agradeço à minha família, aos meus amigos, aos eleitores e a todos os colegas que me receberam de braços abertos; assim como nosso querido Cristo Redentor no Rio os recebe, recebi aqui o carinho e o abraço de todos os amigos.

Muito obrigado do fundo do meu coração. Obrigado, Presidente Eduardo Cunha. Sucesso nos trabalhos que V.Exa. vem desempenhando com grande maestria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Muito obrigado, Deputado Marco Antônio Cabral. Desejamos sucesso a V.Exa. na sua atividade de Secretário de Estado de Esporte do Rio de Janeiro e nesse desafio que nós temos das Olimpíadas que lá vão se processar, na cidade do Rio de Janeiro, no nosso Estado. Que V.Exa. tenha todo o sucesso e desempenhe o brilhante trabalho que com a sua capacidade tem condição de fazer.

O SR. JOVAIR ARANTES – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pois não, Deputado Jovair.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, já que iniciamos a Ordem do Dia, eu queria solicitar a V.Exa. que iniciássemos votando o item 1 da pauta. Sei que existem algumas urgências anteriores, mas eu queria pedir a votação logo do projeto dos caminhoneiros. Depois, ficaríamos livres para votar as urgências que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Se houver acordo, podemos começar pelos caminhoneiros, porque matéria sobre a mesa tem preferência. Alguma dificuldade? (Pausa.)

Então, vamos começar por acordo. Só vamos apreciar um requerimento a que nos referimos antes relativo a convites, à programação dos Ministros para participarem das Comissões Gerais na Casa, requerimento assinado pela maioria dos Líderes. Esse não tem contestação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Há sobre a mesa 39 requerimentos referentes a convites a Ministros de Estado para Comissão Geral no plenário da Câmara.

Também há sobre a mesa requerimento para votação em globo desses requerimentos de convite.

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 101, I, "a", 3, combinado com o art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, requeremos a votação em globo dos requerimentos de convite a Ministros de Estado para prestarem perante o Plenário da Casa informações relativas às suas respectivas pastas.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2015. – **Bruno Araújo**, Líder da Minoria; **Mendonça Filho**, Líder o Democratas; **Arthur Oliveira Maia**, Líder do Solidariedade; **Jovair Arantes**, Líder do PTB; **Chico Alencar,** Líder do PSOL; **Rubens Bueno**, Líder do PPS; **Andre Moura,** Líder do PSC; **Sarney Filho**, Líder do PV; R**ogério Rosso**, Líder do PSD; **Danilo Forte,** PMDB/CE; **Sibá Machado**, Líder do PT;

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento para votação em globo dos convites.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação todos os convites.

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2015.
(Do Sr.)

11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Senhor Patrus Ananias, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

PV

REQUERIMENTO Nº 460 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 461 , DE 2015.
(Do Sr.)

Aprovado 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Joaquim Levy, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 462 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Antônio Carlos Rodrigues, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Antônio Carlos Rodrigues, Ministro de Estado dos Transportes, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

PV

REQUERIMENTO Nº 463 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidada a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Kátia Abreu, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidada a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, a Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 464 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Educação, Sr. Cid Gomes, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Cid Gomes, Ministro de Estado da Educação, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 465 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Juca Ferreira, Ministro de Estado da Cultura, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 466 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 467 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11/02/15

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Carlos Eduardo Gabas, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Carlos Eduardo Gabas, Ministro de Estado da Previdência Social, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

11 FEV. 2015

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

REQUERIMENTO Nº 468 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidada a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sra. Tereza Campello, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidada a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, a Sra. Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 469 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 17.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Arthur Chioro, Ministro da Saúde, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Arthur OG

Chico Alencar PSOL

REQUERIMENTO Nº 470 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Armando Monteiro, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado o comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Armando Monteiro, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuizo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 471 , DE 2015.
(Do Sr.)

Aprovado 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado o comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

REQUERIMENTO Nº 472 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Nelson Barbosa, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

11 FEV. 2015

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

REQUERIMENTO Nº 473 , DE 2015.
(Do Sr.)

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, Senhor Ricardo Berzoini, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Ricardo Berzoini, Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 474 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhor Aldo Rebelo, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

Sibá Machado

REQUERIMENTO Nº 475 , DE 2015.
(Do Sr.)

Requer seja convidada a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Srª. Izabella Teixeira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidada a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, a Srª. Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 476 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Esporte, Sr. George Hilton, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado o comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. George Hilton, Ministro de Estado do Esporte, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 477 , DE 2015.
(Do Sr.)

Aprovado 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério do Turismo, Senhor Vinicius Nobre Lages, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Vinicius Nobre Lages, Ministro de Estado do Ministério do Turismo, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 478 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Defesa, Sr. Jacques Wagner, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Jacques Wagner, Ministro de Estado da Defesa, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

Sibá Machado

REQUERIMENTO Nº 479 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 480 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Aloizio Mercadante Oliva, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Aloizio Mercadante Oliva, Ministro-Chefe da Casa Civil, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 481 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação da Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Srª. Nilma Lino Gomes, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, a Srª. Nilma Lino Gomes, Ministra da Secretaria de Politicas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

Sibá Machado

REQUERIMENTO Nº 482 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Srª. Eleonora Menicucci de Oliveira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, a Srª. Eleonora Menicucci de Oliveira, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 483 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Eliseu Padilha, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Eliseu Padilha, Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

Silvio Mendes

REQUERIMENTO Nº 484 , DE 2015.
(Do Sr.)

Requer a convocação do Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Sr. Guilherme Afif Domingos, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Guilherme Afif Domingos, Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

REQUERIMENTO Nº 485 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, Sr. Edinho Araújo, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Edinho Araújo, Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 486 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Srª. Ideli Salvatti, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, a Srª. Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 487 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério das Cidades, Senhor Gilberto Kassab, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado do Ministério das Cidades, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

PV

REQUERIMENTO Nº 488 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado do Ministro de Estado do Ministério da Pesca e Aquicultura, Senhor Helder Barbalho, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Helder Barbalho, Ministro de Estado do Ministério da Pesca e Aquicultura, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

PV

Sibá Machado

REQUERIMENTO Nº 489 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Miguel Rossetto, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Miguel Rossetto, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

REQUERIMENTO Nº 490 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sr. José Elito Carvalho Siqueira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

11 FEV. 2015

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 491 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Advogado-Geral da União, Sr. Luís Inácio Lucena Adams, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

REQUERIMENTO Nº 492 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, Sr. Valdir Simão, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Valdir Simão, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

REQUERIMENTO Nº 493 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Senhor Pepe Vargas, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Pepe Vargas, Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

Silas Malafaia

REQUERIMENTO Nº 494 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

11 FEV. 2015

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

Sibá Machado

REQUERIMENTO Nº 495 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sr. Thomas Traumann, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Thomas Traumann, Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

Sibá Machado

REQUERIMENTO Nº 496 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11.02.15

Requer a convocação do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Sr. Mangabeira Unger, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Mangabeira Unger, Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

Chico Alencar PSOL

REQUERIMENTO Nº 497 , DE 2015.
(Do Sr.)

APROVADO 11/02.15

Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional, Senhor Gilberto Occhi, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa, transformando-se a Sessão Plenária em Comissão Geral, o Sr. Gilberto Occhi, Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional, para expor aos nobres Deputados e Deputadas Federais, quais são as prioridades da sua pasta para o ano de 2015, o seu plano e cronograma de ação, considerando-se especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira e as necessidades de contenção dos gastos públicos sem prejuízo do bem estar geral da população.

Sala das Sessões, em 11 FEV. 2015 de fevereiro de 2015.

Deputado Federal

PSOL

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADOS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Item 1

PROJETO DE LEI Nº 4.246-C, DE 2012
(Do Sr. Jerônimo Goergen)

Continuação da votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.246-A, de 2012, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências"; tendo parecer dos relatores designados em Plenário: pela Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação das Emendas de nºs 4, 5, 9, 12, 15 e 16, e pela rejeição das de nºs 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14 e 17 (Relator: Deputado Diego Andrade); pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação das Emendas de nºs 4, 5, 9, 12, 3 15 e 16, e pela rejeição das de nºs 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14 e 17 (Relator: Deputado Jovair Arantes); e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas do Senado Federal (Relator: Dep. Afonso Florence) (Lei Geral dos Caminhoneiros) (T 62 e T 64).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Passa-se à votação.

Destaque de bancada.

Sr. Presidente,
Requeiro, nos termos do art. 161, II, e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 4 do SF, oferecida ao PL 4.246/2012.
*Sala das Sessões, em junho de 2014. – **Fernando Francischini,** Líder do Solidariedade*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)*

Para falar contra, com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos votando aqui, na verdade, a reforma da Lei nº 12.619, de 2012, a Lei dos Caminhoneiros, dos motoristas, que foi discutida na Comissão Especial. Nós relatamos esse projeto na Comissão presidida pelo Deputado Nelson Marquezelli.

O projeto foi votado aqui na Câmara, aprovado; foi ao Senado, que o aprovou com algumas modificações; voltou para a Câmara. Então estão sendo votados aqui agora os destaques, porque a lei já foi votada na sua integridade, ressalvados os destaques.

Nós temos emenda do Solidariedade, a Emenda nº 4, do Senado, que exclui a obrigatoriedade da ISO 17026 para os laboratórios de exame toxicológico, fixa em lei a certificação ISO 17026. Permitiria que em pouco tempo a lei ficasse obsoleta por causa dos avanços tecnológicos.

Sr. Presidente, nós somos pela aprovação da emenda, para que possamos, então, fazer com que essa certificação possa ser feita pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que é o órgão responsável por essas orientações, por essas certificações.

Por isso, nós encaminhamos essa Emenda nº 4, do Senado Federal, que exclui a obrigatoriedade do ISO 17026, para que nós possamos ter a aprovação da emenda no Senado.

Essa é a posição, Sr. Presidente.

O SR. MARCO ANTÔNIO CABRAL (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que o meu discurso fosse divulgado em *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Claro! Isso está assegurado.

O SR. HUGO LEAL – Sr. Presidente, eu poderia fazer um esclarecimento sobre esta emenda?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vamos esclarecer o que nós vamos votar, porque vamos passar para orientação de bancada: o voto "sim" corresponderá à supressão do § 8º do art. 186 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O SR. HUGO LEAL – Então, quem vota "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Quem vota "sim" está suprimindo isso da CLT.

O SR. HUGO LEAL (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na realidade, Sr. Presidente, estou aqui pela Liderança do Governo. Quero só um esclarecimento.

O que acontece é que o texto da Câmara foi modificado no Senado. Esta Emenda nº 4 está vindo do Senado, e o destaque é no sentido de retornar o texto da Câmara. A orientação dada pelo Deputado Valdir Colatto na tribuna é no sentido de manter o texto do Senado, a emenda.

Então, se nós votarmos "sim", estaremos votando "sim" à emenda do Senado, e não ao destaque. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A Emenda nº 4, do Senado Federal, é a supressão. Quem votar "sim", vai votar "sim" à supressão, que é a emenda do Senado Federal. Vamos deixar isso claro.

O SR. HUGO LEAL – Então, o que está indo a voto é a emenda do Senado Federal, é "sim"?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O que está indo a voto é a emenda do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quem quiser manter, vote "não"?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Quem quiser que mantenha a emenda do Senado Federal, vote "sim". Quem quiser que seja rejeitada a emenda do Senado Federal vote "não".

Está claro para todo mundo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A emenda já não está incluída, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A emenda já não está recepcionada no projeto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A emenda foi recepcionada no projeto, mas, provavelmente, no substitutivo, foi retirada. Por isso, é o DVS, para votação da emenda em separado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Votar "sim".

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer: essa emenda diz respeito ao exame toxicológico. Para manter exatamente a sua orientação, para manter a retirada do texto – foi o que o Senado Federal fez –, nós temos que votar "sim", pela manutenção da proposta do Senado Federal.

O PTB quer encaminhar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Orientação de bancada.

Como vota o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PSC/PHS/PEN?

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Há concordância do bloco, que vota "sim".

Como vota o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV?

O SR. DANIEL COELHO (Bloco/PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSD?

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSD encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PR vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco Parlamentar PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PRTB? *(Pausa.)*

E o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PDT, Sr. Presidente, vota pela manutenção do texto da Câmara. Portanto, "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Solidariedade já saiu do Bloco. O Solidariedade é o autor do destaque, consequentemente, deverá votar "sim".

E o PCdoB?

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PROS? *(Pausa.)*

E o PSOL?

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota "não", viu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Solidariedade é autor do destaque e vota "não"? Não entendi. O Solidariedade é o autor do destaque.

O SR. ZÉ SILVA – Sr. Presidente, a dúvida... Sr. Presidente, Deputado Zé Silva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pois não.

O SR. ZÉ SILVA – A nossa assessoria técnica está ainda em dúvida ainda, por isso que eu gostaria de entender aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Isso é um destaque de bancada, Deputado.

O SR. ZÉ SILVA – Eu sei, Deputado. Mas a dúvida nossa ainda persiste. Porque, segundo a assessoria nossa aqui, se votarmos "sim", só vai poder fazer o exame toxicológico um laboratório internacional. Esse é o entendimento. Se não é, aí o Solidariedade vai acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Solidariedade está discutindo se vai acompanhar o destaque do Solidariedade, é isso que eu estou entendendo?

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A certificação, Sr. Presidente, será feita pelo INMETRO, não é internacional. Isso já está na Resolução do CONTRAN. Nós estamos seguindo o que existe hoje na Resolução do CONTRAN: que a certificação é pelo INMETRO, laboratórios nacionais, faz onde o INMETRO estiver participando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Bom, enquanto o Solidariedade não decide, tira a orientação do Solidariedade...

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não, Presidente, está decidido. Ela foi pela aprovação, nós vamos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Qual é a orientação do Solidariedade, Deputado, por gentileza.

O SR. ZÉ SILVA – Nós vamos acompanhar o Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Acompanha o Bloco.

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – PSOL "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PTC? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco Parlamentar PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PRTB?

O SR. CÉSAR HALUM (Bloco/PRB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – PRB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PTdoB? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – De acordos com os partidos que compõem o Bloco da Minoria, votamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Governo?

O SR. HUGO LEAL (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – PDT, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação.

EMENDA Nº 4

Suprima-se o § 8° do art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 5° do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aqueles que forem pela aprovação da emenda do Senado Federal destacada em separado permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

Fica suprimido o § 8º do art. 168 da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 5º do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Destaque de bancada:

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 161, § 2º, combinado com os arts. 161, inciso I e 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos destaque para votação em separado dos arts. '16 e 17', constantes na Emenda Supressiva nº 12, do Senado Federal, com a finalidade de manter os referidos artigos no texto final do Projeto de Lei 4.246, de 2012.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2014.

Arnaldo Faria de Sá, Vice-Líder do PTB

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado Jovair, o que está se colocando aqui é que há uma emenda do Senado Federal que suprimiu o art. 16 e o art. 17. Está-se fazendo um destaque em separado para manter os referidos artigos.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Sem revisão do orador.) – O nosso voto é "não", Sr. Presidente.

Nosso encaminhamento é não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Havia um acordo. Esse destaque teria de ser votado porque ele era supressivo, mas havia um acordo, ao fim da votação, pela rejeição de todos.

O SR. JOVAIR ARANTES – Exatamente, Sr. Presidente. Foi um acordo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vamos colher a orientação de bancada.

O SR. JOVAIR ARANTES – Apenas pela razão de não poder retirar o destaque, nós estamos agora encaminhando "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Encaminhando "não".

O SR. HUGO LEAL (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente, para todos os Deputados. Na realidade, nós estamos votando aqui um dispositivo que foi suprimido pelo Senado. O Senado inviabilizou, retirou a suspensão, o aumento dos limites de sobrecargas de veículos e a isenção de cobrança sobre eixo suspenso. Então, esse destaque, especificamente – salvo engano era do PTB –, previa essa circunstância.

Vou ouvir os outros argumentos, mas, em princípio, o Governo vota "não" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Orientação do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PSC/PHS/PEN.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Bloco, Sr. Presidente, manterá o voto "não", porque se criou aqui uma indústria da multa. O deslocamento de peso por eixo é impossível de ser controlado. Hoje, qualquer carga é multada todos os dias, todas as horas. Por isso, o Bloco mantém o voto "não", para que parem de fazer uma indústria contra os transportadores. O voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por gentileza, um esclarecimento da parte de V.Exa. Nós estamos votando a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não. Nós estamos votando simplesmente o destaque para votação em separado dos arts. 16 e 17. Nós estamos votando "não" aos artigos.

O SR. AFONSO FLORENCE – Desculpe-me, Presidente. Nós estamos votando a emenda do Senado? A pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – É isto: "sim" aprova o artigo; "não" rejeita o artigo. É isso. Para facilitar a vida de vocês,...

O SR. AFONSO FLORENCE – O artigo do texto do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Arts. 16 e 17 é "não".

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para esclarecer: os artigos 206 e 207 estavam...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A emenda do Senado suprimia.

O destaque, que foi feito pelo PTB, era para votar esses artigos em separado. Quando você vota "não", você mantém o texto do Senado. Então, votando "não", é o texto do Senado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós não queremos manter o texto do Senado, nós queremos o texto da Câmara. Temos que votar "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não, não. O acordo que foi feito...

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É o contrário, Sr. Presidente. Para manter o texto da Câmara, é votar "sim". Mantém o texto da Câmara contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Cunha) – É isso. É isso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pessoal, vamos ouvir a declaração do Presidente de como vota. Aí nós vamos seguir a orientação dele. Não adianta cada um dizer como votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deixem-me acabar de me entender com o Dr. Mozart aqui. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente, eu quero usar a tribuna. Eu quero usar a tribuna!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado, nós estamos em orientação de bancada.

O SR. JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, eu queria apenas para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Estou esclarecendo, para poder passar para a orientação de bancada.

O SR. JOVAIR ARANTES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vamos esclarecer.

O que diz a emenda supressiva do Senado Federal, que é a Emenda nº 12? Ela suprime quatro artigos do projeto, arts. 16, 17, 18 e 19. O destaque pede para votar em separado dois dos quatro artigos suprimidos

pela Emenda nº 12, os arts. 16 e 17. Quem votar "sim", estará votando "sim" aos artigos que foram suprimidos pelo Senado, para retornarem ao texto. Quem votar "não", estará mantendo a emenda supressiva do Senado dos quatro artigos. Então, quem votar "não", estará votando "não" aos artigos. Quem votar "sim", estará votando para trazer os artigos de volta. Está claro?

O SR. JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, apenas para ajudar no esclarecimento...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero só chamar a atenção: esse texto é do eixo suspenso. A Casa não pode permitir cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado Nelson Marquezelli, o mérito é outra coisa. Eu estou esclarecendo o que tem que acompanhar. O mérito é do processo de discussão, do que corresponde aos arts. 16 e 17. Eu não estou entrando no mérito. Eu estou orientando.

Começou a orientação de bancada. Então, o Bloco do PMDB...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Partido Progressista vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu posso separar o Bloco. O PMDB e o PTB têm posição "não". Se o PP tem posição "sim", o Bloco tem orientação distinta. Nós fazemos por partido.

O SR. JOVAIR ARANTES – Eu queria a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, tem direito à palavra.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: nós fizemos um acordo no Bloco de que o PTB encaminharia esta votação pelo Bloco. Nós conversamos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Foi exatamente isso.

O SR. JOVAIR ARANTES – Então, eu queria, primeiro, respeitar esse acordo que foi feito.

Segundo, no final do ano passado, nós fizemos várias reuniões para tratar dessa questão. A ainda Ministra Gleisi concordou que o Governo aceitava discutir a questão do eixo suspenso. Foi exatamente nessa direção que foi feito o destaque.

Nós discutimos várias questões e acertamos um acordo. E vamos ter que liberar a bancada, porque tem algumas divergências com relação ao voto. Inclusive, o destaque é do PTB, pelo eixo suspenso – o Deputado Nelson Marquezelli quer que seja pela aprovação. O acordo que fizemos – inclusive o acordo que foi feito com a Deputada Jandira Feghali, do PCdoB, é de que não teria verificação no destaque que ela fez. Esse acordo inclusive foi feito durante o período em que ainda estávamos discutindo. Estou falando agora sobre o último item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como Líder do PMDB, eu participei desse acordo na época.

O SR. JOVAIR ARANTES – Exatamente. Então, eu vou continuar encaminhando o voto "não". Os Deputados que quiserem votar "sim" que votem, mas o encaminhamento é "não", pelo acordo que foi feito anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – De não haver inclusive verificação de votação.

O SR. JOVAIR ARANTES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Bloco PSDB/PPS/PV/PSB.

O SR. VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós já votamos o art. 17. A Câmara já aprovou. Da forma pela qual o texto está sendo orientado, nós vamos votar duas vezes a matéria. Nós temos que votar a emenda do Senado.

Este é o entendimento do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Acontece, então, que se tem que considerar o destaque prejudicado, e por uma razão muito simples: tem quatro artigos na emenda e só foram destacados dois dos quatro. Eu não posso fazer com que se vote a emenda. A emenda já foi votada. As emendas do Senado foram incorporadas, ou rejeitadas, no parecer do Relator, que já foi à votação.

O SR. VANDERLEI MACRIS – Mas houve destaque, Sr. Presidente, dessa emenda. Então, acho que temos que votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não, Deputado. O que acontece é o seguinte. Nós estamos votamos a parte contida na emenda supressiva; se ela consta do texto, ela não vai cair. Só se vai tratar do outro artigo. Não há duplicidade de votação. Não há duplicidade de votação, repito. Se ela for aprovada, vai agregar ao artigo; se ela for rejeitada, vai apenas incidir sobre um artigo.

O SR. VANDERLEI MACRIS – Então nós vamos votar a favor dos arts. 16 e 17 da Câmara, votando "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Então, V.Exas. estão entendendo que se vai acrescentar também o art. 16. É isso?

O SR. VANDERLEI MACRIS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O.k.

O SR. MARCELO ARO – Sr. Presidente, o PMDB liberou o Bloco, e o PHS gostaria de orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não é que liberou...

Tudo bem. Concedo a palavra a V.Exa., rapidamente.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PHS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

A orientação do PHS é pelo voto "sim", Sr. Presidente. Nós somos favoráveis aos arts. 16 e 17. Conversei com o Líder Jovair Arantes, e foi acordado o PHS votar "sim".

Obrigado.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, pelo PR.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pelo PR.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta a V.Exa., que é regimentalista por excelência.

Nós temos aqui pedido de retirada do art. 17. Evidentemente, se votarmos esse, o art. 17 fica prejudicado. Nós poderíamos, num acordo com os demais partidos, inverter e votar o da frente, apenas o art. 17, pergunto, a partir de um acordo de Líderes aqui? Porque o art. 17 sana isso. O art. 17 é tão somente a questão do eixo. Aí se sanaria esse problema.

Não sei se, regimentalmente, nós teríamos condições de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Esse destaque já está um pouco, digamos assim – talvez eu não o aceitasse se ele fosse feito agora –, do meu ponto de vista, estranho. Mas ele já foi aceito, acolhido e votado dessa forma. Sendo assim, não cabe outro caminho a não ser submetê-lo à votação, porque realmente foi muito confuso o que foi feito. Mas poderia se destacar para se votar a emenda inteira ou os quatro artigos, e não parte do artigo. Mas, enfim, eu entendo que não há outra forma de votar que não seja votar o disposto nos art. 16 e 17 em conjunto, que é o objeto do destaque.

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente Eduardo, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pois não, Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PSC-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – É inclusive para parabenizar V.Exa.

Eu estava achando estranha a condução de V.Exa. nesta votação. Porque veja. V.Exa. sabe que a Emenda nº 12 contempla, como V.Exa. acabou de dizer, quatro artigos: o 16, 17, 18 e 19. Quatro artigos. A Emenda nº 12, o Presidente sabe, contempla quatro artigos.

E estou achando estranho V.Exa. acatar – para mim, trata-se do mesmo assunto – destaques artigo por artigo.

A minha pergunta a V.Exa. é: temos aqui dois destaques, um do PSD e outro do PMDB, para suprimir a Emenda nº 12. Na hora em que se votar esses destaques, os outros estarão prejudicados. Eu queria apelar para V.Exa. para que coloque primeiro o destaque do PSD, ou o do PMDB. Se, evidentemente, ele for aprovado ou reprovado, os demais estarão prejudicados.

Era essa a questão de ordem que eu queria apresentar a V.Exa.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para esclarecer.

O art. 16 trata da questão de peso, de peso de 5% do peso total e de 10% da tolerância entre eixos. E o art. 17 trata da questão de não pagamento de pedágio do de eixo levantado.

Então, o art. 16 e o art. 17 foram aprovados na Câmara, e nós queremos manter o que foi aprovado na Câmara; portanto, o art. 16 e o art. 17.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado Silvio, para esclarecer V.Exa.: o que acontece é que quando você tem destaques... Eu concordo em que eu talvez não devesse ter acolhido o destaque. Mas não há alternativa: ele foi acolhido, e, na medida de supressão, ele tem que ser votado.

Em segundo lugar, quando se tem destaques tratando sobre o mesmo tema, parte-se do maior para o menor. Então, como este contempla dois, e os outros contemplam um, eu tenho que votar primeiro o que contempla dois, porque, se este destaque for aprovado, os outros são prejudicados. E, se esse não for aprovado, o Plenário ainda tem o direito de decidir sobre um individual.

O SR. SILVIO COSTA – V.Exa. está correto, mas a minha pergunta é: os destaques do PMDB e do PSD foram retirados?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não.

O SR. SILVIO COSTA – Não foram retirados?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – – Não foram retirados.

O SR. SILVIO COSTA – Ora, Presidente, se eles não foram retirados, esses destaques, usando sua fala, do maior para o menor...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Se ele for votado, os outros são prejudicados.

O SR. SILVIO COSTA – É isso o que eu quero dizer.

Então, queria fazer um apelo a V.Exa.: que primeiro votemos o destaque do PSD ou do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não. Eles serão prejudicados. Os outros dois serão prejudicados.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a informação que eu tenho é de que foram retirados. Temos de seguir a orientação e concluir a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eles já foram declarados prejudicados antes que eu iniciasse este processo de votação, ainda na legislatura anterior.

O SR. AFONSO FLORENCE – Exatamente. Vamos seguir a orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eles já estavam declarados como prejudicados por decisão da Presidência anterior.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, deixe-me explicar uma questão, porque o pessoal não está entendendo. Há muito Deputado novo aqui que não sabe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Nós estamos descumprindo o acordo. Essa é que é a verdade.

O SR. JOVAIR ARANTES – Isso! Foi feito um acordo no final do ano, vou repetir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Sim, foi feito um acordo.

O SR. JOVAIR ARANTES – Foi feito um acordo entre todos os partidos, com todos os Líderes, de que os destaques estariam prejudicados, seriam retirados. Como não se pode retirar os destaques, está acontecendo esse tipo de comportamento aqui hoje, porque, se votarmos esse destaque, os que estavam acordados para serem retirados serão prejudicados. É simples assim.

Então, o que vamos fazer é votar esse destaque que prejudica todos os outros, que seriam pelo acordo retirados, exceção ao do PCdoB, que é o último item, Sr. Presidente. Quanto ao resto foi acordado para se votar, e, ao votarmos, todos os outros ficam prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Exatamente por isso.

Eu volto a falar: como Líder do PMDB à época, eu participei do acordo e concordei com essa decisão.

Então, eu apelo para o PMDB no sentido de que mantenha a posição em função do acordo que foi feito.

Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – PSD?

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de cumprimentá-lo e dizer que a gente fica muito feliz em ver V.Exa. cumprindo o acordo, tocando adiante esse tema tão importante!

O PSD vota "sim".

É importante ressaltar que fui um dos relatores do projeto na Comissão de Viação e Transportes. Esse é um projeto que aperfeiçoa a Lei dos Motoristas.

Para esse destaque, o justo é votar "sim". Peço a todos os colegas que, unidos, votemos "sim" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PR?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PR vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PRTB?

O SR. ROBERTO ALVES (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos e pela dinâmica que está tendo a Câmara dos Deputados.

O PRB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PDT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O PDT ,"não".

Como vota o Solidariedade?

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PCdoB?

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela manutenção do texto do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Então, vota pela manutenção?

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim", para restabelecer o texto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – É "não". A manutenção do texto do Senado significa o voto "não".

Como vota o PROS?

O SR. DOMINGOS NETO (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela manutenção do acordo do Governo entre os partidos, nós votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou pedir a sua orientação ao final do meu brevíssimo arrazoado.

O PSOL concorda, no mérito, com a proposta que determina que os veículos de carga que circularem vazios não pagarão pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos. Isso, claro, é razoável para os caminhoneiros individuais e para as transportadoras. As indústrias do pedágio, sempre tão pouco transparentes, podem não concordar.

Queremos manter isso, mas, com esta confusão, mesmo com larga experiência, pergunto: é "sim" ou "não"?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – V.Exa., para manter isso, tem que votar "sim".

O SR. CHICO ALENCAR – Então "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PTC? (*Pausa*.)

Como vota o PSL? (*Pausa*.)

Como vota o PTdoB? (*Pausa*.)

Como vota a Minoria?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Minoria vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Minoria, "sim".

Como vota o Governo?

O SR. HUGO LEAL (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como o Bloco não tem consenso, libera, sendo que o PTB e o PMDB votam "não", e o PP, "sim".

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Partido Progressista orienta "sim".

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante esclarecer que quem está votando "sim" está dizendo "sim" a um texto que diz "não" à cobrança de pedágio sobre o eixo suspenso. É importante ficar claro isso para o pessoal saber o que está votando.

Nós votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu vou deixar muito claro: quem votar "sim" vota para manter os arts. 16 e 17 no texto; quem votar não está mantendo o texto do Senado Federal, com a supressão dos arts. 16 e 17. Está claro?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, a orientação do Bloco...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Bloco já orientou: libera. PMDB e PTB votam "não", e o PP vota "sim".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PP vota "sim".

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB retifica e vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Democratas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quem vota "não" está votando pelo aumento de tarifa, porque está votando o reequilíbrio econômico-financeiro; quem vota "sim" está querendo aumentar a tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Democratas? O Democratas vota "sim" ou "não"?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Nós votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vota "não".

Então, somente o PP, do Bloco, vota "sim", e os demais partidos votam "não".

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS também encaminha o voto "sim", a favor dos caminhoneiros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O PPS já está no Bloco do PSDB, que encaminhou "sim". O único Bloco que teve divergência é o PMDB.

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a orientação do Bloco não pode ser "não". Está mantido lá o Bloco como "não".

O PP vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Sim, mas eu estou realçando que o PP é o único partido do Bloco que vota "sim". Porque, se fôssemos considerar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas o mais importante, Sr. Presidente, é a sua origem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O PP vota "sim". Está alertado. E os demais partidos do Bloco votam "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação.

Art. 16. O art. 1º da Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985 , passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1° Fica permitida, na pesagem de veículos de transporte de carga e de passageiros, a tolerância máxima de:
I – 5% (cinco por cento) sobre os limites de peso bruto total;
II – 10% (dez por cento) sobre os limites de peso bruto transmitido por eixo de veículos à superfície das vias públicas.
Parágrafo único. Os limites de peso bruto não se aplicam aos locais não abrangidos pelo disposto no art. 2° da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, incluindo-se as vias particulares sem acesso à circulação pública."(NR)
Art. 17. Os veículos de transporte de cargas que circularem vazios não pagarão taxas de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aqueles que forem favoráveis à manutenção dos arts. 16 e 17 permaneçam como se acham; aqueles que forem favoráveis àquilo que o Senado Federal fez, a supressão, manifestem-se. *(Pausa.)*

"Não".

REJEITADO.

O SR. SILVIO COSTA – É "não", Presidente! Ganhou o "não", Presidente!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Sim, Deputado. Verificação é direito de cada um pedir.

Eu me baseio pelas orientações, Deputados. Eu me baseio pelas orientações, pelo tamanho das bancadas na orientação também. Não há outra forma de fazer.

(Tumulto no plenário.)

O SR. HUGO LEAL – O Plenário decidiu pelo voto "sim". É preciso que isso fique claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Alguém pediu verificação? Ou ninguém a pediu?

O SR. VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, qual foi o voto vencedor?

Peço verificação.

Qual é o voto: é "sim" ou "não"? Qual foi o voto vencedor?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O voto vencedor foi o "não".

O SR. VANDERLEI MACRIS – Então, verificação!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Ok. Faremos a verificação, sem problema. Apesar de ser fora de tempo, pela confusão que está reinando e pela interpretação do destaque, vou concedê-la, para que o Plenário possa se manifestar adequadamente.

O pedido de verificação conjunta é do Bloco do PSDB com o PTB, e o Bloco do PMDB, obviamente.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o texto do Senado está mantido?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O texto do Senado estará mantido com o "não". Para o texto da Câmara será o "sim". Quem quiser votar o texto da Câmara vote "sim"; quem quiser ficar com o texto do Senado vote "não". Está claro?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Partido Progressista orienta "sim".

O SR. NILSON LEITÃO (Bloco/PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer. O acordo que foi feito pelo PSDB é para a isenção do eixo suspenso em qualquer carga vazia. É por isso que nós queremos votar "sim", com o texto da Câmara.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peemedebistas votam "sim".

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS também vota "sim".

Esta matéria, aprovada pelo Plenário da Câmara, é importante para os caminhoneiros. A Frente Parlamentar da Agropecuária também nos acompanha. É uma matéria fundamental; é pelo não pagamento de um eixo suspenso de uma carga vazia. Porque o caminhoneiro não pode ficar pagando por uma carga vazia e suspensa.

Isso nós vamos colocar agora no voto. Cada Parlamentar vai dar no voto a resposta aos caminhoneiros que acompanham esta votação: "sim" ou "não". E, neste caso, quem vota pelo caminhoneiro vota "sim".

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Partido Progressista, Sr. Presidente, orienta "sim". Essa é uma correção a uma injustiça, que, inclusive administrativamente, já está sendo corrigida.

Por isso, vamos votar, para corrigir um erro de anos atrás. Vamos votar "sim" a esse destaque!

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para não pagar pedágio, "sim".

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quem quer o "sim" tem que fazer um equilíbrio econômico-financeiro ou aumentar os pedágios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Governo quer falar. Por gentileza, Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É importante, Sr. Presidente, fazer aqui um esclarecimento.

Esta matéria é sobre o chamado Estatuto do Motorista. E esse tema nós estamos debatendo há muito tempo nesta Casa; há pelo menos 2 anos.

Eu fiz parte da Comissão Especial que analisou a modificação da Lei nº 12.619/12, juntamente com o Deputado Colatto e com o Deputado Marquezelli. E o foco sempre foi a discussão sobre a jornada do caminhoneiro, sempre foi a questão do próprio motorista. E daí, sim, esse debate derivou para essas questões circunstanciais, especialmente a discussão dos pedágios.

Essa matéria que foi trazida não era a matéria original do texto da Lei nº 12.619/12 nem a matéria discutida ao longo da Comissão Especial. Hoje, claro, há uma necessidade de debate dessa matéria, ou seja, da questão das concessões de serviço público nas rodovias.

Ao trazer essa matéria para dentro do Estatuto do Motorista, a Casa está ocasionando este debate infrutífero para a causa fundamental, que é a questão dos direitos dos caminhoneiros, o Estatuto do Motorista.

Nós aqui, principalmente os que foram da Comissão de Viação e Transportes, temos uma longa jornada, um grande trabalho feito com relação a essa matéria, tanto sobre a questão do peso sobre eixo, quanto à questão do eixo suspenso.

Mas não é nesse tema, não é nesse debate, não é nesse calor que nós vamos tentar resolver uma questão que, inclusive, incide diretamente nos contratos já assinados com as concessionárias de rodovia. Este é um tema muito delicado para ser debatido da forma como está sendo debatido aqui.

O nosso foco, o nosso objetivo principal hoje – e é o objetivo do Governo – é definir as regras e o tempo de direção para o motorista. Este é o objetivo: a saúde do motorista, os direitos do motorista. Esse outro tema tem que vir em outro debate, para, especificamente, discutirmos essa questão do peso sobre eixo e também a do pedágio.

Então, Sr. Presidente, nós não temos que aceitar. Por isso, a nossa orientação é "não". Nós não temos que trazer esse debate para este momento.

O SR. LELO COIMBRA – Sr. Presidente...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Um momento, por favor! O Deputado Hugo Leal, pelo Governo, está falando.

Eu entendo que a gente, que está iniciando esta Legislatura... E grande parte aqui talvez não tenha participado, porque essa matéria mudou de legislatura. Mas, efetivamente, houve um acordo, até porque há um compromisso do Governo de vetar essa matéria, porque ela é, inclusive, fora do objeto dessa discussão.

Então, havia um acordo. E disso posso falar porque, na época, participei do acordo como Líder do PMDB.

Além de ser uma matéria estranha, realmente existe o problema de contratos existentes, que vão ser afetados.

Então havia o compromisso de se rejeitar esse destaque. E esse só não foi retirado porque, por ser supressivo, não cabia mais ao PTB retirá-lo, já que já tinha sido votado o projeto original.

É claro que a Casa tem todo o direito de mudar seu entendimento e não cumprir o acordo que foi feito, mas que efetivamente houve um acordo, com a participação de todos, inclusive do próprio PSDB, isso houve.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB altera a sua orientação. O voto é "sim".

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu era Líder da Minoria e acompanhei todo esse projeto. Posso afirmar que o PSDB jamais fez acordo para suprimir esta matéria.

Segundo, com todo o respeito ao que o Deputado mencionou, esta matéria é absolutamente inerente a essa questão. Vieram aqui centenas de profissionais liberais do volante, caminhoneiros, trabalhadores nas estradas. Vieram aqui multidões nos apelando quanto a vários temas, e este especificamente é algo que todos mencionaram.

Salta aos olhos a injustiça de se cobrar pedágio por um eixo que não está usando literalmente a rodovia. Um caminhão vazio... Aliás, o texto diz: *"eixo suspenso com o caminhão vazio"*. Portanto, cobrar pedágio por um eixo suspenso e com o caminhão vazio é um absurdo! E esse absurdo tem que ser corrigido.

As leis mudam para corrigir as imperfeições, e essa é uma imperfeição. Se alguém dizer que há um contrato... Ora, se o contrato está em cima de uma imperfeição, já passou da hora de corrigi-la.

É por isso que o PSDB vota em bloco, porque fechou questão. O PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para concluir, Deputado Domingos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Para concluir, Sr. Presidente, o PSDB, em votando "sim", estará votando "sim" ao texto que diz que eixo suspenso com o caminhão vazio não paga pedágio. Ou seja, não é justo um caminhão vazio pagar o mesmo pedágio que paga um caminhão carregado. Não por que cobrar por todos os eixos, quando o caminhão está vazio.

Portanto, o PSDB vota "sim". E eu quero alertar: quem vota "não" está dizendo que o caminhoneiro vai ter que pagar mais; quem vota "sim" está votando com o caminhoneiro, está dizendo: *"Não queremos que o eixo suspenso pague pedágio".*

Portanto, "sim" é a favor da isenção do eixo suspenso.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT quer mudar sua orientação para "sim".

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB altera a orientação para o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O PCdoB também está mudando a orientação?

A SRA. JÔ MORAES – É "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – PCdoB, "sim".

Quem mais mudou? Nós já vamos encerrar a votação.

O SR. MARCELO ARO – Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento pelo PHS, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vota a favor dos caminhoneiros. Eixo erguido não pode pagar pedágio!

A Liderança do PDT, através do nosso Líder, André Figueiredo, está afirmando que o nosso voto é "sim", a favor do caminhoneiro. O pedágio já é caro. Agora, imagine cobrar pedágio por eixo levantado de um caminhão com a carroceria vazia, Presidente!

O voto é "sim"!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vamos encerrar a votação. Tem muita matéria ainda a ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação

Sim:	202;
Não:	89;
Abstenção:	1;
Total:	**292.**
ART. 17:	1;
QUÓRUM:	**293.**

Foram mantidos os arts. 16 e 17.

(LISTAGEM DE VOTAÇÃO)

Proposição: PL Nº 4246/2012 – DVS – PTB/PSDC – "ARTS. 16 E 17", CONST. DA EMENDA Nº 12 – Nominal Eletrônica

Início da votação: 11/02/2015 12:23

Encerramento da votação: 11/02/2015 12:32

Presidiu a Votação:

Eduardo Cunha

Resultado da votação

Sim:	202
Não:	89
Abstenção:	1
Total da Votação:	292
Art. 17:	1
Total Quorum:	293

Orientação

PmdbPpPtbDemPscPhsPen:	Não
PsdbPsbPpsPv:	Sim
PT:	Não
PSD:	Sim
PR:	Não
PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb:	Não
PDT:	Sim
Solidaried:	Sim
PCdoB:	Sim
PROS:	Não
PSOL:	Sim
Minoria:	Sim
GOV.:	Não

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Roraima (RR)			
Hiran Gonçalves	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
Maria Helena	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Remídio Monai	PR		Sim
Shéridan	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Total Roraima: 4			
Amapá (AP)			
André Abdon	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
Janete Capiberibe	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Total Amapá: 2			
Pará (PA)			
Arnaldo Jordy	PPS	PsdbPsbPpsPv	Sim
Beto Faro	PT		Não
Beto Salame	PROS		Sim
Delegado Éder Mauro	PSD		Sim
Edmilson Rodrigues	PSOL		Sim
Francisco Chapadinha	PSD		Sim
Hélio Leite	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Joaquim Passarinho	PSD		Sim
Josué Bengtson	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Júlia Marinho	PSC	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Lúcio Vale	PR		Não
Nilson Pinto	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Simone Morgado	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Total Pará: 13			
Amazonas (AM)			
Alfredo Nascimento	PR		Não
Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Átila Lins	PSD		Não
Conceição Sampaio	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Hissa Abrahão	PPS	PsdbPsbPpsPv	Sim
Marcos Rotta	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Silas Câmara	PSD		Sim
Total Amazonas: 7			

Rondonia (RO)			
Marcos Rogério	PDT		Sim
Mariana Carvalho	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Marinha Raupp	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Nilton Capixaba	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Total Rondonia: 4			
Acre (AC)			
César Messias	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Jéssica Sales	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Leo de Brito	PT		Não
Total Acre: 3			
Tocantins (TO)			
Carlos Henrique Gaguim	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Dulce Miranda	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Lázaro Botelho	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Vicentinho Júnior	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Total Tocantins: 4			
Maranhão (MA)			
Aluisio Mendes	PSDC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
André Fufuca	PEN	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Cleber Verde	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
João Castelo	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Julião Amin Castro	PDT		Não
Junior Marreca	PEN	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Juscelino Rezende Filho	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Pedro Fernandes	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Victor Mendes	PV	PsdbPsbPpsPv	Sim
Weverton Rocha	PDT		Sim
Total Maranhão: 10			
Ceará (CE)			
André Figueiredo	PDT		Sim
Arnon Bezerra	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Cabo Sabino	PR		Sim
Domingos Neto	PROS		Não
Leônidas Cristino	PROS		Não
Luizianne Lins	PT		Não
Moses Rodrigues	PPS	PsdbPsbPpsPv	Sim
Odorico Monteiro	PT		Abstenção
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Ronaldo Martins	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Total Ceará: 10			
Piauí (PI)			
Átila Lira	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Capitão Fábio Abreu	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Marcelo Castro	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Rejane Dias	PT		Não
Rodrigo Martins	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Total Piauí: 5			
Rio Grande do Norte (RN)			
Antônio Jácome	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Felipe Maia	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Rogério Marinho	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Walter Alves	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Total Rio Grande do Norte: 4			

Paraíba (PB)			
Benjamin Maranhão	Solidaried		Sim
Hugo Motta	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Manoel Junior	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Pedro Cunha Lima	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Total Paraíba: 5			
Pernambuco (PE)			
Augusto Coutinho	Solidaried		Sim
Betinho Gomes	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB		Não
Daniel Coelho	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Fernando Coelho Filho	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Gonzaga Patriota	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Jarbas Vasconcelos	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
João Fernando Coutinho	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Kaio Maniçoba	PHS	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Marinaldo Rosendo	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Mendonça Filho	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Ricardo Teobaldo	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Silvio Costa	PSC	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Tadeu Alencar	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Zeca Cavalcanti	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Total Pernambuco: 15			
Alagoas (AL)			
Arthur Lira	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Cícero Almeida	PRTB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Pedro Vilela	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Ronaldo Lessa	PDT		Sim
Total Alagoas: 4			
Sergipe (SE)			
Adelson Barreto	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Fábio Mitidieri	PSD		Sim
Fabio Reis	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
João Daniel	PT		Não
Jony Marcos	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
Total Sergipe: 5			
Bahia (BA)			
Afonso Florence	PT		Não
Antonio Imbassahy	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Bacelar	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
Bebeto	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Cacá Leão	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Irmão Lazaro	PSC	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
João Carlos Bacelar	PR		Não
João Gualberto	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Jorge Solla	PT		Não
José Carlos Aleluia	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
José Carlos Araújo	PSD		Sim
José Nunes	PSD		Sim
Jutahy Junior	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Lucio Vieira Lima	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Mário Negromonte Júnior	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Paulo Magalhães	PSD		Não
Ronaldo Carletto	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Tia Eron	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Valmir Assunção	PT		Não
Total Bahia: 19			

Minas Gerais (MG)			
Ademir Camilo	PROS		Sim
Aelton Freitas	PR		Não
Bilac Pinto	PR		Sim
Caio Narcio	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Delegado Edson Moreira	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
Dimas Fabiano	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Eduardo Barbosa	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Eros Biondini	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Fábio Ramalho	PV	PsdbPsbPpsPv	Sim
Jô Moraes	PCdoB		Sim
Júlio Delgado	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Leonardo Monteiro	PT		Não
Luiz Fernando Faria	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Marcelo Álvaro Antônio	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Marcelo Aro	PHS	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Marcus Pestana	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Mário Heringer	PDT		Sim
Misael Varella	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Newton Cardoso Jr	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Odelmo Leão	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Padre João	PT		Não
Rodrigo de Castro	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Rodrigo Pacheco	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Toninho Pinheiro	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Wadson Ribeiro	PCdoB		Sim
Weliton Prado	PT		Sim
Zé Silva	Solidaried		Sim
Total Minas Gerais: 29			
Espírito Santo (ES)			
Carlos Manato	Solidaried		Sim
Helder Salomão	PT		Não
Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Max Filho	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Paulo Foletto	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Total Espírito Santo: 5			
Rio de Janeiro (RJ)			
Alexandre Valle	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Altineu Côrtes	PR		Não
Aureo	Solidaried		Não
Cabo Daciolo	PSOL		Sim
Celso Jacob	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Celso Pansera	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Chico Alencar	PSOL		Sim
Chico D Angelo	PT		Não
Deley	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Dr. João	PR		Sim
Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Art. 17
Ezequiel Teixeira	Solidaried		Não
Fabiano Horta	PT		Não
Fernando Jordão	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Glauber Braga	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Hugo Leal	PROS		Não
Indio da Costa	PSD		Sim
Jair Bolsonaro	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim

Jandira Feghali	PCdoB		Sim
Jean Wyllys	PSOL		Sim
Luiz Carlos Ramos	PSDC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
Marcelo Matos	PDT		Sim
Miro Teixeira	PROS		Sim
Otavio Leite	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Pedro Paulo	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Rosangela Gomes	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Soraya Santos	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Walney Rocha	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Washington Reis	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Total Rio de Janeiro: 29			
São Paulo (SP)			
Alex Manente	PPS	PsdbPsbPpsPv	Sim
Andres Sanchez	PT		Não
Antonio Bulhões	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Faria de Sá	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Bruno Covas	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Capitão Augusto	PR		Sim
Carlos Sampaio	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Carlos Zarattini	PT		Não
Eduardo Bolsonaro	PSC	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Eduardo Cury	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Eli Correa Filho	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Fausto Pinato	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Flavinho	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Gilberto Nascimento	PSC	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Goulart	PSD		Sim
Herculano Passos	PSD		Sim
Jefferson Campos	PSD		Sim
João Paulo Papa	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Lobbe Neto	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Luiz Lauro Filho	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Major Olimpio Gomes	PDT		Sim
Marcelo Aguiar	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Marcelo Squassoni	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Marcio Alvino	PR		Sim
Miguel Haddad	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Miguel Lombardi	PR		Sim
Milton Monti	PR		Sim
Missionário José Olimpio	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Nelson Marquezelli	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Nilto Tatto	PT		Não
Paulo Freire	PR		Sim
Paulo Pereira da Silva	Solidaried		Não
Pr. Marco Feliciano	PSC	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Renata Abreu	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Ricardo Izar	PSD		Não
Ricardo Tripoli	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Roberto Alves	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Não
Samuel Moreira	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Tiririca	PR		Sim
Vanderlei Macris	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Vicentinho	PT		Não
Vitor Lippi	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Total São Paulo: 43			

Mato Grosso (MT)			
Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Ezequiel Fonseca	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Fabio Garcia	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Nilson Leitão	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Ságuas Moraes	PT		Não
Total Mato Grosso: 5			
Distrito Federal (DF)			
Alberto Fraga	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Augusto Carvalho	Solidaried		Sim
Erika Kokay	PT		Sim
Izalci	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Rogério Rosso	PSD		Sim
Total Distrito Federal: 5			
Goiás (GO)			
Célio Silveira	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Delegado Waldir	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Fábio Sousa	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Flávia Morais	PDT		Sim
Giuseppe Vecci	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Heuler Cruvinel	PSD		Sim
Jovair Arantes	PTB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Lucas Vergilio	Solidaried		Sim
Magda Mofatto	PR		Não
Marcos Abrão	PPS	PsdbPsbPpsPv	Sim
Pedro Chaves	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Roberto Balestra	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Rubens Otoni	PT		Não
Sandes Júnior	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Total Goiás: 14			
Mato Grosso do Sul (MS)			
Tereza Cristina	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Vander Loubet	PT		Não
Zeca do Pt	PT		Não
Total Mato Grosso do Sul: 3			
Paraná (PR)			
Alfredo Kaefer	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Aliel Machado	PCdoB		Sim
Christiane de Souza Yared	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb	Sim
Diego Garcia	PHS	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Dilceu Sperafico	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Enio Verri	PT		Não
Evandro Rogerio Roman	PSD		Sim
Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
João Arruda	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Leopoldo Meyer	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Luiz Carlos Hauly	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Luiz Nishimori	PR		Sim
Marcelo Belinati	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Osmar Bertoldi	DEM	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Rubens Bueno	PPS	PsdbPsbPpsPv	Sim
Sandro Alex	PPS	PsdbPsbPpsPv	Sim
Sergio Souza	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Takayama	PSC	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Toninho Wandscheer	PT		Sim
Total Paraná: 19			

Santa Catarina (SC)			
Carmen Zanotto	PPS	PsdbPsbPpsPv	Sim
Celso Maldaner	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Edinho Bez	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Esperidião Amin	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Geovania de Sá	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
João Rodrigues	PSD		Sim
Jorge Boeira	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Marco Tebaldi	PSDB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Mauro Mariani	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Ronaldo Benedet	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Total Santa Catarina: 11			
Rio Grande do Sul (RS)			
Alceu Moreira	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Covatti Filho	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Fernando Marroni	PT		Não
Giovani Cherini	PDT		Sim
Giovani Feltes	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Heitor Schuch	PSB	PsdbPsbPpsPv	Sim
Henrique Fontana	PT		Não
Jerônimo Goergen	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
João Derly	PCdoB		Sim
José Otávio Germano	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Luis Carlos Heinze	PP	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Márcio Biolchi	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Não
Marco Maia	PT		Não
Osmar Terra	PMDB	PmdbPpPtbDemPscPhsPen	Sim
Pompeo de Mattos	PDT		Sim
Total Rio Grande do Sul: 16			

CENIN - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Luiz Couto votou "não".

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registre o meu voto. Eu estava argumentando, fui votar, V.Exa. encerrou... O voto do Deputado Domingos Sávio é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Mas, Deputado, V.Exa. teve muito tempo para votar antes da argumentação. Ao ser atingido o quórum, temos que votar, não tem jeito.

O SR. EVAIR DE MELO (Bloco/PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Evair de Melo votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Prejudicado o requerimento de destaque do PPS que versa sobre o art. 17.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE:

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa, nos termos do Art. 161, 11 c/c § 2° do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão "17" constante da Emenda n° 12 do Senado Federal ao PL 4246/2012, com vistas à manutenção do art. 17 do texto da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 02 de julho de 2014. – ***Rubens Bueno****, Líder do PPS.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Sobre a mesa requerimento de destaque de bancada.

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 161, § 2º, combinado com os arts. 161, inciso I, e 117, IX, do RICD, requeremos destaque para votação em separado dos artigos '18 e 19', constantes da Emenda Supressiva nº 12, do Senado Federal, com a finalidade de manter os referidos artigos no texto final do projeto de Lei 4.246, de 2012.
Sala das Sessões, 10 de junho de 2014. – ***Andre Moura,*** *Líder do PSC.*

Agora trata-se dos outros dois artigos. É mais ou menos a mesma coisa, mas antes eram os arts. 16 e 17, agora são os arts. 18 e 19.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Nelson Marquezelli. *(Pausa.)*

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – A Deputada Raquel Muniz votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (Bloco/PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Luiz Carlos Busato votou "não", Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PTB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Antonio Brito votou com o partido, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – A Deputada Eliziane Gama, do PPS, votou...

O SR. PASTOR EURICO (Bloco/PSB-PE. Pela rodem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Pastor Eurico votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A próxima votação justifica.

Tem a palavra o Deputado Nelson Marquezelli, para encaminhar a favor. *(Pausa.)*

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou justificando o meu voto, Sr. Presidente. Deputado Afonso Hamm.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Na próxima votação V.Exa. justifica.

Com a palavra o Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. AFONSO HAMM – Já justifiquei agora.

O SR. SILVIO TORRES (Bloco/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Silvio Torres votou com a bancada na última votação.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Clarissa Garotinho registrou o voto "sim".

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Júlio Cesar, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (Bloco/PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Paulo Abi-Ackel votou com seu partido na votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PROS-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Valtenir acompanhou o partido na votação anterior.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PT-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Professora Marcivania votou com o PT na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Deputado Marquezelli tem a palavra. *(Pausa.)*

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Benedita da Silva votou com o PT na última votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Alice Portugal votou com o PCdoB.

O SR. RONEY NEMER (Bloco/PMDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Roney Nemer votou com o PMDB.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Raquel Muniz, do PSC, votou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pode falar, Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero inicialmente parabenizá-lo pelo trabalho que V.Exa. tem feito. E vou dar uma sugestão. Eu estava lá na tribuna do PTB. Para vir até aqui, contei mais de 30 assessores no caminho. O Parlamentar não consegue mais andar nesta Casa. Só o PTB tem quatro assessores, e tem partido com cinco, seis assessores dentro do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Nós vamos deliberar na reunião da Mesa de hoje sobre a redução do número de assessores no plenário.

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Maravilha!

Meus amigos, quando nós fizemos – eu fui o Presidente da Comissão – a reformulação da lei dos caminhoneiros, nós não atendemos apenas o motorista, mas todo o Brasil, todos aqueles que querem trabalhar.

A lei anterior não levou em consideração a cidade de São Paulo, que tem limitação de horário para o trabalho dos caminhoneiros, e não só São Paulo, mas todas as capitais do País. Nós fizemos uma legislação ouvindo o Brasil todo. Foram feitas, em todos os Estados, audiências públicas. Ajustamos a matéria com as centrais de trabalhadores, com os motoristas autônomos e com as empresas de transporte.

Oitenta por cento do transporte brasileiro é feito por rodovias. É isso o que estamos votando.

Acabamos de nos inteirar de uma anormalidade que existe no Brasil: somos o único país do mundo que cobra do caminhoneiro uma roda suspensa quando ele está vazio, e não quando ele está transportando carga, com peso. Esta Casa, acertadamente...

(O microfone é desligado.)

O SR. MÁRCIO MARINHO (Bloco/PRB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Márcio Marinho votou com o seu partido, o PRB.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PTB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Antonio Brito votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contra, tem a palavra o Deputado Valdir Colatto. As justificativas ficam para a próxima votação. *(Pausa.)*

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Leonardo Quintão votou com o PMDB na votação anterior.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Danilo Forte, na votação anterior, votou com o seu partido.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Geraldo Resende votou conforme a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Por favor, ao final, se não houver outra votação, eu abrirei oportunidade para a justificação.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Raquel Muniz votou conforme a orientação do seu partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto, para encaminhar contra a matéria.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta emenda refere-se aos arts. 18 e 19. O primeiro, art. 18, trata da cobrança de pedágio pela unidade tratora apenas, e não pelos reboques e semirreboques. A proposta é do Deputado Nelson Marquezelli e foi aprovada por esta Casa. Observando o custo dos pedágios, que às vezes é maior do que o do próprio combustível, fazemos a defesa dessa emenda.

E o art. 19 pretende equiparar os pedágios com base nos pedágios das rodovias federais. O que está acontecendo, Sr. Presidente, é que cada Estado estabelece um valor para os pedágios, então os valores cobrados são diferentes. Por exemplo, Santa Catarina cobra 2,30 reais de pedágio de automóvel; o Rio Grande do Sul, 8 reais. E há rodovia estadual em que a cobrança é ainda maior. Com esta emenda, queremos que a referência seja o pedágio das rodovias federais.

O encaminhamento é "sim".

A SRA. KEIKO OTA (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Keiko Ota votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Tem a palavra o Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Julio Lopes votou "sim" na votação anterior, acompanhando o partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Com a palavra o Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)*

O problema é que todo mundo se inscreveu errado.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos que valorizar o que esta Casa votou. Não podemos inviabilizar o setor rodoviário brasileiro. Como disse o Deputado Marquezelli, nós já pagamos IPVA – 50% ficam para os Municípios, 50% ficam para os Estados. A carga já é muito alta. Há trechos no Brasil em que o pedágio custa mais do que o combustível. É preciso limitar a cobrança de pedágio.

Estamos de acordo com o nosso Presidente Marquezelli e encaminhamos pela volta ao texto original aprovado na Câmara.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JOSE STÉDILE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado José Stédile votou com o partido.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Ronaldo Fonseca votou com o partido, Sr. Presidente.

A SRA. BRUNNY (PTC-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Brunny votou com o partido.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Ronaldo Fonseca votou com o partido.

O SR. ROBERTO ALVES (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Roberto Alves votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Tem a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (Bloco/PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a posição da bancada do PSDB é contra este destaque.

O art. 18 diz o seguinte:

> *"Art. 18. Na cobrança de pedágio pela utilização da via, o poder público fixará valor diferenciado para os veículos de carga, considerando em seu cálculo o devido apenas pela unidade tratora, ficando isentos os reboques e semirreboques."*

A nossa posição é contrária à proposta do Deputado Nelson Marquezelli e contrária também, a posição do PSDB, ao art. 19, que diz:

> *"Art. 19. O valor das tarifas de pedágio das rodovias municipais e estaduais não poderá exceder o valor fixado, em condições similares, pelas tarifas de pedágio das rodovias federais."*

Ora, Sr. Presidente, cada Estado tem a sua realidade! Cada concessão tem a sua realidade! Como unificar pelas tarifas de pedágio das rodovias federais todas as tarifas de pedágio do País? Somos contra.

Mais ainda, Sr. Presidente. O objetivo maior desta lei foi criar condições para que algumas alterações fossem feitas na Lei nº 12.619, de 2012, que estabeleceu um parâmetro mínimo de organização no setor, que até então estava absolutamente desorganizado. A Lei nº 12.619 foi votada pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, portanto, pelo Congresso Nacional. Ela regulamentou a vida dos caminhoneiros em todo o País. Houve um grande entendimento nacional, após anos e anos de debate, de audiências públicas, até que nós constituímos a Lei nº 12.619, de 2012, que foi um grande avanço.

Houve problemas em pequenos nichos. Numa Comissão Especial, da qual fiz parte, fizemos um debate amplo com todos os segmentos ligados ao assunto, para que pudéssemos fazer algumas alterações. Algumas delas não são consonantes com aquilo que foi a pregação da Lei nº 12.619, sequer a proposta de alteração. Mas agora, Sr. Presidente, estamos votando esta proposta, e a posição da bancada do PSDB é contra os arts. 18 e 19.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GOMES (Bloco/PRB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Carlos Gomes vota...

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – o Deputado Paulão votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. JORGE CÔRTE REAL (Bloco/PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Jorge Côrte Real votou com seu partido, o PTB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para acabar com as justificativas, informo que todos que registraram presença estão liberados das justificativas. É como se todos tivessem votado, pronto, não vamos tumultuar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra ao Deputado Jovair Arantes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, lembrar à Casa que o assunto pedágio realmente agita todo mundo. Ninguém gosta de pagar nada! Este destaque, principalmente, toca numa questão que é dos Estados. Nós estamos invadindo a prerrogativa dos Estados de cobrar ou não seus pedágios. Estamos dizendo que, se houver um pedágio no Estado, independentemente da sua importância, ele não pode se sobrepor ao pedágio federal. O que estamos querendo fazer aqui é uma invasão de responsabilidade que não pode ser feita. Isso é inconstitucional!

Mais uma vez, cumprindo o acordo – esta é uma Casa de acordos –, encaminho o voto "não", pelo Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PSC/PHS/PEN.

Os partidos que não quiserem acompanhar, façam um trabalho com seus Deputados, mas eu acho importante votar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Orientação de bancada.

Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PSC/PHS/PEN, voto "não".

Como vota o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV? *(Pausa.)*

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista acompanha o voto "não".

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu consulto a Presidência se eu posso retirar este destaque.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado, infelizmente, como eu disse antes, se isso fosse possível, o Líder Jovair Arantes teria retirado este e o anterior, porque houve acordo. O que aconteceu nesta votação foi que os partidos todos que acordaram não cumpriram o acordo. O próprio PSDB participou do acordo àquela altura. Foi descumprido o acordo, esta é que é a verdade.

Para manter o acordo, nós temos que votar "não" a este destaque.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Partido Progressista acompanha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu mudo o meu voto, então, para "não", para acompanhar o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSDB?

O SR. ALEX MANENTE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão orador.) – O Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – "Não".

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSD vota "não", Sr. Presidente. É justiça votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PR?

O SR. BILAC PINTO (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PR vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco Parlamentar PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PRTB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PDT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota "não".

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – "Não".

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela mesma razão do nosso voto "sim" à emenda passada, agora parece-nos injusto que haja a isenção do pedágio, porque os efeitos de carreta, de carga, afetam a todos os usuários das rodovias, então nós achamos que essa isenção não procede. O nosso voto é "não".

Essa realidade que o Deputado Vanderlei Macris, do PSDB, apontou, nas diferentes rodovias estaduais, não nos permite estabelecer como teto os pedágios de rodovias federais. Aliás, os pedágios do Estado de São Paulo são escorchantes, nas rodovias estaduais. Dá muita grana aquilo lá.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – PRB, "não".

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – PT, "não".

Como vota o PTC? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PTdoB? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

O SR. MACEDO (PSL-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota a Minoria?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Minoria vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O SR. HUGO LEAL (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Governo vota "não".

Sr. Presidente, quero apenas deixar claro, mais uma vez, em consonância com o que V.Exa. já manifestou, que havia um entendimento tanto sobre este destaque quanto sobre o destaque anterior. Deixo muito claro para este Plenário que a questão ainda vai ser analisada pelo Governo.

Neste caso, especificamente, da mesma forma que deveria ter sido feito no destaque anterior, o Governo vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação.

> *Art. 18. Na cobrança de pedágio pela utilização da via, o poder público fixará valor diferenciado para os veículos de carga, considerando em seu cálculo o devido apenas pela unidade tratora, ficando isentos os reboques e semirreboques.*
>
> *Art. 19. O valor das tarifas de pedágio das rodovias municipais e estaduais não poderá exceder o valor fixado, em condições similares, pelas tarifas de pedágio das rodovias federais.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aqueles que forem pela manutenção dos arts. 18 e 19, constantes da Emenda Supressiva nº 12, permaneçam como se acham; os que forem favoráveis à supressão, para manter o que estava no Senado, suprimindo os arts. 18 e 19, manifestem-se. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado José Airton, na votação anterior, acompanhou o partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Restará apenas um destaque para concluirmos a lei dos caminhoneiros.

O SR. WALTER IHOSHI (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Walter Ihoshi votou com seu partido.

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Gorete Pereira, do PR, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu já disse que não há necessidade de justificativa, Deputados. Todos que registraram presença estão liberados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra ao Deputado Arthur Virgílio Bisneto, pela Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos num momento muito especial, um momento diferente da vida pública brasileira. Depois da última eleição, algumas marcas de posicionamento político ficaram muito claras, principalmente no posicionamento da Presidente da República e de seu Governo.

Nós assistimos, na última eleição, ao maior estelionato eleitoral da história deste País. A incoerência e a falta da verdade foram fundamentais para o resultado final do pleito. A Presidente da República, diversas vezes, foi clara em seu programa de TV, em seus posicionamentos e nos debates ao dizer que, nem que a vaca tossisse – pelo que estou vendo, a vaca tosse mesmo –, ela mexeria nos direitos dos trabalhadores brasileiros e na política econômica do seu Governo.

A verdade é que a Presidente da República, logo após a eleição, adotou uma série de medidas que mexem diretamente com a vida do cidadão brasileiro, com a vida do trabalhador brasileiro.

É de se frisar que, enquanto houver má intenção em quem estiver à frente do poder público, e principalmente, neste instante, à frente da Presidência da República, enquanto houver enganos levando o Brasil para um mar de lama, nós teremos dias duros a enfrentar neste País.

Nós estamos mais uma vez com a CPI da PETROBRAS instalada nesta Casa. É uma pena que o Governo tenha com a sua maioria aprovado outras quatro CPIs chapa-branca para que não se investiguem os casos do BNDES e do sistema elétrico brasileiro. Mas está aí mais uma vez a CPI da PETROBRAS.

É fundamental, Sr. Presidente – e eu confio na gestão de V.Exa. –, que haja imparcialidade na escolha do Presidente e do Relator desta Comissão, para que nós possamos passar a limpo algo que vem causando constrangimento para o Brasil no exterior e que faz com que a maior empresa brasileira passe pelos seus piores momentos, desde a fundação.

É preocupante que a palavra de um dos delatores do esquema indique que 200 milhões de dólares foram repassados para o Partido dos Trabalhadores. Com a cotação atual do dólar, que só sobe, isso equivale a praticamente 600 milhões de reais.

É impressionante – e isto eu aprendi dentro de casa, porque quando o time da gente perde no domingo a gente não discute futebol na segunda-feira nem na terça-feira e só volta a falar no assunto quando o nosso time ganha mais uma vez – que o PT continue a indicar para os seus Deputados que eles mantenham um discurso de coerência – na verdade, o discurso é incoerente – em relação ao momento atual da PETROBRAS. A verdade é que a empresa está quebrada e seu valor vem sendo diminuído gradativamente após cada ação do Governo relativa à empresa.

Com a saída da Graça Foster, sobe a bolsa. Com a indicação do Bendine, cai a bolsa. A PETROBRAS perdeu algo fundamental para seus investidores, que é a segurança do investimento.

Portanto, é fundamental que esta CPI da PETROBRAS ande, porque a passada só produziu engodo, enrolou a população brasileira, com seu Presidente e seu Relator trabalhando para o Governo.

Outra questão: o Governo deveria prestar um pouco mais de atenção nas suas ações relativas à questão energética. É infeliz a escolha – eu conheço muito bem a figura – Do Senador Eduardo Braga para gerir o Ministério de Minas e Energia. Sua primeira frase já demonstra a falta de preparo: *"Que Deus mande chuva para nós!"*, como se a chuva fosse, somente ela, o problema desta crise energética.

Dilma Rousseff mentiu no passado, quando diminuiu a conta de luz, e mente neste momento. Seu Ministro, que na verdade não é o Eduardo Braga, e sim o Secretário Zimmermann, continua, nos despachos com a Presidente, a indicar um caminho que não é o verdadeiro, que não é o de falar a verdade para a população brasileira. Está havendo um tarifaço. A tarifa talvez aumente até 50% este ano. Portanto, seria fundamental que houvesse uma CPI para nós elucidarmos como e quando serão resolvidos os problemas da crise energética brasileira.

Outra questão ainda, Sr. Presidente, me incomoda demais, e falo para os colegas, mas falo também para a imprensa: a tentativa de golpe na escolha daquele projeto que vai contra algo fundamental, que é a liberdade de imprensa. Refiro-me ao dito controle social da imprensa, da mídia, que hoje tem um papel tão importante quanto a Oposição e o governo desta Casa ou do Senado. A mídia, a liberdade de imprensa é fundamental para evitarmos a corrupção. Nós temos que dar liberdade à imprensa, para que ela aja da forma que bem entender. Portanto, é fundamental que este Governo desastrado acabe com essa medida e deixe, de uma vez por todas, que o cidadão brasileiro saiba da realidade deste País.

Sr. Presidente, este é um ano de agenda cheia para esta Casa, para o Senado, para o Congresso. Principalmente, este é um ano de discussão política nas ruas do País. O dia 15 de março está chegando. A população brasileira está atenta. A última pesquisa de popularidade da Presidente demonstra que a população assistiu ao maior estelionato eleitoral da sua história. Eu espero que este Congresso se porte de forma digna e vá ao encontro dos anseios da população.

Basta do posicionamento canhestro e pequeno de quem apoia o Governo por apoiar, a qualquer custo! É importante que a consciência dos Parlamentares neste momento fale mais alto, e nós possamos cumprir o nosso papel, que é defender a todo custo o cidadão brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de destaque da bancada do PCdoB:

> *Senhor Presidente,*
> *Requeremos, nos termos do § 2º do art. 161 do Regimento Interno, destaque para votação em separado da Emenda do Senado nº 17.*
> *Sala das Sessões, 2 de julho de 2014. –* ***Jandira Feghali****, Líder do PCdoB*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar a favor, Deputado Rogério Rosso.

A SRA. LEANDRE (Bloco/PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só quero registrar que a Deputada Leandre, do Paraná, no destaque anterior votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Já disse que não é preciso justificativa, porque todos tiveram presença.

A SRA. LEANDRE – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Com a palavra o Deputado Rogério Rosso. *(Pausa.)*

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não, não é orientação; é encaminhamento.

Com a palavra a Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, esta matéria é muito importante. Levou a um conjunto de debates que envolveram diversos setores da sociedade. Diz respeito à possibilidade e ao modo de a economia se desenvolver adequando-se às condições dos diferentes setores.

O debate se iniciou com a aprovação da chamada Lei do Motorista, Lei nº 12.619, de 2012, que regulamentava a jornada do motorista. Nós sabemos perfeitamente que neste projeto havia certa lacuna, porque nós não conseguimos aprofundar a diferenciação entre a jornada de motorista de caminhões autônomos e a jornada dos motoristas dos transportes de passageiros.

Durante todo o debate, nós sentimos e insistimos que, se era preciso garantir uma dinâmica diferenciada para os caminhoneiros autônomos, era também necessário assegurar que a legislação que normatiza a jornada de trabalho do motorista de passageiros, tanto urbano quanto interestadual e intermunicipal, fosse diferenciada.

Os esforços que nós realizamos no debate não levaram à construção de que poderia haver entendimento de acordo. Todos nós sabemos que a jornada de trabalho dos motoristas que conduzem passageiros tem uma adequação diferenciada. E nós, até o último instante, pedimos que, com relação à jornada de 12 horas, que eu já considero um acinte mesmo para os caminhoneiros, nós pudéssemos garantir que a legislação conquistada pelos trabalhadores hoje fosse respeitada. A jornada de 8 horas, acrescida da jornada extraordinária com a jornada de intervalo, chegaria a garantir o limite das 40 horas. Mas a proposta que foi aprovada aqui – e ainda bem que o Senado a alterou – era para garantir, incluindo os motoristas de passageiros, uma jornada de 12 horas.

Nós estamos vendo, frequentemente, acidentes com mortes nas estradas. Nós temos que compreender que é impossível um trabalhador conduzir um ônibus nas estradas por 12 horas, inclusive com as dificuldades que nós temos hoje.

Nós estamos votando com a alteração que o Senado Federal fez, recuperando para os trabalhadores a jornada hoje estabelecida, de modo que não levássemos a uma situação de mais acidentes nas estradas, com a jornada de 12 horas.

Por isso, nós encaminhamos voto "sim" à alteração realizada no Senado Federal, em defesa da vida e em defesa da situação cotidiana de cada motorista, sejam os caminhoneiros autônomos, sejam os motoristas urbanos, sejam os motoristas interurbanos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contra, com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos explicar a tramitação deste projeto nesta Casa e no Senado.

Nós aprovamos aqui o projeto de lei da Comissão Especial, cujo Relator foi o Deputado Nelson Marquezelli. Veio para esta Casa, e o Deputado Jovair Arantes foi seu Relator. O projeto inicial é do Deputado Jerônimo Goergen. Nós o votamos na Câmara; foi para o Senado, onde houve uma modificação; e voltou para a Câmara. Foi votado aqui, na Câmara, o projeto total, ficando agora para serem votados apenas os cinco destaques.

Este foi um trabalho de 6 meses nesta Casa, do qual vários Deputados participaram e também várias entidades, como a CNTT, a CNTA, a NTC, a CUT, o SINDITAC, o SINDICOM e a Força Sindical. Todos participaram dessa discussão, e chegamos a um acordo nesta emenda que é vital para o transporte rodoviário de carga e de passageiros no Brasil.

A Lei nº 12.619, de 2012, determina que: o motorista tenha 4 horas de trabalho ao volante; pare meia hora, a cada 4 horas; tenha uma hora de almoço; tenha 11 horas de repouso ininterrupto. Essa é a lei que está vigendo hoje.

A nossa proposta, que foi aprovada pelo relatório do Deputado Jovair Arantes, é que nós possamos modificar essas quantidades de horas, para que se possa viabilizar o transporte e, também, beneficiar os próprios motoristas.

A proposta que está sendo votada é que o motorista possa fazer 12 horas de trabalho ao volante e 12 horas de repouso, assim distribuídas: o máximo de 5 horas e meia ininterruptas ao volante e, em vez de 11 horas de descanso ininterrupto à noite, 8 horas. Então, serão 12 horas ao volante e 12 horas de descanso, sendo 8 horas ininterruptas à noite e 4 horas distribuídas durante o dia. E vamos lembrar que nunca pode o motorista dirigir mais do que 5 horas e meia.

Por que nós fizemos isso, Sr. Presidente? Porque não há lugar de descanso, de repouso, de parada. E é necessário que o motorista tenha condição de fazer o seu plano de viagem e de parada onde for possível.

Então, a nossa proposta é que sejam 8 horas normais. A Deputada Jô Moraes sempre lutou por isso, mas nós estamos nos baseando em um acordo entre todas as entidades e vários Deputados. O Deputado Jovair Arantes apresentou o relatório, que foi aprovado nas duas Casas.

Na proposta, eram 8 horas e mais 2 horas extras. E a proposta que estamos trazendo para esta Casa é de 8 horas de trabalho, 2 horas extras e 2 horas negociadas, completando 12 horas.

As 2 horas extras são para que o motorista possa dirigir mais um pouco, quando preciso. Isso, se houver acordo entre patrão e empregado. Não é obrigatório haver 12 horas de trabalho. E o motorista terá 12 horas de descanso por dia, sendo, claro, 8 horas ininterruptas, à noite, e 4 horas divididas durante a jornada. Nunca ele vai fazer mais do que 4 horas ininterruptas e, portanto, está assegurado o descanso dos motoristas. Também

está, dessa forma, assegurada a viabilidade do transporte de carga e de passageiros, porque hoje há grandes dificuldades para respeitar a Lei nº 12.619, de 2012, que inviabilizou o transporte de cargas.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PROS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Givaldo Carimbão votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não há necessidade de justificar.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, este projeto nós temos que ajustar. Somos contra a emenda do PCdoB, porque os caminhoneiros autônomos, as cooperativas e as pequenas empresas estarão totalmente inviabilizadas, se nós mantivermos este texto. Não há condições de essas pequenas empresas, Deputado Celso Maldaner, se manterem pagando o que pagam hoje, diante do alto custo no Brasil para manter um caminhão, para pagar um caminhão. Essa é a dificuldade que encontram essas pequenas empresas e que também encarece o custo de produção.

O que nós precisamos fazer é dar essa liberdade. O Deputado Colatto trabalhou esta matéria, relatou esta matéria, fez um grande trabalho na Comissão Especial, com o Deputado Nelson Marquezelli, e o que conseguiu fazer foi: 4 horas, mais 2 horas extras, e as 2 horas restantes serão negociadas com o sindicato da categoria. Então, a jornada pode chegar até 12 horas. Inclusive para o pessoal ligado à CUT, que é empregado nas grandes empresas, não há problema, pois esses trabalhadores não são obrigados a trabalhar as 12 horas; eles terão que acertar isso com o sindicato da categoria.

Nós precisamos trabalhar mais aqui no Brasil. As pessoas que precisam ganhar; os autônomos, as pequenas empresas, dependem dessas 2 horas a mais.

Eu estava olhando aqui: nos Estados Unidos, eles dirigem 11 horas; no Canadá, 13 horas; na Inglaterra, 14 horas; em outros países há outras cargas horárias, porque eles precisam trabalhar. E nós também precisamos. Essa gente quer trabalhar. E nós não prejudicaremos, Deputado Odelmo Leão, os empregados das empresas. Eles só trabalharão essas 2 horas a mais – 8 mais 2 são 10 – se o acordo coletivo da categoria assim o determinar.

Então, nós não estamos prejudicando o trabalhador, o empregado das grandes empresas. Agora, nós estamos beneficiando, sim, aquelas pequenas empresas, aquelas pequenas cooperativas, os próprios motoristas autônomos que trabalham para as empresas, porque eles querem trabalhar mais. Eles precisam, Deputado Balestra, trabalhar mais para poderem pagar a prestação do seu caminhão. Com isso, nós melhoramos. Pela péssima infraestrutura que existe no Brasil, não há condições de se trabalhar 4 horas por dia e parar, como constava na Lei nº 12.619, de 2012.

Portanto, Sr. Presidente, nós encaminharemos contrariamente a esta emenda, em prol dos motoristas do Brasil inteiro, sejam eles trabalhadores das empresas, sejam eles motoristas das pequenas empresas transportadoras do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para orientação de bancada.

Em votação.

Como vota o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PSC/PHS/PEN, Deputado Jovair Arantes?

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós entendemos que esta é uma matéria da mais alta importância. Este é o texto final, praticamente, mas há controvérsias com relação à Lei dos Caminhoneiros.

Este acordo foi feito aqui com as centrais sindicais do Brasil. Nós recebemos – e eu fui o Relator da última parte do projeto – várias vezes todos os sindicatos envolvidos com a questão: CUT, Central Sindical, Força Sindical, enfim, todos. É importante dizer que o acordo foi feito exatamente nesta ordem: CNT, CNTA, NTC, CUT, SINDITEC, SINDICOM e Força Sindical.

O voto do Bloco é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV?

O SR. DANIEL COELHO (Bloco/PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome dos caminhoneiros e com a presença do Sindicato Nacional dos Cegonheiros aqui nesta Casa, nós do Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. BEBETO – Sr. Presidente, o PSB, para orientar.

O SR. AFONSO FLORENCE – Sr. Presidente, nós do Partido dos Trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PT? Eu vou chamar pela ordem.

O SR. BEBETO – Sr. Presidente, o PSB, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O PSB está discordando do Bloco, é isso? Pois não, eu vou permitir que V.Exa. faça a ressalva, mas a orientação é do Bloco.

O SR. BEBETO (Bloco/PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Farei uma ressalva, Sr. Presidente.

O esforço desta Casa, na década de 80, para normatizar a jornada de trabalho foi possível graças a um consenso progressivo, e alcançarmos uma jornada de 44 horas semanais. Em função dessa jornada, houve uma proteção social do trabalhador e do trabalho, uma maior valorização dos trabalhadores.

Ampliar a jornada, permitindo que nós tenhamos, para além da jornada efetiva de trabalho de 8 horas, mais 4 horas extras, significaria alterar o biorritmo do trabalho desses trabalhadores, incidindo, portanto, em um número maior de acidentes.

O PSB, conforme o seu compromisso com a classe trabalhadora brasileira, tem uma orientação nesta Casa de encaminhar o voto conforme o que o Senado aprovou.

Portanto, nós votamos "sim", com o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores compreende que as convenções coletivas, respeitadas a autonomia e a liberdade sindical das respectivas categorias e com as especificidades de cargas, poderá regular a matéria.

Portanto, nós encaminhamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSD?

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSD encaminha o voto "não".

É importante ressaltar que a gente tem que sair da ficção e vir para a realidade. Na prática, a lei não está sendo cumprida, não está sendo fiscalizada, e nós temos trabalhadores autônomos, caminhoneiros, trabalhando por 16 horas, 17 horas, até mais.

E, comparando, como diz o Deputado Heinze, com outros países, com países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, nós temos jornada semelhante.

Então, a gente vota "não", em respeito ao caminhoneiro, e vota "não" para não parar o País. O voto para o caminhoneiro é o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no ano passado, aconteceu um acordo com todas a centrais brasileiras e ficou bem claro em relação a essas 4 horas.

Portanto, o Partido da República encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco Parlamentar PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PRTB?

O SR. ROBERTO ALVES (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto "não".

Gostaria também de deixar registrado o meu voto anterior. O Deputado Roberto Alves votou de "não" para "sim".

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela bancada do Partido Progressista, como autor do projeto, gostaria apenas de registrar a correção que estamos fazendo hoje aos caminhoneiros do Brasil e orientar a nossa bancada na linha do que o bloco orientou. O voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT também vai seguir o acordo feito entre os trabalhadores, as centrais e as transportadoras. Nós vamos votar "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Solidariedade?

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota "não", até porque isso é o prenúncio de uma modernização das leis trabalhistas, da relação entre o mercado e o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB faz um alerta a esta Casa: prestem atenção na matéria que estamos votando. Não apenas nós estamos ampliando a exploração sobre os trabalhadores rodoviários, os condutores, que passarão de 8 horas para até 12 horas de trabalho, mas, o que é mais grave, nós estamos desrespeitando a dinâmica dos transportadores de carga e, ainda, fazendo com que os transportadores de pessoas e os motoristas de ônibus interestaduais permaneçam por um período mais longo à frente dos seus veículos. Nós podemos criar condições para oferecer mais riscos à vida das pessoas.

Portanto, é gravíssima a votação que nós fazemos agora.

O PCdoB, portanto, defende a emenda aprovada no Senado.

E mais: as estradas do Brasil não são como as estradas da Europa. Não dá para compará-las. E alerto que as centrais sindicais, como a Nova Central, a UGT e a CTB, também são contra a proposta que neste momento é votada.

Portanto, o PCdoB vota "sim" à emenda aprovada no Senado Federal.

O SR. ROBERTO ALVES (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminhou o voto "não", mas ainda não foi registrado no painel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PROS?

O SR. BETO SALAME (PROS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós não estamos aqui somente discutindo o direito dos trabalhadores. Acho que o principal motivo desta matéria é discutir – e os Deputados têm que entender isso – a questão da vida.

Creio que prolongar a jornada de trabalho dos trabalhadores no trânsito é colocar em risco a vida de grande parte da nossa população e dos nossos filhos.

Portanto, o PROS orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os senhores de escravos também diziam que protegiam os escravos ao permitir que eles comessem a babugem, as vísceras, enquanto ficavam com o filé. E daí dizem que surgiu a feijoada. Uma maravilha! E é verdade, mas por conta da exploração, da morte, da vergonha da escravidão.

Agora, em pleno século XXI, nós queremos perpetrar a barbárie, legitimar a escravidão, dizendo que os caminhoneiros vão ser beneficiados por trabalharem 12 horas em estradas precárias, como reconhecem os que defendem este ato de barbárie.

O PSOL vota "sim", contra a superexploração dos caminhoneiros em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PDC? (*Pausa*.)

Como vota o PSL? (*Pausa*.)

O SR. MACEDO (PSL-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSL encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PTdoB? (*Pausa*.)

Como vota a Minoria?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (Bloco/PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Minoria encaminha o vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Governo?

O SR. HUGO LEAL (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento pelo Governo, até porque a base tem uma divisão muito nítida.

Eu quero falar um pouco do que ocorreu ao longo da tramitação desta matéria na Comissão Especial e chamar a atenção de todos os Deputados, principalmente daqueles que ocuparam a tribuna e usaram os microfones para defender os caminhoneiros, para aquele destaque que trata do peso por eixo e do eixo suspenso.

Disseram que, com certeza, quem votasse a favor dos caminhoneiros votaria também pela suspensão do eixo, para que não se pagasse pedágio. Agora é a hora de nós analisarmos friamente qual é o benefício que estamos concedendo ao caminhoneiro. O benefício que eu vou conceder ao caminhoneiro é aumentar a sua jornada de trabalho, que está prevista constitucionalmente.

Sr. Presidente, quero apenas lembrar aqui, para depois não dizerem que isso não foi avisado, o que diz peremptoriamente o art. 7º, inciso XIII, da Constituição:

> "Art. 7º.....
> *XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultadas a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho."*

Isso, no caso de redução da jornada. Repito: redução da jornada. Qualquer ampliação é inconstitucional, mesmo que haja acordo entre as partes. Não há essa possibilidade.

Nós estamos votando aqui um grande presente ao trabalhador: nós vamos aumentar a sua jornada.

Surpreende-me o Solidariedade, que defende a redução da jornada semanal para 40 horas, agora discutir o aumento da jornada para o caminhoneiro – porque nesta matéria nós estamos votando contra o trabalhador. Por que o Solidariedade e outros partidos que tanto defendem os trabalhadores querem, nesta matéria, aumentar a jornada, que é de oito horas, colocando mais duas horas extraordinárias e mais duas no acordo coletivo, transformando em 12 horas?

Qual é a categoria dos caminhoneiros? Uma categoria de super-homens? Só eles podem ter uma jornada de 12 horas de trabalho? Portanto, eu faço este desafio àquelas pessoas que ocuparam o microfone em defesa dos caminhoneiros.

Quem vota em defesa dos caminhoneiros, da proteção da vida, em defesa do trânsito vota "sim" nesta matéria! E o Governo encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. ZÉ SILVA – Sr. Presidente, como o Solidariedade foi citado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu estava esclarecendo aqui um requerimento que foi considerado prejudicado. Por isso, não prestei atenção.

Em votação. Já houve orientação.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o Solidariedade foi citado pelo Deputado Hugo, eu queria destacar que o nosso partido é favorável à redução da jornada de trabalho. Só que foi feito um acordo que permite a negociação de duas horas extras e a negociação de mais duas.

Por isso, o Solidariedade orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação.

Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 235-C da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 6° do Projeto:

"Art. 235-C. A jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Parlamentares que aprovam a emenda permaneçam como se acham; os que são contrários à emenda se manifestem *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 4.246-D DE 2012

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Integram a categoria profissional de que trata esta Lei os motoristas de veículos automotores cuja condução exija formação profissional e que exerçam a profissão nas seguintes atividades ou categorias econômicas:

I – de transporte rodoviário de passageiros;

II – de transporte rodoviário de cargas.

Art. 2° São direitos dos motoristas profissionais de que trata esta Lei, sem prejuízo de outros previstos em leis específicas:

I – ter acesso gratuito a programas de formação e aperfeiçoamento profissional, preferencialmente mediante cursos técnicos e especializados previstos no inciso IV do art. 145 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, normatizados pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, em cooperação com o poder público;

II – contar, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, com atendimento profilático, terapêutico, reabilitador, especialmente em relação às enfermidades que mais os acometam;

III – receber proteção do Estado contra ações criminosas que lhes sejam dirigidas no exercício da profissão;

IV – contar com serviços especializados de medicina ocupacional, prestados por entes públicos ou privados à sua escolha;

V – se empregados:

a) não responder perante o empregador por prejuízo patrimonial decorrente da ação de terceiro, ressalvado o dolo ou a desídia do motorista, nesses casos mediante comprovação, no cumprimento de suas funções;

b) ter jornada de trabalho controlada e registrada de maneira fidedigna mediante anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou sistema e meios eletrônicos instalados nos veículos, a critério do empregador; e
c) ter benefício de seguro de contratação obrigatória assegurado e custeado pelo empregador, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral referentes às suas atividades, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial de sua categoria ou valor superior fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 3° Aos motoristas profissionais dependentes de substâncias psicoativas é assegurado o pleno atendimento pelas unidades de saúde municipal, estadual e federal, no âmbito do Sistema Único de Saúde, podendo ser realizados convênios com entidades privadas para o cumprimento da obrigação.

Art. 4º O § 5º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de lº de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71. .....
§ 5° O intervalo expresso no **caput** poderá ser reduzido e/ou fracionado, e aquele estabelecido no § 1° poderá ser fracionado, quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a remuneração e concedidos intervalos para descanso menores ao final de cada viagem."(NR)

Art. 5° O art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de lº de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 168 .....
§ 6° Serão exigidos exames toxicológicos, previamente à admissão e por ocasião do desligamento, quando se tratar de motorista profissional, assegurados o direito à contraprova em caso de resultado positivo e a confidencialidade dos resultados dos respectivos exames.
§ 7° Para os fins do disposto no § 6°, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicológico previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias."(NR)

Art. 6° A Seção IV-A do Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"TÍTULO III

.....

CAPÍTULO I

.....

SEÇÃO IV-A
Do Serviço do Motorista Profissional

Empregado

'Art. 235-A. Os preceitos especiais desta Seção aplicam-se ao motorista profissional empregado:
I – de transporte rodoviário coletivo de passageiros;
II – de transporte rodoviário de cargas.'(NR)
'Art. 235-B. São deveres do motorista profissional empregado:
III – respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso controlado e registrado na forma do previsto no art. 67-E da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro;

VII – submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. A recusa do empregado em submeter-se ao teste ou ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica previstos no inciso VII será considerada infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei.'(NR)

'Art. 235-C. A jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias.

§ 1° Será considerado como trabalho efetivo o tempo em que o motorista empregado estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso e descanso e o tempo de espera.

§ 2° Será assegurado ao motorista profissional empregado intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo esse período coincidir com o tempo de parada obrigatória na condução do veículo estabelecido pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, exceto quando se tratar do motorista profissional enquadrado no § 5º do art. 71 desta Consolidação.

§ 3° Dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período.

§ 4° Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional empregado permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, o repouso diário pode ser feito no veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário ou em outro local que ofereça condições adequadas.

§ 5° As horas consideradas extraordinárias serão pagas com o acréscimo estabelecido na Constituição Federal ou compensadas na forma do § 2° do art. 59 desta Consolidação.

§ 6° À hora de trabalho noturno aplica-se o disposto no art. 73 desta Consolidação.

§ 8° São considerados tempo de espera as horas em que o motorista profissional empregado ficar aguardando carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, não sendo computados como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias.

§ 9° As horas relativas ao tempo de espera serão indenizadas na proporção de 30% (trinta por cento) do salário-hora normal.

§ 10. Em nenhuma hipótese, o tempo de espera do motorista empregado prejudicará o direito ao recebimento da remuneração correspondente ao salário-base diário.

§ 11. Quando a espera de que trata o § 8° for superior a 2 (duas) horas ininterruptas e for exigida a permanência do motorista empregado junto ao veículo, caso o local ofereça condições adequadas, o tempo será considerado como de repouso para os fins do intervalo de que tratam os §§ 2° e 3°, sem prejuízo do disposto no § 9°.

§ 12. Durante o tempo de espera, o motorista poderá realizar movimentações necessárias do veículo, as quais não serão consideradas como parte da jornada de trabalho, ficando garantido, porém, o gozo do descanso de 8 (oito) horas ininterruptas aludido no § 3°.

§ 13. Salvo previsão contratual, a jornada de trabalho do motorista empregado não tem horário fixo de início, de final ou de intervalos.

§ 14. O empregado é responsável pela guarda, preservação e exatidão das informações contidas nas anotações em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou no registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, ou nos rastreadores ou sistemas e meios eletrônicos, instalados nos veículos, normatizados pelo Contran, até que o veículo seja entregue à empresa.

§ 15. Os dados referidos no § 14 poderão ser enviados a distância, a critério do empregador, facultando-se a anexação do documento original posteriormente.

§ 16. Aplicam-se as disposições deste artigo ao ajudante empregado nas operações em que acompanhe o motorista.'(NR)

'Art. 235-D. Nas viagens de longa distância com duração superior a 7 (sete) dias, o repouso semanal será de 24 (vinte e quatro) horas por semana ou fração trabalhada, sem prejuízo do intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas, totalizando 35 (trinta e cinco) horas, usufruído no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso.

I – revogado;

II – revogado;

III – revogado.

§ 1° É permitido o fracionamento do repouso semanal em 2 (dois) períodos, sendo um destes de, no mínimo, 30 (trinta) horas ininterruptas, a serem cumpridos na mesma semana e em continuidade a um período de repouso diário, que deverão ser usufruídos no retorno da viagem.

§ 2° A cumulatividade de descansos semanais em viagens de longa distância de que trata o caput fica limitada ao número de 3 (três) descansos consecutivos.

§ 3° O motorista empregado, em viagem de longa distância, que ficar com o veículo parado após o cumprimento da jornada normal ou das horas extraordinárias fica dispensado do serviço, exceto se for expressamente autorizada a sua permanência junto ao veículo pelo empregador, hipótese em que o tempo será considerado de espera.

§ 4° Não será considerado como jornada de trabalho, nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração, o período em que o motorista empregado ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo dos intervalos de repouso.

§ 5° Nos casos em que o empregador adotar 2 (dois) motoristas trabalhando no mesmo veículo, o tempo de repouso poderá ser feito com o veículo em movimento, assegurado o repouso mínimo de 6 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado, a cada 72 (setenta e duas) horas.

§ 6° Em situações excepcionais de inobservância justificada do limite de jornada de que trata o art. 235-C, devidamente registradas, e desde que não se comprometa a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino.

§ 7° Nos casos em que o motorista tenha que acompanhar o veículo transportado por qualquer meio onde ele siga embarcado e em que o veículo disponha de cabine leito ou a embarcação disponha de alojamento para gozo do intervalo de repouso diário previsto no § 3° do art. 235-C, esse tempo será considerado como tempo de descanso.

§ 8° Para o transporte de cargas vivas, perecíveis e especiais em longa distância ou em território estrangeiro poderão ser aplicadas regras conforme a especificidade da operação de transporte realizada, cujas condições de trabalho serão fixadas em convenção ou acordo coletivo de modo a assegurar as adequadas condições de viagem e entrega ao destino final.'(NR)

'Art. 235-E. Para o transporte de passageiros, serão observados os seguintes dispositivos:

I – é facultado o fracionamento do intervalo de condução do veículo previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, em períodos de no mínimo 5 (cinco) minutos;

II – será assegurado ao motorista intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo ser fracionado em 2 (dois) períodos e coincidir com o tempo de parada obrigatória na condução do veículo estabelecido pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, exceto quando se tratar do motorista profissional enquadrado no § 5º do art. 71 desta Consolidação;

III – nos casos em que o empregador adotar 2 (dois) motoristas no curso da mesma viagem, o descanso poderá ser feito com o veículo em movimento, respeitando-se os horários de jornada de trabalho, assegurado, após 72 (setenta e duas) horas, o repouso em alojamento externo ou, se em poltrona correspondente ao serviço de leito, com o veículo estacionado.

§ 1º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º (Revogado).

§ 9º (Revogado).

§ 10. (Revogado).

§ 11. (Revogado).

§ 12. (Revogado).'(NR)

'Art. 235-F. Convenção e acordo coletivo poderão prever jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso para o trabalho do motorista profissional empregado em regime de compensação.'(NR)

'Art. 235-G. É permitida a remuneração do motorista em função da distância percorrida, do tempo de viagem ou da natureza e quantidade de produtos transportados, inclusive mediante oferta de comissão ou qualquer outro tipo de vantagem, desde que essa remuneração ou comissionamento não comprometa a segurança da rodovia e da coletividade ou possibilite a violação das normas previstas nesta Lei.'(NR)

'Art. 235-H. (Revogado).'(NR)"

Art. 7° O Capítulo III-A da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO III-A

.....

'Art. 67-A. O disposto neste Capítulo aplica-se aos motoristas profissionais:

I – de transporte rodoviário coletivo de passageiros;

II – de transporte rodoviário de cargas.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º (Revogado).

.....'(NR)

.....

'Art. 67-C. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas.

§ 1° Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso dentro de cada 6 (seis) horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas 5 (cinco) horas e meia contínuas no exercício da condução.

§ 1°-A Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção.

§ 2° Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção, devidamente registradas, o tempo de direção poderá ser elevado pelo período necessário para que o condutor, o veículo e a carga cheguem a um lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária.

§ 3° O condutor é obrigado, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, a observar o mínimo de 11 (onze) horas de descanso, que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os intervalos mencionados no § 1°, observadas no primeiro período 8 (oito) horas ininterruptas de descanso.

§ 4° Entende-se como tempo de direção ou de condução apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante, em curso entre a origem e o destino.

§ 5° Entende-se como início de viagem a partida do veículo na ida ou no retorno, com ou sem carga, considerando-se como sua continuação as partidas nos dias subsequentes até o destino.

§ 6° O condutor somente iniciará uma viagem após o cumprimento integral do intervalo de descanso previsto no § 3° deste artigo.

§ 7° Nenhum transportador de cargas ou coletivo de passageiros, embarcador, consignatário de cargas, operador de terminais de carga, operador de transporte multimodal de cargas ou agente de cargas ordenará a qualquer motorista a seu serviço, ainda que subcontratado, que conduza veículo referido no **caput** sem a observância do disposto no § 6°.'(NR)

.....

'Art. 67-E. O motorista profissional é responsável por controlar e registrar o tempo de condução estipulado no art. 67-C, com vistas à sua estrita observância.

§ 1° A não observância dos períodos de descanso estabelecidos no art. 67-C sujeitará o motorista profissional às penalidades daí decorrentes, previstas neste Código.
§ 2° O tempo de direção será controlado mediante registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo e, ou por meio de anotação em diário de bordo, ou papeleta ou ficha de trabalho externo, ou por meios eletrônicos instalados no veículo, conforme norma do Contran.
§ 3° O equipamento eletrônico ou registrador deverá funcionar de forma independente de qualquer interferência do condutor, quanto aos dados registrados.
§ 4° A guarda, a preservação e a exatidão das informações contidas no equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e de tempo são de responsabilidade do condutor.'"
Art. 8° A Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 132. .....
§ 1° .....
§ 2° Antes do registro e licenciamento, o veículo de carga novo, nacional ou importado, portando a nota fiscal de compra e venda ou documento alfandegário, deverá transitar embarcado do pátio da fábrica ou do posto alfandegário ao Município de destino."(NR)
"Art. 148-A. Os condutores das categorias C, D e E deverão submeter-se a exames toxicológicos para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação.
§ 1° O exame de que trata este artigo buscará aferir o consumo de substâncias psicoativas que, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção e deverá ter janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, nos termos das normas do Contran.
§ 2° Os condutores das categorias C, D e E com Carteira Nacional de Habilitação com validade de 5 (cinco) anos deverão fazer o exame previsto no § 1° no prazo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses a contar da realização do disposto no caput.
§ 3° Os condutores das categorias C, D e E com Carteira Nacional de Habilitação com validade de 3 (três) anos deverão fazer o exame previsto no § 1° no prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses a contar da realização do disposto no caput.
§ 4° É garantido o direito de contraprova e de recurso administrativo no caso de resultado positivo para o exame de que trata o caput, nos termos das normas do Contran.
§ 5° A reprovação no exame previsto neste artigo terá como consequência a suspensão do direito de dirigir pelo período de 3 (três) meses, condicionado o levantamento da suspensão ao resultado negativo em novo exame, e vedada a aplicação de outras penalidades, ainda que acessórias.
§ 6° O resultado do exame somente será divulgado para o interessado e não poderá ser utilizado para fins estranhos ao disposto neste artigo ou no § 6° do art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.
§ 7° O exame será realizado, em regime de livre concorrência, pelos laboratórios credenciados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, nos termos das normas do Contran, vedado aos entes públicos:
I – fixar preços para os exames;
II – limitar o número de empresas ou o número de locais em que a atividade pode ser exercida; e
III – estabelecer regras de exclusividade territorial."
"Art. 230. .....
XXIII – em desacordo com as condições estabelecidas no art. 67-C, relativamente ao tempo de permanência do condutor ao volante e aos intervalos para descanso, quando se tratar de veículo de transporte de carga ou coletivo de passageiros:
Infração – média;
Penalidade – multa;
Medida administrativa – retenção do veículo para cumprimento do tempo de descanso aplicável.
§ 1° Se o condutor cometeu infração igual nos últimos 12 (doze) meses, será convertida, automaticamente, a penalidade disposta no inciso XXIII em infração grave.
§ 2° Em se tratando de condutor estrangeiro, a liberação do veículo fica condicionada ao pagamento ou ao depósito, judicial ou administrativo, da multa."(NR)
"Art. 259.....
.....
§ 4° Ao condutor identificado no ato da infração será atribuída pontuação pelas infrações de sua responsabilidade, nos termos previstos no § 3° do art. 257, excetuando-se aquelas praticadas por

passageiros usuários do serviço de transporte rodoviário de passageiros em viagens de longa distância transitando em rodovias com a utilização de ônibus, em linhas regulares intermunicipal, interestadual, internacional e aquelas em viagem de longa distância por fretamento e turismo ou de qualquer modalidade, excetuadas as situações regulamentadas pelo Contran a teor do art. 65 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro."(NR)

Art. 9° As condições de segurança, sanitárias e de conforto nos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas profissionais de transporte rodoviário de passageiros e rodoviário de cargas terão que obedecer ao disposto em normas regulamentadoras pelo ente competente.

§ 1° É vedada a cobrança ao motorista ou ao seu empregador pelo uso ou permanência em locais de espera sob a responsabilidade de:

I – transportador, embarcador ou consignatário de cargas;

II – operador de terminais de cargas;

III – aduanas;

IV – portos marítimos, lacustres, fluviais e secos;

V – terminais ferroviários, hidroviários e aeroportuários.

§ 2° Os locais de repouso e descanso dos motoristas profissionais serão, entre outros, em:

I – estações rodoviárias;

II – pontos de parada e de apoio;

III – alojamentos, hotéis ou pousadas;

IV – refeitórios das empresas ou de terceiros;

V – postos de combustíveis.

§ 3° Será de livre iniciativa a implantação de locais de repouso e descanso de que trata este artigo.

§ 4° A estrita observância às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere aos incisos II, III, IV e V do § 2°, será considerada apenas quando o local for de propriedade do transportador, do embarcador ou do consignatário de cargas, bem como nos casos em que esses mantiverem com os proprietários destes locais contratos que os obriguem a disponibilizar locais de espera e repouso aos motoristas profissionais.

Art. 10. O poder público adotará medidas, no prazo de até 5 (cinco) anos a contar da vigência desta Lei, para ampliar a disponibilidade dos espaços previstos no art. 9º, especialmente:

I – a inclusão obrigatória de cláusulas específicas em contratos de concessão de exploração de rodovias, para concessões futuras ou renovação;

II – a revisão das concessões de exploração das rodovias em vigor, de modo a adequá-las à previsão de construção de pontos de parada de espera e descanso, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

III – a identificação e o cadastramento de pontos de paradas e locais para espera, repouso e descanso que atendam aos requisitos previstos no art. 9° desta Lei;

IV – a permissão do uso de bem público nas faixas de domínio das rodovias sob sua jurisdição, vinculadas à implementação de locais de espera, repouso e descanso e pontos de paradas, de trevos ou acessos a esses locais;

V – a criação de linha de crédito para apoio à implantação dos pontos de paradas.

Parágrafo único. O poder público apoiará ou incentivará, em caráter permanente, a implantação pela iniciativa privada de locais de espera, pontos de parada e de descanso.

Art. 11. Atos do órgão competente da União ou, conforme o caso, de autoridade do ente da federação com circunscrição sobre a via publicarão a relação de trechos das vias públicas que disponham de pontos de parada ou de locais de descanso adequados para o cumprimento desta Lei.

§ 1° A primeira relação dos trechos das vias referidas no caput será publicada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desta Lei.

§ 2° As relações de trechos das vias públicas de que trata o caput deverão ser ampliadas e revisadas periodicamente.

§ 3° Os estabelecimentos existentes nas vias poderão requerer no órgão competente com jurisdição sobre elas o seu reconhecimento como ponto de parada e descanso.

Art. 12. O disposto nos §§ 2º e 3º do art. 235-C do Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e no caput e nos §§ 1º e 3º do art. 67-C do Capítulo III-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, produzirá efeitos:

I – a partir da data da publicação dos atos de que trata o art. 11, para os trechos das vias deles constantes;

II – a partir da data da publicação das relações subsequentes, para as vias por elas acrescidas.
Parágrafo único. Durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias de sujeição do trecho ao disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, com as alterações constantes desta Lei, a fiscalização do seu cumprimento será meramente informativa e educativa.
Art. 13. O exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias de que tratam o art. 148-A da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, os §§ 6º e 7º do art. 168 e o inciso VII do art. 235-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, será exigido:
I – em 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, para a renovação e habilitação das categorias C, D e E;
II – em 1 (um) ano a partir da entrada em vigor desta Lei, para a admissão e a demissão de motorista profissional;
III – em 3 (três) anos e 6 (seis) meses a partir da entrada em vigor desta Lei, para o disposto no § 2° do art. 148-A da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997;
IV – em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses a partir da entrada em vigor desta Lei, para o disposto no § 3° do art. 148-A da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997.
Parágrafo único. Caberá ao Contran estabelecer adequações necessárias ao cronograma de realização dos exames.
Art. 14. Decorrido o prazo de 3 (três) anos a contar da publicação desta Lei, os seus efeitos dar-se-ão para todas as vias, independentemente da publicação dos atos de que trata o art. 11 ou de suas revisões.
Art. 15. A Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 4º .....
§ 3° Sem prejuízo dos demais requisitos de controle estabelecidos em regulamento, é facultada ao TAC a cessão de seu veículo em regime de colaboração a outro profissional, assim denominado TAC – Auxiliar, não implicando tal cessão a caracterização de vínculo de emprego.
§ 4° O Transportador Autônomo de Cargas Auxiliar deverá contribuir para a previdênda social de forma idêntica à dos Transportadores Autônomos.
§ 5° As relações decorrentes do contrato estabelecido entre o Transportador Autônomo de Cargas e seu Auxiliar ou entre o transportador autônomo e o embarcador não caracterizarão vínculo de emprego."(NR)
"Art. 5°-A O pagamento do frete do transporte rodoviário de cargas ao Transportador Autônomo de Cargas – TAC deverá ser efetuado por meio de crédito em conta mantida em instituição integrante do sistema financeiro nacional, inclusive poupança, ou por outro meio de pagamento regulamentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, à critério do prestador do serviço.
§ 7° As tarifas bancárias ou pelo uso de meio de pagamento eletrônico relativas ao pagamento do frete do transporte rodoviário de cargas ao Transportador Autônomo de Cargas – TAC correrão à conta do responsável pelo pagamento."(NR)
"Art. 11. .....
§ 5° O prazo máximo para carga e descarga do Veículo de Transporte Rodoviário de Cargas será de 5 (cinco) horas, contadas da chegada do veículo ao endereço de destino, após o qual será devido ao Transportador Autônomo de Carga – TAC ou à ETC a importância equivalente a R$ 1,38 (um real e trinta e oito centavos) por tonelada/hora ou fração.
§ 6° A importância de que trata o § 5° será atualizada, anualmente, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na hipótese de sua extinção, pelo índice que o suceder, definido em regulamento.
§ 7° Para o cálculo do valor de que trata o § 5°, será considerada a capacidade total de transporte do veículo.
§ 8° Incidente o pagamento relativo ao tempo de espera, este deverá ser calculado a partir da hora de chegada na procedência ou no destino.
§ 9° O embarcador e o destinatário da carga são obrigados a fornecer ao transportador documento hábil a comprovar o horário de chegada do caminhão nas dependências dos respectivos estabelecimentos, sob pena de serem punidos com multa a ser aplicada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que não excederá a 5% (cinco por cento) do valor da carga."(NR)
"Art. 13-A. É vedada a utilização de informações de bancos de dados de proteção ao crédito como mecanismo de vedação de contrato com o TAC e a ETC devidamente regulares para o exercício da atividade do Transporte Rodoviário de Cargas."
Art. 16. O art. 1º da Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985 , passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° Fica permitida, na pesagem de veículos de transporte de carga e de passageiros, a tolerância máxima de:

I – 5% (cinco por cento) sobre os limites de peso bruto total;

II – 10% (dez por cento) sobre os limites de peso bruto transmitido por eixo de veículos à superfície das vias públicas.

Parágrafo único. Os limites de peso bruto não se aplicam aos locais não abrangidos pelo disposto no art. 2° da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, incluindo-se as vias particulares sem acesso à circulação pública."(NR)

Art. 17. Os veículos de transporte de cargas que circularem vazios não pagarão taxas de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.

Art. 18. O embarcador indenizará o transportador por todos os prejuízos decorrentes de infração por transporte de carga com excesso de peso em desacordo com a nota fiscal, inclusive as despesas com transbordo de carga.

Art. 19. Fica instituído o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Transporte de Cargas Nacional – PROCARGAS, cujo objetivo principal é estimular o desenvolvimento da atividade de transporte terrestre nacional de cargas.

Parágrafo único. O Procargas tem como finalidade o desenvolvimento de programas visando à melhoria do meio ambiente de trabalho no setor de transporte de cargas, especialmente as ações de medicina ocupacional para o trabalhador.

Art. 20. Fica permitida a concessão de Autorização Especial de Trânsito – AET – para composição de veículos boiadeiros articulados (Romeu e Julieta) com até 25 m de comprimento, sendo permitido a estes veículos autorização para transitar em qualquer horário do dia.

Art. 21. Ficam revogados os arts. 1°, 2° e 9° da Lei n° 12.619, de 30 de abril de 2012.

Art. 22. Ficam convertidas em sanção de advertência:

I – as penalidades decorrentes de infrações ao disposto na Lei n° 12.619, de 30 de abril de 2012, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, aplicadas até a data da publicação desta Lei; e

II – as penalidades por violação do inciso V do art. 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, aplicadas até 2 (dois) anos antes da entrada em vigor desta Lei.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2015. – Deputado **Afonso Florence,** Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à sanção. *(Palmas.)*

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL quer declarar que votou a favor da emenda do Senado. Esse painel nos envergonha, os trabalhadores brasileiros estão envergonhados com o encaminhamento do Plenário, que é vergonhoso, contrário aos interesses dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Por favor, houve o momento, na discussão da matéria, de todos se manifestarem. A matéria está vencida. Agora, seguindo o Regimento, só por Comunicação de Liderança.

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD esclarece que votou "sim" à emenda do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Deputado Chico Alencar pede a palavra pela Liderança do PSOL.

Há sobre a mesa matéria que pode ensejar votação nominal. Eu peço aos Parlamentares que permaneçam em plenário. Nós vamos levar a votação apenas os requerimentos de urgência. Vamos concentrar o restante da pauta nos requerimentos de urgência. As matérias de mérito não serão mais apreciadas hoje, em decorrência dos requerimentos de urgência, pela extensão do prazo que a discussão dessa matéria levou.

Às 14 horas haverá sessão ordinária. O painel estará aberto, mas não haverá matéria para deliberar.

Vamos, portanto, encerrar, de modo que possamos concluir a apreciação dos requerimentos de urgência.

Por fim, não há necessidade de justificar: quem deu presença deu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores, todos que acompanham esta sessão, este Plenário, na verdade, votou aqui a chamada lei que regulamenta o exercício da profissão de motorista, alterando uma lei recente, de 2 anos, que representou

uma conquista dessa categoria importantíssima pelo método como ela, a lei agora superada, foi elaborada: com a participação desses segmentos – ao contrário destas aqui, onde até claque paga na ocasião, na Legislatura passada, foi detectada.

Na verdade, o texto da lei e muitos dos seus artigos atendem mais aos interesses dos beneficiários da carga transportada do que da carga de trabalho desses valorosos trabalhadores, os caminhoneiros, os motoristas.

A emenda que oportunamente o PCdoB apresentou aqui para revogar a possibilidade de ampliação da jornada, que confronta a CLT e o bom senso, infelizmente foi rejeitada por esta Casa. Nem verificação nominal foi possível.

Nós queremos deixar registradas nos Anais da Casa – porque a história existe e o futuro nos cobrará, com maior ou menor rapidez – as nossas posições, a visão e a análise do PSOL em relação a esse projeto, bem como a aprovação ontem da PEC das emendas impositivas.

Nós, inclusive reconhecendo o trabalho da nossa assessoria, muito dedicada e competente, não necessariamente numerosa, mas eficaz, queremos sempre registrar aqui na Casa, independentemente dos resultados das votações – em geral somos derrotados –, a nossa apreciação para que neste País o Legislativo se consolide mesmo como espaço de divergência e de análise de conteúdo de cada proposta que aqui chega, e que não haja nenhuma proposta que seja vetada liminarmente, sem vir a debate.

Deixo aqui, então, esse registro já autenticado para a nossa secretaria de atas e apontamentos.

Sr. Presidente, ainda dentro do meu tempo, quero lembrar que o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto realizou seis ocupações no Distrito Federal, inteiramente vitoriosas: a Ocupação Rosa Luxemburgo, na Ceilândia; a Ocupação Olga Benário, em Samambaia; a Ocupação Anita Garibaldi, no Recanto das Emas; a Ocupação Maria da Penha, em Planaltina, e, em Brazlândia, a Ocupação Irmã Dorothy – a Irmã Dorothy, aliás, foi assassinada há 10 anos e só um dos seus cinco comprovados assassinos está preso.

Depois de negociações com o GDF, que teve, de fato, sensibilidade, o movimento, que deriva da grave crise habitacional do País, conquistou um planejamento de moradia para quem de fato precisa e uma série de outros pontos, graças à luta – a luta faz a boa lei e a mobilização produz direitos sociais, não apenas no papel, mas efetivamente conquistados.

Parabéns ao MTST!

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, registro nos Anais da Casa análise da bancada do PSOL sobre a lei que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007 – empresas e transportadores autônomos de carga –, para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, e dá outras providências.

O Projeto de Lei nº 5.943, de 2013, visa regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional. Esse projeto foi apresentado em 11 de julho de 2013, tendo sido votado na Câmara em 29 de abril de 2014 e enviado ao Senado Federal, onde recebeu emendas e retornou para a Câmara em 5 de junho de 2014. Na Câmara a votação das emendas do Senado foi iniciada no dia 2 de julgo de 2015, não tendo sido ultimada a votação, restando ainda quatro destaques para a sua finalização.

A Lei nº 12.619, de 2012, foi oriunda do Projeto de Lei nº 99, de 2007, que tramitou por 5 anos, até ser transformado em lei.

Em sua justificação, o autor, Dep. Tarcísio Zimmermann, do PT do Rio Grande do Sul, salienta que a proposta foi oriunda de projeto apresentado pela Dep. Dra. Clair e dos aperfeiçoamentos advindos do debate na CTASP no ano de 2006 e de outras sugestões de profissionais que exercem a atividade.

Não obstante ser fruto de um já extenso debate, ao projeto de lei foram oferecidos vários pareceres e substitutivos pelas seguintes Comissões: CCJ, CTASP e CVT, o que revela a cautela na discussão e a necessidade de debate da matéria.

Contrariamente, o Projeto de Lei nº 5.943, de 2013, deliberado pela Câmara e pelo Senado sob regime de urgência, não tramitou por nenhuma Comissão, tendo tido sua discussão muito reduzida.

O projeto de lei apresentado regula muito mais do que prevê a sua ementa:

1 – torna obrigatório o contrato de seguro, além do seguro obrigatório que já existe, o DPVAT – Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, para proprietários de veículos, no valor mínimo de R$ 40.000,00;

2 – aumenta o percentual de tolerância do peso de cargas em 50%, de 5% para 7,5%;

3 – isenta de pedágio os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circularem vazios e dispõe sobre valor diferenciado para veículos de carga;

4 – institui a possibilidade de as cooperativas serem operadoras de seguros privados para os veículos próprios e de seus cooperados;

5 – altera o Código Civil, criando nova modalidade de associação, na qual os associados passarão a ter obrigações recíprocas – todos respondem entre si.

6 – propõe a anistia de todas as multas aplicadas por força da Lei nº 12.619, de 2012, que estipulou horário de descanso para os motoristas de cargas, convertendo todas em advertências.

Além dessas matérias adicionais, no que tange às matérias que a lei propõe regular, têm-se as seguintes questões:

1 – a lei atual regula apenas a profissão de motoristas empregados; o PL pretende regular todas as relação de motoristas, inclusive alterando a CLT, o que é incompatível, uma vez que a CLT só regula a relação de autônomos com os seus sindicatos.

2 – as horas de trabalho extraordinárias passam de 2 para 4;

3 – o horário de descanso passa a poder ser computado durante o horário de almoço e o descanso de 11 horas entre jornadas poderá ser fracionado, tendo um horário mínimo de 8 horas ininterruptas; as outras 3 horas poderão ser fatiadas e coincidir com os horários das paradas obrigatórias;

4 – nas viagens de duração de uma semana ou mais, o descanso semanal passa de 36 horas para 24 horas.

Percebe-se, assim, que as alterações feitas são no sentido de precarizar as relações de trabalho dos motoristas, no intuito de atender sobretudo ao setor do agronegócio.

O Ministério Público do Trabalho analisa de forma prejudicial a aprovação desse projeto de lei.

A análise das emendas aprovadas no Senado demonstra que, a despeito de um avanço importante no que diz respeito ao limite de jornada, mantido em 8 horas, com possibilidade de 2 horas extras, os motoristas consolidaram vultosos prejuízos quando comparado o projeto com a Lei nº 12.619, de 2012.

Períodos de descanso. Embora referido no plenário, não se viu avanços no que diz respeito ao intervalo de descanso entre um dia e outro de trabalho.

Portanto, o texto que retorna para a Câmara prevê que o intervalo para repouso e alimentação noturna foi efetivamente reduzido de 11 para 8 horas, inclusive para motoristas de transporte coletivo urbano de passageiros.

Tempo de direção contínuo. Ainda quanto a intervalos de descanso, outro retrocesso consolidado no Senado diz respeito ao limite de condução ininterrupta, que sobre de 4 para 5 horas e meia, fato que aumenta exponencialmente o risco de acidentes por excesso de fadiga.

Tempo de espera. O tempo de espera, que podia ser iniciado apenas após o término da jornada normal de trabalho, com a proposta pode ser iniciado a qualquer momento. Além disso, pela proposta, o tempo de espera pode se dar concomitantemente com os períodos de descanso, ou seja, enquanto o motorista conduz o veículo, estará legalmente dormindo.

Ainda quanto ao tempo de espera, a proposta extraída do Senado manteve a redução de 130% para apenas 30%.

Tempo de reserva. Com relação à remuneração do tempo de reserva – caso de condução compartilhada por dois motoristas –, a proposta simplesmente elimina a remuneração de 30% sobre o salário-hora.

Mas não é somente isso. Quando a condução for em dupla, o descanso diário obrigatório com o veículo parado, que era de 6 horas, deixa de ser diário, passando a ser exigível apenas a cada 72 horas de trabalho. A questão é: quem consegue realmente repousar com o veículo em deslocamento?

Limite de jornada. Diversamente da Lei nº 12.619, de 2012, que admitia a extrapolação da jornada sem um limite definido apenas para situações de força maior, a proposta corroborada pelo Senado mantém as hipóteses de condução sem quaisquer limites. Sendo assim, ao conduzir carga viva, carga perecível ou mesmo que o motorista entenda que o local não oferece segurança, fica autorizada a condução até que encontre um local seguro ou até o destino final. Conclui-se, assim, que, dependendo da justificativa, a proposta não prevê qualquer limite de jornada.

Pagamento por comissão. A modalidade de pagamento é outro grande prejuízo com o qual o Senado concordou. A proposta sugestiona o pagamento por meio de comissão, ao contrário o que dispõe a Lei nº 12.619, de 2012, que em regra veda essa forma de pagamento, que leva o motorista a se submeter "voluntariamente" a sobrejornada em busca de uma remuneração decente.

Fiscalização. A efetividade da fiscalização do efetivo cumprimento dos intervalos de descanso e do tempo de direção é outro aspecto prejudicial que foi assentido pelo Senado. Na Lei nº 12.619, de 2012, os contratantes do serviço de transporte, notadamente as embarcadoras, vinham sendo obrigadas a impedir que o motorista

que nela carregasse ou descarregasse seguisse viagem sem comprovar o descanso de 11 horas. Essa obrigação ficou praticamente anulada na proposta.

Motorista auxiliar. Embora não conste da Lei nº 12.619, de 2012, é digna de nota outra desastrosa inovação da proposta apresentada pela Câmara e aprovada no Senado. Trata-se do Transportador Autônomo Auxiliar – TAC Auxiliar, que, sem possuir caminhão algum, passará a "auxiliar" um motorista autônomo sem qualquer vínculo de emprego. Trata-se de uma fraude legislada.

Vigência da lei. No que diz respeito à sua vigência, é uma verdadeira teratologia jurídica e lógica, traduzindo um prejuízo para todos os destinatários da lei. Com a previsão de um vácuo jurídico de 180 dias, combinando a eficácia de importantes dispositivos com a homologação de trechos de rodovias supostamente hábeis a garantir a parada adequada dos motoristas, haverá uma total insegurança jurídica, em prejuízo direto aos motoristas, às transportadoras e aos contratantes do serviço de transporte. Todos perderão.

Tal fenômeno ocorre porque não se está num vácuo jurídico. Temos leis em vigor: a Lei nº 12.619, de 2012 e, antes dela, a CLT, o que equivale a dizer que durante os 6 meses de ineficácia da nova lei valem as leis atualmente em vigor. O mesmo raciocínio vale para o período de ineficácia nos tais trechos não homologados.

Ocorre que, mesmo alertados, os artífices dessa proposta não adotaram as providências cabíveis para corrigir esse grande erro.

O desarranjo que essa solução produzirá decorre do fato de que essa insegurança jurídica só é percebida por bons advogados, procuradores e juízes. Já os motoristas autônomos, "chefes" de TAC Auxiliar e empresários do transporte imaginarão que voltou o Estado sem lei que existia antes da Lei nº 12.619, de 2012.

O texto da Câmara é ruim no mérito e pior ainda na forma, assim como, infelizmente, o texto aprovado no Senado. E tem retomada a votação neste momento.

Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, registro nos Anais da Casa análise da bancada do PSOL sobre a PEC nº 358, de 2013, que altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

A PEC 358, de 2013, aqui aprovada em 2º turno, torna obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas individuais, em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, o que em 2015 representaria cerca de R$ 13 milhões por Parlamentar. O Poder Executivo poderá contabilizar, para fins de cumprimento dos 1,2% da receita corrente líquida, o pagamento de restos a pagar de emendas de anos anteriores no montante de até 0,6% da receita corrente líquida

A PEC prevê que, se a meta de superávit primário estiver ameaçada, o valor das emendas – 1,2% da receita corrente líquida do exercício anterior – poderá ser reduzido na mesma proporção que o contingenciamento geral, ou seja, incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

As emendas individuais serão aprovadas no montante de 1,2% da receita corrente líquida prevista para o ano corrente, sendo que metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, nos quais é vedada a destinação de recursos para pessoal ou encargos sociais. Porém, cabe ressaltar que a aprovação não significa necessariamente a execução das emendas, uma vez que a execução se limitará a apenas 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior, e tal valor ainda pode ser contingenciado.

A PEC também estabelece que o piso de gastos federais com a saúde será de 13,2% da receita corrente líquida em 2016, chegando gradativamente a 15% em 2020, em substituição à regra atual, que segue a variação do PIB. Caso tal regra já estivesse em vigor em 2014, o piso de 13,2% da receita corrente líquida – R$84,7 bilhões – seria inferior ao piso da regra atual, que foi de R$91,6 bilhões, e representou 14,3% da receita corrente líquida.

Dessa forma, pela proposta constante da PEC, apenas em 2019 haveria benefício com a nova regra. E a partir de 2020 o ganho seria muito pequeno. Daí a nossa emenda supressiva do artigo que retiraria cerca de R$7 bilhões do setor, que, infelizmente, o Plenário não acolheu.

A festejada PEC acaba por "enterrar" a grande demanda de movimentos sociais, que pleiteiam o piso de 10% da receita corrente bruta da União, o que significaria R$124 bilhões em 2014, ou seja, mais R$40 bilhões para a saúde, acima do piso proposto na PEC. Essa proposta – PLP 321, de 2013 – foi subscrita por 2,2 milhões de brasileiros e conta com o apoio do Conselho Nacional de Saúde e de entidades como OAB, CNBB, Federação Nacional dos Farmacêuticos, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – CEBES.

Outro prejuízo à área de saúde é que, de acordo com a PEC, a execução das emendas individuais destinadas a ações e serviços públicos de saúde e a execução dos recursos dos *royalties* de petróleo serão computadas para fins do cumprimento do piso constitucional de gastos na saúde, o que, na prática, significa a perda desses recursos, que haviam sido recentemente anunciados como adicionais.

A PEC também considera as emendas parlamentares como "transferência obrigatória", o que dispensa Estados e Municípios de cumprir diversas exigências para o recebimento desses recursos. Tais exigências são a adimplência com órgãos federais tais como o INSS, a prestação de contas de recursos federais recebidos anteriormente, entre muitas outras.

Outro problema é que os recursos das emendas, se repassados para Estados e Municípios, não serão contabilizados na receita corrente líquida desses entes federados para efeito de cálculo do teto de gastos com pessoal, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Por exemplo, mesmo que um Município receba um valor importante em emendas, o respectivo Prefeito não poderá se valer desses recursos para atenuar as limitações hoje impostas pela LRF no que se refere à contratação de pessoal.

Na nossa visão, a PEC gerou um debate bastante rebaixado sobre o Orçamento público, limitando-se a tornar obrigatória a liberação dos recursos das emendas parlamentares individuais, no montante de 1,2% da receita corrente líquida da União. Tais emendas são geralmente utilizadas pelos Parlamentares para viabilizar pequenos projetos em suas bases eleitorais de modo a obter votos, ao mesmo tempo em que esses mesmos Parlamentares continuam destinando cerca da metade de todo o Orçamento federal para o pagamento da questionável dívida pública, que não pode ser alterado por meio de emendas parlamentares.

Portanto, a PEC 358 aprofunda esse esquema que mantém uma política econômica nociva, que implica a ausência de serviços públicos de qualidade no País.

Como ponto positivo, a PEC reduz o chamado "toma lá, dá cá" que ocorre hoje quando o Governo libera gradualmente os recursos das emendas caso o Parlamentar vote com o Governo em temas de interesse do Poder Executivo. Com a PEC aprovada, tal liberação será obrigatória, ainda que parte dos recursos ainda possa ser contingenciada, o que pode ser benéfico para partidos de oposição, que geralmente não votam com o Governo. Porém, ainda persistiriam outros mecanismos – talvez ainda mais eficazes – de "toma lá, dá cá", tais como a oferta de cargos e a execução de convênios entre o Governo Federal e Municípios bases de Parlamentares.

Se os Parlamentares realmente querem se tornar independentes do Poder Executivo, que o façam no sentido de permitir a revisão da maior despesa do Orçamento – a dívida pública, que beneficia grandes bancos e investidores – e não no sentido de obrigar o Poder Executivo a liberar apenas 1,2% da receita corrente líquida para pequenos projetos em suas bases eleitorais.

A PEC não melhora a fiscalização sobre os recursos das emendas individuais destinados a Estados e Municípios, sendo que são públicos e notórios os escândalos referentes a esses recursos.

Apesar de a PEC ser potencialmente favorável ao PSOL em termos de liberação das emendas dos Parlamentares, esse nunca foi o foco principal de atuação do nosso partido, que critica essa sistemática de concessão de migalhas à população em troca de votos.

Ainda temos muito que avançar até produzir uma lei orçamentária que real e substantivamente acolha políticas públicas estruturantes, que contribuam para diminuir nossa desigualdade social.

Agradeço a atenção.

O SR. LAERTE RODRIGUES BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Laerte Bessa votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu já vou passar a palavra ao Deputado Carlos Zarattini. Quero apenas avançar na votação de dois ou três requerimentos.

Nós vamos votar apenas os requerimentos de urgência, que são matéria sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o Requerimento nº 383, de 2015.

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5.502, de 2013, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), apensado ao PL nº 6869 de 2013.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2015. – ***Sibá Machado****, Líder do PT;* ***Celso Russomano****, Líder do Bloco Parlamentar PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB;* ***Rogério Rosso****, Líder do PSD;* ***Antonio Brito,*** *PTB/BA;* ***Fernando Monteiro ,*** *PP/ PE;* ***Maurício Quintella Lessa****, Líder do PR;* ***André Figueiredo,*** *Líder do PDT;* ***Domingos Neto****, Líder do PROS;* ***Marcelo Castro,*** *Vice-Líder do Governo;* ***Jandira Feghali,*** *Líder do PCdoB.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento de urgência permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o Requerimento de Urgência nº 7.627, de 2013, nos seguintes termos:

Sr. Presidente,
Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 2.447, de 2007, que "Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca".
Sala das Sessões, de abril de 2013. – ***Manuela D'Ávila,*** *Líder do PCdoB;* ***José Gimarães,*** *Líder do PT;* ***Ronaldo Caiado,*** *Líder do Democratas;* ***Eduardo Sciarra,*** *Líder do PSD;* ***André Moura****, Líder do PSC;* ***Anthony Garotinho,*** *Líder do Bloco Parlamentar PR, PTdoB, PRP;* ***Rubens Bueno,*** *Líder do PPS;* ***André Figueiredo****, Líder do PDT;* ***Jovair Arantes,*** *PTB/GO.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação requerimento de urgência.

Sr. Presidente,
Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação imediata do Projeto de Lei nº 1.594, de 2011, que dispõe sobre a custódia de presos nas unidades das Polícias Federal e Civis dos Estados e do Distrito Federal.
Sala das Sessões, 03 de junho de 2014. – ***Fernando Francichini,*** *Líder do Solidariedade;* ***Vicentinho****, Líder do PT;* ***Eduardo Cunha,*** *Líder do PMDB;* ***Eduardo da Fonte,*** *Líder do Bloco PP, PROS;* ***Izalci,*** *Vice-Líder do PSDB;* ***Bernardo Santana de Vasconcellos****; Líder do Bloco Parlamentar PR, PTdoB, PRP;* ***Beto Albuquerque,*** *Líder do PSB;* ***Mendonça Filho ,*** *Líder do Democratas;* ***Rubens Bueno,*** *Líder do PPS;* ***Jandira Feghali****, Líder do PCdoB.*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por gentileza, parece que nesse ponto não há acordo quanto à urgência. Trata-se do Estatuto do Deficiente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não. Só estamos votando a urgência.

O SR. AFONSO FLORENCE – A custódia é de presos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Se vai haver dissenso, eu vou passar a palavra para o orador. Eu vou submeter à votação. Se alguém aqui não concordar...

O SR. AFONSO FLORENCE – V.Exa. está apenas lendo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não, estou lendo e colocando em votação um a um. Se houver discordância, eu vou submeter à votação. Mas primeiro vou dar a palavra ao Líder do PT em exercício, o Deputado Zarattini, o que é regimental.

O SR. AFONSO FLORENCE – Só para esclarecer, Sr. Presidente, pergunto: antes disso, qual requerimento já foi considerado votado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os dois que eu li aqui. Foram votados os Requerimentos de Urgência nº 383, de 2015, e nº 7.627, de 2013, relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Décio Lima, na votação anterior, acompanhou o partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não têm necessidade de justificar todos os que marcaram presença.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria aqui de contraditar a fala do Líder da Minoria, que mais uma vez vem a este plenário para desmoralizar a PETROBRAS pintando um quadro inexistente de uma empresa que é um absoluto sucesso no mundo.

A PETROBRAS é uma empresa que não só trouxe para o País as maiores reservas de petróleo dos últimos 20 anos, como desenvolveu tecnologia própria para conquistar isso. Hoje são mais de 2,5 milhões de barris de petróleo produzidos. Hoje são milhões de barris de petróleo refinados e uma ampla rede de distribuição de postos de gasolina.

Essa conquista, que é do povo brasileiro, é aquilo que a Minoria, a Oposição vem tentando destruir em nosso País. Com que objetivo? Com o objetivo claro de levar à privatização dessa empresa, como já tentaram durante o Governo Fernando Henrique. Já propuseram não só mudar o nome da empresa para PETROBRAX,

mas principalmente venderam ações da PETROBRAS na Bolsa de Nova Iorque, com o argumento de que estavam capitalizando a empresa.

Pois bem, é por esse fato que hoje as autoridades americanas querem investigar a PETROBRAS, que supostos acionistas da Bolsa de Nova Iorque querem recuperar recursos que dizem ter perdido. Ora, perderam por quê? Se houve queda das ações da PETROBRAS, isso foi fruto único e exclusivo da especulação, porque não existe nenhum motivo real para que se afirme que diminuiu o valor dessa empresa. Ao contrário, ela aumenta dia a dia, ela produz cada vez mais petróleo. A cada dia há novas conquistas dos funcionários da PETROBRAS e do povo brasileiro. Mas o intuito da Oposição, que ela não revela claramente perante este Plenário e o povo brasileiro, é entregar a PETROBRAS.

Fomos contra essa CPI, mas vamos participar de seus trabalhos, porque, ao contrário do que acontece no Estado de São Paulo, onde governa o PSDB e se proibiu a investigação do escândalo da Austin e Siemens na compra de trens do metrô e da Companhia Paulista de *Trens* Metropolitanos – *CPTM, a*qui não existe problema de se investigar.

Se existiu corrupção na PETROBRAS – e existiu, isto é claro –, esses funcionários que amealharam milhões de dólares têm que ser punidos. Mas, ao contrário, a mídia os protege, os eleva à condição de grandes homens e, possivelmente, assistiremos àqueles que desviaram milhões de dólares da PETROBRAS serem beneficiados com reduções de pena ou até mesmo com a liberdade.

O que o Líder da Minoria, do PSDB, não falou aqui foi que o ex-Presidente do seu partido, Sr. Sérgio Guerra, já falecido, foi acusado de receber 10 milhões de reais para a campanha do seu candidato exatamente para abafar uma CPI da PETROBRAS.

E o que nos inquieta, a nós do PT, é que, muitas vezes, aqui se criam CPIs não com o objetivo de investigar, não com o objetivo de aprofundar nas apurações, mas com o objetivo de promover certas negociações. Com isso nós não concordamos, isso nós não admitimos.

Nós queremos fazer – e vamos fazer – com que venha à luz tudo o que for possível do que já se investigou; queremos que seja revelada a delação completa, o que delatou o Sr. Paulo Roberto, o Sr. Alberto Youssef, o Sr. Barusco; queremos que se mostre completamente o que aconteceu na PETROBRAS, mas não apenas nos últimos anos dos Governos Lula e Dilma Rousseff, mas também nos Governos de Fernando Henrique Cardoso e, talvez, até antes.

O Sr. Barusco disse – isso foi divulgado pela imprensa – que ele começou a amealhar o seu patrimônio de forma ilegal, corrupta no Governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foi nomeado gerente da PETROBRAS.

Essa é a verdade, e é isso que a Oposição não quer revelar, é isso que a Oposição não quer mostrar ao povo brasileiro, não quer mostrar toda a verdade. Nós vamos aprofundar as apurações e vamos mostrar a real situação da PETROBRAS para o povo brasileiro, mostrar o que nos orgulha, mostrar o que nós conquistamos.

Onde já se viu colocar o nome do Diretor Estrella nesse mar de lama? Ora, se foi exatamente o Sr. Estrella que descobriu o pré-sal, que, com a concordância do Presidente Lula, avançou na exploração de petróleo neste País e trouxe essa riqueza imensurável! Nós temos é que render homenagem ao Diretor Estrella. Esse, sim, tem que ser considerado um herói do povo brasileiro, porque teve a coragem de colocar recursos para que nós, hoje, tivéssemos esse patrimônio.

Nós não vamos aceitar calados que se tente destruir o patrimônio do povo brasileiro! Nós vamos enfrentar esse debate! Não temos medo da discussão, não temos medo da investigação, porque nós sabemos que o que foi feito nos 12 anos de Governo Lula e de Governo Dilma Rousseff foi exatamente para avançar!

Ora, vem dizer aqui o Líder da Minoria que houve destruição do sistema elétrico brasileiro. Destruição do sistema elétrico? A medida provisória que retirou vários encargos da conta de luz foi solicitada pela indústria. Aqui quem é membro da Comissão de Minas e Energia se lembra muito bem quando o Sr. Gerdau, representante do setor eletrointensivo, veio à Comissão de Minas e Energia solicitar a retirada dos encargos. E o Governo Dilma acolheu essa solicitação da importante indústria de aço e de alumínio no Brasil de diminuir os encargos e reduziu a conta de luz.

Se hoje nós estamos vendo aumentos na conta é exatamente porque estamos enfrentando uma seca no País e temos que acionar as usinas termoelétricas. Todos sabem que a usina termoelétrica tem um custo de produção do quilowatt muito mais caro do que o custo de produção da usina hidrelétrica.

Ora, não foi certo a Presidenta Dilma encerrar os contratos exatamente para reduzir o custo de produção? Era correto a ELETROBRAS continuar cobrando o valor do megawatt com, inclusive, a reconstituição do patrimônio do investimento, depois de tantos anos que a usina tinha sido construída? É isso que nós vamos defender. Vamos fazer um debate sobre o setor elétrico nesta Casa. Vamos aprofundar o debate, sim.

E quero falar do BNDES também. Acusam o BNDES de ter favorecido as empresas! Ora, não é exatamente a reivindicação do setor empresarial, que o BNDES reduza as taxas de juros? Exatamente! E isso foi feito porque

nós trabalhamos para proteger a indústria brasileira e, principalmente, proteger o emprego de milhões de brasileiros, garantir que o trabalhador brasileiro tenha emprego.

Olhem aí as estatísticas: é a menor taxa de desemprego da nossa história! Isso é que tem que ser dito. Mas não se reconhece neste plenário essa verdade. Poucos disseram que agora o IBGE reviu o crescimento do ano passado. Dizia-se que era um crescimento pífio, mas o IBGE reviu as contas e praticamente dobrou a taxa de crescimento.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, nós nesta Casa devemos respeito à verdade, devemos respeito ao que foi feito neste País, ao que é concreto! Vamos examinar, sim, vamos investigar. Nós, com muito orgulho, vamos defender o patrimônio do povo brasileiro, a nossa PETROBRAS!

Muito obrigado.

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pois não, Deputado Afonso Florence, rapidamente.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Existem requerimentos de inscrição na mesa para discussão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não, não, é de Líder. Requerimento de urgência não cabe discussão.

Nós só vamos votar os requerimentos de urgência, nada mais.

Pois não, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para pedir a V.Exa. que verbalize o número do requerimento que foi lido e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado, eu vou falar pela terceira vez.

O SR. AFONSO FLORENCE – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pela terceira vez eu vou falar o anunciado e o repetido: foram votados o Requerimento nº 383, de 2015, que não estava na pauta, mas é matéria sobre a mesa.

O SR. AFONSO FLORENCE – Era isso que eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Matéria sobre a mesa não há necessidade de estar na pauta. É do ECA.

O SR. AFONSO FLORENCE – Não, era esse.

A SRA. ERIKA KOKAY – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – E o Requerimento nº 7.627, de 2015. Esses foram votados.

O SR. AFONSO FLORENCE – Sr. Presidente, então, para os próximos requerimentos, eu gostaria de solicitar...

A SRA. ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, V.Exa. me permite um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pois não.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esse projeto que diz respeito ao ECA, cujo requerimento de urgência nós já votamos, está num requerimento que tem apensado a ele um projeto, o Projeto de Lei nº 6.869, de 2013, que versa sobre assunto completamente díspar, porque estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de obras e serviços de engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O apensamento, Deputada, foi uma decisão da Mesa, no momento em que foi apensada.

A SRA. ERIKA KOKAY – Eu estou solicitando uma retificação, porque o projeto que, na verdade, deveria estar apensado não é esse, porque esse está arquivado. É um projeto com o mesmo número, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu peço a V.Exa. que faça um requerimento formal de desapensação, que a Mesa vai apreciar.

O SR. AFONSO FLORENCE – Só para concluir...

A SRA. ERIKA KOKAY – Houve um equívoco, Sr. Presidente, no requerimento. Houve um equívoco quanto ao ano do projeto. Eu estou pedindo apenas para retificar isso, porque o projeto que está no requerimento é um projeto de 2013, que está inclusive arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pode ser que assista razão a V.Exa. O instrumento é um requerimento...

A SRA. ERIKA KOKAY – Eu tenho razão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Mas o meio que V.Exa. tem é fazer um requerimento por escrito para a Mesa examinar. Eu não tenho condições de verbalmente decidir um assunto dessa natureza.

O SR. AFONSO FLORENCE – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente, orientação!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero solicitar, com base no art. 74, que o PT possa encaminhar em relação aos requerimentos de urgência.

O SR. GLAUBER BRAGA – Eu imagino que V.Exa., Sr. Presidente, vá fazer...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de urgência ou tem aprovação unânime, ou vai para votação nominal.

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente, só para esclarecer:...

O SR. AFONSO FLORENCE – Sr. Presidente, por favor...

O SR. GLAUBER BRAGA – ...é porque como foi com a celeridade...

O SR. AFONSO FLORENCE – Não vai haver pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O.k.

O SR. GLAUBER BRAGA – Só para sabermos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não é nem verificação. Tem de haver concordância.

O SR. GLAUBER BRAGA – Não! A minha preocupação, Sr. Presidente, é que só vai sobre a mesa...

O SR. AFONSO FLORENCE – Eu peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu vou conceder o encaminhamento. É que eu estou querendo, às 14 horas, iniciar a sessão ordinária.

O SR. AFONSO FLORENCE – Em 1 minuto eu tenho a oportunidade de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vou repetir a leitura do Requerimento 10.375/14:

> *"Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação imediata do Projeto de Lei nº 1.594, de 2011, que dispõe sobre a custódia de presos nas unidades das Polícias Federal e Civis dos Estados e do Distrito Federal."*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Alguém quer encaminhar?

O SR. IVAN VALENTE – Quero encaminhar contra, Sr. Presidente, já estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Com a palavra o Deputado Ivan Valente para encaminhar contra o requerimento.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL quer encaminhar contra esse projeto que trata de um requerimento de urgência que, em princípio, é uma medida salutar, uma vez que as regras das delegacias de polícia possuem instalações mais insalubres do que aquelas encontradas em presídios.

Só que, de acordo com o projeto, as pessoas detidas pela polícia poderiam ficar, no máximo, 72 horas nas dependências policiais. Da mesma forma, a escolta de preso ficaria a cargo de agentes penitenciários.

Não se pode ignorar, no entanto, que o encaminhamento do preso provisório, logo após a assinatura do alto de culpa para um presídio, pode dificultar o trabalho dos advogados de defesa, em caso de manifestações.

Por exemplo, eu quero me manifestar contra isso, mas quero usar esse tempo aqui também, Sr. Presidente, para dizer do nosso repúdio, do Partido Socialismo e Liberdade, à votação que fizemos agora no chamado Projeto dos Caminhoneiros.

Foi uma vergonha! Esta Casa aprovou um projeto de lei, que se transformou na Lei nº 12.619, de 2012, para garantir direitos aos caminhoneiros. Dois anos depois, a Casa tira direitos deles: aumenta a jornada de trabalho; aumenta o percentual de tolerância do peso das cargas em 50%, de 5% para 7,5%; isenta de pedágio os eixos suspensos; institui a possibilidade de cooperativa ser operadora de seguros – isso é para ganhar caminhoneiros, para eles poderem trabalhar mais fora do horário, levando-os a ficar de 11 a 13 horas no volante. O que nós fizemos aqui – e me perdoem os partidos que encaminharam a favor disso – foi trocar a segurança do cidadão, do caminhoneiro e de quem está viajando pelas estradas deste País, que corre o risco de uma trombada de frente, para garantir que o agronegócio do Brasil possa despejar a safra de soja de Mato Grosso, de Tocantins, de Mato Grosso do Sul para os portos de Paranaguá e Santos. É disso que se trata.

O SR. VALDIR COLATTO – Garante o Brasil.

O SR. IVAN VALENTE – Todos os encaminhamentos aqui ...

O SR. VALDIR COLATTO – O agronegócio garante o Brasil.

O SR. IVAN VALENTE – ...foram feitos por Líderes da base ruralista. As centrais sindicais que apoiaram isso deverão pagar e se explicar para a sociedade brasileira, porque trabalharam contra o interesse dos trabalhadores.

É vergonhosa essa votação que aumenta a jornada de trabalho, que não cuida da segurança, seja do caminhoneiro, seja do cidadão na estrada, para garantir lucros. Registro o repúdio do Partido Socialismo e Liberdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo respeito, quero pedir aos Líderes para não falarem mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – É muito simples: há apoiamento para votação da urgência ou considera a manifestação do PSOL como pedido nominal.

A SRA. ELIZIANE GAMA – Sr. Presidente, eu vou encaminhar pela bancada do PSDB – Deputada Eliziane. Pelo bloco, melhor dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Só um minutinho. É para esclarecer, senão vamos para a votação nominal direta. É só para saber: há ou não apoiamento para votação?

O SR. LINCOLN PORTELA – Pode votar, Sr. Presidente, ninguém se manifestou contra. Pode votar por unanimidade. Ninguém tem posição contrária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O.k.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama, rapidamente, então.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Nós, na verdade, vamos encaminhar, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto, pela importância do projeto em relação ao sistema prisional brasileiro, que, como todos sabemos, está falido. Com as penitenciárias superlotadas, as delegacias acabam saindo da sua prerrogativa constitucional. Essa lei, na verdade, faz valer o que diz hoje a Lei de Execução Penal que trata da questão da investigação.

Precisamos votar favoravelmente, porque vamos garantir a salubridade e fazer com que as delegacias possam cumprir a sua real função, que é a investigação, papel hoje do delegado.

Portanto, é um importante projeto, porque os delegados passarão a ter suas prerrogativas garantidas, inclusive, agilidade na formatação, na conclusão dos inquéritos policiais, que, às vezes, demoram meses a fio exatamente pela falta do trabalho do profissional, que, em vez de estar fazendo a investigação, faz a custódia do preso, função do agente penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Conclua, Deputada.

A SRA. ELIZIANE GAMA – Portanto, é pela aprovação do projeto a bancada do PSDB e PPS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Deputados que o aprovam...

O SR. NEWTON CARDOSO JR – Sr. Presidente, pela Liderança.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, acho que todos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não. Deputado, é requerimento de urgência. Nós temos um tempo muito curto para acabar a sessão e há inscrição de Líder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, vamos colher só a orientação e depois...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Mas não há necessidade de orientação. Só se pedirem. Para requerimento de urgência não há a cultura da orientação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de urgência:

REQUERIMENTO Nº 10.795, DE 2014

"Sr. Presidente,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 7.699/2006, que "Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências."

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2014. – ***Rubens Bueno,*** *Líder do PPS;* ***Mendonça Filho,*** *Líder do Democratas;* ***Fernando Francischini,*** *Líder do Solidariedade;* ***Jovair Arantes****, PTB/GO;* ***Jandira Feghali,*** *Líder do PCdoB;* ***Nilmar Ruiz****, Representante do PEN;* ***Guilherme Campos****, Vice-Líder do PSD;* ***Andre Moura,*** *Líder do PSC;* ***Sarney Filho,*** *Líder do PV;* ***Ivan Valente,*** *Líder do PSOL;*

O SR. GLAUBER BRAGA – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. NEWTON CARDOSO JR – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Se não houver necessidade de encaminhamento...

O SR. ARNALDO JORDY (Bloco/PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo a todos os Líderes, para que possamos trabalhar celeremente. Há várias matérias importantes a serem apreciadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Por favor, se puderem abrir mão, eu agradeceria. Nós vamos encerrar às 14 horas, e não vamos ter votação à tarde. Para que isso possa ser feito, precisamos ganhar tempo.

O SR. AFONSO FLORENCE – O PT abriu mão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação, então.

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – V.Exa. quer encaminhar, é isso?

O SR. GLAUBER BRAGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Então, pois não. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o tempo de encaminhamento normalmente é maior do que 1 minuto, mas eu vou procurar ser bastante objetivo, até para que possamos finalizar a sessão no período adequado.

O Requerimento nº 10.795, de 2014, é da mais alta importância. Essa matéria precisa, sim, ser aprovada pela Câmara Federal. Eu quero ter a oportunidade, também neste momento, de falar especificamente do Requerimento nº 7.627, de 2013, que trata da Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Esta Casa teve a oportunidade de aprovar a Lei nº 12.608, de 2012 – o Estatuto de Proteção e Defesa Civil. É mais do que fundamental que tenhamos, por parte do Governo, a regulamentação de todos os 31 artigos dessa lei. Nós já podemos ter, com a regra existente, uma política que seja claramente preventiva à ocorrência de desastres, incluindo inclusive a seca.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Retirei o item seguinte da pauta de urgência.

Passamos ao item V, em que está anunciado Requerimento de Urgência nº 113, de 2015, do Deputado Mendonça Filho.

> *Sr. Presidente,*
> *Requeremos a V.Exa., com base no art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a apreciação do PL nº 23/2015, que acrescenta § 8º ao art. 29 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para determinar que somente será admitida a fusão de partidos políticos que hajam obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há pelo menos 05 (cinco) anos.*
> *Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2015. –* ***Mendonça Filho,*** *Líder do Democratas;* ***Marcelo Castro,*** *1º Vice-Líder do PMDB; PSDC/MA;* ***Hiran Gonçalves****, Representante do PMN;* ***Carlos Sampaio,*** *Líder do PSDB;* ***Fernando Coelho Filho,*** *Líder do PSB;* ***Domingos Neto,*** *Líder do PROS;* ***Rubens Bueno,*** *Líder do PPS;* ***Sarney Filho,*** *Líder do PV;* ***Eduardo da Fonte,*** *Líder do PP;* ***Marcelo Aro,*** *Líder do PHS;* ***Rogério Rosso,*** *Líder do PSD;* ***Andre Figueiredo,*** *Líder do PDT;* ***Maurício Quintella Lessa,*** *Líder do PR;* ***Andre Moura,*** *Líder do PSC;* ***Juscelino Filho,*** *Líder do PRP;* ***Arthur Oliveira Maia,*** *Líder do Solidariedade.*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT é contra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vai pedir votação nominal?

O SR. AFONSO FLORENCE – Sr. Presidente, nós vamos pedir votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Então, vamos fazer votação nominal.

O SR. MENDONÇA FILHO – Então, eu quero orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vou abrir o painel, e V.Exas. vão orientando.

Havia acordo no sentido de dar urgência a todos esses projetos. A quebra do acordo pelo PT pode ensejar, amanhã, aos projetos oriundos do PT o mesmo tratamento pelos demais partidos.

Vai ser aberto o painel. Vamos proceder à abertura.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas aqui deixar muito claro ao Plenário da Casa que, na reunião de Líderes, foi acordado, com a presença do Partido dos Trabalhadores, a aprovação desse requerimento de urgência.

Se porventura o acordo que o PT celebrou na reunião de Líderes foi rompido, eu gostaria, a partir desse exemplo, naturalmente, de ter como referência qual será o nosso comportamento daqui para frente. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, havia uma imprecisão de informação. Vou retirar o pedido de votação nominal, porque havia um acordo do qual eu não tinha sido informado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO – Obrigado, Deputado Florence.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Afonso Florence pelo cumprimento do acordo e também registrar o compromisso com o Deputado Miro Teixeira, no sentido de que a matéria, quanto ao mérito, possa ser discutida de forma ampla, porque o que nós queremos coibir é apenas a indústria de formação de partido político de aluguel aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Restam apenas dois requerimentos de urgência. Vamos ver se conseguimos votar rapidamente e abrir o tempo que havia sido solicitado.

Sr. Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para votação do Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 151, de 2012 , que 'Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre a organização da agenda, a Ordem do Dia e as sessões ordinárias.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2015. – ***Rubens Bueno,*** *Líder do PPS; Mendonça Filho, Líder do Democratas; Sibá Machado, Líder do PT; Jandira Feghali, Líder do PCdoB; Arthur Oliveira Maia, Líder do Solidariedade; Carlos Sampaio, Líder do PSDB; André Figueiredo, Líder do PDT; Fernando Coelho Filho, Líder do PSB; Maurício Quintella Lessa, Líder do PR; Jovair Arantes , Líder do PTB; Chico Alencar, Líder do PSOL.*

Assina o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida. O acordo é do pacote todo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não, o acordo de colocar em votação é do pacote inteiro. Com relação ao tema do Deputado Mendonça Filho, o acordo é que, em todos os temas dessa natureza, serão concedidas as urgências.

O SR. AFONSO FLORENCE – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu retirei a urgência do projeto do Deputado Arnaldo Jordy sobre tráfico de pessoas. Se houver concordância do Plenário, eu a reintroduzirei. Se houver contestação, eu não reintroduzirei.

Há acordo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Dispõe o requerimento:

Sr. Presidente,

Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do PL 7.370, de 2014, que 'Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 7.998, de 11 de janeiro de 190; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 2014. – ***Rubens Bueno,*** *Líder do PPS;* ***Eduardo Cunha,*** *Líder do PMDB;* ***Vicentinho*** *, Líder do PT;* ***Sarney Filho,*** *Líder do PV;* ***Ivan Valente,*** *Líder do PSOL;* ***Mendonça Filho****, Líder do Democratas;* ***Arnaldo Jordy****, PPS – PA .*

Assina o Deputado Arnaldo Jordy e demais Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Comissão Externa. Requerimento nº 98, de 2015, do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no art. 33 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 05 (cinco) membros Titulares e igual número de Suplentes,

com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como 'Transposição do Rio São Francisco', bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, requer informações, bem como outros atos que julgue necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 2015. – ***Raimundo Gomes de Matos****, PSDB/CE.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação requerimento de criação de Comissão Externa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. AFONSO FLORENCE – Eu gostaria de registrar a subscrição da Deputada Eliziane Gama.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Registrada a subscrição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de Comissão Externa nº 211/2015:

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, consoante com o artigo 38, c/c o artigo 117, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Temporária Externa, com ônus para Câmara dos Deputados, destinada a fazer levantamento in loco bem como acompanhar e fiscalizar os fatos relativos ao cancelamento da construção das Refinarias Premium I e Premium II, respectivamente nos estados do Maranhão e do Ceará, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações, além de outros atos que julgue necessários para consecução dos objetivos da Comissão.

Sala das Sessões, em 4 de fevereiro de 2015. – ***Eliziane Gama****, PPS/MA; Raimundo Gomes de Matos, PSDB/CE.*

A SRA. ELIZIANE GAMA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar favoravelmente a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Se V.Exa. encaminhar, corremos o risco de não votar.

A SRA. ELIZIANE GAMA – Então, vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado André Figueiredo, pela Liderança do PDT.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, Lincoln Portela votou com o Partido.

O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Valadares Filho votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Lembro que às 14 horas em ponto será encerrada a sessão, interrompendo a oratória.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha, por nomeação do Deputado André Figueiredo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, nós vamos fazer uso bem rápido do tempo para que possamos dar fim a esta sessão, mas antes gostaríamos de colocar a importância desse requerimento que foi votado agora da Deputada Eliziane Gama, do Maranhão.

Esse requerimento, Sr. Presidente, vem dar continuidade à luta que tivemos no ano passado, no ano retrasado, aqui dentro desta Casa.

Por várias vezes, questionamos as obras, que estavam paradas, da Refinaria Premium, lá de Bacabeira, no Maranhão. Agora, de forma surpreendente, ficamos sabendo, pela Internet, que a Refinaria de Bacabeira, no Maranhão, e a refinaria também do Ceará estavam fora do planejamento da empresa PETROBRAS, para que elas fossem construídas dentro dos nossos Estados.

Esse é um problema muito sério. Primeiro, o Prefeito de Bacabeira sequer recebeu um ofício dizendo assim: *"Desculpas, Prefeito. Desculpas por ter iludido esta cidade, desculpas por ter cometido uma grande especulação no seu Município. ou muito menos por não ter dado uma satisfação do que realmente aconteceu."*

O Sr. Governador Flávio Dino também não recebeu nenhuma notificação da empresa comunicando o porquê da desistência do investimento na Refinaria Premium, que iria produzir mais de 200 mil barris/dia dentro do Maranhão.

Fomos atrás dessa informação com o Deputado André Figueiredo, que tem tido uma luta muito grande também a favor da Refinaria do Ceará. Para nossa surpresa, também nenhum Prefeito e nem o Governador foram notificados e comunicados dessa decisão.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, precisamos nos unir – não apenas a bancada do Maranhão, coordenada pelo brilhante colega Pedro Fernandes, não apenas a bancada do Ceará, que tem vários Deputados, assim como o Deputado André Figueiredo, nessa luta –, o Congresso Nacional.

Vejam quantas famílias, quantos pequenos empresários, quantas pessoas, quantos cidadãos criaram expectativas nessas terras e estão lá, dentro do seu Município, mas agora se vê um sonho de geração, um sonho de cidade, um sonho de integração desse povo jogado por água abaixo.

Então, aqui fica o nosso apelo, para que estejamos atentos a essa questão da refinaria do Maranhão, como fizemos no ano passado, como fizemos na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Em outro momento, trarei o relatório em que a PETROBRAS informa o porquê da paralisação da obra, comprometendo-se a retomá-la. Agora, pela imprensa, temos essa grande surpresa: a obra não vai mais sair do papel, houve desistência desse investimento. É lamentável! Estaremos atentos para que as refinarias do Maranhão e do Ceará possam voltar a ser realidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Com a palavra o Deputado Rômulo Gouveia, pelo PSD, rapidamente. *(Pausa.)* Não está presente.

Deputado Newton Cardoso, para a comunicação do PMDB, rapidamente, antes de encerrarmos.

O SR. NEWTON CARDOSO (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S.Exas. Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer apenas um breve comentário no que tange ao que foi dito em relação à geração de emprego e valorização do trabalhador a partir do momento em que decidimos manter as horas de trabalho dos motoristas.

É importante ressaltar que neste País aqueles que procuram produzir riquezas não têm o devido reconhecimento. Aqueles que produzem alimentos para a nossa população não têm o devido valor.

Portanto, num ambiente de logística precária, num ambiente de estradas intransitáveis, num ambiente em que nós temos um percurso de baixa mobilidade urbana, impedir que os motoristas tenham condição de trafegar no momento certo, no seu tempo, com seus veículos é pedir que o País pare, é impedir o progresso do nosso País, o crescimento do nosso PIB.

Portanto, pelo PMDB, pela Liderança do partido, digo e reitero que somos a favor da manutenção das horas extras para os motoristas.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje trago à pauta um assunto preocupante: o aumento da dengue País afora.

Segundo o Ministério da Saúde, o número de casos aumentou 57% em janeiro deste ano com relação ao mesmo período do ano passado. Estamos passando por um momento complicado no que tange ao abastecimento de água, que vive a sua maior crise. Muitas famílias precisam armazenar água e, apesar de todos os esforços de conscientização, muitas pessoas têm mantido a água em recipientes abertos.

Ainda em comparação a 2014, foram notificados 26.017 casos de dengue, contra 40.916 casos em janeiro de 2015. É realmente alarmante! Entre todos os Estados do País, 14 apresentaram aumento de casos de dengue. O Acre é o que apresenta o pior cenário: são 3.077 casos somente em 2015; em seguida vêm Goiás e Mato Grosso do Sul.

São Paulo já apresenta um número de casos oito vezes maior que o do ano passado: 17.612 notificações. Na cidade de Trabiju, de cada 15 pessoas uma está afetada.

Em minha cidade, Sorocaba, houve um aumento de 50% das reclamações relacionadas à dengue, ou seja, de cada três atendimentos na Prefeitura, um é sobre focos do mosquito.

Porém, temos que considerar que a gravidade dos casos da doença teve uma queda de 71,4%, indicando que nossos tratamentos estão se tornando mais eficazes. Também em 2015 o número de óbitos em decorrência da dengue foi menor: seis casos registrados até o momento para 37 ocorridos no início de 2014.

Além da dengue, devemos estar atentos à *chikungunya*, uma febre parecida com a dengue. A doença também é transmitida pela picada de mosquito. Já registramos 23 novos casos no Brasil desde o início do ano, tendo sido registrados os principais focos na Bahia e em Goiás.

Vale lembrar que a dengue vem acompanhada dos seguintes sintomas: febre alta, dores de cabeça, dores musculares, náusea e vômitos. Em casos mais graves, o paciente pode apresentar sangramentos, queda de pressão arterial e insuficiência respiratória.

Minha proposta é de que nos mobilizemos para banir essa enfermidade de nossa Nação.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL faz a defesa apenas das empresas de energia elétrica e não dos direitos dos consumidores. Volta e meia a conta cai no bolso do consumidor, especialmente o residencial, que a duras penas vem lutando para pagar sua conta de luz.

Mas os consumidores não podem pagar pelos erros de gestão do sistema elétrico. E a ANEEL não pode simplesmente priorizar os lucros das empresas de energia em detrimento dos consumidores. O papel da agência reguladora não é esse. A missão da ANEEL é regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores com equilíbrio entre as partes e em beneficio da sociedade. A missão da ANEEL é garantir tarifas justas, qualidade do serviço, investimentos e que todos tenham acesso à energia elétrica.

Mas em janeiro, para onerar ainda mais o consumidor, começaram a ser cobradas as bandeiras tarifárias. Um mês depois a ANEEL, absurdamente, quer aumentar as taxas das bandeiras tarifárias em 83,33%. A agência quer que a bandeira vermelha passe de R$ 3,00 para R$ 5,50 a partir de março, para cada 100 quilowatts utilizados no mês. Segundo a ANEEL, a bandeira vermelha indica que o custo de produção de eletricidade aumentou muito. Quero saber, então, qual a proposta real e concreta da ANEEL de desconto na conta de luz quando o usuário reduzir o consumo ou quando não estivermos em períodos de falta de chuvas.

Porque todos sabem que 77% da matriz energética brasileira é hidrelétrica, o que torna o custo de produção muito mais baixo. Mas mesmo nos momentos em que utilizamos somente as hidrelétricas pagamos injustificadamente as tarifas mais altas do mundo. Muito mais altas que em países como EUA, China, Índia, Alemanha, França, Japão e Canadá.

Não vemos a ANEEL com a mesma preocupação, eficiência e transparência quando é para determinar a divisão dos ganhos de produtividade das empresas de energia com o consumidor. Esse modelo de bandeiras, tão defendido pela ANEEL, só antecipa a receita para as empresas. Como o consumidor vai ter certeza de que esse valor não será cobrado nos reajustes anuais?

Para conseguirmos impedir pedidos de aumentos absurdos feitos pela CEMIG todo ano e também nas revisões tarifárias, temos que pressionar a agência, denunciar os abusos e ilegalidades na prestação dos serviços. Temos que apontar as alterações nas planilhas de custo, temos que fazer "marcação cerrada". Todo ano sou o único Deputado Federal de Minas Gerais a defender os consumidores nas reuniões da ANEEL que definem as tarifas da CEMIG.

Já fui, inclusive, perseguido pela CEMIG, que tentou me calar em um processo na Justiça porque apresentei denúncias de irregularidades na terceira revisão tarifária.

Mesmo nos anos em que conseguimos a redução das tarifas, a CEMIG registrou lucros recordes. Todo ano os lucros da empresa são recordes e não vemos a distribuição dos ganhos para modicidade tarifária. Não há investimentos nos serviços. Pagamos, em muitos casos, três vezes mais pela energia do que consumidores de outros países com a matriz energética parecida com a do Brasil, e temos um serviço de péssima qualidade.

A qualquer alta na tarifa de energia, para pequenas ou grandes empresas, quem paga a conta é o consumidor, pois o aumento vai ser repassado ao preço dos produtos no supermercado, na padaria, nas lojas e nos serviços.

Mas defender os consumidores a ANEEL não quer. Sequer autorizou a devolução dos valores pagos a mais na conta de luz pelos consumidores durante 7 anos. Esse grande roubo foi investigado por CPI nesta Casa. E depois desse erro o Tribunal de Contas da União já apontou mais dois outros erros. E a ANEEL simplesmente age contra o consumidor ao defender que as empresas fiquem com um dinheiro que não é delas.

A ANEEL garantiu, por exemplo, que, independentemente dos desfechos do fim dos contratos de concessão das empresas de energia, o consumidor final seria o maior beneficiado com a redução de preço na sua conta de luz. As concessionárias já tiveram grande parte de seus investimentos amortizada durante os 50 anos que exploraram suas concessões. Agora, em 2015, queremos ver os ganhos serem revertidos para o bem do consumidor.

Tenho um projeto em tramitação nesta Casa que impede a cobrança de tarifas diferenciadas durante o dia. Essa é uma forma disfarçada de aumentar a conta de luz, uma vez que as tarifas sempre ficam mais altas

nos horários de pico, ou seja, nos horários em que a população precisa realmente da energia elétrica. O nosso projeto garante que as empresas concedam descontos aos consumidores que economizarem energia.

Diante dos absurdos que são praticados contra o consumidor, sou totalmente favorável à criação de uma CPI sobre o setor e vou requerer que a Comissão de Defesa do Consumidor chame a ANEEL para dar explicações.

Gostaria que o meu pronunciamento tivesse ampla divulgação nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso esta tribuna para novamente tocar num ponto nevrálgico das atuais discussões sobre mudanças e aperfeiçoamento de nossas cartas legais no sentido de aperfeiçoá-las ou adequá-las aos novos tempos, especialmente em relação ao tema da maioridade penal aos 16 anos. Muito se tem discutido a respeito, com estudiosos com argumentos fortes contra e a favor, mas temos que levar em conta o anseio popular. A ampla maioria defende a tese de que temos que pensar seriamente num meio termo que venha a frear o sentimento de impunidade entre menores que são usados pelo crime organizado como ponta de lança do tráfico e em crimes de sequestro, pelo destemor que exteriorizam, talvez pela certeza da impunidade.

O que me motivou a me pronunciar nesta tribuna sobre esse assunto foi o fato de a imprensa noticiar que vai ser liberado de sua internação na Fundação Casa de São Paulo, órgão que abriga menores infratores, o autor da morte do Jovem Victor Hugo, friamente assassinado na porta de sua casa pelo menor citado mesmo após ter entregue seu aparelho celular sem a menor resistência. Ato infracional, sim, menor não pratica crime – eufemismo que não muda a tragédia da família de Victor.

Repito e reafirmo preocupação de pai que sou e, enquanto legislador, tenho o compromisso de atender aos anseios das pessoas que hoje estão trancadas dentro de suas casas com portões de ferro enquanto os malfeitores estão à solta com armas das mais sofisticadas e de uso privativo das Forças Armadas, tais como fuzis, metralhadoras e até lança-granadas, fazendo com que efetivos policiais de cidades pequenas do interior sejam encurralados e humilhados, sem a eficaz contrapartida dos poderes constituídos.

Muitos usam esta tribuna para criticar possíveis excessos da Polícia, com o que também não compactuamos, mas nunca usam sua verve e espaço para elogiar e oferecer alternativas respaldadas na opinião da maioria, que deve ter a polícia como do bem e o infrator do outro lado, para não cometermos o engano de generalizar, colocando os bons e os maus policiais numa vala comum.

Voltando ao assunto da morte de Victor, está marcado na memória recente esse triste episódio, amplamente noticiado nos jornais televisivos. Passados poucos dias, talvez semanas, meses, esperávamos que a sanção estivesse apenas começando, afinal, pelo ato bárbaro de tirar um jovem do convívio familiar. Podemos afirmar que ele, ato contínuo, matou os pais, que foram condenados a um suplício perpétuo pela perda do filho.

Os pais, ao saberem da soltura do algoz de seu filho, anunciaram que protestarão, mas será mais um grito abafado por nossas leis inócuas, que carecem de aperfeiçoamentos, mister de nossa inteira responsabilidade. A não ser que não nos importemos que o Poder Judiciário mais uma vez cumpra nosso papel e reconheça a necessidade urgente de discutir assunto de tal relevância – a maioridade penal –, deixando mais uma vez o Parlamento Brasileiro discutindo interminavelmente assunto relevante, que exige celeridade.

O SR. MISAEL VARELLA (Bloco/DEM-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o assunto da seca, sobretudo no Sudeste, vem nos preocupando muito. Contudo, não podemos cair no alarmismo ambientalista que tenta atribuir toda a culpa à atividade agrícola.

Ontem me referi à palestra do Prof. Luiz Carlos Molion na Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé, Minas Gerais, na qual ele tratou de um período de poucas chuvas para os próximos anos.

Com efeito, a agricultura não é a vilã da crise hídrica, mas a salvaguarda do País, conforme levantamento realizado pela Federação da Agricultura e Pecuária de São Paulo sobre o impacto da seca na agropecuária paulista.

Seu Presidente, Fábio Meirelles, afirmou ser necessário esclarecer à população a propósito das críticas infundadas feitas à agricultura, apontada como a vilã da crise hídrica, pelo fato de consumir cerca de 70% da água disponível.

Segundo Meirelles, é preciso explicar a existência do ciclo hidrológico e que 60% a 70% da água das chuvas passam pela evapotranspiração (evaporação do solo mais a transpiração das plantas) e por isso se diz erradamente que a agricultura é a grande consumidora de água, como se fosse possível, efetivamente, consumir 70% da água das precipitações.

O líder ruralista ressalta que a água disponível para a utilização das plantas, excetuada a evapotranspiração, é de cerca de apenas 10% da precipitação e o que é realmente consumido é muito menos que isso, pois a maior parte retorna ao ciclo hidrológico. E dá um exemplo:

"Um hectare de soja com produtividade de 3.600 kg do grão carrega cerca de 18% de água ou o equivalente a 648 litros de água, toda água restante envolvida na produção, ou seja, a da evapotranspiração, a que escorre e acumula na superfície, a que infiltra e chega ao lençol freático e a dos restos culturais (matéria orgânica) pertence ao ciclo da água. Portanto, o consumo efetivo de 648 litros em um hectare representa apenas 0,005% da precipitação média anual de uma região com 1.200 mm".

Ele esclareceu ainda que a agricultura irrigada de alta produtividade consome mais água e possui sistemas que podem ser mais ou menos eficientes, dependendo do caso, mas ainda assim o consumo efetivo é pequeno.

Reitera Meirelles que a agricultura não é vilã, ela salvaguarda do País, pois é nas áreas rurais que ocorrem os processos de infiltração, escorrimento superficial, recarga de lençóis e acumulação de água. A agricultura contribui positivamente para o equilíbrio hídrico, gera excedentes para o consumo nas cidades, presta outros serviços ecossistêmicos, sem receber por isso, e ainda garante a alimentação de milhares de brasileiros.

É sempre válido lembrar que, independentemente de inclinação política ou religião, diariamente todos precisam se alimentar. Que os governos tomem as providências necessárias no saneamento básico para fazer cessar a poluição dos rios e utilizem a tecnologia existente para aproveitar as águas antes que elas corram para o mar.

Tenho dito.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que a Vice-Governadora do Estado da Paraíba, a médica Lígia Feliciano, assumiu o Governo do Estado interinamente na noite desta segunda-feira (9) e ficará à frente do Poder Executivo até a Quarta-Feira de Cinzas (18).

Esta é a primeira vez que a médica Lígia Feliciano assume o Governo do Estado da Paraíba.

Durante os próximos 8 dias, a Governadora interina Lígia Feliciano se dedicará ao acompanhamento do Plano de Segurança das Polícias Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil e das ações de prevenção à saúde durante os festejos carnavalescos.

Ana Lígia Costa Feliciano nasceu em Campina Grande, na Paraíba, no dia 21 de abril de 1957, filha dos comerciantes José Amaro da Costa e Maria do Carmo Costa. Estudou no Colégio das Damas, onde concluiu o ensino médio.

Em 1978, casou-se com Damião Feliciano e é mãe de três filhos: Renato, Mariana e Gustavo.

Estudou Medicina na Universidade Federal da Paraíba, no *campus* de Campina Grande (atual Universidade Federal de Campina Grande).

Lígia Feliciano já foi candidata ao Senado Federal e a Vice-Prefeita de Campina Grande.

Quero destacar minha experiência no cargo que hoje a Governadora ocupa, pois já o assumi. Agora a Dra. Lígia Feliciano tem a oportunidade e o privilégio de ocupá-lo e mostrar a força de seu trabalho, fruto de sua determinação, o que a levou até ao cargo ora ocupado.

Seu trabalho é digno de reconhecimento, devendo ser registrado nos Anais da Câmara dos Deputados.

O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e *Rádio Câmara*, começamos o ano legislativo de 2015 com uma grande vitória. Quero parabenizar o Presidente Eduardo Cunha pela coragem de não ceder a pressões e colocar em pauta, logo no início do seu mandato, a votação da PEC do Orçamento Impositivo e estender este reconhecimento a todos os colegas de Câmara que votaram a favor da matéria e, assim como eu, acreditam na necessidade de se fortalecer o Parlamento brasileiro.

Vivemos, Sr. Presidente, nobres colegas, um momento político em que precisamos, mais do que nunca, demonstrar a nossa força e independência no Congresso. A aprovação do orçamento impositivo protege esta Casa, para que cada colega possa votar os assuntos de interesse do País sem sofrer assédio na hora da liberação de emendas.

Digo mais, nobres pares: o ano de 2015, como todos sabem, será muito difícil para a economia do Brasil. Os efeitos do caminho errado que foi seguido já se fazem presentes no dia a dia do cidadão, e não podemos deixar que, mais uma vez, os nossos Municípios, que já sofrem com falta de recursos, sejam penalizados com os cortes de verbas que estão por vir.

Temos a missão ainda maior de contribuir para que os nossos Municípios não parem, apesar da escassez de investimentos federais. Todos nós, que representamos os mais de 5 mil Municípios brasileiros, vamos buscar, com as nossas emendas, preencher essa lacuna e brigar para que as verbas cheguem a quem mais precisa delas.

Reitero, mais uma vez, o meu reconhecimento a todos. Estou Deputado Federal desde 1987. Participei de grandes discussões, inclusive da elaboração da nossa Constituição, e posso afirmar, sem exagero, que essa

votação foi histórica para a história do Parlamento e representa um marco para o trabalho legislativo e os interesses do cidadão brasileiro.

Aproveito este pronunciamento, nobres colegas, para parabenizar também a todos pela aprovação do projeto que simplifica as pesquisas no País. O Brasil é um país de grande biodiversidade, e o conhecimento acerca da nossa riqueza natural deve ser usado e compartilhado em prol do cidadão. Com a aprovação desse projeto, tenho certeza de que iremos driblar o entrave da burocracia para a pesquisa genética no Brasil. Como representante do setor agrícola, que também sou, vale destacar a importância da isenção de *royalties* para pesquisa agropecuária com soja, arroz, cana e outras *commodities*. É sabido que o setor agrícola tem garantido que a nossa combalida economia ainda consiga andar, e a pesquisa agropecuária é um item essencial para o aumento da produção, o aperfeiçoamento e a diminuição de custos, seja para o grande, seja para médio, seja para o pequeno produtor.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

VI – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está mantido o painel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para hoje, quarta-feira, dia 11 de fevereiro, às 14 horas.

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 58 minutos.)

Ata da 11ª Sessão da Câmara dos Deputados, Não Deliberativa de Debates, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 11 de fevereiro de 2015

Presidência dos Srs.: Carlos Manato, Rômulo Gouveia, Célio Silveira, Heuler Cruvinel, Zé Silva, Altineu Côrtes, Pompeo de Mattos, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 480 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, nobre Deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, por 1 minuto.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. sejam transcritos meus dois pronunciamentos nos órgãos de imprensa da Casa e divulgados no programa *A Voz do Brasil*

O primeiro tem o intuito de fazer uma breve avaliação acerca do último resultado do ENEM.

O segundo trata da Ordem dos Advogados do Brasil, que criou a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, com o objetivo de resgatar a história da população negra no Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa com o intuito de esclarecer e fazer uma breve avaliação acerca do último resultado do ENEM, divulgado em janeiro deste ano.

Uma pequena parcela da imprensa noticiou com destaque que mais de 500 mil alunos tiraram nota zero e que tal fenômeno decorre da suposta má qualidade das escolas públicas.

Quero fazer coro ao autor do artigo publicado no *site www.portalmetropole.com*, do Professor de Língua Portuguesa Cassiano Ricardo Haag, que, ao fazer uma reflexão a partir das normas estabelecidas e exigidas na elaboração da redação, ressaltou que *"tirar nota zero não é sinônimo de não saber escrever"*.

Semelhante ao que ocorre em outros exames de redação exigidos em diversos concursos públicos, o candidato, além do quesito gramatical e linguístico, é obrigado a cumprir um rol de normas e princípios determinados para a elaboração do tema.

Nesta linha de raciocínio, destaca-se que na redação se exigem requisitos preliminares, tais como não fugir do tema, escrever outro gênero textual ou texto insuficiente. Antes de avaliar o conteúdo, o examinador, certamente, de imediato e numa leitura preliminar, observará se o candidato não se desviou do tema, razão pela qual pode, sumariamente, atribuir-lhe a nota zero. Este tem sido um procedimento padrão presente em todos os concursos públicos.

O Professor Cassiano Ricardo Haag afirmou que a fuga ao tema foi a principal razão do meio milhão de zeros. Destacou ainda que o tema era *A publicidade infantil em questão no Brasil*. Portanto, não adiantaria fazer um excelente texto sobre trabalho infantil, pedofilia ou violência doméstica contra a criança. Por mais bem escrito que estivesse, a nota seria zero.

Outro fator determinante diz respeito ao critério denominado "texto insuficiente", ou seja, com menos de 8 linhas, conforme exigido pela norma institucional. E aí é importante que se diga a todos os brasileiros e a todas as brasileiras que desenvolver a habilidade de escrever e ler não é competência exclusiva da escola, seja pública ou particular. Conforme o art. 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Obviamente, está comprovado que o aluno que não tem o hábito de ler livros no âmbito familiar terá dificuldades para elaborar uma boa redação. Via de regra, o perfil do aluno que tira as boas notas no ENEM é aquele que tem o gosto pela leitura e faz da Internet o seu instrumento de agregação de conhecimento, sem se descuidar do seu legítimo direito ao descanso e aos bons bate-papos.

Também achei de grande magnitude explicativa o texto quando mencionou outro quesito da norma redacional do ENEM. Diz a norma que o candidato não deve destilar qualquer tipo de linguagem que venha ferir os princípios dos direitos humanos. Ou seja, a ideia da metodologia do ENEM não é apenas mensurar o conhecimento técnico, burocrático e escolar, mas forjar no candidato um aprendizado mais comprometido com o princípio do respeito à diversidade humana e com uma educação interdisciplinar.

Enfim, o texto explicativo e elucidativo do Professor Cassiano, bastante oportuno e didático, busca fazer uma reflexão mais profunda, que vai além da indução à ideia de que a nota zero obtida pelos 500 mil alunos não decorreu estritamente da insuficiência do ato de escrever gramaticalmente e da má qualidade da escola pública. Certamente, a própria temática, publicidade infantil, é uma razão, inclusive pela inquietude embutida na própria crítica feita por parte de alguns editoriais da mídia tradicional.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), provocada pela sociedade civil organizada, criou a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, com o objetivo de resgatar a história da população negra no Brasil, inclusive as atrocidades cometidas na época da escravatura, a fim de fazer sugestões de políticas públicas e ações afirmativas para construir a igualdade plena no País.

Inspirada na Comissão Nacional da Verdade, a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil será composta por membros da sociedade civil e terá prazo de 2 anos para concluir o seu trabalho. A expectativa é que um relatório parcial das atividades seja divulgado no final de 2015. Já o documento final está previsto para dezembro de 2016.

A posse da Comissão aconteceu na sexta-feira, dia 6 de fevereiro, com a presença de representações do movimento negro. A Ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, também esteve presente, demonstrando o compromisso com o resgate da memória desse período e com o restabelecimento da verdade.

Registro, na oportunidade, os membros da Comissão, que são: Humberto Adami Santos Júnior, Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, Eunice Aparecida de Jesus Prudente, Jorge Lopes de Farias, Jorge Luis Terra da Silva, José Vicente, Laura Taddei Alves Pereira Pinto Berquó, Marco Antonio Zito Alvarenga, Maria da Penha San-

tos Lopes Guimarães, Raimunda Luzia de Brito, Samuel Santana Vida, Sandra Cristina Machado, Silvio Luiz de Almeida, Vera Lucia Santana Araújo, André Ricardo Cruz Fontes, Antônio Gomes da Costa Neto, Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, Carlos Nobre Cruz, Cláudia Reina, Eduardo Araujo de Souza, Elisa Larkin, Elzimar Maria Domingues, Evandro Piza Duarte, Flavia Helena de Lima, Guaraci de Campos Vianna, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro, Helena do Socorro Campos da Rocha, Ivete Alves do Sacramento, João Jorge Santos Rodrigues, Jorge da Silva, José Antônio Ventura, Julio Cesar de Tavares, Marcelo Dias, Maria das Graças Santos, Neivaldo de Lima Virgilio, Nilson Bruno, Nívea Mônica da Silva, Noelia Castro de Sampaio e Wilson Prudente.

Sr. Presidente, a criação dessa Comissão tem a importante tarefa de promover o resgate histórico do período da escravidão no Brasil, buscando aferição das responsabilidades, como forma de reparação à população negra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos vendo nesta Casa uma tentativa de golpe contra o nosso Governo, contra a nossa PETROBRAS. Nós não podemos admitir isso. Com certeza, o PT vai lutar para que todas as ações sejam investigadas, doa a quem doer, custe o custar, porque nós queremos a verdade. E vai ter que ser desde o momento em que essa situação começou a existir no País.

É preciso combater a corrupção de todas as formas, inclusive a corrupção praticada em São Paulo e em outros governos. Acima de tudo, queremos a verdade.

O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rômulo Gouveia, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. PAULO FOLETTO (Bloco/PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a crise da PETROBRAS para o Brasil também tem reflexos no Espírito Santo. Mas a nossa crise hídrica – não é o ouro negro – está se refletindo na nossa agricultura com muita intensidade, assim como no Brasil inteiro: 70% da utilização da água é para a agricultura. No Espírito Santo, as perdas calculadas, Deputado Helder Salomão – capixaba que está aqui comigo –, já giram em torno de 1,5 bilhão a 2 bilhões de reais. É um impacto muito grande na produção de café. Trezentas mil famílias de agricultores familiares capixabas sobrevivem do café. A região está há 60 dias sem chuva, e a temperatura muito alta está queimando o café.

Então, nós precisamos ter racionalidade na utilização da água, e não só agora, durante a crise. Que ela sirva de novo parâmetro para que saibamos conviver com a falta da água.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto, por 1 minuto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero destacar que nós aprovamos agora há pouco um requerimento de urgência para a votação neste plenário da alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao Projeto de Lei nº 5.502, de 2013, do Senado, foi apensado um projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 7.099, de 2014, que torna crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a crianças e adolescentes.

Nós sabemos, Sr. Presidente, da importância desta matéria. Precisamos ampliar as punições para quem comete esse tipo de crime, uma vez que a bebida alcoólica é a porta de entrada para outras drogas.

Eu tive a oportunidade nesta Casa de trabalhar na Comissão Especial, junto com o Deputado Vanderlei Macris e outros colegas, e realmente espero que este projeto venha para o plenário, uma vez que foi iniciativa do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude – CIJ, ao qual quero agradecer a participação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Com a palavra o Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado e Governador Rômulo Gouveia, Sras. e Srs. Parlamentares, como trabalho na área da segurança pública, não posso deixar de fazer menção à PEC 308, que cria a Polícia Penal.

O Brasil vive uma séria crise no sistema prisional. É preciso rever todo esse sistema: um sistema falido, um sistema pior do que o do Brasil Colônia. Nos tempos do Brasil Colônia, nós tínhamos prisões mais adequadas para a ressocialização e, às vezes, até a socialização do preso.

Nós precisamos de uma polícia qualificada, de uma polícia com autoridade; precisamos não apenas de agentes penitenciários, mas de agentes penitenciários que tenham autoridade policial. E nós teremos isso por meio da PEC 308, que cria a Polícia Penal brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Marcon. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem esta Câmara instalou a Comissão Especial que vai tratar da reforma política. Pelo que pudemos perceber, com toda franqueza, não tenho nenhuma expectativa de que possa haver mudanças com essa Comissão Especial.

O DEM e o PMDB nunca quiseram enfrentar um debate com a comunidade. Com certeza, o documento da OAB, da CNBB, da UNE e das 72 entidades não virá ao debate. Então, a minha expectativa é muito negativa em relação a essa Comissão Especial.

Gostaria, Sr. Presidente, que meu discurso fosse divulgado na mídia interna e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem a Comissão Especial para discutir a reforma política foi instalada na Câmara dos Deputados. Até ai tudo bem. O que há de novo? A Comissão será presidida pelo Deputado Rodrigo Maia, do DEM do Rio de Janeiro e o Relator será o Deputado Marcelo Castro, do PMDB do Piauí.

Ocorre que ambos, DEM e PMDB, já se posicionaram favoravelmente à continuidade de doações de empresas privadas para campanhas eleitorais. Então, infelizmente, eu sou obrigado a perguntar: o que vai mudar no sistema político se o financiamento privado continuar nas eleições? Sinto dizer em nada!

Está provado por todos os acontecimentos envolvendo a PETROBRAS que a iniciativa privada continuará usando o poder econômico para ter beneficio acima de agentes públicos e políticos e partidos políticos. Esse mal, enraizado na administração pública, precisa ser banido. E só começará a ser varrido pela sociedade quando aprovarmos o exclusivo financiamento público das campanhas eleitorais.

Essa é a posição do meu partido, o Partido dos Trabalhadores. Essa, com certeza, é a proposta mais justa ao processo eleitoral para acabar com a discrepância de campanhas milionárias, das quais quase 100% são exitosas, e travar as relações obscuras que se dão após as eleições, nas quais os doadores vão cobrar a conta. E essa conta tem sido alta para o povo brasileiro.

Esperamos que essa Comissão que hoje se instala não seja apenas para inglês ver e que não acabe regulamentado algo ainda pior para o sistema democrático. Fiquemos atentos!

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar desta tribuna discurso que faço sobre o carnaval, que começa amanhã em Salvador. É um evento importante do ponto de vista da cultura e da alegria do nosso povo, mas também do ponto de vista do trabalho para milhares de pessoas e do investimento no Estado.

O discurso que eu faço relata justamente o investimento do Governo do Estado e do Governo Federal para promover o carnaval. Temos a tranquilidade e a expectativa de um carnaval com muita paz e com muita alegria para todos os que vão a Salvador participar dessa festa.

Sem dúvida nenhuma, é a maior festa, é o maior carnaval do País!

Por isso, quero parabenizar o Governador pela determinação de priorizar o evento do ponto de vista de investimento, de estrutura militar, da Polícia Civil, que ficarão à disposição no carnaval no próximo período.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos nos aproximando de um dos maiores e melhores períodos festivos do nosso calendário: o carnaval. Na Bahia, cuja festa é conhecida de todos, a cultura do nosso Estado será valorizada nos seus mais diversos aspectos com forte apoio do Governo do Estado.

Na última segunda-feira, o Governador Rui Costa anunciou o investimento de mais de R$ 87 milhões. São verbas do Estado e do Governo Federal, que assegurarão um efetivo esquema de segurança e um conjunto de serviços públicos para a população e para os turistas.

Estamos esperando cerca de 520 mil turistas para o período momesco. Teremos mais de 250 profissionais que orientarão os visitantes para que sintam a nossa hospitalidade e o nosso cuidado em Salvador, Porto Seguro ou na Praia do Forte, destinos mais procurados.

O atendimento poderá ser feito em até 12 idiomas, inclusive em mandarim e na Língua Brasileira de Sinais. Em Salvador, os profissionais estarão localizados nos circuitos do Carnaval, nos pontos turísticos, nos principais hotéis estabelecidos no entorno da folia, além do aeroporto, rodoviária e Porto de Salvador.

Segundo os dados apresentados, o Estado da Bahia vai assegurar, com a destinação de R$75 milhões, a segurança necessária. Teremos 350 câmeras para o monitoramento das ruas e reforço da Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros. Um conjunto de 23 mil profissionais destacados, e um investimento de R$37,3 milhões.

Os patrocínios da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e PETROBRAS vão render R$12,9 milhões aos artistas e entidades promotoras dessa grande festa. Para quem vai brincar na pipoca, artistas como Bell Marques, Baby do Brasil, Margareth Menezes, Timbalada, Léo Santana, É o Tchan, Ju Moraes, Ninha, Mariene de Castro, Alexandre Peixe, Ricardo Chaves, Parangolé, entre outros, estão garantidos pelo Governo do Estado nos circuitos Dodô e Osmar e no Pelourinho, em Salvador. Aliás, no Centro Histórico do Pelourinho, o projeto Carnaval Ouro Negro, organizado pela Secretaria da Cultura, está apoiando 93 entidades carnavalescas. Já Maragogipe, Madre de Deus, Porto Seguro, Rio de Contas, Paramirim e Vera Cruz terão o apoio da BAHIATURSA, que investirá cerca de R$14 milhões.

A festa também está amparada por ações sociais, fundamentais para o bem-estar da população. Serão investidos R$705 mil para coibir práticas de racismo e violência sexual e trabalho infanto-juvenil. A campanha *Fique de Olho, Denuncie a Exploração Sexual e o Trabalho Infantil* estará a postos em toda a cidade. O Governador manterá o Espaço de Convivência Temporária, no Matatu de Brotas, que receberá crianças e adolescentes em situação de risco e violação de direito, sempre das 8 horas às 2 horas da madrugada, da próxima quinta até a terça-feira de carnaval.

Os catadores de materiais recicláveis também estão incluídos no conjunto dos projetos para o carnaval. Cerca de 1.500 catadores receberão um *kit* – calça, camisa, botas, luvas de PVC, protetores auriculares e alimentação –, além de assessoria técnica e transporte do material coletado, que ficará armazenado nas sete centrais montadas no Politeama, Barra, Ondina, Largo Dois de Julho e Ladeira da Montanha. O investimento, somado no valor de R$755 mil, faz parte do projeto Pró-Catador: O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente.

A estrutura já está mais do que pronta para esse grande momento. Parabenizo o Governo do Estado por tratar esse momento da cultura de forma séria e bastante eficiente. Que tenhamos um grande carnaval, não só na Bahia, mas em todo o Brasil!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (Bloco/PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, o meu pronunciamento, para o qual solicito divulgação no programa *A Voz do Brasil,* trata da solicitação de urgência na Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, para a liberação de milho à nossa população nordestina.

Mais uma vez, há o descaso do Governo, do Ministério da Agricultura, da CONAB em relação à liberação de milho, para o pequeno produtor, para a avicultura, cujo setor está desabastecido, o que gera um grande mal-estar nas comunidades devido ao não fornecimento, à burocratização desse abastecimento de milho à população agrícola do nosso Nordeste.

A Presidente Dilma Rousseff não pode dar as costas, como está fazendo, para o povo nordestino. Maior prejuízo ainda é do agricultor, daquele que tem seu rebanho, as suas aves, pois estão sem milho para garantir a reprodução e ter a sua renda.

Então, este nosso pronunciamento é justamente para cobrar da Ministra Kátia Abreu a liberação urgente de milho para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Rômulo Gouveia, o que o Brasil e nós, da Oposição, desejamos hoje é reestatizar a PETROBRAS, que foi tomada por incompetentes e corruptos, que transformaram uma das maiores empresas do mundo em sucata.

As ações movidas em outros países contra a PETROBRAS a levarão a uma situação de caos. É preciso mobilização! É preciso fazer a higienização da PETROBRAS, entregá-la novamente às mãos do Estado brasileiro e não desses malandros incompetentes que dela tomaram conta e a transformaram em sucata.

A PETROBRAS é nossa! A PETROBRAS é dos brasileiros! O monopólio do petróleo é uma conquista do povo brasileiro! O PT destruiu tudo isso. A Presidenta Dilma também. Como Presidenta do Conselho, tem que ser responsabilizada, sim, com o *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ARNALDO JORDY (Bloco/PPS-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aqui fazer um breve registro, congratulando e parabenizando o Ministro Juca Ferreira pela entrevista, no último final de semana, no jornal *O Globo*, em que ele propõe a valorização do projeto em tramitação no Congresso que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA, que agora está no Senado Federa, e a revisão da Lei Rouanet. A Lei Rouanet, hoje, é o principal investimento direto na cultura brasileira, mas há uma distorção brutal.

Para V.Exas. terem ideia, em 2013, a Lei Rouanet captou 1,2 bilhão de reais, e 67% desses recursos foram destinados a dois Estados da Federação: Rio de Janeiro e São Paulo. Acho que eles são os dois Estados mais vibrantes, do ponto de vista da atividade cultural, no mercado cultural.

Mas para se ter uma ideia, Deputado Edmilson Rodrigues, desse valor de 1,2 bilhão de reais, os setes Estados da Amazônia, isto é, a Amazônia toda, recebeu apenas 0,4%, menos de 0,5%.

Parabenizo o Ministro Juca Ferreira pela iniciativa, que propõe rever e equilibrar melhor a destinação dos recursos no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a assunção de Juca Ferreira no Ministério da Cultura neste início de ano pode dar um novo rumo às discussões da distribuição do apoio e do fomento cultural no País, algo que atualmente foge completamente da realidade da cena nacional.

Juca Ferreira afirmou em entrevista aos jornais que tem intenção de aprimorar as ferramentas institucionais de fomento, como a Lei Rouanet, que reflete o *apartheid* cultural brasileiro.

Dou como exemplo para o abismo criado pela Lei Rouanet o ano de 2011, que, com orçamento de 1,2 bilhão de reais, destinou 67% destes recursos para o Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto todos os Estados do Norte juntos receberam apenas 0,4% do valor. Os Estados da Região sequer conseguem se habilitar nos editais, seja pela falta de capacitação profissional dos técnicos, seja pelas especificidades das propostas, ou até mesmo, quando se consegue submeter projetos, são em um número bastante reduzido, comparativamente às outras Regiões. Sem que os promotores da cultura nacional tenham em conta o custo amazônico, os Estados do Norte continuarão discriminados e terão seus projetos inviabilizados.

De acordo com Juca Oliveira, há uma quantidade astronômica de propostas submetidas todos os anos para receberem aval para captar o benefício. Apenas 20% dessas propostas conseguem autorização, e concentradas em apenas dois Estados; 80% do total renunciado vão para os Estados do Rio e de São Paulo; 60%, para duas cidades, as capitais destes Estados, e são sempre os mesmos proponentes que recebem: os que dão retorno de imagem às grandes empresas.

Portanto, é louvável a intenção do Ministro reempossado de corrigir a perversidade do financiamento das atividades culturais, para que as verbas sejam distribuídas e usadas por todas as regiões do País, e não só por uma pequena parcela.

Apoiamos a revisão e a melhoria da Lei Rouanet, bem como de todas as demais e dos projetos que promovam a divisão democrática do fomento da cultura, tão rica em todas as regiões e, ao mesmo tempo, tão sem apoio, sobrevivendo à míngua e por abnegação e amor de poucos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Marroni, PT, Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. FERNANDO MARRONI (Bloco/PT-RS – Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu também queria fazer alusão ao tema da CPI da PETROBRAS. Três CPIs da PETROBRAS já se instalaram neste Congresso Nacional. Uma com a denúncia de que um Líder recebeu 10 milhões de reais para engavetar a CPI, algo que está sendo investigado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, a fim de se fazer o ajuizamento.

Por que a maioria do Congresso Nacional quer fazer essa CPI? Porque quer fazer política contra a PETROBRAS. Não é verdade o que foi dito aqui bem há pouco tempo. O PT recuperou a PETROBRAS. O Governo de coalizão, que governa este País por 12 anos, recuperou a PETROBRAS, descobriu o pré-sal, mudou o marco regulatório.

Quando Getúlio Vargas pretendia criar a PETROBRAS, os entreguistas diziam que não havia petróleo no Brasil, e isso é o que querem repetir, mas não conseguirão.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero, neste pronunciamento, denunciar as condições de trabalho dos conselheiros tutelares brasileiros e me solidarizar com todos os conselheiros tutelares do Brasil, em decorrência da chacina ocorrida em Pernambuco, na cidade de Poção, onde três conselheiros tutelares que estavam atendendo pessoas da comunidade, especialmente uma criança vítima de violência, foram barbaramente assassinados.

Sr. Presidente, os conselheiros tutelares no Brasil, que praticamente estão em todos os Municípios brasileiros, merecem de nossa parte, dos Municípios que têm a responsabilidade mais direta, mas também dos Estados e da União, o apoio necessário para que tenham condições de trabalho e apoio no atendimento às crianças vítimas de violência.

Por isso, Sr. Presidente, estou, com a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente, atuando para dar apoio integral aos conselheiros tutelares do Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Jose Stédile. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. JOSE STÉDILE (Bloco/PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, apesar dos investimentos, dos esforços na área da educação, ainda são lamentáveis e tristes os dados do analfabetismo.

Quero falar do analfabeto funcional. Dois terços da população brasileira leem, mas não entendem o que estão lendo. Não há como um país progredir, desenvolver-se com dois terços da sua população que não entendem o que leem.

Por isso, estamos lançando novamente a Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e das Bibliotecas, para o fortalecimento da educação, para diminuir esses dados catastróficos para a Nação e fazer com que, de fato, o povo brasileiro utilize suas bibliotecas, leia mais, valorize a leitura.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Mauro Lopes.

O SR. MAURO LOPES (Bloco/PMDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar meu voto, juntamente com a bancada, se ainda houver tempo. Eu estava ausente, em audiência fora da Câmara, e queria que ficasse registrado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Consulto se V.Exa. registrou a presença no início da sessão.

O SR. MAURO LOPES – Registrei.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Então, está válido. A Presidência considerou o voto de todos aqueles que registraram a presença e considerou o voto de V.Exa.

O SR. MAURO LOPES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio Gomes, do PDT de São Paulo. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. MAJOR OLIMPIO GOMES (PDT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que a expectativa é bastante positiva em relação às ações da Presidência e da Direção desta Casa, haja vista que na última reunião do Colégio de Líderes apresentei, através do meu Líder, o Deputado André Figueiredo, do PDT, uma proposta de criação de uma Comissão Especial para discutir a reforma da segurança pública. Essa proposta foi acolhida de imediato pelo Presidente da Casa e pelos demais Líderes e hoje já foi publicada.

Vejo isso como uma vontade manifesta desta Casa de evoluir de forma significativa para dar uma resposta à sociedade brasileira sobre o modelo de polícia, a estrutura de polícia, a estrutura que nós temos para a proteção do cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Com a palavra o Deputado Vitor Valim. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu venho aqui repudiar o estelionato eleitoral que foi feito no meu Estado pelo Ex-Presidente Lula e pela atual Presidenta Dilma. Mais de 70% da população do Estado do Ceará acreditou na promessa da Presidenta Dilma de que a Refinaria Premium II seria implantada no Ceará. Mas, infelizmente, ficou apenas nas promessas eleitorais. Com a implantação dessa refinaria, iria triplicar PIB do meu Estado e seriam gerados mais de 90 mil empregos diretos. Infelizmente, a população do Ceará acreditou, mas a refinaria não veio para o nosso Estado.

Eu não posso me calar. Estava conversando sobre esse estelionato com outros companheiros da bancada do Maranhão, Estado que também saiu prejudicado.

Para vocês que me assistem e que me escutam terem uma noção, o Estado do Ceará gastou mais de 70 milhões de reais em infraestrutura, para a vinda de uma refinaria, e agora vem o novo Presidente da PETROBRAS – a Graça Foster, a sem graça, já saiu da Presidência da PETROBRAS – dizer que não tem estudo técnico. Então, a Presidenta Dilma sabia disso? Ela foi ao meu Estado, disse que a refinaria seria implantada no Ceará, e agora vem dizer que não tem estudo técnico!

Queria aqui registrar a minha indignação e a de toda a bancada do Ceará.

Muito obrigado, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Tem a palavra o Deputado Ivan Valente. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dar como lido o nosso pronunciamento. Cresce o descontentamento popular. A popularidade da Presidenta Dilma e do Governador Alckmin encontra-se em queda livre. Nós analisamos a última pesquisa do Datafolha. Governantes, que prometem uma coisa na campanha e, depois, fazem outra, têm esse resultado, inclusive, no caso do Governo Federal, o aumento da rejeição trará mais dificuldades para aprovar medidas impopulares aqui no Congresso, considerando o preço da fidelidade da base aliada, como sabemos muito bem, de modo inversamente proporcional à queda de popularidade do Governo.

Nós queremos também registrar a queda dos partidos políticos e a negação da representação popular.

Nós apostamos nas manifestações de ruas, Sr. Presidente. Apostamos que o povo vai dar uma resposta. Para isso, nós temos que combater essa reforma política, que está vindo para cá, e acabar com o financiamento privado de campanha, raiz da corrupção no nosso País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a popularidade da Presidente Dilma e do Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, sofreram uma forte queda, segundo os dados da última pesquisa do Datafolha, o que reflete o maior descontentamento popular com a quebra das promessas de campanha de ambos os governantes.

No caso da Dilma, pesam sobre seu governo as sucessivas notícias de corrupção na PETROBRAS e a decepção com a guinada conservadora contida no pacote de maldades anunciado pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, com cortes de direitos trabalhistas e sociais. No caso de Alckmin, há uma maior percepção por parte dos cidadãos de São Paulo de que o Governador escondeu a verdade na campanha eleitoral, ao afirmar repetidas vezes que a crise d'água estaria *"sob controle"* e *"sem risco"* de racionamento.

Em relação à Presidente Dilma, a queda foi mais forte, atingindo o patamar de 44% de rejeição (ruim e péssimo), quando em dezembro do ano passado este índice estava em 24%. Segundo os dados da pesquisa, neste período, 42% consideravam seu governo ótimo/bom – índice que hoje é de apenas 23% da população. Já no caso de Alckmin, a queda foi de 10 pontos percentuais em ótimo/bom, caindo de 48% para 38% de outubro de 2014 para cá, atingindo o mesmo nível de reprovação atingido nos protestos de junho de 2013.

O aumento da rejeição ao Governo Dilma lhe trará ainda mais dificuldades para a aprovação das medidas impopulares no Congresso, considerando que o preço da fidelidade da base aliada cresce de modo inversamente proporcional à queda da popularidade do Governo. Além, é claro, dos riscos de que tais medidas aumentem ainda mais o descontentamento da população com o Governo, tendo em vista seus efeitos recessivos e os impactos negativos que terão sobre o emprego e a renda.

Resta-nos saber se o Governo Dilma está disposto a pagar esse alto preço, apostando numa hipotética recuperação da economia no médio prazo e no desgaste de certas lideranças parlamentares que hoje lhe fazem oposição, mas que amanhã podem ter seu prestígio abalado por denúncias da Operação Lava-Jato. Este parece ser o plano, ou melhor, o desejo, do Governo, que continua acuado pelas pressões do mercado, enquanto assiste passivamente a perda de seu principal patrimônio, o apoio popular. Tudo isso enquanto setores da mídia e da própria base aliada conspiram pelo *impeachment*.

Por outro lado, o desgaste do Governador Geraldo Alckmin tende a se agravar ainda mais, tendo em vista que a tendência é de que a crise de abastecimento se agrave nos próximos meses. Isso resultaria num profundo desgaste político dos dois partidos que polarizaram a última disputa presidencial (PT e PSDB), abrindo espaço para novas alternativas, pela direita ou pela esquerda, cenário cujo desfecho dependerá da evolução da própria crise e do grau de mobilização social.

Até agora, as ruas ainda não voltaram a se manifestar, e por trás disso talvez esteja contido um grande pessimismo com as alternativas partidárias mais visíveis que aí estão. Tal comportamento pode ser percebido, por exemplo, no item da mesma pesquisa do Datafolha que trata da preferência partidária do eleitorado brasileiro hoje. Nela, 71% dos brasileiros afirmam não ter nenhuma preferência partidária.

A tremenda queda de simpatia do eleitorado pelo PT, de 29%, em março de 2013, para os atuais 12%, não resultou no aumento da simpatia pelos partidos tradicionais, como o PSDB e o PMDB, que continuam es-

tacionados próximos de sua margem histórica de 5% cada, enquanto os chamados "outros" partidos sofreram uma queda de 10% para 4% no mesmo período.

Diante deste cenário, nosso partido, o PSOL, continuará insistindo na necessidade de uma profunda reforma política, que acabe com o financiamento privado de campanha e aumente os espaços de participação e controle por parte da população. Além de continuarmos lutando contra as medidas econômicas de ataque aos direitos dos trabalhadores e da maioria do povo, combateremos banqueiros e especuladores que continuam intocáveis, ganhando bilhões de rentabilidade à custa do corte do orçamento público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, para mim, é um dia especial no meu mandato. Passamos, muitas vezes, um mandato nesta Casa sem conseguir o êxito de ver um projeto aprovado no plenário. São projetos que passam por Comissões e acabam, durante o mandato, não vindo a plenário.

Na manhã de hoje, na votação da Lei dos Caminhoneiros, eu tive a felicidade de ver este Plenário aprovar o fim da cobrança dos eixos suspensos nos pedágios do Brasil, algo importante para os caminhoneiros de todo o Brasil.

O artigo foi aprovado nesta Casa, retirado no Senado, e, na manhã de hoje, por decisão da maioria absoluta dos Parlamentares, foi mantido e vai à sanção presidencial.

Aqui peço à Presidenta Dilma que cumpra com o seu dever de dar aos caminhoneiros esse direito reconhecido de não pagar o eixo suspenso. Eles pagam pelo que não usam. O eixo que não toca o solo, hoje, numa carga vazia, paga o pedágio, e, graças a esta Casa, não pagará mais.

Quero agradecer a todos os pares e à Frente Parlamentar da Agropecuária, que esteve conosco na defesa de um direito dos caminhoneiros. Conseguimos uma importante vitória.

Sou de Ponta Grossa, cidade no Paraná conhecida como a capital nacional dos caminhoneiros. Tenho certeza de que, no dia de hoje, caminhoneiros em todo o Brasil celebram essa importante conquista, a aprovação dessa lei, que já estava em tramitação nesta Casa há muitos anos e que agora vai à sanção presidencial. Participei do grupo que elaborou essa legislação.

Com isso, caminhoneiros de todo o Brasil, quando um caminhão estiver vazio, o veículo não deverá pagar pelos eixos que estiverem erguidos.

Essa foi a decisão soberana desta Casa, com aprovação do meu partido, o PPS, ao qual eu quero agradecer pela indicação para a Comissão Geral que tratou da matéria e pela confiança de me dar a responsabilidade de tratar de assunto tão importante.

Quero agradecer a todos os pares e aos partidos que encaminharam seu voto "sim", que reconheceram o direito dos profissionais que trabalham na direção de caminhão de não pagarem, porque já pagam muito. Com certeza, nós demos hoje um importante passo para esse segmento.

Vivam os caminhoneiros do Brasil!

Eu me sinto honrado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Sr. Marcus Vicente.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Marcus Vicente, do Espírito Santo, na votação nominal, acompanhou o voto do Partido Progressista.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Deputado Marcus Vicente, só para informar a V.Exa. e aos demais Deputados: a Presidência deliberou que, para aqueles que registraram presença no início da sessão, fica consolidado o voto. Então, V.Exa. e os demais Deputados podem ficar tranquilos porque está consolidado o voto. Essa foi uma decisão da Presidência da Casa.

O SR. MARCUS VICENTE – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que dê como lido e, se possível, autorize a publicação nos meios de comunicação da Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*, pronunciamento em que informo que, há 3 dias, os xipaias, jurunas e araras de oito aldeias da região do Xingu impedem o acesso, na Transamazônica, ao Sítio Pimental. Na verdade, fala-se aqui do canteiro de obras de Belo Monte, em que 30 bilhões de reais em recursos públicos foram investidos.

Eu quero concluir apenas citando a fala dos indígenas:

"A gente vê a obra andando, moramos aqui do lado, e as coisas para a gente não andam. Não temos um posto de saúde, não temos uma escola, não temos banheiro. Sempre fazemos a manifestação repetindo isso" – disse Giliard Juruna, em entrevista de ontem ao portal G1.

Realmente, é necessário este Poder ser solidário com os índios e o Governo Federal assumir as suas responsabilidades.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o terceiro dia em que índios Xipaia, Juruna e Arara de oito aldeias da região do Xingu, no sudoeste do Pará, bloqueiam o acesso ao Sítio Pimental, um dos canteiros da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Eles reivindicam o cumprimento de medidas socioambientais, sistematicamente ignoradas pelo Consórcio Norte Energia, com a anuência reiterada do Governo Federal. Ônibus e caminhões são usados para impedir o acesso ao canteiro de obras.

Os indígenas cobram a construção de casas em alvenaria, escolas, postos de saúde e banheiros e a conclusão das obras de saneamento nas aldeias. Os líderes alegam que a Norte Energia não está cumprindo as ações previstas no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena, o que é de conhecimento público, com reiteradas manifestações do Ministério Público Federal – MPF, que por incontáveis vezes acionou a Justiça Federal em defesa dos direitos dos povos indígenas e das populações ribeirinhas.

Vejam bem, após o IBAMA aprovar uma licença provisória sem previsão na legislação brasileira, nem as condicionantes foram atendidas. Uma obra de mais de US$ 30 bilhões, que não conseguem viabilizar sequer banheiros aos indígenas? Isso é uma vergonha!

Já é a quarta vez que o grupo ocupa a estrada nos últimos 2 anos. Os líderes do movimento afirmam que só aceitam negociar com representantes da empresa Norte Energia, da FUNAI e do Governo Federal que possam solucionar as questões apresentadas. É vergonhosa a imposição de Belo Monte a que são submetidos os brasileiros, sobretudo a população indígena e ribeirinha, que teve negado o direito de participar de consultas prévias, públicas e bem informadas, como determina a Convenção nº 169 da OIT, que não sabe se sobreviverá à seca de trecho do Rio Xingu, onde vive da pesca e da caça, e que não sabe se será expulsa de suas casas, de suas terras no trecho que será alagado com a barragem da usina.

Os índios do Xingu estão sofrendo.

"A gente vê a obra andando, moramos aqui do lado, e as coisas para a gente não andam. Não temos um posto de saúde, não temos uma escola, não temos banheiro. Sempre fazemos a manifestação repetindo isso", disse Giliard Juruna, em entrevista ao G1, ontem (terça-feira, 10/02/15).

O Governo Federal ignora os índios do Xingu, como ignorou a lei e as pesquisas de viabilidade econômica e socioambiental dessa usina. O *site* do Ministério Público Federal destaca: não houve consulta prévia aos índios; houve audiência pública em apenas 3 dos 11 Municípios que serão afetados pela obra; o Estudo de Impactos Ambientais foi realizado pelas empresas construtoras sem licitação e entregue incompleto ao IBAMA; o aproveitamento hídrico em terras indígenas não está regulamentado em lei; não há estudos sobre as áreas residenciais que serão alagadas e nem quantas pessoas terão que ser retiradas ou realocadas; foi ignorada pesquisa da UNICAMP, de 2005, a qual afirma que a geração de energia chegará ao máximo de um terço do que propaga o Governo e que o rio ficará seco a maior parte do ano.

Enquanto o Governo pressiona a população do Xingu a gerar energia a qualquer custo para atender à gana do grande capital, a estimativa de atração de 100 mil imigrantes àquela região já foi atingida. E com esse aumento populacional, toda a gama de mazelas, como o déficit habitacional, a especulação imobiliária, o desemprego, a infraestrutura aquém do necessário nas áreas de saúde e de educação e, sobretudo, a escalada crescente e sem freio da violência.

É chegada a hora de reagir. O que os índios estão cobrando não é nenhum favor do Estado brasileiro. Aliás, é muito pouco. Toda a solidariedade aos índios do Xingu, que bravamente lutam por buscando garantir a sobrevivência de suas famílias e de sua cultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Deputado Wherles Rocha, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. WHERLES ROCHA (Bloco/PSDB-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aqui registrar mais um calote em desfavor da Presidente Dilma Rousseff, dentre os tantos que já foram registrados nesta Casa. Falo dos alunos do FIES.

Recebi diversas ligações do meu Estado, o Acre, a respeito de que alunos que têm 100% do FIES, hoje, quando vão fazer as suas matrículas, estão tendo desconto, ou seja, estão perdendo 50%. Esse é mais um calote que foi aplicado, desta vez neste que seria, segundo a mensagem da Presidente da República, o ano da educação.

Eu queria me solidarizar com os alunos do FIES do meu Brasil, que foram enganados pela Presidente da República, assim como tantos outros que aqui na Casa, desta tribuna, já se registraram.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Deputado Valmir Prascidelli, do PT de São Paulo. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa do pronunciamento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, maior líder político e social que este País já teve, acerca dos 35 anos do Partido dos Trabalhadores, completados ontem.

O Partido dos Trabalhadores ajudou, com as demais forças políticas deste País, a construir um processo democrático; governa este País nos últimos 12 anos, também com outras forças políticas, e tem feito deste Brasil um País melhor para todos os brasileiros; olha para o futuro e quer, nesta Casa de Leis, debater as conquistas de que o povo brasileiro precisa, para que possamos proporcionar uma vida mais digna a todos os brasileiros.

É nesse sentido que o PT comemora os seus 35 anos, chamando esta Casa de Leis, todos os Deputados, todas as forças sociais deste País para debater, sim, as graves questões nacionais, mas com a perspectiva de construção do nosso futuro, do futuro dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Companheiros e companheiras,

No dia 10 de fevereiro de 1980, algumas centenas de brasileiros e de brasileiras começaram a escrever uma das mais belas páginas da história política do nosso País.

Naquele dia, companheiros vindos de todas as regiões, trabalhadores da cidade e do campo, intelectuais, estudantes, religiosos, militantes de esquerda, militantes sociais, nos reunimos para debater e aprovar o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores.

Era um tempo em que lutávamos por democracia, enfrentando uma repressão que recaía de forma especialmente dura sobre os trabalhadores e nossos aliados. Um tempo em que estávamos conquistando, na prática e no aprendizado das lutas cotidianas, o direito de livre organização sindical e política da classe trabalhadora.

Nesse ambiente de lutas, com os pés firmes no chão e grandes sonhos na cabeça, nasceu o PT.

Quero recordar as primeiras palavras do nosso Manifesto de 1980:

> "O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la.
> A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. (...)
> As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. (...)
> O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados."

É importante recordar essas palavras, 35 anos e muitas lutas depois, para fixar duas características essenciais do nosso partido:

O PT nasceu para mudar.

O PT nasceu para ser diferente.

É isso que explica a nossa trajetória desde a fundação, por um punhado de idealistas comprometidos com as causas populares, até os dias de hoje, quando estamos governando este País que se tornou uma das maiores democracias e uma das maiores economias do mundo.

Quantos partidos políticos chegaram aos 35 anos de existência com uma história de lutas e conquistas tão rica como a do Partido dos Trabalhadores?

E quantos partidos no Brasil, tendo conquistado o Governo, conseguiram transformar de maneira tão intensa a realidade social, econômica e política em nosso País? Certamente, nenhum como o PT.

Podemos falar com muito orgulho do nosso partido, porque fizemos e continuamos fazendo história neste País.

Companheiros e companheiras,

É muito comum hoje em dia as pessoas falarem em "nova política", como se estivessem anunciando a invenção da roda.

Por isso, quero lembrar outra passagem do nosso Manifesto de fundação:

> "O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia a dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias."

Quem foi capaz de construir um partido de baixo para cima, organizando núcleos nas fábricas, nos bairros e nas escolas, sabe muito bem o que foi fazer uma nova política nesse País.

Desde a primeira prefeitura que elegemos, o PT introduziu uma nova forma de governar, com a participação direta da população nas decisões.

O PT criou o orçamento participativo e abriu novos caminhos para a Democracia, por meio dos conselhos e das conferências para debater e efetivar políticas públicas.

A sociedade apropriou-se dessas práticas, aprendeu e cresceu com elas, qualificando sua relação com o poder público em todos os níveis.

Nova política foi combinar a atuação dos nossos deputados e vereadores com a presença nas ruas, nas greves e nas lutas populares.

O PT participou da organização de movimentos sociais autônomos, que dinamizaram a democracia e o processo político em nosso País.

Estivemos na linha de frente do movimento pelas Diretas Já e pela plena redemocratização do País. Levamos à Assembleia Constituinte as propostas mais avançadas do campo popular e democrático.

Elegemos prefeitos em grandes cidades, elegemos governadores, aprendemos a construir alianças, ampliando o diálogo com os diversos setores da sociedade.

Disputamos três eleições presidenciais antes de alcançar a primeira vitória, acumulando ensinamentos e ampliando nossa articulação social em cada processo eleitoral.

Foi a prática coerente dessa nova política, nas instituições e nas ruas, que consolidou o caminho para a vitória eleitoral de 2002, quando o País escolheu o PT para liderar as mudanças.

Nova política foi acabar com a fome neste País.

Foi garantir uma renda básica, um patamar de dignidade e cidadania para cada brasileiro, por meio do Bolsa Família e do Brasil Sem Miséria.

Estes poucos, mas significativos, exemplos honram a memória daqueles que viram na criação do PT a oportunidade histórica do povo brasileiro para tomar o destino em suas mãos.

Companheiros da qualidade de Sérgio Buarque de Holanda, Apolônio de Carvalho, Mário Pedrosa, Lélia Abramo, Henfil, Helena Grecco, Luiz Gushiken, Marcelo Déda e tantos outros que sonharam conosco desde o início da jornada.

O PT é motivo de orgulho para cada militante, das primeiras e das novas gerações.

Cada um de nós pode andar de cabeça erguida e afirmar: nós contribuímos para mudar este País.

Participamos diretamente da maior transformação política, social e econômica da história do Brasil.

Caminhamos junto com o povo brasileiro para uma nova era de desenvolvimento e inclusão social.

A história do PT é nosso maior patrimônio, e essa história ninguém pode nos tirar.

Companheiros e companheiras,

Há pouco mais de 12 anos o PT começou a enfrentar seu maior desafio – que era também seu destino de partido nascido para mudar.

Governar o Brasil, com as complexidades de um País historicamente marcado pela desigualdade, foi a missão que a sociedade nos confiou, em um voto carregado de esperança.

A direção a seguir estava apontada, mais uma vez, em nosso Manifesto fundador, onde ele diz:

> "O PT pretende chegar ao Governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social."

Seguimos essa orientação desde o primeiro dia de Governo. Houve medidas duras, para corrigir os muitos problemas que herdamos. Houve medidas amargas, quando foi necessário para garantir os avanços. Foi preciso reavaliar expectativas para lidar corretamente com a realidade do País e as responsabilidades de Governo.

Mas nunca deixou de haver diálogo democrático com todos os setores. Nunca um Governo se abriu tanto às propostas e reivindicações da sociedade.

E nunca – jamais – traímos o compromisso com as camadas mais amplas da população, as que sempre foram relegadas no curso da história.

Nesses 12 anos o povo brasileiro participou conosco do mais amplo processo de inclusão social desse País, no mais duradouro período de crescimento econômico com estabilidade.

Nós temos de nos orgulhar de um Governo que tirou 36 milhões de pessoas da extrema pobreza, que criou mais de 21 milhões de empregos com carteira assinada, que conseguiu incluir mais de 40 milhões na classe média.

Temos de nos orgulhar de um Governo em que o salário mínimo cresceu 74% em termos reais, em que a renda das famílias mais pobres cresceu mais de 60%.

De um Governo que herdou um desemprego de 12,5% e reduziu esse índice a 4,8% em 2014, o menor desemprego de todos os tempos.

Temos de nos orgulhar de um Governo em que o País dobrou a produção agrícola, garantiu comida farta na mesa do trabalhador e tornou-se um dos maiores exportadores mundiais de alimentos.

Um Governo que abriu as portas da universidade para os filhos dos trabalhadores, para os negros, para os que jamais tiveram essa oportunidade.

Esses 12 anos de grandes mudanças marcarão para sempre a história do Brasil.

Mas não podemos nos acomodar. Temos de compreender que foram os primeiros passos de uma jornada que vai nos levar muito longe; que é preciso avançar para consolidar as conquistas.

Companheiros e companheiras,

O PT acaba de conquistar o quarto mandato consecutivo na Presidência da República.

Foi talvez a mais difícil campanha eleitoral que já enfrentamos. Certamente, a mais suja; aquela em que nossos adversários utilizaram as piores armas para tentar nos derrotar. Tentaram fraudar a vontade política da maioria, usando todos os seus recursos de comunicação para manipular, distorcer, falsear e até inventar episódios contra nosso partido, nosso Governo e nossa candidata.

A quarta derrota eleitoral consecutiva despertou os mais baixos instintos dos nossos adversários.

Tiveram a ousadia de pedir recontagem dos votos, como se o Brasil ainda fosse aquela república das eleições a bico de pena.

Tentaram impugnar a prestação de contas da campanha e barrar a diplomação da presidenta.

Tentaram criar um ambiente de inconformismo com o resultado que se recusam a aceitar democraticamente.

Vencemos; o Brasil venceu mais uma vez, mas a luta não acabou.

Nossos adversários não podem dizer qual é o seu projeto; porque é antinacional, contrário ao desenvolvimento, é um projeto que exclui milhões de pessoas do processo econômico e social.

Eles só podem atacar o PT e o nosso Governo com as armas da irracionalidade e do ódio.

Não têm, nunca tiveram, autoridade para falar em nome da ética, mas é nesse campo que tentam desesperadamente nos atingir. Eles, que jamais investigaram a fundo uma denúncia de corrupção. Eles, que varriam escândalos para debaixo do tapete. Eles, que alienaram o patrimônio da Nação "no limite da irresponsabilidade".

Foi o Governo do PT que acabou com a impunidade que eles cultivaram por tanto tempo. Nenhum outro Governo fez mais para combater a corrupção nesse País, conforme a presidenta Dilma deixou claro na campanha eleitoral.

Mas vejam o que está ocorrendo em torno da PETROBRAS. Desde o início da campanha eleitoral, nossos adversários manipulam uma investigação institucional, com o objetivo de criminalizar o PT.

Esta investigação, como todas as outras iniciadas em nosso Governo, deve ser levada até o fim, esclarecendo os fatos, apontando os responsáveis e levando seja quem fora a julgamento. É isso que a sociedade espera e é isso que vem ocorrendo nos Governos do PT – ao contrário do que ocorria no tempo deles.

Mas estamos assistindo a repetição de um filme com final conhecido. Pessoas são acusadas, por meio da imprensa, com base em vazamentos seletivos de uma investigação à qual somente alguns têm acesso. Não há contraditório, não há direito de defesa. E quando o caso chegar às instâncias finais da Justiça, o pré-julgamento já foi feito pela imprensa, os condenados já foram escolhidos e bastará apenas executar a sentença.

Nossos adversários não se incomodam que essa campanha já tenha causado enormes prejuízos à PETROBRAS e ao País. O que eles querem é paralisar o Governo e desgastar o PT, a qualquer custo.

Mais uma vez eles falharam na tentativa de voltar ao poder pelo voto. Ao que tudo indica, não querem mais esperar outra derrota: partem claramente para a desestabilização, investem na crise, apostam no caos. Na falta de votos, buscam atalhos para o poder, manipulando a opinião pública e constrangendo as instituições.

Eles vão prestar contas à história sobre a maneira antidemocrática como vêm agindo.

Cabe ao PT denunciar essas manobras com firmeza. Repelir a mentira, esclarecer a sociedade, agir de acordo com a gravidade da situação.

A verdade é que foi o Governo deles que tentou destruir a PETROBRAS. E foi o nosso Governo que a resgatou, retomou os investimentos que levaram à descoberta do pré-sal e fizeram da PETROBRAS a maior produtora mundial de petróleo entre as empresas de capital aberto.

A verdade – e isso está nos autos da investigação, mas não está nos jornais nem na TV – é que havia corrupção nos contratos que a PETROBRAS assinou com empresas estrangeiras no tempo deles. E isso nunca foi investigado.

A verdade é que, apesar de todo o alarido, não há nenhuma prova contra o PT nesse processo, nenhuma doação ilegal, nenhum desvio para o partido. Nada!

E se algo de concreto vier a ser encontrado, se alguém tiver traído a nossa confiança, que seja julgado e punido, dentro da lei, porque o PT, ao contrário dos nossos adversários, não compactua com a impunidade.

Companheiros e companheiras,

O resultado eleitoral nos obriga também a uma reflexão sincera sobre as dificuldades do PT para manter sua sintonia histórica com os anseios da sociedade brasileira. Não é possível ignorar esse desgaste.

Não é verdade que o PT tenha se transformado num partido pior do que os outros, mais fisiológico ou mais sujeito aos desvios.

O verdadeiro problema do PT é que ele se tornou um partido igual aos outros.

Deixou de ser um partido das bases para se tornar um partido de gabinetes.

A estrutura à disposição de um Deputado é maior do que a de um diretório estadual do partido.

A estrutura dos cargos de Governo, também.

Ao longo do tempo, isso alterou a vida interna do partido. Há muito mais preocupação em vencer eleições, em manter e reproduzir mandatos, do que em vitalizar o partido.

As direções, tanto as regionais quanto a nacional, ficaram prisioneiras dessa lógica. Tornaram-se burocráticas, pouco representativas da nossa base social, ou então apresentam uma representação meramente artificial de setores sociais.

Militantes e dirigentes tornam-se profissionais da política e dos Governos.

Falando francamente: muitos de nós estão mais preocupados em manter – e se manter – nessas estruturas de poder do que em fazer a militância partidária que estava na origem do PT.

Essa é a origem de vícios como a militância paga, a disputa por cargos em gabinetes, o investimento de grandes recursos em campanhas eleitorais, enfim: vícios que nós sempre criticamos na política tradicional.

É nesse ambiente que alguns, individualmente, cometem desvios que nos envergonham diante da sociedade e perante a história do PT.

É dessa forma que o exercício do poder, ao invés de fortalecer, acaba fragilizando um partido.

Não é fenômeno é inédito. Aconteceu historicamente com grandes partidos populares ao redor do mundo. Mas penso que esse processo chegou ao limite no PT.

Não podemos esquecer que o PT, como já disse, nasceu para ser diferente.

Resgatar esse espírito é o nosso grande desafio nesse momento.

Não se trata de propor, ingenuamente, a volta a um passado que não existe mais. O País mudou nesses 35 anos. Mudou graças ao PT, não aos que nos criticam de fora. Mudou porque cumprimos os objetivos que levaram à criação do partido.

Hoje o País é outro, a realidade da classe trabalhadora é outra, a juventude é outra, as reivindicações e interesses da população estão em um novo patamar, assim como as demandas para a ampliação de direitos e da democracia.

O PT precisa responder a essa nova realidade. Articular as demandas dos milhões de brasileiros que conquistaram emprego digno, que têm novas oportunidades, que aprenderam a usar a renda e o crédito para realizar sonhos antigos – e que têm, portanto, sonhos novos.

Precisa ouvir e dialogar com toda uma geração de brasileiros que ainda era criança quando o povo nos levou à Presidência da República. Uma geração que não conhece a nossa história e não vai conhecê-la se não tivermos a inciativa de contar a eles como era este País nos tempos da ditadura, como era este País no Governo neoliberal dos nossos adversários.

Precisamos dialogar com as novas demandas democráticas, no plano dos direitos das pessoas, demandas que acompanham a evolução da sociedade e que não eram tão claras há 35 anos.

É necessário ter muita clareza das mudanças que ocorreram, para elaborar um novo pacto político com a sociedade brasileira, um pacto que atenda às exigências de hoje e que aponte para o futuro.

Não há respostas fáceis para essa questão. Temos de buscá-las em nossas raízes, porque se chegamos até aqui foi pelo que fizemos desde o começo da caminhada.

Não há dirigente ou liderança individual capaz de apontar o caminho. Não em um partido democrático de massas, como o PT sempre se propôs a ser.

O PT não é o seu presidente, não é sua direção, não é tal ou qual liderança. O PT são 2 milhões de filiados, centenas de milhares de militantes. São os setores da sociedade que se consideram representados pelo partido, participam do debate político e têm sido decisivos nos embates eleitorais.

É aí que vamos encontrar a energia renovadora, para recriar o sonho original do PT.

Creio que esse é o debate que devemos fazer agora, quando iniciamos o processo de renovação da direção partidária.

Temos a oportunidade histórica de elaborar um novo Manifesto do PT, capaz de traduzir nossos compromissos para os dias de hoje e para os próximos 35 anos.

Isso exige humildade e coragem de cada um. Humildade para reconhecer o que é preciso mudar, e coragem para continuar mudando.

Temos a história ao nosso lado e o futuro diante de nós. O PT precisa estar, mais uma vez, à altura de suas origens, porta-voz da esperança, da democracia e da igualdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Cabo Sabino, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR. S.Exa. dispõe de 6 minutos.

O SR. CABO SABINO (PR-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara,* internautas que nos acompanham pelo portal desta Casa, venho à tribuna falar de um assunto que acho por demais relevante para o Brasil, principalmente para nós Parlamentares, que estamos nesta Casa imbuídos de representar o povo brasileiro, sobretudo construindo soluções para as suas demandas. Eu gostaria de falar nesta tarde das condições de saúde dos profissionais que trabalham na saúde pública do nosso País, dos nossos Estados e dos nossos Municípios.

Adormece nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.295, de 2000. Há 15 anos, os profissionais de saúde lutam aqui na Casa para regulamentar a sua jornada de trabalho em 30 horas. Várias legislaturas passaram, e não se conseguiu aprovar esse projeto. Não é que esses profissionais queiram, de maneira nenhuma, trabalhar menos do que os demais profissionais do País. Ocorre, Deputada Clarissa Garotinho, que a grande maioria dos enfermeiros, dos auxiliares, dos técnicos de enfermagem do nosso País são mulheres, mães de família, que, para terem um salário digno, precisam acumular muitas vezes mais de um trabalho. Saem exauridas do plantão no trabalho e, quando chegam a casa, ainda têm que ser esposas, mães, donas do lar.

Como se tudo isso não bastasse, hoje a média salarial dos técnicos de enfermagem e dos auxiliares é de 800 reais, enquanto a dos enfermeiros chega a ser de 2 mil reais. Então, esses profissionais tendem a acumular mais de um plantão para poder sustentar e dar uma condição digna a sua família, nobre Deputado Vitor Valim. Tudo isso gera um fator de estresse, de sobrecarga muito grande nesses profissionais. Quando estão em suas unidades hospitalares, ainda são eles que recebem muitas vezes a descarga emocional dos pacientes quando falta um médico, quando o atendimento não está à altura, quando um familiar não é atendido na hora desejada. Estão na ponta exatamente o técnico, o enfermeiro e o auxiliar, que recebem a reclamação, como se deles fosse a culpa de aquela unidade hospitalar não estar funcionando como gostaria o usuário, o paciente, naquele momento.

Além disso, essa categoria convive diariamente com a dor das pessoas que estão muitas vezes sucumbindo em um leito hospitalar. É uma categoria que sofre diariamente a dor das outras pessoas. Todos os brasileiros, inclusive nós Parlamentares, precisamos desses profissionais. Não há um de nós que não necessite do serviço de um profissional de saúde. Pode até passar 1, 2, 3, 5 ou 10 anos, mas, mais cedo ou mais tarde, vai-se estar à frente desses profissionais.

Quando nós vamos a um médico, quando buscamos a área da saúde, tudo o que nós queremos é ser bem tratados e atendidos. Mas nos esquecemos, muitas vezes, quando chegamos a esta Casa, de tratar bem e de atender um pleito dessa categoria, que luta há 15 anos para que sua jornada de trabalho seja regulamentada.

Nesta Legislatura, nós não podemos nos calar nem deixar de aprovar esse projeto, que está em condições de ser apreciado. Ele deve ser posto em votação. Essa categoria merece isso por tudo o que faz pelo povo do nosso País, pela maneira que o trata.

Digo mais: justo seria se todos esses profissionais tivessem um acompanhamento psicológico, pelo menos a cada 2 meses, pela sobrecarga de trabalho a que hoje estão expostos e, sobretudo, pela exposição muitas vezes à contaminação por uma doença cujo tratamento tenham feito.

Então, por isso, nesta tarde, peço aos meus pares que lutemos juntos por essa categoria de profissionais que, em todos os Estados, em todos os Municípios, cuidam da saúde do nosso povo, que nos ajudou a ser Deputados nesta Casa e representar o povo brasileiro.

Solicito à Mesa que seja registrado nos Anais desta Casa o nosso discurso.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara* e internautas do portal desta Casa, venho hoje falar de um assunto que julgo importantíssimo para o povo brasileiro e que hoje é de responsabilidade desta casa e em especial de nós Parlamentares.

A qualidade no atendimento do serviço de saúde publica e privada desde País tem suas precariedades, e estas influenciam diretamente na recuperação ou não dos pacientes. São comuns nos noticiários reclamações acerca da qualidade do atendimento em hospitais, postos de saúde, clinicas e outras unidades de saúde. Em quase sua totalidade, as reclamações são contra os profissionais de saúde – em alguns casos, médicos e, na grande maioria, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

O que a população não sabe é que esses profissionais, em especial os enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagens, têm uma sobrecarga de trabalho, ocasionada por dois fatores.

O primeiro fator são os baixos salários que recebem. Esses salários variam de R$800,00 para os técnicos e auxiliares e, pasmem, enfermeiros, que ganham apenas R$2.000,00 mensais. Com esses salários achatados e incompatíveis com a profissão, esses profissionais são obrigados a buscar mais de um emprego, chegando a trabalhar 24 horas ininterruptas, saindo e entrando de plantões, na busca de encontrar o equilíbrio financeiro capaz de atender as necessidades orçamentárias de suas famílias.

O segundo fator é a sobrecarga de trabalho semanal imposta pelos Municípios, Estados e pelos patrões dos hospitais particulares. Esses profissionais são submetidos muitas vezes a carga horária semanal de até 46 horas, o que os leva ao limite emocional, psicológico e físico.

Tais fatores contribuem significativamente para o estresse, fazendo muitas vezes que esses profissionais acabem em algum momento se excedendo no trato à população.

Isso nos mostra que essa situação de sobrecarga de trabalho e baixos salários tem afetado diretamente a qualidade do serviço de saúde do nosso País, onde os mais afetados têm sido a população e esses profissionais, verdadeiros heróis anônimos que sobre seus ombros carregam a responsabilidade do atendimento da saúde do nosso povo.

Se tudo isso já não fosse por demais desgastante, ainda há os casos em que esses profissionais recebem toda descarga dos usuários e acompanhantes, que a eles atribuem a responsabilidade quando falta médico, medicação ou vaga em leitos e até mesmo quando o atendimento demora.

A maioria desses profissionais são mulheres, muitas casadas, com família; quando chegam exauridas de um plantão, ainda têm que ser esposas, donas do lar e mães. Precisam suportar todas as cobranças domésticas que lhes são apresentadas.

Esses profissionais, além, de tudo isso, ainda convivem diariamente com a dor dos seus pacientes no leito, contraindo muita das vezes doenças psicológicas advindas do desempenho de suas atividades.

Nesta Casa tramita o Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, que regulamenta a carga horária desses profissionais em 30 horas semanais. Este Parlamento vem sendo indiferente para com esse projeto.

Esta Legislatura precisa fazer o que as anteriores não fizeram, assumir a responsabilidade pela liberdade trabalhista desses profissionais, votando e aprovando as 30 horas semanais, de modo a garantirmos à população um serviço de qualidade e aos profissionais, uma atividade justa e digna.

Muito obrigado.

O Sr. Rômulo Gouveia, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno , deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Célio Silveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria registrar nesta Casa que estivemos, hoje pela manhã, no Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministro Manoel Dias, no lançamento de um plano de combate à informalidade e à sonegação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na oportunidade, além das medidas, houve apresentação do desempenho por parte do Ministério do Trabalho, que tem mostrado um resultado evolutivo dessa fiscalização.

Todos sabemos que, apesar dos esforços, ainda existe um contingente importante de trabalhadores – estimado em 14 milhões de trabalhadores – que têm a sua relação de forma informal. Por isso, no momento em que o País vive o pleno emprego, em que as oportunidades têm acontecido principalmente para o contingente jovem, que, ao contrário do que está acontecendo mundo afora, tem suas oportunidades, afigura-se muito importante ter medidas como essa.

No fundo, no fundo, essas são medidas protetivas ao trabalhador, são medidas que dão continuidade à garantia dos direitos do trabalhador e que, por via de consequência, têm uma importância muito maior ainda no acolhimento dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Todos nós sabemos que esses recursos alcançam a dimensão de financiamentos importantes, não só no campo social, mas na vida nacional, porque os recursos do FAT são utilizados pelas instituições de crédito oficial do nosso País. São recursos que ampliam o

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que também tem toda uma estrutura de recursos, toda uma estrutura de atendimento a um conjunto de financiamentos da vida nacional que são muito importantes.

E há ainda a nossa Previdência Social. Nós todos que somos trabalhistas defendemos o direito dos trabalhadores. Agora mesmo, neste momento, estamos questionando e debatendo um conjunto de medidas que atingem os direitos do trabalhador, principalmente daqueles que trabalharam a vida inteira e têm a sua previdência a ampará-los. Isso é fundamental para que, com o crescimento dessas receitas e com a boa fiscalização, nós consigamos avançar mais ainda nessas conquistas do trabalhador brasileiro, do povo brasileiro.

É claro que não deixamos de fazer aquela reflexão – que é importante, porque faz parte do cotidiano – das reais relações do trabalho. Nós trabalhistas defendemos sempre a harmonização do trabalho e do capital e, por isso, não deixamos também de defender que é muito importante fazer a fiscalização, combater a informalidade. Ao mesmo tempo, dizemos que essa fiscalização deve ser orientadora e estimuladora principalmente dos pequenos empreendimentos, que, em se instalando, antes da punição, precisam de uma orientação que possa, sem dúvida alguma, ajudá-los a crescer, a fazer o seu capital, o seu empreendimento e seu trabalho se valorizarem.

A partir daí, é preciso gerar oportunidades de emprego, para que o nosso País continue ostentando esse título que tem tanto significado no concerto global, que é estar neste momento desfrutando do pleno emprego.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Concedo a palavra ao Deputado Giovani Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, houve na Casa duas coletas de assinaturas para criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da PETROBRAS. Na primeira, foi uma correria danada: buscaram as assinaturas que puderam, completaram o número necessário, e não se preocuparam com os outros Parlamentares. E agora estão buscando assinaturas para criação da CPI Mista.

Eu acredito que o povo brasileiro já sabe que aqui CPI termina em *pizza*. Todo mundo sabe disso no Brasil. Nenhuma CPI conseguiu julgar os próprios membros. Então, a CPI aqui é a raposa cuidando do galinheiro. Aqueles Parlamentares que forem citados na CPI deveriam imediatamente deixar de ser membros dela, porque muitos vão tentar se esconder dentro da própria CPI para que não aconteça nada com respeito a esse assunto da PETROBRAS.

Então, vamos deixar que o Juiz Sérgio Moro resolva isso, porque eu tenho certeza de que isso vai ser muito melhor do que qualquer CPI virar *pizza* nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje a página da Câmara mostra que as emendas à Medida Provisória nº 664, de 2014, superaram a média das emendas apresentadas a qualquer MP. É lógico que é uma medida que não poderia ter sido apresentada, até porque, na campanha, a Presidenta Dilma disse que não faria nenhuma mudança sem sentido. *"Nem que a vaca tussa"*, disse ela. E o pior é que a vaca tossiu.

E agora nós estamos apresentando emendas. Eu, sozinho, apresentei 36 emendas, no sentido de impedir esta verdadeira debacle que se faz contra os pensionistas do Brasil.

Queremos, então, votar o Projeto de Lei nº 4.434, de 2008, que trata da recuperação das perdas; o Projeto de Lei nº 3.299, de 2008, que altera esse maldito fator previdenciário; a Proposta de Emenda à Constituição nº 555, de 2006, e outras matérias que dizem respeito aos interesses de aposentados e pensionistas.

Que esta Casa acorde para essa realidade!

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminhamos à Secretaria da Mesa Diretora desta Casa Legislativa moção de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Pereira de Andrade, o Sr. Toninho, fato acontecido no Município de Vitória da Conquista, no último sábado.

O Sr. Toninho, um grande empresário da área de supermercados, faleceu com 88 anos de idade. Era natural de São Miguel das Matas e prestou relevantes serviços ao desenvolvimento econômico e social de Vitória da Conquista no desenvolvimento da sua atividade empresarial.

Eu quero revelar os meus sentimentos à sua enlutada família, cumprimentando especialmente a sua filha Valéria, companheira, amiga e ex-aluna. Em seu nome, cumprimento todos os demais membros da família do Sr. Toninho, Sr. Antônio Pereira de Andrade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Com a palavra o Deputado Laudivio Carvalho.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (Bloco/PMDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos nesta Casa com o intuito de defender a vida, com o intuito de combater o crime. E é preciso apresentar propostas, é preciso discutir com a sociedade a questão da proteção das vítimas e das testemu-

nhas no Brasil. São elas muitas vezes relegadas a um segundo plano dentro de uma investigação, dentro de um processo policial.

Nos próximos dias, apresentaremos aqui um projeto para a proteção de testemunhas e de vítimas em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Concedo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho aqui felicitar a nossa querida Desembargadora Dra. Iracema do Vale pela posse como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para o biênio 2015-2017, uma mulher destemida, que em seu discurso de posse prometeu que a Justiça não cederá às pressões, internas ou externas, para dar celeridade a processos.

A Desembargadora Iracema do Vale se comprometeu em ter diálogo aberto com juízes e com a sociedade.

Dentre os muitos cargos que a nobre Desembargadora exerceu, na sua bela trajetória, está a Presidência do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, de 11 de abril de 2014 a 21 de novembro de 2014 – primeira mulher eleita para o cargo.

Conhecendo sua formação e trajetória pela busca da justiça neste País, com sua personalidade firme e por ser uma mulher determinada, acredito que essa será uma das grandes gestões que teremos no Tribunal de Justiça no Estado do Ceará.

Fica aqui o meu registro de felicitação e os meus votos de muito sucesso a essa grande e estimada mulher cearense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna felicitar a Desembargadora Iracema do Vale pela posse como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE para o biênio 2015-2017. Trata-se de uma grande mulher diante de uma brilhante missão.

Durante sua posse a Desembargadora prometeu que a Justiça não irá ceder a pressões internas e externas para celeridade de processos. Segundo informações, cerca de 1,4 milhão de processos estão em tramitação na Justiça do Estado, no momento, e precisam de atuação com maior emprenho dos magistrados. A Desembargadora Iracema do Vale se comprometeu em fazer reuniões com os juízes e dividir o Estado em zonas para abrir mais esse canal com a sociedade.

Iracema do Vale foi Presidente do Tribunal Regional do Ceará – TRE-CE e do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Tem em seu currículo os seguintes cursos: bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1974); bacharelado em Administração Pública, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (1980); Especialização em Direito Público, pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1980); Especialização em Processo Civil, pela Escola Superior do Ministério Público (2002); Direito Penal, pela Universidade Federal do Ceará (1980); Capacitação de Recursos Humanos para Atuar na Prevenção e Enfrentamento de Violência contra a Pessoa Idosa, pela Procuradoria-Geral de Justiça (2005). Também já foi Promotora de Justiça (ingressou no Ministério Público em junho de 1982). Foi promovida para Procuradora de Justiça pelo critério de merecimento, em abril de 1997; eleita para o Conselho Superior do Ministério Público, em 1998, 1999, 2003 e 2004; participou da Comissão de Revisão do Código do Ministério Público do Estado do Ceará, em 2000; foi eleita para o cargo de Secretária Executiva das Procuradorias Cíveis, em 2003; foi membro da Diretoria do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, de 2004 a 2005; foi Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Ceará, de 2004 a 2005, além de ter sido a primeira mulher eleita para a Presidência do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, de 11 de abril 2014 a 21 de novembro de 2014.

Por ser a Desembargadora Iracema do Vale uma pessoa de personalidade determinada e firme, acredito que essa será uma das grandes gestões que teremos no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Fica aqui meu registro de felicitação e meus votos de muito sucesso a essa grande e estimada mulher cearense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Célio Silveira, quero levar esta Casa a trabalhar com a Proposta de Emenda à Constituição nº 443, de 2009, no sentido de colocá-la em pauta, porque ela trata da remuneração dos advogados públicos, que aguardam há muito tempo a inclusão dela na Ordem do Dia.

A PEC aduz um critério remuneratório mais condizente com as atividades exercidas pelos membros da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.

Manifestamente, esses servidores trabalham com afinco no combate à corrupção e na defesa do patrimônio público, dentre outras atribuições.

A Comissão Especial da PEC aprovou o parecer do Deputado Mauro Benevides, com substitutivo, em dezembro do ano passado, abrangendo as carreiras de natureza jurídica.

Não obstante a questão afastar outros servidores, que também fazem jus à adequação remuneratória, essa proposição é apenas uma pequena demonstração da disposição do Parlamento, no que se refere à aludida questão.

Na mesma oportunidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2014, que trata da remuneração das carreiras fiscais, também teve parecer pela aprovação acolhido pelos membros da Comissão e aguarda ser incluída na pauta do plenário para votação.

As carreiras de Estado merecem atenção do Congresso Nacional, levando-se em consideração que elas são essenciais à manutenção da ordem e ao bom funcionamento da Nação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Concedo a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel, do PSD de Goiás, representante de Rio Verde e região.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, inicialmente quero agradecer os 90.877 votos que obtive para representar o Estado de Goiás, principalmente a sua região sudoeste, para desempenhar no Legislativo o papel de um Deputado Federal, que é fiscalizar, legislar e principalmente representar o nosso povo.

Quero continuar fazendo isso nesse segundo mandato. Quero poder levar melhorias e resultados do nosso mandato.

Tive a oportunidade, ainda na última semana, de fazer uma visita ao Ministro da Educação, Cid Gomes. Na ocasião, reivindicamos para a cidade de Rio Verde um *campus* da Universidade Federal do Estado de Goiás, para poder atender a demandas dos jovens estudantes que não têm condições de pagar os seus estudos.

Para finalizar, Sr. Presidente, nós já temos em andamento projetos, em outros Ministérios, aqui no Governo, para que tenhamos condições de atender todas as demandas do Estado de Goiás com relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Visamos atender, principalmente, aos que mais precisam.

Tenho certeza de que, ao seu lado, Sr. Presidente Célio Silveira, nós teremos condições de fazer um bom trabalho pelo Estado de Goiás e pelas nossas regiões, que nos deram este voto de confiança para realizarmos um bom trabalho aqui na Câmara Federal.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Tem a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, São Paulo amanheceu hoje muito triste. Uma notícia, através das emissoras de rádio, nos informou que está sendo solto o assassino do jovem Victor Hugo Deppmann, assassinado há menos de 2 anos, Sr. Presidente, na porta da sua casa, sem praticar nenhum tipo de ato de violência contra o seu agressor – pelo contrário, atendeu o agressor em tudo o que ele disse, entregou o celular, e foi morto friamente na porta da sua casa. Hoje, 2 anos depois, São Paulo amanhece com a notícia de que o jovem delinquente está sendo solto porque acabou de completar 18 anos de idade.

É preciso, Sr. Presidente, que sejam mudadas logo as leis do nosso País, principalmente no que se refere à maioridade penal. Há uma PEC sobre o assunto tramitando na Casa – é do meu partido, PSC –, e nós precisamos ter a coragem de enfrentar esse desafio e fazer com que as penas fiquem mais duras, para que famílias possam ficar em suas casas um pouco mais tranquilas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Realmente, Deputado Pr. Marco Feliciano, a insegurança é grande em todo o País. No nosso Estado, Goiás, também temos uma grande dificuldade na segurança. Estamos esperando a presença firme do Governo Federal, que investe muito pouco em segurança.

O SR. PRESIDENTE (Célio Silveira) – Passo, neste momento, a Presidência ao Deputado Heuler Cruvinel.

O Sr. Célio Silveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heuler Cruvinel, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Falo sobre a proximidade da inauguração do Aeroporto Humberto Ghizzo Bortoluzzi, conhecido como Aeroporto Regional de Jaguaruna, no meu Estado de Santa Catarina.

Em 2003, como Secretário de Estado da Infraestrutura no Governo de Luiz Henrique da Silveira, retomamos as obras no aeroporto, que estava abandonado, um aeroporto muito importante para a nossa região, para o Estado e para o País. Entendíamos ser muito interessante dar continuidade ao projeto. Alavancamos, construímos o aeroporto e, agora no final do mês de março, dia 30, provavelmente, será feito o voo inaugural, inaugurando o aeroporto regional naquele Município, naquela região muito importante para Santa Catarina e para o Brasil.

Por isso, gostaria que este pronunciamento tivesse ampla divulgação, pela sua importância, e que também fosse levado em consideração.

Aproveito para convidar...

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Boa tarde a todos! Peço a palavra, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Srs. Parlamentares, para falar sobre mais um grande avanço na história do transporte aéreo no Brasil, em especial para a região sul de Santa Catarina: o Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, conhecido como Aeroporto Regional de Jaguaruna, Santa Catarina, já é uma realidade.

Em 2003, como Secretário de Estado da Infraestrutura no Governo Luiz Henrique da Silveira, trabalhei com afinco para que este projeto, que tramitava desde o ano 2000, tivesse seus os obstáculos, até então existentes, destravados. Também como Secretário, agilizei inúmeras obras no Estado. Foram mais de 1.000 quilômetros pavimentados, 270 quilômetros de reabilitação asfáltica, sendo 500 quilômetros finalizados e 340 quilômetros em andamento, somente naquele período em que administrei a Pasta da Infraestrutura.

Embora, meus caros, possa parecer ufanismo o que acabo de relatar, penso que apenas cumpri minha missão como Secretário Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina, fiz o meu trabalho, e nada mais.

Tenho orgulho de ter me superado, assim como um atleta se orgulha de sua performance, porque por trás de toda vitória existe uma batalha, uma luta, uma vontade férrea e uma boa dose de coragem.

Fiz o que todo homem público deveria fazer, sempre movido pelo sincero desejo de contribuir para o desenvolvimento da cidade ou Estado a que esteja servindo.

O Aeroporto de Jaguaruna é um dos feitos dos quais eu e muitas lideranças juntos nos orgulhamos.

Quando assumi a Secretaria, lá no começo, o projeto estava paralisado, sendo a área ocupada por animais como bois, cavalos, etc. Foi quando tomei a decisão, após ser procurado por um dos grandes empresários do Brasil, Genésio A. Mendes, pela imprensa, pela Associação Comercial e Industrial de Tijucas – ACIT, pela Câmara de Dirigentes Lojistas, entre outros, solicitando a continuação da construção do aeroporto.

Esta obra é de monumental importância para o desenvolvimento da região sul de Santa Catarina. Finalmente, transcorridos 15 anos, está previsto que o aeroporto tenha seu primeiro voo comercial, pela empresa aérea TAM, no dia 30 de março deste ano.

A empresa será a primeira companhia aérea a operar com voos diários entre Jaguaruna, em Santa Catarina, e Congonhas, na Cidade de São Paulo, e para tanto, utilizará o modelo de aeronave Airbus A320, com capacidade para 162 passageiros.

Com 2,5 mil metros de comprimento por 30 metros de largura, o Aeroporto de Jaguaruna tem uma das maiores pistas entre os aeroportos brasileiros. A área total é de 311 hectares, equivale a 377 campos de futebol. Aproximadamente 900 mil habitantes de 48 Municípios das regiões metropolitanas de Tubarão, Araranguá e Criciúma serão beneficiados, e isto com certeza irá gerar melhores oportunidades para as pessoas de um modo geral.

E por trás desta construção, que não é apenas física, mas política, existe um projeto de descentralização do desenvolvimento no Estado de Santa Catarina.

É preciso agir contra o inchaço das cidades polo, que é consequência do desenvolvimento centralizado.

Vejam V.Exas. o exemplo de São Paulo. A crise hídrica que hoje esta cidade enfrenta, além do trânsito caótico, são resultados da superpopulação e da hiperconcentração de investimentos e de equipamentos urbanos, entre outros fatores. A gestão destes recursos já é outra história.

Citei São Paulo tão somente como referência do desequilíbrio urbano, fato que o Estado de Santa Catarina tenta evitar com a descentralização do desenvolvimento.

O Aeroporto de Jaguaruna é uma dessas iniciativas. Por sinal, uma brilhante iniciativa, que hoje temos orgulho de mostrar para o Brasil.

Que isto sirva de exemplo para outros Estados desta grande Nação!

Estamos prontos para voos mais altos!

Obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Passo agora a palavra para o Deputado Gonzaga Patriota, por 1 minuto.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Heuler Cruvinel, Goiás está no poder hoje aqui. Vejo o Deputado Célio, de Luziânia, ali eu vejo a Deputada Magda, o Deputado Daniel, do Maguito, meu afilhado. Olhe, não vou dizer tudo, mas pequenininho tu tomaste banho lá na Praia de Catuama!

Quero cumprimentar, Sr. Presidente, todos os colegas Deputados e dizer da minha preocupação com a segurança no metrô lá em Pernambuco, principalmente na capital.

Lamentavelmente, um delegado de polícia prendeu policiais ferroviários e recolheu suas armas, porque não está regulamentada a categoria. Simplesmente estão em perigo 400 mil pernambucanos, Deputada Magda!

No metrô andam as pessoas mais humildes, e a gente não pode ter um metrô sem segurança. Eu quero fazer um apelo – se o Presidente Cruvinel me der mais 40 segundos – à Justiça lá em Pernambuco: devolva as armas dos policiais ferroviários, categoria que criamos aqui, com o Deputado Maguito, na Constituinte.

Há tanto bandido solto, armado, e não podemos ver um policial ferroviário com a sua arma, porque ainda não foi regulamentada a categoria? Esse apelo eu faço ao juiz que está com esse processo e ao Ministro da Justiça. Eu fui Secretário Nacional de Trânsito quando regulamentamos a Polícia Rodoviária; e a Polícia Ferroviária, até esta hora, não foi regulamentada.

Qualquer delegado pode chegar a qualquer metrô, no Rio de Janeiro, em São Paulo, e prender um policial ferroviário por estar armado, porque ainda não está regulamentada a categoria. Vamos regulamentar!

Muito obrigado. Parabéns a Goiás! No carnaval, eu vou estar em Olinda, mas logo estarei em Goiás também.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qualquer greve no sistema de transporte público incomoda. Mas a paralisação sem data certa que está sendo realizada pelos metroviários pernambucanos desde a zero hora desta última terça-feira, dia 10, incomoda ainda mais, pelas razões que explicito. Falta segurança para funcionários e passageiros. É triste e constrange saber que um sistema como o metrô, que transporta, em média, 400 mil passageiros por dia, em suas três linhas (Centro, Sul e VLT), não tem policiais protegendo esse humilde público, que carece do transporte em linhas férreas.

Os passageiros sofrem, mas quem de fato está em pânico são os funcionários que trabalham nas estações. As queixas são permanentes. Além de vítimas, os funcionários assistem às investidas dos ladrões contra passageiros. E o que mais tem assustado são os arrastões de vândalos, que não só roubam, mas sentem prazer em ver o pânico na face dos usuários e dos funcionários. Algumas estações sofrem mais, como as da Linha Centro, principalmente as que ficam mais afastadas e na bifurcação que a divide os ramais – Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes. Coqueiral, estação que faz a conexão entre os dois ramais, é a pior delas, uma das mais vulneráveis.

Em algumas situações, os funcionários filmam as investidas dos bandidos, mas muitos deles têm medo de ser identificados. Um assalto a uma das bilheterias do sistema foi filmado. Na estação Coqueiral, por exemplo, até cavalo foi utilizado na passarela externa do metrô, num simbolismo sem palavras da ausência de segurança a que o sistema é submetido toda hora e todo dia.

O sistema metroviário do Grande Recife jamais passou por esses problemas, enquanto a respeitada Polícia Ferroviária Federal, instituída na Constituição Federal (art. 144, § 3º), fiscalizava e atuava com poder de polícia nessa malha. Lamentamos que um delegado da Polícia Federal, com exercício no Estado de Pernambuco, tenha prendido mais de vinte desses policiais e apreendido suas armas, fardamentos e equipamentos de trabalho, por entender que esses profissionais, policiais ferroviários federais, ainda não estavam, à época, regulamentados por lei.

Segundo informações do Sindicato dos Policiais Ferroviários Federais de Pernambuco (SINPOFFER), o sistema de segurança ferroviária no Estado conta apenas com pouco mais de cem policiais ferroviários federais, hoje desarmados, e 50 vigilantes terceirizados, para atender um público superior a 400 mil usuários por dia, fato que aumenta a violência e o vandalismo nessa área.

Sr. Presidente, segundo informações do policial Augusto Lima, Presidente do Sindicato dos Ferroviários Federais em Pernambuco, somente no ano passado, por falta desses profissionais, os policiais ferroviários fe-

derais armados e fardados, foram registradas mais de 1.600 ocorrências de assaltos, vandalismos e agressões nas estações do metrô, na região metropolitana do Recife.

Ainda segundo Augusto Lima, esse tão importante sistema de transporte de massa está desprotegido e à mercê de bandidos, por falta de policiais respeitados que estão impedidos de exercer sua profissão, que é proteger o usuário desse sistema metroviário.

Quem nasceu numa estação de trem, foi ferroviário por mais de 10 anos e, como Deputado Federal Constituinte, ajudou a inserir no art. 144 da Constituição Federal a Polícia Ferroviária Federal e, ainda, quem desde 1989 vem lutando pela regulamentação desse dispositivo constitucional, pela instalação do DPFF – Departamento de Polícia Ferroviária Federal, só tem a lamentar e, muito, o que fez o respeitado Delegado da Polícia Federal com exercício em Pernambuco Bernardo Torres, prendendo mais de vinte policiais ferroviários federais, na Estação da Mangueira, em Recife.

Na verdade, arrasta-se há anos, no Ministério do Planejamento, o processo que regulamentará e criará o DPFF, instituído através da Portaria nº 3.252, de 2012, criando um grupo de trabalho para elaborar o projeto de regularização dessa polícia ferroviária federal que já existe de direito há 25 anos, conforme o art. 144 da Constituição Federal, mas, lamentavelmente, de fato, ainda não. Enquanto esse processo se arrastou, em todo o Brasil estão organizados servidores da Rede Ferroviária Federal, no exercício de guardiões do patrimônio da malha ferroviária e, em particular, da segurança dos milhões de humildes passageiros que viajam de trens e de metrôs, todos aguardando pacientemente a morosidade dos órgãos da União em relação a esse processo.

O nobre Delegado tem razão quando alega que "não existe Polícia Ferroviária Federal" para justificar os motivos que desencadearam a prisão desses 23 policiais ferroviários do Metrô do Recife, há 2 anos. O delegado explicou à época que ainda não existia uma entidade pública denominada Departamento de Polícia Ferroviária Federal, embora tenha reconhecido que este está previsto no art. 144 da Constituição Federal, e, mesmo assim, promoveu a operação para prender os nobres policiais ferroviários federais, sob a alegação de porte ilegal de arma e abuso desses servidores no sistema de metrô.

Além dessas prisões, a Polícia Federal apreendeu armas, munições e os veículos de deslocamento desses policiais, deixando milhares de passageiros dos metrôs, na região metropolitana do Recife, sem qualquer segurança, inclusive submetidos à presente paralisação.

Finalizamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apelando, agora, ao Poder Legislativo, em Pernambuco, encarregado de julgar a ação instituída pelo eminente Delegado da Polícia Federal daquele Estado, com a máxima urgência, objetivando a devolução dessas armas, fardamentos e equipamentos de trabalho ao Metrô do Recife, bem como a permissão para que os policiais ferroviários federais continuem usando tais equipamentos de trabalho, para proteger os passageiros carentes desse importante transporte.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, para falar como Líder, pelo PCdoB, por um período de 4 minutos.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora, em fevereiro, faz 15 anos a tentativa de se transformar a PETROBRAS em PETROBRAX.

Nós sabemos que nesta Casa já foi aprovada e instalada uma CPI para apurar a corrupção na PETROBRAS. Sabemos também que existe a Operação Lava-Jato. Mas neste momento chamamos a atenção para a discussão do conteúdo, de fato, do que está ocorrendo ao largo dessas ações em relação ao combate à corrupção.

O Senador José Serra, na semana passada, deu uma entrevista em que disse que a PETROBRAS – nas palavras dele – precisa ser refundada e que é preciso mudar radicalmente o método de gestão, profissionalizar diretorias e rever tarefas que exerce, pois sua função essencial é explorar e produzir o petróleo. Hoje, ela atua na distribuição de combustíveis no varejo, nas áreas de petroquímica, fertilizantes e refinarias. Pergunta-se ao Senador José Serra o que deve ser feito, e ele responde: *"Certos setores devem ser vendidos, concedidos ou extintos; a PETROBRAS deve se reduzir apenas ao refino"*.

Os argumentos apresentados pelo Senador demonstram o completo desconhecimento da indústria petrolífera no mundo e de suas tendências e desconsideram a força que a PETROBRAS tem no Brasil, representando 15% dos investimentos e 10% do PIB. O Senador desconhece, inclusive, os conceitos técnicos básicos dessa indústria, como o custo de transação ou o valor a ser gerado, e é necessário ser extraído daí por que a integração da produção na indústria petrolífera brasileira é indispensável e imprescindível para uma grande petroleira.

Nos anos 90, quando o Governo tucano tentou enxugar a PETROBRAS, caíram os índices de produção e de exploração, e nós colocamos em risco a nossa indústria petroquímica. Foi um período de grandes desastres ecológicos, que ocorreram aqui por falta de segurança na PETROBRAS.

Quero chamar atenção para o fato de que, das dez maiores petroleiras do mundo de capital aberto, nove têm uma produção verticalizada. E essa produção verticalizada é que garante a rentabilidade dessas empresas

e que, acima de tudo, no processo de dificuldades do ciclo do preço do petróleo – que é sempre um processo cíclico, extremamente cíclico –, as petroleiras possam ganhar na área do refino e na área da produção.

Portanto, o que o PSDB, o que os tucanos querem é continuar a tentativa de desmantelamento da PETROBRAS.

Chamo a atenção para o fato de que, apesar de todo o cerco, essa integração da produção do poço à bomba, toda essa integração da produção, corresponde à tradição da indústria petrolífera mundial.

Srs. Deputados, a PETROBRAS, mesmo sob o fogo cerrado, acumulou em 2014 êxitos operacionais na produção do petróleo, no pré-sal, na produção do etanol. Portanto, tentar desmontar a PETROBRAS – é a concepção tucana que está por trás de todo esse desgaste quanto à PETROBRAS e ao marco regulatório do petróleo – na verdade é um acinte e uma tentativa de quebrar uma das principais empresas brasileiras, e vai contra toda a tendência da indústria petrolífera mundial.

É nesse sentido que nós encaminhamos aqui, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, a sugestão de formação de uma Frente Parlamentar em defesa da integridade da PETROBRAS.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 5 de fevereiro, 15 anos depois da tentativa do Governo FHC de alterar o nome da PETROBRAS para PETROBRAX, com o objetivo de unificar a marca e facilitar seu processo de internacionalização, uma nova investida contra a integralidade da companhia surge no Senado. O Senador José Serra, valendo-se da crise e turbulência resultante da operação Lava-Jato, recoloca a velha política privatista e antinacional.

Segundo o Senador:

> *"A PETROBRAS tem que ser refundada. Mudar radicalmente os métodos de gestão, profissionalizar diretoria, conselho administrativo e rever as tarefas que exerce. Sua função essencial é explorar e produzir petróleo. No Brasil, a PETROBRAS diversificou demais e foi muito além do necessário, acabou se lançando em negócios megalomaníacos e ruinosos. Hoje, ela atua na distribuição de combustíveis no varejo, nas áreas de petroquímica, fertilizantes, refinarias, meteu-se em ser sócia de empresa para fabricar plataformas e investiu até em etanol, justamente quando a política de contenção de preços da gasolina arruinava o setor. O que dá prejuízo precisa ser enxugado. Vendido, concedido ou extinto."*

Os argumentos apresentados demonstram o completo desconhecimento da realidade da indústria petrolífera mundial e de suas tendências. Por diversos motivos, merece resposta a proposta de vender os ativos de refino e distribuição para fazer caixa e financiar a produção de óleo como solução às presentes dificuldades da PETROBRAS.

Desconsidera-se por completo a natureza e especificidade desta indústria, e não se trata de uma indústria qualquer. Não por acaso, em quase todos os países, a maior empresa é sempre uma petroleira. No Brasil, esta indústria representa 15% dos investimentos e 10% do PIB. Por fim, petróleo é energia e base da química moderna: sem eles, não há soberania para um país do tamanho do Brasil.

O Senador desconhece conceitos técnicos básicos desta indústria, como o "custo de transação", ou que o valor, para ser gerado, necessita ser extraído e realizado, daí por que a integração é imprescindível para uma grande petroleira.

Durante a década de 90, o objetivo foi "enxugar" a PETROBRAS, para, em seguida, vendê-la ao melhor preço. Foi o pior momento da estatal em sua história, iniciado na curta Presidência de Collor e concluído pelo Presidente FHC ao longo de seus dois mandatos. Além dos baixos indicadores de extração, produção e refino, registraram-se também três resultados profundamente negativos: i) o início das dificuldades da indústria química brasileira, ainda hoje a sexta maior do mundo graças à base construída anteriormente, porque nada mais foi feito; ii) a deterioração da qualidade dos combustíveis automotivos, que, em 1999, chegou a um quinto de não conformidade em cada litro de gasolina vendido na cidade de São Paulo; e iii) a deterioração dos padrões de segurança operacional na PETROBRAS entre 1999 e 2002. Resultou em dois naufrágios, com numerosos óbitos, e dois acidentes ambientais que se tornaram os piores da história da companhia.

Entre as dez maiores empresas petroleiras de capital aberto, somente uma optou por se separar do refino e venda de derivados para se concentrar em E&P (exploração e produção) nos últimos 10 anos. Todas as demais são integradas, assim como as maiores empresas do setor controladas pelo Estado. As *majors*, *supermajors* e grandes estatais produzem do poço de petróleo à bomba de gasolina. Apenas as independentes norte-americanas e as médias empresas petroleiras, espalhadas pelas diversas bacias sedimentares produtoras no mundo,

não dispõem de meios para refinar o que produzem; justamente porque não têm caixa para fazê-lo. Será que todas elas estão erradas e só a ConocoPhillips acertou?

A despeito da notória incapacidade dos economistas para prever o preço do petróleo, o capital petrolífero não costuma errar suas estratégias e seus cenários. Esso, Shell, Total e BP são empresas centenárias; sobreviveram a várias crises. PEMEX, ARANCO, PetroChina, Statoil, Ecopetrol e PETROBRAS, pelo lado das estatais, em pouco mais de meio século, apoiadas em uma crescente capacidade de refino e distribuição, içaram-se como as maiores competidoras, num oligopólio antes dominado pelas Sete Irmãs. Embora incapazes de saber qual será o preço futuro, todas elas entenderam que o preço do petróleo é cíclico; na verdade, profundamente cíclico.

Para sobreviver aos ciclos e, a despeito deles, continuar a crescer, o capital se aproveita de outra especificidade da indústria: não se abastece carro com petróleo. Depois de achado e extraído, é preciso transportá-lo, refiná-lo, armazenar seus derivados e distribuí-los, para somente depois ter seu uso final. A cada etapa, gera-se valor, e é a coordenação de uma série complexa de atividades diferentes que permite a transformação do mineral num fluxo quase contínuo. É a integração das partes que permite à petroleira se apropriar do valor gerado ao longo de toda a cadeia de produção. E o somatório final não é pequeno. Ajudadas pelo aumento de preço, como na última década, jamais as petroleiras lucraram tanto, e não foi diferente para as estatais.

A integração do poço à bomba, além disso, permite proteger-se durante as baixas. As petroleiras apreenderam muito cedo que, quando o petróleo está com preço vil, elas ganham na venda de seus derivados (que são muitos) e na sua transformação química. Não é a toa que todas as grandes empresas do setor têm refinarias, meios de transporte e distribuição próprios. Além disso, Esso, Chevron, Shell, BP e Total dispõem de importantes plantas petroquímicas. O mesmo acontece entre as grandes estatais e, em particular, na China e no Próximo Oriente. É fácil entender a lógica da petroleira: a perda a montante será compensada pelo ganho a jusante. Em particular, com matéria-prima barata, o refino e a petroquímica geram enormes lucros. Basta ver o que aconteceu nos últimos anos nos EEUU: um quarto de seu crescimento se deveu ao barateamento do gás natural e excesso de condensado decorrente.

O movimento de queda nos preços do petróleo já era sentido pelas grandes petroleiras. A reestruturação em curso será profunda, e, como nas baixas anteriores, o resultado será uma maior concentração, com o desaparecimento dos competidores mais fracos e menores. Aquele capital petrolífero, que depende apenas da produção de um ou dois campos, que está na fronteira da tecnologia, que produz não convencionalmente, ou que não tem como valorizar seu petróleo, seja sendo refinando-o, seja transformando-o em produtos de base para a petroquímica, será o primeiro a ser afetado. E estejam certos de que os oportunistas e as empresas gigantes saberão aproveitar a ocasião de liquidação dos ativos para fortalecer suas posições.

Uma onda de fusões e aquisições se avizinha, e, pelo visto, querem que a PETROBRAS esteja do lado das vendedoras e perdedoras. Os vencedores serão sempre os mesmos: aqueles que, há mais de um século, são capazes de desenhar uma estratégia contracorrente e avançar em tempos de crise.

Desfazer-se do refino e distribuição, a esta altura, seria um erro estratégico primário, como foi visto. Seria também entregar um ativo construído depois de mais de meio século a um preço necessariamente baixo. Pior, seria permitir que, por vias tortas, o capital externo – o único que teria condição de adquirir as instalações – assumisse ativos que fazem a PETROBRAS ser a maior distribuidora de combustíveis automotivos do País, fornecedora da quarta (ou quinta) maior frota de veículos no mundo e sexta maior petroquímica. E o País ainda importa dois terços dos fertilizantes que utiliza em sua agricultura.

A PETROBRAS, mesmo sob fogo cerrado, acumulou em 2014 êxitos operacionais: a produção de petróleo e gás alcançou a marca histórica de 2,670 milhões de barris equivalentes/dia; o pré-sal produziu em média 666 mil barris de petróleo/dia; a capacidade de processamento de óleo aumentou em 500 mil barris/dia; a produção de etanol etanol cresceu 17%, para 1,3 bilhão de litros. Em setembro de 2014, a PETROBRAS tornou-se a maior produtora mundial de petróleo entre as empresas de capital aberto, superando a ExxonMobil (Esso).

Restringir-se à exportação de óleo bruto e não valorizar a crescente produção é um retrocesso histórico, um absurdo em termos de política industrial e um crime ao patrimônio nacional. Do pau-brasil ao café, passando pelo ouro, pelo açúcar e pela borracha, o Brasil sempre esteve condenado à periferia, exportando produtos com baixo valor agregado. Na condição de um "quase" Estado extrativo-exportador por cinco séculos, esteve submetido aos sucessivos ciclos econômicos em razão da inação de suas elites. O petróleo é a oportunidade de se mudar positivamente a história econômica do Brasil, mas, pelo visto, parte da elite (por desconhecimento, ou má-fé) atua intensamente para desmantelar a PETROBRAS e não permitir que o desenvolvimento nacional.

Em defesa da PETROBRAS e da sua integralidade!

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Vou passar a palavra ao Deputado Adelson Barreto, como Líder do PTB.

Mas, antes disso, por 1 minuto, com a palavra o Deputado Célio Silveira, do PSDB de Goiás.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (Bloco/PSDB-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Heuler Cruvinel, nosso grande líder da cidade de Rio Verde, no Estado de Goiás, venho à tribuna mais uma vez para comunicar ao Governo Federal a péssima situação do transporte coletivo na região do Entorno de Brasília.

Não existe transporte coletivo hoje para mais de 1 milhão de pessoas que saem das cidades do Entorno de Brasília para trabalhar aqui no Distrito Federal. É uma vergonha a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT não tomar providências, já que tantos brasileiros e brasileiras precisam do transporte para ganhar a vida no dia a dia. Que a Presidente Dilma Rousseff tome conta da ANTT e tire, de uma vez por todas, esse Presidente que não tem compromisso com o transporte público na região do Entorno de Brasília.

Para concluir, Sr. Presidente, eu sei que o que alarma o País hoje é o grande escândalo, o grande roubo que acontece na PETROBRAS, mas está alarmando também os moradores do Entorno de Brasília – Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto – a péssima qualidade do transporte coletivo na nossa região. Se for preciso, vamos nos unir, juntar-nos para trazer aqui milhares de pessoas e cobrar do Presidente da ANTT providências urgentes para que haja melhoria no transporte coletivo da região do Entorno de Brasília.

Vou falar isso aqui muito, Presidente, porque é grave a situação. Enquanto o Governo Federal não nos der posição, todas as vezes que usar a palavra, vou cobrar melhorias para o transporte do Entorno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Muito bem, Deputado Célio Silveira, do PSDB de Goiás!

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Adelson Barreto, para uma Comunicação de Liderança, por 5 minutos, pelo PTB.

O SR. ADELSON BARRETO (Bloco/PTB-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós estamos ocupando a tribuna na tarde de hoje para fazer alguns registros. Inicialmente, um registro de agradecimento a Deus, agradecimento ao povo do meu Estado, o menor Estado da Federação. Refiro-me ao Estado de Sergipe, que nos tornou numericamente o Deputado Federal mais bem votado de toda a sua história, proporcionalmente, o terceiro Deputado mais bem votado do Brasil.

Portanto, fica de público nesta Casa o nosso registro de agradecimento ao povo do meu Estado.

Associado a isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos dizer que estamos chegando a esta Casa trazendo algumas bandeiras, dentre as quais a bandeira do pacto federativo. A exemplo de outros Deputados, a exemplo de outras valiosas Deputadas, nós estamos também trazendo para esta Casa essa bandeira, pois entendemos que, naquilo que a Federação arrecada, ela tem sido injusta na devolução aos Estados, sobretudo, percentualmente, aos Municípios.

Associado a isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos fazer um registro importante nesta Casa. Nós queremos fazer uma homenagem a um empresário, a um advogado que outrora ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados e agora se torna imortal, ocupando uma cadeira na Academia Sergipana de Letras. Refiro-me a Albano do Prado Pimentel Franco.

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, Albano Franco atuou nas empresas da família, entre as quais Refrescos Guararapes, detentora da franquia Coca-Cola. Foi sócio proprietário da emissora rádio *FM Sergipe*, sócio proprietário da *TV Sergipe*, afiliada à Rede Globo.

Albano Franco foi Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe, de 1971 a 1977. Foi também Diretor da Confederação Nacional da Indústria, de 1977 a 1980, e chegou a ocupar a Presidência da CNI, de 1980 a 1984. Portanto, foi Presidente da CNI por exatamente 14 anos.

Albano Franco foi eleito também Senador da República, em 1982, e reeleito em 1990, tendo ocupado, portanto, dois mandatos no Senado da República. Foi também eleito Governador do Estado de Sergipe no ano de 1994 e reeleito Governador no ano de 1998, tendo ocupado também por duas vezes o Governo do Estado de Sergipe.

Queremos dizer que, na semana próxima passada, Sergipe esteve em festa, recebendo as maiores autoridades deste País para um grande evento que foi realizado no Centro de Convenções de Sergipe, solenidade realizada pela Academia Sergipana de Letras, que nomeou Albano Franco como imortal. Na ocasião, assumiu a cadeira de nº 3, que teve como último ocupante o jornalista e poeta Santo Souza, cadeira que também já fora ocupada pelo brilhante brasileiro e sergipano Fausto Cardoso e também por Cleómenes Campos de Oliveira.

Portanto, Sr. Presidente, nós desejamos que fique registrada nos Anais desta Casa esta nossa fala, sobretudo fazendo registro da imortalidade do ex-Deputado Federal Albano Franco, que passa a ocupar a cadeira de nº 3 na Academia Sergipana de Letras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Agora, nós passaremos para o Pequeno Expediente, normalmente com período de 5 minutos para a fala de cada um dos oradores. Mas, devido ao grande número de inscrições

de Deputados, ao grande número de oradores que teremos, eu queria ver se temos condições de fazer um acordo para que cada um dos inscritos fale por 3 minutos. Nós já estamos no horário do Grande Expediente, e a primeira oradora, a Deputada Magda Mofatto, já está aqui. S.Exa. está cedendo mais algum tempo para o início do seu pronunciamento, até às 15h30min. Assim, teremos condições de dar oportunidade a um maior número de Deputados inscritos, a fim de que possam usar a tribuna desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Quero convidar o Deputado João Marcelo, do Bloco PMDB/PP/PTB/DEM, para fazer o uso da palavra e dar como lido o seu discurso.

Enquanto S.Exa. chega, tem a palavra o Deputado Pastor Marco Feliciano, por apenas 1 minuto, para dar como lido o seu discurso.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero dar aqui como lido um discurso sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 7.699, de 2006, que institui o Estatuto do Portador de Deficiência, e dá outras providências.

Faço aqui quórum com todos os Deputados que apoiam esse tipo de iniciativa e digo, Sr. Presidente, que há projetos meus apensados dentro deste grande projeto que precisa ser votado urgentemente nesta Casa, porque as pessoas portadoras de deficiência precisam de todo o nosso respeito.

Peço, Sr. Presidente, que este discurso que eu dei como lido seja divulgado em todas as mídias da nossa Casa, e inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Com toda a certeza, Deputado Pr. Marco Feliciano.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, compareço a esta tribuna para declarar o meu apoio ao Projeto de Lei nº 7.699, de 2006, que "institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências".

A esta Proposição, Sr. Presidente, tenho apensados dois projetos: o Projeto de Lei nº 1.579, de 2011, que "altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para dispor sobre a inclusão, no acervo das bibliotecas públicas, de exemplares da Bíblia Sagrada, impressa em braile, em meio digital, magnético ou ótico, destinada às pessoas com deficiência visual", e o Projeto de Lei nº 3.165, de 2012, que "dispõe sobre o acesso a recursos de tecnologia assistiva nas políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência".

Sr. Presidente, nobres pares, conto com o apoio de V.Exas. na aprovação do PL 7.699, de 2006, que é de suma importância para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. É essencial e urgente a citada aprovação. É preciso que nos debrucemos sobre este projeto, que trará um avanço substancial no dia a dia desses cidadãos.

Não podemos nos furtar a dar condições de igualdade aos portadores de deficiência e assegurar-lhes que tenham garantidos os seus direitos fundamentais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Vamos passar agora a palavra ao Deputado João Marcelo, por 3 minutos.

O SR. JOÃO MARCELO (Bloco/PMDB-MA. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros amigos e amigas que nos ouvem através do sistema de comunicação da Câmara dos Deputados, eu subo à tribuna para fazer uma denúncia que ainda muito choca o Brasil, principalmente no meu Estado e nos Estados do Norte, que é a compra de escritura para a grilagem de terra. Isso ocorre, Sr. Presidente, no momento, na localidade de Campina, entre os Municípios de Boa Vista do Gurupi e Junco, no meu Estado do Maranhão.

Um senhor, de nome Nestor, apelido Gaúcho, saído lá dos confins do Sul do País – nada contra meus amigos gaúchos, mas saído de lá –, sem família, compra, através de uma escritura falsa, um pedaço de terra de mais de 7 mil hectares, localizado no norte do meu Estado, para poder grilar terra. É conhecida essa tramoia; isso é muito conhecido no nosso Estado. Ele fez isso e tenta expulsar o nosso pessoal neste momento, pessoal este que trabalha há 15 anos na terra devoluta que pertence ao Governo. E ele vem, por meio de capangas armados, ele mesmo armado, tentar expulsar aquela pobre população que vive de subsistência, vende ao comércio local a sua plantação para sustento da família.

Sr. Presidente, não podemos aceitar esse tipo de coisa! Há 15 anos, essas pessoas vivem da sua própria plantação, e esse senhor vem com esse tipo de ameaça!

Eu rogo ao Sr. Governador que olhe para essas pessoas. São 66 famílias, com mais de 300 pessoas, que não podem ficar nessa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigas e amigos que nos acompanham pelo sistema de Comunicação da Câmara dos Deputados, inicio meu primeiro mandato como Deputado Federal pelo Maranhão com um sentimento de gratidão pelos 83.847 votos que recebi do povo maranhense, sentimento esse que me cobre de forças para lutar pelo nosso Estado e pelo nosso País.

Aqui estou para representar meu Estado. Importantes leis serão aprovadas e irei compartilhar com todos vocês nosso trabalho na Câmara dos Deputados.

Subo hoje nesta tribuna para falar de um assunto que muito me entristece, me deixa perplexo e me revolta: a compra de escrituras falsas para grilagem de terra.

Neste momento, meus amigos e comunidade de nome Campina, localizada entre os Municípios de Junco e Boa Vista do Gurupi, está ocorrendo uma tentativa desta natureza.

Um senhor, de apelido Gaúcho, que veio do extremo sul do País, compra uma escritura falsa, uma carta de sesmaria. De que tempo, de quando?

Ele está ameaçando com capangas armados 62 famílias que residem e trabalham no local. Ele, inclusive, também está armado ameaçando essas famílias, famílias essas que vivem da produção rural, que tiram da terra, com seu trabalho e suor, a sua subsistência.

Não podemos e não vamos aceitar esse tipo de coisa em nosso Estado, esse tipo de crime,com compra de escrituras falsas para grilagem de terras e violentas ameaças ao nosso povo.

Deixo aqui minha indignação, suplico ao Sr. Governador que não deixe que façam isso com o nosso povo! O povo maranhense merece respeito!

Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para levar a cabo a missão que me foi confiada pelo povo maranhense, de representá-lo, da melhor forma possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PSDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome da Minoria, das Oposições, quero fazer constatações e um registro da lamentável situação econômica, financeira, moral e ética que vive o Brasil nos dias atuais.

O mundo está estarrecido com o que está acontecendo no Brasil! Ontem o colunista francês Gilles Lapouge dizia, na sua coluna no Estadão, que enquanto a Velha Europa reagia, reanimava-se, o jovem Brasil afundava na sua economia, na corrupção, na incompetência e no desmando. É isso o que está acontecendo.

A imagem do Brasil no exterior hoje, no 5º ano de mandato da Presidenta Dilma, 13º ano de mandato do PT, demonstra toda a ineficácia, toda a incompetência, toda a intolerância e toda a leniência para com a corrupção que tomou conta da PETROBRAS e de vários setores do Governo.

O Brasil perdeu a credibilidade internacional. O Brasil não é mais aquele País respeitado no mundo inteiro. E o que é pior, pelas pesquisas publicadas pelo jornal Folha de S.Paulo nos últimos dias, a Presidenta Dilma perdeu popularidade. O povo agora entende que tudo aquilo que ela disse na campanha não passava de uma fantasia, produto da inteligência dos marqueteiros brasileiros, como o marqueteiro Santana, da Presidenta Dilma, que ludibriou o povo. É como vender gato por lebre. A situação é estarrecedora.

O que é que vai bem, para podermos comemorar hoje? Nada! O que é que vai mal? Quase tudo! O povo está indignado. Ele vai às ruas, está se movimentando nas redes sociais, indignado, com raiva, com ódio de todos.

A desgraça produzida no Brasil pelo PT, pela Presidente Dilma e pelo Presidente Lula contaminou todo o aparelho estatal brasileiro. Prefeitos e governadores que estão sendo massacrados pela mais terrível política contra o municipalismo e contra a Federação já retiraram, nos últimos 6 anos, mais de 250 bilhões de reais das Prefeituras e dos Governos Estaduais.

O SUS – Sistema Único de Saúde está sendo esmagado. Milhões de brasileiros que dependem do SUS estão nas filas dos hospitais e dos postos de saúde, sem medicamentos, porque o Governo não repassa o dinheiro devido para o Sistema Único de Saúde, gerido pelo Município, mas por delegação federal. Fosse eu prefeito hoje, devolveria o SUS para o Governo Federal e diria: *"Está aqui a receita de 15% do meu Município"*.

Não sou prefeito, sou Deputado. Venho à tribuna e digo: o que está sendo feito no SUS pelo Governo Federal é matar o brasileiro diariamente por falta de dinheiro, de medicamento, de equipamentos, para que as Prefeituras que tenham regime pleno ou semipleno, delegado pelo Governo Federal, cumpram a grande missão de dar saúde pública de qualidade para o povo brasileiro.

Por outro lado, as estradas federais e os portos estão sucateados. Coitado do caminhoneiro! Coitado do produtor brasileiro! A indústria brasileira está sendo sucateada. Hoje, para cada dólar exportado de produto industrializado, o Brasil está importando dois de manufaturado. A balança comercial é deficitária. O Brasil compra mais do mundo do que vende. Como pode a Nação do agronegócio importar e não exportar?

Saldo da balança negativo. O saldo da balança de pagamentos continua negativo. E pior, as contas públicas estão negativas no resultado primário, ao ponto de, em dezembro, a Presidente Dilma fazer de tudo para aprovar uma lei para livrá-la do crime de responsabilidade fiscal, o que lhe daria um *impeachment*.

Ai do governador e do prefeito, que não podem mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal e estão sendo punidos com processos de cassação, porque não a cumpriram! Mas S.Exa. a Presidente Dilma não! O Congresso lhe deu a alforria: *"Não, a senhora não vai ser condenada por improbidade e por crime administrativo"*. Eu, não! Votei contra, porque isso é uma imoralidade. Eu defendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Real, a estabilidade econômica, a luta para fazer um Brasil mais justo e solidário.

A deterioração das empresas estatais começou com a ELETROBRAS, com o sistema elétrico, que S.Exa. destruiu sozinha. Esse mérito de destruir o sistema elétrico é dela, é da Presidente Dilma, que achava que entendia do setor elétrico, por ter sido Secretária e Ministra da área. Ao reduzir as tarifas, por demagogia, conseguiu destruir um setor que funcionava bem, que investia bem. Agora, quem paga é o contribuinte, é o consumidor. É o brasileiro que vai ter que enfiar a mão no bolso para pagar reajustes na conta de energia elétrica de até 40%.

A Presidente Dilma, também Presidente do Conselho da PETROBRAS, é a responsável primeira por esse que é o maior escândalo do mundo e que derrubou uma das doze maiores empresas petrolíferas, transformando-a na 120º empresa do mundo. Na Bolsa, o valor das ações despencou. Há 5 anos, eu comprei mil reais em ações da PETROBRAS; hoje, eu tenho 300 reais.

Quem destruiu a PETROBRAS? A ex-Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS e atual Presidente da República, Dilma Vana Rousseff. Ela e o seu partido são os responsáveis.

Agora, a missão do Brasil é reestatizar a PETROBRAS, senão ela vai virar uma sucata perante a Justiça internacional nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão e na Europa, onde esse crime contra o acionista a condenará, como condenará todos os Diretores da empresa. Se puserem o pé nos Estados Unidos ou na Europa, serão presos daqui a um tempo, porque a Justiça lá não dorme como a nossa. Lá, ela é rápida, e eles serão condenados.

Eu quero o monopólio do petróleo intacto! Eu quero a PETROBRAS estatal na mão de brasileiros, mas profissionais. Nunca mais políticos nomeados, incompetentes, como foi nesses últimos 12 anos!

O Brasil precisa se libertar dessa agonia que lhe impuseram o PT, a Presidente Dilma e o Presidente Lula de gastar toda a sua riqueza e falir a União, os Estados e os Municípios.

Mas o Parlamento pode mudar tudo e reconstruir o que foi destruído, porque o Brasil é um País imenso, rico e que pode desenvolver-se!

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Dando sequência ao Pequeno Expediente, passo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

O SR. HEITOR SCHUCH (Bloco/PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar nos Anais desta Casa e socializar o convite do Município de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, capital da agricultura de precisão, de que fará, entre 9 e 15 de março, a 16ª edição da Expodireto Cotrijal, que é a maior feira de máquinas, inovação, tecnologia e oportunidades de negócios.

Estarão presentes 30 embaixadas e representantes de 60 países, com 198 empresas do setor de máquinas espalhadas pelo parque, inclusive com muitas novidades. Em 84 hectares, 515 expositores terão espaço privilegiado para a nossa agricultura familiar. Além do mais, eventos paralelos, como os fóruns da soja, do milho, do leite, o fórum florestal, o do jovem cooperativista, o Soja Brasil e bandeirantes de ideias.

Portanto, aqui fica o convite a todas as representações e aos Parlamentares desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Expodireto é lançada em Porto Alegre

A 16ª edição da Expodireto Cotrijal foi lançada ontem na Capital, em café da manhã no Sheraton Hotel. O governador José Ivo Sartori marcou presença, ao lado do vice Paulo Cairolj. Também compareceram o senador Lasier Martins, além do secretário da Agricultura, Ernani Polo, e demais lideranças políticas e empresariais ligadas às entidades representativas de nosso Estado e ao agronegócio. "Aqui venho para prestigiar e homenagear a Expodireto. Venho para renovar nossa inspiração para construir um Estado mais próspero, cooperativo e moderno", reforçou o governador, saudando a todos os presentes.

Nei César Mânica, presidente da Cotrijal, entidade promotora e realizadora da Expodireto, abordou a importância da iniciativa para o Rio Grande do Sul e para o País, por se tratar de uma das maiores feiras "de inovação, tecnologia e de oportunidades de negócios". Segundo ele, este ano estão sendo esperadas 30 embaixadas e representantes de 60 países dos cinco continentes. Serão 198 empresas do setor de máquinas espalhadas pelo parque, expondo suas novidades. "A feira vai oferecer este ano aos visitantes fóruns, eventos, lançamentos

nas áreas de máquinas, produção animal e vegetal e outros espaços privilegiados com tecnologias", afirmou. São 84 hectares e cerca de 515 expositores. A expectativa de público é de 230 mil visitantes nos cinco dias do evento, que ocorre de 9 a 13 de março, em Não-Me-Toque, no RS.

Os estandes já começaram a ser montados e, segundo Mânica, o acesso, ligando Carazinho a Não-Me-Toque, é um dos pontos altos da infraestrutura ofertada aos visitantes. Como novidade, a parceria da Cotrijal com o Senar-RS para divulgar o CAR (Cadastro Ambiental Rural). O tema central desta edição é Negócios que Inspiram o Amanhã. Como eventos paralelos, a feira promove os fóruns nacionais da soja e do milho, estadual do leite, florestal do RS, soja Brasil, jovem cooperativista e bandeirantes de ideias.

O parque recebeu melhorias na infraestrutura de banheiros, segurança e saúde. Para atendimento de emergência, estarão disponíveis ambulâncias e uma viatura leve, visando agilidade em processamentos.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Concedo a palavra ao Deputado Angelim, do PT do Acre, por 3 minutos.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de 8 anos como Prefeito da cidade de Rio Branco, Capital do meu Estado, o Acre, chego a esta Casa para exercer meu primeiro mandato como Deputado Federal, com a nobre missão de defender os legítimos interesses e as justas demandas do povo do meu Estado, único Estado brasileiro por opção.

Quero também fazer deste mandato uma trincheira em defesa do nosso Governo e da Presidenta Dilma, assim como do Governador do Acre, Tião Viana, que vem tendo uma gestão exemplar na área social e, notadamente, no fomento ao setor produtivo.

O Governador Tião Viana tem dado exemplos de uma administração que otimiza recursos, prioriza investimentos na área produtiva, com instalação de indústrias nas áreas de piscicultura, suinocultura, avicultura e com exploração inteligente de nossos recursos naturais, como o bambu e a indústria florestal, gerando renda e oportunidades de trabalho para o nosso povo.

Na área social, são invejáveis os investimentos que têm sido feitos na educação, sendo o Acre, hoje, o oitavo Estado desta Nação em relação aos indicadores do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nas últimas quatro edições.

Na saúde, houve ampliação do acesso e melhorias no atendimento, inclusive inserindo o Acre no restrito grupo de Estados que realizam transplantes de fígado e rim, além de investimentos estruturais, como a construção do Hospital Regional de Brasileia, na região do Alto Acre, e do Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Acre, cuja inauguração está prevista para este semestre.

Sras. e Srs. Deputados, tenho acompanhado com atenção o debate que tem pautado a mídia e a agenda nesta Casa em torno da Operação Lava-Jato, assim como seus desdobramentos sobre a PETROBRAS. Para além das questões de polícia que envolve esse debate, não podemos assumir outra posição que não seja apurar todos os desmandos – todos! –, Sr. Presidente, sem as apurações seletivas que temos visto, e, obviamente, punir de forma exemplar os culpados e recuperar o dinheiro público desviado.

Mas não podemos de forma alguma desconhecer que existem interesses inconfessos por trás desse debate, interesses de setores que sempre sonharam em privatizar a PETROBRAS e que hoje tentam denegrir e enfraquecer uma empresa que é patrimônio do povo brasileiro. Parece que, para alguns da Oposição, a questão central não é proteger o Erário ou punir os malfeitores, mas exclusivamente enfraquecer a empresa e o Governo da Presidenta Dilma.

É por essa razão que quero aqui repercutir um manifesto lançado pela **Federação Única dos Petroleiros, intitulado** *Defender a PETROBRAS é defender o Brasil*. Segundo o manifesto: *"A PETROBRAS tem sido alvo de um bombardeio de notícias sem adequada verificação, muitas vezes falsas, com impacto sobre seus negócios, sua credibilidade e sua cotação em bolsa. Assistimos à repetição do prejulgamento midiático que dispensa a prova, suprime o contraditório, tortura a jurisprudência e busca constranger os tribunais".* É claramente uma ameaça, não só à PETROBRAS, mas também ao Estado Democrático de Direito.

Sobre isso quero chamar atenção para as declarações recentes do Ministro Marco Aurélio, do STF, que afirmou que a Justiça brasileira passa por um momento crítico, em que a prisão passou a ser regra, e a liberdade, exceção entre os acusados. Ele afirma acompanhar com incredulidade as notícias sobre a famigerada Operação Lava-Jato, que vê como um reflexo do Judiciário. *"O juiz acaba atropelando o processo, não sei se para ficar com a consciência em paz, e faz a anomalia em nome da segurança."*

Os petroleiros apontam poderosos interesses contrariados pelo crescimento da PETROBRAS e ávidos por se apossar da empresa, de seu mercado, de suas encomendas e das imensas jazidas de petróleo e gás do Brasil.

Para alcançar seu intento, os predadores apresentam a PETROBRAS como uma empresa arruinada, o que está longe da verdade, e escondem do público os seus enormes êxitos operacionais. Basta lembrar que em se-

tembro de 2014 a PETROBRAS tornou-se a maior produtora mundial de petróleo entre as empresas de capital aberto, superando a ExxonMobil – a Esso.

É nos laboratórios da PETROBRAS que se produz nosso mais avançado conhecimento científico e tecnológico. Os *royalties* do petróleo e o Fundo Social do Pré-Sal proporcionam aumento significativo do investimento em educação e saúde. Esse é o papel insubstituível de uma empresa estratégica para o País.

Quero finalizar o meu primeiro pronunciamento dizendo que o povo brasileiro saberá, como soube nas últimas eleições, discernir aqueles que defendem o Erário e a transparência e lutam por um projeto autônomo de Nação daqueles que colocam em primeiro plano os interesses pessoais de uma elite atrasada e egoísta.

Defender a PETROBRAS é defender o Brasil, nosso passado de lutas, nosso presente e nosso futuro.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que faça a divulgação deste meu pronunciamento, na íntegra, nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Concedo a palavra ao Deputado Baleia Rossi, do PMDB de São Paulo.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/PMDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna do maior Parlamento do País, sabendo da responsabilidade que cada um de nós tem ao assumir um mandato nesta Casa.

Quero reafirmar aqui os meus compromissos de trabalho: a defesa, acima de tudo, do nosso País e do Estado de São Paulo, que me deu a oportunidade de estar aqui, além da defesa da minha região, Ribeirão Preto, no interior do Estado.

Tive oportunidade de ser Vereador por três mandatos em Ribeirão Preto. Aliás, o Vereador é o agente público mais próximo da população, que nos ajuda muito a fazer proposições, trazendo ideias, e a fazermos um mandato digno.

Tive oportunidade também de ser eleito Deputado Estadual por três mandatos, no Estado de São Paulo, quando propus leis que acredito que muito contribuíram com a sociedade, como a Lei da Tornozeleira Eletrônica. São Paulo foi o primeiro Estado do nosso País a ter esse monitoramento eletrônico dos presos quando saem em datas especiais, autorizados pela Justiça. Esse trabalho foi realizado em uma área tão importante como a de segurança pública. E essa foi uma dentre outras contribuições nossas.

Hoje sou o Presidente Estadual do meu Partido, o PMDB. Chego à Casa com a confiança de mais de 208 mil pessoas de São Paulo, que confiaram no nosso trabalho, na nossa retidão de caráter. Espero, ao longo deste mandato, honrar cada apoio das lideranças e dos eleitores do meu Estado.

Queria lembrar aqui um Parlamentar, um grande brasileiro, que é um símbolo do meu Partido, o PMDB. Refiro-me ao Deputado Ulysses Guimarães, que fez história nesta Casa em defesa do cidadão e da democracia.

Em inúmeros pronunciamentos, Ulysses dizia: *"Política não se faz com ódio, pois não é função hepática; é filha da consciência, irmã do caráter, hóspede do coração. Quem não se interessa pela política não se interessa pela vida".*

Não abrirei mão das minhas lutas, dos meus ideais. Espero participar de uma legislatura que não tolere nenhum tipo de irregularidade e que ajude no progresso do nosso País. Nós podemos e devemos fazer a diferença!

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Heuler Cruvinel) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Caetano, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. CAETANO (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra e orgulho que ocupo o tempo da Liderança do meu partido, o PT, para fazer um breve discurso.

Sr. Presidente, estou aqui há duas semanas. Sou um Deputado novo nesta Casa e confesso que o que eu estou vendo aqui é de estarrecer.

Primeiro, a Oposição nesta Casa quer vender gato por lebre, porque foram exatamente o PSDB, o DEM e alguns partidos de oposição nesta Casa que quebraram este País por duas vezes e deixaram uma dívida externa impagável, uma inflação galopante, um desemprego estratosférico, juros acima da média, juros estourados. E foi exatamente quando o Presidente Lula assumiu o Governo que o salário mínimo estava congelado e valia menos de 100 dólares.

Quando o Presidente Lula passou a governar o Brasil, o País começou a se transformar. Com o apoio do PT e dos partidos aliados, nós começamos a transformar o Brasil. Pagamos a dívida externa, sim.

Hoje, Sr. Presidente, aqui desta tribuna eu falei sobre o salário mínimo. Em 2015, o salário mínimo atinge o mais alto patamar de compra da história do Brasil nos últimos 50 anos, desde agosto de 1965.

O rendimento médio dos trabalhadores brasileiros vem crescendo há vários anos, em todas as regiões do País – isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fruto de políticas acertadas do Governo Lula e do Governo da Presidenta Dilma.

É óbvio, Sr. Presidente, que agora nós vivemos a continuidade de uma crise internacional que começou em 2008 e que atinge o mundo inteiro, assim como uma crise hídrica aqui em nosso País. Nós estamos acompanhando isso de perto. Por isso, é preciso fazer alguns ajustes na economia do nosso País. E a Presidenta Dilma está atenta. Nós, também, do Partido dos Trabalhadores, estamos atentos para que os ajustes sejam feitos, mas não atinjam a classe trabalhadora.

A taxa de desemprego, em 2013, estava em 7,1%. Em 2014, ano passado, a taxa baixou para 6,8%. Nós vamos fazer todos os esforços possíveis para que esses ajustes não atinjam a classe trabalhadora, protegendo o salário do trabalhador, para que ele continue tendo um salário mínimo bom, no sentido de cada vez mais melhorar a sua vida.

Foi, sim, no Governo de Lula e no da Presidenta Dilma que mais de 30 milhões de brasileiros saíram da faixa dos que estavam abaixo da linha da pobreza. Quase 40 milhões de brasileiros tiveram ascensão à classe média, Sr. Presidente. Esse é o legado do PT e dos partidos aliados, da Presidente Dilma, do Presidente Lula. Isso não pode ser jogado às cinzas, Sr. Presidente!

O que acontece nesta Casa é uma ofensiva dos setores conservadores da sociedade brasileira e da política nacional para tentar impedir esses avanços e a consolidação de um projeto que está dando certo no Brasil e que tem repercussão internacional. Por isso, há essa ofensiva aqui dentro, onde ouço alguns pares desta Casa querendo vender gato por lebre, Sr. Presidente.

Mas eu quero aqui, da tribuna do Parlamento brasileiro, chamar a atenção da militância do nosso partido, do PT, dos nossos dirigentes, dos nossos Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e da sociedade brasileira: é preciso reagir ao que está acontecendo nesta Casa.

Diversas vezes ouvi aqui discursos inflamados dos setores da Oposição, de Parlamentares querendo entregar a PETROBRAS ao mercado. Já tentaram fazer isso lá atrás, quando governaram este País. Quiseram vender a PETROBRAS, privatizar a PETROBRAS.

Devemos, sim, apurar toda denúncia de corrupção que houver na PETROBRAS; devemos, sim, apurar profundamente, Sr. Presidente, inclusive lá de trás, desde quando o Sr. Fernando Henrique Cardoso era o Presidente da República. Mas nós não podemos deixar que quebrem a PETROBRAS, nem que a PETROBRAS seja privatizada neste País. É preciso defender esse patrimônio do povo brasileiro. E nós e a sociedade brasileira estamos aqui para defendê-lo.

Eu vi aqui, no início do debate sobre a reforma política, uma tentativa de fazer passar uma reforma que não atende aos interesses do povo brasileiro. A reforma política, Sr. Presidente, é mãe de todas as reformas; é a reforma mais importante do nosso País. Não podemos relegá-la a segundo plano. É preciso discutir a reforma política com a participação popular. Nós temos que convidar, sim, a OAB, os movimentos sociais, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, enfim, toda a sociedade brasileira para debater a reforma política nesta Casa, para trazermos um desenho de uma reforma política que atenda aos interesses da sociedade brasileira, dos setores populares, dos movimentos populares.

Não é possível que aqui, na reforma política, passe novamente o financiamento privado das eleições. Não é possível! Isso não deu certo! Esse desenho não está dando certo no Brasil! Não é possível que aqui não se acabe com a reeleição, garantindo um período fixo de 5 anos para Presidente da República, para Prefeito e para Governador, Sr. Presidente!

Nós precisamos discutir isso, se é isso mesmo o que a sociedade quer ou se não é. Qual é a reforma concreta que a sociedade quer que se apresente nesta Casa e que seja aprovada pela maioria absoluta dos pares que estão aqui no Congresso Nacional?

Nós temos que lutar por uma reforma tributária também neste País. Eu vi aqui ontem a aprovação do orçamento impositivo. Será que não seria muito mais lindo, mais legal para o País se ontem estivéssemos aprovando uma reforma tributária e fazendo a distribuição de renda neste País já diretamente para os Municípios, para os Estados, criando um novo pacto federativo, desenvolvendo, assim, a defesa da prática do municipalismo?

Todos os Deputados aqui tiveram votos nos Municípios brasileiros, em cada região, em cada Município, em cada cidade. Semana que vem, depois do carnaval, Sr. Presidente, dia 23, será o Dia do Municipalismo Brasileiro. Eu quero ver esta Casa também defender o municipalismo, a força dos Municípios, a força da sociedade, para que a gente possa, cada vez mais, consolidar o poder local, consolidar os territórios, as regiões, os Municípios.

O século XXI é o século das cidades. Nós temos que avançar no debate aqui, na discussão sobre propostas concretas de consolidação do Município, do território, do cidadão, da cidadã que lá vive na rua, no povoado, em cada canto deste País, e que nos está acompanhando, avaliando nosso trabalho aqui dentro do Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, por último, gostaria de convidar o povo brasileiro para o carnaval. Agora, vamos entrar em fase de festas de carnaval, e tem carnaval em vários Estados: em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia. Eu

estou indo para a Bahia e gostaria de convidar os pares desta Casa e o povo brasileiro para também participarem do carnaval da Bahia. Que possamos, durante esses dias, além de participar do carnaval, pensar um pouco mais sobre o nosso País, sobre a responsabilidade que temos no Parlamento brasileiro. E, após o carnaval, ao virmos para esta Casa, que façamos um debate mais propositivo, que atenda mais aos interesses da sociedade brasileira, dos trabalhadores e do povo.

Foi assim que fui Prefeito por três gestões em Camaçari, no Estado da Bahia, fui Vereador por duas gestões e fui Deputado Estadual. Aqui, no Congresso Nacional, eu quero contribuir com o povo de Camaçari, da Bahia e do Brasil, com propostas, projetos, discussão sadia e profunda sobre os reais problemas do Brasil, buscando as saídas, e não trabalhando para o quanto pior, melhor. Nós temos que defender a Pátria, o Brasil. E defender a Pátria, defender o Brasil, é defender o povo brasileiro, é consolidar esse trabalho que nós estamos fazendo de transformação deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Heuler Cruvinel, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Zé Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Sras. e Srs. Parlamentares, temos outros inscritos no Pequeno Expediente. Antes de ouvirmos o Deputado Cabuçu Borges, concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere lidos dois pronunciamentos. O primeiro trata de uma homenagem que fazemos ao Partido dos Trabalhadores pelos 35 anos de existência, no dia 10. Falo da sua missão e também das ações que nós temos que fazer no sentido de levar este País, cada vez mais, à democracia plena, ao progresso, ao desenvolvimento, com justiça social e com transparência, no combate à corrupção.

O segundo discurso se refere ao Tribunal Superior Eleitoral, que, ontem à noite, decidiu que o Prefeito Zé Bento, do Município de Soledade, é o Prefeito lá, que ninguém tira, ninguém toma, porque foi o povo que o elegeu. Quero parabenizar o nosso Prefeito Zé Bento. Que Deus o abençoe nessa liderança, voltada para o povo de Soledade, na Paraíba.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que dê a devida publicidade a estes pronunciamentos nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta quarta-feira, 10 de fevereiro, o Partido dos Trabalhadores completou 35 anos de existência. O PT foi e é um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul. Tem uma história preferencial e política de milhares de brasileiras e brasileiros e hoje é contemplado por mais de 1 milhão e meio de filiados em todo o território nacional. O PT é um fruto da aproximação dos movimentos sindicais, a exemplo da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que veio a ser o embrião da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O PT tem um viés socialista democrático, é um partido político de massas. Somos milhões de pessoas que trazem o orgulho em referência política no PT, mesmo em um ambiente histórico de fragilidade das organizações partidárias.

Somos milhares de trabalhadoras e trabalhadores que por um ideal fez progredir o País, através da democracia e do trabalho. Nascemos com uma postura crítica ao reformismo dos partidos políticos socialdemocratas. Nas palavras do seu programa original: *"As correntes socialdemocratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo imperialista"*.

É perceptível que este País melhorou significantemente em todas as esferas sociais, econômicas, culturais, educacionais e de segurança publica, saúde, geração de emprego e distribuição de renda. A partir daí, construímos um novo modelo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, inclusão social e nacionalização de setores estratégicos como o de petróleo e naval.

Construímos e continuamos a evolução de um país da diversidade, dos negros e outras etnias, dos camponeses, de heterossexuais e homossexuais, ecologistas, sindicalistas, "ongueiros", jovens, prostitutas, crentes e ateus. Um partido plural, temos socialistas, socialdemocratas, desenvolvimentistas, humanistas e até liberais.

É um partido feito de diferenças, de homens e mulheres de poucas letras e de intelectuais, é um partido criado de abnegados militantes. É o partido da evolução social, da evolução democrática, de luta trabalhadora e lutas humanas.

Por isso, depois destes 35 anos, quero desejar que esse partido se rejuvenesça sempre, que mais uma vez se sinta permanentemente forte a conquistar novos horizontes. Que o PT de Dilma/Lula continue reconstruindo um Brasil de diálogos de sentimentos humanistas.

Parabéns ao PT! Que o PT continue mudando a si mesmo, para continuar mudando o Brasil. Somos a marca da democracia e da revolução.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero, ao ocupar a tribuna hoje desta augusta Casa, tecer algumas palavras acerca da decisão do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, que elaborou decisão, ontem à noite, dia 10, quando voltou a analisar o Recurso Eleitoral Especial (RESPE) do ex-Prefeito Flavinho Aureliano (PTN), que visava reformar a decisão anterior da Corte Eleitoral em favor do atual Prefeito de Soledade, na Paraíba, Zé Bento e Fabiana.

Houve, acima de tudo, lucidez, ponderação e um profundo senso de equilíbrio que fez com que seis dentre os sete Ministros que compõem o TSE votassem pela reforma da sentença do TRE-PB, devolvendo o mandato ao Prefeito Zé Bento, do PT. Reforçou-se, assim, a credibilidade do TSE, ao mesmo tempo em que se mostrou ao País uma certa equivalência em termos de julgamento e posição dos Tribunais a respeito de um caso comum.

O que se verificou em termos políticos, contrariamente ao que se havia anunciado e sinceramente suspeitado, é que a decisão do TSE foi assimilada suficientemente pela classe, que, agora, já acerta suas composições.

Portanto, mais uma vez, venho aplaudir, desta tribuna, a decisão fundamental do TSE, em devolver, em primeiro momento, os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Soledade, na Paraíba, e, em segundo momento, de anular o recurso da suposta contrariedade com o advento real.

Parabéns, Prefeito Zé Bento! Que Deus o abençoe grandemente nesta liderança voltada ao povo soledadense.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Concedo a palavra ao Deputado Cabuçu Borges. V.Exa. dispõe de 3 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CABUÇU BORGES (Bloco/PMDB-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é o meu primeiro mandato, e quero neste momento registrar a nossa gratidão a Deus e ao povo do Estado do Amapá por confiar no nosso nome para representar tão brioso Estado no Poder Central, no Congresso Nacional.

Quero também aproveitar o momento para agradecer a toda a minha família, a meu pai, em memória, e a minha mãe, D. Cícera, que também depositou a confiança em nosso nome, e viemos a ter sucesso no período eleitoral.

Quero agradecer a meus irmãos, que já passaram por esta Casa. Agradeço a meu irmão Geovani Borges, que foi Deputado nesta Casa, e a meu irmão Gilvan Borges, que também foi Deputado. Exerceram ambos também mandato lá no Senado Federal.

Quero dizer que o momento momesco, o carnaval, está prestes a chegar. Eu, como Presidente de escola de samba, quero congratular-me com todas as dez escolas de samba que existem no meu Estado. Hoje temos o terceiro melhor carnaval do Brasil, carnaval de samba-enredo, onde contemplamos aquele espetáculo de arte e beleza, que é o carnaval do Estado do Amapá. Os dez Presidentes das dez escolas de samba, junto com os blocos, fazem deste período um dos mais bonitos da festa mais popular, mais bonita que o Brasil tem na sua cultura.

Sou um Deputado que tem como bandeira nossa cultura. Vou trabalhar para que possamos fortalecer a cultura do nosso Estado do Amapá.

Quero dizer aqui também da felicidade que tenho de participar do Congresso, porque aqui meu irmão, o Deputado Geovani Borges, conseguiu aprovar o Projeto de Lei nº 7.530, de 1986, que criou a Universidade Federal do Amapá. Na época, o Presidente José Sarney foi quem fez a sanção do Projeto, e hoje nós temos também uma das melhores universidades da Amazônia. Muito obrigado ao povo do Estado do Amapá por estar presente aqui neste momento para fazer este agradecimento.

Quero também aproveitar, Sr. Presidente, para fazer um registro pelo nosso Deputado João Marcelo, do Maranhão. Ele terminou seu tempo e precisava fazer o registro do falecimento de um grande amigo seu no Maranhão, Dr. Hidalgo Léda. Ele está aqui se solidarizando com a família, dando os pêsames a tão briosa família no seu Estado do Maranhão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Agora nós teríamos que encerrar o Pequeno Expediente, mas concederei a palavra ao Líder Domingos Sávio, do PSDB. Em seguida, nós iniciaremos o Grande Expediente e concederemos a palavra ao Líder do PSOL, o Deputado Chico Alencar. Peço a compreensão de S.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, prezado amigo, Deputado Zé Silva, que, para a nossa alegria, está presidindo esta sessão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje assistimos aqui a algumas manifestações que exigiram de mim voltar a esta tribuna para recolocar a verdade no seu devido lugar.

Primeiro vi, de maneira surpreendente, um colega Deputado do PCdoB vir aqui dizer uma série de despropósitos, na minha opinião, com relação à manifestação do Senador José Serra, um homem respeitado pela sua história, pela sua história de luta pela democracia, ainda nos tempos de ditadura; pelas suas passagens pelo Congresso Nacional, pelo Ministério; um homem de uma honra e de uma moral irretocável. Ele disputou inúmeras eleições. Agora, foi um dos Senadores mais votados do País.

Forjaram o Dossiê dos Aloprados – lembram-se bem – para tentar manchar a sua honra. Contra ele nada se provou. Aí tentam distorcer as palavras ditas por ele em favor da PETROBRAS e em favor do Brasil.

Eu quero aqui repetir, de maneira bastante objetiva, o que disse o Senador José Serra. Disse ele, num tom bem suprapartidário:

"Devemos todos nos preocupar em recolocar a PETROBRAS no caminho certo; devemos todos nos unir para salvar essa empresa tão importante para o Brasil; devemos priorizar aquilo que realmente é importante. Não devemos deixar que desviem as nossas atenções para outras questões, porque é importante salvar a PETROBRAS. Portanto, é importante refundá-la, tirando-a da mão daqueles que vêm saqueando, que vêm destruindo o patrimônio brasileiro."

E não foi o Senador José Serra que se referiu à quadrilha que foi colocada para saquear a PETROBRAS. Foi o Ministério Público, a Polícia Federal, os próprios ex-diretores que lá se assentaram e os ex-gerentes indicados pelo Governo do PT, tanto pelo Presidente Lula quanto pela Presidente Dilma. Portanto, é uma realidade de fato.

Na sequência, vejo com surpresa que um nobre Deputado que chega a esta Casa, creio que por um descuido, revelou o tanto que incomoda ao PT que as investigações sejam feitas e que a verdade seja descoberta. Ele usou, senhores e senhoras que me acompanham, a seguinte expressão: "essa famigerada Operação Lava-Jato"; "famigerada Operação Lava-Jato"!

Qualquer pessoa que tenha um conhecimento elementar do português sabe que essa expressão é para se referir a algo que a gente repugna, algo com o qual a gente não concorda, algo que não é correto. É famigerada uma operação com o propósito de desbaratar uma quadrilha que está roubando, destruindo o patrimônio dos brasileiros? É isso o que pensa o PT? Aliás, o PT confirmou que é isso o que pensa, embora volte agora a fazer discurso que quer salvar, que quer investigar, que quer que sejam punidos os responsáveis.

No ano passado, eu fui um dos Líderes que foram ao Supremo Tribunal Federal para conseguir que fosse instalada a CPMI, porque o PT, primeiro, não quis assinar; depois, tentou usar a pressão sobre o Presidente Renan, subserviente que é ao Planalto, e ele não a quis instalar. O Supremo mandou instalar.

Agora, este ano, o mesmo PT da falácia, da mentira e que diz que quer que seja apurado, não só não assinou, trabalhou para os partidos da sua base não assinarem, correu para colher assinaturas para uma série de outras CPIs de temas menos relevantes, menos urgentes, porque sabe que, se protocolarem cinco CPIs, a sexta vai para a gaveta, vai para o lixo, e o PT queria que a CPI da PETROBRAS fosse para o lixo. Agora, quando a CPI está instalada ou, pelo menos, já está com todos os procedimentos regimentais prontos, vem o PT dizer que quer investigação, vem o PT querer falar mal do Senador José Serra, que quer que a PETROBRAS seja recuperada, resgatada para todos os brasileiros?

Vem o PT com a velha cantilena de querer dizer que os problemas do Brasil são lá do tempo de Fernando Henrique! Chega! O povo brasileiro não aceita mais esse engodo; o povo brasileiro não aceita mais essa mentira de querer dizer que vocês são os salvadores da Pátria, os pais dos pobres, os defensores dos injustiçados, que vocês são os pais da moralidade.

O PT vem patrocinando um esquema de corrupção como nunca se viu – o Lula não adora isso? –, um esquema jamais visto na história deste País. É isto que ele precisa dizer. Jamais se viu tanta roubalheira, tanta incompetência, tanta tentativa de enganar o povo e de mentir. Depois, vêm a esta tribuna dizer: *"Oh, o PT quer investigar"*; *"Agora tem investigação, no tempo deles não tinha"*. Mentira! A Polícia Federal e o Ministério Público são soberanos desde a Constituição de 1988. Não foram vocês que criaram o Ministério Público ou a Polícia Federal ou deram a eles prerrogativas. Portanto, chega de enganação!

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra à Sra. Deputada Magda Mofatto, do PR do Estado de Goiás. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

A SRA. MAGDA MOFATTO (PR-GO. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Meus cumprimentos!

Sras. e Srs. Deputados, a crescente violência urbana no País, que nos assombra e estarrece cada vez mais, requer firme enfrentamento por nós, legisladores. Dois importantes estudos sobre o tema, divulgados no ano passado, o Mapa da Violência 2014 e o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontam números

assustadores. O brasileiro está ameaçado, acuado e, com toda a razão, temeroso por sua integridade física e a de seus amigos e familiares.

Há pouco mais de 11 anos, no dia 22 de dezembro de 2003, foi promulgada a Lei n° 10.826, que ficou conhecida como Estatuto do Desarmamento. Inspirado e concebido pela ideologia do banimento das armas de fogo no País, sem a prévia e imprescindível discussão técnica sobre seus efeitos e eficácia, tal dispositivo legal provocou o efeito oposto ao que se propunha: a violência com o uso das armas de fogo no País só aumentou desde então.

O Estatuto do Desarmamento modificou a tutela sobre as armas de fogo no Brasil, passando a adotar como regra geral a proibição à posse e ao porte desses artefatos, com raríssimas exceções. O coroamento dessa disposição legal era o seu art. 35, pelo qual se pretendia proibir radicalmente o comércio de armas e munição em território nacional.

Esse artigo era tão polêmico, o seu teor tão questionável, que os próprios legisladores condicionaram a vigência do dispositivo à aprovação popular, por meio de referendo convocado pela própria norma para outubro de 2005.

O referendo foi precedido por um intenso movimento pelo desarmamento, a Campanha Nacional do Desarmamento, realizada em 2004. Nela, concedeu-se o prazo de 180 dias para a regularização de registro ou porte perante a Polícia Federal, ou para a entrega de boa-fé, com direito a indenização.

A população acorreu em peso aos postos de recolhimento. Alagoas e Sergipe foram os campeões em recolhimento de armas. Desde então, até os dados computados em 2012, Alagoas tornou-se o Estado campeão de homicídios no País, e Sergipe quadruplicou suas taxas nessa modalidade de crime.

Não é de causar surpresa, pois, que o referendo tenha explicitado a rejeição maciça da população pelo desarmamento dos cidadãos de bem. O brasileiro constatou, pela sua própria experiência, que, para os criminosos, tal Estatuto resultaria inócuo, pois esses, que vivem ao arrepio da lei, não iriam, obviamente, se submeter à proibição do uso de armas de fogo!

O resultado do referendo não deixou dúvidas quanto ao sentimento dos cidadãos em relação ao assunto: 64% – repito: 64%! – dos que votaram, aproximadamente 60 milhões de brasileiros, disseram "não" ao banimento de armas. Isso se deveu, principalmente, à constatação prática, pelo cidadão, no seu cotidiano, na sua experiência concreta do dia a dia, da ineficácia dessa regra na redução da criminalidade.

O Mapa da Violência 2011, estudo nacional mais completo disponível sobre o assunto nesse período, mostrou que, em todo o ano de 2004 e nos 10 meses de 2005 em que vigoraram as restrições à posse e ao porte de armas, os números de homicídios verificados foram semelhantes aos registrados nos anos anteriores.

A população brasileira não tinha, portanto, nenhum motivo para abrir mão de seu direito de autodefesa e demonstrou isso de maneira cabal e irrefutável.

De nada adiantou, no entanto, a manifestação expressa da vontade popular. Hoje, na prática, tal proibição persiste, tamanhos os entraves burocráticos e os custos para a comercialização e o porte de armas. E isso acontece em desacordo com o próprio Estatuto do Desarmamento, que determina, no § 6º do seu art. 4º, que a autorização para compra de armas deve ser concedida ou negada com justificativa, no prazo máximo de 30 dias úteis.

Dormem, nas gavetas das autoridades responsáveis pelas concessões para o porte de armas, centenas de requerimentos, por meses e até anos, levando à desistência muitos dos interessados em adquirir tais artefatos.

Após a promulgação do Estatuto, o comércio de armas de fogo e munição caiu 90% no País. Dos 2.400 estabelecimentos especializados, registrados pela Polícia Federal no ano de 2000, restavam apenas 280 em 2008.

E não tem sido fácil reverter tal estado de coisas. Nos últimos anos, mais de 150 proposições foram feitas com esse objetivo e não seguiram adiante, em razão de pressões de dezenas de grupos, nacionais e internacionais, interessados em manter o *status quo*.

Entre as proposições, a que mais prosperou foi o Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, de autoria do nobre colega Deputado Rogério Peninha Mendonça e que visa disciplinar as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições. Nos seus 78 artigos e 3 anexos, o autor detalha, em excelente técnica legislativa, prazos para os trâmites legais necessários para a obtenção do certificado de registro de armas, tipifica crimes e estabelece pena para delitos envolvendo esses artefatos, além de fixar o valor das taxas a serem cobradas para o registro e porte de armas de fogo.

No ano passado, esse projeto foi uma das três proposições com maior número de manifestações de eleitores por meio dos canais de interação da Casa com a sociedade. A absoluta maioria dos manifestantes, cerca de 90%, disse "sim" ao projeto e "não" ao desarmamento.

O projeto do Deputado Rogério Peninha Mendonça começou a ser apreciado pela Comissão Especial criada com a finalidade de oferecer parecer à proposição, mas, como acontece em todo final de legislatura, a

proposta foi arquivada por encontrar-se ainda em tramitação. Nossa expectativa é a de que o autor agora requeira o seu desarquivamento, o que deverá acontecer em no máximo 180 dias após o início do ano legislativo, para que, então, possamos discuti-la e votá-la.

Sr. Presidente, nobres colegas, no que se refere a essa matéria, o Brasil está na contramão da história. A Organização das Nações Unidas realizou um amplo e profundo estudo sobre homicídio em âmbito global e reconheceu que não há relação direta entre o acesso legal da população às armas de fogo e os índices de homicídio, por uma razão óbvia: não são as armas dos cidadãos de bem que matam, mas as do crime organizado, para o qual, como já dissemos, a lei não tem a mínima relevância.

O estudo foi ainda mais longe, pois se verificou que, se há uma relação estatística entre esses dois fatores, ela é inversamente proporcional, ou seja, nos locais onde existe grande contingente de cidadãos armados registram-se baixos índices de violência.

Observemos o exemplo do Canadá, que um dia foi paradigma do ideal desarmamentista. Recentemente, numa decisão inédita sobre o tema, o Canadá abriu mão de um sistema implantado há 14 anos que obrigava o registro de todas as armas longas no País. Esse registro foi dispensado por uma razão muito simples: ficou comprovado pela experiência que as armas do cidadão de bem não eram as utilizadas para cometer crimes.

Sras. e Srs. Parlamentares, não podemos continuar adiando indefinidamente a apreciação de matéria tão relevante para a sociedade. Enquanto o cidadão de bem, o cidadão que paga seus impostos, que vive dentro da lei, continua privado do mais básico direito de defesa, o de possuir uma arma para proteger a si e sua família, os criminosos tornam-se cada vez mais bem aparelhados e organizados, comprometendo a paz e a segurança da sociedade.

Levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, relativo a 2013 e divulgado no ano passado, aponta que uma pessoa é assassinada no Brasil a cada 10 minutos. Desde o momento em que subi nesta tribuna para fazer este pronunciamento, pelo menos mais um cidadão brasileiro foi vítima de homicídio doloso. Isso é trágico, é revoltante, é inaceitável!

No total, 50.806 pessoas morreram assassinadas no Brasil em 2013, o que corresponde a 5,8 pessoas vitimadas a cada hora. O índice ficou em 25,2 vítimas para cada grupo de 100 mil pessoas, um montante assustador, se levarmos em conta que o percentual considerado não epidêmico pela Organização Mundial da Saúde é de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. No meu Estado, Goiás, o índice foi de 39,9 homicídios a cada 100 mil habitantes. Alagoas registrou a pior taxa do País, com 64,7 vítimas a cada 100 mil pessoas. Os melhores índices foram os de São Paulo e de Santa Catarina, com 10,8 assassinatos para cada 100 mil habitantes.

O Sr. Celso Maldaner – Deputada Magda, é possível um aparte?

A SRA. MAGDA MOFATTO – Sim, senhor. Pois não.

O Sr. Celso Maldaner – Eu gostaria somente de parabenizá-la, Deputada Magda, pelo brilhante pronunciamento que está fazendo na tarde de hoje, principalmente pelos números que está trazendo, e parabenizar o Deputado Peninha, que é catarinense e que deu entrada nesse projeto, porque, enquanto os bandidos andam armados, as pessoas de bem não têm como se defender. Eu trago aqui inclusive uma preocupação muito grande do meio rural: os nossos agricultores – pessoas de boa-fé que não usam armas – estão sendo assaltados por bandidos armados. Então, quero parabenizar V.Exa. pelos dados que está trazendo aqui para sensibilizar todos os Deputados. Que o Deputado Peninha desarquive esse projeto, para que a gente possa votá-lo e dar mais segurança à sociedade e ao povo brasileiro.

A SRA. MAGDA MOFATTO – Aproveito a oportunidade para também parabenizar o Deputado Peninha pelo maravilhoso, magnífico, profundo e muito estudado trabalho que foi proposto.

O Sr. Júlio Delgado – Nobre Deputada Magda, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. MAGDA MOFATTO – Pois não, meu amigo.

O Sr. Júlio Delgado – Querida Deputada, quero cumprimentá-la pelo pronunciamento. Eu estava no meu gabinete ouvindo seu pronunciamento, cheguei aqui e vi a conclusão do nobre Deputado Peninha e do Deputado Celso Maldaner, que estava falando. Eu e minha família fomos vítimas de um assalto no seu Estado, em Goiás, num posto de gasolina, quando voltava da sua cidade aqui para Brasília. Sei da sua preocupação com o povo goiano, com o povo do Estado de Goiás e com o povo brasileiro. Conheço sua postura, conheço seu mandato, o que V.Exa. faz para representar o povo de Goiás, e, acima de tudo, o que faz para representar aquelas pessoas de bem deste País que lutam pelo seu espaço, por segurança, por dignidade, que lutam por saúde e por educação de melhor qualidade. Quero ainda cumprimentar o Deputado Peninha, que aqui está, por esse projeto. Tenho certeza de que V.Exa. terá muito a contribuir neste Congresso Nacional, neste Parlamento. A sua presença em defesa de questões que atentam contra o povo brasileiro, que é o verdadeiro interessado no nosso trabalho aqui em Brasília, qualifica este Parlamento. Parabéns a V.Exa.! Eu a cumprimento com muito carinho!

A SRA. MAGDA MOFATTO – Muito obrigada pelas palavras gentis.

O Sr. Rogério Peninha Mendonça – Deputada Magda, bem rapidamente, eu quero agradecer a V.Exa. as palavras e também parabenizá-la pelo seu belíssimo pronunciamento. Fico muito feliz por tê-la junto conosco nesta luta para mudar o Estatuto do Desarmamento, para permitir que o cidadão de bem também possa ter uma arma para se defender, e não só o bandido, não só o marginal. Quero lhe dizer que já houve o pedido de desarquivamento do PL 3.722, de minha autoria. E, na semana após o carnaval, nós estaremos com um grupo de Deputados, numa audiência com o Presidente Eduardo Cunha, para pedir que ele volte a criar a Comissão Especial. Quero convidá-la para essa reunião e, mais ainda, convidá-la para participar dessa Comissão Especial, para discutir esse projeto de lei e mudar o Estatuto do Desarmamento. Fico feliz mesmo por tê-la junto conosco, apoiando esse nosso projeto. Obrigado, Deputada.

A SRA. MAGDA MOFATTO – Muito obrigada.

Tenha a certeza de que, com orgulho, farei parte desse grupo.

O Sr. Pr. Marco Feliciano – Deputada Magda, permita-me um aparte?

A SRA. MAGDA MOFATTO – Pois não, pastor.

O Sr. Pr. Marco Feliciano – Deputada, eu quero primeiramente parabenizá-la pelo excelente discurso e dizer que V.Exa. abrilhanta e dignifica a bancada feminina desta Casa. Sua postura em relação a esse projeto do Deputado Peninha me surpreende, e faço minhas as suas palavras acerca disso. Somente no nosso País as pessoas não têm condições de se defender. Hoje o meu Estado, o Estado de São Paulo, amanheceu consternado. Há menos de 2 anos, morreu em São Paulo aquele menino Victor Hugo Deppman, que foi assaltado em frente de casa. Ele levou um tiro na cabeça por causa de um celular, mesmo depois de tê-lo entregue na mão do assaltante. São Paulo hoje amanheceu triste, porque infelizmente o nosso País afrouxa as leis, e o meliante que acabou fazendo isso com ele, há 2 anos, hoje completou 18 anos e foi solto. Então, nós temos assassinos soltos e pessoas de bem presas dentro de suas casas sem poder se defender. Quero parabenizar V.Exa. e dizer que tem o meu apoio também a esse lindo projeto. Um abraço.

A SRA. MAGDA MOFATTO – Muito obrigada.

De 1988, quando o Brasil escreveu sua nova Carta Magna, para cá, houve mais de 1 milhão de homicídios dolosos, número superior ao de duas décadas de guerra no Vietnã. O total de mortes ocorridas em 2013 supera as vítimas do conflito da Chechênia, que durou de 1994 a 1996. O índice de mortes, só em Alagoas, de 64,7 vítimas a cada 100 mil habitantes, é semelhante ao registrado durante a Guerra do Iraque. Ou seja, os cidadãos brasileiros estão submetidos a uma situação de virtual guerra urbana, e das mais cruéis, sem que lhes seja dado ao menos o direito de legítima defesa.

Sr. Presidente, nobres colegas, a verdade é que vivemos uma situação muito peculiar. O legislador atribuiu ao cidadão o poder de aceitar ou rejeitar um dispositivo legal, através de referendo popular. O referendo foi realizado dentro da mais absoluta normalidade democrática. O resultado do referendo foi "não" ao dispositivo em questão. E o poder público, em vez de fazer valer a vontade popular, tem lançado mão de artifícios flagrantemente ilegais para contrariá-la.

Está na hora de nós, legisladores, colocarmos um basta nesta situação. A sociedade brasileira anseia pelo direito de garantir para si e para a sua família a segurança que o Estado não tem sido capaz de lhe assegurar. Um bom termômetro desse anseio popular é a repercussão do projeto de lei do Deputado Rogério Peninha Mendonça, que bateu recordes de aprovação popular em todos os fóruns de discussão na Casa, principalmente no Disque-Câmara.

O que não pode, em hipótese alguma, continuar a acontecer é deixarmos o cidadão à mercê da própria sorte, sem contar sequer com a possibilidade de garantir ele mesmo sua integridade física.

Quero, pois, deixar aqui registrado o meu inteiro apoio a todas as propostas que visem incrementar o aparato de segurança à disposição do cidadão, seja por meio do treinamento e aparelhamento das polícias, seja através do desenvolvimento dos serviços de inteligência e combate ao crime organizado.

Nada disso justifica, no entanto, a usurpação do legítimo direito do cidadão de garantir a própria defesa, de proteger o seu lar e os seus familiares, num momento em que o aparato policial não está ao seu alcance. A arma que nas mãos do bandido é uma ameaça à sociedade; nas mãos do cidadão, é a garantia de paz social. Por todas essas razões, defendo o fim do desarmamento da população civil.

Que cada cidadão brasileiro tenha o direito e a possibilidade de promover a própria defesa, não só com acesso legal às armas, como também com treinamento adequado e uma educação para o uso responsável dos armamentos.

Quero fazer uma comparação muito simples. Quando acontece um sinistro, chamamos o Corpo de Bombeiros, que tem a sua demora, de acordo com a distância, para a chegada. Porém, basicamente todos os veículos e estabelecimentos comerciais têm a obrigação de ter extintores de incêndio, para que sejam usados até a chegada do Corpo de Bombeiros e para propriamente amenizar o sinistro.

Com relação à segurança pública, muitas vezes, o cidadão de bem, ao ser vítima de bandidos, nem consegue chamar a polícia. E mesmo quando consegue já é tarde. Com a demora da chegada da polícia, seja pela distância, seja pela disponibilidade, todo o mal já foi feito: já aconteceu o estupro, o roubo ou o assalto, sem que o cidadão de bem tivesse a mínima chance de defesa.

Faço questão de, como mulher, mãe e avó manifestar a minha opinião sobre esse tema polêmico, sem machismo, mas, sim, com a certeza de estar sendo porta-voz de 64% da população que se manifestou pelo direito de legítima defesa e de não morrer nas mãos de bandidos. Estou convencida de que essa é a melhor maneira de enfrentarmos, com sucesso, uma criminalidade cada vez mais ousada e cruel.

O Sr. Luis Carlos Heinze – Concede-me V.Exa. um aparte.

A SRA. MAGDA MOFATTO – Pois não, Deputado.

O Sr. Luis Carlos Heinze – Eu queria cumprimentar V.Exa. pelo pronunciamento e fazer referência ao projeto de autoria do Deputado Peninha. Nós, do Rio Grande do Sul, temos esse problema, principalmente os produtores rurais do interior. Esse projeto discute como registrar uma arma. Hoje, ele não pode apenas ir à Polícia Federal. Estão discriminando pessoas do interior, moradores das vilas e de bairros pobres, que querem fazer isso. Nós estamos trabalhando na mesma direção, apoiando o projeto do Deputado Peninha, para facilitando esse registro, para que pessoas de bem e humildes também possam fazer o registro da sua arma. Como exemplo, mostramos uma senhora de 82 anos, que foi ameaçada e teve que se defender. Ela defendeu a vida dela e matou o bandido. Imaginem, o meliante invadiu o pequeno comércio dessa senhora, e ela se defendeu. Mas como a arma não tinha registro, está respondendo a um processo no Rio Grande do Sul! Esse é o caso de uma senhora com 82 anos, ainda com vitalidade, que defendeu a sua vida, e está respondendo a um processo. Parabéns pelo seu pronunciamento! Parabéns ao Deputado Peninha pelo projeto! Muito obrigado.

A SRA. MAGDA MOFATTO – Obrigada, Deputado. Com certeza, vamos atingir nosso objetivo.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar toda a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal que ocupou estas galerias e agradecê-la pela visita à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Deputado Chico Alencar ter cedido este 1 minuto.

Sr. Presidente, quero apenas lamentar que na sexta-feira passada na localidade de Bom Conselho, no interior do Município de Sananduva, no limite com a cidade de Cacique Doble, nós tivemos a sétima vítima de questão indígena no Rio Grande do Sul.

A preocupação é muito grande, Deputado Chico Alencar. Sei que V.Exa. tem um posicionamento. Esta sétima vítima tinha 44 anos, era pequeno agricultor, deixou viúva e dois filhos. Ele estava devendo 42 mil reais para advogados, antropólogos, historiadores, enfim, para um grupo de profissionais fazer a defesa de sua propriedade – e de seus antepassados, há mais de 100 anos –, com apenas 20 hectares. A dívida seria paga com 600 sacas de soja. Isso é um absurdo!

O Sr. Aldair Calderón acabou morrendo por problemas de depressão, por não poder trabalhar sua terra, na sexta-feira passada, simbolizando 181 produtores em 1.900 hectares.

Quero apenas deixar este registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Deputado Chico Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores que nos ajudam aqui e em todas as sessões, há um efeito colateral muito dramático da crise da PETROBRAS. Trata-se da situação falimentar de muitas empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ.

Ontem, o noticiário nacional registrou uma caminhada de mais de 300 trabalhadores, peões, pela Ponte Rio-Niterói, evidentemente causando transtornos à mobilidade motorizada das pessoas, mas foi um grito de desespero. Eles estão, desde dezembro, sem receber os seus salários, dos quais dependem para comer, viver. Assim, vários outros trabalhadores desse polo petroquímico estão mergulhados nessa situação de insolvência, de desrespeito ao elementar direito de receber pelo trabalho executado.

A Alumini, uma dessas empresas que não está pagando aos trabalhadores, diz que a PETROBRAS não fez o repasse. A PETROBRAS diz que está reexaminando os contratos para ver a sua licitude. E quem paga a conta é o trabalhador lá da ponta, o peão, que vê a sua família nessa situação dramática. Se alguém aqui alguma vez na vida já tenha vivido isso pode imaginar o que é não ter, ao fim do mês, o resultado monetário do fruto do

seu trabalho despendido. Isso ultrapassa até o conceito da exploração da mais-valia; isso é a escravidão contemporânea.

Então, quero fazer não só essa denúncia aqui – esses trabalhadores estarão amanhã em assembleia –, como também cobrar das empresas e da PETROBRAS o cumprimento das suas obrigações. Se o polo petroquímico está se inviabilizando, é outra questão. Mas quem trabalha lá e dedica pelo menos 8, 10 horas diárias do seu dia ao trabalho pesado, duro, tem o direito de receber a sua remuneração.

Queria, por fim, Sr. Presidente, dizer que estamos colhendo assinaturas para reconstituir aqui a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, que já tem mais de cem projetos elencados para a pauta. Se fosse examinada aqui pelo menos uma parte desses projetos, daria o arcabouço jurídico para que a impunidade e a corrupção sistêmica, crônica, que nos infelicitam, pelo menos fossem contidas. Há uma parte que nós devemos fazer, não só pela nossa postura ética, que é um dever de todo Parlamentar, mas também por uma iniciativa legislativa para tentar fechar alguns gargalos por onde a corrupção no Brasil vai seguindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Obrigado, Deputado Chico Alencar.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, ontem, dia 10 de fevereiro de 2015, funcionários que trabalham nas obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), em Itaboraí, fizeram manifestação contra a falta de pagamento de direitos trabalhistas e as demissões em massa praticadas pela empresa Alumini, responsável pelos contratos de terceirização.

Tais trabalhadores estão nas ruas desde o início de janeiro, chegando a reunir em seus atos cerca de 3 mil pessoas, entre empregados e funcionários demitidos em novembro e dezembro do ano passado. Na última quinta-feira, houve audiência de conciliação entre representantes da categoria, da PETROBRAS e da Alumini no Tribunal Regional do Trabalho. A PETROBRAS alega que já quitou os pagamentos à empresa terceirizada e que, no entanto, a Alumini não transfere as verbas para os funcionários. O valor da dívida é de quase 14 milhões de reais e, caso a terceirizada não quite o valor, a estatal, dona da obra, terá que arcar com o montante.

Mais uma vez, são os trabalhadores que sofrem as consequências das terceirizações e da instabilidade empregatícia, frutos da má administração, ausência de democracia interna e aplicação de princípios privados a nossas empresas públicas. A guerra entre Alumini e PETROBRAS não pode sacrificar os funcionários do COMPERJ, e cumprimos aqui o nosso papel de denunciar essa situação. Que a pressão nas ruas, mais uma vez, arranque os direitos e salários já garantidos juridicamente aos operários do Complexo Petroquímico.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) – Em seguida, convido o Deputado Fernando Coelho Filho, do PSB de Pernambuco, para o seu pronunciamento no Grande Expediente.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria cumprimentar todos aqui presentes e aproveitar este primeiro Grande Expediente desta Legislatura para dizer que as minhas primeiras palavras, nesta tarde de hoje, são de agradecimento ao povo de Pernambuco pelo privilégio de ter me concedido o terceiro mandato aqui nesta Casa.

Pela terceira vez, tive a honra de ser o Deputado Federal mais votado no Sertão do meu Estado. Também tive a honra de ter iniciado a minha vida pública ao lado de um grande homem, cuja ascensão eu tive a oportunidade de ver nos últimos anos: o nosso ex-Presidente e ex-Governador Eduardo Campos. Eu pude ajudar, contribuir e participar de perto do seu Governo e das transformações que Pernambuco experimentou nos últimos 8 anos, sob a liderança do Governador Eduardo Campos. Estou aqui, pela terceira vez, com os companheiros do PSB, tendo esta oportunidade.

Para nós, 2014 foi um ano ímpar, por termos apresentado ao País uma alternativa à polarização colocada entre o PT e o PSDB, e, de forma trágica, termos perdido uma tão promissora liderança. Quem teve a oportunidade de conhecer Eduardo Campos sabe do que estou falando.

Ficou plantado em Pernambuco o seu trabalho, e as sementes começaram a dar resultado com a eleição do nosso Governador Paulo Câmara, o Governador mais votado do País, proporcionalmente, e com a eleição do Senador Fernando Bezerra Coelho, o segundo Senador mais votado do País, para que continuem as transformações que se iniciaram em Pernambuco, com a vinda do polo naval, do polo alimentício, do polo vidreiro, do polo automotivo, que tanto nos orgulham, assim como todas as outras oportunidades de emprego que chegaram ao nosso Estado, como chegaram a outros Estados da Federação nesses últimos anos, para encher a nós pernambucanos de esperança.

Mas sabemos, também, que há muitos desafios colocados para podermos continuar obras que são importantes para nós pernambucanos da Capital, da Zona da Mata, do Agreste ou do Sertão, como a conclusão

das obras da Transnordestina, a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco. Agora, quando a falta d'água atinge outras regiões do País, espero que possamos todos nós nos curvar sobre esse tema, para encontrar soluções não só para o Sudeste, mas, de uma forma definitiva, também encontrar uma solução para o povo nordestino, que já sofre com esse problema há muito tempo.

Há muitos desafios, como o Arco Metropolitano, uma questão urgente; a interiorização da nossa Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, que precisa do apoio da nossa bancada, para poder seguir os passos da UNIVASF na Bahia, Deputado Bebeto, que já avançou para diversos outros Municípios. A UNIVASF pernambucana precisa também chegar a Salgueiro, chegar a Petrolândia, chegar a Floresta e chegar a Ouricuri.

No início desta minha terceira legislatura, eu não poderia aqui deixar de fazer um agradecimento todo especial aos Deputados do PSB – aproveito para cumprimentar os 34 novos Deputados do PSB da Legislatura atual –, que me conferiram a grande honra, o grande privilégio de, neste ano, liderar a nossa bancada na Câmara dos Deputados.

Muito me orgulha esse posto, que já foi ocupado por grandes Parlamentares, como Miguel Arraes, Eduardo Campos, Beto Albuquerque, Renato Casagrande, Pedro Valadares, Rodrigo Rollemberg, Márcio França, entre tantos outros.

À frente da Liderança, ouvindo os meus pares, vou procurar fazer, aqui da tribuna e da Câmara, o papel que a população espera tanto de nós nas ruas. Quando voltamos aos nossos Estados, somos abordados e, muitas vezes, incomodados, pelo descrédito que tem hoje o Parlamento brasileiro. É através das nossas ações, é através do que fazemos aqui nas votações todos os dias que nós vamos levar a população a se animar de novo com a política e saber que é através dela que vamos conseguir fazer as transformações de que o País precisa.

Queria também dar aqui uma palavra no início desta Legislatura: todos nós viemos aqui defendendo algumas bandeiras, defendendo alguns temas. Procurei, ao longo dos 8 anos em que aqui estou, defender o acesso à água, porque venho de uma região onde a água é um grande problema. Deputado Rodrigo Martins, do Piauí, sofremos as mesmas mazelas. O acesso à água é um grande problema. Outra questão, como disse, é a universalização da universidade.

Mas acredito que, neste momento, depois de tudo o que vimos e estamos vendo no noticiário brasileiro, deve ser papel não só de líder de partido, mas de todos os Parlamentares um esforço concentrado – vemos na pessoa do Presidente Eduardo Cunha total disposição – para podermos, até o dia 30 de setembro, ter votada aqui na Câmara dos Deputados uma reforma política.

Se a proposta que vamos analisar na Comissão Especial não for a de reforma política ideal, cada um de nós tem uma sugestão a apresentar. Nós sabemos que não vai ser possível cada um aprovar a sua proposta de reforma política, mas devemos colocar na mesa para discussão todas as boas sugestões. No amplo debate que será travado na Comissão Especial da Reforma Política, nosso partido está muito bem representado pelos Deputados Luciano Ducci, Tadeu Alencar, Marinaldo Rosendo e Luiza Erundina.

Tenho certeza de que, ao término desse debate, vamos extrair boas ideias e, se Deus quiser, avançar na legislação eleitoral brasileira, para que possamos na próxima eleição, em 2016, comemorar avanços significativos e não mais deparar com notícias como as que vimos recentemente nos noticiários por todo o País.

Por isso, eu queria que as minhas primeiras palavras neste Grande Expediente fossem de agradecimento ao povo pernambucano e de agradecimento aos meus companheiros Deputados Federais.

Concedo um aparte ao Deputado Bebeto.

O Sr. Bebeto – Meu caro Líder Fernando Coelho Filho, para nós do PSB é uma honra ver assumir a Liderança do partido um jovem intrépido politicamente, que tem atuado no seu Estado de Pernambuco, vizinho da nossa Bahia, e se desincumbido das suas responsabilidades enquanto mandatário. V.Exa. chega a esta Casa com dois mandatos – está indo para o terceiro – e assume nesta quadra a Liderança do nosso partido. É, sem sombra de dúvidas, um orgulho para nós ver um jovem Parlamentar de 30 anos assumir tão importante função em nome do nosso partido. E se releva tal condição nesta quadra que nós vivemos, uma quadra conturbada econômica, social e politicamente. V.Exa., com sua forma de tratar as relações políticas, vai ajudando a construir, não só no interior do partido, mas também nas relações com os demais partidos, um consenso progressivo em torno de temas tão complexos que nós temos debatido nesta Casa. Portanto, quero parabenizá-lo e dizer da nossa alegria enquanto Parlamentar do PSB da Bahia. Estou solidário com V.Exa., porque sei que se desincumbirá, mais uma vez, da sua responsabilidade, na condição de Líder, fazendo com que o PSB possa ser protagonista, possa tratar de uma agenda que associe os mandatos dos nossos Parlamentares à agenda da sociedade por reforma política, por Saúde+10 e por tantos temas fundamentais para a vida nacional. Parabéns, meu Líder!

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Muito obrigado, Deputado Bebeto. Agradeço as palavras. Tive a honra, nos mandatos que ocupei anteriormente nesta Casa, de ser companheiro da Deputada, hoje Senadora,

Lídice da Mata e agora tenho a honra de conviver com V.Exa. na experiência desta Legislatura e desta Liderança, na certeza de que juntos vamos defender os melhores interesses do povo brasileiro.

Concedo um aparte ao companheiro Deputado Rodrigo Martins.

O Sr. Rodrigo Martins – Agradeço o aparte, Deputado Fernando Coelho Filho. É um prazer chegar à Câmara Federal e encontrar V.Exa. disposto a liderar uma bancada de 34 Deputados Federais do Partido Socialista Brasileiro e, ao mesmo tempo, a ajudar a conduzir esses 19 Deputados novatos, que aqui chegamos. O partido sofreu uma perda inestimável, uma perda que realmente abalou a nossa estrutura socialista. Eduardo Campos deixou um vácuo muito grande, mas suas ideias e seus posicionamentos ficaram. Eu tenho absoluta convicção de que V.Exa., assim como os demais companheiros de Pernambuco e os demais companheiros socialistas aqui da Câmara Federal, irá dar sequência ao exemplo de luta e ao exemplo de político que Eduardo Campos foi. E o PSB tem-se destacado na Câmara Federal por revelar grandes e importantes políticos, sobretudo lideranças jovens. Eu tenho plena convicção de que, não só para o povo pernambucano, mas para todo o povo brasileiro, V.Exa. terá mais um mandato brilhante e estará entre os Parlamentares que ajudarão a conduzir os projetos de bem da sociedade brasileira. Parabéns a V.Exa.! Muito obrigado pela liderança participativa que V.Exa. tem feito no PSB. Eu tenho absoluta convicção de que nós socialistas vamos passar por essa crise apoiados no exemplo de Eduardo, buscando força nos seus projetos e nos seus ideais, e vamos seguir em frente capitaneados por V.Exa. aqui no Parlamento.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Agradeço ao Deputado Rodrigo Martins. Sou eu que agradeço o apoio, a solidariedade para poder, nesta Legislatura e neste ano, ocupar o cargo de Líder. Nós somos vizinhos ali no nosso Sertão do Araripe, ali no nosso Sertão do São Francisco com o Estado do Piauí. Conheço a tradição da sua família, o excelente trabalho que o Governador Wilson Martins fez no Estado do Piauí. Quero dizer que estamos aqui nessa trincheira defendendo os bons ideais do PSB e defendendo os melhores interesses de Pernambuco e do Brasil.

Neste momento que nós do Partido Socialista Brasileiro vivemos após a perda do nosso líder maior, da nossa liderança nacional, cabe a nós algo que estamos exercitando todos os dias, um diálogo e um debate interno imenso, para que possamos continuar unidos na posição, que tiramos no final do ano passado, de independência na nossa atuação nesta Casa. Que possamos nos respeitar, respeitar o Governo e respeitar a Oposição. E a nossa posição requer muita serenidade, muita tranquilidade, para que possamos respeitar, como eu disse, as divergências que muitas vezes teremos internamente, as quais ocorrem em todos os partidos. Na nossa bancada, no fórum adequado, dialogaremos sobre todas elas, como fizemos antes e temos feito recentemente, e sairemos unidos, para poder expressar neste plenário e para todos que acompanham o nosso partido que a nossa posição e o ensinamento que o nosso Presidente nos deixou foi o de que o diálogo, quando benfeito, ajuda a construir pontes.

Por isso, eu queria agradecer a todos os que me deram esta oportunidade. Desta feita, foram mais de 112 mil pernambucanos que me confiaram o voto para que eu pudesse estar hoje nesta tribuna. De forma particular, eu não poderia encerrar o meu pronunciamento sem fazer um agradecimento especial à minha querida cidade de Petrolina. Em todas as minhas caminhadas, eu pude contar com a generosidade do seu povo, da sua gente, que me conferiu votações sempre superiores à casa dos 30 mil votos e fez com que eu chegasse aqui para defender os interesses dos homens e das mulheres sertanejas.

Por isso, eu agradeço, Presidente, a oportunidade. Queria deixar aqui, no início da minha terceira legislatura, as minhas palavras de agradecimento e de confiança de que o dia de amanhã haverá de ser melhor que o dia de hoje. E nós vamos fazer no PSB o nosso papel, para que possamos ter uma sociedade mais justa e uma sociedade mais igual.

Muito obrigado.

O Sr. Zé Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Altineu Côrtes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Silva, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos veículos de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero agradecer a audiência muito produtiva que eu tive nesta tarde com o Ministro Patrus Ananias, de Minas Gerais. Estive lá como extensionista, como Parlamentar e também como membro da Frente Parlamente *da Assistência Técnica* e Extensão Rural. Trata-se de um tema que tem sido recorrente na nossa atuação nesta Casa e que, aliás, nos trouxe aqui para defender os interesses da agricultura brasileira, da agricultura familiar e do extensionista rural brasileiro.

O primeiro ponto para o qual pedi o empenho do Sr. Ministro, e que S.Exa. prontamente disse que nos próximos 15 dias será resolvido, é a nomeação da Direção da ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, tema principal nos 2 primeiros anos do nosso mandato nesta Casa, atuando na Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural e também na Subcomissão Especial da Agricultura Familiar.

Outro tema foi também relacionado à extensão rural. Pedi que o Ministro fizesse todo os esforços possíveis para fortalecer a ação de restruturação da extensão rural nas unidades da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER no Brasil. O órgão precisa fazer concurso público, precisa contratar novos profissionais, precisa melhorar a infraestrutura de tecnologia da informação, para que os extensionistas fiquem mais equipados e possam atender aos agricultores, fazendo com que as inovações, os novos conhecimentos cheguem mais rapidamente àqueles que mais precisam, os nossos produtores rurais.

Levei também uma sugestão, até para preservar o patrimônio genético brasileiro, de que seja criado um programa brasileiro de sementes para a agricultura familiar, com dois eixos: primeiro, que as empresas brasileiras de produção de sementes, que são pequenas e credenciadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, tenham um incentivo; segundo, que as sementes genéticas produzidas pela EMBRAPA possam ser multiplicadas e espalhadas por todo o Brasil para os agricultores familiares.

Neste momento, há um grande anseio no Brasil com o problema da água. Por isso levei também a sugestão de criar um programa libertador de abastecimento de água. Nós o implantamos em Minas Gerais e já atendemos a mais de 60 mil famílias rurais.

Outro tema fundamental que será apreciado nesta Casa, até para tranquilizar os extensionistas brasileiros, os fiscais agropecuários dos Estados e os pesquisadores das empresas estaduais de pesquisas, são as três PECs que apresentamos nesta Casa: a Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 2011; a Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2011; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, que criam piso nacional de salário unificado para essas três categorias. Elas foram inicialmente arquivadas, com base no art. 105 do nosso Regimento, mas já pedi o desarquivamento.

O movimento que estamos fazendo com os extensionistas, os fiscais e os pesquisadores tem procurado as Sras. e os Srs. Parlamentares nos Estados, pedindo apoio para o piso nacional de salário dos extensionistas, pesquisadores e fiscais agropecuários federais. Eu tenho certeza de que agora, muito rapidamente, nós estaremos com elas desarquivadas.

Ao Presidente desta Casa nós queremos pedir, em nome da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural, que sejam criadas as Comissões Especiais. Assim, essas categorias, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura brasileira, serão reconhecidas, com a criação do piso salarial nacionalmente unificado para todos os pesquisadores, extensionistas e fiscais agropecuários.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna falar dos valores, das funções e do papel fundamental que os trabalhadores da extensão rural, da pesquisa e dos serviços de sanidade animal e vegetal desempenham para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do nosso País.

Na extensão rural, Sr. Presidente, os profissionais somam mais de 16 mil extensionistas e cerca de 9 mil profissionais na área administrativa. Essa força de trabalho está presente em 96% dos Municípios do Brasil, levando tecnologias, conhecimentos, políticas públicas e, principalmente, esperança e solidariedade a cerca de 30 milhões de brasileiros que vivem e trabalham no meio rural.

Tenho dito sempre que, para as famílias rurais, os profissionais extensionistas são praticamente a única presença do Estado brasileiro em seu espaço de convivência e de trabalho. Pelas mãos desses profissionais chegam as novas tecnologias de produção de alimentos, os conhecimentos científicos, os sistemas de crédito rural, os projetos produtivos e as novas formas de preservação e recuperação ambiental. Enfim, sem os profissionais da extensão, da pesquisa e serviços de sanidade animal e vegetal, o meio rural brasileiro seria ainda mais isolado e distante das políticas públicas, dos conhecimentos e tecnologias e das ações e diretrizes do Estado e dos Governos.

Digo que seriam ainda mais isolados, Sras. e Srs. Deputados, porque, apesar de ninguém mais desconhecer, por exemplo, o papel estratégico e fundamental desempenhado pelos extensionistas rurais, cerca da metade dos agricultores familiares brasileiros não recebem ainda os serviços da assistência técnica e extensão rural.

Para mostrar essa situação de forma objetiva, em números consolidados pela Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER, o quadro é o seguinte: a extensão rural atende a 2,3 milhões de agricultores familiares, o que representa 53% do total de agricultores familiares no Brasil. Portanto, é necessário avançar no sentido de universalizar esses serviços em nosso País. E, para isso, é preciso valorizar os

profissionais que atuam nesse atendimento à agricultura familiar e que não são apenas os extensionistas, mas também os pesquisadores que atuam nas empresas públicas para o setor agrícola e os profissionais dos serviços de sanidade animal e vegetal.

Esse conjunto de trabalhadores, Sr. Presidente, tem uma atuação profissional que garante ao povo brasileiro a segurança alimentar, e ao País, a geração de renda e trabalho num setor que nos faz reconhecido como nação de ponta, em se tratando de agricultura tropical.

Dessa forma, estamos novamente propondo a esta Casa a apreciação e aprovação de nossas propostas de emenda à Constituição que instituem pisos salariais unificados para os trabalhadores da extensão rural, da pesquisa agropecuária e dos serviços de sanidade animal e vegetal.

Valorizar esses profissionais significa assegurar as condições de fortalecimento de nossa segurança alimentar; significa garantir avanços na direção de tecnologias sustentáveis de produção de alimentos e preservação ambiental; e significa também a garantia de alimentos de qualidade e quantidade necessárias à saúde e à qualidade de vida de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes) – Vai-se passar ao horário de

VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Major Olimpio Gomes, pelo PDT.

O SR. MAJOR OLIMPIO GOMES (PDT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, cidadãos que nos acompanham pelas mídias da Câmara dos Deputados, qual é o valor da vida? Foram 56 mil vidas ceifadas, vítimas da criminalidade, em 2014.

O momento é agora; o momento é aqui. O Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, num gesto de coragem e postura, juntamente com os Líderes partidários, acolhendo uma manifestação do PDT – Do meu Líder, Deputado André Figueiredo –, por uma sugestão minha, já publicou hoje o ato de criação da Comissão Especial para avaliação de projetos na área da segurança pública.

Assim como é fundamental a reforma política, mais do que nunca também é necessária a alteração na legislação que rege a segurança pública no nosso País: a legislação penal, a legislação processual penal e a legislação especial. E por quê? O Congresso Nacional tem que dar esse retorno à sociedade, exatamente pelas circunstâncias de tragédia que a sociedade vem vivendo.

Matar polícia não é nem mais notícia em jornal de bairro. Só na Polícia Militar de São Paulo, seis policiais militares são baleados por semana. Eu tenho ido a dois enterros por semana.

Hoje eu vi uma matéria da Rede Globo, no jornal pela manhã, esculhambando a Polícia Militar de São Paulo, dizendo, ou supostamente dizendo, que todos os entreveros entre policiais e marginais são farsas criminosas montadas pelos policiais.

Será que os nossos policiais estão simulando tomar tiro no peito, na cabeça, em regiões vitais? Seis por semana? Diz a matéria, mentirosamente, que somente nove policiais morreram em São Paulo – nove policiais, Deputado Marco Feliciano, em serviço. Fora de serviço, só de policiais militares foram 96, além de 14 policiais civis e 12 agentes de segurança penitenciária!

Pior que a mentira só há a meia verdade. Nós não podemos nos calar. O policial morre defendendo a sociedade e jura por isso.

Eu gostaria de fazer a leitura da carta de um casal de pais ao Congresso Nacional, a nós Parlamentares, que tem o seguinte teor, dirigido aos Deputados:

> "Sinop, MT, 26 de janeiro de 2015
> *Exmo. Sr. Deputado*
> *MAJOR OLÍMPIO GOMES*
> *PDT SP Gabinete 279 Anexo II*
> *Câmara dos Deputados*
> *CEP 70160-900 – Brasília – DF*
> *Nossas saudações e nossos parabéns pela conquista do cargo de maior importância da Nação, eis que Vossa Excelência representa o povo brasileiro.*
> *Somos pais do Eric Francio Severo, estudante de Medicina, de 21 anos, vítima de latrocínio aqui em Sinop no dia 27 de dezembro de 2014. Eric é mais uma das 100 mortes por homicídio aqui no Município e uma das 56,3 mil vítimas do Brasil em 2014. Eric não teve nenhuma chance de defesa. Até o último instante, confiou que seria solto. Mas morreu amarrado, com um tiro na cabeça.*

Seus assassinos estão presos. Podem pegar de 20 a 30 anos de cadeia. Mas com os benefícios da lei poderão estar soltos em dez ou quinze anos. Estão vivos, e seus familiares poderão vê-los e conversar com eles a qualquer momento. Essa é a realidade permitida pelo Estado brasileiro: para latrocidas, vida em liberdade; para suas vítimas, pena de morte!

Quanto a nós, nunca mais poderemos ver, falar e conviver com nosso filho Eric, bom filho, estudioso, dedicado, cujo brilhante e promissor futuro foi apagado pela covardia e pela certeza da impunidade ou da branda punição. Isso não é justo!

Somos contra a pena de morte. O ideal seria a prisão perpétua para esse tipo de crime. Quem mata para roubar tem que saber que vai passar o resto da vida na cadeia. Mas se não for possível a instituição da prisão perpétua, que as penas sejam aumentadas para pelo menos 40 ou 50 anos, sem direito a progressão no regime de pena. Precisamos mudar a atual legislação penal. Quem comete latrocínio tem que saber que vai passar muitos anos na cadeia, que não vai sair depois para cumprir parte da pena.

Ouve-se falar que aumentar a pena não resolve o problema. Quem pensa assim é porque nunca teve um ente querido atingido pela violência do latrocínio.

Agradecemos e contamos com a atenção ao nosso pedido que, acreditamos, é também o de milhões de brasileiros, especialmente de mães, pais e famílias que estão em igual situação. E, por favor, nos diga: podemos contar com o apoio de Vossa Excelência ou teremos que partir para projetos de iniciativa popular?

'Para o triunfo do mal, basta que os bons nada façam.' (Edmund Burke, 1729-1797)

Leonildo Severo e Soely Francio Severo."

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que hoje o noticiário das grandes mídias de São Paulo está dizendo algo que vai acontecer em 90 dias. Em abril de 2013, o mundo tomou conhecimento, e V.Exas. também, das imagens de um circuito fechado de tevê de um prédio que mostravam que um jovem de 19 anos, Victor Deppman – o Vitão, como o pai, a mãe e os amigos o chamavam –, fora executado covardemente com um tiro na cabeça na porta de casa.

Ele, estudante de Jornalismo, voltando do trabalho, foi abordado, e, muito embora entregasse o celular – como o mundo viu pelas imagens –, o facínora entendeu por bem puxar o gatilho, estourar-lhe a cabeça e matá-lo naquele momento. Faltavam 3 dias para esse maldito completar 18 anos de idade – 3 dias! Isso foi em abril de 2012. Como ele era simplesmente um menor infrator, será colocado em liberdade nos próximos 90 dias. Ele não está em estabelecimento prisional, porque a legislação não faculta isso.

Eu participei, com a família Deppman, com a nossa colega Deputada Federal Keiko Ota – ela também estava lá –, de uma passeata com milhares de cidadãos que pediam alteração na legislação, a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente, para termos a criminalização de condutas desta natureza, independente da idade, para termos a redução da maioridade penal. Agora, a sociedade está tomando conhecimento de quão trágica é a própria legislação.

Nos próximos 90 dias, o facínora adolescente – então não estava praticando crime, foi mero ato infracional, arrebentar a cabeça do Vitão, 19 anos de idade, com um tiro – estará nas ruas. E há agora a preocupação dos pais. Ele sabe onde moram os pais, sabe que os pais fizeram mobilização, que houve passeatas, e agora não há nenhum instrumento sequer para dar-lhes segurança.

Então, fica aqui a minha manifestação. Consolidei esta semana projetos para a revisão de aumento de pena para latrocidas, estupradores, homicidas qualificados, chegando, sim, a 50 anos, para que o império da lei possa ser um mecanismo de impedir ações dessa natureza ou, pelo menos, inibir a prática de tais crimes.

Cabe a nós, Srs. Deputados, ao Senado, ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo, tomar uma atitude. Nós não podemos simplesmente ler e lamentar cartas como esta. Esse pai e essa mãe estão representando milhões de brasileiros ao dizer: *"Estamos esperando uma resposta".* Podem ter certeza de que o Congresso Nacional dará a resposta que a sociedade quer, espera e merece.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA – Sr. Presidente, V.Exa. me permite dar uma pequena informação?

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes) – Brevemente, Deputado. Pois não.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, hoje, no Brasil, mais de 11 mil entidades aguardam análise de seus documentos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao buscar o CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social. A falta desse Certificado de filantropia impede que as entidades, como hospitais, maternidades, asilos, orfanatos, etc., recebam recursos federais.

Nós estamos encaminhando requerimento. Estou indo agora a uma audiência com a Ministra, para que ela contrate pessoas e agilize a liberação do CEBAS, a fim de que entidades sociais de todo o Brasil não sejam

prejudicadas por não receberem esse Certificado. Há casos inclusive de entidades que aguardam há 6 anos esse Certificado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EVAIR DE MELO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes) – Pois não, Deputado, mas seja breve, pois há vários inscritos.

O SR. EVAIR DE MELO (Bloco/PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muita tristeza, como a imprensa está noticiando, que comunico a ocorrência de um acidente em navio-plataforma da PETROBRAS, hoje, no norte do Espírito Santo. Trata-se de um navio fretado, com tripulação terceirizada, que estava a serviço da PETROBRAS.

Sou solidário às famílias das vítimas, em quantidade ainda não identificada. Peço à PETROBRAS rigor e transparência na apuração do acidente. E tenho plena confiança no atendimento que o Governo do Estado vai dar às vítimas desse acidente, que é mais um marco triste da história da indústria petrolífera no norte capixaba.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Cortes) – Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, pelo PPS.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PPS-MA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente não pude participar do debate que nós tivemos agora há pouco, no Grande Expediente, acerca da situação de violência que vive o Brasil.

Eu, como defensora e militante dos direitos humanos no Brasil – não poderia fazer diferente; não vai dar para a gente fazer o debate agora –, deixo aqui uma frase: violência chama violência. Nós precisamos ter a compreensão de que o Estado precisa fazer o aparelhamento do sistema de assistência no Brasil, dando muito mais empoderamento e investimento aos Municípios brasileiros, para que a política de aplicação da medida socioeducativa de fato possa acontecer à altura, o que infelizmente não ocorre no Brasil.

Da mesma forma, se analisarmos o sistema prisional, veremos que a proposta de ressocialização não existe, e os investimentos também são muito reduzidos, inferiores; estão longe daquilo que efetivamente deveria acontecer para se promover a paz, que é o anseio de todo cidadão brasileiro.

Infelizmente, nós não temos tempo agora neste espaço para fazer esse debate, mas o faremos no momento certo, inclusive contra a redução da maioridade penal. Esse não é o caminho. O caminho é o contrário, é o investimento nessa política, para que nós tenhamos jovens saudáveis, educados e comprometidos com o bem-estar social.

Presidente, eu quero trazer o meu contentamento, a minha felicidade com a aprovação que nós tivemos hoje da criação de Comissão Externa desta Casa em que vamos apurar, averiguar as razões que levaram a PETROBRAS a suspender investimentos fundamentais na Região Nordeste brasileira, particularmente no Estado do Maranhão e no Estado do Ceará. Hoje, inclusive, recebemos um pedido da base, de Pernambuco para que também o Estado venha a fazer parte dessa Comissão Externa.

O nosso Estado do Maranhão, que tem indicadores sociais gritantes, os piores nas áreas de educação, saneamento, infraestrutura, saúde e demais, sonha, desde 2010, quando houve o anúncio, naquele momento, da possível instalação da refinaria. Nós tivemos, em janeiro de 2010, a chegada ao Estado da representação da PETROBRAS, com o então Presidente Lula. Ao longo de todo o ano, houve uma expectativa grandiosa, porque a esperança era que o perfil econômico do Estado mudaria. Inclusive, com essa expectativa, nós tivemos quase 80% dos votos de nosso Estado concedidos à candidata à Presidência da República, na época, Dilma Rousseff.

Nós tivemos, no início de 2014, em mais um ano eleitoral, o anúncio do Plano de Negócios e Gestão da PETROBRAS, reafirmando a implantação da refinaria, inclusive anunciando licitação para todo o ano de 2014.

Tivemos um investimento de 2 bilhões e 100 milhões de reais, incialmente, apenas na terraplenagem no Estado do Maranhão, mais precisamente no Município de Bacabeira.

Também, no ano de 2014, nós tivemos mais de 70% de votos para a Presidente Dilma. E o retorno que tivemos este ano foi a suspensão dessa refinaria, depois de anunciada sua licitação e inclusive aprovada pelo Conselho da PETROBRAS.

Um investimento dessa magnitude, que geraria 25 mil empregos, um investimento que seria de 40 bilhões de reais, jamais seria executado se incialmente não tivessem feito um estudo de impacto, de viabilidade, o que agora é a argumentação quando se afirma a suspensão do investimento.

Essa Comissão Externa desta Casa, no meu entendimento, dará uma resposta a essas indagações, porque tudo o que está sendo justificado, a exemplo da não viabilidade da malha viária, já estava previsto quando do anúncio por parte do Conselho.

Portanto, Presidente, eu estou ansiosa de que o resultado do acompanhamento e da apuração responda à indagação dos maranhenses e também dos cidadãos do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes) – A próxima oradora inscrita, usando o tempo da Liderança, pelo PT, é a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos diante de grandes desafios no Brasil. E esses desafios, para o Parlamento, devem ser tratados de forma coerente, para fortalecermos a democracia, as instituições públicas, o vínculo das instituições com a sociedade. Especialmente, devemos estar atentos à nossa responsabilidade, como autoridades públicas, em nome do Brasil, do patrimônio nacional, da soberania nacional e do desenvolvimento do País.

Eu digo isso porque, diante da crise que vivenciamos nos dias atuais – e é importante classificá-la dessa forma –, pelos ataques que temos sofrido como partido, o Partido dos Trabalhadores, como Governo, o Governo da Presidenta Dilma, e, particularmente, os ataques à PETROBRAS, todos devemos agir para o esclarecimento pleno dos fatos e para que a responsabilização seja efetiva daqueles que forem confirmados como culpados por atos indevidos no que diz respeito à gestão da coisa pública e do patrimônio nacional.

Fazer isso é essencial. É um patamar de onde, neste pronunciamento, não quero me afastar. Não faremos jamais um pronunciamento que defenda que aqueles que erram, que aqueles que cometem ações indevidas nas funções nas quais recebem o apoio da população devam ser absolvidos da responsabilização.

Mas o que está em curso não é isso. As investigações em curso não visam exclusivamente a profilaxia das instituições. As investigações em curso, aliadas aos movimentos políticos que, dentro deste Congresso Nacional, têm encontrado lugar e que têm encontrado lugar também em setores golpistas da sociedade brasileira, procuram, Deputado Pompeo de Mattos, agir, na verdade, contra o patrimônio público, contra a PETROBRAS e querem, em todos os sentidos, revisar aqueles caminhos importantes que foram trilhados ao longo do último período, que asseguraram um regime de partilha mais adequado e a recuperação das funções públicas de Estado, que estavam danosamente prejudicadas no Brasil até a vitória política do projeto liderado pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma.

Sras. e Srs. Deputados, o que está em curso é que há setores do Brasil que, no tempo, se observássemos em décadas anteriores, poderiam ser chamados "os vende-pátria". São aqueles lesas-pátrias de outros períodos que querem desmoralizar a PETROBRAS, que querem desestabilizar o Governo eleito, o Governo da Presidenta Dilma, e colocam no jogo político todas as críticas, não no sentido de enfrentarmos as dificuldades, de limparmos a Nação brasileira das circunstâncias estruturais da corrupção contra a qual nós nos rebelamos, a qual nós enfrentamos, e devemos enfrentar, de forma coerente. Na verdade, estão aqui buscando comprometer, de um lado, o patrimônio público, a soberania do Brasil e, de outro lado, também a democracia instituída, o Governo eleito, com movimentos golpistas que estão em curso e que são inaceitáveis do ponto de vista da democracia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PETROBRAS tem sido alvo de um bombardeio de notícias sem verificações, de notícias que procuram promover a desestabilização dos valores dessa empresa e a sua condição necessária para levar adiante os investimentos de que o Brasil precisa para o crescimento.

Nós devemos renovar o nosso orgulho nessa empresa. Nós devemos renovar o nosso orgulho nos 86 mil trabalhadores dessa empresa. E, somando-me ao meu colega que recentemente pronunciou-se aqui, manifesto, neste momento, inclusive a nossa solidariedade no sentido político, porque eles também estão sendo atacados. Mas neste momento, senhoras e senhores, pelo acidente, enfim, agora, em tempo real noticiado neste plenário, que busquemos estar ao lado da família petroleira, dos trabalhadores, em defesa dessa empresa, em defesa dos trabalhadores e em defesa do que ela significa para o Brasil. A crítica disseminada, a crítica denuncista, sem fundamento, visa exclusivamente atacar o quadro técnico, não separa o joio do trigo e quer comprometer o desempenho dessa empresa, que é tão importante para todo o Brasil, para o próprio continente e para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, quero dizer ainda aqui que, concluído o processo eleitoral de 2014, a Oposição não permitiu sequer um momento sem que contestasse o resultado das urnas.

Senhoras e senhores, os nossos adversários não se envergonharam sequer de buscar judicialmente o questionamento do resultado das eleições, procurando impedir aquele resultado sagrado, vindo das urnas. Quero dizer que aqueles que agem contra a PETROBRAS são os mesmos que não buscam a solução para a corrupção, que não abrem aquilo que aconteceu antes do Governo Lula. Trata-se de importante investigação em curso, mas totalmente direcionada, posicionada nos seus mais fortes esforços contra o Governo Lula, contra o Governo da Presidenta Dilma. Não tenho dúvida disso. Nós queremos que o que houve de errado no período de Governo do Presidente Lula e no período do Governo da Presidenta Dilma seja totalmente conhecido para que sejam responsabilizados os agentes. Mas que sejam responsabilizados igualmente os agentes políticos e econômicos do período anterior, do período de governo do Presidente Fernando Henrique.

Nós sabemos bem que as forças corruptas agem dentro do Estado, perpassando governos, e, agindo dessa forma, não podem ter trégua, seja em que governo for que tenham agido, que tenham atuado.

Por isso, não podemos aceitar que a investigação tenha como objetivo exclusivamente esse período, porque aqueles que nesse período agiram mal contra a PETROBRAS, aqueles que agiram como corruptos, que

queremos ver punidos no período de governo que nós representamos, começaram a estabelecer os seus tentáculos criminosos nos períodos anteriores.

O Governo do Presidente Lula salvou, e muito, as funções públicas da PETROBRAS. Com o Governo do Presidente Lula, nós aprovamos o sistema de partilha. Com o Governo da Presidenta Dilma, o que se deve estar colocado para o Brasil é avançarmos na distribuição de renda, é avançarmos na educação, é garantirmos os direitos do povo brasileiro, enfrentarmos as contradições ainda severas que geram violências na sociedade brasileira e sermos, como autoridades públicas, verdadeiros exemplos de dignidade diante da Nação brasileira.

Nós, que almejamos isso, nem mais nem menos, devemos agir com decência diante da coisa pública, para mantermos vivo o patrimônio público, para defendermos a PETROBRAS e para rejeitarmos qualquer iniciativa golpista, qualquer discurso de *impeachment*, qualquer bobagem que esteja colocada nesse plano.

Inclusive, quando nesta Casa nós estamos com a missão da reforma política, lamentavelmente, a Comissão constituída para tratar dessa reforma está trabalhando com um projeto, com uma PEC que não teve qualquer diálogo com a sociedade brasileira.

Há grandes temas para o Brasil: o tema da reforma política, o tema da soberania, do interesse público, do enfrentamento da corrupção – doa a quem doer –, o tema do fortalecimento das instituições e de seu vínculo com a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, faço aqui um brado em defesa da PETROBRAS, em defesa da soberania nacional, em defesa da legalidade, para que aqueles que atacam a Presidenta Dilma saibam que nós estamos prontos para, mais uma vez, como fizemos em outros momentos golpistas, nos unirmos ao Brasil e ao povo brasileiro pela legalidade, pela Constituição, pelos direitos da população e pela soberania nacional.

Muito obrigada.

A SRA. JÔ MORAES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer um registro de 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes) – Deputada, seja breve, porque existem vários oradores inscritos. Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero apenas pedir que nos Anais desta Casa seja registrado o *Manifesto da Federação Única dos Petroleiros*, que demonstra que a defesa da empresa PETROBRAS é um compromisso de toda a sociedade brasileira. Apuraremos todos os malfeitos, mas, sem dúvida nenhuma, garantir o funcionamento da PETROBRAS é garantir o emprego.

Expresso aqui toda a solidariedade aos trabalhadores atingidos neste último acidente.

Era isso, Sr. Presidente.

MANIFESTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Manifesto da Federação Única dos Petroleiros

Há quase um ano o País acompanha uma operação policial contra evasão de divisas que detectou evidências de outros crimes, pelos quais são investigadas pessoas que participaram da gestão da Petrobrás e de empresas fornecedoras. A ação institucional contra a corrupção tem firme apoio da sociedade, na expectativa de esclarecimento cabal dos fatos e rigorosa punição dos culpados.

É urgente denunciar, no entanto, que esta ação tem servido a uma campanha visando à desmoralização da Petrobrás, com reflexos diretos sobre o setor de Óleo e Gás, responsável por investimentos e geração de empregos em todo o País; campanha que já prejudicou a empresa e o setor em escala muito superior à dos desvios investigados.

A Petrobrás tem sido alvo de um bombardeio de notícias sem adequada verificação, muitas vezes falsas, com impacto sobre seus negócios, sua credibilidade e sua cotação em bolsa. É um ataque sistemático que, ao invés de esclarecer, lança indiscriminadamente a suspeita sobre a empresa, seus contratos e seus 86 mil trabalhadores dedicados e honestos.

Assistimos à repetição do prejulgamento midiático que dispensa a prova, suprime o contraditório, tortura a jurisprudência e busca constranger os tribunais. Esse método essencialmente antidemocrático ameaça, hoje, a Petrobrás e suas fornecedoras, penalizadas na prática, enquanto empresas produtivas, por desvios atribuídos a pessoas físicas.

Ao mesmo tempo, o devido processo legal vem dando lugar ao tráfico seletivo de denúncias, ofensivo à consciência jurídica brasileira, num ambiente de obscuridade processual que propicia a coação e até o comércio de testemunhos com recompensa financeira. Na aparente busca por eficácia, empregam-se métodos que podem – isto, sim – levar à nulidade processual e ao triunfo da impunidade.

E tudo isso ocorre em meio a tremendas oscilações no mercado global de energia, num contexto geopolítico que afeta as economias emergentes, o Brasil, o Pré-Sal e a nossa Petrobrás.

Não vamos abrir mão de esclarecer todas as denúncias, de exigir o julgamento e a punição dos responsáveis; mas não temos o direito de ser ingênuos nessa hora: há poderosos interesses contrariados pelo crescimento da Petrobrás, ávidos por se apossar da empresa, de seu mercado, suas encomendas e das imensas jazidas de petróleo e gás do Brasil.

Historicamente, tais interesses encontram porta-vozes influentes na mídia e nas instituições. A Petrobrás já nasceu sob o ataque de "inimigos externos e predadores internos", como destacou a presidência da República. – Contra a criação da empresa, em 1953, chegaram a afirmar que não havia petróleo no Brasil.

São os mesmos que sabotaram a Petrobrás para tentar privatizá-la, no governo do PSDB, e que combateram a legislação do Pré-Sal.

Os objetivos desses setores são bem claros:

– Imobilizar a Petrobrás e depreciar a empresa para facilitar sua captura por interesses privados, nacionais e estrangeiros;
– Fragilizar o setor brasileiro de Óleo e Gás e a política de conteúdo local; favorecendo fornecedores estrangeiros;
– Revogar a nova Lei do Petróleo, o sistema de partilha e a soberania brasileira sobre as imensas jazidas do Pré-Sal.

Para alcançar seu intento, os predadores apresentam a Petrobrás como uma empresa arruinada, o que está longe da verdade, e escondem do público os êxitos operacionais. Por isso é essencial divulgar o que de fato aconteceu na Petrobrás em 2014:

– A produção de petróleo e gás alcançou a marca histórica de 2,670 milhões de barris equivalentes/dia (no Brasil e exterior);
– O Pré-Sal produziu em média 666 mil barris de petróleo/dia;
– A produção de gás natural alcançou 84,5 milhões de metros cúbicos/dia;
– A capacidade de processamento de óleo aumentou em 500 mil barris/dia, com a operação de quatro novas unidades;
– A produção de etanol pela Petrobrás Biocombustíveis cresceu 17%, para 1,3 bilhão de litros.

E, para coroar esses recordes, em setembro de 2014 a Petrobrás tornou-se a maior produtora mundial de petróleo entre as empresas de capital aberto, superando a ExxonMobil (Esso).

O crescente sucesso operacional da Petrobrás traduz a realidade de uma empresa capaz de enfrentar e superar seus problemas, e que continua sendo motivo de orgulho dos brasileiros.

Os inimigos da Petrobrás também omitem o fato que está na raiz da atual vulnerabilidade da empresa à especulação de mercado: a venda, a preço vil, de 108 milhões de ações da estatal na Bolsa de Nova Iorque, em agosto de 2000, pelo governo do PSDB.

Aquela operação de lesa-pátria reduziu de 62% para 32% a participação da União no capital social da Petrobrás e submeteu a empresa aos interesses de investidores estrangeiros sem compromisso com os objetivos nacionais. Mais grave ainda: abriu mão da soberania nacional sobre nossa empresa estratégica, que ficou subordinada a agências reguladoras estrangeiras.

Os últimos 12 anos foram de recuperação e fortalecimento da empresa. O País voltou a investir em pesquisa e a construir gasodutos e refinarias. Alcançamos a autossuficiência, descobrimos e exploramos o Pré-Sal, recuperamos para 49% o controle público sobre o capital social da Petrobrás.

O valor de mercado da Petrobrás, que era de 15 bilhões de dólares em 2002, é hoje de 110 bilhões de dólares, apesar dos ataques especulativos. É a maior empresa da América Latina.

A participação do setor de Óleo e Gás no PIB do País, que era de apenas 2% em 2000, hoje é de 13%. A indústria naval brasileira, que havia sido sucateada, emprega hoje 80 mil trabalhadores. Além dos trabalhadores da Petrobrás, o setor de Óleo e Gás emprega mais de 1 milhão de pessoas no Brasil.

É nos laboratórios da Petrobrás que se produz nosso mais avançado conhecimento científico e tecnológico. Os *royalties* do petróleo e o Fundo Social do Pré-Sal proporcionam aumento significativo do investimento em Educação e Saúde. Este é o papel insubstituível de uma empresa estratégica para o País.

Por tudo isso, o esclarecimento dos fatos interessa, mais do que a ninguém, aos trabalhadores da Petrobrás e à população brasileira, especialmente à parcela que vem conquistando uma vida mais digna.

Os que sempre tentaram alienar o maior patrimônio nacional não têm autoridade política, administrativa, ética ou moral para falar em nome da Petrobrás.

Cabe ao governo rechaçar com firmeza as investidas políticas e midiáticas desses setores, para preservar uma empresa e um setor que tanto contribuíram para a atração de investimentos e a geração de empregos nos últimos anos.

A direção da Petrobrás não pode, neste grave momento, vacilar diante de pressões indevidas, sujeitar-se à lógica dos interesses privados nem agir como refém de uma auditoria que representa objetivos conflitantes com os da empresa e do País.

A investigação, o julgamento e a punição de corruptos e corruptores, doa a quem doer, não podem significar a paralisia da Petrobrás e do setor mais dinâmico da economia brasileira.

É o povo brasileiro, mais uma vez, que defenderá a empresa construída por gerações, que tem a alma do Brasil e simboliza nossa capacidade de construir um projeto autônomo de Nação.

Pela investigação transparente dos fatos, no Estado de Direito, sem dar trégua à impunidade;

Pela garantia do acesso aos dados e esclarecimentos da Petrobrás nos meios de comunicação, isentos de manipulações;

Pela garantia do sistema de partilha, do Fundo Social e do papel estratégico da Petrobrás na exploração do Pré-Sal;

Pela preservação do setor nacional de Óleo e Gás e da Engenharia brasileira.

Defender a Petrobrás é defender o Brasil – nosso passado de lutas, nosso presente e nosso futuro.

Federação Única dos Petroleiros

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, pelo PSDB.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (Bloco/PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Parlamentares, inicialmente nós queremos agradecer a deferência ao nobre Presidente Eduardo Cunha ao colocar em votação o Requerimento de nº 98, de 2015, de nossa autoria, que *"requer a instalação de uma Comissão Temporária Externa, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco".*

Essa Comissão Externa, Sr. Presidente, visa, acima de tudo, a concretizar essa grande obra, que é a transposição de água do Rio São Francisco.

O projeto, todo o estudo, os cálculos, data do ano 2000. A partir daí houve várias matérias em relação a essa grande obra para o Nordeste, e aqui temos uma matéria do *Estadão*: *"À espera do Velho Chico"*. Quer dizer, são milhares de nordestinos à espera do Velho Chico, à espera da transposição das águas do Rio São Francisco.

No Ceará e na Paraíba, o Partido dos Trabalhadores ficou enganando o povo com esse compromisso desde a época do ex-Presidente Lula. Quando lá esteve, ele não disse que a vaca não ia tossir, mas disse que mais nenhum nordestino seria abastecido com carro-pipa.

Só no Ceará são mais de mil carros-pipas transportando água contaminada; em Alagoas, 56 crianças já morreram por água contaminada pelo carro-pipa. E cadê a transposição do Rio São Francisco?

Na primeira eleição da Presidente Dilma, o mesmo fato aconteceu: colocaram centenas, milhares de servidores para fazer a transposição de águas do Rio São Francisco, e nada aconteceu. Hoje, no Estado do Ceará, 4 mil pessoas que estavam trabalhando nas obras foram demitidas.

Cadê o compromisso com o Nordeste? Cadê o dinheiro da transposição das águas do Rio São Francisco?

Por isso, os nobres Líderes desta Casa aprovaram o requerimento de nossa autoria para que nós possamos fazer essa Comissão Externa, a fim de, *in loco,* vermos realmente o que está acontecendo.

Será que há empreiteiras também nessa questão da transposição, como há na PETROBRAS? Será que esta transposição não sai porque está havendo desvio? No projeto original, eram 4 bilhões de reais; hoje já são 8 bilhões de reais. A vaca vai tossir, e essa água não vai chegar. Isso não pode acontecer. Nós precisamos ter transparência.

No momento em que S.Exa. oficializar essa Comissão Externa, nós oficializaremos e faremos as visitas *in loco*. Já pedimos relatório ao Tribunal de Contas da União para verificar o porquê desses aditivos.

Quando estive no Jati, na época da campanha eleitoral do último pleito, havia trabalhadores às 10 horas da noite naquele trecho da obra, que funcionava pela manhã, à tarde e à noite. Hoje, 4 mil servidores foram demitidos no Estado do Ceará, segundo matéria do *Diário do Nordeste*.

O que está acontecendo? Há descaso por parte da Presidente Dilma, daqueles do Governo com o povo nordestino. A Presidente Dilma não teve nem a delicadeza de vir aqui ler a mensagem presidencial. Não veio! Desculpe o termo, acovardou-se, foi lá para a Bolívia, não sei para onde. Então, vá para a Venezuela, porque a inflação lá está galopante também. É o modelo que querem aplicar!

O fato é que a mensagem presidencial, quando fala de recursos hídricos, fala do Sudeste. Todos os Parlamentares receberam a mensagem da Presidente Dilma que fala da preocupação, da determinação, com as questões hídricas do Sudeste. E cadê o Nordeste, que concretizou a maioria de votos para a reeleição da Presidente Dilma? Por isso é que, em termos de pesquisas e avaliações, está dito – num linguajar popular —: *"faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".*

Infelizmente, é como muitos estão dizendo: a Presidente Dilma faltou com a verdade. Faltou com a verdade ao dizer que a refinaria do Ceará não seria implementada; faltou com a verdade quando mobilizou 10 mil pessoas para trabalharem à noite, em terceiro turno, nas obras da transposição, não os efetivou e está demitindo gente.

"Ah, tem fazer um reajuste nas finanças!" Ora, a herança maldita é dela mesma, pois, no Governo passado, quem era a Presidente da República? Era a Presidente Dilma.

Há um pacote de maldades agora, ao ponto de os sindicatos estarem nesta Casa pedindo para votarmos contra esse pacote, que é contra o trabalhador, contra o povo, contra a população brasileira.

Agora, a gente pede aos Parlamentares e aos Líderes dos partidos que indiquem seus membros para a Comissão Externa, pois, no período passado, o Presidente Henrique Alves, como nordestino, oficializou-a, e o Partido dos Trabalhadores acovardou-se no momento em que o Deputado José Guimarães, mesmo sendo cearense, não teve a dignidade de designar os membros do PT para compor essa Comissão. Será que ele, que está como Líder do Governo, irá se acovardar de novo? Será que o PT vai se acovardar e não apresentar os nomes para essa Comissão? Isso precisa ser passado a limpo.

O fato é que V.Exa., Presidente Eduardo Cunha, ao estabelecer essa nova Comissão Especial, pode ter a certeza de que, pelo andamento dos trabalhos desta Casa Legislativa, pelo dinamismo que V.Exa. está implementando nesta Casa, a Câmara Federal dará várias respostas positivas ao povo brasileiro e ao povo nordestino.

Nós temos centenas e mais centenas de matérias dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* (*Estadão)*, *O Povo*, *Diário do Nordeste*, e *O Estado*, também do Estado do Ceará, fazendo críticas e denúncias dos desacertos que há nessa obra tão importante para o povo nordestino. É como bem frisa a matéria do *Estadão, "À espera do Velho Chico"*. Quer dizer, vamos passar mais quanto tempo esperando pelas águas da transposição do Rio São Francisco?

É claro que essa Comissão irá fazer com que nós aceleremos o debate e contribuamos para que possamos garantir essa grande obra.

Quando o ex-Governador e ex-Ministro Ciro Gomes estava no Ministério da Integração, tomou uma atitude bastante positiva, elogiosa. Havia problemas com as empreiteiras, e o ex-Ministro Ciro determinou que a obra começaria com o Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro. Foi como a obra teve celeridade. Se, naquela época, o ex-Ministro Ciro tivesse tido força suficiente para manter o Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro tocando essa obra, com certeza ela estaria concluída. Em uma das audiências públicas que nós realizamos, o próprio General do Comando Militar do Nordeste reafirmou que o Exército Brasileiro tem condições técnicas, tem recursos humanos, tem maquinário suficiente para fazer uma obra dessa envergadura.

Então, ficam aqui os nossos agradecimentos a todos os Líderes; ao Líder Carlos Sampaio, que endossou na nossa bancada do PSDB a formatação dessa Comissão Externa, e a V.Exa., Presidente Eduardo Cunha, por ter colocado a matéria em votação em regime de urgência, que foi aprovada, com certeza, para a alegria de todo o povo nordestino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Gomes de Matos, o Sr. Altineu Côrtes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeo de Mattos, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Dando sequência às Comunicações Parlamentares, eu chamo o Deputado Altineu Côrtes, pelo PR, jovem Deputado que assume o mandato nesta Casa e que vem da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. S.Exa. está com a palavra.

O SR. ALTINEU CÔRTES (PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero mais uma vez dizer da minha satisfação ao usar esta tribuna nessas primeiras duas semanas de trabalho do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados.

Em primeiro lugar, eu quero dar os parabéns ao nosso Presidente Eduardo Cunha pelo ritmo e pela coragem com que vem pautando a nossa Casa, a Câmara dos Deputados, e o nosso Plenário nessas últimas duas semanas. Colocar a reforma política em andamento é tudo o que o povo brasileiro quer. E o Presidente Eduardo Cunha, com firmeza, através da aprovação da imensa maioria dos nossos Deputados em plenário, conseguiu dar esse passo tão importante para o Brasil, para a sociedade brasileira, que espera isso já há bastante tempo.

Aprovou-se também o orçamento impositivo, que é o respeito ao Parlamentar que representa aqui as suas bases, as suas cidades – aquelas cidades, aqueles bairros para os quais, infelizmente, o Governo Federal não tem os olhos voltados, mas o Deputado tem, através dos Vereadores, das lideranças. Então, o orçamento impositivo vai chegar aonde precisa. É um respeito ao Parlamento.

Estamos de parabéns o Deputado Eduardo Cunha e nós, Deputados, porque aprovamos o orçamento impositivo, que, com certeza, vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros onde eles mais precisam, porque somos nós, os Parlamentares, que, através de lideranças e de Vereadores, estamos vendo o problema mais de perto, como disse antes.

Eu, Sr. Presidente, quero mais uma vez trazer aqui o assunto da PETROBRAS.

Eu tive a honra de ser escolhido pelo meu partido, o PR, para fazer parte da CPI da PETROBRAS como membro titular, e quero poder contribuir. Acho que o Governo da Presidente Dilma, inclusive a Presidente, tem dito que quer limpar, quer trazer às claras, o que está acontecendo na PETROBRAS.

Eu, por exemplo, sou do Município de Itaboraí, no Rio de Janeiro. Também de Itaboraí, e o representando, são a Deputada Soraya Santos e o Deputado Alexandre Santos, que estão aqui presentes. Nós estamos vivendo ali um problema gravíssimo: talvez mais de 20 mil desempregados, pessoas que lá investiram, que saíram de outras cidades, de outros Estados, para ali trabalharem. Ontem, tinha uma matéria no portal *G1* falando de um rapaz que, se eu não me engano, saiu de um Estado do Nordeste – não me lembro qual – e foi, com a esposa, para lá, e agora está desempregado.

O que esse rapaz faz? Como é que fica isso? De quanto é esse prejuízo? É uma grande covardia o que está acontecendo com a população de Itaboraí, no Rio de Janeiro, como, no Ceará, o caso da Refinaria Abreu e Lima e vários outros projetos da PETROBRAS pelo Brasil afora.

Agora, uma coisa me chama a atenção: quem fez a delação premiada? O Paulo Roberto Costa, o Alberto Youssef, o Pedro Barusco. E os engenheiros que assinaram essas planilhas? E os engenheiros e técnicos? E, por exemplo, o gerente do COMPERJ, no Rio de Janeiro, que assinou essas planilhas e viu isso acontecer? Quem são eles? Se não forem presos, eles têm que devolver o dinheiro que possivelmente eles levaram, porque ninguém assina uma planilha para um diretor que faz uma delação assumindo a culpa de que roubou milhões de reais. Quem assinou essa planilha a mando dele também cometeu um ilícito muito grave.

Essas pessoas terão que ser chamadas à responsabilidade, e é isso que eu pretendo fazer na CPI: trazer os nomes. Se não devolverem o dinheiro, se forem julgados culpados pela Justiça, têm que ser demitidos da PETROBRAS, assim como o jurídico da PETROBRAS, que deu o aval para assinar esses aditivos malditos que geraram toda essa corrupção.

Sr. Presidente, como membro dessa CPI que será instalada, eu quero trazer aqui a voz da população de Itaboraí, dos companheiros que me trouxerem. Quero ouvir as pessoas para a gente passar a limpo essa corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Obrigado, Deputado Altineu Côrtes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para completar o tempo do PR, concedo a palavra ao Deputado Francisco Floriano, também do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO LOPES – Peço só 1 minuto, Sr. Presidente, enquanto o Deputado se dirige à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo 1 minuto ao Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei rápido. Quero comunicar a todos que eu assinei o requerimento da CPI da PETROBRAS. E o assinei porque eu sei que o problema não é só com as pessoas que estão sendo indiciadas. Já que incluíram o nome do grande Fernando Henrique Cardoso, nosso herói da cultura e das línguas, ele merece também sofrer o mesmo processo de execração pública que sofrem todos aqueles que estão implicados na Operação Lava-Jato. Se vão entrar todos agora, eu acho que o jogo começará zero a zero.

É muito fácil ficar criminalizando o PT, enquanto o PSDB fica posando como se não tivesse privatizado, como se nunca tivesse entrado em escândalo, etc.

Portanto, agora o jogo está zero a zero, e isso vai ser bom para todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Obrigado por suas palavras, Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Chamo à tribuna, agora, dando prosseguimento às Comunicações Parlamentares, o Deputado Francisco Floriano, do Rio de Janeiro, representante da bancada do PR, para completar o tempo destinado ao PR, iniciado com o Deputado Altineu Côrtes, que ocupou a tribuna.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participei da sessão solene do primeiro ano legislativo desta Legislatura. Quero parabenizar o nosso Presidente, nobre Deputado Eduardo Cunha, pelo belo trabalho que vem mostrando nesta Casa e pela grande vitória, bem como todos os membros da Mesa Diretora. Parabenizo também o meu nobre colega e conterrâneo, Leonardo Picciani, pela grande vitória, nesta manhã, na eleição para a Liderança do PMDB.

Gostaria de usar neste discurso um tom de alegria e de satisfação, mas, diante do que está acontecendo no meu País, meu discurso é pudico e angustiado. Confesso que a mensagem da Presidenta também me desestimula.

O pacote de medidas para o controle da inflação e das despesas do Governo não parecem tangíveis. Não é preciso saber muito de economia para entender que a dívida interna, o desequilíbrio dos balanços da PETROBRAS e das empresas elétricas, a diminuição da arrecadação federal, o início do desemprego, o aumento das taxas de juros, a ascensão das tarifas e metas de inflação ultrapassadas dão base para prognósticos totalmente negativos. Estamos todos lamentando a crise energética e a falta de água. Esses desdobramentos continuarão a ocupar as manchetes?

Queria eu, como brasileiro, em um país tão rico, um país tão belo, ter notícias de que realmente o povo brasileiro está feliz. Preocupo-me com as dificuldades que o povo vem enfrentando.

Nada se consertará sem uma profunda revisão no sistema político. Inclusive, ainda está em fase de discussão a grande reforma política. Chamo a atenção desta Casa para que os Parlamentares, com toda a altivez, façam o melhor pela nossa Nação. Por esse grande peso político somos todos responsáveis. Que cada setor político cumpra sua parte e, em conjunto, superemos a crise em que estamos!

Desejo a todos os políticos brasileiros de todos os escalões consciência e sabedoria em todas as ações. E que deixemos de lado todo o pessimismo, todas as dúvidas. Vamos fazer isso com moral e com fé.

O povo brasileiro é um povo que vai às ruas, que acredita. Que nós possamos dar as mãos e lutar para que o País passe ileso por mais um momento de tanta dificuldade.

Que Deus abençoe você, sua família e todo o povo brasileiro!

Agora, eu gostaria também, já que eu pedi tanto a Deus, de deixar uma mensagem. Na semana passada passei por um momento muito difícil com a perda da pessoa mais especial da minha vida, minha mãe. Eu deixo aqui para as minhas irmãs, Verônica e Virgínia, assim como para toda a minha família, os meus sentimentos.

Quero agradecer a todos os colegas que mandaram as suas condolências, seus sentimentos. Eu agradeço a todos.

Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Obrigado, Deputado Francisco Floriano, do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Está inscrita, ainda para falar no período de Comunicações Parlamentares, a Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina, nossa vizinha na Região Sul do País. Está com a palavra V.Exa.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito este momento para destacar a votação de ontem da PEC do Orçamento Impositivo, a PEC 353, de 2003, PEC que defendi durante o período eleitoral; PEC que dá autonomia a cada Parlamentar na indicação das suas emendas, mas especialmente no cumprimento delas; PEC que faz com que o Parlamentar que está indicando recursos financeiros para uma unidade hospitalar ou recursos financeiros para uma pequena obra no Município não fique apenas na expectativa de que esses recursos lá chegarão.

A partir da aprovação em segundo turno dessa PEC, esses recursos, após a indicação, chegarão aos Municípios. Isso faz com que esta Casa se torne mais independente. Independente do Governo, independente da condição de o Parlamentar ser titular ou suplente, de estar aqui no exercício do mandato na oposição ou na base do Governo, teremos a garantia desses recursos.

Isso é fundamental, Sr. Presidente, porque, durante o período em que aqui estive na condição de suplente, representando meu Estado, não foi uma, duas ou três vezes que colegas Parlamentares ocupavam a tribuna – e assim também a imprensa divulgava, com letras garrafais – para dizer que havia acordo para liberação de recursos de emenda para votação de tal medida provisória ou para votação de tal projeto de lei. Essa PEC 353 traz a nós, ao conjunto de Parlamentares, a independência.

Mas nem tudo são louros e louvores a essa PEC. Lamentavelmente, nós, do setor saúde, vimos o texto que veio do Senado ser alterado. Refiro-me à base de cálculo para a saúde, que já está tão deficitária e com a qual não estamos dando conta de nossa tarefa constitucional.

Deputado Celso Maldaner, V.Exa. bem sabe do que falo, pois sua esposa é Prefeita, assim também o Deputado Marco Tebaldi, que também já foi Prefeito do Município de Joinville. Nós sabemos o que a grande maioria dos Municípios já está colocando na saúde muito mais de 20%. A média nacional é 21%.

O texto que nós aprovamos ontem, lamentavelmente, retira, com a nova base de cálculo, recursos do setor saúde. Isso é muito grave, porque nós precisamos, sim, que a saúde seja uma definição, um propósito de Governo – Governo Federal, Governos Estaduais e dos Governos Municipais.

Não estamos dando conta de atender o que está na Constituição, que é a saúde como direito de todos e dever do Estado, porque as listas de espera a cada dia aumentam nos Municípios. E de quem é a responsabi-

lidade? Do Secretário de Saúde e do Prefeito, que não fornecem o procedimento. De que jeito o farão, se seus recursos já estão comprometidos?

Mas, felizmente, nós já temos um novo projeto de emenda à Constituição, projeto apresentado pelo Deputado Macris, que restabelece recursos para o setor da saúde em defesa daquilo que nós vivemos aqui nos últimos anos e prevê, pelo projeto de iniciativa popular, 10% do nosso Produto Interno Bruto, chegando a 18,2 da Receita Corrente Líquida, que é equivalente.

Então, nós precisamos começar uma nova caminhada: a caminhada em defesa desse projeto de emenda constitucional que vem assegurar mais recurso para o setor da saúde.

Chega de a nossa saúde ser apenas um desejo, uma vontade do período eleitoral. Ou nós entendemos que a saúde é um dever do Estado e um direito de todos – e, aqui, quando eu digo "do Estado" é das três esferas de Governo – e que nós precisamos assegurar a redução das filas e a prevenção para que a gente reduza cada vez mais os nossos gastos com saúde.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço para ser dado como lido o meu discurso, e que o mesmo seja divulgado pelos veículos de comunicação da Casa, a respeito da aprovação da PEC ontem, mas já na defesa da nossa PEC da Saúde, buscando assegurar mais recursos para o setor da saúde.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Deputada Carmen Zanotto. Eu recebo o discurso e dou como lido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Constituição Federal de 1.988 no seu artigo segundo preconiza: *"Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário"*. Contudo, Sr. Presidente, essa premissa constitucional não vem sendo observada desde há muito.

O Poder Executivo, abusando de suas prerrogativas constitucionais, subjuga os membros do Parlamento utilizando instrumentos que, embora previstos na Carta Magna, são mal empregados e têm o intuito de exercer um poder absoluto sobre os demais Poderes, e isso se dá nas mais diversas áreas. São dezenas de medidas provisórias completamente inconstitucionais, decretos presidenciais tratando de matérias afetas a lei complementar ou ordinária e, principalmente, a destinação de recursos da União para obras e serviços à revelia da vontade do Congresso Nacional. A não execução das emendas parlamentares é a faceta mais clara dessa exorbitância e do consequente desprezo que o Governo tem por esta Casa.

Porém, caros colegas, ontem a Câmara dos Deputados deu um enorme passo em direção ao restabelecimento da independência que o Poder Legislativo, na prática, perdeu ao longo dos anos em relação ao Poder Executivo. Refiro-me à aprovação em segundo turno da PEC 353, de 2013, que dá caráter impositivo às emendas individuais dos Deputados e Senadores. Essas emendas não são meros caprichos dos Parlamentares, são os anseios das nossas bases, as necessidades do nosso povo, e o Governo as vê apenas como meras despesas, destituídas de sentido, desnecessárias e sem resultados.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós é que convivemos com as carências de obras e serviços lá na ponta, nos Municípios, nos bairros e nas ruas, portanto somos aqueles que têm a real dimensão do que é mais apropriado para os nossos rincões. Um burocrata da Esplanada dos Ministérios conhece a realidade brasileira de ouvir falar, ou, no máximo, em razão de viagens pontuais para a averiguação *in loco* de uma situação qualquer, mas ele não vive o dia a dia do problema.

Agora, nobres Pares, nossas emendas serão executadas de fato; não haverá contingenciamentos seletivos, onde a Oposição não consegue liberar nada e a base é melhor aquinhoada; não haverá mais expectativas frustradas com a não execução das emendas; o Governo não mais poderá "chantagear" os Parlamentares condicionando a liberação de emendas à votação de matérias de interesse do Planalto.

Mas esse passo, Sr. Presidente, é apenas o primeiro. Na esteira dessa conquista deverão vir outras, como a impositividade das emendas coletivas – as de bancada estadual e as de Comissão – e, em especial, a correção dos dispositivos inseridos na PEC 353, de 2013, pelo Senado Federal. Refiro-me às alterações do art. 198 da Constituição Federal.

As alterações introduzidas pelo Senado Federal, na prática, reduzem os recursos da saúde quando trocam a base de cálculo daquilo que foi executado no exercício anterior, mais variação do PIB, para 15% da Receita Corrente Líquida – RCL. Mais, Sr. Presidente: as perdas da saúde são maiores ainda, pois o texto aprovado determina que tanto os recursos incluídos por meio das emendas parlamentares quanto aqueles custeados com a parcela da União oriunda da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal – e nós lutamos tanto para ga-

rantir 25% a mais para a saúde – serão computados no piso constitucional que a União tem que aplicar em saúde. Ou seja, não haverá acréscimo!

Assim, para se corrigir tais distorções que prejudicam, e muito, a área da saúde no Brasil, estamos apoiando a PEC 1, de 2015, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, PSDB/SP, que resgata os termos do PL Saúde+10, de iniciativa popular, que teve mais de 2 milhões de assinaturas.

Segundo o texto da PEC, os recursos mínimos para a saúde serão 18,7% da Receita Corrente Líquida, equivalente a 10% da Receita Corrente Bruta. Com essa medida, Sr. Presidente, estaremos mais uma vez corrigindo as distorções que o Governo insiste em patrocinar. Espero que a maioria esmagadora dessa Casa, bem como do Senado também, apoie essa iniciativa e permita que a saúde tenha os recursos necessários para atender dignamente a população brasileira.

Era o que tinha a dizer, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Maldaner, honrado irmão do Senador Casildo Maldaner, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco/PMDB.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma satisfação ter o colega do nosso querido Rio Grande do Sul presidindo esta sessão.

Também quero aproveitar a oportunidade em que eu cumprimento todas as colegas, todos os colegas, a Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina, e também o Deputado Tebaldi, para dizer que ocupo este espaço com muito orgulho, o espaço da Liderança do PMDB, até para externar nossa gratidão, nosso reconhecimento pelo andamento da Casa após o nosso Presidente Eduardo Cunha assumir a Presidência desta Casa.

Gostaria de destacar que, desde o primeiro dia, os trabalhos estão deslanchando, estão andando. Para se ter uma ideia, a reforma política, por exemplo, há mais de oito meses estava praticamente parada, não conseguia ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no passado, e ele, na primeira sessão, conseguiu costurar com as Lideranças de todos os partidos e já votar a admissibilidade da reforma política.

Já escolhidos todos os Líderes, a Comissão Especial está sendo instituída. A partir do carnaval, já se começa a trabalhar seriamente para que a gente possa fazer uma reforma política, inclusive dando oportunidade, como diz o Deputado Eduardo Cunha, não só para admissibilidade desta PEC, que foi aprovada, sobre a reforma política, mas também para que todos os projetos em andamento aqui na Casa sejam apensados, dando oportunidade também para os projetos da Ordem dos Advogados do Brasil, da CNBB, da UNE, enfim, para todas as iniciativas de todos os partidos. Que os projetos que tramitam aqui na Casa sejam discutidos.

É claro que a polêmica principal será a questão do financiamento público, se será exclusivo ou misto, se terá limitações sobre a participação, seja da pessoa jurídica, seja da pessoa física.

Com certeza, a reforma política é a grande necessidade deste País para moralizar principalmente os problemas que vêm acontecendo no Brasil.

Nós escutamos aqui discursos inflamados, como do nosso Deputado Domingos Sávio e de tantos colegas, sobre a questão da PETROBRAS. Eu fui Prefeito por três vezes e, entre esses mandatos, um de 1983 a 1988. E me lembro da Lei nº 8.666/93, que está em vigor. Eu sei que os Prefeitos se queixam. Está em vigor ainda a modalidade carta-convite, em que 80 mil reais são para prestação de serviços e 150 mil reais para investimentos. Desde 1993, esta Casa ainda não a aprovou. Para a PETROBRAS, já em 1998, o Presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, assinou decreto liberando para a PETROBRAS a liberação de carta-convite sem limite.

Ou seja, ali começou então, e não sei até onde o Congresso Nacional tem culpa. Eu acho que o Poder Judiciário tem culpa, porque até hoje não se pronunciou e foi liberado. Você sabe que a carta-convite é encaminhada para três empresas. Cada um coloca o preço que quiser. Ali começou, então, em 1998, e deslanchou. Infelizmente, acho que tem que ser apurado tudo o que aconteceu de mal dentro da PETROBRAS.

Eu sei que hoje a onda é a de que o PT é culpado de tudo, mas tem que se apurar realmente quem deve tem que pagar sobre essa questão da PETROBRAS.

Mas quero aqui reafirmar novamente que os trabalhos estão andando, como falei da reforma política, e vai andar agora, o que eu acredito realmente.

Estou assumindo o terceiro mandato como Deputado Federal. Em meu primeiro mandato, cheguei muito confiante e vi que é muito difícil aprovar as coisas nesta Casa. Mas estou muito confiante, agora, sob o comando do nosso Presidente Eduardo Cunha, porque realmente a reforma política e outras reformas que são necessárias vão andar nesta Casa.

Já foi aprovada, em segundo turno, a admissibilidade do orçamento impositivo. Foi aprovada a PEC do Orçamento Impositivo, respeitando o sistema democrático e republicano, o que também aconteceu com o projeto da biodiversidade.

Essa era uma grande preocupação nossa, porque somos muito ligados à agricultura, ao agronegócio, e tínhamos que pagar *royalties*. Praticamente não temos produtos nossos, que são naturais, além do amendoim

e da jabuticaba. É um projeto muito importante, porque o agronegócio e a agricultura têm salvado este País. De 2000 para cá, só este ano tivemos déficit na balança comercial. Graças a Deus, o projeto da biodiversidade valoriza a nossa EMBRAPA. Foi muito importante a aprovação desse projeto.

Eu também gostaria de agradecer ao novo Líder, Deputado Leonardo Picciani. Estamos usando, pela primeira vez, este espaço da Liderança. Agradeço ao nosso Líder do PMDB, Deputado Leonardo Picciani, que vai nos representar. Agradeço a ele por esta oportunidade.

Quero falar também desse projeto tão importante que foi votado hoje, o da jornada dos caminhoneiros. Tínhamos votado esse projeto no passado, ele sofreu restrições e mudanças no Senado e, felizmente, conseguimos aqui praticamente os principais destaques. Destaco, por exemplo, que o caminhoneiro poderá atingir até 5 horas e meia de volante e, depois, no mínimo, tem que descansar meia hora.

O mais importante é dizer que nós salvamos nesse projeto o setor de transporte rodoviário, que é responsável por mais 70% das cargas deste País. A Lei nº 12.619 era muito rigorosa e impraticável, e ia inviabilizar esse setor aqui no Brasil. Mas agora há a flexibilização de praticamente 12 horas, de 8 horas mais 2 horas extras, tendo entendimento com o sindicato da categoria pode ser de até 12 horas. Resumindo, são 12 horas de trabalho por dia e 12 horas de descanso. O caminhoneiro tem que descansar 8 horas ininterruptas. Eu fui caminhoneiro e sei que o motorista descansa de 6 a 8 horas, depois, mais 3 horas e mais 1 hora para refeição. Então, não vai inviabilizar o setor de transportes no País.

Quero parabenizar aqui todos os Parlamentares que salvaram o setor rodoviário deste País com a aprovação do projeto sobre a jornada dos caminhoneiros. Começamos muito bem o ano de 2015, e espero que a Presidente Dilma tenha sensibilidade – até mesmo para melhorar a popularidade dela – para sancionar integralmente o que foi votado aqui hoje: a jornada dos caminhoneiros, tema que teve a participação de todas as entidades que representam o transporte rodoviário no País, e também a questão do eixo suspenso.

Nós achamos que não é justo o caminhoneiro com um caminhão que anda vazio com eixo suspenso pagar pedágio. Acho muito importante este destaque que nós modificamos aqui, hoje – respeitando o resto, porque existe um acordo com as concessionárias –, de forma a que o eixo suspenso não pague pedágio.

Espero que a Presidente Dilma sancione este projeto. Nós estamos aqui, fizemos parte da base do Governo, e esse é o apelo que a gente faz à Presidente Dilma.

Também quero, para finalizar, Sr. Presidente, dar como lido um pronunciamento, e agradecer pela liberação de diversas emendas Parlamentares, que estavam pendentes desde o ano passado, para os Municípios de Tunápolis, Águas de Chapecó, Joaçaba, Ipira e Flor do Sertão, e tantos outros, cujos Prefeitos podem agora licitar as suas obras, e a elas dar andamento.

É muito importante, como também aqui foi colocado, a questão das emendas parlamentares, nas quais todos terão participação. A boa notícia é que os novos Parlamentares que chegaram aqui na Casa já terão 10 milhões: 5 milhões para a saúde e 5 milhões para atender outras áreas, de acordo com as necessidades dos Municípios.

Parabenizo esta Casa pelo acordo, obtido através do Senador Romero Jucá, que é o Relator do Orçamento, do Senador Renan Calheiros e do nosso Eduardo Cunha. Enfim, agradeço porque encontraram uma solução dentro do Orçamento para atender também todos os novos Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quero agradecer ao Deputado Celso Maldaner. Recebo a sua manifestação e seu pronunciamento a ser dado como lido para publicação nos Anais desta Casa. Parabenizo V.Exa. porque a luta dos caminhoneiros é também a luta deste Parlamento para aliviar a questão do pedágio. É uma conquista da Casa e do Parlamento hoje.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar que os Municípios catarinenses de Tunápolis, Águas de Chapecó, Joaçaba, Ipira e Flor do Sertão foram beneficiados na última semana com o pagamento de emendas parlamentares de minha autoria para investimento em obras de infraestrutura turística.

Os recursos, em um total de R$731.250,00, repassados às administrações municipais via Ministério do Turismo, representam a parcela inicial de 50% do total da emenda, e servem como garantia para a liberação do início das obras. Já no caso dos projetos em andamento, o montante representa a parcela de complementação dos recursos.

Tunápolis recebeu o repasse de R$195.000,00 para iniciar a construção do Centro de Turismo e Cultura, que será uma nova opção de entretenimento e lazer para os moradores e visitantes do Município.

Já o Município de Ipira foi beneficiado com o repasse de R$146.250,00 para iniciar a pavimentação de um trecho da via que leva ao Parque de Exposições do Município. A Prefeitura dará uma contrapartida de R$ 60 mil.

Flor do Sertão também ganhou um reforço à sua infraestrutura turística. Na última semana, foram repassados R$121.875,00 para iniciar obras de pavimentação com pedras irregulares em parte da estrada municipal de acesso ao Lago da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Flor do Sertão.

Águas de Chapecó, por sua vez, foi beneficiada com recursos de R$121.250,00 em janeiro e R$121.250,00 em fevereiro para a reperfilagem asfáltica de acesso a estradas turísticas no meio rural.

O mesmo ocorre com Joaçaba, que recebeu em janeiro R$146.250,00 e já em fevereiro a parcela de complementação, também de R$146.250,00 para investimento na pavimentação em parte da Rua Sete de Setembro e parte da Rua Domingo Zanini, no acesso ao monumento de Frei Bruno.

Conheço a realidade dos Municípios e sei que estes recursos serão aplicados em obras prioritárias e de grande importância para a comunidade, que ganha não apenas com uma cidade mais bonita e estruturada para viver, como também com um melhor aproveitamento do potencial turístico das cidades, com reflexos positivos na economia e na renda da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PR-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Wellington Roberto votou com o seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao Deputado Assis Carvalho, do PT.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas registrar que, nas atividades pré-carnavalescas, o povo da minha Capital, Teresina, no Estado do Piauí, está de parabéns pela grande atividade no último final de semana, que juntou mais de 250 mil pessoas. Trata-se de uma atividade que já tem uma história que se renovou há 15 anos, mas, desde 1930, nós temos o Corso, que é uma grande festa na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

Quero também aproveitar, Sr. Presidente, para parabenizar o Prefeito de Parnaíba, meu companheiro Florentino Neto, do PT. Juntos, visitamos vários órgãos. Hoje, estivemos no Ministério da Saúde, resolvendo o problema da saúde em Parnaíba. Estivemos também no IPHAN, discutindo o Pacto das Cidades Históricas, um investimento da ordem de 38 milhões de reais, que já estão sendo liberados para reestruturar toda a situação daquela cidade. Fizemos também uma visita hoje ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, com vários Deputados e a Senadora Fátima Bezerra, discutindo a retomada da "portaria do milho", um subsídio que é muito importante para o Piauí.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Deputado Assis Carvalho.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todos que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, no final de semana passado, várias cidades do Brasil já se movimentaram em função de festas de pré-carnaval. Teresina, a capital do Piauí, realizou o Corso, que está registrado no *Guinness Book,* o livro dos recordes, como o maior pré-carnaval do mundo.

O Corso é um desfile carnavalesco de caminhões decorados, cujos passageiros são foliões que se organizam em grupos de amigos, colegas de trabalho, vizinhos, familiares e se fantasiam em temas específicos, num imenso bloco de carnaval.

No sábado passado, o Corso de Teresina reuniu cerca de 250 mil pessoas, segundo cálculos da Polícia Militar. Turistas e foliões de Teresina percorreram 12 quilômetros, passeando nos caminhões temáticos e no chão das avenidas.

Tradicional, o Corso de Teresina existe desde a década de 1930 e começou a ser organizado pela Prefeitura há 15 anos. Criativo, colorido e tendo a alegria como regra, o Corso mantém o caráter participativo, o que faz dele uma autêntica festa popular.

Pela magnitude, potencial turístico e caráter essencialmente popular da festa é que sugiro ao Ministério do Turismo colocar o Corso de Teresina no calendário de eventos nacionais.

Eram estas minhas palavras por agora, Sr. Presidente. Solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja dado como lido e divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Parlamentares, quero nesta oportunidade registrar com muita alegria mais uma vitória que tivemos hoje nesta Casa. Digo com muito entusiasmo que é uma vitória em benefício do Brasil, de maneira suprapartidária e me refiro ao aprimoramento da Lei dos Caminhoneiros, extremamente importante para o transporte no País, para o motorista de caminhão, para o profissional liberal, para aquele o trabalhador fichado, para as empresas de transporte, para o setor agropecuário, que é a âncora verde do Brasil.

Destaco alguns aspectos. Participei dessa luta desde o ano passado, na Comissão Especial em defesa do caminhoneiro. Trabalhamos muito para aprovar a matéria. Hoje neste plenário tive a alegria de ver minha bancada, por unanimidade, dar uma vitória ao caminhoneiro, ao garantir o artigo que dá isenção de cobrança de pedágio ao terceiro eixo suspenso da carreta, aquele que não está em contato com a rodovia.

O caminhão, quando...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para concluir, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Obrigado, Sr. Presidente. Para concluir, o que eu ia dizendo é que nós conseguimos garantir a isenção de cobrança àquele eixo da carreta que fica suspenso – portanto, o pneu não está em contato com o asfalto. Isso vem sendo cobrado do caminhoneiro, uma cobrança injusta, e, além do caminhoneiro, o cidadão paga mais caro por causa do frete. Fica caro.

Nós nos unimos e conseguimos – embora o PT, o Governo tenha ficado contra – mostrar que esta Casa está independente, não está submissa ao Governo. Votamos a favor dos caminhoneiros aprovando isenção ao eixo suspenso. Isso vai diminuir o valor pago de pedágio. Diminui o pedágio, ganha mais o caminhoneiro, ganha mais o cidadão, com um frete mais barato.

Parabéns aos caminhoneiros de todo o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra ao Deputado Evair de Melo para falar pelo tempo das Comunicações Parlamentares juntamente com o tempo de Liderança do PV.

O SR. EVAIR DE MELO (Bloco/PV-ES e como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer à bancada do nosso partido, o PV, que me deu a oportunidade de ocupar esta tribuna.

Quero também registrar, como os nobres Deputados fizeram, o quanto nós produzimos de importância significativa para o nosso País. Tratamos do tema fundamental da biodiversidade e da inserção da ciência e tecnologia. Negar ciência e tecnologia é negar educação. Nós, neste Parlamento, não poderíamos fazer esse desserviço à Nação. Além disso, avançamos em outras questões pontuais que precisam ser qualificadas.

Quero deixar aqui um registro da importância de regulamentarmos e estruturarmos um pouco mais a questão das sementes crioulas. Já fizemos observações ao MDA, ao MAPA, à EMBRAPA, às empresas estaduais de pesquisas agropecuárias, como o INCAPER, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do meu Estado do Espírito Santo, sobre a necessidade de regulamentarmos essa questão com mais clareza, com mais transparência, dando segurança jurídica e técnica à preservação das sementes crioulas.

Além de preservação do material genético e de preservação da tradição e cultura do nosso povo, essas sementes crioulas são também uma fonte de oportunidades, tendo em vista o fato de ser um produto nosso, um produto brasileiro, e podem virar atração pela questão alimentar, pela questão da tradição e pela questão da cultura.

Também avançamos na questão dos caminhoneiros. Trago um registro da Associação dos Caminhoneiros do Espírito Santo, com sede na cidade de Iconha. O Espírito Santo tem, nessa atividade, muitas empresas e muitos operadores individuais. Devemos sempre ressaltar que há muitos trabalhadores autônomos, com seus próprios caminhões. São avôs, pais de família, filhos de família, que fazem sua vida dentro de uma boleia, dentro da cabine de um caminhão.

Então, é importante regulamentar a matéria e trazê-la para o debate a fim de dar segurança a essas famílias, aos homens que estão na estrada, a algumas mulheres que usam o caminhão como fonte de renda, e um pouco mais de tranquilidade para o filho, para a esposa, para o irmão e para o pai que ficam na cidade esperando o retorno de um dos seus familiares.

Precisamos avançar não só com a regularização como é fundamental continuarmos com investimento forte e consolidado na infraestrutura. Por melhor que seja o investimento, o nosso trabalho na legislação, as nossas estradas ainda são uma vergonha para aqueles que estão em outros países e veem que a carga, principalmente da agropecuária brasileira, às vezes é obrigada a andar por estradas completamente sem condições,

sem o mínimo controle de segurança, aumentando o custo, aumentando o prejuízo, aumentando o risco de vida dos nossos caminhoneiros e aumentando o custo total do frete de nossos produtos.

Então, acho que é um avanço importante o que nós fizemos no sentido de fazer esse alinhamento para a questão dos caminhoneiros. O debate continua, mas foi um avanço importante e uma alegria estar nesta Casa nesse momento.

Em nome de toda a nossa bancada, gostaria de registrar a questão do orçamento impositivo. Qual a importância disso? É o nosso compromisso com as bases, com os nossos Municípios. O cidadão brasileiro mora no Município e quem toma conta do espaço físico é o nosso Prefeito. E, às vezes, quem está no bairro é o nosso Vereador.

Embora eu queira agradecer ao meu Espírito Santo, porque eu tive votação nos 78 Municípios de meu Estado, às vezes nós sempre acabamos tendo uma região mais consolidada. Mas este orçamento impositivo vai nos permitir nos alinhar aos nossos Prefeitos, aos nossos Vereadores, às nossas cooperativas, à sociedade organizada e poder fazer uma aplicação lá no bairro, lá naquela entidade onde você atua, vive e conhece o drama local.

Quero também registrar os meus agradecimentos pela importância desse gesto carinhoso de nos dar, Parlamentares de primeiro mandato, a oportunidade de levar para nossas bases esses 10 milhões de reais. Esse é um passo importante, que, claro, facilita muito a nossa vida ao retornarmos para casa já com essa informação. E esse investimento é também uma forma de ajudar os Municípios que passam por grandes dificuldades, ainda mais os do meu querido Espírito Santo, pois perdemos alguns incentivos, tivemos dificuldades no debate dos *royalties* do petróleo.

Os Municípios passam por muitas dificuldades. Imaginem que, no meu Estado, somos seis novos Parlamentares de um total de dez. Então, para o Espírito Santo, significa que estão chegando mais 60 milhões de reais. E os nossos Deputados – muitos são ligados às bases do interior – vão fazer uma atuação muito próxima aos nossos Prefeitos, de forma a levar recursos para a saúde, para a educação, para a infraestrutura, para as nossas cooperativas, e isto vai ser importante.

Falo sobre os números do Espírito Santo, mas eu imagino o quanto os outros Estados e Municípios estão, nesse momento, respirando um pouco mais com essa notícia.

O Espírito Santo também traz uma boa notícia ao Brasil. Já noticiei aqui hoje que nós tivemos na indústria o segundo melhor crescimento brasileiro. A indústria capixaba, que a cada dia se moderniza, faz seus investimentos, acima de tudo, com empresários locais que têm visão de empreendedorismo, o que tem dado oxigênio ao nosso querido Estado.

É com grande alegria que parabenizo, entre tantos grupos genuinamente capixabas que atendem ao Brasil a partir do Espírito Santo, o grande líder Decio Chieppe, que assumiu um dos maiores conglomerados empresariais de transporte e logística do País. Refiro-me ao Grupo Águia Branca, originalmente do Espírito Santo.

Trata-se de um grupo formado há 67 anos, com sede em meu Estado e atuação em outros Estados brasileiros, inclusive na Argentina, que hoje caminha para ter mais de 15 mil colaboradores nos serviços de transportes aéreo, rodoviário e de passageiros, na logística e no comércio de veículos. A gestão das empresas é realizada por meio de uma divisão de negócios que atua de forma especializada, conforme a característica de cada segmento.

Vale registrar o sucesso e o plano de referência que é o plano de sucessão dessa empresa, originalmente familiar, mas que traz profissionalismo, capacitação técnica e meritocracia para os seus quadros, conseguindo avançar, crescendo, empregando e produzindo riqueza. Isso é um modelo organizacional que valoriza as pessoas.

O Grupo Águia Branca, com certeza, é um orgulho para o Espírito Santo e para os brasileiros pelo serviço que presta a todos nós.

Avançando no setor da indústria, quero agora voltar à agricultura do meu Estado e dizer que o Espírito Santo tem na cafeicultura a sua mais importante atividade agrícola, cafeicultura que está presente na quase totalidade de nossos Municípios. Nós não podemos colocar, como se diz lá na roça, os nossos ovos numa única cesta. Temos um trabalho aguerrido, liderado pelo Governo do Estado, em parceria com cooperativas, Prefeituras e outras entidades para diversificar a renda do nosso produtor rural. É importante levar ciência, tecnologia e conhecimento para a cafeicultura, nossa atividade principal. Em outras regiões predomina a pecuária de leite.

Nosso Estado faz também um grande investimento na fruticultura, dada a sua capacidade de produzir uma renda alta num pequeno espaço físico, uma produção de valor agregado que precisa de ciência, tecnologia e conhecimento. Como consequência, isso está permitindo a industrialização e o crescimento da agroindústria no Espírito Santo.

Como o capixaba é um povo alegre e festivo, quero registar que, no último final de semana, o Município Alfredo Chaves realizou a sua 51ª Festa da Uva e do Vinho. Aquela é uma região de colonização italiana que

tem na olericultura a sua principal fonte de renda. Também esta festa levou conhecimento, premiações e concursos como forma de integração de toda a cadeia produtiva.

O Espírito Santo, neste momento liderado pelo nosso Governador Paulo Hartung, também vai, com certeza, consolidar ainda mais a atividade da fruticultura. E temos a vitivinicultura, uma atividade já presente, um fato novo em mais de 280 propriedades capixabas que hoje produzem riqueza, que muito valoriza a mão de obra familiar – Do pai, da mãe, do filho, dos primos, de gerações que moram numa mesma propriedade. Este é o novo cenário rural brasileiro: manter tradição, manter cultura e manter valores.

Hoje mesmo fizemos uma agenda importante tratando da importância da boa gestão de recursos hídricos no território capixaba, o que, por consequência, será uma demanda a ser tratada em todo o território brasileiro. A água por onde passa – dizem os ensinamentos e a história – tem que ser fonte de riqueza, com boa gestão, com bom uso para biodiversidade, com bom uso para alimentação humana, para a indústria e para a agricultura. A água, com certeza, é o maior atrativo turístico do planeta e também fonte de oportunidades. Onde tem água, tem vida, tem indústria, tem gente e um meio ambiente agradável.

Sr. Presidente, fizemos hoje uma agenda importante pautando a ampliação, a qualificação e o aperfeiçoamento da construção de barragens em todo o território nacional, especialmente no meu Espírito Santo, que, proporcionalmente, possui a maior área irrigada do Brasil. Meu Estado representa menos de 0,5% do território nacional, com pequenas propriedades, mas propriedades que, como eu disse, valorizam a tradição, a cultura e não abrem mão da tecnologia.

O Brasil agrícola não convive mais com o atraso, não convive mais com a falta de oportunidades. Daí por que precisamos disponibilizar água, recursos hídricos nessa amplitude, nessa visão, para que os capixabas e os brasileiros possam, a partir do seio rural, construir sua dignidade.

O nosso desafio da água é o desafio da gestão de recursos hídricos, vendo o drama que estamos vivendo. Mas tenho certeza de que esse fato momentâneo da história vai nos convocar. Tenho certeza de que todos nós, Parlamentares, não seremos perdoados pelas gerações futuras, se cometermos no dia de hoje os mesmos equívocos que, às vezes, por falta de informação, cometemos no passado. Quero convocar as universidades, as nossas instituições de pesquisas e os saberes populares, que, de certa forma, também são importantes, porque os fenômenos naturais se repetem. Então é preciso ouvir todos os segmentos.

Essa é uma agenda prioritária e importante. Por isso, quero fazer aqui uma convocação a todos os Parlamentares. Nós estamos nos estruturando, já temos as assinaturas, mas quero convocar a todos para finalizarmos a Frente Parlamentar da Água, a fim de tratar esse tema na sua transversalidade, sem extremismo. Trataremos da questão ambiental, da biodiversidade. Como eu disse, pautaremos a alimentação humana, a indústria, a agricultura e também o atrativo turístico.

Quero pedir a V.Exas. que estejam comigo na consolidação dessa Frente Parlamentar da Água. Vamos nos juntar à Frente Parlamentar Ambientalista e à Frente Parlamentar da Agropecuária, convocar a indústria e todos aqueles que têm interesse na pauta, que são usuários desse recurso natural, e construir uma grande agenda proativa para o Brasil.

Que a partir dos recursos naturais, implementado pelo conhecimento, pela educação, pela ciência e tecnologia, o País possa continuar sendo esse campo de oportunidade para os brasileiros e também para os de outras origens que aqui escolheram construir a sua história e a sua dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra ao Deputado André Moura, pelo PSC, que irá acumular o tempo de Comunicações de Liderança.

O SR. ANDRÉ MOURA (Bloco/PSC-SE e como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Pompeo de Mattos, Sras. e Srs. Deputados, é motivo de muito orgulho para todos nós estarmos nesta nova jornada na Casa do Povo, na 55ª Legislatura, iniciada no último dia 1º de fevereiro, para manter o compromisso de trabalhar em defesa do Brasil, do cidadão e principalmente do fortalecimento da família, bandeira prioritária de luta do PSC, partido que tenho a honra de liderar.

No momento em que profiro estas palavras é lógico que nosso coração se enche de alegria e de emoção, por vários motivos. Entre eles, minha reeleição a Deputado Federal, a caminhada vitoriosa da campanha do Deputado Eduardo Cunha à Presidência da Câmara Federal, o que representa independência desta Casa e, por consequência, o fortalecimento da democracia brasileira, e por fim, mas não menos importante, minha recondução à Liderança do Partido Social Cristão nesta Casa pelo quarto ano consecutivo.

Estamos vivendo, Sr. Presidente, um momento de esperança com a chegada de vários Parlamentares novos. Isso significa sangue novo neste Parlamento. E todos nós temos a missão de servir ao povo brasileiro, de modo especial, no meu caso, aos meus irmãos de Sergipe, que aqui tenho a honra de representar.

Lutei um bom combate e venci, provando que a verdade é soberana e jamais falta a quem age com retidão. Mas confesso que nenhuma vitória seria possível sem a generosidade do povo sergipano. Desta tribuna reitero meu mais profundo agradecimento aos meus conterrâneos pela confiança em mim depositada para representar nosso Estado na Câmara Federal por mais 4 anos e continuar nossa luta por um Brasil mais justo e igualitário e social e economicamente sustentável.

Sr. Presidente, é reconfortante também saber que os sergipanos não se deixaram enganar. As calúnias, injúrias, mentiras ditas contra minha vida pública e contra mim, graças a Deus, os sergipanos souberam separar. Quero agradecer a todos eles. Tenham certeza de que iremos trabalhar no Parlamento Federal para não decepcioná-los.

Outro motivo de satisfação para todos nós, como disse no início do nosso pronunciamento, foi a eleição do Deputado Eduardo Cunha para a Presidência desta Casa. Nossa Constituição Cidadã diz que os Poderes têm que ser independentes e, logicamente, harmônicos. E justamente a independência do Poder Legislativo e a harmonia entre os Poderes foram uma das bandeiras de luta da campanha vitoriosa do Presidente Eduardo Cunha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se o momento é de alegria e esperança, fico ainda mais feliz em poder abraçar meus irmãos do Partido Social Cristão.

Quero agradecer aos que renovaram seus mandatos e àqueles que não estão na Casa nesta Legislatura, mas que confiaram a mim, na Legislatura passada, durante 3 anos consecutivos, a Liderança do nosso partido. Quero agradecer a todos, àqueles que foram reeleitos, àqueles que não estão mais conosco neste ano a confiança. Cumprimento também a nova bancada do PSC, aqueles que estão chegando.

Quero aqui desejar boas-vindas a todos do nosso partido e aproveitar a ocasião para agradecer minha recondução, por maioria absoluta, à Liderança da bancada, como já disse anteriormente, pelo quarto ano consecutivo. Para mim, mais do que missão partidária a mim delegada pelos meus pares do PSC, liderar esta honrada e atuante bancada configura-se prazeroso desafio, que pretendo desempenhar com o apoio de todos.

A partir de hoje cresce nossa responsabilidade com os compromissos firmados nos palanques eleitorais. Cada um de nós deve entender as demandas que vêm do povo e da sociedade, para que sejam debatidas, votadas e efetivadas aqui no Parlamento. Que nós possamos debater as matérias de interesse da sociedade brasileira, para que ocorram grandes mudanças que certamente contribuirão para a transformação do Brasil e para o estabelecimento de um novo patamar de desenvolvimento social e econômico sustentável. São Mudanças que possibilitam o exercício pleno da cidadania, conforme preconizado pela Constituição Cidadã, em detrimento do atual sistema político e administrativo, que se tem mostrado incapaz de atender de forma satisfatória às necessidades da nossa população.

Dentre as prioridades da pauta desta Casa impõe-se a imediata e necessária apreciação das reformas política e tributária, além de um novo pacto federativo, até mesmo para que possamos salvar os Municípios brasileiros, dos entes federados, os mais penalizados pela perversidade do Governo Federal. Não é justo que sejam penalizados e que fiquem com a menor fatia do bolo os Municípios que geram mais impostos no País. Neles nascem os verdadeiros problemas. Hoje os Prefeitos que administram Municípios que não têm *royalties* oriundos do petróleo ou das empresas de energia elétrica são verdadeiros pagadores da folha de servidores, quando conseguem cumprir essa obrigação dentro do mês.

Nós entendemos que nosso mandato é para debater, discutir mudanças importantes, como fizemos no anterior. Que possamos continuar nesta Casa aprovando matérias importantes, como na Legislatura passada, a exemplo da PEC das Defensorias Públicas, que amplia o acesso gratuito dos desfavorecidos financeiramente à Justiça. É uma propositura da qual muito me honro, por ter sido um dos seus idealizadores, ao lado dos Deputados Alessandro Molon e Mauro Benevides. Em um País onde mais de 140 milhões de pessoas não têm como se defender em processos judiciais, onde tantos brasileiros não têm reconhecido seu direito fundamental à saúde, à educação, enfim, à dignidade humana, essa medida, sem qualquer temor de engano ou exagero, significa a expressão da verdadeira igualdade e liberdade. Ou seja, trata-se de anseio popular que busca atender justamente os mais pobres, os menos favorecidos.

Também aprovamos no ano passado o piso nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, luta que travamos aqui, de fundamental importância para melhorar a qualidade da saúde pública oferecida à sociedade brasileira. Nós temos certeza de que o trabalho dos agentes comunitários de saúde e endemias é vital para fazer a ligação entre a comunidade e o serviço de saúde pública, trabalho que ajuda a desafogar a demanda dos postos de saúde e hospitais.

Graças a eles, milhões de brasileiros deixam de chegar aos postos de saúde, aos hospitais de urgência e emergência, porque o trabalho preventivo é feito na residência. Ali se identificam doenças, ali se faz um trabalho preventivo e ali se faz com que milhões de brasileiros não tenham necessidade de chegar, volto a repetir, aos postos de saúde ou aos hospitais.

Garantir um piso salarial justo foi um passo importante para melhorar a saúde no Brasil. Para este ano nosso trabalho será focado na valorização de outras categorias ligadas ao setor, como médicos e enfermeiros, para que também possam ter direito a um piso salarial nacional digno e naturalmente oferecer à população melhores serviços. E vamos trabalhar para valorizar outras categorias, a exemplo de radialistas e jornalistas.

Para as metas deste ano continuaremos a lutar para aprovar mudanças importantes para o País, como, por exemplo, o Estatuto do Torcedor, e cobrar que seja aplicado com rigor, a fim de coibir a violência em eventos esportivos.

Outras são aprovar as 30 horas para a enfermagem e a regulamentação das carreiras da categoria; cobrar a aplicação imediata do piso salarial dos agentes de saúde e combate a endemias e estabelecer o patamar de reajuste para essa categoria tão importante para a saúde pública do nosso País; aprovar projeto de nossa autoria que destina auxílio-reclusão à família da vítima, porque não é justo que o auxílio-reclusão seja destinado à família do bandido, do marginal que comete o crime, enquanto a da vítima fica sem auxílio do poder público.

Lutaremos ainda pela aplicação da Lei das Defensorias, para que tenham autonomia, e também pela contratação de mais defensores públicos, os advogados gratuitos, os advogados do povo.

É claro que, dentre as prioridades, eu quero destacar outra proposta de nossa autoria, a PEC que propõe a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, atendendo a um clamor da sociedade brasileira, mesmo porque mais de 90% da sociedade brasileira, segundo pesquisas em âmbito nacional, desejam ver aprovada, para que possamos combater esta marginalidade que está tomando conta de todo o País: adolescentes entre 16 e 17 anos, cada vez mais são utilizados para os crimes. Nós precisamos ter uma legislação dura, severa que possa punir todos eles.

Sr. Presidente, queremos dizer que vamos continuar nossa luta para que projetos que apresentamos na Legislatura passada possam tramitar na atual, a fim de que possamos vê-los aprovados e, com isso, fazer com que haja melhor qualidade de vida para a sociedade e o povo brasileiro.

Quero também, Sr. Presidente, fazer uma saudação especial. Na última semana, no meu Estado, tivemos a posse do ex-Senador, ex-Deputado Federal, ex-Governador, ex-Presidente da CNI, Albano Franco, na Academia Sergipana de Letras, que ganha muito, não tenho dúvida, com sua posse, na certeza de que o imortal vai ter papel importante e desempenhá-lo com grandeza, como sempre fez em todas as funções que exerceu, como Presidente da CNI, Deputado Federal, Senador, Governador de Estado. Para nós de Sergipe é uma alegria, uma honra muito grande ter Albano Franco um acadêmico. Temos certeza de que contribuirá muito com a Academia Sergipana de Letras.

Sr. Presidente, estaremos à disposição, na certeza de que a bancada do PSC estará atenta às matérias importantes que tramitam nesta Casa para contribuir com a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, para que possamos corrigir tantas desigualdades sociais que ainda temos.

Que Deus nos ilumine nesta nossa caminhada. Como bem falou o grande líder político e estadista brasileiro, Presidente Tancredo Neves: *"A cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente em favor da comunidade".*

Então, que juntos façamos desta Casa, deste Parlamento, a verdadeira Casa da cidadania e que a cada dia tenhamos em mente que o Brasil somente avançará se a missão que nos foi confiada pelo povo brasileiro de aqui representá-lo for transformada em realidade.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação e que conste dos Anais da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Obrigado, Deputado André Moura. Acolho o pronunciamento de V.Exa., que será divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os que estão acessando Internet e redes sociais, além daqueles que sintonizam a *Rádio* e a *TV Câmara* em todo o Brasil, em especial a população do Estado de Sergipe, a quem me orgulho de aqui representar, começamos agora uma nova jornada nesta Casa do Povo, com o início de mais uma Legislatura, a de número 55, sempre mantendo o compromisso de trabalhar em defesa da família, do Brasil e de Sergipe.

No momento em que profiro estas palavras, o meu coração se enche de emoção por vários motivos: a minha reeleição como Deputado Federal; a vitoriosa campanha de Eduardo Cunha à Presidência neste Parlamento, o que representa a independência da Câmara dos Deputados e, por consequência, o fortalecimento da democracia brasileira; e por fim, mas não menos importante, a minha recondução à Liderança da bancada do Partido Social Cristão nesta Casa pelo quarto período legislativo consecutivo.

Estamos vivendo um momento novo e de esperança com a chegada de sangue novo a este Parlamento, e todos nós temos uma missão, que é servir ao povo brasileiro e, de modo especial, no meu caso, aos meus

irmãos sergipanos, a quem aqui tenho a honra de representar. Lutei um bom combate e venci, provando aos meus adversários que a verdade é soberana e jamais falta a quem age com retidão.

Mas aqui confesso: nenhuma vitória seria possível sem a generosidade do povo sergipano. Desta tribuna, reitero meu mais profundo agradecimento aos meus conterrâneos pela confiança em mim depositada para representar o nosso Estado por mais 4 anos e continuar a nossa luta por um Brasil socialmente mais justo e economicamente sustentável. É reconfortante saber que os sergipanos não se deixaram enganar pela difamação, calúnias, injúrias e mentiras ditas contra minha vida pública e contra a minha campanha. Que a graça de Deus os ilumine a cada dia e continue a abençoar suas vidas. Prometo não lhes decepcionar.

Outro motivo de satisfação para todos nós é a eleição do Deputado Eduardo Cunha para a Presidência desta Casa. A nossa Constituição Cidadã diz que os Poderes da República têm de ser independentes e harmônicos, sendo justamente a independência do Poder Legislativo e a harmonia entre todos os Poderes uma das mais importantes bandeiras de campanha do nobre colega, a quem tive a honra de acompanhar durante suas viagens realizadas a todos os Estados brasileiros. Só aqueles que, como eu, conviveu os últimos 60 dias ao lado do companheiro Eduardo Cunha, sabem que sua defesa intransigente da autonomia da Câmara dos Deputados, evitando que seja instrumento da Oposição ou submissa ao Poder Executivo, provocou reações adversas, todas por fim plenamente superadas, graças ao seu espírito agregador.

Caros colegas, a vitória do Deputado Eduardo Cunha, além de proporcionar maior relevância e protagonismo a este Parlamento, representa uma mudança radical na condução dos processos legislativos, pois todos nós reconhecemos o respeito do novo Presidente com os compromissos por ele firmados, e mais ainda pelo fato de Eduardo Cunha ser, sem qualquer mínima dúvida, um dos Parlamentares mais qualificados para dirigir esta Casa. Com sua eleição, ganha o Parlamento brasileiro e ganha a nossa democracia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se o momento é de alegria e esperança, fico ainda mais feliz em poder abraçar os meus irmãos do PSC. Aos que renovaram seus mandatos, meus cumprimentos. Da mesma forma, abraço os novos companheiros eleitos em outubro. Sejam bem-vindos.

Nobres colegas de partido, eu gostaria de aproveitar a ocasião para também agradecer a todos pela recondução por maioria absoluta à Liderança da bancada, pelo quarto ano consecutivo. Para mim, mais do que uma missão partidária, liderar está honrada e atuante bancada configura-se um prazeroso desafio, que pretendo desempenhar com o apoio de todos.

Diletos colegas Parlamentares, a partir de hoje, com o início dos trabalhos legislativos, cresce a nossa responsabilidade com os compromissos firmados nos palanques eleitorais. Cabe a cada um de nós mediar nesta Casa as demandas do povo e do Estado, para que sejam debatidas, votadas e efetivadas as grandes mudanças que certamente contribuirão para transformar o Brasil e estabelecer um novo patamar de desenvolvimento social e econômico sustentável. Mudanças que possibilitem o exercício pleno da cidadania, conforme preconizado pela Constituição Cidadã, em detrimento do atual sistema político e administrativo, que tem se mostrado incapaz de atender satisfatoriamente às necessidades da nossa população. Dentre as prioridades na pauta desta Casa, impõe-se a imediata apreciação das reformas política e tributária, além de um novo pacto federativo.

No campo do meu mandato, ano passado aprovamos nesta Casa a PEC das Defensorias Públicas, que amplia o acesso gratuito dos desvalidos financeiramente à Justiça, propositura da qual muito me honra ser um dos idealizadores. Em um País onde mais de 140 milhões de pessoas não têm como se defender em processos judiciais, onde tantos brasileiros não têm reconhecido seu direito fundamental à saúde, educação, enfim, à dignidade humana, essa medida, sem qualquer temor de engano ou exagero, significa a expressão do verdadeiro significado da igualdade e da liberdade. Ou seja, trata-se de um anseio popular que busca atender justamente aos mais pobres. Também aprovamos no ano passado o piso nacional dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, vitais para fazer a ligação entre a comunidade e os serviços de saúde pública, trabalho que ajuda a desafogar a demanda nos postos de saúde e hospitais. Garantir um piso salarial justo foi mais um passo para melhorar a saúde no Brasil. Para este ano, nosso trabalho será focado na valorização de outras categorias ligadas ao setor, como médicos e enfermeiros, para que também possam ter direito a um piso nacional digno e oferecer à população melhores serviços, além dos radialistas e jornalistas.

Para as metas deste ano lutarei para aprovar substanciais mudanças no Estatuto do Torcedor e cobrar que ele seja aplicado com rigor, a fim de coibir a violência em eventos esportivos. Outra meta é aprovar as 30 horas para a enfermagem e a regulamentação das carreiras da categoria; cobrar a aplicação imediata do piso salarial dos agentes de saúde e combate a endemias e estabelecer o patamar de reajuste; aprovar o projeto que obriga os presos a trabalhar e destinar o auxílio-reclusão à família da vítima.

Lutarei ainda pela aplicação da lei das Defensorias Públicas, para que elas tenham autonomia e aprovar a contratação de mais defensores públicos, os advogados do povo.

Claro que entre as prioridades destaco a aprovação do projeto de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, atendendo a um antigo anseio do povo brasileiro, que clama por segurança eficiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que Deus nos ilumine a todos nesta nova caminhada. Como bem falou o grande líder político e estadista brasileiro, Presidente Tancredo Neves, *"a cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente, em favor da comunidade"*. Então, que juntos façamos desta Casa a verdadeira Casa da Cidadania, e que a cada dia tenhamos em mente que o Brasil somente avançará se a missão que nos foi confiada pelo povo de aqui representá-lo seja transformada em realidade.

Peço que meu pronunciamento seja repercutido nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra ao Deputado Marco Tebaldi, do PDSB de Santa Catarina.

O SR. MARCO TEBALDI (Bloco/PSDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Pátria do pré-sal tem a gasolina mais cara do mundo; a Pátria dos grandes rios, da maior usina hidrelétrica do mundo, dona da maior parte da Amazônia tem cortes infindáveis de uma energia elétrica cada vez mais cara – apenas em Santa Catarina, haverá aumento de 62% na conta de luz —; a Pátria das safras recordes no campo mal consegue vender os frutos de seu sucesso, não consegue escoar sua grandiosa produção.

Em meio a tantas contradições econômicas, a Presidente Dilma aumenta os preços, dificulta o acesso do trabalhador aos seus benefícios e trava a concessão de créditos, para frear o consumo e, consequentemente, segurar a inflação.

Mas vivemos num País onde 60% da produção são transportados por rodovias, e, com o aumento dos combustíveis, nossa logística se tornará cada vez mais cara, prejudicando a cadeia produtiva do Brasil.

Mas as medidas de Dilma extrapolam essa linha de raciocínio. Ela atinge diretamente o trabalhador, que vê a inflação disparar e seu salário perder cada vez mais valor.

A classe média tem sido usada para expor um falso sucesso desse Governo. Eles não se cansam de dizer que colocaram milhões de brasileiros na classe média. Porém, agora parece que usam do covarde artifício de dar com uma mão e tirar com a outra. As medidas tomadas pelo Governo são absurdas. Tentam frear a inflação, mas em curto prazo elevarão os índices dos preços no País.

A Pátria que tirou milhões da miséria agora aos poucos está devolvendo milhões de cidadãos iludidos às fileiras dos miseráveis? Sim. A Pátria educadora cortou 7 bilhões de reais do orçamento da educação? Sim. Esta é a Pátria, acima de tudo, da propaganda, do *marketing*, dos conselheiros marqueteiros, onde o que importa é a imagem do Governo e não o bem-estar da população.

Estas medidas inconsequentes e maléficas me fazem concluir: Dilma se vinga pelo sufoco que passou nas últimas eleições; Dilma se vinga da classe média, que puxou os votos de Aécio Neves. Em breve Dilma precisará se vingar de todos, pois o grupo de eleitores do PT que está arrependido só aumenta. No final, seremos a Pátria da bolsa combustível e da bolsa energia elétrica?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra, em Comunicações Parlamentares, ao Deputado Carlos Manato, pelo Solidariedade.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

É com muita tristeza que subo a esta tribuna para falar de um acidente que ocorreu hoje no Espírito Santo: um navio-plataforma da PETROBRAS explodiu nesta tarde próximo à cidade de Aracruz, no norte do Estado, provocando, lamentavelmente, três mortes e deixando pelo menos quatro feridos gravemente. As mortes foram confirmadas pelo Diretor do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo. Segundo ele, ainda há trabalhadores desaparecidos.

A assessoria de comunicação da PETROBRAS no Espírito Santo informou que ainda não tem detalhes da explosão. Segundo a estatal, uma nota oficial ainda vai ser entregue à imprensa.

Cerca de 30 funcionários teriam sido retirados da plataforma que operava nos Campos de Camarupim e Camarupim Norte, a cerca de 80 quilômetros da Capital, Vitória.

Sr. Presidente, segundo a Secretaria de Estado da Saúde, o Governo do Espírito Santo acionou o esquema de emergência para receber os feridos já no Aeroporto de Vitória, colocando helicópteros para transportá-los. A plataforma está sem comunicação. O contato está sendo feito por meio da Plataforma Vitória. Nós temos certeza de que as medidas cabíveis de socorro ao trabalhador serão tomadas. Esse navio-plataforma produzia em média 2,5 milhões de metros cúbicos de gás natural e 2 mil barris de petróleo por dia.

Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar as Comunicações Parlamentares para fazer um pronunciamento. No dia 4 de fevereiro não pude falar porque nesta Casa, graças a Deus, Parlamentares novos, como meu amigo

Rômulo Gouveia, que voltou, para nossa honra, estão falando muito, e estamos ficando sem espaço. Mas isso é democrático e faz parte desse processo.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, como ocorre todos os anos, no dia 4 de fevereiro no mundo especialmente as instituições de saúde oncológicas se mobilizam para realizar uma campanha e disseminar informações sobre câncer. Por ser uma doença complexa, existe uma disseminação enorme de conceitos equivocados sobre a doença. Há muito que fazer em nível individual, comunitário e político, e, com a estratégia correta, um terço dos cânceres mais comuns podem ser prevenidos. Todos têm direito a acesso a tratamentos efetivos contra o câncer em igualdade de condições, sem sofrer dificuldades.

A Organização Mundial da Saúde – OMS fez uma projeção de 27 milhões de novos casos de câncer para o ano de 2030 em todo o mundo, e 17 milhões de mortes pela doença. Os países em desenvolvimento serão os mais afetados, entre eles o Brasil.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que a qualidade de vida está ao nosso alcance. É preciso que haja uma campanha nacional nas escolas, na mídia, nas comunidades; é preciso um governo que leve a sério a saúde da população, pois muita gente desconhece a importância dos alimentos e do estilo de vida na prevenção do câncer. O consumo de alimentos industrializados, com altos índices de sódio, vem crescendo muito, causando maior índice de obesidade e, consequentemente, aumentando as chances de ter a doença.

Um peso corporal adequado é importante para diminuir muitos tipos de câncer, incluindo os mais incidentes, como os de mama e de próstata, e principalmente os gastrointestinais que têm aumentado assustadoramente.

Infelizmente, devido ao estilo de vida que temos hoje em dia, a praticidade na alimentação gera um alto custo para a saúde. A falta de tempo tem adoecido as pessoas. É preciso mudar essa lógica e tornar os bons hábitos alimentares uma questão de prioridade.

Pelo menos 33% dos cânceres mais comuns podem ser evitados diminuindo-se o consumo de álcool e adotando-se dietas mais saudáveis, a exposição moderada ao sol e a prática de atividade física regular.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, pelo menos 33% dos cânceres mais comuns podem ser evitados diminuindo-se o consumo de álcool e adotando-se dietas mais saudáveis, exposição moderada ao sol e prática de atividade física regular. A OMS estima que somente o abandono do hábito de fumar aumenta a proteção contra a doença em cerca de 50%.

No Brasil a estimativa feita pelo INCA para este ano é 576 mil novos casos de câncer, incluindo os de pele não melanoma, o que reforça a magnitude do problema no país. Segundo a estimativa, o câncer de pele do tipo não melanoma (182 mil casos novos) será o mais incidente na população brasileira, seguido pelos tumores de próstata (69 mil), mama feminina (57 mil), cólon e reto (33 mil), pulmão (27 mil), estômago (20 mil) e colo do útero (15 mil).

As evidências científicas acumuladas durante as últimas décadas indicam que as escolhas que fazemos durante a vida são determinantes para o desenvolvimento do câncer. Muitas escolhas acertadas podem ser prazerosas, além de trazer muitos benefícios para a saúde.

Defendo, como médico, Sr. Presidente, que rejeitemos os produtos industrializados e utilizemos comida de verdade, preparada com nossos legumes e feijões, verduras, frutas, sucos naturais. Nosso país é abundante, talvez o mais rico nessa área. Devemos ensinar isso aos nossos jovens e crianças.

O significado de "comer saudável" sofreu descaracterização enorme nas últimas décadas, passando a ser associado a algo desagradável, careta. Não existe engano mais danoso. Entre as principais causas dessa descaracterização estão a propaganda e outras estratégias de *marketing* que estimulam irrestritamente o consumo de produtos fabricados industrialmente, combinando basicamente farinhas, gorduras, açúcar, sal e substâncias cosméticas, como corantes, aromatizantes, flavorizantes e espessantes. Biscoitos, salgadinhos, refrigerantes e outras bebidas industrializadas, cereais açucarados, carnes processadas e embutidos, lanches do tipo *fast food* são exemplos de produtos que eram consumidos muito eventualmente no País, mas têm se tornado cada vez mais frequentes no dia a dia dos brasileiros e contribuído para o aumento de peso da população, principalmente dos mais jovens. Eu não sou contra o uso desses produtos, desde que esse consumo seja feito de maneira consciente e que não seja a principal fonte de nutrição de crianças, jovens e adultos.

É importante, Sr. Presidente, que a sociedade exija e apoie medidas que restrinjam a demanda por esses produtos, como a restrição da publicidade de *fast food*, assim como apoiou as adotadas para reduzir o consumo de tabaco, que nas últimas décadas tiveram um impacto significativo na melhoria da qualidade de vida e na saúde dos brasileiros.

Essa é uma tendência que demonstra o desenvolvimento e a maturidade da consciência em questões de saúde que estamos vendo em todo o mundo. Cada vez as leis ficam mais restritivas com relação ao uso de tabaco, de produtos com excesso de sódio e açúcar, de *fast food*, e de outros produtos que contribuem para o

desenvolvimento da obesidade e enfermidades cardiovasculares. No Brasil ainda estamos engatinhando nessa matéria, mas já vemos alguns progressos.

Neste Dia Mundial do Combate ao Câncer, 4 de fevereiro, deste ano de 2014 a ideia principal é promover o reconhecimento de que a prevenção está ao alcance de todos e que cerca de um terço dos casos de câncer pode ser evitado por meio de escolhas saudáveis.

É triste constatar que o Brasil tem mais pessoas acima do peso ou obesas do que a média mundial, segundo estudo divulgado na revista científica *Lancet*. Mais da metade da população adulta brasileira está nessas categorias – 58% das mulheres e 52% dos homens. Na média mundial, 37% dos homens e 38% das mulheres estão acima do peso ou é obesa.

Outro dado, ainda mais preocupante, indica que a obesidade, doença crônica caracterizada pelo excesso de peso, atinge tanto adultos quanto crianças. De acordo com o próprio Ministério da Saúde, uma em cada três crianças brasileiras sofre com a doença. É preciso que nossas autoridades despertem para o fato de a obesidade infantil dever ser tratada como problema de saúde pública. É importante falar sobre prevenção, como evitar que os fatores de risco se instalem nas crianças, bem como detectar, tratar e reduzir a quantidade de complicações recorrentes da doença. Infelizmente não vemos o Governo tomando essas providências.

Embora todos saibam que saúde, alimentação e educação são prioritárias, o Ministério da Saúde dispõe de poucos recursos. O Governo do PT reproduz ainda aqueles velhos discursos, mas faz muito pouco. Nossa saúde é prejudicada também pelo excesso de burocracia das agências reguladoras, a corrupção que grassa nos tentáculos do poder público, a falta de coordenação entre União, Estados e Municípios. Acrescem-se mercantilização da medicina, carência de médicos e sua má distribuição pelo País – o Rio tem quatro médicos por mil habitantes e o Maranhão, 0,6.

Alguém disse que governo é que nem feijão, só funciona na panela de pressão. Se a sociedade civil não exigir melhorias na saúde, no atendimento do SUS, se os planos de saúde não pararem de menosprezar os médicos, se o Governo não tomar medidas efetivas para baratear os medicamentos, estaremos fadados a ser uma nação não de cidadãos, e sim de pacientes – no duplo sentido do termo –, e condenados à morte precoce por descaso do Estado.

Meu querido amigo Presidente Pompeo de Mattos, era o que tinha a dizer.

Para todos que estão me ouvindo, um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Obrigado, Deputado Carlos Manato.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para uma breve manifestação, concedo a palavra ao Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal.

O SR. IZALCI (Bloco/PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me manifestar aqui hoje porque ouvi, não só na parte da manhã, mas também agora na parte da tarde, alguns pronunciamentos que me deixam, de certa forma, indignado. Parece que alguns Parlamentares consideram que a população é analfabeta, que não entende ou não sabe ler nem escrever!

Sr. Presidente, é notório o que o PT fez com a PETROBRAS: montou uma quadrilha para fazer a gestão da empresa. Não adianta dizer que havia corrupção desde a época de Fernando Henrique Cardoso. O que Pedro José Barusco disse é que, quando iniciou na gerência, nos anos de 1998, ele tinha uma comissão paga por Julio Faerman, que nós estamos, inclusive, chamando para depor. A corrupção não era institucionalizada, como agora fez o PT.

É inadmissível o Partido dos Trabalhadores querer justificar o injustificável. Está aí o prejuízo, está aí a prova, a doação ao Partido dos Trabalhadores: 200 milhões de dólares. Então, não adianta querer jogar todos os partidos nessa questão da PETROBRAS porque não vai colar.

O PT precisa reconhecer que realmente errou e não pode tentar convencer as pessoas de que todo o mundo é corrupto, porque não é. O PT institucionalizou a corrupção na PETROBRAS.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Concedo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Pompeo de Mattos, Sr. Deputado Carlos Manato, demais Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu gostaria de positivamente avaliar a primeira semana de trabalho desta Casa. É importante destacar o esforço, o empenho do Presidente em dar celeridade a matérias importantes, o que se reflete positivamente no seio da sociedade brasileira.

A admissibilidade e a criação da Comissão Especial da Reforma Política, instalada no dia de ontem nesta Casa, a aprovação, em segundo turno, do orçamento impositivo e outros projetos que tramitaram aqui nesta primeira semana demonstram o compromisso desta Casa com os anseios da sociedade.

Tive oportunidade de exercer mandato anteriormente e volto agora a esta Casa, o que é motivo de alegria para mim, assim como para todos os Parlamentares que estão voltando. Eu espero que haja sempre este mesmo sentimento de início de legislatura.

Destaco também a importância do Colégio de Líderes e não posso deixar, usando o tempo da minha Liderança, de destacar o trabalho do meu Líder, Deputado Rogério Rosso, a quem agradeço a concessão deste espaço. É importante o trabalho do Colégio de Líderes.

Depois do carnaval as Comissões que já foram instaladas começarão a trabalhar, para que esta Casa possa responder positivamente à sociedade brasileira, que cobra reforma política, que cobra reforma tributária, que cobra um compromisso com o pacto federativo.

A situação por que passam hoje Estados e Municípios é extremamente grave. Por isso, nos meus encaminhamentos, nos meus requerimentos tenho destacado preocupação com saúde pública, com a definição do percentual da União, já que Estados ultrapassam seus limites e Municípios, muito mais.

E foi um compromisso da própria Presidenta Dilma modificar a Constituição para que a União compartilhe com Estados e Municípios a questão da segurança pública. O combate à droga é outro desafio de que esta Casa irá tratar. Por que não voltar à discussão da PEC nº 300, de 2008? Ela foi votada em primeiro turno, Deputado Pompeo de Mattos, e está engavetada. Inclusive dei entrada a requerimento pedindo seu desarquivamento e pedindo ao Colégio de Líderes e à Presidência celeridade. São assuntos dessa natureza de que precisamos tratar.

Mas eu volto à Paraíba com a sensação de que esta primeira semana de trabalho foi extremamente positiva. Volto com a sensação do dever cumprido, mas volto muito mais com a vontade enorme, imensa, de continuar trabalhando. Como disse o Deputado Manato, todos nós que estamos voltando estamos com uma vontade muito grande de prestar contas, de interagir, e não há meio mais importante do que esta tribuna.

Eu aproveito para solicitar a V.Exa., Sr. Presidente, que este meu pronunciamento também seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*, para que seja dado conhecimento também ao meu Estado.

Para encerrar minhas palavras, quero dizer que a Paraíba, em relação aos festejos carnavalescos, é um misto. Na Capital, João Pessoa, desfila hoje um dos maiores blocos, o Muriçocas do Miramar, que reúne multidões. Com certeza, é uma festa enorme que os paraibanos e a nossa Capital têm. Já minha cidade, Campina Grande, é um verdadeiro retiro espiritual. Através do ecumenismo, das várias religiões, é realizado o Encontro para a Consciência Cristã, encontro da comunidade evangélica que será aberto amanhã à noite no Parque do Povo. Na sexta-feira haverá a abertura do Encontro da Nova Consciência, onde várias etnias se reúnem. No domingo haverá o Crescer, encontro da comunidade católica, que reúne outro universo de fiéis. Então, Campina Grande passa a viver, da quinta-feira até a quarta-feira, um verdadeiro retiro espiritual, buscando a criatura se aproximar do Criador.

Eu não poderia deixar de destacar inclusive o esforço de Romero Rodrigues, Prefeito de Campina Grande, que foi nosso colega, em liberar recursos, no dia de ontem, em apoio aos vários eventos religiosos que se realizam na cidade a partir de amanhã.

Mais uma vez, agradecendo a todos os telespectadores que estão nos assistindo, deixo esta tribuna com a consciência do dever cumprido.

Vamos voltar às atividades e continuar a fazer em ritmo acelerado aquilo de que o Brasil precisa. O Brasil tem pressa!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Deputado Rômulo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar os avanços que tivemos nesta semana intensa de trabalho, a começar pela instalação nesta terça-feira, 10 de fevereiro, da Comissão Especial que irá debater a Reforma Política. A Comissão já terá um ritmo de trabalho intenso para que no prazo máximo de 40 sessões ordinárias possa votar o relatório e ser apreciado nos plenários da Câmara e do Senado, em dois turnos cada, para poderem valer já para as eleições de 2016, já que as novas regras devem ser aprovadas 1 ano antes do pleito.

Devo ressaltar também a conquista que nós Deputados e Senadores novos nesta Legislatura já teremos a partir deste ano, direito a R$ 10 milhões em emendas no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015 (PLN 13/14). No total serão R$ 2,4 bilhões para essas emendas. Desses R$ 10 milhões a que teremos direito, nós Parlamentares deveremos destinar metade para projetos ligados à área da saúde.

Saliento que os recursos virão de remanejamento no orçamento e que não haverá cortes de programas de Estados e Municípios nem programas sociais, muito menos dos Parlamentares que não se elegeram ou os que continuam exercendo mandatos, orçadas em R$ 8 bilhões.

Ressalto ainda a aprovação do orçamento impositivo aprovado em segundo turno na noite dessa terça-feira, 10 de fevereiro, e já aprovado pelo Senado, obrigando o Governo a executar as emendas parlamentares individuais ao orçamento da União, emendas essas utilizadas por nós Parlamentares para destinar parte do que é arrecadado pelo Executivo em obras e outras ações em nossos Estados. Com a aprovação dessa PEC, a União ficará obrigada a pagar as emendas em um limite de até 1,2% da Receita Corrente Líquida, estabelecendo também que metade das emendas deverá o ser aplicadas na área da saúde.

Ainda ontem à noite, 10 de fevereiro, tive a oportunidade de participar do programa *Expressão Nacional* da *TV Câmara* sobre um tema muito importante e atual, saneamento básico, tão precário em nosso País, onde a grande maioria das cidades e Municípios brasileiros não conta com esse serviço.

De acordo com estudo divulgado pelo Instituto Trata Brasil em 2014, o Brasil ocupa a 112ª posição em um conjunto de 200 países no quesito saneamento básico. O estudo mostra ainda que, se houvesse cobertura mais ampla do saneamento, as internações por problemas de saúde diminuiriam bastante e traria uma economia em torno de R$ 121 milhões.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o atendimento com rede coletora de esgoto chega a 48% da população e apenas 38% do esgoto são tratados.

Não poderia deixar de registrar a atuação do nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Eduardo Cunha, PMDB-RJ, que já no começo de sua gestão demonstra o ritmo de trabalho que irá impor à Casa pelos próximos 2 anos, conduzindo os trabalhos com muita altivez e já fazendo cumprir seus compromissos de campanha.

Por fim destaco também o Líder do PSD na Câmara, Deputado Rogério Rosso, do PSD do Distrito Federal, que substitui o Deputado Moreira Mendes, do PSD de Rondônia, dando continuidade ao trabalho anterior, para que possamos desenvolver nosso trabalho no Parlamento e um fortalecimento de nossa bancada.

Natural do Rio de Janeiro, Rogério Rosso é um dos fundadores do Partido Social Democrático – PSD. É advogado e especialista em direito tributário e em *marketing*. Foi Governador do Distrito Federal, eleito indiretamente pela Câmara Legislativa em 2010, após a saída de José Roberto Arruda, do DEM, tendo sido também Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal no Governo Joaquim Roriz. Sua dedicação é digna de reconhecimento, devendo ser registrada nos Anais da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

:;Gravado por Lia (4090) em 13/02/2015 17:06:08;:

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Antes de passar a presidência ao Deputado Manato, eu quero expressar a solidariedade da Mesa e a minha solidariedade pessoal a todas as famílias enlutadas por esse grave acidente ocorrido no Espírito Santo, no seu Estado, Deputado Manato, numa plataforma da PETROBRAS. Não chega a angústia que a PETROBRAS vive em terra, agora ocorre essa tragédia em alto-mar. Então, deixo aqui a minha solidariedade e a solidariedade da Mesa da Câmara dos Deputados às famílias enlutadas. Que Deus nos ilumine a todos!

Também quero aqui agradecer ao povo gaúcho, que me deu a honra de ser Deputado pelo quarto mandato na Câmara dos Deputados e de já ter, na segunda semana, a honra de, por mais de 1 hora, presidir uma sessão da Câmara Federal.

Quero passar a presidência ao Deputado Manato, até para que eu possa, honrosamente, usar a tribuna do Parlamento nacional.

Muito obrigado.

O Sr. Pompeo de Mattos, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno , deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, meu nobre amigo Deputado Pompeo de Mattos, do PDT. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Manato.

Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui me manifestar sobre a reforma política. Eu sei que ela é tema presente, é a angústia de nós todos do Parlamento, o que não é diferente do sentimento do povo brasileiro.

Eu, já em 1999, quando assumi meu mandato nesta Casa, apresentei um projeto, que tenho para mim como um dos mais importantes e necessários para a reforma política. Aliás, é um projeto muito simples, com cinco palavras, e que, na minha convicção, sozinho, é mais de meia reforma política.

O projeto diz assim: *"Ficam proibidas coligações nas eleições proporcionais".* Só isso muda a política no Brasil. Proibindo as coligações nas eleições proporcionais, não haverá mais coligação para Vereador, para Deputado Estadual e para Deputado Federal. Cada partido terá que ter a sua nominata; cada partido terá que ter

a sua lista de Deputados Estaduais e Federais. E aí, podem ter certeza, dos 32 partidos que existem, sobram 7 ou 8 – não mais do que isso –, Deputado Osmar Terra, na primeira eleição.

Haverá um enxugamento, a valorização dos partidos. E quem vai acabar com os partidos serão os próprios criadores, ou seja, os políticos. E aí nós vamos moralizar o instituto da eleição.

Apresentei esse projeto novamente. Desde 1999, eu o apresento na Casa.

Outro projeto que apresentei – eu o chamava de "Projeto Enéas"; podemos chamá-lo de "Projeto Tiririca" – determina que o Deputado só possa incorporar na legenda do seu partido o número de votos que importe em um quociente. No caso do Rio Grande do Sul, isso equivale a algo em torno de 200 mil votos, no máximo. O objetivo é evitar que um Deputado eleja mais 5 ou 6 na carona, como fazia o Enéas ou como fez o Deputado Tiririca. Alguns se elegem sem votos, porque se elegem na carona. Nós moralizaríamos, então, o instituto da eleição no que diz respeito à representatividade e à proporcionalidade.

Outro projeto trata das sobras eleitorais. Também venho brigando com isso. Os partidos concorrem, acontece a distribuição de vagas, segundo o quociente partidário, e depois há a sobra. Só que aquele partido que não atingiu o quociente eleitoral fica fora. Eu quero que todas as sobras das legendas concorram para ver quem vai se eleger com a maior sobra.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Deputada Luciana Genro fez 170 mil votos, quase atingiu o quociente. Como não o fez, não participou da sobra. Deputados se elegeram com 15 mil, 20 mil, 30 mil votos, e ela, com 170 mil, não se elegeu. Por quê? Porque a lei está desvirtuada!

Apresentei outro projeto que proíbe a contribuição das empresas. Não é justo, não é correto que os grandes empresários manipulem o financiamento de campanha e elejam as suas próprias bancadas. Não é correto, não é justo. E, mais do que proibir a contribuição das empresas, é necessário limitar os gastos de cada candidatura, estabelecer um teto. Com isso, nós vamos moralizar a eleição e equilibrar a disputa. Não vai haver alguns com tostão e outros com milhões. Vai ser uma coisa mais equilibrada.

Para concluir, um quinto projeto trata da reeleição para Prefeito, para Governador, para Presidente da República. O candidato à reeleição, na hora em que se candidatar, na hora em que for ungido pelo seu partido, terá que se licenciar do cargo. Prefeito candidato não é Prefeito. O Prefeito é candidato? Tem que se licenciar da Prefeitura. Não pode ser Prefeito e candidato, porque senão a disputa fica desigual e desleal. A mesma coisa vale para o Governador: na hora em que passa a ser candidato, a partir da convenção do seu partido, deixa de ser Governador para ser candidato. E vale o mesmo para o Presidente da República. Não é justo que o Presidente da República continue Presidente e seja candidato, que se assegure nos dois espaços, porque aí a disputa o favorece. Então, isso é a moralização do instituto da reeleição.

São cinco as propostas com que eu estou contribuindo para a reforma política, e acho que estou fazendo a minha parte.

Parabéns a V.Exa., Deputado Manato; parabéns ao povo brasileiro – especialmente aos gaúchos –, que vai ver, pela primeira vez, a reforma política acontecer neste País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Em cumprimento ao art. 90 do Regimento Interno, o último orador inscrito para Comunicações Parlamentares, pelo PTB, é o nobre Deputado Paes Landim. V.Exa. tem o tempo regimental de 10 minutos.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Sem revisão do orador.) -

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador, nobre Deputado Zé Geraldo, do PT.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, quero dizer que o povo paraense – o Estado do Pará deu a maioria dos votos à Presidenta Dilma, 58% dos votos – tem confiança em que todos os programas que foram iniciados ainda no Governo Lula, tendo continuidade no Governo Dilma, e os programas iniciados no Governo Dilma terão continuidade.

Hoje eu vi alguns Parlamentares do Pará preocupados com as famílias que ainda não receberam o Luz para Todos, citando o exemplo de Tucuruí. Mas não são apenas 12 mil; nós temos aproximadamente 90 mil, 100 mil famílias. Destas, é bom frisar, 30 mil famílias estão em áreas isoladas, aonde não vai chegar a energia de Tucuruí através de postes e fios, que é mais fácil. A produção de energia alternativa, ou de outras alternativas para as áreas isoladas, é ainda mais cara. Mas é bom dizer aqui que aproximadamente 400 famílias no Estado do Pará receberam energia do Luz para Todos.

Esse programa foi formulado pela Presidenta Dilma quando era Ministra de Minas e Energia no Governo do Presidente Lula. O que existia no tempo do Governo Fernando Henrique Cardoso era um programinha chamado Luz no Campo. Se nós fizermos as contas, no Pará demoraria 500 anos para termos energia para todos na velocidade que ele iniciou.

Portanto, eu acredito que as rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica continuarão sendo asfaltadas, que o Programa Luz para Todos, o Bolsa Família, a hidrovia, a regularização fundiária... Nós temos muita coisa para fazer neste País, e temos aí mais 4 anos. Naturalmente, 90 dias, 6 meses é o ajuste de um novo período. Precisamos terminar os programas que já se iniciaram, e há outros que precisam iniciar.

Então, estou totalmente confiante na minha Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Professor Victório Galli, pelo prazo de 3 minutos, improrrogáveis.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (Bloco/PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, é com prazer que venho hoje a esta tribuna para expressar minha satisfação com o novo tempo que esta Casa inaugura já no início desta Legislatura. Refiro-me à aprovação, ontem, por este Plenário, da proposta de emenda à Constituição do sistema de orçamento impositivo.

Aprovada por 452 votos a 18 e 1 abstenção, a proposta estabelece a execução obrigatória das emendas parlamentares ao Orçamento até o limite de 1,2% da Receita Corrente Líquida, conforme já estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A matéria vai agora à promulgação.

Inaugura-se um novo tempo no nosso sistema federativo, cerrando-se as portas do armazém das negociatas, porque o Governo não mais poderá condicionar a liberação de emendas à votação de propostas.

Era vergonhosa a situação. Destinávamos emendas para os Municípios, a população esperava uma obra com muita expectativa e entusiasmo e, de repente, tínhamos que nos explicar, porque não havia mais dinheiro para aquela determinada obra de uma ponte, uma estrada ou um hospital. Isso acontecia porque o Governo fazia o que bem entendesse, e o sistema do orçamento autorizativo permitia o desvio do dinheiro previsto.

Agora, nossos munícipes não ficarão mais na decepção, porque o dinheiro destinado para as obras o gato não vai mais comer, conforme o ditado popular.

A metade das nossas emendas ao Orçamento deverá ser aplicada em saúde, o que significa que, em alguns anos, a realidade dos nossos Municípios mudará significativamente para melhor. Já não era sem tempo!

Cito aqui um exemplo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: a população de Sinop, Município situado na região norte de Mato Grosso, teve que esperar 6 anos para ser inaugurado o Hospital Municipal, que necessitava de máquinas e equipamentos.

Portanto, com o orçamento impositivo, essa situação vai ser resolvida.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente. Que Deus abençoe a todas as famílias brasileiras!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje aqui a esta tribuna para expressar minha satisfação com um novo tempo que esta Casa inaugura já no início desta Legislatura.

Refiro-me à aprovação, ontem, neste plenário, da proposta de emenda à Constituição do sistema de orçamento impositivo.

Aprovada por 452 votos a 18 e 1 abstenção, a proposta estabelece a execução obrigatória das emendas parlamentares ao orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida, conforme já estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A matéria vai agora à promulgação. Inaugura-se um novo tempo no nosso sistema federativo. Cerraram-se as portas do armazém das negociatas, porque o Governo não mais poderá condicionar a liberação de emendas à votação de propostas.

Era vergonhosa a situação. Destinávamos emendas para os municípios, a população esperava uma obra com muita expectativa e entusiasmo e, de repente, tínhamos que nos explicar, porque não havia mais dinheiro para aquela determinada obra de uma ponte, uma estrada ou um hospital.

Isso acontecia porque o Governo fazia o que bem entendesse, porque o sistema do orçamento autorizativo permitia o desvio do dinheiro previsto.

Agora, nossos munícipes não ficarão mais na decepção, porque o dinheiro destinado para as obras o gato não vai mais comer, conforme o ditado popular.

A metade das nossas emendas ao orçamento deverá ser aplicada em saúde, o que significa que, em alguns anos, a realidade dos nossos municípios mudará significativamente, para melhor. Já não era sem tempo!

Cito aqui um exemplo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: A população de Sinop (Município situado na região norte de Mato Grosso) teve que esperar seis anos para ver inaugurado o Hospital Municipal, que necessitava de máquinas e equipamentos, sendo que a emenda de cerca de R$ 10 milhões, aprovada em 2009, empacava na liberação. Ficava só na promessa. Com muito custo, o dinheiro foi liberado e o hospital entregue à população, no final do ano passado, pronto para atender a cerca de 300 mil pessoas na região.

A história agora é outra. Como bem disse o nosso Presidente Eduardo Cunha, o orçamento impositivo acaba com uma prática, que vai ser enterrada a partir de agora, que é a prática de os parlamentares ficarem reféns de liberação de emendas. E, ainda, conforme o presidente, a proposta é estender o orçamento impositivo às emendas de bancada. Estamos evoluindo!

O sistema autorizativo do orçamento favorecia a mendicância dos municípios! Tratava-se de uma regra falida, que fazia o Brasil caminhar na contramão da história, há muitos e muitos anos, por governos e governos.

Os países desenvolvidos praticam o orçamento impositivo. O Brasil agora acordou. Nossas cidades vão viver em poucos anos outra realidade, basicamente na assistência à saúde do seu povo.

Perdemos muito tempo, mas haveremos de recuperar o tempo perdido, porque, agora, não existirá mais a moeda de troca do Orçamento da União aqui nesta Casa do Congresso Nacional!

Parabéns ao Parlamento brasileiro! Passaremos a escrever uma nova história. Parabéns a todos! Que Deus nos abençoe!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje este espaço nesta Casa para falar sobre como o caso da crise da dívida grega ilustra o fracasso total das políticas neoliberais. Hoje, Sr. Presidente, a dívida grega é maior do que antes da intervenção das instituições financeiras internacionais. Em 2010, começaram medidas como a intervenção da União Europeia, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central europeu, com aplicação de nove planos que submeteram a população grega à austeridade extrema – com medidas como o aumento maciço dos impostos, alta dos preços, redução dos salários (chegando até 32% sobre o salário mínimo!) e das aposentadorias, elevação da idade legal para aposentadoria, destruição de serviços públicos de primeira necessidade como a educação e a saúde, eliminação de benefícios sociais e privatizações dos setores estratégicos para a economia nacional (portos, aeroportos, ferroviário, gás, água, petróleo).

Mas a crise grega poderia ter sido evitada, Sr. Presidente. Bastaria que o Banco Central europeu tivesse emprestado as quantias necessárias diretamente ao Governo, com a mesma taxa de juros que empresta aos bancos privados, ou seja, entre 0% e 1%, o que teria impedido qualquer especulação da dívida pelo mundo financeiro. Porém, o Tratado de Lisboa, redigido por Valéry Giscard d'Estaing, proíbe essa possibilidade por razões difíceis de compreender quando se baseia no postulado de que "o Banco Central europeu atua segundo os interesses dos cidadãos".

O FMI e a União Europeia exigiram do então Governo grego que se intensificasse a já rígida política de austeridade, com medidas como redução do número de funcionários, corte de gastos em saúde, privatização das empresas públicas e cortes de salários, demissões e aumento de impostos. Este é o resultado das políticas neoliberais: afundaram o país, empobreceram o Estado e o povo. A Grécia implantou toda a cartilha, Sr. Presidente, e o resultado foi mais dívida, mais desemprego, desestruturação da economia. E alegria dos banqueiros!

Por causa disso, nas últimas eleições, realizadas em 15 de janeiro, o povo grego elegeu um partido do campo da esquerda, o Syriza. Comprometido com uma plataforma antineoliberal, as primeiras medidas foram recontratar os funcionários públicos demitidos ilegalmente, a taxação das grandes fortunas, uma reforma tributária progressiva, ajuda com alimentos, eletricidade gratuita e acesso à saúde para os excluídos, que não tinham dinheiro para o básico que o ser humano tem direito! O Syriza anunciou que não negociará a soberania do povo grego e que a renegociação da dívida não pode obedecer os ditames do Banco Central europeu, do FMI e da Comissão Europeia. A dívida pública grega está em 180% do seu PIB, Sr. Presidente. Algo em torno de 322 bilhões de euros (993 bilhões de reais). E olha que a economia grega representa apenas 2% da zona do euro.

Estou me referindo à Grécia, Sr. Presidente, porque considero emblemático. As imposições do mundo financeiro e do mercado sobre os rumos dos Estados e das nações não podem ser desconsideradas. A ciranda financeira não respeita a vida, os povos, as nações. O predomínio da ganância como regra, os interesses imperiais das economias capitalistas mais avançadas produziram a crise de 2008 e continuarão a produzir mais e

mais crises, enquanto não formos capazes de implantar uma nova regulação da economia mundial em outras bases mais humanitárias e mais civilizadas.

No Brasil, temos enfrentado esta crise capitalista mundial de cabeça erguida, garantindo emprego (fechamos 2014 com 6,8% de desemprego, um dos menores do mundo), com melhoria do salário mínimo e com a adoção de políticas públicas que fizeram a maior inclusão econômica, social e cultural de toda a nossa história, superamos a pobreza absoluta e elevamos o acesso à educação em todos os níveis. As fórmulas neoliberais prometem crescimento e só deixam dívidas, pobreza elevada, desemprego e concentração de renda. Isso o Brasil já aprendeu duramente com os governos que antecederam o Presidente Lula.

Eventuais ajustes na economia devem ser feitos sempre, Sr. Presidente, mas no sentido de garantir a preservação do emprego, a melhoria da renda salarial e o acesso às políticas públicas com qualidade. Confio em que a Presidenta Dilma, neste novo mandato que o povo lhe conferiu nas urnas, ao preparar o Governo para esta nova etapa de enfrentamento da crise do capitalismo mundial, esteja orientada por esses princípios e compromissos.

Nenhum direito a menos! Esse é o caminho que o Syriza inicia agora na Grécia. Sucesso para eles, pois é o melhor caminho para enfrentar a crise criada pelos capitalistas!

Muito obrigado.

A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho agora tratar de um tema que, mais do que nunca, merece nossa especial atenção: a grave crise hídrica que afeta o Brasil.

Estamos vivendo a concretização de previsões catastróficas que há anos já eram anunciadas por aqueles que observam atentamente o modelo desastroso de ocupação e consumo que desenvolvemos.

Há tempos a comunidade científica nos alerta para os efeitos da equivocada intervenção em nossos recursos naturais e da inadequada gestão que deles fazemos. A escassez hídrica, as mudanças climáticas, a intensificação de enchentes e da seca, a perda de recursos animais e florestais, tudo isso, que antes não passava de previsões tidas por muitos como exageradas e radicais, bate hoje à nossa porta!

Sim, esse temido futuro chegou! Chegou e nos pegou desprevenidos. Estamos despreparados para viver neste mundo mais hostil, que nós mesmos criamos.

Infelizmente, a condição favorável de nosso País em termos de disponibilidade de recursos naturais, aí incluídos os recursos hídricos, fez-nos acreditar que a preocupação com a gestão racional, ecológica e estratégica desses recursos não merecia lugar privilegiado em nossa agenda.

Quanto a isso, devo lembrar que o Brasil ocupa posição de destaque no cenário mundial quando o assunto é biodiversidade, florestas e água.

Somos considerados um país megadiverso, em virtude da variedade de espécies de fauna e flora que abrigamos. Somos ainda detentores da maior parcela da Floresta Amazônica, além de outros cinco biomas, todos de importância mundialmente reconhecida para a regulação do clima e outros nobres fins.

Por fim, o Brasil é o país que concentra a maior quantidade de água doce do mundo! Concentramos em torno de 12% de toda a água doce disponível e abrigamos o Rio Amazonas, um dos maiores do planeta. Apesar disso, assistimos à instalação de uma crise ambiental e ecológica de consequências alarmantes.

A escassez hídrica é apenas uma das diversas dimensões de uma crise muito maior. Uma crise que se inicia na fragilização de nossas leis ambientais e termina no avanço do desmatamento de nossas florestas, no aumento da poluição de nossos mananciais, na contaminação de nosso solo, na mudança de nosso clima e, por fim, no sofrimento de nosso povo!

A natureza está deixando claro agora o que sempre fomos resistentes para assumir: ela é capaz de reconstruir-se e adaptar-se sem a nossa existência, mas nós não! Nós precisamos dela para viver bem! Nós precisamos dela para ter qualidade de vida, como reconhece nossa própria Constituição Federal!

Convido V.Exas. a refletirem acerca dos efeitos que essa crise hídrica pode trazer. Pensem nos efeitos da escassez sobre a saúde, sobre os idosos, sobre as crianças e sobre a economia.

Não é difícil prever o aumento de doenças, a elevação dos índices de mortalidade entre idosos e crianças, a elevação de custos nas indústrias, as demissões em massa, a disputa pela água e a intensificação de processos deletérios das relações humanas, como conflitos civis e até guerras.

Precisamos agir com urgência para propor soluções de adaptação, minimização, correção e prevenção! É tempo de elevarmos o tema ambiental para a posição estratégica de nossa agenda!

É hora de mudar e mudar para sempre. Não podemos mais nos satisfazer com discursos de negação, como fez São Paulo, para disfarçar e esconder uma crise evidente e inevitável. Precisamos enfrentar essa questão com a seriedade que ela merece. E esta Casa tem papel fundamental nesse processo!

Nós, investidos em nosso mandato pela confiança do povo brasileiro, devemos lançar mão do processo legislativo e da função fiscalizadora desta Casa para fortalecer as leis ambientais existentes e realizar novas proposições com a capacidade de trazer soluções e mudanças no modelo de gestão vigente.

É preciso, mais do que nunca, pensar em novos instrumentos econômicos e estímulos ao aprimoramento tecnológico que levem em conta a importância da preservação do meio ambiente.

Mais do que isso, é necessário pensar em soluções e novos meios de gestão, regulação e governança para nos adaptarmos à situação que já está posta: essa triste realidade ambiental que criamos. Não podemos mais nos esconder. Não sou eu que afirmo, mas a esmagadora maioria da comunidade científica. Para ela, não há dúvida: nós somos os principais responsáveis pelas mudanças climáticas. Nós criamos este mundo de extremos mais intensos e perigosos. Devemos agora agir com urgência para nos fortalecermos e nos adaptarmos da melhor forma possível.

Por fim, precisamos de proposições e medidas efetivas de prevenção. Se esperamos por um futuro de paz e plenitude para nós e nossas futuras gerações, precisamos repensar a relação do homem com o meio ambiente. Precisamos repensar comportamentos, hábitos de consumo, modelos produtivos. Precisamos pensar em alternativas, precisamos educar e conscientizar.

O desafio é grande, mas não há outra saída a não ser enfrentá-lo. E nós, investidos em nossos mandatos, temos os instrumentos para isso. Sejamos, então, protagonistas dessa necessária e urgente mudança.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, compareço a esta tribuna para declarar o meu apoio ao PL 7.699, de 2006, que institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências.

A essa proposição, Sr. Presidente, tenho apensado dois projetos: O PL 1.579, de 2011, que altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para dispor sobre a inclusão, no acervo das bibliotecas públicas, de exemplares da Bíblia Sagrada, impressa em braile, em meio digital, magnético ou ótico, destinada às pessoas com deficiência visual, e o PL 3.165, de 2012, que dispõe sobre o acesso a recursos de tecnologia assistiva nas políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, nobres pares, conto com o apoio de V.Exas. na aprovação do PL 7.699, de 2006, que é de suma importância para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

É essencial e urgente a citada aprovação. É preciso que nos debrucemos sobre esse projeto que trará um avanço substancial no dia a dia desses cidadãos.

Não podemos nos furtar em dar condições de igualdade aos portadores de deficiência e assegurá-los que tenham garantidos os seus direitos fundamentais.

Muito obrigado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi há pouco da Associação dos Magistrados da Bahia um pedido para que me esforce para evitar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 457, de 2005, conhecida como PEC da Bengala, que pretende aumentar de 70 para 75 anos a idade teto para a aposentadoria compulsória no serviço público.

Alegam os magistrados baianos que a mudança pretendida irá impactar negativamente na atuação e na carreira da magistratura nacional, dificultando o julgamento célere dos processos e a renovação dos seus quadros, causando prejuízo à sociedade.

No mesmo sentido, a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB tem se manifestado contra a aprovação dessa PEC, afirmando que o aumento da idade protela a imprescindível renovação dos quadros das cúpulas dos Tribunais, produzindo como resultado nocivo a paralisação do processo de criação e renovação da jurisprudência. A entidade também defende que a renovação dos quadros é necessária para viabilizar novas práticas político-administrativas.

A AMB apresenta inclusive dados que mostram que são restritivos os sistemas para aposentadoria de Ministros de Cortes Superiores em outros países, que em sua maioria adotam o sistema de mandato ou limite de idade máxima para aposentadoria, que fica em torno de 60 ou 70 anos, enquanto que no Brasil, com a aprovação dessa PEC, alguns Ministros permanecerão no cargo por mais de 30 anos.

Segundo a entidade que congrega os brasileiros, em que pese o inequívoco aumento da expectativa de vida dos brasileiros, a partir da segunda metade do século XX, a proposta implica graves prejuízos ao interesse público e às carreiras da magistratura e do Ministério Público. E enumera aspectos que considera importantes para se evitar a aprovação da PEC nº 457, de 2005:

a) A tendência à estagnação da jurisprudência dos tribunais brasileiros, obstando o necessário e indispensável progresso das ideias e decisões no republicano espaço do Poder Judiciário;
b) o engessamento da carreira, em virtude da possibilidade oferecida pela proposição de longa e desproporcional permanência de membros da magistratura e do Ministério Público nos órgãos de cúpula, gerando contundente desestímulo ao recrutamento e dedicação à atividade;
c) a possibilidade de – ao contrário do que se defende – ocorrer um incremento das despesas com a previdência pública, em virtude do fomento às aposentadorias voluntárias por tempo de contribuição, diante da perspectiva negativa de ascensão na carreira;
d) os obstáculos ao desenvolvimento gerencial dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, pois o alongamento em mais 5 anos do exercício na carreira impediria a renovação da administração pública, das rotinas processuais das varas, dos tribunais, dos Tribunais Superiores, das Procuradorias etc., necessárias para trazer a esse Poder a celeridade e a dinamização de que necessita, conforme determina o princípio da duração razoável do processo (art. 5°, LXXVIII, CF);
e) o fato de o Brasil ser ainda um país de instituições novas, as quais, em especial as instituições jurídicas, precisam, para sua natural evolução, também, de constante evolução do pensamento de seus integrantes. A permanência de agentes públicos por longos períodos em órgãos formadores de opinião dessas instituições, como é o caso dos tribunais e das procuradorias, representa a possibilidade de engessamento dessa salutar evolução;
f) o fato da proposta contrariar a reiterada posição do Parlamento no sentido da necessidade de renovação dos quadros da magistratura e do Ministério Público, como forma de legitimar o exercício de suas funções, em consonância com o sistema republicano.

Considero oportunas e extremamente racionais as objeções explicitadas pelas entidades representativas dos magistrados baianos e brasileiros à aprovação da PEC nº 457, de 2005, e saúdo os magistrados brasileiros pela posição corajosa que tomaram através de seus fóruns de deliberação.

Chamo a atenção das Sras. e Srs. Deputados para o risco de, ao nos deixarmos levar por visões imediatistas que almejam claramente interferir na composição do Supremo Tribunal Federal pelos próximos anos, aprovarmos uma mudança constitucional que trará graves prejuízos para o Poder Judiciário e para a sociedade brasileira nos anos que virão.

Ao saudar e me solidarizar com as posições expressas pelos magistrados brasileiros através de suas entidades, quero parabenizar a Associação dos Magistrados da Bahia, que no próximo dia 24 de fevereiro completará 50 anos de sua fundação.

O SR. MARCOS ROTTA (Bloco/PMDB-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago à tribuna desta Casa do Congresso Nacional no dia de hoje um assunto que sem dúvida nenhuma já foi discutido à exaustão em legislaturas passadas por vários colegas deste Parlamento. Eu me refiro à questão da saúde no Brasil.

Gostaria de discutir, duas preocupações extremamente importantes que tenho com relação à saúde dos brasileiros: o atendimento prestado pelo sistema de saúde complementar e pelo Sistema Único de Saúde – SUS. O fato é que os brasileiros estão mal assistidos pelos dois sistemas. É triste constatar, Sras. e Srs. Deputados, que essa situação de penúria do povo brasileiro ainda perdure nos dias de hoje.

No sistema de saúde complementar, a população encontra várias barreiras impostas pelos planos de saúde, que sempre desfavorecem o paciente, o consumidor: atendimento demorado, falta de cobertura de diversas especialidades, exames clínicos e internações, enfim, um verdadeiro festival de desrespeito ao consumidor que paga o plano de saúde por acreditar que terá pronto atendimento sempre que precisar, o que na realidade não tem acontecido.

O preço pago pelo consumidor é alto. No entanto, ele não tem o retorno desse investimento. Muitos médicos e clínicas deixam de atender pelos planos devido ao baixo repasse feito pelas operadoras, que não pagam o valor justo pelo trabalho do médico.

Caros colegas, só para se ter ideia, chega-se ao absurdo de muitas vezes o consumidor recorrer à justiça para conseguir manter um parente num leito ou na unidade de terapia intensiva de um hospital por falta de cobertura do plano de saúde. E aqui eu gostaria de fazer uma pergunta aos nobres pares: o que vale mais, uma vida ou um contrato? Acidentes e doenças acontecem sem dia, hora, nem local marcado.

Por isso, o serviço prestado deve ser amplo. A saúde suplementar no Brasil hoje é uma vergonha. Conforme aumentou o número de consumidores nesse setor, a qualidade da prestação de serviço piorou. E o consumidor, refém, pois já paga um plano de saúde para não passar por situações difíceis em hospitais públicos,

passam por momentos aflitos por causa dos planos de saúde. É preciso que nós todos, a partir deste inicio de Legislatura, nos unamos em defesa da saúde no Brasil.

Como é sabido por todos nós, no SUS os pacientes esperam em longas filas por atendimento. Horas a fio sentindo dores, passando mal, e alguns não resistem à espera e falecem. Em muitos hospitais faltam aparelhos para fazer exames, e quando tem os pacientes encontram dificuldades para marcar. Faltam macas, medicamentos, médicos. Enfim, falta quase tudo.

Aproveito este primeiro dia do meu mandato para pedir ao Governo Federal mais investimentos no setor, que grita por socorro. A falta de estrutura e valorização da saúde leva á falta de médicos, principalmente no interior do País, e destaco aqui o meu Estado do Amazonas. Temos que fazer algo para mudar este quadro. Destaco a falta de médicos nas regiões Norte e Nordeste, sem contar com a falta de infraestrutura em hospitais, postos de saúde e Santas Casas. Nenhum médico quer atender em locais que não lhe dão o mínimo para um atendimento descente. Até quando vamos viver esta realidade?

Ao finalizar, mais uma vez peço empenho maior ao Governo Federal, que priorize a saúde dos brasileiros e destine mais recursos orçamentários para o setor.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a atenção necessária dos nobres colegas para informar a V.Exas. que apresentei nesta semana requerimento solicitando a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro, com ênfase nas crescentes rebeliões de presos, na superlotação dos presídios e nos altos custos financeiros de manutenção desses estabelecimentos. O pedido de investigação foi assinado por 193 Deputados. A crise instalada nesses estabelecimentos prisionais é um assunto delicado, porém corriqueiro em nosso País.

A recente rebelião ocorrida no Complexo Prisional do Curado, em Recife, noticiada amplamente pela imprensa, e os conflitos registrados em diversas cadeias brasileiras nos últimos anos deixam nítido o verdadeiro caos do Sistema Carcerário. Há alguns anos, os presídios vêm sendo alvo de preocupação da sociedade diante da sua ineficiência e da crescente onda de denúncias de corrupção e de instalação de crime organizado nas prisões.

Essa crescente desestruturação do sistema prisional intensifica a incredulidade da sociedade sobre uma possível reabilitação do preso e do seu retorno ao convívio social. Situação que contribui para aumentar o sentimento crescente na sociedade da ineficiência no Sistema Carcerário. Cabe a nós Parlamentares, como representantes do povo, a responsabilidade de investigar e denunciar possíveis falhas que possam ocasionar prejuízos à sociedade brasileira.

Nos últimos 20 anos, o crescimento da criminalidade tornou-se objeto de preocupação do povo e do Governo Federal. Hoje é imprescindível dizer que a segurança pública é um tema recorrente de apreensão dos governantes. Intensificaram-se nos últimos anos os investimentos em segurança pública da população. De acordo com informações do Ministério da Justiça, nunca se investiu tanto em segurança pública. Em 2013, por exemplo, o Governo investiu R$ 4,2 bilhões, mas persiste a intranquilidade.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2014, a população carcerária brasileira era de 711.463 presos e 147.937 pessoas estavam em prisão domiciliar. Com esses números o Brasil possui atualmente a terceira maior população carcerária do mundo. Quando se trata dos índices de reincidência, em que o condenado anteriormente pratica novo crime, as taxas são altíssimas. A pesquisa do CNJ identificou ainda que o déficit atual no sistema é de 206 mil vagas. Esse cenário de crescimento da comunidade carcerária é preocupante e requer vigilância das autoridades competentes.

Por esses motivos, propomos a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro, considerando as crescentes e constantes rebeliões de presos, a superlotação dos presídios e os altos custos financeiros para a manutenção desses estabelecimentos.

Aqui fica meu apelo à Mesa Diretora para que a CPI do Sistema Carcerário Brasileiro seja instalada nesta Casa.

Obrigado.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar os avanços que tivemos nesta semana intensa de trabalho, a começar pela instalação nesta terça-feira, 10 de fevereiro, da Comissão Especial que irá debater a reforma política. A Comissão já terá um ritmo de trabalho intenso para que, no prazo máximo de 40 sessões ordinárias, possa votar o relatório e ser apreciada nos plenários da Câmara e do Senado, em dois turnos cada, para poderem valer para as eleições de 2016, já que as novas regras devem ser aprovadas 1 ano antes do pleito.

Devo ressaltar também a conquista que nós, Deputados e Senadores novos nesta Legislatura, já teremos, a partir deste ano, direito a R$ 10 milhões em emendas no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015 (PLN 13/14).

No total, serão R$ 2,4 bilhões para essas emendas. Desses R$ 10 milhões a que teremos direito, nós Parlamentares deveremos destinar metade para projetos ligados à área da saúde.

Saliento que os recursos virão de remanejamento no Orçamento e que não haverá cortes de programas de Estados e Municípios nem de programas sociais, muito menos das emendas dos Parlamentares que não se elegeram ou os que continuam exercendo mandatos, orçadas em R$ 8 bilhões.

Ressalto ainda a aprovação do orçamento impositivo, aprovado em segundo turno, na noite desta terça-feira (10 de fevereiro), e já aprovado pelo Senado, obrigando o Governo a executar as emendas parlamentares individuais ao Orçamento da União. Emendas essas utilizadas por nós Parlamentares para destinar parte do que é arrecadado pelo Executivo em obras e outras ações em nossos Estados.

Com a aprovação dessa PEC, a União ficará obrigada a pagar as emendas em um limite de até 1,2% da Receita Corrente Líquida, estabelecendo também que metade das emendas deverão ser aplicadas na área da saúde.

Ainda na noite de ontem (10 de fevereiro) tive a oportunidade de participar do programa *Expressão Nacional* da *TV Câmara* sobre um tema muito importante e atual que é a questão do saneamento básico, tão precário em nosso País, onde a grande maioria das cidades e dos Municípios brasileiros não contam com esse serviço.

De acordo com estudo divulgado pelo Instituto Trata Brasil em 2014, o Brasil ocupa a 112ª posição em um conjunto de 200 países no quesito saneamento básico. O estudo mostra ainda que, se houvesse uma cobertura mais ampla do saneamento, as internações por problemas de saúde diminuiriam bastante e trariam uma economia em torno de R$ 121 milhões.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o atendimento com rede coletora de esgoto chega a 48% da população, e apenas 38% do esgoto é tratado.

Como não poderia deixar de registrar, a atuação do nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Eduardo Cunha, já no começo de sua gestão demonstra o ritmo de trabalho que irá impor na Casa pelos próximos 2 anos, conduzindo os trabalhos com muita altivez e já fazendo cumprir seus compromissos de campanha.

Por fim, destaco também o nosso Líder do PSD na Câmara, o Deputado Rogério Rosso (PSD/DF), que substitui o Deputado Moreira Mendes (PSD/RO), dando continuidade ao trabalho anterior para que possamos desenvolver nosso trabalho no Parlamento e o fortalecimento de nossa bancada.

Natural do Rio de Janeiro, Rogério Rosso é um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD). É advogado e especialista em Direito Tributário e em *marketing*. Foi Governador do Distrito Federal, eleito indiretamente pela Câmara Legislativa, em 2010, após a saída de José Roberto Arruda (DEM), tendo sido também Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal no Governo Joaquim Roriz.

Sua dedicação é digna de reconhecimento, devendo ser registrada nos Anais da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. EVANDRO ROGERIO ROMAN (PSD-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos finalizando, esta semana, a votação de uma das matérias mais importantes para a saúde financeira de nosso País, o orçamento impositivo.

Hoje a maioria dos Municípios brasileiros mal conseguem liquidar a folha de pagamento. Não sobra recurso algum para investir. As emendas parlamentares acabam salvando os setores prioritários como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

A aprovação da liberação obrigatória dessa verba será, sim, uma grande conquista para os prefeitos, para as cidades e também para os Parlamentares que estão aqui e desejam atender, da melhor forma possível, os cidadãos que moram em sua base eleitoral.

O orçamento impositivo também vai fortalecer as relações republicanas entre os Poderes Executivo e Legislativo. Vamos quebrar uma barreira de muitos anos, na qual o Parlamento acabava subjugado ao Executivo, que aplicava os recursos orçamentários das emendas parlamentares conforme seus interesses políticos.

Estamos em um momento histórico. Essa mudança vai estabelecer uma relação de respeito entre os dois Poderes e possibilitará que os Deputados e Senadores façam uma programação de apoio às suas bases. Será um meio de representar a vontade da população que, muitas vezes, quando dependendo somente da vontade política do Executivo, não acontece.

Podemos ainda dizer que essa medida será uma ferramenta de combate à corrupção. Ao estabelecermos critérios claros para a destinação do orçamento, vamos diminuir a margem de discricionariedade de aplicação dos recursos, diminuindo a possibilidade de que a verba englobada nesse campo livre de alocação possa ser usada para fins não muito nobres, trazendo maior lisura e transparência estatal. Vamos acabar também com a possibilidade de negociação de liberação de emendas em troca de posicionamentos e votos no Congresso.

Não existirá a ameaça do contingenciamento de recursos como punição ao Congresso quando votar matéria de interesse da população, porém, contrária ao Governo.

Essa é uma oportunidade única para iniciarmos uma nova fase na política brasileira. O orçamento impositivo e a reforma política serão as grandes armas que o povo terá para combater a corrupção e buscar maior ética e transparência por parte dos governantes.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (Bloco/PSC-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, constitui para mim uma grande honra estar aqui na tribuna desta Casa para poder me pronunciar acerca de temas relevantes no concernente à aprovação, ontem à noite, do Projeto de Lei nº 7.735, de 2014, que trata da biodiversidade, e também quanto à regulamentação da classe dos caminhoneiros, Projeto de Lei nº 5.943, de 2013.

Aproveito esta oportunidade para saudar os quase 65 mil eleitores de Mato Groso que me fizeram chegar a esta Casa, em especial toda a comunidade evangélica. Aproveito também para saudar o Presidente da Assembleia de Deus, na pessoa do nosso líder, o Pastor Sebastião Rodrigues, e os demais pastores de meu querido Estado.

Nós ficamos felizes com o apoio de todos aqueles que foram solidários ao nosso nome para nos fazer chegar a esta Casa e representar o segmento evangélico de nosso Estado.

Sr. Presidente, senhoras e senhores pares, com muito esforço conseguimos aprovar, nesta noite de terça-feira, o Projeto de Lei nº 7.735, de 2014, que simplifica as regras para pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos e para o uso dos conhecimentos indígenas ou tradicionais sobre eles (biodiversidade).

Sr. Presidente, como V.Exa. bem sabe, a finalidade desse projeto é resolver a dificuldade de várias empresas de cumprir as regras atuais, o que as faz desistir de incorporar produtos da biodiversidade brasileira em suas linhas de pesquisa ou substituir extratos e substâncias nativas por similares sintéticos ou plantas de outros países.

O nosso partido, o PSC, apresentou destaque aprovado pelo Plenário e reinclui no texto trecho do projeto original, vinculando o perdão de dívidas com multas ao cumprimento do termo de compromisso da regularização do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, realizado em desacordo com as regras atuais.

Sr. Presidente, outra importante novidade do Projeto de Lei nº 7.735, de 2014, é a inclusão dos produtos agrícolas e pecuários nas novas regras. O *royalty* será devido sobre a comercialização do material reprodutivo (semente, por exemplo) no caso geral de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado para atividades agrícolas. Já a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético de espécies introduzidas no território nacional pela ação humana (soja, gado, cana-de-açúcar, por exemplo) será isenta do pagamento de *royalty*.

Em suma, Sr. Presidente, tivemos nesta noite de terça-feira, dia 10, o prazer e a humildade de poder votar junto com os pares esse importante projeto para a Nação brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago aqui também o meu apoio aos caminhoneiros de nosso País que têm de dar duro todos os dias para levar o alimento para casa.

O projeto que regulamenta a jornada de trabalho dos caminhoneiros (PL 5.943, de 2013) deve merecer atenção nesta Casa. O projeto fixa em 6 horas contínuas o tempo máximo de direção para o motorista profissional e regulamenta outros aspectos da profissão.

Esse projeto, sem dúvida, vai diminuir o número de acidentes nas estradas. Precisamos dar melhores condições para o motorista. Não é possível que se dirija 24 horas por dia, pondo em risco a própria vida e a dos demais nas estradas.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

RORAIMA

Hiran Gonçalves PMN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Jhonatan de Jesus PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Total de RORAIMA 2

AMAPÁ

André Abdon PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Cabuçu Borges PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Professora Marcivania PT
Total de AMAPÁ 3

PARÁ

Beto Salame PROS
Delegado Éder Mauro PSD
José Priante PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Josué Bengtson PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Nilson Pinto PSDB PsdbPsbPpsPv
Wladimir Costa Solidaried
Total de PARÁ 6

AMAZONAS

Marcos Rotta PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Pauderney Avelino DEM
Total de AMAZONAS 2

RONDÔNIA

Expedito Netto Solidaried
Lindomar Garçon PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lucio Mosquini PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcos Rogério PDT
Mariana Carvalho PSDB PsdbPsbPpsPv
Nilton Capixaba PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RONDÔNIA 6

ACRE

Leo de Brito PT
Total de ACRE 1

TOCANTINS

Carlos Henrique Gaguim PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Irajá Abreu PSD
Lázaro Botelho PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de TOCANTINS 3

MARANHÃO

Aluisio Mendes PSDC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Eliziane Gama PPS PsdbPsbPpsPv
Junior Marreca PEN PmdbPpPtbPscPhsPen
Juscelino Rezende Filho PRP PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Waldir Maranhão PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Zé Carlos PT
Total de MARANHÃO 6

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Arnon Bezerra PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Danilo Forte PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Domingos Neto PROS

Gorete Pereira PR
Macedo PSL
Vitor Valim PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de CEARÁ 7

PIAUÍ

Átila Lira PSB PsdbPsbPpsPv
Iracema Portella PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcelo Castro PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Paes Landim PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Rejane Dias PT
Total de PIAUÍ 5

RIO GRANDE DO NORTE

Antônio Jácome PMN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Rogério Marinho PSDB PsdbPsbPpsPv
Total de RIO GRANDE DO NORTE 2

PARAÍBA

Benjamin Maranhão Solidaried
Manoel Junior PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Wellington Roberto PR
Total de PARAÍBA 3

PERNAMBUCO

Augusto Coutinho Solidaried
Eduardo da Fonte PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Gonzaga Patriota PSB PsdbPsbPpsPv
Jarbas Vasconcelos PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luciana Santos PCdoB
Marinaldo Rosendo PSB PsdbPsbPpsPv
Mendonça Filho DEM
Tadeu Alencar PSB PsdbPsbPpsPv
Total de PERNAMBUCO 8

ALAGOAS

Cícero Almeida PRTB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Givaldo Carimbão PROS
Marx Beltrão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Maurício Quintella Lessa PR
Total de ALAGOAS 4

SERGIPE

Andre Moura PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de SERGIPE 1

BAHIA

Afonso Florence PT
Antonio Imbassahy PSDB PsdbPsbPpsPv
Arthur Oliveira Maia Solidaried
Davidson Magalhães PCdoB
Erivelton Santana PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
José Carlos Aleluia DEM
Lucio Vieira Lima PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen

Ronaldo Carletto PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Tia Eron PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Waldenor Pereira PT
Total de BAHIA 10

MINAS GERAIS

Brunny PTC
Dâmina Pereira PMN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Domingos Sávio PSDB PsdbPsbPpsPv
Eros Biondini PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Leonardo Monteiro PT
Leonardo Quintão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luis Tibé PTdoB
Marcelo Álvaro Antônio PRP PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Marcos Montes PSD
Marcus Pestana PSDB PsdbPsbPpsPv
Margarida Salomão PT
Mauro Lopes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Newton Cardoso Jr PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Padre João PT
Reginaldo Lopes PT
Rodrigo de Castro PSDB PsdbPsbPpsPv
Toninho Pinheiro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de MINAS GERAIS 17

ESPÍRITO SANTO

Helder Salomão PT
Sergio Vidigal PDT
Total de ESPÍRITO SANTO 2

RIO DE JANEIRO

Alexandre Valle PRP PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Aureo Solidaried
Benedita da Silva PT
Celso Jacob PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Celso Pansera PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Chico D Angelo PT
Deley PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Fernando Jordão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Francisco Floriano PR
Indio da Costa PSD
Jandira Feghali PCdoB
Jean Wyllys PSOL
Julio Lopes PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Leonardo Picciani PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Carlos Ramos PSDC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Marco Antônio Cabral PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marquinho Mendes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Pedro Paulo PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Roberto Sales PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Soraya Santos PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Sóstenes Cavalcante PSD
Total de RIO DE JANEIRO 21

SÃO PAULO

Antonio Bulhões PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Arnaldo Faria de Sá PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Baleia Rossi PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Beto Mansur PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Carlos Zarattini PT
Celso Russomanno PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Eli Correa Filho DEM
Gilberto Nascimento PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Guilherme Mussi PP PmdbPpPtbPscPhsPen
José Mentor PT
Mara Gabrilli PSDB PsdbPsbPpsPv
Missionário José Olimpio PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Paulo Freire PR
Paulo Teixeira PT
Pr. Marco Feliciano PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Renata Abreu PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Ricardo Tripoli PSDB PsdbPsbPpsPv
Roberto Alves PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtb
Valmir Prascidelli PT
Vicente Candido PT
William Woo PV PsdbPsbPpsPv
Total de SÃO PAULO 21

MATO GROSSO

Adilton Sachetti PSB PsdbPsbPpsPv
Carlos Bezerra PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Ezequiel Fonseca PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Fabio Garcia PSB PsdbPsbPpsPv
Nilson Leitão PSDB PsdbPsbPpsPv
Ságuas Moraes PT
Valtenir Pereira PROS
Total de MATO GROSSO 7

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga DEM
Augusto Carvalho Solidaried
Erika Kokay PT
Izalci PSDB PsdbPsbPpsPv
Ronaldo Fonseca PROS
Roney Nemer PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de DISTRITO FEDERAL 6

GOIÁS

Daniel Vilela PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lucas Vergilio Solidaried
Magda Mofatto PR
Total de GOIÁS 3

MATO GROSSO DO SUL

Carlos Marun PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Elizeu Dionizio Solidaried
Geraldo Resende PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Mandetta DEM
Total de MATO GROSSO DO SUL 4

PARANÁ

Alex Canziani PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Edmar Arruda PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Leopoldo Meyer PSB PsdbPsbPpsPv
Osmar Serraglio PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Ricardo Barros PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Rossoni PSDB PsdbPsbPpsPv
Rubens Bueno PPS PsdbPsbPpsPv
Takayama PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Toninho Wandscheer PT
Total de PARANÁ 9

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Décio Lima PT
João Rodrigues PSD
Jorge Boeira PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Jorginho Mello PR
Mauro Mariani PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Rogério Peninha Mendonça PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Ronaldo Benedet PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Valdir Colatto PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de SANTA CATARINA 9

RIO GRANDE DO SUL

Bohn Gass PT
Covatti Filho PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Darcísio Perondi PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Márcio Biolchi PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marco Maia PT
Marcon PT
Nelson Marchezan Junior PSDB PsdbPsbPpsPv
Osmar Terra PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Ronaldo Nogueira PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO SUL 9

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

RORAIMA

Carlos Andrade PHS PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de RORAIMA 1

AMAPÁ

Vinicius Gurgel PR
Total de AMAPÁ 1

ACRE

Sibá Machado PT
Total de ACRE 1

MARANHÃO

Rubens Pereira Júnior PCdoB
Total de MARANHÃO 1

CEARÁ

Moroni Torgan DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de CEARÁ 1

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PSD
Rafael Motta PROS
Zenaide Maia PR
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Damião Feliciano PDT
Total de PARAÍBA 2

PERNAMBUCO

Bruno Araújo PSDB PsdbPsbPpsPv
Total de PERNAMBUCO 1

SERGIPE

Laercio Oliveira Solidaried
Total de SERGIPE 1

BAHIA

Claudio Cajado DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Daniel Almeida PCdoB
Elmar Nascimento DEM PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Félix Mendonça Júnior PDT
Sérgio Brito PSD
Total de BAHIA 5

RIO DE JANEIRO

Marcos Soares PR
Simão Sessim PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de RIO DE JANEIRO 2

SÃO PAULO

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB PsdbPsbPpsPv
Dr. Sinval Malheiros PV PsdbPsbPpsPv
Paulo Maluf PP PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de SÃO PAULO 3

SANTA CATARINA

Pedro Uczai PT
Total de SANTA CATARINA 1

RIO GRANDE DO SUL

Danrlei de Deus Hinterholz PSD
Sérgio Moraes PTB PmdbPpPtbDemPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO SUL 2

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, quinta-feira, dia 12 de fevereiro, às 14 horas.

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores:

15h – Osmar Terra (PMDB – RS)
15h25min – Daniel Vilela (PMDB – GO)

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O RICD

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Art. 216, § 1º, do RICD).

Nº 3/15 (Capitão Augusto) – Altera o artigo 188 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24/02/2015

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD).

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 3371/2012 (Alceu Moreira) – Dispõe sobre a revisão quinquenal da Lei que institui o Código Florestal Brasileiro.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 24/02/2015

Relação dos Deputados para o Grande Expediente
FEVEREIRO DE 2015

13	6ª-feira	10:00	Alberto Fraga (DEM - DF)
		10:25	Marcelo Aguiar (DEM - SP)
		10:50	Alfredo Kaefer (PSDB - PR)
		11:15	Fabio Garcia (PSB - MT)
		11:40	Célio Silveira (PSDB - GO)
23	2ª-feira	15:00	Elcione Barbalho (PMDB - PA)
		15:25	Josi Nunes (PMDB - TO)
		15:50	Rodrigo de Castro (PSDB - MG)
		16:15	Tia Eron (PRB - BA)
		16:40	Marx Beltrão (PMDB - AL)
24	3ª-feira	15:00	Uldurico Junior (PTC - BA)
		15:25	Décio Lima (PT - SC)
25	4ª-feira	15:00	Eliziane Gama (PPS - MA)
		15:25	Damião Feliciano (PDT - PB)
26	5ª-feira	15:00	Adelmo Carneiro Leão (PT - MG)
		15:25	Jorge Boeira (PP - SC)
27	6ª-feira	10:00	Dilceu Sperafico (PP - PR)
		10:25	Luiz Carlos Hauly (PSDB - PR)
		10:50	Miguel Lombardi (PR - SP)
		11:15	Ronaldo Lessa (PDT - AL)
		11:40	Mandetta (DEM - MS)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 344-A, DE 2013, DO SR. MENDONÇA FILHO E OUTROS, QUE "ALTERA O ART. 17 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONDICIONANDO O ACESSO DOS PARTIDOS POLÍTICOS AO FUNDO PARTIDÁRIO E AO USO GRATUITO DO RÁDIO E DA TELEVISÃO A PRÉVIA DISPUTA ELEITORAL E À ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS OU O SENADO FEDERAL", E APENSADAS

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 03-03-15

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 344/13 – Do Sr. Mendonça Filho – que "altera o art. 17 da Constituição Federal, condicionando o acesso dos partidos políticos ao fundo partidário e ao uso gratuito do rádio e da televisão a prévia disputa eleitoral e à eleição de representante para a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal". (Apensados: PEC 345/2013 e PEC 352/2013)
RELATOR: Deputado MARCELO CASTRO.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3/2015 – Do Sr. Miro Teixeira – Cria o princípio majoritário nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Nº 4/2015 – Do Sr. André Figueiredo – Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 13/2015 – Da Srª. Rosangela Gomes – Altera a redação do art. 3.º da Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI

Nº 317/2015 – Do Sr. Marco Antônio Cabral – Altera a Lei N° 11.705 de 19 de Junho de 2008, para inibir e punir o consumo de substâncias psicotrópicas e entorpecentes por condutor de veículo automotor, nas condições que menciona.

Nº 318/2015 – Do Sr. Marco Antônio Cabral – Acrescenta ao art. 288-A do Decreto-lei 2.848, de 07 de Dezembro de 1940, parágrafo único para majorar a pena do funcionário público que pratica a rubrica de "constituição de milícia privada".

Nº 319/2015 – Do Sr. Marco Antônio Cabral – Acresce §§ 1º e 2º ao art. 35 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para regulamentar o estorno de valores em caso de desistência da compra após o pagamento e antes do procedimento de transporte, ou não havendo disponibilidade do produto em estoque.

Nº 320/2015 – Do Sr. Hissa Abrahão – Altera o inciso III do artigo 2º da lei 11.664 de 29 de abril de 2008 que estabelece a idade mínima a realização de exame mamográfico prestado pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Nº 321/2015 – Do Sr. Jorge Solla – Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para assegurar aos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias gozo de benefício previdenciário independente de contribuição no período que compreende janeiro de 1991 e dezembro de 2006.

Nº 322/2015 – Do Sr. Luciano Ducci – Institui a "Semana Nacional do Uso Consciente da Água".

Nº 323/2015 – Do Sr. Jorge Solla – Dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados.

Nº 324/2015 – Do Sr. Goulart – Institui o Dia do Corinthians.

Nº 325/2015 – Do Sr. Goulart – Dispõe sobre o fornecimento de uniforme e material escolar na educação básica.

Nº 326/2015 – Do Sr. Valmir Assunção – Dispõe sobre o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência e dá outras providências.

Nº 327/2015 – Do Sr. Valmir Assunção – Autoriza o Poder Executivo a instituir campus da Universidade Federal do Sul da Bahia no Município de Gandu, Estado da Bahia.

Nº 328/2015 – Do Sr. Valmir Assunção – Altera o §8º, do art. 6º da Lei nº 8.629, de 1993, para definir novas alíquotas do imposto Territorial Rural sobre os grandes imóveis rurais improdutivos, e dá outras providências.

Nº 329/2015 – Do Sr. Valmir Assunção – Dá nova redação ao §1º, do art. 12, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

Nº 330/2015 – Do Sr. Hélio Leite – Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as vans e motos destinadas ao transporte coletivo de passageiros.

Nº 331/2015 – Do Sr. Hélio Leite – Cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE incidente sobre os direitos de transmissão de imagem da entidade de administração nacional do futebol brasileiro

Nº 332/2015 – Do Sr. Hélio Leite – Altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, que cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e extingue a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.w

Nº 333/2015 – Do Sr. Jorge Solla – Altera as Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre os Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social, para incluir o ministro de confissão religiosa de matriz africana como segurado individual.

Nº 334/2015 – Do Sr. Marco Tebaldi – Altera o art. 4º da Lei nº 1283 de 18 de dezembro de 1.950, regulamentado pelo decreto nº 30.691 de 29 de março de 1952, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

Nº 335/2015 – Do Sr. Wadson Ribeiro – Assegura às pessoas que mantenham união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.

Nº 336/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Acrescenta o §4º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir o uso do hidróxido de amônio como aditivo alimentar.

Nº 337/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Dispõe que restaurantes e lanchonetes mantenham afixados cartazes que demonstrem a aplicação da manobra de Heimlich.

Nº 338/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Disciplina a oferta de peças e componentes de veículo automotor de via terrestre ao consumidor.

Nº 339/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Veda a prescrição de créditos para utilização de serviços de telecomunicações comercializados na modalidade "pré-pago".

Nº 340/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Altera dispositivo da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Nº 341/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Proíbe a renovação automática de contratos de prestação de serviços.

Nº 342/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança em locais de reunião de público.

Nº 343/2015 – Do Sr. Capitão Augusto – Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de

acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Nº 344/2015 – Do Sr. Capitão Augusto – Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Nº 345/2015 – Da Srª. Rosangela Gomes – Modifica a Lei n.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para estabelecer o uso de monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.

Nº 346/2015 – Da Srª. Rosangela Gomes – Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de disciplinar o percentual do Fundo Partidário destinado à promoção da participação e campanha femininas.

Nº 347/2015 – Da Srª. Rosangela Gomes – Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.

Nº 348/2015 – Da Srª. Rosangela Gomes – Altera dispositivos do Decreto-Lei n o 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Nº 349/2015 – Da Srª. Rosangela Gomes – Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher.

Nº 350/2015 – Do Sr. Sarney Filho – Altera dispositivos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Nº 351/2015 – Do Sr. Felipe Bornier – Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de atendimento contínuo em creches, destinadas à Educação infantil.

Nº 352/2015 – Do Sr. Major Olimpio Gomes – Dá nova redação ao art. 138 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal.

Nº 353/2015 – Do Sr. Major Olimpio Gomes – Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, nos dispositivos relativos a prescrição, aplicação e cálculo da pena, e dá outras providências.

Nº 354/2015 – Do Sr. Major Olimpio Gomes – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

Nº 355/2015 – Do Sr. Major Olimpio Gomes – Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

Nº 356/2015 – Do Sr. Julio Lopes – Altera a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), para estabelecer a obrigatoriedade da divulgação dos dados dos beneficiários de programas de transferência de renda do Poder Público.

Nº 357/2015 – Do Sr. Pr. Marco Feliciano – Dispõe sobre equipamentos de segurança para viaturas policiais e dá outras providências.

Nº 358/2015 – Do Sr. Silvio Costa – Revoga o art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nº 359/2015 – Da Srª. Janete Capiberibe – Regulamenta a atividade de parteira tradicional.

Nº 360/2015 – Do Sr. Edinho Bez – Inclui no calendário turístico oficial a Festa do Vinho Goethe, no Distrito de Azambuja, Município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina.

Nº 361/2015 – Do Sr. Jorge Solla – Dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas.

Nº 362/2015 – Do Sr. Jorge Solla – Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde e dá outras providências.

Nº 363/2015 – Do Sr. Hildo Rocha – Acrescenta inciso V ao art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Nº 364/2015 – Do Sr. Marco Antônio Cabral – Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

Nº 365/2015 – Do Sr. Marco Antônio Cabral – Dá nova redação ao §7º do art. 3º da Lei nº 9.294, de 15 de Julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do §4º do art. 220 da Constituição Federal.

Nº 366/2015 – Do Sr. Ronaldo Fonseca – Fixa o piso salarial e tabela de honorários dos corretores de imóveis e dá outras providências.

Nº 367/2015 – Do Sr. Alberto Fraga – Altera a redação do art. 16 do Estatuto do Desarmamento, acrescentando artefato explosivo entre os objetos que tipificam as condutas que são vedadas ao infrator

Nº 368/2015 – Da Srª. Conceição Sampaio – Estabelece em 50% do valor integral, a passagem paga por estudantes e professores do ensino superior para participação em cursos de aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação e congressos.

Nº 369/2015 – Da Srª. Conceição Sampaio – Altera o § 2º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), incluindo combustíveis e inflamáveis entre os produtos ou substâncias que constituem casos de aumento de pena do tipo penal previsto no caput do artigo.

Nº 370/2015 – Do Sr. Décio Lima – Permite a detentor de mandato eletivo propor ação civil pública

Nº 371/2015 – Do Sr. Jorge Solla – Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde causados pelos pesticidas sobre a saúde humana.

Nº 372/2015 – Do Sr. Jorge Solla – Acrescenta parágrafos ao art. 190 da Consolidação das Leis do Trabalho, para considerar o amianto como substância cancerígena e estabelecer o limite de tolerância para fibras respiráveis de asbesto crisotila.

Nº 373/2015 – Do Sr. Delegado Éder Mauro – Acrescenta inciso V ao art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para tipificar mais uma hipótese de flagrante, o denominado "flagrante provado".

INDICAÇÃO

Nº 21/2015 – Da Srª. Rosangela Gomes – Sugere a inclusão de medicamentos para tratamento da Deficiência de Glicose 6-Fosfato Desidrogenase e Hemorragia Subaracnóide no rol do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF.

Nº 22/2015 – Da Srª. Rosangela Gomes – Sugere a criação de centros de referências para os jovens, onde existam espaços para praticar esportes, aulas de reforço e atividades culturais e de lazer.

Nº 23/2015 – Do Sr. Hélio Leite – Sugere que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT adote medidas urgentes para a pavimentação asfáltica da Rodovia Federal BR-422, no trecho em que liga os municípios de Novo Repartimento a Tucuruí, no Estado do Pará.

Nº 24/2015 – Do Sr. Hissa Abrahão – Sugere um estudo acerca da idade mínima à realização de exame mamográfico prestado pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e ampliação da oferta desse serviço a comunidade.

Nº 25/2015 – Do Sr. Hissa Abrahão – Sugere a criação de Ação para que as Prefeituras brasileiras possam adquirir Micro-Geradores de Energia Fotovoltaica.

Nº 26/2015 – Do Sr. Caetano – Sugere a recuperação da BR 420 que liga a Cidade de São Félix ao distrito naval de São Roque do Paraguaçu, no Estado da Bahia

Nº 27/2015 – Do Sr. Dr. Jorge Silva – Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional a inclusão dos Municípios da região norte do Estado do Espírito Santo, que fazem parte da SUDENE, no Programa Água para Todos.

Nº 28/2015 – Do Sr. Zeca Cavalcanti – Sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde, a implantação de campanha de esclarecimento, prevenção e combate à dengue e febre chikungunya.

Nº 29/2015 – Do Sr. Átila Lins – Sugere ao Presidente da Caixa Econômica Federal a instalação de uma agência da Caixa nos municípios de Boca do Acre e Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas.

Nº 30/2015 – Do Sr. Átila Lins – Indicação ao Ministro da Previdência Social para instalação de agência do INSS nos municípios de Codajás, Novo Aripuanã, Tapauá, Envira e Fonte Boa, no Estado do Amazonas.

Nº 31/2015 – Do Sr. Átila Lins – Sugestão ao ministro da Saúde, para a implantação dos serviços do barco-hospital nos municípios amazonenses de Boca do Acre, Eirunepé, Tefé e Lábrea

Nº 32/2015 – Do Sr. Átila Lins – Sugere ao Ministro da Educação, CID Gomes, a instalação de cursos técnicos mantidos pelo IFAM, nas cidades amazonenses de Autazes, Bracelos, Boca do Acre, Borba, Fonte Boa, Codajás, Carauari e Manacapuru, no Estado do Amazonas.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 16/2015 – Do Sr. Bruno Araújo – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM, Thomas Traumann, acerca dos gastos da Petrobras com campanhas publicitarias.

Nº 17/2015 – Do Sr. Betinho Gomes – Requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, por intermédio da Petrobras, informações sobre as refinarias Premium I, Premium II Abreu e Lima, situadas nos Estados do Maranhão, Ceará e Pernambuco, respectivamente.

Nº 18/2015 – Do Sr. Beto Faro – Nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência, seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda, Pedido de Informações sobre o quadro do endividamento rural no Brasil, na posição de dezembro de 2014

Nº 19/2015 – Do Sr. Antonio Imbassahy – Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Sr. Joaquim Levy, sobre o pagamento de R$ 62,4 mil, a título de aposentadoria, ao ex-presidente do Banco do Brasil, Sr. Aldemir Bendine.

Nº 20/2015 – Do Sr. Odelmo Leão – Requer o envio de solicitação de informações ao Ministro do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior sobre os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Nº 21/2015 – Do Sr. Vitor Valim – Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre a instalação da Refinaria Premium II, da Petrobrás, no Estado do Ceará.

Nº 22/2015 – Do Sr. Otavio Leite – Solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente a respeito da execução da emenda orçamentária n.º 25100012 de 2014.

Nº 23/2015 – Do Sr. Otavio Leite – Solicita ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre a prestação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência.

Nº 24/2015 – Do Sr. Otavio Leite – Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação sobre a execução orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Nº 25/2015 – Do Sr. Otavio Leite – Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores sobre a aplicação da Lei n.º 12.968/2014, que estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro e altera os arts. 9º, 10 e 56 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980.

Nº 26/2015 – Do Sr. Átila Lins – Requer pedido de informações ao ministro de Minas e Energia sobre o estágio das obras do Programa Luz para Todos nos municípios do Estado do Amazonas.

Nº 27/2015 – Do Sr. Chico Lopes – Requer informações ao Senhor Ministro da Fazenda, para que, através do Banco Central do Brasil e da Receita Federal, esclareça os procedimentos adotados em relação às denúncias de operações de transferências de divisas e títulos para o exterior, realizadas pelo banco HSBC sediado no Brasil.

REQUERIMENTO

Nº 457/2015 – Do Sr. Capitão Augusto – Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para homenagear o dia do Policial Militar.

Nº 458/2015 – dos Líderes – Requer a votação em globo dos Requerimentos de convite a Ministros de Estado para prestarem no Plenário da Casa informações relativas às suas respectivas pastas.

Nº 459/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Senhor Patrus Ananias, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 460/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 461/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Joaquim Levy, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 462/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Antônio Carlos Rodrigues, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 463/2015 – dos Líderes – Requer seja convidada a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Kátia Abreu, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 464/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado da Educação, Sr. Cid Gomes, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 465/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 466/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 467/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Carlos Eduardo Gabas, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 468/2015 – dos Líderes – Requer seja convidada a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sra. Tereza Campello, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 469/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 470/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Armando Monteiro, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 471/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 472/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Nelson Barbosa, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 473/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, Senhor Ricardo Berzoini, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 474/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhor Aldo Rebelo, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 475/2015 – dos Líderes – Requer seja convidada a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 476/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Esporte, Sr. George Hilton, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 477/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério do Turismo, Senhor Vinicius Nobre Lages, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 478/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado da Defesa, Sr. Jacques Wagner, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 479/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 480/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Aloizio Mercadante Oliva, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 481/2015 – dos Líderes – Requer a convocação da Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Sra. Nilma Lino Gomes, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 482/2015 – dos Líderes – Requer a convocação da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Sra. Eleonora Menicucci de Oliveira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 483/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Eliseu Padilha, para prestar esclarecimentos relativos á sua pasta.

Nº 484/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Sr. Guilherme Afif Domingos, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 485/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, Sr. Edinho Araújo, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 486/2015 – dos Líderes – Requer a convocação da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Ideli Salvatti, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 487/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério das Cidades, Senhor Gilberto Kassab, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 488/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado do Ministro de Estado do Ministério da Pesca e Aquicultura, Senhor Helder Barbalho, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 489/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Miguel Rossetto, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 490/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sr. José Elito Carvalho Siqueira, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 491/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Advogado-Geral da União, Sr. Luís Inácio Lucena Adams, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 492/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, Sr. Valdir Simão, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 493/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Senhor Pepe Vargas, para prestar esclarecimentos relativos á sua pasta.

Nº 494/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 495/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sr. Thomas Traumann, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 496/2015 – dos Líderes – Requer a convocação do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Sr. Mangabeira Unger, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 497/2015 – dos Líderes – Requer seja convidado o Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional, Senhor Gilberto Occhi, para prestar esclarecimentos relativos à sua pasta.

Nº 498/2015 – Do Sr. Chico Lopes – Requer a inclusão nos Anais da Câmara dos Deputados do artigo intitulado: "Dedé de Castro – desaparece um dos últimos jornalistas românticos", de autoria do jornalista Paulo Verlaine.

Nº 499/2015 – Do Sr. Raimundo Gomes de Matos – Requer o desarquivamento das proposições que menciona.

Nº 500/2015 – Do Sr. Paulo Feijó – "Requer o desarquivamento de proposições".

Nº 501/2015 – Do Sr. Dimas Fabiano – Requer o desarquivamento das preposições.

Nº 502/2015 – Do Sr. Valmir Assunção – Requer o desarquivamento de proposições.

Nº 503/2015 – Do Sr. Irajá Abreu – Nos termos do Art.105 parágrafo unico do regimento interno da Câmara dos Deputados requeiro o desarquivamento de todas proposições de minha autoria parlamentar.

Nº 504/2015 – Do Sr. Esperidião Amin – "Requer o desarquivamento de proposições".

Nº 505/2015 – Do Sr. Takayama – Requer o registro da Frente Parlamentar Brasil – Japão.

Nº 506/2015 – Do Sr. Pr. Marco Feliciano – Requer a apensação do Projeto de Lei nº 2.109/2011 ao Projeto de Lei nº 7.699/2006, pois ambos tratam do marco regulatório dos portadores de deficiência.

Nº 507/2015 – Do Sr. Pr. Marco Feliciano – Requer a desapensação da tramitação do Projeto de Lei nº 2.391/2011 que se encontra apensado ao Projeto de Lei nº 2.040/2011, para que o mesmo passe a tramitar apensado ao Projeto de Lei nº 7.699/2006, pois ambos tratam do marco regulatório dos portadores de deficiência.

Nº 508/2015 – Do Sr. Pr. Marco Feliciano – Requer a desapensação da tramitação do Projeto de Lei nº 6.188/2013 que se encontra apensado ao Projeto de Lei nº 890/2011, para que o mesmo passe a tramitar apensado ao Projeto de Lei nº 7.699/2006, pois ambos tratam do marco regulatório dos portadores de deficiência.

Nº 509/2015 – Do Sr. Vicentinho – Solicita revisão do despacho ao requerimento 178/2015

Nº 510/2015 – Do Sr. Jair Bolsonaro – Requer novo despacho para apreciação do PL 7.582 de 2014 pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Nº 511/2015 – Do Sr. Luiz Carlos Busato – Requer o desarquivamento das proposições que menciona

Nº 512/2015 – Do Sr. Domingos Neto – Requer urgência, nos termos do Art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do PL nº 4372/2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES e dá outras providências

Nº 513/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 300/2008, que estabelece que a remuneração dos Policiais Militares dos estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal, aplicando-se também aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar e aos inativos.

Nº 514/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Solicita inclusão na pauta de votações da Proposta de Emenda à Constituição de nº 54/1999, que "dispõe do pessoal em exercício, que não tenha sido admitido por concurso público, estável ou não, passa a integrar quadro temporário em extinção à medida que vagarem os cargos ou empregos respectivos."

Nº 515/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Solicita inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 515 de 2010 que "Altera a redação do inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para aumentar para cento e oitenta dias a duração do período da licença à gestante".

Nº 516/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Solicita inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 59 de 2007 que "Acrescenta dispositivos ao art. 144, criando a Polícia Portuária Federal, e dá outras providências".

Nº 517/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Solicita inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 534 de 2002 que "Altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da Guarda Municipal e criação da Guarda Nacional".

Nº 518/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Requer a inclusão na Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.299 de 2008 que "Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os arts. 3º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social".

Nº 519/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Solicita inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 347 de 2009 que "Altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Federal", garantindo acesso à educação especializada para portadores de deficiência sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino

Nº 520/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 7699 de 2006 que "Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências".

Nº 521/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Solicita a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, que altera os artigos 21, 32 e 144, da Constituição Federal, criando as Polícias Penitenciárias Federal e Estaduais".

Nº 522/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4434 de 2008 que "Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária".

Nº 523/2015 – Do Sr. Rômulo Gouveia – Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 446/2009 (apensada: PEC 300/2008, que dispõe sobre o piso salarial e remuneração dos policiais militares, bombeiros e civis).

Nº 524/2015 – Do Sr. Marcelo Aguiar – Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Nº 525/2015 – Do Sr. Hissa Abrahão – Requer Moção de Congratulação ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas pela posse da nova direção da entidade.

Nº 526/2015 – Do Sr. Nelson Meurer – Requer o desarquivamento de proposições.

Nº 527/2015 – Do Sr. Edinho Bez – Requer o desarquivamento das proposições que menciona.

Nº 528/2015 – Do Sr. Marcon – solicito que, nesta 55ª Legislatura, todas as minhas proposições legislativas da 54ª Legislatura sejam devidamente desarquivadas, conforme preceitua o parágrafo único, do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nº 529/2015 – Do Sr. Sarney Filho – Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 05 de junho de 2015, às 10 horas.

Nº 530/2015 – Do Sr. Sarney Filho – Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 23 de março de 2015, às 10 horas.

Nº 531/2015 – Do Sr. Osmar Terra – Requer a inclusão do meu nome como signatário, no Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito Nº 3, de 2015 – CPI da Petrobrás.

Nº 532/2015 – Do Sr. Ságuas Moraes – Requer o desarquivamento das proposições que menciona.

Nº 533/2015 – Do Sr. Márcio Marinho – Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

Nº 534/2015 – Do Sr. Laercio Oliveira – Solicita desarquivamento de proposição.

Nº 535/2015 – Do Sr. Ronaldo Fonseca – Requer o desarquivamento do PL 8257/2014.

Nº 536/2015 – Do Sr. Dr. João – Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 300/2008, que Altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal.

Nº 537/2015 – Da Srª. Mara Gabrilli – Requer, nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 7577/2014, de minha autoria, que "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispensar do processo licitatório a contratação de serviços destinados a atender a pesquisa científica e tecnológica."

Nº 538/2015 – Da Srª. Mara Gabrilli – Requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 20/2011, de minha autoria, que "Cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Nº 539/2015 – Do Sr. Arthur Oliveira Maia – Requer o desarquivamento de Proposições.

Nº 540/2015 – Da Srª. Alice Portugal – Requer o desarquivamento das proposições legislativas que enumera.

Nº 541/2015 – Do Sr. Jorginho Mello – Requerimento de Criação de Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa

Nº 542/2015 – Do Sr. Paes Landim – Requer o desarquivamento das proposições que menciona.

Nº 543/2015 – Do Sr. Francisco Floriano – "Requeiro, com base no Parágrafo único, do Artigo 105, do Regimento Interno, o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria."

Nº 544/2015 – Do Sr. Raimundo Gomes de Matos – Requer a constituição e instalação da Comissão Especial destinada a dar parecer a Proposta de Emenda à Constituição 39/2007, que dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, que incluí a água como direito social.

Nº 545/2015 – Do Sr. Raimundo Gomes de Matos – Requer a constituição e instalação da Comissão Especial destinada a dar parecer a Proposta de Emenda à Constituição 453/2001, que dá nova redação ao caput do art. 38 da Constituição Federal.

Nº 546/2015 – Da Srª. Bruna Furlan – SOLICITA O DESARQUIVAMENTO DAS PROPOSIÇÕES DE MINHA AUTORIA

Nº 547/2015 – Do Sr. Antonio Brito – Requer a criação/reativação da Frente Parlamentar de Apoio as Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Nº 548/2015 – Do Sr. Décio Lima – Requerimento de Desarquivamento de proposições

Nº 549/2015 – Do Sr. Carlos Melles – Requer o registro da Frente Parlamentar Mista do Café, nos termos do Ato Mesa n° 69, de 10/11/2005.

Nº 550/2015 – Do Sr. Otavio Leite – Requer o desarquivamento de proposições.

Nº 551/2015 – Do Sr. Átila Lins – Requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 300/2008, que "Altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal", para estabelecer que a remuneração dos Policiais Militares dos estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal, aplicando-se também aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar e aos inativos

PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2015

(Do Sr. Lucas Vergilio)

Dá nova redação ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para instituir o seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos, e dá outras providências.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "n":

"n) responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por danos pessoais causados em decorrência de suas atividades e/ou operações regulares e, ainda de incêndio, destruição e/ou explosão por gás, ou por outros materiais inflamáveis, de qualquer natureza." (NR)

Art. 2º. Para os fins da presente lei, dentre outros, são considerados eventos:

I – exibições cinematográficas;

II – espetáculos teatrais, circenses, de danceteria ou similar, shows e boates;

III – parques de diversão, inclusive temáticos;

IV – rodeios e festas de peão de boiadeiro;

V – torneios desportivos e similares;

VI – feiras, salões e exposições.

Art. 3º. O seguro referido no artigo primeiro tem por finalidade garantir a responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos.

Parágrafo Único – Os valores mínimos e as coberturas a serem contratadas para o seguro previsto no artigo primeiro deverão ser definidos pelo órgão regulador de seguros, conforme disposto no art. 8º desta lei.

Art. 4º. Nos casos em que houver a cobrança de ingressos ou bilheteria, as empresas, proprietários e promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, na condição de estipulantes, deverão contratar, também, como garantia suplementar, apólices coletivas de seguro de acidentes pessoais coletivos (AP), em favor de seus espectadores e participantes.

§ 1º. O seguro de que trata o caput deste artigo poderá ser cobrado de cada espectador ou participante, junto com o ingresso ou bilhete, e nele deverá constar o valor do capital segurado individual, o número da apólice, o nome e o número do registro da corretora, o nome e o telefone da seguradora contratada.

§ 2º. O segurado e beneficiário das coberturas previstas nesta lei e do seguro de acidentes pessoais coletivos será o espectador ou participante portador do ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no local do evento e o(s) beneficiário(s) os herdeiros legais destes, em caso de morte.

§ 3º Para os fins do contido no § 2º deste artigo, a companheira será equiparada à esposa, nos casos admitidos pela legislação previdenciária.

Art. 5º. No caso de contratação de seguro de acidentes pessoais coletivos, as indenizações ou capitais mínimos segurados, por pessoa, deverão ser:

I – em caso de morte acidental: R$ 10.000,00 (dez mil reais);

II – no caso de invalidez permanente: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III – despesas com assistência médica, inclusive diárias hospitalares: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 6º. As indenizações por invalidez permanente e o reembolso por despesas de assistência médica e suplementar, relativas ao seguro de acidentes pessoais coletivos, previsto nesta lei, serão pagas pela respectiva sociedade seguradora diretamente à pessoa vitimada.

Art. 7º. A concessão, autorização, licença ou respectiva renovação ou transferência, a qualquer título, para o exercício das atividades ou exploração de casas de espetáculos, diversão, shows, boates, cinemas, teatros, danceterias, circos e similares, feiras, salões e exposições e rodeios, ficam condicionadas, obrigatoriamente, à comprovação da contratação dos seguros obrigatórios instituídos por esta lei.

Art. 8º. Fica autorizado o órgão regulador de seguros a expedir normas disciplinadoras e complementares e as condições operacionais das modalidades dos seguros mencionados nesta lei, observadas as características, circunstâncias e capacidade de lotação de cada casa ou estabelecimento, e do próprio evento, inclusive se realizado em ambiente aberto ou fechado.

Art. 9º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora apresento tem como origem o Projeto de Lei Complementar nº 243, DE 2013, de autoria do ilustre Deputado ARMANDO VERGÍLIO.

Dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por danos pessoais causados em decorrência de suas atividades e/ou operações regulares e, ainda de incêndio, destruição e/ou explosão por gás, ou por outros materiais inflamáveis, de qualquer natureza.

O projeto considera como evento, dentre outros: exibições cinematográficas; espetáculos teatrais, circenses, de danceteria ou similar, shows e boates; parques de diversão, inclusive temáticos; rodeios e festas de peão de boiadeiro; torneios desportivos e similares; feiras, salões e exposições. Em seguida, o projeto prevê que o seguro ora tratado tenha por finalidade garantir a responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos.

Por fim, ressalta que fica autorizado o órgão regulador de seguras a expedir normas disciplinadoras e complementares e as condições operacionais das modalidades dos seguros mencionados nesse texto, observadas as características, circunstâncias e capacidade de lotação de cada casa ou estabelecimento, e do próprio evento, inclusive se realizado em ambiente aberto ou fechado.

Necessário ressaltar a existência de uma lacuna no nosso ordenamento jurídico consubstanciada pela ausência de determinação legal que obrigue a contratação de seguro de responsabilidade civil das empresas, proprietários, promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por danos pessoais causados aos respectivos participantes em decorrência de suas atividades e/ou operações regulares e, ainda de incêndio, destruição e/ou explosão por gás, ou por outros materiais inflamáveis, de qualquer natureza.

Sendo assim, o projeto tem o sublime objetivo de tentar resguardar a vida e a integridade física das pessoas que frequentam, para o próprio lazer, os estabelecimentos e/ou locais acima mencionados.

Ainda, guardamos na memória e nos nossos corações a tragédia de Santa Maria, com o incêndio na boate Kiss, ocorrido na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013. A tragédia matou 242 pessoas, sendo a maioria por asfixia, e deixou mais de 630 feridos, causando um abalo em toda a sociedade brasileira.

A título de ilustração, encontramos na reportagem da G1, de 27/01/2015, a seguinte matéria jornalística:

"O incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, completa um ano nesta segunda-feira (27) sem a condenação de culpados e sem nenhum dos réus do processo criminal preso. Vários processos correm em diferentes esferas da Justiça do Rio Grande do Sul, mas a demora para apontar os responsáveis pelo saldo de 242 mortes e centenas de feridos causa revolta entre os familiares das vítimas e deixa no ar uma sensação de impunidade."

Até agora, como se observa do texto acima transcrito, não obtivemos, infelizmente, nenhuma condenação criminal dos responsáveis por aquela tragédia e, na esfera federal, o tempo está passando e não temos nenhuma mudança legal satisfatória.

Ficou, a partir de então, o grande vácuo diante da impotência e insegurança do que pensávamos serem espaços adequados de convivência, a revolta frente à tragédia e a comoção pensando nos que ficaram sem seus filhos, amigos e parentes e, ainda, a angústia por perceber que há muitas outras KISS em cada uma das nossas cidades.

A fragmentação do processo decisivo (um concede o alvará, mas não fiscaliza as condições do local de construção da atividade, outro concede o habite-se, sem saber para qual atividade), a falência do controle (descumprimento das regras de construir), a ineficiência do processo de aprovação de projetos (corrupção, morosidade, etc.) são apenas algumas vertentes que podem culminar com tragédias como a ocorrida em Santa Maria.

Assim, medidas como essas que estamos apresentando neste projeto de lei, reforça, sobretudo, a determinação de que nos locais sujeitos às normas especiais municipais, o alvará de funcionamento expedido pelo Poder Público Municipal, ou ato administrativo equivalente, deve ficar condicionado, obrigatoriamente, à contratação de seguro de responsabilidade civil para a cobertura de indenizações que o proprietário do estabelecimento venha a ser obrigado a pagar em razão de danos provocados por incêndios e desastres.

Além disso, os responsáveis por determinados estabelecimentos deverão contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiários os seus clientes ou usuários.

Vale ressaltar que as companhias seguradoras tendem a se tornar parceiras do Poder Público no controle das regras estabelecidas pela lei. Além disso, quando se preveem seguros de aplicação ampla, os custos reduzem-se sobremaneira e os benefícios potenciais compensam com folga os custos associados à contratação desses seguros.

Portanto, é imperioso e premente tomarmos medidas legais necessárias e inadiáveis para que os organizadores, produtores, bandas, estabelecimentos e beneficiários de qualquer forma, pelas festas de aglomeração coletiva, devam ser responsabilizados pelo resultado produzido por desastres com equipamentos, decoração e todo o restante de um show aberto ao público.

Dessa forma, espero contar com o apoiamento de nossos ilustres Pares para aprovação desta importante medida.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Deputado **Lucas Vergílio.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4, DE 2015

(Do Sr. Alessandro Molon)

Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a fabricação ou a importação de tabaco e seus derivados, para o custeio de ações de tratamento aos doentes vítimas do tabagismo.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a fabricação ou a importação de tabaco e seus derivados, nos termos do artigo 149 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O produto da arrecadação da Cide será destinado, na forma da lei orçamentária, para o financiamento de ações de tratamento do fumante, calculado com base na alíquota de 2% (dois por cento) sobre o lucro das pessoas jurídicas fabricantes ou importadoras de tabaco e seus derivados.

Art. 2º São contribuintes as pessoas jurídicas domiciliadas no País e as assim equiparadas pela legislação tributária que se dediquem às atividades de fabricação ou importação de tabaco e seus derivados.

Art. 3º A base de cálculo da contribuição é o valor do resultado do exercício, encerrado em 31 de dezembro de cada ano, antes da provisão para o Imposto sobre a Renda.

§1º No caso de incorporação, fusão, cisão ou encerramento de atividades, a base do cálculo é o resultado apurado em balanço específico, na forma da legislação vigente.

§2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, no caso de contribuinte desobrigado de escrituração contábil, a base de cálculo corresponde a 10 % (dez por cento) da receita bruta auferida no exercício.

Art. 4º Os recursos arrecadados com a Cide destinam-se exclusivamente aos fundos municipais de saúde e ao financiamento de ações de tratamento aos doentes vítimas do fumo, cigarro e tabaco, desempenhadas em hospitais das redes públicas de saúde, em âmbito municipal, estadual e federal.

Art. 5º Aplicam-se à Cide, no que couber, as disposições da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, referentes à fiscalização, ao lançamento, à cobrança, às penalidades, à administração e ao processo administrativo.

Art. 6º As despesas custeadas pelos recursos arrecadados com a Cide não integram o cálculo dos recursos mínimos aplicados em ações e serviços públicos de saúde a que se refere o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 7º O Poder Executivo tem prazo de 60 (sessenta) dias para regulamentar esta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

Justificação

A presente proposição legislativa segue o teor do Projeto de Lei Complementar – PLP nº 139, de 2000, de autoria da ilustre deputada federal Luci Choinacki, e tem por objetivo propiciar o custeio de ações de tratamento do fumante, por meio da instituição de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cujo fato gerador é a fabricação ou importação de tabaco e seus derivados.

A medida alinha-se às decisões judiciais que têm condenado empresas fabricantes de tabaco e seus derivados ao pagamento de tratamento médico-hospitalar de consumidores, a título de indenização, em decorrência de danos causados à sua saúde e à saúde pública, como um todo – sem mencionar os malefícios provocados ao fumicultor e aos manipuladores da nicotina.

De acordo com o **Inca – Instituto Nacional de Câncer**[1], em estudo sobre o tabagismo no Brasil, de cada 100 pacientes que desenvolvem câncer, trinta são fumantes e, para os pacientes com câncer no pulmão, esse índice salta para 90% do total. Além disso, estima-se que, a cada ano, 200 mil brasileiros morram precocemente devido às doenças causadas pelo tabagismo, sendo a segunda droga mais consumida entre os jovens.

1 Dados disponíveis pela **Aliança de Controle do Tabagismo**, organização não-governamental voltada à promoção de ações para a diminuição do impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco. http://actbr.org.br/tabagismo/numeros.asp. Acesso 01º.fev.2015.

O cigarro, composto por folhas de fumo que contêm mais de 4.500 complexos químicos, é o único produto legal que causa a morte da metade de seus usuários regulares, atingindo, também, os "fumantes passivos", isto é, terceiros que têm contato com o cigarro, ainda que não o consumam. O tabagismo passivo é a terceira maior causa de morte evitável no mundo, depois do tabagismo ativo e do consumo excessivo de álcool.

Os custos com a prevenção e tratamento de doenças provocadas pelo tabaco e seus derivados são exorbitantes. Segundo o Ministério da Saúde, gasta-se com o tratamento de fumantes duas vezes mais do que se arrecada com os impostos do cigarro e, especificamente para o SUS – Sistema Único de Saúde[2], o tabagismo provoca um prejuízo anual de, pelo menos, R$338 milhões (7,7% do custo de todas as internações e quimioterapias no País).

Estima-se que a terapia de um paciente com câncer custa, em média, R$ 29.000; o tratamento de câncer do esôfago, R$ 33,2 mil, e o de laringe, R$ 37,5 mil.

Em contrapartida, as empresas fabricantes ou importadoras de tabaco e seus derivados auferem lucros elevados, justificando-se, deste modo, a instituição de Cide sobre tais ações, tendo em vista o relevante interesse público na sua arrecadação para financiamento do tratamento de doentes, vítimas do tabagismo.

A proposta alinha-se ao controle de produtos nocivos à saúde pública e ao consumidor final e chama à responsabilidade pelos gastos provocados pelo uso excessivo do fumo os agentes econômicos beneficiários com sua produção e comercialização.

Contando com o apoio dos demais parlamentares, conclamamos seu apoio para aprovação do projeto de lei complementar ora oferecido.

Brasília, 02 de fevereiro de 2015. – **Alessandro Molon,** Deputado Federal – PT/RJ.

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2015

(Do Sr. Sergio Vidigal)

Cria a tarifa social de energia elétrica para os Hospitais Públicos e Filantrópicos em todo o País.
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; MINAS E ENERGIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Tarifa Social de Energia Elétrica para hospitais Públicos e Filantrópicos no País.

Art. 2º A Tarifa Social de Energia para os Hospitais Públicos e Filantrópicos do País, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável pelas distribuidoras de energia elétrica, será calculada pelo Governo Federal, nos termos do Regulamento.

Art. 3º A Tarifa Social de Energia Elétrica, a que se refere o art. 2º, será aplicada para os Hospitais Públicos e Filantrópicos no País, que deverão estar inscritos num Cadastro Único para Programas Sociais a ser criado, desde que atendam as condições estabelecidas no Regulamento.

Art. 4º O Poder Executivo, as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica deverão informar a todos os Hospitais Públicos e Filantrópicos do País inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que atendam às condições estabelecidas sobre o seu direito à Tarifa Social de Energia Elétrica, nos termos do Regulamento.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 6.134, de 2013, de autoria da Ex-Deputada Federal Sueli Vidigal, do meu partido, com o objetivo criar tarifa social de energia para Hospitais Públicos e Filantrópicos em todo o País.

Referido projeto foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas mantém-se oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram à época de sua apresentação:

> *"A Tarifa Social de Energia Elétrica já é uma realidade em nosso País.*
> *Este Projeto de Lei estende este benefício para os Hospitais Públicos e Filantrópicos, que é um direito digno e justo para que os referidos Hospitais possam oferecer melhores condições de atendimento na área de saúde com qualidade..., por intermédio desta ação os gestores economizarão, e terão assim disponibilidade financeira para investirem em áreas carentes de investimentos.*

2 Fonte: O Estado de S.Paulo – 17/03/08 colhidos no estudo da economista da Fundação Oswaldo Cruz, Márcia Pinto, em 2005. Disponível em: http://actbr.org.br/tabagismo/numeros.asp. Acesso 01º.fev.2015.

..., com essa ação visamos minimizar os problemas enfrentados, criando alternativa para que o Sistema Público de Saúde venha oferecer melhores condições no atendimento à população brasileira".

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cuja autora entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015. – Dep. **Sérgio Vidigal,** Deputado Federal – PDT/ES.

PROJETO DE LEI Nº 42, DE 2015

(Do Sr. Sergio Vidigal)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objeto o aperfeiçoamento do sistema de proteção dos direitos da mulher.

Art. 2º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, passa a vigorar acrescido de artigo 9º-A, a ser localizado no Capítulo III de seu Título III, com a seguinte redação:

"TÍTULO III

Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

.....

CAPÍTULO III

Do Atendimento Pela Autoridade Policial

"Art. 9º-A É direito fundamental da mulher o atendimento policial especializado de que trata esta Lei, ininterruptamente, em todos os dias da semana."

.....(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 3.901, de 2008, de autoria da Ex-Deputada Federal Sueli Vidigal, do meu partido, com o objetivo de reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.

Referido projeto foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas mantém-se, no mérito, oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram, a época, de sua apresentação:

"É público e notório que a violência urbana vem aumentando consideravelmente. Nesse contexto, a violência contra a mulher é uma das modalidades mais preocupantes. Faz-se necessário, portanto, oferecer serviços ininterruptos de atenção à mulher vitimizada, de forma a demonstrar que esse tipo de violência não será mais tolerado e que se constitui em atentado aos direitos humanos e obstáculo ao desenvolvimento e à consolidação plena da democracia brasileira.

As estatísticas brasileiras são aterradoras. A cada quinze segundos uma mulher é vítima de violência. Em setenta por cento dos casos, o agressor é o próprio cônjuge ou companheiro. Por esta e por outras razões, é baixíssimo a quantidade de mulheres que denunciam as agressões. Enquanto outras medidas são tomadas para fortalecer a capacidade de reação das mulheres brasileiras, propomos ampliar o horário da oferta dos serviços imediatos a serem prestados às vítimas por meio das forças de segurança pública (...)"

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, na forma do substitutivo apresentado da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015. – Dep. **Sérgio Vidigal,** Deputado Federal – PDT/ES.

PROJETO DE LEI Nº 43, DE 2015
(Do Sr. Sergio Vidigal)

Altera o inciso XIII do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a apresentação da caderneta de saúde da criança para efetivar matrícula na educação infantil.
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: EDUCAÇÃO; SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 .....
.....
VIII – exigir dos pais e responsáveis a apresentação da caderneta de saúde atualizada da criança, ou documento equivalente, no ato da matrícula na educação infantil ou de sua renovação.
Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino deverão notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que:
I – apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.
II – no prazo de trinta dias, a contar da data da matrícula ou sua renovação, não apresentem a caderneta de saúde atualizada ou documento equivalente." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 3.904, de 2008, de autoria da Ex-Deputada Federal Suely Vidigal, do meu partido, com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da apresentação da caderneta de saúde da criança para efetivar matrícula na educação infantil.

Referido projeto foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas mantém-se oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram à época de sua apresentação:

"A caderneta de saúde da criança cumpre várias funções. É um importante instrumento de vigilância sanitária para controle epidemiológico e prevenção de doenças infecto-contagiosas. É também um recurso pedagógico, pois traz informações sobre cuidados gerais relacionados com o desenvolvimento físico e emocional da criança, tais como: registro civil, amamentação, saúde bucal e auditiva.

Recentemente, ao relançar a caderneta de saúde da criança, atualizada com as novas curvas de crescimento da Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde informou que cerca de 70% das mães fazem uso do documento. Esse percentual pode ser melhorado com campanhas de divulgação e políticas e programas públicos que visem estimular a vacinação e seu acompanhamento por meio da caderneta.

O projeto de lei que ora apresentamos pretende ser mais um recurso para induzir pais e responsáveis a vacinar regularmente suas crianças. A exigência da apresentação da caderneta de vacinação atualizada da criança a ser matriculada, ou a ter sua matrícula renovada, na educação infantil deve-se, em especial, aos cuidados redobrados que essa fase requer."

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei, na forma da emenda modificativa apresentada na Comissão de Educação e da Cultura.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Dep. **Sérgio Vidigal,** Deputado Federal – PDT/ES.

PROJETO DE LEI Nº 44, DE 2015
(Do Sr. Sergio Vidigal)

Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º O art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35. .....
II – casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes, crianças e adolescentes, em situação de violência doméstica e familiar;
.....
Parágrafo único. Os centros de atendimento integral e multidisciplinar de que trata o inciso I, deverá compreender núcleo educacional de ensino especializado nas proximidades de casas-abrigo, preferencialmente em local contíguo, para que os filhos de vítimas de violência doméstica possam permanecer em tempo integral, durante o dia, no núcleo, e, à noite, com suas mães, nos abrigos. (NR)

Art. 2º Esta lei entre em 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 3396, de 2012, de autoria da Ex-Deputada Federal Sueli Vidigal, do meu partido, com o objetivo de dar nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.

Referido projeto foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas mantém-se oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram à época de sua apresentação:

"O texto base da Política de Abrigamento de Mulheres em situação de violência contra a mulher e familiar tem no seu bojo o caráter multidimensional. Entretanto, face à complexidade do tema, o Estado brasileiro deve também adotar políticas de enfrentamento às situações que guardam relação com as casas-abrigo, cujo conceito está incluso na Política Nacional de Abrigamento, proposto no âmbito desta política criada prioritariamente em 2006, quando foram iniciados os primeiros serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.
Não obstante os abrigos serem considerados de suma importância na proteção às mulheres em situação de violência extrema – lembrando-se sempre de seu caráter sigiloso e temporário -, é necessário destacar que tais casas abrigam, além de mulheres em situação de violência doméstica perpetrada pelos respectivos parceiros, suas respectivas crianças de até 12 (doze) anos de idade.
Como se pode observar, a situação de abrigamento traz implicações na vida tanto das mulheres quanto dos seus filhos, como, por exemplo, o afastamento de sua rede social primária já fragilizada pela situação de violência, assim como a perda temporária ou permanente de suas moradias, perda de bens materiais e, em alguns casos, de emprego, acrescendo-se, ainda, o fato de haver a punição duplamente aplicada à vítima-mãe, já que esta se vê agredida das mais variadas formas e ainda perde o contato com o filho menor de 12 (doze) anos de idade.
Atualmente, psicólogos e doutores no assunto infantil, são unânimes em afirmar que é justamente nessa idade, qual seja, os 12 anos de idade que a, até então, criança, adentra às primeiras etapas da adolescência, revelando nesse período traços mais intensos de companheirismo, altruísmo, bem como notório avanço intelectual, preocupando-se mais atentamente com valores como justiça, lei, vida, lealdade, delito etc. Conforme tais estudiosos afirmam, aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com a educação dessas crianças devem estimular a formação da sua personalidade e, para isso, é de relevante importância que tais valores sejam viabilizados e materializados, principalmente resguardando o convívio da mãe-vítima com o seu filho.
Outros estudiosos chamam a atenção para aquilo que se chama de Transtorno de Ansiedade de Separação, cuja característica nuclear é a ansiedade excessiva envolvendo o afastamento de casa ou de pessoas com forte vínculo afetivo, normalmente a mãe. De acordo com tais pesquisadores, as crianças com esse transtorno experimentam um sofrimento excessivo quando separados de casa ou de pessoas de vinculação afetiva importante, transtorno este que costuma se apresentar justamente na fase de pré-puberdade (10 a 12 anos). No que tange à problemática em tela, a separação

de uma criança de 12 anos, em plena formação de sua personalidade, de sua mãe nada mais é que a consubstanciação deste transtorno de natureza biológica.

Assim, com base em todo o contexto aqui apresentado, a forma mais adequada de romper o ciclo de violência aos direitos da mulher vítima de violência doméstica é: proporcionar ao filho menor o acolhimento materno; fomentar a criação de um núcleo nas proximidades da casa abrigo, em local contíguo, onde os filhos menores estariam em escola em tempo integral e a noite com suas mães nos abrigos, criando, assim, um modelo de escola para filhos de vítimas de violência doméstica. Aliado a isso, ter-se-ia a atuação de um grupo multidisciplinar para o alcance de tal desiderato.

Certa de que se trata de medida que aprimora a legislação de proteção à mulher e seus filhos vítimas de violência doméstica, conto com o apoio dos pares em sua rápida aprovação."

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Dep. **Sérgio Vidigal,** Deputado Federal – PDT/ES.

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2015

(Do Sr. Sergio Vidigal)

Acrescenta o artigo 340 – A ao Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal dispondo sobre o crime de Comunicação falsa "trote".

DESPACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica acrescido o artigo 340 – A ao Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal):

"Comunicação falsa – Trote"

Art. 340 – A: Comunicar a Autoridade Pública, utilizando-se de qualquer meio de comunicação, a ocorrência de fato que sabe ou deva saber não ser verdadeiro.

Pena: Detenção, de 01(um) a 03(três) anos, e multa de 01(um) a 10(dez) salários mínimos, a ser revertida às Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou órgão similar.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 1.792, de 2011, de autoria da Ex-Deputada Federal Sueli Vidigal, do meu partido, com o objetivo de acrescentar o artigo 340 – A ao Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de Comunicação falsa "trote".

Referido projeto foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas mantém-se oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram à época de sua apresentação:

"O Centro Integrado Operacional de Defesa Social, o CIODES-190 do Espírito Santo, recebeu 3.780.000 (três milhões e setecentos e oitenta mil) ligações em 2010. Dentre o total de ligações recebidas no ano passado, 40% (quarenta por cento) delas foram de trotes e ligações indevidas, o que representa 1.512.000 (hum milhão e quinhentos e doze mil) de chamados de emergência, cujo conteúdo foi totalmente inverídico/falso. Durante o ano de 2010, R$ 3.969.527,52 (três milhões novecentos e sessenta e nove mil quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos) foi o valor gasto pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social(SESP) com esses atendimentos.

Vejamos a tabela abaixo somente referente ao Espírito Santo.

Custo dos trotes para o Estado (Referente ao ano de 2010)

Total gasto de trotes por dia: R$11.026,47

Total gasto de trotes por mês: R$330.793,96

Total gasto de trotes por ano: R$3.969.527,52

Em São Paulo, são 35.000(trinta e cinco mil) ligações diárias oriundas de cidadãos que tentam comunicar ações criminosas ou pedir socorro. Dessas, 5.000 (cinco mil) são informes falsos, causando mais prejuízos ao Poder Público e impedindo ainda ações repressivas nos locais onde realmente ocorrem os crimes. Imagine senhores congressistas, isso em todo o país.

No nosso entendimento, o Código Penal é muito brando com as pessoas que cometem este tipo de crime. Por isso, entendemos que é preciso penas e multas mais rígidas para quem cometer a comunicação falsa, seja por telefone, internet, ou qualquer outro meio de comunicação. Ao mesmo tempo, sugerimos campanhas de conscientização para a redução dos trotes. É importante ressaltar, que um projeto bastante semelhante de autoria do ex-deputado Capitão Assunção tramitou nesta Casa, mais não possível a sua aprovação na legislatura passada."

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Dep. Sérgio Vidigal, Deputado Federal – PDT/ES.

PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2015

(Do Sr. Sergio Vidigal)

Ficam as empresas fabricantes de bebidas energéticas obrigadas a inserir nos rótulos e embalagens a informação "A mistura com bebida alcoólica pode causar doenças do fígado".

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DEFESA DO CONSUMIDOR E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as empresas fabricantes de bebidas energéticas obrigadas a inserir nos rótulos e embalagens informação " A mistura com bebida alcoólica pode causar doenças do fígado".

Parágrafo único – A informação deve ser impressa de forma clara, precisa e em caracteres de fácil leitura.

Art.2º Aos órgãos de saúde e defesa do consumidor do Poder Executivo e do Poder Legislativo, dentro de suas competências legais, cabe a adoção das medidas necessárias para o cumprimento das disposições contidas na presente lei.

Art.3º A inobservância das disposições contidas na presente lei importará, no que couber, a aplicação das penalidades contidas no art.56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 1932 de 2011, de autoria da Ex-Deputada Sueli Vidigal, do meu partido, com o objetivo de obrigar as empresas fabricantes de bebidas energéticas a inserir nos rótulos e embalagens a informação "A mistura com bebida alcóolica pode causar doenças ao fígado".

Convém informar que o projeto foi como apensado ao PL nº 419, de 2007, de iniciativa do Deputado Aureo, que regulamenta a venda de compostos líquidos prontos para consumo.

Referido projeto foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas mantém-se oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram à época de sua apresentação:

"Estudos realizados na Universidade da Flórida apontam que, com a mistura, o risco de causar embriaguez é três vezes mais em comparação ao consumo exclusivo do álcool.

Os resultados dos estudos também mostram que as substâncias estimulantes dos energéticos alteram a percepção cognitiva, aumentando a tendência a comportamentos de risco. Um consumidor de bebida alcoólica age de forma impulsiva. No entanto, quem bebe álcool com energético se sente de forma impulsiva. No entanto, o consumo da combinação configura um cenário arriscado devido ao aumento da sensação de estímulo e dos níveis de impulsividade.

O que causa grande preocupação são os componentes das bebidas energéticas. São compostos de açúcar, taurina, glucuronolactona, cafeína e vitaminas do complexo B. Estes componentes tornam a bebida um energizante, com o intuito de aumentar a resistência física, agilizar a capacidade de concentração, a velocidade de reação, dar mais energia e melhorar o estado de ânimo.

Assim, os energéticos foram feitos para serem ingeridos por atletas que precisam de uma melhor performance e não para serem misturados com bebidas alcoólicas, o que hoje em dia é muito comum. Essa mistura. Essa mistura transforma a bebida em uma "bomba mortal". Que ataca diretamente o fígado, fazendo com que a zona afetada se torne incapaz de se regenerar.

Destacamos alguns princípios básicos de proteção à saúde e à segurança do consumidor, assim definidos no Código de Defesa do Consumidor:
Da Proteção à Saúde e Segurança
"Art.8º Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.
Parágrafo único – Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.
Art.9º O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.
Art.10 O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.
§ 1º O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.
§2º Os anúncios publicitários a que se refere o parágrafo anterior serão veiculados na imprensa, rádio e televisão, às expensas do fornecedor do produto ou serviço.
§3º Sempre que estiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los a respeito".
Esta proposta de lei tem por finalidade informar os efeitos nocivos à saúde que essa mistura de bebida energética e bebida alcoólica podem trazer".

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Dep. **Sérgio Vidigal,** Deputado Federal – PDT/ES.

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 2015

(Do Sr. Reginaldo Lopes)

Extingui a produção, circulação e uso do dinheiro em espécie, e determina que as transações financeiras se realizem apenas através do sistema digital.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica extinto o dinheiro em espécie e proibida sua produção, circulação e seu uso em transações financeiras.

Parágrafo único: é permitida a posse de cédulas de dinheiro para fins de registro histórico.

Art. 2º Fica proibida a cobrança por empresas bancárias e de crédito, de percentual em transações de debito.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 5 anos a partir da data de sua publicação.

Justificação

Em um primeiro momento pode parecer improvável o fim do dinheiro em espécie, mas analisando com mais critério esta ideia podemos verificar a grande importância do tema. Mais comuns a cada dia que passa, transações feitas digitalmente (seja em sites de banco, máquinas de cartão de débito/crédito, celulares) poderão, daqui a alguns anos, fazer com que cédulas de moedas caiam no esquecimento, sem falar que terroristas, sonegadores, lavadores de dinheiro, cartéis de drogas, assaltantes, corruptos estariam na mira fácil do controle financeiro.

A tecnologia proporciona todas as condições para que pagamentos, inclusive de pequenos valores possam ser feitas sem a necessidade de se portar dinheiro em espécie.

É muito mais simples do que parece. O Governo Federal possui o cadastro nacional para programas sociais (Cadastro Único), que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Estão inscritos nesse cadastro 50 milhões de pessoas e para receber os benefícios são utilizados cartões magnéticos.

Em 2008, 33% das transações no Brasil eram feitas com cartões e, em 2012, esse número correspondia a 37%. A utilização de cheques caiu de 14% a 6%; já os débitos diretos subiram de 6% para 19 % do total das transações sem dinheiro em espécie. Em termos de movimentações financeiras sem dinheiro, o Brasil continua sendo o terceiro maior país no ranking global, atrás dos Estados Unidos e da Europa, revela a 10ª edição do World Payments Report, elaborado pela Capgemini e pelo Royal Bank of Scotland (RBS).

Em 2015, 7 bilhões das 47bilhões de transações financeiras realizadas por "mobile" – os pagamentos móveis – serão liquidadas fora do sistema bancário convencional. O volume é 1.160% maior do que em 2011, quando totalizava 600 milhões de transações. Na época, esses 600 milhões representavam 8,5% do total de transações por mobile, que estavam em 7 bilhões. Isso, representará 15%. Ou seja, a parte realizada por "não-bancos" – empresas como Pay Pal, PagSeguro, Mercado Pago e outros – cresceu duas vezes mais no período. Os números e previsões são da consultoria francesa Capgemini,e estão na 10ª edição do WorldPayments Report.

O percentual de brasileiros com conta bancária subiu de 37% para 51%, entre 2008 e 2012, revela pesquisa divulgada pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio/RJ). Já segundo o Banco Central o número de cartões de débito ativos em 2013 apresentou crescimento de 9,8%, terminando o último ano em 106,2 milhões. Já a soma de todos os cartões débito e credito existentes em 2012 somaram 704 milhões de unidades, mais de três por habitantes segundo a ABECS (Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços).

Diante destes números é fácil perceber que em alguns anos todo brasileiro economicamente ativo possa possuir uma conta bancaria e um cartão de crédito e não ficaria difícil extinguir o dinheiro em espécie. Com este cenário é fácil perceber a inevitável tendência para a real possibilidade de que em alguns anos possa se viabilizar esta proposta.

Os primeiros benefícios desta proposta e talvez os mais importantes são o combate a violência, a corrupção, a lavagem de dinheiro e o trafico de drogas. Como toda transação financeira poderá ser rastreada ficarão quase impossíveis as praticas destes Crimes, pois toda transação seria oficializada através de transações bancárias e as despesas pessoais através do cartão de crédito ou débito. Para a compra ambulante, doações, compras de passagens e tudo mais, bastaria haver caixas eletrônicos, maquinas de cartões, telefones celulares e outros dispositivos que possam ser criados para realizar as operação de uma conta para outra.

Outro fato importante é que diminuiríamos todos os controles de fiscalizações, poderia os tributos federais, estaduais e municipais serem calculados através dessa movimentação. A sonegação iria ser eliminada e haveria uma possibilidade maior do controle fiscal, condição necessária para uma boa reforma fiscal e tributária.

Eliminaríamos práticas de crimes como assaltos a bancos, arrombamentos de caixas eletrônicos, assaltos a postos de gasolina, sequestros, saidinhas de banco e violência em geral.

Gastos com emissão de moeda, notas, transportes de valores não seriam mais necessários e algumas mudanças culturais teriam que acontecer.

Claramente muitos ajustes deverão ser feitos e será necessário o desenvolvimento de algumas soluções para dar praticidade à proposta, mas serão ajustes pontuais e com a tecnologia atual seria fácil atender as demandas para implantação.

Com a diminuição da sonegação que praticamente será eliminada os governos poderão prever e gerenciar melhor os orçamentos públicos. A Reforma tributária poderá realmente sair do papel. Como haverá uma arrecadação maior poderá haver uma redução de impostos, a simplificação dos tributos. A tributação poderá ser progressiva, onde se tribute mais as grandes rendas e o lucro capital ao invés da tributação dos salários e do faturamento como é atualmente. É possível diminuir os impostos indiretos que criam esta política tributária regressiva e que penalizam o assalariado trabalhador deste país.

Diante das inúmeras variáveis desta equação muitas perguntas surgirão e deverá haver ajustes e desenvolvimentos de algumas soluções.

Pode ser um caminho inevitável e alguns exemplos internacionais começam a se despontar. A Noruega, por exemplo, caminha para ser o primeiro país a extinguir o dinheiro em espécie pela cultura econômica criada como política de governo, pois, apenas em 4% das transações no país são utilizados dinheiro em espécie. A Suécia também caminha para esta proposta, pois também estão abaixo dos 4%, as transações com dinheiro em espécie no país.

O governo israelense anunciou a criação de uma comissão que estudará as maneiras de como eliminar o dinheiro que circula no país com o objetivo de buscar a melhor maneira para impedir que os cidadãos soneguem seus impostos. O comitê será presidido por Harel Locker, diretor do Gabinete do Primeiro Ministro.

Portanto é necessária a formalização de uma política governamental com o intuito de buscar a efetivação desta proposição Legislativa. A Câmara Federal como precursora de políticas inovadoras para a sociedade brasileira deve buscar o debate desta proposta estabelecendo uma política de Estado propondo a extinção do

dinheiro em espécie que pode trazer muitos benefícios à sociedade e colocar nosso país em outro patamar da organização fiscal, tributária e do combate à violência, sonegação, trafico de drogas e corrupção.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Deputado **Reginaldo Lopes.**

PROJETO DE LEI Nº 80, DE 2015

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Altera o caput art. 1º e inciso I da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos.
DESPACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objetivo alterar o *caput* do art. 1º e o inciso I deste mesmo dispositivo, da Lei de Crimes Hediondos, para tratar das formas tentadas dos delitos ali discriminados.

Art. 2º O inciso I e o *caput* do 1º da Lei 8.072/90, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados, a exceção do homicídio qualificado tentado, se resultar lesão leve:

I – homicídio (art. 121 do Código Penal) quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, parágrafo 2º, I, II, III, IV e V) consumado – na forma tentada é considerado crime hediondo, se resultar em lesão grave ou gravíssima.

....."(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 6.145, de 2013, de autoria do Ex-Deputado Federal Enio Bacci, do meu partido, com o objetivo de alterar o art. 1º e o inciso I, ambos da Lei dos Crimes Hediondos.

Referido projeto foi distribuído para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 02 de setembro de 2013, tendo sido designado, à época, para ser o seu relator o Deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), mas infelizmente a proposta não chegou a ser apreciada pelo referido Colegiado.

Contudo, mantém-se oportuna e atual, como se pode ver das razões que o justificaram quando da sua apresentação:

"A Lei 8.072/90 enquadra como crime hediondo o homicídio qualificado na forma tentada. Não se justifica a caracterização de hediondo, vez que claramente há desproporcionalidade e, por isso, não seria razoável a aplicação da pena máxima para homicídio tentado, que resulta em lesão leve, nos mesmos parâmetros para quem pratica homicídio consumado qualificado ou tentado, com resultado de lesão grave ou gravíssima.

Não se trata, no entanto, de deixar o Estado de exercer seu direito de punir, mas de diferenciar a tentativa, para a qual não resulte em lesão grave ou gravíssima, do homicídio qualificado consumado. Ademais, o limite para a caracterização de hediondo, seria a extensão da lesão, a ser definida por perícia. Se houver lesão enquadrada como grave ou gravíssima, justificaria a aplicação da Lei de Crimes Hediondos para os homicídios tentados, caso contrário haverá outro enquadramento legal."

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Dep. **Pompeo de Mattos,** Deputado Federal – PDT/RS.

PROJETO DE LEI Nº 82, DE 2015

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Obriga o fornecimento de rodas e pneus sobressalentes em idênticas dimensões das demais rodas e pneus que equipam os veículos novos, nacionais e importados, comercializados no País.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DEFESA DO CONSUMIDOR; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; VIAÇÃO E TRANSPORTES E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei trata da obrigação do fornecedor de dotar veículos novos de rodas e pneus sobressalentes em idênticas dimensões das demais rodas e pneus que equipam o veículo, estabelecendo multa pelo descumprimento.

Art. 2º As rodas e pneus sobressalentes fornecidos em veículos novos, nacionais e importados, comercializados no País, deverão ter idênticas dimensões às das demais rodas e pneus que equiparem o veículo.

Parágrafo único. Não no objeto desta Lei os veículos que, por incorporarem novas tecnologias, dispensem o fornecimento de pneus e rodas sobressalentes.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei acarretará multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do veículo, a ser pago ao consumidor pelo fornecedor no prazo máximo de 30 dias a contar da data em que este for notificado da irregularidade.

§ 1º Para efeitos desta Lei, equiparam-se os conceitos de fornecedor e consumidor expressos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

§ 2º Além da multa descrita no caput deste Artigo, o consumidor poderá exigir a substituição do equipamento desconforme por um de idênticas dimensões às das demais rodas e pneus do veículo, responsabilizando-se o fornecedor pelo seu perfeito acondicionamento no local original.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 3.214, de 2012, de autoria do Ex-Deputado Federal VIEIRA DA CUNHA, do meu partido, com o objetivo de obrigar o fornecimento de rodas e pneus sobressalentes em idênticas dimensões das demais rodas e pneus que equipam os veículos nacionais e importados, comercializados no País.

Referido projeto tramitou pela Comissão de Defesa do Consumidor onde foi aprovado com emenda, aprimorou a proposta original da lavra do relator Deputado REGUFFE, pela Comissão de Viação e Transportes, onde recebeu parecer pela rejeição e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que aprovou, com louvor, acatando a emenda da CDE. Contudo, apesar de ter recebido pareceres de todas as Comissões, resultou arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas mantém-se oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram à época de sua apresentação.

É sabido que, desde o advento do Código de Defesa do Consumidor, lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Estado brasileiro passou a promover, com decisão e eficiência, a proteção dos consumidores frente ao poder econômico das grandes Corporações.

De fato, esse Código veicula a Política Nacional das Relações de Consumo que, dentre outros, tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde, segurança e a proteção de seus interesses econômicos, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

Esse normativo define, ainda, os princípios que deverão embasar as relações de consumo, dos quais se destaca a harmonização dos interesses do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.

Ora, ao que parece, essa diretriz não vem sendo seguida pela indústria automobilística que equipa os veículos comercializados no País com rodas e pneus sobressalentes com dimensões diferentes daquelas das rodas e pneus montados nos veículos para circulação.

Esse procedimento, além de suscitar dúvidas relativas à segurança do veículo que, em caso de emergência, trafegará com três pneus iguais e um diferente, certamente causará prejuízos ao consumidor que necessitar substituir uma roda ou pneu avariado pelo estepe.

Ora, havendo avaria de uma roda ou de pneu que já está em uso, o que é bem frequente – a considerar o estado de conservação de nossas vias urbanas e estradas de rodagem -, é natural que o consumidor, ao invés de adquirir outro bem novo, prefira fazer a troca pela roda ou pneu sobressalente que já possui, sem custo adicional.

Ademais, ao final da vida útil dos pneus em circulação, é mais vantajosa, àqueles consumidores que ainda dispuserem de um estepe sem uso, a aquisição de apenas três pneus novos, completando o novo jogo com o sobressalente, numa evidente economia de recursos.

Nesse sentido, parece que o fornecimento de rodas e pneus diferentes dos que estão em circulação nos veículos beneficia unicamente os fabricantes de veículos que, com isso, garantem maior lucro.

Entende-se, portanto, que o fornecimento de estepe diferente das demais rodas e pneus que equipam o veículo configura prática comercial condenável, contrária aos princípios e diretrizes constantes do Código de Defesa do Consumidor, motivos de fato e de direito que me levam a solicitar o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de lei, cujo texto foi aprimorado nos termos sugeridos pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Dep. **Pompeo de Mattos,** Deputado Federal – PDT/RS.

PROJETO DE LEI Nº 84, DE 2015

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Altera a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984) para restringir os depósitos em contas bancárias relacionadas à remuneração e benefícios previdenciários inerentes à condição do presidiário.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objeto restringir os depósitos em contas bancárias relacionadas à remuneração e aos benefícios previdenciários inerentes à condição do condenado e do preso provisório.

Art. 2º O artigo 29 da Lei nº 7.210 de11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar acrescida do seguinte § 3º:

> "Art. 29 .....
> § 3º O produto da remuneração pelo trabalho, bem como o dos eventuais benefícios previdenciários decorrentes da condição do condenado ou do preso provisório serão depositados em conta bancária específica nas quais sejam vedados outros créditos ou depósitos e movimentações alheias a essa natureza. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 7.192, de 2014, de autoria do Ex-Deputado Federal Enio Bacci, do meu partido, com o objetivo de estabelecer restrições aos depósitos em contas bancárias relacionadas à remuneração e benefícios previdenciários inerentes à condição do presidiário.

Referido projeto tramitou pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ocasião em que recebeu parecer favorável à sua aprovação, sem emendamento, conforme voto da relatoria do Dep. OTÁVIO LEITE[3], e foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Contudo, mantém-se oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram à época de sua apresentação:

A despeito dos mecanismos propiciados pelo legislador visando inibir ilícitos e faltas de condenados e presos provisórios, especialmente dos que se encontram no sistema penitenciário em regime fechado, a realidade revela a proliferação de crimes praticados por esta espécie de internos. Ainda que a posse de aparelho celular ou outro artefato de comunicações que permita a comunicação entre os detentos e entre eles e o ambiente externo esteja expressamente caracterizada como grave falta disciplinar[4], fato é que se multiplicam, infelizmente, delitos em desfavor do cidadão comum, como o conhecido golpe da extorsão mediante falso sequestro praticado por presidiários.

Contando com o efeito surpresa, o encarcerado efetua uma simulação a ponto de criar na esfera intelectual do cidadão menos avisado uma situação de perigo real com algum familiar da vítima, exigindo-lhe,

3 Parecer apresentado em 03/06/2014.

4 Previsão no inciso VII do art. 50 da LEP.

então, quantia que pretende extorquir. Por corriqueiro, o detento passa a conta corrente na qual o Estado lhe deposita os rendimentos do trabalho que o regime lhe permite, perpetrando, em seguida, na maioria dos casos, o golpe urdido.

Vários são os registros, como o que chegou ao gabinete[5] deste parlamentar, conhecido pela sua atuação em segurança pública, que merecem iniciativa legislativa a fim de ampliar o mecanismo inibidor de condutas lesivas desta espécie.

Nesta perspectiva, torna-se prudente vedar que uma conta de presidiário, ou decorrente de benefício vinculado à sua condição, receba outros créditos ou depósitos ou aportes alheios a essa natureza. Tanto mais em sendo a conta bancária aberta com o fim específico de o Estado, no desempenho da sua função legal de ressocialiar[6] o condenado, prestar-lhe assistência social e previdenciária, retribuir o fruto de seu trabalho ou pagar eventual benefício previdenciário a ele vinculado.

Não é fantasioso imaginar a utilização frequente desta espécie de conta para a prática do referido delito em que há simulação de sequestro por parte de agente que cumpre pena e exige o depósito da quantia nessas contas bancárias. Bastaria, então, se adotasse o que vem sendo praticado pelas instituições bancárias para aquelas contas abertas para recebimento de salários e estipêndios do cidadão comum, que só admitem depósitos dessa natureza. Como a chamada conta-salário vem isenta da cobrança de taxas por parte dessas instituições financeiras, certamente não vem inspiradas por outro motivo que o meramente comercial. Contudo, aqui no âmbito de contas abertas para pagamento de retribuição salarial para detentos e para pagamento de benefícios previdenciários (como o que ocorre no auxílio reclusão pago a seus dependentes), a mesma solução pode ser adotada com o fim de, senão evitar, pelo menos inibir que o preso encontre o meio facilitador para a prática desse crime repugnante.

Nesta ordem de constatações, toma-se o cuidado de escolher a Lei de Execução Penal, onde já há previsão expressa de abertura de conta bancária para servir de poupança, a fim de constituir um pecúlio com parte do que lhe é devido em retribuição do trabalho desempenhado, pela pertinência temática do assunto que ora se pretende introduzir na legislação.

Esta escolha, ademais, não encontraria a resistência da exigência constitucional para alterar matéria atinente ao sistema financeiro nacional[7], eis que, à evidência, não se trata de introduzir qualquer modificação ou regulamentação do sistema, apenas adotar uma prática já consagrada em bancos particulares em relação à conta-salário. De outra sorte, tampouco se adequaria nos limites admitidos pela legislação consumerista a permitir, s.m.j., sua veiculação por simples lei ordinária autônoma.

A estas ponderações em prol da iniciativa de acrescentar parágrafo ao art. 29 da Lei n. 7.210/84, some-se o liame provocado pela alteração pretendida com o que estabelece o art. 23, inciso VI da referida LEP, ao atribuir ao serviço de assistência social a incumbência de providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho. De igual efeito, merecem notas os direitos expressos no art. 41, incisos II, III e IV, da referida lei, imputados aos condenados e presos provisórios, respectivamente: atribuição de trabalho e sua remuneração; previdência social e constituição de pecúlio.

Persegue-se, com a presente iniciativa, fomentar, a um só tempo, o respeito aos direitos do condenado ou preso provisório[8], e a segurança do cidadão comum[9], que passará a contar com mais um instrumento inibidor de condutas criminosas deste jaez, evitando que contas bancárias relacionadas à remuneração e aos benefícios previdenciários inerentes à condição do condenado/preso provisório sejam utilizadas para a prática desses delitos."

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Dep. **Pompeo de Mattos,** Deputado Federal – PDT/RS.

---

5 Veja-se mensagem anexa e respectivos arquivos anexos (depósito em conta bancária e respectivo boletim de ocorrência junto à autoridade policial em Santa Catarina.

6 A integração social do condenado e do internado são objeto da aplicação da LEP (art. 1º).

7 O *caput* do art. 192 da Constituição da República exige que o S F N seja regulado por leis complementares.

8 Inciso XLIX do Art. 5º da Constituição da República.

9 Dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, cf dicção do *caput* do Art. 144 da CF.

PROJETO DE LEI Nº 85, DE 2015
(Do Sr. Pedro Paulo)

Veda à veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão durante os Jogos Olímpicos de 2016, e proíbe a propaganda eleitoral em vias públicas e propriedades e bens particulares, com divulgação visual utilizando placas, faixas, cavaletes, cartazes, em todo o município do Rio de Janeiro, até o final dos Jogos Olímpicos de 2016, e dá outras providências.
DESPACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão durante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro, no período compreendido de 05 a 21 de agosto de 2016.

Art. 2º Fica proibida a propaganda eleitoral, em vias públicas e propriedades e bens particulares, com divulgação visual utilizando placas, faixas, cavaletes, cartazes, em todo o município do Rio de Janeiro, até o final dos Jogos Olímpicos de 2016, que terá seu encerramento no dia 21 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta lei entra em vigor após sua data de publicação.

Justificação

O projeto de lei, que ora submetemos à consideração dos membros dessa Casa, tem como principal escopo proibir a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão durante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados no período compreendido de 05 a 21 de agosto de 2016, além de proibir a propaganda eleitoral em vias públicas e propriedades e bens particulares, com utilização de placas, faixas, cavaletes, cartazes, em todo o município do Rio de Janeiro, até o final dos Jogos Olímpicos de 2016.

A medida visa enaltecer a realização dos Jogos Olímpicos, desviando das eleições e voltando às atenções para os jogos. É um período muito crucial para o país, e a realização dos jogos irá de fato colocar o Brasil de uma vez por todas no cenário mundial. A veiculação de propaganda eleitoral gratuita durante os jogos poderá trazer um somatório de prejuízos sem precedentes para uma legião de telespectadores que estarão todos com suas atenções voltadas para as provas a serem realizadas.

A lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, dispõe em seu artigo 47 incisos VI e VII que as emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, de segunda a sábado de 13h as 13h30 e das 20h30 as 21h. Não é justo que deixemos que o período eleitoral tire o brilho da realização desses jogos, o povo brasileiro merece não ser privado desses momentos memoráveis que virão através da realização dos Jogos Olímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro se tornará a primeira cidade sul-americana a ser sede de uma olimpíada, além de que o Brasil repetirá os feitos de México, Alemanha e Estados Unidos, que organizaram, com diferença de dois anos, os jogos olímpicos e a Copa do Mundo.

A presente proposição em seu artigo 2º pretende manter a cidade do Rio de Janeiro, pelo menos durante a realização dos Jogos Olímpicos, livre da poluição visual durante as campanhas eleitorais. Basta se aproximar o período das eleições que as cidades passam a ter um novo aspecto, nada agradável ou bonito. A criatividade das equipes que trabalham nas campanhas políticas parece se esbarrar na capacidade de manter as ruas limpas, com seus cavaletes, nomes espalhados pelos muros em letras garrafais que tentam deixar marcado na cabeça do eleitor o nome de determinado candidato. Tudo isso acaba aumentando a poluição visual em quase todos os municípios.

Assim, oferecendo para apreciação desta Casa, este projeto de lei que procura contornar essa realidade, contamos com o apoio dos nossos ilustres Pares para a aprovação e transformação desta proposta em norma legal.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – **Pedro Paulo,** Deputado Federal – PMDB/RJ.

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 2015
(Do Sr. Carlos Andrade)

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião de enchentes sazonais.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL; TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião das enchentes sazonais, em período fixado pela Agência Nacional de Águas (ANA), fará jus à concessão de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal.

Art. 2º Para se habilitar ao seguro-desemprego, o agricultor familiar rural e/ou extrativista deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) os seguintes documentos:

I – registro atualizado de produtor rural e/ou extrativista;

II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como produtor rural, parceiro, meeiro ou arrendatário rural;

III – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte;

IV – atestado de sindicalizado em Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou de cooperado em Cooperativa de Produtores Rurais a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área que sofra a inundação, que comprove:

a) a sua condição de produtor rural e/ou extrativista, na forma do art. 1º desta Lei;
b) que ele se dedicou às atividades rurais, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o fim da última inundação de suas terras e o transcurso da atual inundação;
c) que ele não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade rural ou extrativismo.

Parágrafo único. Quando julgar necessário, o MTE poderá exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

Art. 3º A eventual constatação de fraude na concessão do benefício implicará:

I – seu cancelamento imediato;

II – a devolução pelo produtor rural da quantia recebida indevidamente;

III – a sujeição do servidor público que fornecer atestado falso para a concessão do benefício às sanções previstas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas hipóteses de:

I – início de atividade remunerada;

II – início de percepção de outra renda;

III – morte do beneficiário, exceto se ele tiver dependente econômico exclusivo, a quem será repassado o benefício, uma vez atendidos os requisitos do art. 2º;

IV – desrespeito às normas de preservação ambiental;

V – comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Art. 5º O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta Lei será pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição objetiva amenizar a situação crítica que acomete o produtor rural brasileiro por ocasião das enchentes sazonais, período em que suas terras permanecem total ou parcialmente inundadas. Durante meses seguidos o trabalho do produtor rural é impossibilitado, inviabilizando todo seu sistema econômico.

Trata-se de pequenos produtores rurais, que tiram da terra seu próprio sustento e não têm outra fonte de renda. Tais populações são fundamentais no processo de ocupação do território nacional, na descentralização espacial da atividade econômica e na manutenção de grupamentos humanos autônomos e autossuficientes.

Sob o aspecto da proteção ao meio ambiente, a garantia de renda dos pequenos produtores rurais desestimula a exploração inadequada dos recursos naturais. Ocorre que, na falta de alternativas, muitos, premidos por necessidades, até mesmo de sobrevivência, acabam por explorar inadequadamente os recursos da fauna e da flora, perpetrando ações lesivas ao meio ambiente, tais como o corte de árvores e caça de espécimes silvestres.

O projeto prevê a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que, por meio da execução de políticas públicas de emprego e renda, destina-se justamente a garantir renda aqueles impossibilitados de trabalhar. E esta é, em última instância, a exata situação daqueles que se vêm privados de trabalho sazonalmente, no caso em questão, o agricultor familiar rural e/ou extrativista afetado pelas cheias sazonais.

A presente proposição decorre de Projeto de Lei inicialmente apresentado pela Deputada Rebecca Garcia, arquivado ao fim da última legislatura por força do art. 105 do Regimento interno. Em virtude da pertinência e relevância da matéria, reapresento o projeto.

Nesses termos, convicto dos méritos da proposição, submeto o projeto à análise do parlamento.

02 de fevereiro de 2015, **Carlos Andrade,** Deputado Federal, PHS/RR.

PROJETO DE LEI Nº 98, DE 2015

(Do Sr. Alceu Moreira)

Confere o título de "Capital Nacional do Tropeirismo" à cidade de Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Sul.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: CULTURA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido o título de "Capital Nacional do Tropeirismo" à cidade de Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Bom Jesus é um município situado nos Campos de Cima da Serra Gaúcha, região Nordeste do Rio Grande do Sul. Cidade com pouco mais de 12 mil habitantes, preserva intensamente a cultura dos antigos tropeiros, por meio da realização dos corredores de tropeadas, dos passeios de mula e da confecção dos animais em miniatura por artesãos locais.

A história do município, emancipado em 16 de julho de 1913, teve início a partir da Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, nascida da luta da população por um local mais acessível aos habitantes de Vacaria e sua consolidação é devida ao pagamento da promessa que Manoel Silveira de Azevedo, dono daquelas terras, fez pelo bom retorno da Guerra do Paraguai. O território foi, ainda, cenário de operação de guerra de grandes mártires durante a Revolução Farroupilha, entre eles Anita Garibaldi, Bento Gonçalves e David Canabarro.

Integrante da Rota dos Tropeiros, Bom Jesus tanto é a Terra do Tropeirismo que, a cada dois anos, sedia o Seminário Nacional e Encontro do Conesul de Tropeirismo. O evento é realizado com o fito de conservar as fortes marcas da presença tropeira, povo hospitaleiro, que cultua a forte tradição gaúcha e que espalhou o progresso por onde passou, vez que atuou no comércio e transporte de mercadorias quando não havia estradas ou meios de transporte mecânico, tendo, inclusive, contribuído para a demarcação da maioria das rotas e estradas, bem como para a definição de municípios e cidades.

A relevância do título é ratificada, inclusive, pela Lei Estadual nº 14.115, de 30 de outubro de 2012, que declarou o Município de Bom Jesus Capital do Tropeirismo do Estado do Rio Grande do Sul. O tropeirismo compõe a rica tradição cultural do Rio Grande do Sul, que desde 2010, com a promulgação da Lei Estadual nº 13.577, instituiu o Dia Estadual do Tropeirismo, a ser comemorado todo 20 de abril.

Pelo reconhecimento notório e para o incremento de ações que possam estimular o turismo local, é importante que essa Casa conceda a Bom Jesus o título de "Capital Nacional do Tropeirismo", numa justa homenagem a essa cidade que em 2013 completa 100 anos de sua existência e ao estado do Rio Grande do Sul. Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio das Senhoras e Senhores Deputados para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2015. – Deputado **Alceu Moreira.**

PROJETO DE LEI Nº 104, DE 2015

(Do Sr. Alceu Moreira)

Proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: EDUCAÇÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior.

Parágrafo único. Serão admitidos, nas salas de aula de estabelecimentos de educação básica e superior, aparelhos eletrônicos portáteis, desde que inseridos no desenvolvimento de atividades didático pedagógicas e devidamente autorizados pelos docentes ou corpo gestor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

No primeiro ano da legislatura anterior, o ilustre Deputado Federal Pompeo de Mattos apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei que vedava a utilização de telefones celulares nas escolas de todo o País. Em 2010, no fim da sessão legislativa e da 53ª legislatura, esse projeto já havia sido aprovado na Comissão de Educação e Cultura e recebera parecer favorável do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No entanto, em razão de não ter concluído sua tramitação nesta Casa, a proposição foi arquivada, em fevereiro deste ano, nos termos do art. 155 do Regimento Interno desta Casa.

Venho por meio deste projeto de lei reapresentar a matéria, aproveitando os aperfeiçoamentos que ela recebeu na Comissão de Educação e Cultura. Na discussão do Projeto nessa Comissão, em 2009, concluiu-se que, "para preservar a essência do ambiente pedagógico, cabe a extensão da proibição de uso em sala de aula a todos os equipamentos eletrônicos portáteis que desviam a atenção do aluno do trabalho didático desenvolvido pelo professor." Além disso, argumentou-se que "a utilização desses equipamentos em sala de aula é ainda mais frequente entre os alunos das instituições de ensino superior que na educação básica, motivo pelo qual se acordou pela ampliação da abrangência da proposta àquele nível de ensino."

Com a motivação de buscar soluções para um dos problemas referidos com frequência por professores e gestores das escolas, o do uso indevido e abusivo desses aparelhos, com prejuízo para o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2015. – Deputado **Alceu Moreira.**

PROJETO DE LEI Nº 108, DE 2015

(Do Sr. Alceu Moreira)

Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE VIAÇÃO E TRANSPORTES E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PRMT).

Art. 2º Fica criado o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PRMT) a ser elaborado em conjunto pelos órgãos de saúde, trânsito, transportes e justiça.

Art. 3º O PRMT deverá fixar até setembro de cada ano, as metas de redução do número de mortes e lesões no trânsito para o ano subsequente.

Parágrafo único. A meta a ser atingida levará em consideração o número de mortes e lesões apuradas no ano anterior.

Art. 4º Todos os anos, no mínimo trinta por cento da frota total de veículos automotores, em cada Estado e no Distrito Federal, deverá ser abordada para fiscalização preventiva de trânsito.

§ 1º A fiscalização preventiva terá como prioridade:

I. verificar a documentação do veículo e a carteira nacional de habilitação do condutor;

II. verificar os itens de segurança do veículo;

III. submeter o condutor, mesmo sem a suspeita de dirigir sob a influência de álcool, a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame, que por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo Contran, permitam certificar seu estado.

§ 2º A fiscalização a que ser refere o parágrafo anterior será realizada pelos órgãos competentes nas rodovias federais, estaduais e nas vias urbanas.

Art. 5º Ressalvado o disposto nos artigos anteriores, PRMT deverá conter:

I. os mecanismos de participação da sociedade em geral na consecução das metas estabelecidas;

II. a garantia da ampla divulgação das ações e procedimentos de fiscalização, das metas e dos prazos definidos, em balanços anuais, permitindo consultas públicas por meio da rede mundial de computadores;

III. a previsão da realização de campanhas permanentes e públicas de informação, esclarecimento, educação e conscientização visando atingir os objetivos do PRMT.

Art. 6º. A partir da implantação do PRMT serão reconhecidos e distinguidos os gestores públicos e privados empenhados na redução das mortes e lesões no trânsito.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo a Organização Mundial de Saúde, cada país terá o número de mortes no trânsito que estiver disposto a tolerar. A aprovação da Lei nº. 11.705/08, conhecida como "lei de tolerância zero ao álcool no trânsito", que completa um ano de vigência no dia 19 de junho, já parece demonstrar que a sociedade brasileira não está mais disposta a tolerar esta verdadeira carnificina de tantas mortes evitáveis no trânsito.

No Brasil, a cada dia, cerca de 100 pessoas morrem e mil ficam feridas. São cerca de 35 mil mortos por ano (19,4 a cada 100 mil habitantes) e 120 mil internações só na rede do SUS. Um terço dos pacientes com lesões medulares ou lesões encefálicas foram vítimas de acidentes de trânsito e eles, com seus familiares, carregarão pelo resto de suas vidas limitações dolorosas. Não bastasse a perda de vidas, cada vítima resulta em despesa médica de cerca de 50 mil reais. Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) informa que o país perde, a cada ano, R$ 30 bilhões com acidentes de trânsito. O Ministério da Saúde já considera as mortes e seqüelas nas estradas e vias urbanas um problema de saúde pública, tal a incidência de casos que terminam nos hospitais.

Os acidentes de trânsito são eventos passíveis de prevenção. Até a superação das barreiras legais, todo e qualquer esforço para aumentar a segurança nas vias e rodovias será mínimo se comparado com o intenso sofrimento causado às vítimas de acidentes de trânsito.

Todos temos ou conhecemos uma história triste sobre acidentes de trânsito envolvendo entes queridos. Se nada mudar, e com o crescente aumento da frota de automóveis e motocicletas em circulação, os brasileiros vão se limitar a continuar contando histórias tristes.

Portanto, as estatísticas e os prejuízos são irrefutáveis. Os governos e a sociedade precisam reagir e não se limitar a contabilizar vítimas a cada feriado prolongado ou mesmo nas madrugadas dos centros urbanos. Embora exista a necessidade de aperfeiçoar o Código Brasileiro de Trânsito (CTB), isto não pode servir de desculpa para não se realizar a fiscalização de trânsito. A habilitação para dirigir veículo automotor é um direito precário, que deve se sujeitar a um direito maior que é o direito à vida, que depende da adoção de medidas para a segurança de trânsito, obras de engenharia para eliminação de pontos críticos e do cumprimento da legislação mediante efetiva fiscalização de trânsito.

Por estes motivos trago, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro da Câmara dos Deputados, o presente projeto de Lei, baseado nas seguintes premissas:

– a necessidade da participação solidária da sociedade, incentivando e respeitando os controles para que se possa iniciar uma nova era de contabilizar vidas salvas em comparação com as estatísticas de morbidade dos acidentes do trânsito até aqui conhecidas;

– a fiscalização é o instrumento relevante da política de proteção social do governo brasileiro para os acidentes do trânsito, que com a sanção da lei 11.705 coloca o Brasil como um país de maior rigor entre todos que adotaram políticas excepcionais para conter a tragédia social dos acidentes;

– para adquirir o respeito e a colaboração da sociedade, a ação das autoridades deverá primar pela não discriminação dos condutores.

– segundo a OMS, os fatores a serem atacados prioritariamente para a redução de acidentes são o controle da velocidade, a associação do álcool e direção, o uso de cinto de segurança e do capacete (no caso dos motociclistas) e o uso de dispositivos para o transporte de crianças. Por estas razões este projeto de lei propõe:

1. A elaboração de um PRMT, com a participação da sociedade em geral, contendo a definição de metas para a redução de vítimas.

2. As ações e metas do PRMT devem ter como base os estudos e estatísticas de acidentalidade (principais fatores, pontos críticos, locais, horários de maior acidentalidade, perfil das vítimas, entre outros dados men-

suráveis). Com base nestes estudos, será necessário criar uma política específica para redução de acidentes envolvendo motociclistas, ciclistas e pedestres, além dos condutores de automóveis.

3. Ter garantida a ampla divulgação das ações, das metas e dos prazos definidos, em balanços anuais, permitindo consultas públicas, tanto dos órgãos de trânsito como da sociedade em geral, consolidando a transparência das ações e o controle dos resultados alcançados.

4. Que se promova o reconhecimento dos administradores empenhados na redução das tragédias diárias que são os acidentes do trânsito.

Os dados de mortalidade e morbidade confirmam a importância epidemiológica do acidente de trânsito. Os governos não podem continuar a tolerar, todos os dias, que milhares de pessoas morram ou fiquem feridas nas estradas e nas ruas de nossas cidades. A sociedade, diante destes fatos, chega a ter um sentimento de ausência do Estado, de um sentimento de impunidade em relação àqueles que matam de forma até dolosa no trânsito e que devem ser retirados de circulação de forma preventiva.

Por isso acredito que esta sociedade tem o direito de exigir que aquele cidadão que bebeu e irresponsavelmente assumiu o volante de um veículo submeta-se às exigências da Lei 11.705/08. Não entendo que seja plausível aceitar que esta decisão concerne somente ao arbítrio de um único indivíduo e que este indivíduo possa poupar-se da responsabilidade da periclitação da vida de outrem.

A partir do momento da tragédia/acidente causado por um motorista alcoolizado, que excedeu a velocidade permitida ou que não respeitou a lei de trânsito, uma sucessão de eventos oneram a sociedade como um todo, desde a retirada das vítimas da via, remoção a um hospital e tratamento, até o pagamento do salário enquanto não retornem ao trabalho e, caso isto não mais seja possível, dar-lhes sustento ou às suas famílias.

Portanto, tenho confiança de que o desafio conjunto dos governos, o parlamento e a sociedade, com a definição de metas previstas num PRMT, vamos salvar muitas vidas com um trânsito mais civilizado, a exemplo do que já foi feito em países, como a França, que se impôs o desafio de reduzir o número de mortes e lesões no trânsito. A França realiza 12 milhões de6 abordagens preventivas por ano para verificar alcoolemia em condutores de veículos. Na década de 70, 500 franceses morriam diariamente no trânsito. A partir de 2003, com o estabelecimento de metas, a França conseguiu derrubar os índices anteriores para 12 mortes diárias no trânsito, mas ainda quer chegar a 2012 com menos de 3 mil mortes por ano, ou 8,2 por dia. É este desafio que queremos implantar para todos os brasileiros.

Por essas razões, conto com o apoio dos ilustres pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2015. – Deputado **Alceu Moreira.**

PROJETO DE LEI Nº 120, DE 2015

(Do Sr. Juscelino Rezende Filho)

Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código do Consumidor – para fazer constar, nas embalagens de inaladores de medicamentos, o número de doses que restam.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DEFESA DO CONSUMIDOR SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que conste nas embalagens de inaladores de medicamentos o número de doses que restam.

Art. 2º Acrescenta-se §2° ao art. 8° da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, renumerando-se por consequência o parágrafo anterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8° .....

§1º Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.

§2º No que concerne aos inaladores de medicamentos, cabe ao fabricante prestar as informações a que se refere este artigo, além de demonstrar por meio de indicadores no produto, o número de doses que restam." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto baseia-se no PL 7713/2014 do ex-deputado Sr. Eleuses Paiva (PSD/SP).

A asma é uma doença inflamatória crônica das vias aéreas. Quando as vias aéreas encontram-se inflamadas e são expostas a vários estímulos ou fatores desencadeantes tornam-se hiper-reativas e obstruídas, o que limita o fluxo de ar através de broncoconstrição, produção de muco e aumento da inflamação.

A doença costuma afetar muito a qualidade de vida do paciente e, por isso, o seu controle e dedicação no tratamento são tão importantes.

Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, a asma leva a óbito cerca de 2.500 pessoas por ano (pouco mais de sete ao dia). Em países industrializados essa estatística associa-se a uma má manutenção do tratamento crônico.

O Ministério divulgou, ainda, que a redução das internações de pacientes com crises asmáticas nos hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) está diretamente ligada à oferta dos medicamentos.

Portanto, um tratamento eficaz e uma boa orientação são capazes de reduzir custos com hospitalizações e admissões em serviços de emergência.

Nesse prisma, evidencia-se a relevância da temática e a necessidade de adoção de políticas públicas, que garantam aos portadores da doença não somente o acesso aos medicamentos gratuitamente, mas, também, que estes contenham as informações necessárias para assegurar a quantidade ideal da substância capaz de minimizar uma crise e, assim, garantir a manutenção da vida.

Destarte, esse projeto de lei visa garantir o tratamento adequado e o direito à informação – conforme preceitua o Código de Defesa do Consumidor, em seu inciso III, do art. 6º, a seguir:

> "Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
>
> .....
>
> III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem."

Ante o exposto, em atendimento ao interesse público desta proposição, pedimos o apoio aos Nobres Pares na aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2015. – Deputado **Juscelino Rezende Filho,** PRP/MA.

PROJETO DE LEI Nº 8.333, DE 2015
(Do Tribunal Superior do Trabalho)
OF.TST.GDGSET.GP.Nº 36/15

Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criados 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede na cidade de Florianópolis-SC.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ªRegião no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

Justificação

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprova-

do pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede na cidade de Florianópolis-SC.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no artigo 79, inciso IV, da Lei n.º 12.919/2013. Na Sessão de 16 de dezembro de 2014 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0006563-83.2013.2.00.0000, a criação de 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região justifica a proposta de criação dos cargos de juiz substituto em razão da necessidade de adequar o número de magistrados do TRT às regras previstas na Resolução nº 184, de 6/12/2013, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e Coordenação de Comissões Permanentes – DECOM – P_6748

CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

2 unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário e na Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT (alterada pelas Resoluções CSJT nº 77 e nº 83) que versa sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

A Resolução CSJT nº 63/2010, em seu artigo 10, estabelece o critério para

definição do quantitativo de cargos de Juiz do Trabalho Substituto, conforme a seguir:

> *"Art. 10 O quantitativo de cargos de juiz do trabalho substituto, em cada Região, corresponderá ao número de Varas do Trabalho.*
> *§ 1º As Varas do Trabalho que recebem quantitativo superior a 1.000 (mil) processos por ano poderão contar, a critério da Corregedoria Regional, com um juiz titular e um juiz substituto."*

No TRT da 12ª Região há um total de 60 (sessenta) Varas do Trabalho e 116 (cento e dezesseis) cargos de Juiz de Vara do Trabalho, sendo 60 (sessenta) titulares e 56 (cinquenta e seis) substitutos. Existe, portanto, defasagem de 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto em relação ao quantitativo de Varas do Trabalho, em desalinho à equivalência prevista na artigo 10 da Resolução nº 63/2010 do CSJT.

Argumenta o Regional que tal diferença entre o número de magistrados titulares e substitutos ocorreu em razão da edição da Lei nº 12.658/2012 que criou 4 (quatro) Varas do Trabalho e 4 (quatro) cargos de Juiz Titular de Vara do Trabalho sem contemplar o aporte de cargos de Juiz do Trabalho Substituto necessários à estruturação dessas novas unidades judiciárias.

A Resolução CNJ nº 194, de 26/5/2014, institui Política Nacional de

Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e pressupõe o desenvolvimento, em caráter permanente, de iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância dos tribunais.

Por tais razões, a presente proposta busca melhorar a estrutura e o aparelhamento das varas do trabalho, resgatar a paridade quantitativa entre o número de cargos de juízes titulares e de juízes substitutos e minimizar a carência de magistrados existente atualmente no âmbito da jurisdição trabalhista do Estado de Santa Catarina para o atingimento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça que, dentre outras providências, estabelece como atributos de valor do Judiciário para a sociedade, a acessibilidade e a celeridade processual.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e agilidade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 22 de janeiro de 2015. – Ministro **Ives Gandra da Silva Martins Filho,** Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

201ª Sessão Ordinária

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0006563-83.2013.2.00.0000

Relator: **LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Terceiros: **Não definido**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"*O Conselho decidiu, por unanimidade:*

I - incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno;

II - aprovar o parecer de mérito, nos termos apresentados pela Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 16 de dezembro de 2014."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrighi, Maria Cristina Peduzzi, Guilherme Calmon, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

CARLA FABIANE ABREU ARANHA

Secretária Processual Substituta

Conselho Nacional de Justiça

Autos: PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0006563 83.2013.2.00.0000
Requerente: CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT
Requerido: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

EMENTA: PARECER DE MÉRITO. SOLICITAÇÃO DE PARECER SOBRE A CRIAÇÃO DE QUATRO CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO. NOTA TÉCNICA FAVORÁVEL DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO. INFORMAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS DESFAVORÁVEL. EXCEPCIONALIDADE. NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE MAGISTRADOS SUBSTITUTOS E TITULARES CONFORME RECOMENDAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE NÚMERO 63/2010 DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E PRECEDENTE DESTA CORTE. PARECER FAVORÁVEL.

I. Trata-se de anteprojeto de lei encaminhado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região propondo a criação de 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto.

II- O Departamento de Acompanhamento Orçamentário emitiu parecer técnico favorável integral ao pleito.

III - Já o Departamento de Pesquisas Judiciárias, em análise objetiva da Resolução 184/2013-CNJ, manifestou-se desfavoravelmente.

IV. O TRT – 12ª Região destacou que o procedimento foi motivado em razão da necessidade de adequação do número de magistrados ao disposto na Resolução de nº 63/2010/CSJT, ou seja, um magistrado titular e um substituto por vara do trabalho.

V Este Conselho já se manifestou no PAM nº 4647-14.2013.2.00.0000, Rel. Paulo Teixeira, quanto à necessidade de flexibilização da Resolução de nº 184/2013/CNJ de modo a viabilizar o quantitativo de dois cargos de juízes

por Vara, ou seja, um Juiz titular

VI. Necessidade de aplicação de excepcionalidade do artigo 11 da Resolução nº 184/2013 para permitir a compatibilidade do número de magistrados e de servidores.

VII - Parecer favorável.

ACÓRDÃO

O Conselho decidiu, por unanimidade: I - incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno; II - aprovar o parecer de mérito, nos termos apresentados pela Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 16 de dezembro de 2014. Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrighi, Maria Cristina Peduzzi, Guilherme Calmon, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0006563-83.2013.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

RELATÓRIO

RELATÓRIO

Trata-se de anteprojeto de lei encaminhado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região propondo a criação de 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho Substituto no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-12ª).

O TRT – 12ª Região destaca que o procedimento foi motivado inicialmente, em razão da necessidade de adequação do número de magistrados ao disposto na Resolução de nº 63/2010, ou seja, um magistrado titular e um substituto por vara do trabalho.

Nesse sentido, haveria um déficit de 4 juízes substitutos.

Por fim, pondera que para dar cumprimento às metas estabelecidas por este próprio Conselho, faz-se necessária a aludida adequação.

Inicialmente, os autos foram encaminhados ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário para fins de manifestação, sob o aspecto orçamentário-financeiro, com ulterior remessa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias.

Em resposta, foi emitida **a Informação nº 40/DOR/2014**, favorável ao pleito do Requerente.

O DPJ, por seu turno, entendeu que o Tribunal não atingiu os critérios objetivos, para fins de atendimento do pleito.

É o relatório. Passo ao mérito.

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0006563 83.2013.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

O TRT 15ª – Região pretende, pelo presente procedimento a criação de 4 cargos de magistrados substitutos, conforme melhor detalhado acima.

Em que pese o Departamento de Acompanhamento Orçamentário tenha se

manifestado favoravelmente ao pleito, sob o aspecto financeiro, o Departamento de Pesquisa Judiciária opinou pela impossibilidade de criação de novos cargos, em estrita observância aos critérios objetivos da Resolução de nº 184/2013-CNJ.

Todavia, entendo que se faz necessária uma ponderação no caso em questão, considerando o seguinte:

Que este procedimento, apesar de ulteriormente adaptado à Resolução de nº184/2013 tramita desde antes da edição da Resolução de nº 184;

Que a Resolução de nº 63/2010-CSJT, que trata sobre a padronização de quantitativo de cargos na Justiça do Trabalho prevê um magistrado titular e um substituto por vara do trabalho;

Que há precedente deste Conselho, em que restou aprovada a adoção de excepcionalidade (art. 11 da Resolução 184/2013) para se manifestar favoravelmente à criação de 2 magistrados por Vara (titular e substituto), PAM nº 4647-14.2013.2.00.0000, conforme, *in verbis*:

> EMENTA: PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VARAS FEDERAIS. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. CRIAÇÃO DE VARAS, CARGOS EFETIVOS, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS. PARECER FAVORÁVEL.
>
> 1. Os projetos de lei de iniciativa dos órgãos do Poder Judiciário sobre os quais o CNJ tem ação de controle, que impliquem aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado para a União, até podem, em tese, ser abertos no Congresso Nacional apenas com a comprovação de solicitação do parecer, com base no dispositivo alterado na LDO 2014. As decorrentes leis, no entanto, não podem ser editadas sem a manifestação deste Conselho.
>
> 2. A manifestação do CNJ como requisito legal do processo de legitimação dos projetos de iniciativa do Poder Judiciário obriga a reflexões igualmente gerais e específicas que tomem na devida conta não só os interesses locais ou individuais da unidades beneficiadas senão, e principalmente, as diretivas legais e nacionais de desenvolvimento dos serviços públicos a cargo do Estado.
>
> 3. O art. 5º da Resolução do CNJ nº 184/2013 determina que somente sejam apreciados pelo CNJ os anteprojetos de lei para os tribunais que, uma vez aplicado o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), alcancem o "intervalo de

confiança" do seu ramo de Justiça.
4. A metodologia utilizada foi aplicada a todos os Tribunais Federais, indistintamente. Mesmo se assumirmos, hipoteticamente, que nela cabem melhorias, a comparação entre os TRF segue válida.
5. Em consideração ao estágio incial de aplicação de nossa metodologia, bem como das características particulares dos Tribunais requeridos, relativizaram-se e abrandaram-se os critérios da Resolução CNJ 184.
6. Conquanto o parecer do DPJ tenha sido contrário à criação de cargos de magistrados tanto para o TRF1 como para o TRF4, este com ainda mais subsídios objetivos, analisou-se essa questão mais amplamente. Há vários cargos vagos de magistrados no Tribunal, bem como a possibilidade (e necessidade) de se gerir a lotação de cargos existentes a fim de se buscar maior eficiência e se aproximar dos índices de produtividade obtidos em outros Tribunais Federais. Entretanto, ainda considerando o estagio inicial de aplicação de nossa metodologia, e com o objetivo de não modificarmos a estrutura da Justiça Federal, em que há um Juiz Federal e um Juiz Federal Substituto por Vara, com fundamento no art. 11 da Resolução 184, o parecer é favorável à criação dos cargos de magistrados (2 por Vara) solicitados pelo STJ para as Varas autorizadas.
7. Parecer favorável à criação das Varas, cargos e funções solicitadas para o TRF1.
8. Com relação ao TRF4, apesar de o tribunal possuir um IPC-Jus inferior à mediana da Justiça Federal, com esteio no artigo 11 da Resolução nº 184/2013, o parecer também é favorável à criação das Varas, cargos e funções propostos.
9. Parecer favorável.

Manifesto-me favoravelmente ao pleito do Requerente, dada a excepcionalidade do caso em questão.

CONCLUSÃO

Isto posto, voto pelo acolhimento da proposta oriunda do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região visando à criação de 4 cargos de Juiz do Trabalho Substituto.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Requisite-se a inclusão em pauta de sessão deste Conselho.

Brasília, DF, 15 de dezembro de 2014.

Conselheira LUIZA CRISTINA FRISCHEISEN

Relatora

/OTS

Brasília, 2015-01-05.

Conselheiro Relator

RECURSO Nº 2, DE 2015

(Do Sr. Jhc)

Recorre, com base no art. 95, § 8 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da decisão do Presidente na Questão de Ordem n° 12/2015.

DESPACHO: SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, APÓS TER SIDO OUVIDA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, NOS TERMOS DO ART. 95, § 8º, DO REGIMENTO INTERNO. PUBLIQUE-SE.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

Rec. 2/2015

Questão de Ordem Nº 12

Autor	*Partido/UF*	*Data-Hora*	*Legislatura*
JHC	**SD-AL**	**05/02/2015 11:06**	**55**

Presidente da Sessão
EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)

Ementa
Questiona a legitimidade e a legalidade da atuação dos Líderes de partidos que estão coligados em Bloco Parlamentar.

Texto da Questão de Ordem

Sessão Extraordinária – 05/02/2015:

O SR. JHC - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Questão de ordem, quem, por favor?

O SR. JHC - Aqui, Sr. Presidente;

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não, Deputado JHC.

O SR. JHC (Bloco/SD-AL. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós iniciamos esta legislação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu só queria que V.Exa. desse o artigo da questão de ordem.

O SR. JHC - Está fundamentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Qual é o artigo?

O SR. JHC - Nós estamos baseados no art. 9º, combinado com o art. 12 do Regimento Interno.
Sr. Presidente, o art. 9º — nós temos aqui de forma clara e taxativa — diz:
"A escolha do Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da representação."
O art. 12, § 2º — também deixa bem claro —, diz:
"As Lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais."
Até agora, eu não tenho, pelo menos, conhecimento se a Mesa da Casa já recebeu o Líder desse bloco, ou seja, coisa que estamos falando aqui desde o início da legislatura. Nós hoje já lemos aqui a criação da CPI, nós temos também a PEC da Reforma Política, que será criada a Comissão. Eu queria até questionar a legitimidade e a legalidade

também dessas indicações.
Se nós continuarmos dessa forma, seria até caso de pedir a própria nulidade. E quem seria, a quem serviria essa judicialização de um processo que o Brasil inteiro está esperando que se inicie nesta Legislatura?
Então, nós temos que ter a observância da norma regimental, do bloco de que nós fazemos parte. Temos 217 Parlamentares. Só aí dariam quase ou exatamente 54 Vice-Líderes, ou seja, para cada quatro Parlamentares, um Vice-Líder.
Então, nós estamos aqui. Nós, quando assumimos na posição de bloco, dessa forma, os Líderes perderam as suas prerrogativas. E o que nós estamos vendo aqui, Sr. Presidente, é que os Líderes continuam ainda a falar pelos seus partidos, tendo, dessa forma, superpoderes.
Então, quem vai indicar, a quem serve essa nulidade? E eu queria questionar até mesmo a legitimidade e a legalidade. Há formações de blocos aqui presentes que foram dissolvidas em três dias. Nem para ser bloco de carnaval — que pelo menos esperassem daqui a duas semanas para se dissolver esse bloco.
Então, qual é a finalidade desse bloco? Nós estamos discutindo uma reforma política. Será que nós vamos ter que fazer uma reforma interna também? Todos nós sabemos que essa prática, inclusive o próprio Colégio de Líderes deixa claro também no art. 20 — vou mais além — que, no Colégio de Líderes, as reuniões têm de ser feitas com a presença dos Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares — fala em "Blocos Parlamentares"...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.
Então, Sr. Presidente, eu mostro aqui, de forma clara, a minha preocupação com esse vício de formalidade. Eu gostaria de deixar, até em respeito àqueles Parlamentares que também apoiaram a tramitação da PEC, que também apoiaram a criação da CPI, essa questão de ordem justamente para questionar, baseado no art. 9º e no art. 12, a legitimidade e a legalidade desses atos, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

O SR. JHC -...porque, se não, nós estaríamos servindo a quem, já iniciando um processo que é passível de nulidade?
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não. Obrigado.
Recebida a questão de ordem de V.Exa. que, na verdade, não é uma questão de ordem, é uma reclamação, vou passar à resposta a V.Exa.
Em primeiro lugar, os atos que implicam indicações pela formação de Bloco. O único ato que teve foi a indicação dos que iam concorrer a cargos da Mesa feita pela assinatura de todos os Líderes do Bloco.
É óbvio que as indicações para Comissões Parlamentares de Inquérito, à medida que se atribuem vagas para o Bloco, e o Bloco permanecendo ou desfazendo, durante os 4 anos, nas CPIs, nas Comissões, nas vagas das Comissões, todos que fazem parte do Bloco estão atrelados ao cálculo numérico do bloco.
Consequentemente, quando se faz a divisão, por exemplo, para Comissão Especial ou

para CPI, já é atribuído a cada partido o número de vagas a que ele tem direito. Não existe qualquer nulidade, porque vai ser constituída a Comissão obedecendo a representação partidária.
A única liberalidade que nós estamos fazendo — e ontem, ontem, não, anteontem, havia processo de obstrução, eu interrompi a liberalidade — foi permitir o pronunciamento partidário individual de partidos que ainda não se desfizeram do Bloco.
Liberalidade essa que nós vamos manter por esta semana para que, na semana que vem, os blocos sejam desfeitos. Isso foi acordado no Colégio de Líderes, e foi, por mim, apenas interrompido quando houve obstrução da admissibilidade da PEC.
Então, Deputado JHC, não há qualquer nulidade, nem qualquer ilegalidade, e todos terão os seus direitos de acordo com os seus tamanhos, mas, porém, vinculados no cálculo aos seus blocos. Os partidos que fizeram opção pelos seus blocos conhecem as regras e sabem que serão submetidos a elas os 4 anos, independentemente de permanecer ou não como bloco.

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Questão de ordem, Sr. Presidente, art. 95, por favor.

O SR. JHC (Bloco/SD-AL. Sem revisão do orador.) - Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O art. 95 não cabe.

O SR. ROGÉRIO ROSSO - Por gentileza.

O SR. JHC - Sr. Presidente, só para recorrer aqui (ininteligível)

[...]

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Antes de V. Exa. falar, só para registrar que houve recurso do Deputado JHC à CCJC à decisão que eu proferi, eu recebo e remeto à CCJC. Pode continuar.

O SR. JHC - Sr. Presidente, a Comissão ainda não está instalada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, a palavra não está com V. Exa. nesse minuto.

O SR. JHC - Sr. Presidente, e a gente estava discutindo também a proporcionalidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu recolhi a sua questão. Já decidi. É matéria vencida. V. Exa. recorreu.

O SR. JHC - Licença, Sr. Presidente. Só gostaria de saber se a Mesa, Sr. Presidente, recebeu o requerimento do bloco para indicar o Líder, ou nós não temos Líder?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado JHC, o...

O SR. JHC - Então, eu posso ser o Líder também do bloco, se for dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está certo. Então, vocês reúnam o bloco e elejam o Líder.
Com a palavra o Deputado Rogério Rosso.

O SR. JHC - Mas nós fazemos parte de um bloco, Sr. Presidente, que está sem Líder.

Decisão
Presidente que proferiu a Decisão

Ementa
Esclarece não há qualquer nulidade, nem qualquer ilegalidade, e todos terão os seus direitos de acordo com os seus tamanhos, porém, vinculados ao cálculo dos blocos. Os partidos que fizeram opção por coligações em blocos conheciam as regras e sabia que seriam submetidos a elas durante os quatro anos da legislatura, independentemente de permanecer ou não como bloco.

Recurso
Autor do Recurso

Ementa
RECURSO Nº: (AGUARDANDO NUMERAÇÃO)
Recorre, com base no art. 95, §8 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da decisão do Presidente na Questão de Ordem nº 12/2015

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3, DE 2015

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre empréstimos concedidos pelo Banco do Nordeste ao Grupo Petrópolis, na forma em que especifica.
DESPACHO: APROVAÇÃO PELO PRESIDENTE, DEP. EDUARDO CUNHA, "AD REFERENDUM" DA MESA, DO PARECER DO SENHOR DEPUTADO WALDIR MARANHÃO, PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, PELO ENCAMINHAMENTO.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre dois empréstimos que somam R$ 830 milhões concedidos pelo Banco do Nordeste (BNB) ao Grupo Petrópolis, nos seguintes termos:

Quais são os critérios que o BNB utiliza para conceder empréstimos?

É feita algum tipo de pesquisa dos antecedentes financeiros ou criminais do requerente?

No caso específico do Grupo Petrópolis, o fato de seu Presidente ter sido preso pela Policia Federal, acusado de sonegação fiscal, bem como denunciado pelo Ministério Público por corrupção ativa, formação de quadrilha e por denúncias caluniosas foi levado em consideração para a concessão do empréstimo?

Quais foram as justificativas apresentadas pelo Grupo Petrópolis para a substituição da modalidade de garantia contratada com o BNB (passou de carta-fiança para a hipoteca da planta industrial)?

Quais foram as motivações do BNB para conceder a alteração da garantia?

Essa mudança ocasionou alguma vantagem contábil para o BNB?

Procede a informação veiculada pela revista Época - edição de 23 de janeiro de 2015 - de que o Grupo Petrópolis protocolou em 10 de setembro de 2014 o pedido de dispensa da fiança do empréstimo, ou de parte dele?

Em quanto tempo foi homologado esse pedido?

Quais são os procedimentos que o BNB adota em processos de aprovação e de constituição de novas garantias para a concessão de empréstimos?

Normalmente quanto tempo esses procedimentos levam para serem processados (lapso temporal entre a apresentação do pleito e sua decisão final)?

Há no histórico de empréstimos concedidos pelo BNB casos análogos de mudança de garantia após a concessão do empréstimo?

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem veiculada pela Revista Época, de 23/01/2015, revela que dois empréstimos no total de R$ 830 milhões foram concedidos pelo Banco do Nordeste – BNB - ao grupo Petrópolis. Segundo a reportagem, o Presidente do Grupo Petrópolis, Walter Faria, já foi preso pela Policia Federal, acusado de sonegação fiscal, bem como denunciado pelo Ministério Público por corrupção ativa, formação de quadrilha e por denúncias caluniosas.

Tais acusações, no nosso entendimento, deveriam dificultar a concessão do empréstimo, pois emprestar dinheiro com risco de inadimplemento não costuma ser a intenção de nenhuma instituição financeira.

Não obstante, mesmo diante deste cenário, o BNB concedeu o empréstimo ao Grupo Petrópolis tendo exigido como garantia uma carta-fiança, em que outro banco garante cobrir o valor devido em caso de inadimplência.

Algum tempo depois essa carta-fiança foi substituída por outra garantia –hipoteca das fábricas construídas com o dinheiro emprestado – cujo custo financeiro foi bastante inferior ao cobrado pela referida carta, que tem um custo anual entre 0,5% e 3% do total do empréstimo.

Ademais, de acordo com a reportagem, pelas regras do Banco Central, tal mudança na garantia oferecida pelo Grupo Petrópolis obrigou o BNB a reservar dinheiro próprio para pagar ao menos parte da dívida contraída.

Como se não bastasse a desenvoltura na concessão de um empréstimo a um grupo sobre cujo presidente pesam acusações graves; e a mudança na modalidade de garantia oferecida pelo Grupo Petrópolis para outra que lhe proporcionou uma economia da ordem de cerca de R$ 17 milhões ao ano (em detrimento do BNB), a reportagem da revista Época mencionou uma celeridade surpreendente para outorga da dispensa da garantia pleiteada na transação em tela.

Assim sendo, solicitamos ao Ministério da Fazenda que responda e/ou encaminhe ao Conselho de Administração do BNB as perguntas encerradas neste requerimento de informação para que possamos esclarecer como se deu a aprovação e o processo de constituição das garantias concedidas ao Grupo Petrópolis.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – Deputado **Rubens Bueno,** PPS/PR.

PARECER:

O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, 2014. – Deputado **Waldir Maranhão**, Primeiro-Vice-Presidente, Relator.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 4, DE 2015

(Do Sr. Rubens Pereira Júnior)

Requer o envio de Requerimento de Informação ao Ministério de Minas e Energia, sobre a, anunciada, desistência por parte da PETROBRAS, da construção da refinaria no Município de Bacabeira no Estado do Maranhão.

DESPACHO: APROVAÇÃO PELO PRESIDENTE, DEP. EDUARDO CUNHA, "AD REFERENDUM" DA MESA, DO PARECER DO SENHOR DEPUTADO WALDIR MARANHÃO, PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, PELO ENCAMINHAMENTO.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, e no art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado por esta Câmara dos Deputados, ao Ministério de Minas e Energia, sobre a, anunciada, desistência por parte da PETROBRAS, da construção da refinaria no Município de Bacabeira no Estado do Maranhão, nos seguintes termos:

1 – Que seja encaminhada a ata da Reunião da PETROBRAS que decidiu construir a Refinaria Premium I, em Bacabeira;

2 – Que sejam encaminhados os estudos de viabilidade técnica para a implantação da citada Refinaria;

2 – Quanto foi o gasto previsto e quanto foi gasto até o presente momento na aludida Refinaria;

3 – Quanto foi repassado pela PETROBRAS ao Governo do Estado do Maranhão a título de compensações ambientais ou por qualquer outro motivo vinculado a supracitada Refinaria e em quais datas;

4 – Quais foram as empresas contratadas para a construção de obras e prestação de serviços e o quanto foi repassado em pagamentos a essas empresas;

5 – Que seja encaminhada a ata da Reunião da PETROBRAS que decidiu pela descontinuidade do projeto da Refinaria Premium I;

6 – Que seja encaminhado o estudo técnico que embasou a decisão da PETROBRAS de descontinuar o projeto da citada refinaria.

7 – Que a PETROBRAS informe que destinação pretende dar ao terreno e demais bens vinculados ao início das obras realizadas em Bacabeira, bem como informar da possibilidade de retomada do projeto de construção da Refinaria Premium I.

Assim Senhor Presidente julgo de fundamental importância que sejam respondidas as questões apresentadas, visto tratar-se de matéria de extrema importância para o Estado Brasileiro e em especial para a PETROBRAS e para o Estado do Maranhão.

Sendo, portanto, oportuno que esta Casa de leis que tem também como uma de suas funções constitucionais típicas a fiscalização externa dos demais Poderes, envie o presente Requerimento de Informações, determinando ao Ministério de Minas e Energias, que responda no prazo da Lei as questões suscitadas.

Ressaltamos aqui que tais informações fornecerão os subsídios necessários à nossa ação parlamentar fiscalizatória no exercício do mandato que me foi conferido pelo povo do Maranhão.

Sala das Sessões, 3 de Fevereiro de 2015. – **Rubens Pereira Jr,** Deputado Federal – PCdoB/MA

PARECER:

O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, 2014. – Deputado **Waldir Maranhão**, Primeiro-Vice-Presidente, Relator.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 5, DE 2015

(DO SR. RUBENS BUENO)

Requer informações à Controladoria-Geral da União sobre a aplicação e regulamentação da Lei nº 12.846/2013 no âmbito do Poder Executivo.

DESPACHO: APROVAÇÃO PELO PRESIDENTE, DEP. EDUARDO CUNHA, "AD REFERENDUM" DA MESA, DO PARECER DO SENHOR DEPUTADO WALDIR MARANHÃO, PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, PELO ENCAMINHAMENTO.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Controlador-Geral da União, Sr. **Valdir Simão**, pedido de informação sobre a aplicação e regulamentação da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, tendo em vista que essa entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014, e ainda não foi regulamentada pelo Poder Executivo Federal, nos seguintes termos:

Existe previsão de aplicação imediata da lei no âmbito do Poder Executivo Federal?

Caso a lei não necessite de regulamentação para ser aplicada, ela tem sido fundamento de processos administrativos que tramitam na Controladoria-Geral da União? Se afirmativo, quais processos?

Se o decreto que regulamentará a lei irá dispor sobre a criação de mecanismos de controle interno dentro das empresas;

Se a CGU firmou acordos de leniência, conforme previsto na Lei nº 12.846/2013, com empresas envolvidas na Operação Lava-Jato.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 29 de janeiro deste ano, completou-se um ano da aprovação da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

Conhecida como a "Lei Anticorrupção", alguns trechos de seu texto dependem de regulamentação por decreto presidencial para que sejam plenamente eficazes, como o parágrafo único do art. 7º, que prevê a cria-

ção de mecanismos de controle interno nas empresas. Esses parâmetros de controle interno serão levados em conta na hora de aplicar sanções às empresas, mas precisam ser regulamentados pelo governo.

Por outro lado, é sabido que a Controladoria-Geral da União (CGU) tem assumido o papel de principal órgão do governo no combate à corrupção. Em 2 de janeiro, quando o Sr. Valdir Simão assumiu o cargo de Ministro-Chefe da CGU, afirmou que sua prioridade seria a regulamentação da lei e que a intenção era que o decreto fosse publicado ainda naquele mês. No entanto, decorrido o mês de janeiro, a CGU informou ainda está trabalhando com muito empenho para que a regulamentação da Lei nº 12.846/2013 seja publicada muito em breve, mas garantiu que a lei não necessita da regulamentação para ter sua vigência estabelecida.[1]

Ademais, de acordo com reportagem publicada pelo jornal Valor Econômico em novembro de 2014, a CGU já vem aplicando a Lei nº 12.846/2013 e firmando acordo de leniência com empreiteiras envolvidas na Operação Lava-Jato.[2]

Diante disso, questiona-se sobre a real necessidade de regulamentação da lei por decreto presidencial para ser aplicada, ou se ela já possui plena eficácia desde a sua aprovação. Além disso, indaga-se sobre quais serão os pontos exatos do texto legal que serão regulamentados, bem como se a Lei já foi aplicada em processos administrativos internos da Controladoria-Geral da União.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015. – Deputado **Rubens Bueno,** PPS/PR.

PARECER:

O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, 2014. – Deputado **Waldir Maranhão**, Primeiro-Vice-Presidente, Relator.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 6, DE 2015
(DA SRª. ELIZIANE GAMA)

Requer informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cancelamento da construção da refinaria Premium I, no Maranhão, pela Petrobras, nos termos em que especifica.
DESPACHO: APROVAÇÃO PELO PRESIDENTE, DEP. EDUARDO CUNHA, "AD REFERENDUM" DA MESA, DO PARECER DO SENHOR DEPUTADO WALDIR MARANHÃO, PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, PELO ENCAMINHAMENTO.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, com cópia para a Petrobras, pedido de informação sobre as últimas notícias divulgadas sobre o cancelamento anunciado pela Petrobras da construção da refinaria Premium I, no Maranhão.

Solicita-se que seja informado o seguinte:

Porque a Petrobras decidiu por parar as obras da Refinaria Premium I? Solicitamos o envio do racional que embasou a decisão.

Quanto foi o investimento previsto e o investimento gasto pela Petrobras nesta refinaria até o presente momento?

Há alguma perspectiva de retomar a obra? Se sim, quando?

Houve deslocamento de população para permitir a execução da refinaria? Se sim, a população deslocada será ressarcida? Qual o valor previsto?

Qual foi o impacto ambiental ocorrido até o presente momento com a construção da Refinaria? E como a Petrobras pretende ressarcir este prejuízo?

JUSTIFICAÇÃO

Durante a divulgação do balanço do terceiro trimestre, a Petrobras anunciou a redução de investimentos. Entre os cortes está o cancelamento da construção de duas refinarias no Nordeste: a Premium I, no Mara-

1 http://oglobo.globo.com/brasil/novo-ministro-da-cgu-diz-que-vai-priorizar-regulamentacao-da-lei-anticorrupcao-14954505

2 http://www.valor.com.br/politica/3774246/empreiteiras-deverao-pagar-multas-acima-de-r-1-bilhao (em http://lecnews.com/novo/estao-sendo-estruturados-os-primeiros-acordos-de-leniencia-com-base-na-lei-brasileira-anticorrupcao/)

nhão, e a Premium II, no Ceará. As duas novas unidades constam no Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 da estatal, que prevê investimentos totais de 220,6 bilhões de dólares para o período. A estratégia de adiamento de projetos nesse segmento ocorre após a área de refino ter sido o foco de grandes polêmicas na Petrobras no último ano.

A pedra fundamental da refinaria do Maranhão foi lançada em 2010, com grande alarido, na presença do então presidente Lula, sua candidata à sucessão Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil. O então senador José Sarney, sua filha Roseana e Edison Lobão, ministro das Minas e Energia na época também estavam presente.

Seria a maior refinaria do Brasil, com capacidade de produzir 600 mil barris/dia, empregaria 25 mil pessoas no ápice das obras e devria entrar em pleno funcionamento em 2016. Um projeto como este que criou expectativa de geração de emprego e renda para milhares de maranhenses. Quatro anos depois, decidem pela paralização da obra, que somente em terraplanagem, consumiu R$ 583 milhões, além de mais R$ 1 bilhão em projetos, treinamentos, transporte, estudos ambientais. Sendo todo montante pago pela Petrobras.

Apesar da festa no lançamento da pedra fundamental, nem projeto básico havia na ocasião. De prioritária, acabou por cancelada. Conforme relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), de abril de 2013 apontou indícios graves de irregularidade na terraplanagem – única obra que teve início, mas que foi paralisada sem ser concluída, conforme relatório do tribunal. De acordo com os fiscais do TCU, somente em 1° de novembro de 2010, ou seja, oito meses depois de lançada a pedra fundamental é que foi assinado um contrato para elaboração do projeto básico da Refinaria.

O anuncio da construção da refinaria em Bacabeira, em 2005, fez com que muitos empreendedores corressem para a cidade. Distante 50 quilômetros de São Luis, a cidade atraiu investidores nas áreas de restaurantes, pousadas, hotéis e imóveis para aluguel. Sem saber o que fazer, a população está desolada.

Preocupados, tanto com os impactos sociais, quanto com os ambientais e financeiros ocasionados pela paralisação da obra, defendemos que a Casa exija os necessários esclarecimentos do poder público competente no que toca ao tema exposto acima, de modo a se implementarem as ações saneadoras cabíveis.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – **Eliziane Gama,** PPS/MA.

PARECER:

O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, 2014. – Deputado Waldir Maranhão, Primeiro-Vice-Presidente, Relator.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 8, DE 2015
(DO SR. CHICO LOPES)

Requer informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, que através da PETROBRAS, esclareça sobre informações divulgadas a respeito do não prosseguimento da construção da refinaria Premium II no Estado do Ceará.

DESPACHO: APROVAÇÃO PELO PRESIDENTE, DEP. EDUARDO CUNHA, "AD REFERENDUM" DA MESA, DO PARECER DO SENHOR DEPUTADO WALDIR MARANHÃO, PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, PELO ENCAMINHAMENTO.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma do art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Casa, que ouvida a Mesa, sejam requeridas ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações sobre a decisão da Petrobras de cancelar a construção da refinaria Premium II no Estado do Ceará.

1 – Que seja encaminhada a ata da reunião da Petrobras que decidiu construir a Refinaria Premium II, no Ceará;

2 – Que seja encaminhado o cronograma de entendimentos e de execução da obra;

3 – Que sejam encaminhados os estudos de viabilidade técnica para a implantação da citada refinaria, assim como, os memorandos de entendimentos celebrados com o Estado, União e entes privados;

4 – Qual foi a previsão de gastos e o montante de recursos utilizados até o momento;

5 – Quais foram as empresas contratadas para a construção de obras e prestação de serviços e o quanto foi repassado em pagamentos a essas empresas;

6 – Que seja encaminhado o estudo técnico que fundamentou a decisão da Petrobras de descontinuar o projeto da citada refinaria;

7 – Que seja encaminhado o termo de compromisso firmado, entre a Petrobras, Governo do Estado do Ceará e de outros agentes públicos e privados.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2015. – Deputado **Chico Lopes,** PCdoB-CE.

PARECER:

O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, 2014. – Deputado Waldir Maranhão, Primeiro-Vice-Presidente, Relator.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 9, DE 2015

(DO SR. EDUARDO BARBOSA)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Ministério das Relações Exteriores, bem como a redução das dotações orçamentárias destinadas a essa Pasta.

DESPACHO: Aprovação pelo Presidente, Dep. Eduardo Cunha, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Waldir Maranhão, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Ministério das Relações Exteriores, bem como da redução das dotações orçamentárias destinadas a essa Pasta.

JUSTIFICAÇÃO

É com muita preocupação que acompanhamos as notícias veiculadas pela mídia nacional acerca das dificuldades financeiras que têm atingido as embaixadas e consulados do Brasil no exterior, que, de um modo geral, enfrentam contingenciamentos desde meados do ano passado.

Recentes matérias publicadas em jornais de grande circulação dão conta da falta de dinheiro para o pagamento de despesas referentes a itens básicos, como aluguel, energia elétrica, luz, aquecedor, provedor de internet e outros, comprometendo o bom funcionamento das representações diplomáticas brasileiras no exterior e o atendimento a brasileiros em situações de vulnerabilidade que estão em outros países. Pelo menos cinco postos brasileiros no exterior tiveram multas cobradas por atraso no pagamento de locações imobiliárias, e funcionários chegaram a ficar três meses sem receber auxílio moradia.

A redução da participação do Itamaraty no orçamento do Poder Executivo tem impacto ainda maior se levarmos em conta a criação de 77 novas embaixadas, consulados e representações durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Esse número representou mais da metade das 150 então existentes, o que demandaria, a rigor, um incremento das dotações orçamentárias, tanto para custeio quanto para pessoal, e não uma redução, como a que ora se observa.

De acordo com dados obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), nos três primeiros anos do governo da Presidente Dilma Rousseff, o valor reservado no Orçamento Geral da União para a Pasta cresceu apenas 3,7%, tendo sido o sexto órgão a crescer menos. De 2003 a 2005, os três primeiros anos do Governo Lula, a quantia reservada para o ministério subiu 14%.

Ainda de acordo com informações do Siafi, a participação do orçamento do Itamaraty no total do Executivo caiu quase à metade em 2013 em relação ao ano de 2003: de 0,5% para 0,28%. Em 2014, os números observados até 8 de dezembro mostram parcela ainda menor: os 2,54 bilhões de reais gastos em custeio e pessoal representam 0,27% do total empenhado em relação ao orçamento destinado aos outros ministérios e à Presidência.

O cenário futuro para o Ministério das Relações Exteriores é ainda mais preocupante, visto que a Pasta trabalhou com um orçamento de, aproximadamente, R$ 2,6 bilhões em 2013 e R$ 2,62 bilhões em 2014. Neste ano, porém, a previsão orçamentária passa pouco de R$ 2, 4 bilhões.

A perdurar esse quadro, a execução da política externa brasileira será irremediavelmente enfraquecida, colocando a perder o protagonismo alcançado pelo Brasil no cenário internacional, além de comprometer o bom funcionamento das embaixadas e consulados brasileiros no exterior, em especial o atendimento a brasileiros em situações de emergência.

Considerando, portanto, a missão constitucional da Câmara dos Deputados de fiscalizar a atuação dos órgãos e entidades da União e, ainda, tendo em vista os sucessivos cortes orçamentários impostos ao Ministério das Relações Exteriores, solicitamos ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Henrique Barbosa Filho, que nos esclareça as seguintes questões:

1 – Quais as embaixadas, consulados e representações diplomáticas brasileiras no exterior deixaram de receber recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas de custeio e de pessoal nos últimos 12 (doze) meses?

2- Quais os motivos que explicam a falta do repasse de que trata o item 1 acima?

3 - Quais motivos explicam a redução da participação do Ministério das Relações Exteriores no Orçamento do Poder Executivo, embora tenha havido a criação de 77 novas embaixadas, consulados e representações diplomáticas entre os anos de 2003 e 2013?

4- Houve efetiva participação do Ministro de Estado das Relações Exteriores e de técnicos da Pasta na definição do montante orçamentário destinado ao Itamaraty no Orçamento Geral da União dos anos de 2013, 2014 e 2015?

Diante de todo o exposto, dada a necessidade de esclarecermos o atual quadro de dificuldades financeiro-orçamentárias que atingem o Itamaraty, aguardamos as respostas pertinentes às indagações constantes deste requerimento.

Brasília, em 4 de fevereiro de 2015. – Deputado **Eduardo Barbosa** (PSDB/MG).

PARECER:

O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo encaminhamento.

Primeira-Vice-Presidência, 2014. – Deputado **Waldir Maranhão**, Primeiro-Vice-Presidente, Relator.

REQUERIMENTO Nº 225, DE 2015

(DO SR. LAERCIO OLIVEIRA)

Solicita desarquivamento de proposições.

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 5421/2005, PL 1661/2007, PL 1662/2007, PL 4647/2009, PL 4027/2008, PL 516/2007, PL 4048/2008, PL 4152/2008, PLP 413/2008, PL 5120/2005, PL 5443/2009, PL 467/2011, PL 769/2011, PL 6431/2009, PL 948/2011, PL 4247/2012, PL 1120/2011, PLP 55/2011, PL 1490/2011, PLP 78/2011, PLP 81/2011, PL 2401/2011, PL 2557/2011, PL 2637/2011, PL 2639/2011, PL 4656/2012, PL 5405/2013, PL 6937/2013, PL 3242/2012, PL 4109/2012, PL 4301/2012, PL 4302/2012, PL 4303/2012, PL 4304/2012, PL 4575/2012, PLP 234/2012, PL 5100/2013, PL 5101/2013, PEC 246/2013, PL 2701/2011, PL 4090/2012, PL 5464/2013, PL 5626/2013, PL 5945/2013, PL 6098/2013, PL 6144/2013, PLP 348/2013, PL 3168/2012, PL 6676/2013, PL 6677/2013, PL 7152/2014, PL 7200/2014, PRC 241/2014, PL 6387/2013, PL 6864/2013, PL 7210/2014, PL 7260/2014, PL 7911/2014, PL 4680/2012, PL 7511/2014, PL 7512/2014, PL 7692/2014, PL 7693/2014, PDC 1615/2014, PL 8250/2014, PLP 194/2001, PLP 285/2005, PLP 37/2007, PLP 38/2007 E PLP 443/2014, . DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PLP 407/2008, PL 688/1999, PL 1251/2011, PL 1252/2011, PL 1335/2011, PL 2189/2011, PL 3170/2012, PL 4859/2012, PL 3438/2012, PL 4408/2012, PLP 149/2012, PL 5099/2013, PL 7178/2014, PL 7892/2014 E PL 8251/2014, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S).PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho respeitosamente requerer à Vossa Excelência a o desarquivamento das seguintes proposições:

PL 4027/08 – Dispõe sobre a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico no âmbito da Administração Pública;

PL 4048/08 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de propaganda gratuita educativa, nos meios de comunicação brasileiros, incentivando a proteção do meio ambiente;

PL 4152/08 – Revoga integralmente a Lei de nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, que instituiu a modalidade de penhora por meio eletrônico;

PLP 407/08 - Dispõe sobre a revogação da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências;

PLP 413/08 - Acrescenta inciso à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, visando excluir do regime diferenciado e favorecido as empresas que possuam faturamento superior ao abrangido pelo SIMPLES Nacional;

PL 467/11 - Regulamenta o art. 19 da Lei nº 8.078, de 11de setembro de 1990 para disciplinar a venda ou troca de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo para uso doméstico;

PL 769/11 - Denomina de Boa Luz, o viaduto localizado na BR 235, Km 16, entre as cidades de Aracaju e Laranjeiras, no Estado de Sergipe;

PL 948/11 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de alterar a redação do § 2º da CLT, que trata dos efeitos da quitação das verbas rescisórias;

PL 1120/11 - Altera o art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que a infração de trânsito não será comprovada por lombada eletrônica;

PL 1251/11 - Cria o Programa Nacional do Trabalho na "Melhor Idade" e dá outras providências;

PL 1252/11 - Possibilita que a pessoa jurídica deduza do imposto de renda metade do salário pago a empregado com idade igual ou superior a 50 anos;

PL 1335/11 - Altera o art. 134, do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

PLP 55/11 - Altera o art. 59, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dispõe sobre a manutenção de obras e respeito às logomarcas preexistentes;

PL 1490/11 - Veda a participação, em licitações, de cooperativas nos casos que especifica e dá outras providências;

PLP 78/11 - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de dezembro de 1966 (Código Tributário Nacional) e a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais);

PLP 81/11 - Dispõe sobre anulação das inscrições em Dívida Ativa da União, dos coobrigados inseridos por força do art. 13, da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

PL 2189/11 - Dispõe sobre a reinserção dos trabalhadores apenados no regime semiaberto e egressos do sistema prisional brasileiro no mercado de trabalho;

PL 2401/11 - Revoga artigos da Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011;

PL 2557/11 - Institui o Código de Defesa do Contribuinte e o Sistema Nacional de Defesa do Contribuinte;

PL 2637/11 - Institui a obrigatoriedade de ascensorista em edificações comerciais e prédios públicos não residenciais com elevador;

PL 2639/11 - Altera a Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009;

PL 3170/12 - Dispõe sobre a inclusão das receitas decorrentes dos serviços de mão de obra temporária e prestação de serviços de limpeza e conservação no regime de cumulatividade do PIS e da COFINS;

PL 3242/12 - Regulamenta profissão de cinegrafista;

PL 3438/12 - Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e dá outras providências";

PL 4109/12 - Institui o Programa Nacional de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas;

PL 4301/12 - Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

PL 4302/12 - Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

PL 4303/12 - Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para criar e disciplinar a sociedade anônima simplificada (SAS);

PL 4304/12 - Altera a Lei n° 6.496, de 7 de dezembro de 1977;

PL 4408/12 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

PL 4575/12 - Altera o art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

PLP 149/12 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

PL 4859/12 - Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;

PLP 234/12 - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;

PL 5099/13 - Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950;

PL 5100/13 - Altera a Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984;

PL 5101/13 - Lei que dispõe sobre a condenação em honorários na justiça do trabalho e condenação por má fé;

PEC 246/13 - Altera o art. 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

PL 5464/13 - Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;

PL 5945/13 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

PL 6098/13 - Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências;

PL 6144/13 - Dispõe sobre a forma de aplicabilidade dos percentuais referidos no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nas empresas de segurança privada;

PLP 348/13 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

PL 6676/13 - Dispõe sobre a emissão de atestados médicos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados;

PL 6677/13 - Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004;

PL 7152/14 - Denomina "Urbanista Lúcio Costa" o Complexo da Plataforma e da Estação Rodoviária do Plano Piloto, localizado em Brasília - DF;

PL 7178/14 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

PL 7200/14 - Altera a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979;

PRC 241/14 - Altera o inciso VI, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;

PL 7260/14 - Institui regras de direito do consumidor relativas a cobrança de estacionamentos privados;

PL 7511/14 - Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;

PL 7512/14 - Anula débitos tributários oriundos de multas que especifica;

PL 7692/14 - Altera a Lei nº 9.503, de 1997;

PL 7693/14 - Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

PL 7892/14 - Dispõe sobre o contrato de prestação de serviços a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes;

PDC 1615/14 - Susta a Instrução Normativa SIT nº 114, de 5 de novembro de 2014, e a Instrução Normativa nº 18, de 7 de novembro de 2014, ambas editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

PL 8250/14 - Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de coibir a troca de favores entre testemunhas que sejam parte em outro processo com causa de pedir e parte idênticas;

PL 8251/14 - Altera o art. 132 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir no crime de Perigo para a vida ou saúde de outrem a conduta de transportar, trazer consigo, ou fazer uso de fogos de artifício classificados nas classes C e D do Decreto-lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, em manifestações e protestos públicos ou eventos assemelhados;

PLP 443/14 - Estabelece normas gerais em matéria de direitos, deveres e garantias aplicáveis à relação entre contribuintes e administração fazendária e dá outras providências.

Sala das Comissões, 5 de março de 2015. – **Laércio Oliveira,** Deputado Federal – SD/SE.

REQUERIMENTO Nº 257, DE 2015

(DO SR. PR. MARCO FELICIANO)

Requer o desarquivamento de proposições, arquivadas em virtude do término da legislatura.

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 7452/2010, PL 2620/2011, PL 8051/2014, PL 309/2011, PL 8099/2014, PL 8213/2014, PL 3210/2012, PL 4332/2012, PL 4502/2012, PL 4503/2012, PL 1332/2011, PL 2109/2011, PL 881/2011 E PDC 565/2012, . INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: REQ 10479/2014 => PL 7717/2014, REQ 10520/2014 => PL 7723/2014, REQ 10521/2014 => PL 7724/2014, REQ 10740/2014 => PL 7884/2014, REQ 8006/2013 => PL 5536/2001, REQ 8007/2013 => PL 2845/2003, REQ 8021/2013 => PL 401/1991, REQ 8050/2013 => PL 4846/1994, REQ 8584/2013 => PL 2495/2011, REQ 9083/2013 => PL 1332/2011, REQ 9199/2013 => PL 3712/2008, RCP 10/2012, REQ 4980/2012 => PL 7663/2010, REQ 5217/2012 => REQ 5076/2012 => REQ 4907/2012 => PL 6297/2005 E REQ 5597/2012 => PL 7663/2010, PELO FATO DE A TRAMITAÇÃO DA(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE HAVER ESGOTADO; INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 6055/2013, PL 3166/2012, PL 4205/2012, PL 4206/2012, PL 4330/2012, PL 4331/2012, PL 1579/2011, PL 1861/2011, PL 1890/2011 E PL 2391/2011, PORQUANTO A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) NÃO FOI(RAM) ARQUIVADA(S); INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 1021/2011, PL 1148/2011, PL 2495/2011 E REQ 7989/2013 => PL

478/2007, PORQUE FOI RETIRADO PELO AUTOR; INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 3167/2012, PL 4235/2012, PL 4333/2012, PL 4724/2012, PL 2055/2011, PL 2690/2011, REQ 9841/2014 => PLP 275/2001 E PDC 495/2011, EM VIRTUDE DE A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) TER(EM) SIDO ARQUIVADA(S) DEFINITIVAMENTE; INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO: REQ 10732/2014 => PL 96/2011, POR SE TRATAR DE PROPOSIÇÃO ACESSÓRIA. DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 8220/2014, PL 2756/2011, PL 8063/2014, PL 6188/2013, PL 6309/2013, PL 3364/2012 E PL 2689/2011, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S).PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 105, Parágrafo Único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições relacionadas a seguir, que são da minha autoria.

PL 8051/2014 PL 6055/2013
PL 8063/2014 PL 6188/2013
PL 8099/2014 PL 6309/2013
PL 8213/2014 PL 3166/2012
PL 8220/2014 PL 3167/2012
PL 3210/2012 PL 1861/2011
PL 3364/2012 PL 1890/2011
PL 4205/2012 PL 2055/2011
PL 4206/2012 PL 2109/2011
PL 4235/2012 PL 2391/2011
PL 4330/2012 PL 2495/2011
PL 4331/2012 PL 2689/2011
PL 4332/2012 PL 2690/2011
PL 4333/2012 PL 2756/2011
PL 4502/2012 PL 0309/2022
PL 4503/2012 PL 0881/2011
PL 4724/2012 REQ 10479/2014
PL 1021/2011 REQ 10520/2014
PL 1148/2011 REQ 10521/2014
PL 1332/2011 REQ 10732/2014
PL 1579/2011 REQ 10740/2014
REQ 9841/2014 REQ 9199/2013
REQ 7989/2013 PDC 565/2012
REQ 8006/2013 RCP 10/2012
REQ 8007/2013 REQ 4980/2012
REQ 8021/2013 REQ 5217/2012
REQ 8050/2013 REQ 5597/2012
REQ 8584/2013 PDC 495/2011
REQ 9083/2013

Sala das Sessões, em 04 de fevereiro de 2015.

Deputado Pr. Marco Feliciano – PSC/SP

REQUERIMENTO Nº 259, DE 2015

(DO SR. MANDETTA)

Requer o desarquivamento de proposições.

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 6699/2009, PL 6795/2010, PL 7058/2010, PL 4709/2012, PL 7363/2014, PL 7650/2014, PL 7642/2014, PL 8140/2014, PL 2056/2011, PL 2411/2011, PL 5231/2013, PL 5542/2013, PL 5695/2013, PL 3814/2012, PL 1019/2011, PFC 160/2014, PFC 172/2014 E PFC 122/2013. INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 6998/2013 E PL 3129/2012, PORQUANTO A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) NÃO FOI(RAM) ARQUIVADA(S). DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 3128/2012,

PDC 1445/2014, PL 4400/2012, PL 1543/2011 E PRC 108/2012, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S). PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas, que são de minha autoria: **PL 1445/2014**; **PL 7642/2014; PL 8140/2014; PL 5231/2013; PL 5542/2013; PL5695/2013; PL 6998/2013; PL 3128/2012; PL 3129/2012; PL 3814/2012; PL 4400/2012; PL 1019/2011; PL 1543/2011; PFC 160/2014; PFC 172/2014; PFC 122/2013** e **PRC 108/2012..**

Sala da Comissão, 4 de fevereiro de 2015. – Deputado **Mandetta,** Democratas-MS

REQUERIMENTO Nº 261, DE 2015
(DO SR. RONALDO BENEDET)

Requer o desarquivamento de proposições.

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 1755/2011, PL 2940/2011, PL 3895/2012, PL 3960/2012, PL 3961/2012, PL 3962/2012, PL 4578/2012, PL 6812/2013, PL 5971/2013, PL 6597/2013 E PL 6596/2013, . INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 3968/1997, PL 4050/2012, PL 6813/2013, PL 6316/2013, PL 6271/2013 E PL 6270/2013, PORQUANTO A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) NÃO FOI(RAM) ARQUIVADA(S). DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 1473/2011, PL 2939/2011, PL 2941/2011 E PLP 360/2013, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S).PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições abaixo relacionadas, de minha autoria: PL 1473/2011; PL 1755/2011; PL 2939/2011; PL 2940/2011; PL 2941/2011; PL 3895/2012; PL 3960/2012; PL 3961/2012; PL 3962/2012; PL 4050/2012; PL 4578/2012; PLP 360/2013; PL 6813/2013; PL 6812/2013; PL 6597/2013; PL 6596/2013; PL 6316/2013; PL 6271/2013; PL 6270/2013.

Sala das Sessões, de de 2015. – **Ronaldo Benedet,** Deputado Federal-PMDB/SC.

REQUERIMENTO Nº 264, DE 2015
(DO SR. RONALDO BENEDET)

Requer o desarquivamento do Projeto de Lei complementar nº 361/2013 do Deputado Ronaldo Benedet, e dá outras providências.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PLP 361/2013. Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 361/2013 de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, que altera o dispositivo na Lei Complementar nº80, de 12 de janeiro de 1994, e da outras providências.

Sala das Sessões, de de 2015. – **Ronaldo Benedet,** Deputado Federal-PMDB/SC.

REQUERIMENTO Nº 265, DE 2015
(DO SR. RONALDO BENEDET)

Requer o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 428/2014 do Deputado Ronaldo Benedet, e dá outras providências.

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO: PLP 428/2014, .PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 428/2014 do Deputado Ronaldo Benedet, que estabe-

lece regras para a definição e requisição de informações digitais por parte dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sala das Sessões, em de de 2015. – **Ronaldo Benedet,** Deputado Federal-PMDB/SC.

REQUERIMENTO Nº 276, DE 2015
(DO SR. EROS BIONDINI)

Requer o desarquivamento das proposições legislativas.
DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 1598/2011, PL 1685/2011 E PL 8003/2014. DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 1621/2011, PL 2756/2011 E PL 4316/2012, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S). PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições de minha autoria.

Sala de Sessões, de de 2015. – Deputado **Eros Biondini,** PTB/MG.

REQUERIMENTO Nº 277, DE 2015
(DO SR. LEONARDO QUINTÃO)

Requer desarquivamento de proposições.
DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 52/2007, PEC 86/2007, PL 5252/2009, PL 5462/2009, PL 5485/2009, PL 516/2011, PL 936/2011, PL 3649/2012, PL 1293/2011, PL 1902/2011, PL 4405/2012, PL 5383/2013, REQ 321/2014 CFT, PDC 1473/2014 E PDC 1507/2014. DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PRC 93/2011 E PL 2756/2011, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S).PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Brasília, de fevereiro de 2015.

Deputado **LEONARDO QUINTÃO**

REQUERIMENTO Nº 282, DE 2015
(DO SR. AROLDE DE OLIVEIRA)

Requeiro desarquivamento do Projeto de Lei 8116/2014
DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DO PL 8116/2014, HAJA VISTA A PROPOSIÇÃO JÁ SE ENCONTRAR DESARQUIVADA. PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, Parágrafo Único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento do Projeto de Lei 8116/2014 de minha autoria.

Sala das Sessões, em de de 2015. – Deputado **Arolde de Oliveira,** PSD/RJ.

REQUERIMENTO Nº 283, DE 2015
(DO SR. AROLDE DE OLIVEIRA)

Requeiro desarquivamento de todas as proposições de minha autoria
DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 1268/1995, PL 7129/2010, PL 4244/2012, PL 4296/2012, PL 4317/2012, PL 6457/2013, PL 2035/2011, PL 5237/2013, PDC 871/2013, PL 5204/2013 E PL 8215/2014. DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 1760/2011, PL 4497/2012, PL 5069/2013, PL 7384/2014, PL 7623/2014, PL 8116/2014

E PL 8220/2014, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S). PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, Parágrafo Único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Sala das Sessões, em de de 2015. – Deputado **Arolde de Oliveira,** PSD/RJ.

REQUERIMENTO Nº 284, DE 2015
(DO SR. JOÃO CAMPOS)

Requeiro o desarquivamento da PEC 230/2012, PEC 244/2008, PEC 412/2009, PEC 549/2006, PEC 187/2012 e PEC 167/2012 de minha co-autoria.

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 187/2012 E PEC 167/2012. INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO: PEC 549/2006, PORQUANTO A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) NÃO FOI(RAM) ARQUIVADA(S). DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 230/2012, PEC 244/2008 E PEC 412/2009, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S). PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 17, II, "d", e 105, parágrafo único, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o **DESARQUIVAMENTO** da PEC 230/2012, PEC 244/2008, PEC 412/2009, PEC 549/2006, PEC 187/2012 e PEC 167/2012 de minha co-autoria.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – Deputado **João Campos,** PSDB/GO.

REQUERIMENTO Nº 285, DE 2015
(DO SR. DIEGO ANDRADE)

Requer o desarquivamento de proposições

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 4193/2012, PL 7341/2014, PL 5671/2013, PL 8313/2014, PL 2393/2011, PL 3143/2012, PL 3967/2012, PL 4437/2012, PL 5291/2013, PL 5286/2013, PL 4842/2012, PL 1561/2011, PL 1926/2011, PL 2105/2011, PL 6857/2010, PL 2877/2011, PL 8312/2014, PEC 522/2010, PEC 257/2013, PL 5644/2013, PL 3646/2012, PL 4843/2012, PL 1769/2011, PL 2385/2011, PL 2971/2011, PL 6480/2009, PL 8292/2014, PL 4957/2013, PL 4783/2012, PL 6450/2013, PL 3161/2012, PL 4844/2012, PL 1715/2011, PLP 11/2011 E PLP 94/2011, . DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 6851/2013, PL 3290/2012, PL 1499/2011, PL 8102/2014, PL 7023/2013, PL 4073/2012, PL 4353/2012, PL 2758/2011 E PL 2104/2011, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S).PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento dos seguintes projetos de lei de minha autoria:

PL7341/2014 PL8102/2014 PL8292/2014
PL8313/2014 PEC257/2013 PL4957/2013
PL5291/2013 PL5644/2013 PL6450/2013
PL6851/2013 PL7023/2013 PL3161/2012
PL3290/2012 PL3646/2012 PL4353/2012
PL4842/2012 PL4843/2012 PL4844/2012
PL1499/2011 PL1769/2011 PL1715/2011
PL2105/2011 PL2385/2011 PL2758/2011
PL2877/2011 PL2971/2011 PLP94/2011
PL8312/2014 PL4073/2012 PL2104/2011

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2015. – Deputado **Diego Andrade,** PSD/MG.

REQUERIMENTO Nº 289, DE 2015
(DO SR. VANDER LOUBET)

Requer desarquivamento de proposições

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 519/2010, PEC 395/2005, PLP 130/2004, PL 1621/2003, PL 4782/2005, PL 1830/2003, PL 2537/2007, PL 2307/2007, PL 2535/2007, PL 2546/2007, PL 2604/2007, PL 2753/2008, PL 5853/2009, PL 6248/2013, PL 4553/2012, PL 6975/2013, PL 5075/2009, PL 6121/2009, PL 5872/2013, PL 5929/2013, PL 7018/2013, PL 7453/2014 E PL 7874/2014. INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DO PL 7315/2010, PORQUANTO A PROPOSIÇÃO NÃO FOI ARQUIVADA. DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PLP 249/2007, PL 5105/2005, PL 5962/2005, PL 6740/2010, PL 1474/2011 E PL 7652/2014, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S). PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 105 e seu parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas, que são de minha autoria:

PEC - 519/2010 (coautor); PEC - 395/2005;
PLP - 130/2004; PLP – 249/2007;
PL 1621/2003; PL 1830/2003; PL 5105/2005; PL 5962/2005;
PL 2537/2007; PL 2604/2007; PL 5075/2009; PL6121/2009;
PL 6740/2010; PL 7315/2010; PL 1474/2011; PL 5872/2013;
PL 5929/2013; PL 7453/2014; PL 7652/2014; PL 7874/2014.
Sala das Sessões, em de de 2015.
Deputado Vander Loubet (PT-MS)

REQUERIMENTO Nº 291, DE 2015

(DO SR. JAIR BOLSONARO)

Requer desarquivamento de proposições.

DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PDC 2767/2010, PDC 2826/2010, PDC 916/2013, PDC 1662/2014, PEC 584/2002, PEC 241/2004, PEC 245/2008, PEC 249/2008, PEC 352/2009, PEC 410/2009, PEC 464/2010, PL 4101/1989, PL 5089/1990, PL 5237/1990, PL 6038/1990, PL 287/1991, PL 386/1991, PL 420/1991, PL 728/1991, PL 737/1991, PL 742/1991, PL 895/1991, PL 1102/1991, PL 1126/1991, PL 1282/1991, PL 1309/1991, PL 1924/1991, PL 1941/1991, PL 2105/1991, PL 2641/1992, PL 2660/1992, PL 3128/1992, PL 3320/1992, PL 3340/1992, PL 3562/1993, PL 4024/1993, PL 756/1995, PL 3431/1997, PL 6608/2002, PL 1716/2003, PL 984/1991, PL 994/1991, PL 2003/1991, PL 2152/1991, PL 2534/1992, PL 2799/1992, PL 2878/1992, PL 2976/1992, PL 2977/1992, PL 3560/1993, PL 3606/1993, PL 6612/2002, PL 635/2007, PL 2136/1996, PL 2808/1997, PL 1596/2003, PL 6081/2005, PL 2925/1997, PL 7594/2014, PL 4562/1998, PL 622/1999, PL 1368/1999, PL 2318/2000, PL 2478/2000, PL 2051/1996, PL 2712/2000, PL 4785/2009, PL 2799/2000, PL 3662/2000, PL 4050/2001, PL 4067/2001, PL 7173/2002, PL 515/2003, PL 6161/2005, PL 6162/2005, PL 6906/2006, PL 3441/2008, PL 7269/2006, PL 106/2007, PL 425/2007, PL 1214/2007, PL 3781/2008, PL 757/2003, PL 2387/2003, PL 2766/2003, PL 6593/2006, PL 3159/2008, PL 2404/2003, PL 866/2007, PL 3095/2008, PL 3996/2008, PL 4414/2008, PL 4517/2008, PL 4954/2009, PL 4996/2009, PL 755/2007, PL 4927/2009, PL 5065/2009, PL 8006/2010, PL 8018/2010, PL 4450/2012, PL 5242/2013, PL 5398/2013, PL 6363/2013, PL 5720/2013, PL 6286/2013, PL 6996/2013, PL 7104/2014, PL 7105/2014, PL 7282/2014, PL 8126/2014, PL 7422/2014, PL 7483/2014, PL 8246/2014, PLP 354/2006, PRC 60/2003, PRC 61/2003, REQ 10951/2014 => PEC 443/2009 E REQ 291/2015 => PEC 301/1996, . INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 5272/2005, PL 367/2011, PL 5490/2013, PL 6055/2013, PL 7421/2014, PL 7641/2014, PL 7473/2014 E PL 8176/2014, PORQUANTO A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) NÃO FOI(RAM) ARQUIVADA(S); INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO: PL 5982/2009, POR NÃO SE TRATAR(EM) DE MATÉRIA(S) SUJEITA(S) AO ARQUIVAMENTO PREVISTO NO ARTIGO 105 DO RICD. DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 301/1996, PL 2228/1996, PL 2300/1996, PL 3177/2000, PL 8220/2014, PL 2426/2007, PL 6277/2013 E PRC 156/2009, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S).PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, na condição de Autor, o desarquivamento das seguintes proposições:

TIPO	NÚMERO / ANO
PDC	2767/2010 – 916/2013 – 1662/2014
PEC	301/1996 – 584/2002 – 249/2008 – 352/2009 e 410/2009
PL	895/1991 – 2136/1996 – 2228/1996 – 2300/1996 – 2808/1997 –2925/1997 – 4562/1998 – 2478/2000 – 2712/2000 – 2799/2000 – 3177/2000 – 3662/2000 – 4050/2001 – 7173/2002 – 515/2003 – 5272/2005 – 6161/2005 – 6162/2005 – 6906/2006 – 7269/2006 – 106/2007 – 425/2007 – 1214/2007 – 2426/2007 – 3781/2008 – 4517/2008 – 4927/2009 – 5065/2009 – 5982/2009 – 8006/2010 – 8018/2010 – 367/2011 – 4450/2012 – 5242/2013 – 5398/2013 – 5490/2013 – 5720/2013 – 6055/2013 – 6277/2013 – 6996/2013 – 7104/2014 – 7105/2014 – 7282/2014 – 7421/2014 – 7422/2014 – 7473/2014 – 7483/2014 – 7641/2014 – 8176/2014 – 8220/2014 – 8246/2014
PLP	354/2006
PRC	60/2003 – 156/2009
REQ	10951/2014 => PEC 443/2009

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2015. – **Jair Bolsonaro,** Deputado Federal – PP/RJ.

REQUERIMENTO Nº 293, DE 2015
(DO SR. LUIZ CARLOS HAULY)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 4859/2001, PFC 79/2005, PFC 112/2005 E PFC 105/2009, . DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO: PL 6945/2010, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S). PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,
Nos termos de art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições abaixo relacionadas, de minha autoria:
PL nº 4859, de 2001;
PL nº 6945, de 2010;
PFC nº 79, de 2005;
PFC 112, de 2005;
PFC nº 105, de 2009.
Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2015. – Deputado **Luiz Carlos Hauly,** PSDB-PR.

REQUERIMENTO Nº 295, DE 2015
(DA SRª. KEIKO OTA)

Requer o desarquivamento de proposições
DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 229/2012, PL 4613/2012, PL 3892/2012, PL 5132/2013, PL 6128/2013, PL 6315/2013, PL 7742/2014, PL 8022/2014, PL 8023/2014, PL 8146/2014, PRC 76/2011 E PRC 261/2014. DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 228/2012, PL 5568/2013, PL 6248/2013, PL 6923/2013 E PL 6925/2013, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S). PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento das seguintes proposições:
PEC 228/2012

PEC 229/2012
PL nº 4613/2012
PL nº 5132/2013
PL nº 5568/2013
PL nº 6128/2013
PL nº 6248/2013
PL nº 6315/2013
PL nº 6923/2013
PL nº 6925/2013
PL nº 7742/2014
PL nº 8022/2014
PL nº 8023/2014
PL nº 8146/2014
PRC nº 261/2014
Sala das sessões, 4 de fevereiro de 2015. – Deputada **Keiko Ota,** PSB/SP.

REQUERIMENTO Nº 296, DE 2015
(DO SR. IVAN VALENTE)

Requer o desarquivamento das proposições que menciona
DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 4403/2001, PL 4707/2001, PEC 469/2001, PEC 223/2003, PEC 410/2014, PL 3156/2004, PL 3364/2004, PEC 267/2004, PEC 67/2011, PL 1557/2007, PL 2396/2007, PL 2479/2007, PL 2491/2007, PL 1952/2003, PL 3441/2004, PL 3931/2004, PL 6832/2006, PL 6847/2006, PL 3090/2008, PL 3518/2012, PL 6977/2006, PL 251/2007, PL 812/2011, PL 3436/2008, REC 203/2008 => PL 4707/2001, REC 211/2008 => PL 2396/2007, PRC 13/2003, PRC 159/2009, PL 6266/2009, PL 4026/2004, PL 6667/2009, SIT 52/2010, PDC 11/2011, REC 137/2012, PL 4549/2008, PL 2897/2011, PL 4021/2012, PL 5663/2013, PL 6432/2013, RIC 4046/2014, RIC 4198/2014 E RIC 4279/2014, . INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO: PEC 314/2004, PORQUANTO A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) NÃO FOI(RAM) ARQUIVADA(S). DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 553/1997, PL 2138/2003, PL 3729/2004, PL 6988/2006, PL 2279/2007, PL 3024/2008, PLP 277/2008, PL 3107/2008, PL 4914/2009, PL 5353/2009, PL 6187/2009, PL 6190/2009, PL 6191/2009, PL 6192/2009, PLP 548/2009, PRC 53/2011, PL 3388/2012, PDC 829/2013, PDC 1289/2013, PDC 1409/2013, PDC 1441/2014, PL 7314/2014 E PL 8048/2014, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S).PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.
Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2015.
Ivan Valente
Deputado Federal PSOL/SP

REQUERIMENTO Nº 298, DE 2015

(do Sr. **Bruno Araújo)**

Requer desarquivamento de Proposições nos termos do art. 17, II, ''d'' combinado com art. 105 do RICD.
DESPACHO: NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 105 DO RICD, DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PEC 448/2009, PRC 79/2007, PRC 89/2007, PRC 126/2008, PDC 135/2007 E PL 2691/2007, . INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO: PL 1874/2007, PORQUANTO A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) NÃO FOI(RAM) ARQUIVADA(S); INDEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO: PL 4681/2012, EM VIRTUDE DE A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) TER(EM) SIDO ARQUIVADA(S) DEFINITIVAMENTE. DECLARO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PL 6995/2013, PL 3846/2012, PLP

56/2011, PEC 155/2007 E PL 1373/2007, HAJA VISTA A(S) PROPOSIÇÃO(ÕES) JÁ SE ENCONTRAR(EM) DESARQUIVADA(S).PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 17, II, 'd' combinado com art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento das proposições de minha autoria, conforme seguem abaixo:

PL 6995/2013	**Ementa:** Altera o art. 103 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.
PL 4681/2012	**Ementa:** Dispõe sobre a destinação de recursos das participações governamentais do Ministério da Educação.
PL 3846/2012	**Ementa:** Estabelece regras para a recuperação das áreas de preservação permanente (APPs).
PLP 56/2011	**Ementa:** Obriga o agente da tentativa ou consumação de crime doloso a ressarcir o SUS pela despesa do atendimento à vítima do crime praticado.
PEC 448/2009	**Ementa:** Acrescenta o art. 200-A à Constituição Federal **Explicação da Ementa:** Obriga o agente da tentativa ou consumação de crime doloso a ressarcir o SUS pela despesa do atendimento à vítima do crime praticado.
PRC 126/2008	**Ementa:** Altera os arts. 11 e 13 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, dispondo sobre a representação da Minoria e sua Liderança.
PDC 135/2007	**Ementa:** Susta os efeitos da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que "dispõe sobre o Coeficiente de Adequação de Preços CAP, sua aplicação, e altera a Resolução CMED nº 2, de 5 de março de 2004.
PEC 155/2007	**Ementa**: Dá nova redação ao § 5º e acrescenta o § 5º-A ao art. 14 da Constituição Federal, vedando nova candidatura, para o mesmo cargo, ao Presidente da República, após o cumprimento de dois mandatos.
PL 2691/2007	**Ementa**: Dispõe sobre o parcelamento, isenção de multas e renegociação de débitos da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS de responsabilidade das sociedades de advogados regularmente inscritas e dá outras providências.

PL 1874/2007	**Ementa:** Revoga o parágrafo único do art. 67 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Explicação da Ementa** Revoga dispositivo que prevê, para o servidor público, a modalidade culposa em crime de concessão de licenciamento ambiental em desacordo com as normas ambientais.
PL 1372/2007	**Ementa:** Altera o art. 43, caput, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a ampla informação ao consumidor em razão de recusa de seu acesso a crédito.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2015. – Deputado **Bruno Araújo.**

REQUERIMENTO Nº 299, DE 2015
(Do Sr. Mauro Mariani)

Requer o desarquivamento dos Projetos de Lei nº 4.583/2009; 7.768/2010; 899/2011; 1.493/2011 e Projetos de Lei Complementar nº 256/2013 e 257/2013 nos termos do art. 105, § único do RICD
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 7768/2010, PL 1493/2011 e PL 6159/2013. INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 4583/2009, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 899/2011, PLP 256/2013 e PLP 257/2013, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:
Requeiro nos termos do art. 105, § único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que os **Projetos de Lei nº 4.583/2009; 7.768/2010; 899/2011; 1.493/2011 e Projetos de Lei Complementar nº 256/2013 e 257/2013** sejam desarquivados nos termos do artigo supracitado.
Sala das Sessões, em 5 de fevereiro de 2015. – Deputado **Mauro Mariani**.

REQUERIMENTO Nº 300, DE 2015
(Do Sr. Júlio Cesar)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 244/2013, PEC 545/2006, PEC 61/2007, PEC 220/2012, PEC 253/2013, PEC 245/2013, PL 6873/2013, PL 7103/2010, PL 7537/2014, PL 8226/2014, PLP 106/2000, PLP 286/2008, PLP 84/2011 e PLP 358/2013, .Publique-se.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições abaixo relacionadas, de minha autoria:

PEC Nº 244/2013
PEC Nº 253/2013
PL Nº 6.873/2013
PL Nº 8.226/2014
PLP Nº 358/2013
Sala das Sessões, em 5 de fevereiro de 2015. – Deputado **Júlio César.**

REQUERIMENTO Nº 301, DE 2015
(Do Sr. Sandes Júnior)

Requer o desarquivamento de proposiçoes.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 6433/2013, PL 8120/2014, PL 8257/2014, PL 5555/2013, PL 5822/2013, PL 6630/2013, PL 6713/2013, PL 6831/2013, PL 7377/2014 e PL 3047/2008. INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 2357/2003, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 310/2011, PEC 279/2013, PL 3034/2008 e PL 236/2011, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do artigo 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições abaixo, todas de minha autoria.

PL Nº 310/2011
PEC Nº 279/2013
PL Nº 8.120/2014
PL Nº 6.831/2013

PL Nº 3047/2008
PL Nº 236/2011
PL Nº 2.357/2003.

Sala de Sessões , 05 de fevereiro de 2.015. – Deputado **Sandes Júnior**, Deputado Federal, PP/GO.

REQUERIMENTO Nº 302, DE 2015
(Do Sr. Andre Moura)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 695/2011, PL 786/2011, PL 633/2007, PL 310/2011, PL 795/2011, PL 1907/2011, PL 2997/2011, PL 2210/2011, PL 3784/2012, PL 2750/2011, PL 2774/2011, PL 2794/2011, PL 2959/2011, PL 2960/2011, PL 3505/2012, PL 5456/2013, REC 126/2012 => REQ 4427/2012 => PL 2960/2011, PL 3982/2012, PL 5616/2013, PL 6373/2013, PL 6451/2013, PL 6452/2013, PL 6497/2013, PL 7045/2014, PL 7017/2013 e PL 7994/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 631/2011, PL 1205/2011, PEC 57/2011, PEC 76/2011, PL 2536/2011, PL 4853/2012, PDC 494/2011, PL 3172/2012, PL 3173/2012, PL 3462/2012, PL 4573/2012, PL 4952/2013, PL 5069/2013, PL 5671/2013, PDC 1286/2013, PEC 365/2013, PLP 398/2014, PDC 1490/2014 e PL 8073/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:
Requeiro a V.Exa, nos termos do § único, constante do art. 105 do Regimento Interno, **o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.**
Sala das Sessões, em de de 2015. – Deputado **André Moura,** Líder do PSC.

REQUERIMENTO Nº 304, DE 2015
(Do Sr. Carlos Zarattini)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1202/2007, PL 1375/2007, PL 50/2007, PL 2858/2008, PL 5222/2009, PL 4431/2008, PL 5638/2009, PL 5446/2009, PL 6279/2009, PL 6856/2010, PL 7405/2010, PL 7406/2010, PDC 2825/2010, PL 4881/2012, PL 7294/2014, PEC 179/2007, PEC 307/2013, PEC 119/2011 e PEC 347/2013, . DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2872/2008, PEC 314/2008, PL 6857/2010, PL 7362/2010 e PDC 2826/2010, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.
Brasília, em 4 de fevereiro de 2015. – Deputado **Carlos Zarattini,** PT/SP.

REQUERIMENTO Nº 305, DE 2015
(Do Sr. Silvio Costa)

Solicita desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PDC 1408/2013 e PL 1463/2011, . INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PLP 14/2011, porque foi retirado pelo Autor. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 2263/2011, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente,
Com fulcro no art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho respeitosamente requerer à Vossa Excelência o desarquivamento das seguintes proposições:

PDC Nº 1408/13 – Susta a aplicação da NR-12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, do Ministério do Trabalho e Emprego MTE.;
PL Nº 1.463/11 – Institui o Código do Trabalho. Garante direitos mínimos aos trabalhadores, tornando a composição entres as partes como reguladora das relações laborais.;
PLP Nº 14/11 – Dá nova redação à alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), alterada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.
PL Nº 2.263/11 – Altera o art. 253 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que trata dos serviços frigoríficos e dá outras providências.

Sala das Comissões, 11 de março de 2015. – **Silvio Costa,** Deputado Federal – PSC/PE.

REQUERIMENTO Nº 306, DE 2015
(Do Sr. Efraim Filho)

Desarquivamento de Proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 490/2010, PL 5559/2009, PL 5724/2009, PL 7047/2010, PL 307/2011, PL 1004/2011, PL 2452/2011, PL 3024/2011, PL 4977/2013 e PLP 17/2011. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 4129/2012, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do Art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exª o desarquivamento dos projetos de lei, a seguir relacionados, que são de minha autoria.

PEC Nº 490/2010
PL Nº 5724/2009
PL Nº 7047/2010
PL Nº 1004/2011
PL Nº 2452/2011
PL Nº 4129/2012
PLP Nº 17/2011

Sala de Sessões, em 5 de fevereiro de 2015. – **Efraim Filho,** Deputado Federal, DEMOCRATAS- PB.

REQUERIMENTO Nº 307, DE 2015
(Do Sr. Paulo Freire)

Requer o desarquivamento do PL Nº 4.491/2012.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 4491/2012, .Publique-se.

Sr. Presidente,
Requeiro a Vossa Excelência, na forma do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do PL 4491/2012, de minha autoria, que denomina "Viaduto Vereador Ângelo Baccin" o viaduto construído no km 489 da Rodovia Regis Bittencourt, no Município de Cajati - SP.; e que tramitou nesta Casa na legislatura anterior.
Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – **Paulo Freire,** Deputado Federal – PR/SP.

REQUERIMENTO Nº 308, DE 2015
(Do Sr. Paulo Freire)

Requer o desarquivamento do PL Nº 4.490/2012.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 4490/2012. Publique-se.

Sr. Presidente,
Requeiro a Vossa Excelência, na forma do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do PL 4490/2012, de minha autoria, que Denomina "Viaduto Astésia de Moraes Batista" o via-

duto construído no km 488 da Rodovia Rodovia Regis Bittencourt, no Município de Cajati - SP; e que tramitou nesta Casa na legislatura anterior.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – **Paulo Freire,** Deputado Federal – PR/SP.

REQUERIMENTO Nº 309, DE 2015

(Do Sr. Paulo Freire)

Requer o desarquivamento do PL Nº 2.229/2011.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 2229/2011, .Publique-se.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do PL 2.229/2011, de minha autoria, que confere ao Município de Marília, no Estado de São Paulo, o título de "Capital Nacional do Alimento".; e que tramitou nesta Casa na legislatura anterior.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – **Paulo Freire,** Deputado Federal – PR/SP.

REQUERIMENTO Nº 310, DE 2015

(Do Sr. Pedro Chaves)

Requer o desarquivamento de proposição.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 8223/2014. Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento do **Projeto de Lei nº 8223**, de 2014, de minha autoria, que denomina "Rodovia Abadio Pereira Cardoso", o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e GO-174, no Estado de Goiás.

Sala das Sessões, 5 de Fevereiro de 2015. – **Pedro Chaves,** Deputado Federal.

REQUERIMENTO Nº 311, DE 2015

(Da Srª. Jô Moraes)

Requer o desarquivamento de Proposição.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PRC 265/2014, .Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento da proposição PRC 265/2014 de minha autoria.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2015. – **Jô Moraes,** Deputada Federal PCdoB/MG.

REQUERIMENTO Nº 312, DE 2015

(Da Srª. Maria do Rosário)

Requer o desarquivamento do Projeto de Lei 7447/2010 que "estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais."

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 7447/2010. Publique-se.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o **desarquivamento** do Projeto de Lei 7447/2010 que *"estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais."*

Brasília, 5 de fevereiro de 2015. – **Maria do Rosário Nunes,** Deputada PT/RS.

REQUERIMENTO Nº 313, DE 2015
(Da Srª. Maria do Rosário)

Requer o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar 1171/2011.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 1171/2011, visto que o Requerente não é o Autor da(s) proposição(ões).Publique-se.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar 1171/2011 que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre a obrigatoriedade de utilização de novos equipamentos de proteção para motociclistas..."

Brasília, 1 de fevereiro de 2015. – **Maria do Rosário Nunes,** Deputada PT/RS.

REQUERIMENTO Nº 315, DE 2015
(Do Sr. Félix Mendonça Júnior)

Requerimento de desarquivamento de todas as proposições de autoria e coautoria do Dep. Félix Mendonça Júnior.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1562/2011, PL 2050/2011, PEC 170/1999, PEC 195/2000, PEC 196/2000, PEC 202/2000, PEC 262/2000, PEC 267/2000, PEC 294/2000, PEC 476/2001, PEC 485/2002, PEC 519/2006, PEC 587/2006, PEC 280/2008, PEC 153/2012, PEC 105/2007, PEC 223/2008, PEC 258/2013, PL 3616/2012, PL 3759/2012, PEC 205/2012, PLP 206/2012, PL 4809/2012, PL 6384/2013, PL 5015/2013, PL 5016/2013, PL 5017/2013, PEC 251/2013, PL 987/2011, PL 1358/2011, PL 5219/2013, PL 6096/2013, PL 6155/2013, PL 6932/2010, PL 7910/2010, PL 2582/2011, PL 5220/2013, PL 107/2011, PL 2722/2011, PL 5222/2013, PL 7358/2014, PL 1530/2011, PL 1536/2011, PL 1600/2011, PL 1898/2011, PL 5325/2013, PRC 186/2013, PRC 222/2013, PRC 187/2013, PEC 537/2006, PEC 584/2006, PEC 266/2013, PL 5962/2013, PL 3091/2012, PL 3100/2012, PL 5944/2013, PL 6988/2013, RIC 4291/2014, PL 7955/2014, PL 7958/2014, PL 6601/2009, PL 7361/2010, PL 7960/2014 e PLP 424/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1561/2011, PL 3910/2012, PL 3924/2012, PL 4656/2012, PL 5014/2013, PL 5221/2013, PEC 256/2013, PEC 324/2013, PL 7042/2014 e PLP 446/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Conforme prescrito no art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina o arquivamento automático das proposições ao término da 54ª Legislatura, **requeiro o desarquivamento de todos as proposições de minha autoria e coautoria de acordo com a listagem formulada pelo CEDI, anexa.**

Brasília, 5 de fevereiro de 2015. – **Félix Mendonça Júnior,** Deputado Federal.

REQUERIMENTO Nº 317, DE 2015
(Da Srª. Alice Portugal)

Requer o desarquivamento das proposições legislativas que especifica.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 3650/2012, PL 3755/2012, PL 372/2011, PL 6979/2010, PL 7523/2010, PL 4770/2009, PL 5193/2009, PL 5684/2009, PL 6104/2009, PL 6315/2009, PL 6343/2009, PLP 279/2008, PL 1005/2007, PL 1006/2007, PL 1007/2007, PL 1350/2007, PL 1743/2007, PL 253/2007, PL 540/2007, PL 738/2007 e PL 921/2007, visto que o Requerente não é o Autor da(s) proposição(ões). Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das Proposições Legislativas abaixo relacionadas, todas elas de autoria da Ilustre deputada Manoela D'Ávila.

PL-5114/2013,

PL-3650/2012.
PL-3755/2012,
PL-372/2011,
PL-6979/2010,
PL-7523/2010,
PL-4770 /2009,
PL-5684/2009,
PL-6104/2009,
PL-6315/2009,
PL-6315/2009,
PL-6343/2009,
PLP-279/2008,
PL-1005/2007,
PL-1006/2007,
PL-1007/2007,
PL-1350/2007,
PL-1743/2007,
PL-253/2007,
PL-540/2007,
PL-738/2007,
PL-921/2007.

Sala das sessões, em de de 2015. – **Alice Portugal,** Deputada Federal.

REQUERIMENTO Nº 318, DE 2015
(Do Sr. Paulo Freire)

Requer o desarquivamento do PL 7047/2014.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 7047/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do PL 7.047/2014, de minha autoria, que Cria o Programa Família Acolhedora na Família Extensa, conforme art. 227 da Constituição Federal e arts. 4º, 25 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando propiciar o acolhimento de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial; e que tramitou nesta Casa na legislatura anterior.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – **Paulo Freire**, Deputado Federal – PR/SP.

REQUERIMENTO Nº 319, DE 2015
(Do Sr. Celso Maldaner)

Desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2441/2007, PL 2751/2008, PL 2995/2008, PL 359/1999, PL 4498/2008, PLP 521/2009, PL 1321/2003, PL 2937/2004, PL 3028/2008, PL 6794/2010, PL 6283/2009, PL 453/2011, PL 6903/2010, PL 6904/2010, PL 7766/2010, PRC 235/2010, PL 3564/2012, PL 5736/2013, PL 7038/2014 e PL 7039/2014. INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 5668/2009, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 161/2007, PL 2353/2011, PL 3586/2012 e PL 3988/2012, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente,
Requeiro o desarquivamento de todas as minhas proposições em tramitação nesta casa.
Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2015. – **Celso Maldaner,** Deputado Federal – PMDB/SC.

REQUERIMENTO Nº 320, DE 2015
(Do Sr. Josué Bengtson)

Requer o desarquivamento das proposições que menciona.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 4264/2001, PL 5196/2001, PL 5208/2001, PL 5275/2001, PL 7299/2002, PL 5049/2009, PL 2293/2011 e PL 6175/2013, . DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 4158/2001, PL 4159/2001 e PL 5507/2005, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento das seguintes proposições:

PL N.º 4158/2001
PL N.º 4159/2001
PL N.º 5275/2001
PL Nº 5507/2005

Brasília, em 4 de fevereiro de 2015. – Deputado **Josué Bengtson**, PTB/PA.

REQUERIMENTO Nº 321, DE 2015
(Do Sr. Jorginho Mello)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 7012/2010, PL 1412/2011, PL 5950/2013, PL 6214/2009, PL 2574/2011, PL 4076/2012, PL 4584/2012, PL 6971/2013, PL 7630/2014, PLP 420/2014, PLP 449/2014, PEC 302/2013, PL 2648/2011, PL 3893/2012, PL 4452/2012, PL 4583/2012, PL 4926/2013, PL 5413/2013, PL 7555/2014, PL 7631/2014, PL 7871/2014, PL 5086/2013, PL 6340/2013, PL 7507/2014, PL 7629/2014 e PRC 142/2012. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PDC 1614/2014, PL 5320/2013, PL 7554/2014, PL 7779/2014, PEC 423/2014, PL 3784/2012, PL 7130/2014, PRC 37/2011, PL 7645/2014 e PLP 448/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer a V. Exª o desarquivamento das seguintes proposições de minha autoria:

PDC 1614/2014	PEC 302/2013	PEC 423/2014
PL 1412/2011	PL 2648/2011	PL 3784/2012
PL 4076/2012	PL 4452/2012	PL 4583/2012
PL 4584/2012	PL 4926/2013	PL 5086/2013
PL 5320/2013	PL 5413/2013	PL 6340/2013
6971/2013	PL 7130/2014	PL 7507/2014
PL 7554/2014	PL 7555/2014	PL 7629/2014
PL 7630/2014	PL 7631/2014	PL 7645/2014
PL 7779/2014	PL 7871/2014	PLP 448/2014
PLP 449/2014	PRC 37/2011	PRC142/2012

Agradeço a atenção dispensada e aproveito para renovar protestos de estima e consideração.
Jorginho Mello, Deputado Federal, Presidente do PR/SC.

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2015
(Do Sr. Afonso Florence)

Requer desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PLP 72/1999, PLP 91/1999, PLP 118/2000, PLP 145/2000, PLP 159/2000 e PLP 388/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 3813/2012, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Secretário,

Com meus cordiais cumprimentos, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento do PL 3813/2012 e o PLP 388/2014 de minha autoria.

Brasília, de 2015. – **Afonso Florence, Deputado Federal – PT/BA.**

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2015
(Do Sr. José Rocha)

Requerimento de desarquivamento de proposições
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 7560/2014. INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 4397/2008, visto que o Requerente não é o Autor da(s) proposição(ões). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 5025/2009 e PL 4129/2012, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).
Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria e do PL 4397/2008 de autoria do Deputado Magela (PT/DF).

Brasília, em 05 de fevereiro de 2015. – Deputado **José Rocha,** PR/BA.

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2015
(Da Srª. Flávia Morais)

Desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 8295/2014, PL 8248/2014, PL 6954/2010, PL 8247/2014, PL 1751/2011, PL 5838/2013, PL 7711/2014, PL 8151/2014, PL 7589/2014, PL 7559/2014, PL 7558/2014, PL 5908/2013, PL 7521/2014, PL 7632/2014, PL 1587/2011, PL 7468/2014, PL 5510/2013, PL 6478/2013, PEC 265/2008, PEC 398/2014, PL 982/2011, PL 5801/2013, PL 6186/2013, PL 6403/2013, PL 6260/2013, PL 6204/2013, PL 5547/2013, PL 5438/2013, PL 6169/2013, PL 5343/2013, PL 4574/2012, PL 4738/2012, PL 5135/2013, PL 7664/2010, PL 2599/2011, PL 3480/2012, PL 5287/2013, PL 7193/2014, PL 2942/2011, PL 1699/2011, PL 1485/2011, PL 1277/2011 e PL 751/2011. INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PLP 147/2012, PL 8149/2014, PL 7217/2014, PL 6316/2013, PL 4987/2013, PL 3390/2012 e PL 1486/2011, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s); INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 7438/2014 e PL 5302/2013, porque foi retirado pelo Autor; INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 5136/2013, PL 4741/2012, PL 3589/2012, PL 3125/2012, PL 2761/2011, PL 1276/2011 e PL 427/2011, em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PRC 210/2013, PL 1629/2011, PL 8150/2014, PL 6404/2013, PL 5207/2013, PL 5206/2013, PL 4129/2012, PL 2576/2011 e PL 723/2011, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados Federal, requeiro o desarquivamento das proposições relacionados, todas de minha autoria:

PRC 210/2013	PL 6404/2013	PL 3589/2012
PLP 147/2012	PL 6403/2013	PL 3480/2012
PL 8295/2014	PL 6316/2013	PL 3390/2012
PL 8248/2014	PL 6260/2013	PL 3125/2012
PL 8247/2014	PL 6204/2013	PL 2942/2011
PL 8151/2014	PL 5547/2013	PL 2761/2011
PL 8150/2014	PL 5438/2013	PL 2576/2011
PL 8149/2014	PL 5343/2013	PL 1699/2011
PL 7589/2014	PL 5302/2013	PL 1629/2011
PL 7559/2014	PL 5207/2013	PL 1486/2011
PL 7558/2014	PL 5206/2013	PL 1485/2011
PL 7521/2014	PL 5136/2013	PL 1277/2011
PL 7468/2014	PL 5135/2013	PL 1276/2011
PL 7438/2014	PL 4987/2013	PL 751/2011
PL 7217/2014	PL 4741/2012	PL 723/2011
PL 6478/2013	PL 4129/2012	PL 427/2011
PEC 398/2014		

Flávia Morais, Deputada Federal – PDT/GO.

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2015
(Do Sr. Paulo Pimenta)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 66/2003, PEC 392/2005, PEC 381/2005, PEC 137/2007, PL 5329/2005, PL 1956/2007, PL 5218/2009, PL 1113/2011, PL 1196/2011, PL 2265/2011, PL 2485/2011, PL 3513/2012, PL 7467/2014, PL 5159/2009, PL 6412/2009, PL 5079/2013, PL 7535/2010, PL 6259/2005, PL 7403/2010, PL 7402/2010, PL 7400/2010, PL 756/2011, PL 4690/2012, PL 2596/2011, PL 4290/2012, PL 3905/2012, PL 7598/2014 e PL 7712/2014. INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 386/2009, PEC 499/2010, PL 685/2003, PL 2875/2004, PL 4159/2004, PL 1071/2011, PL 1963/2007, PL 1798/2007, PL 457/2007, PL 4863/2009, PL 4805/2009, PL 7548/2010, PL 7592/2010, PL 7399/2010, PL 703/2011, PL 4865/2012 e PL 4343/2012, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s); INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 5744/2009, PL 5379/2009, PL 4991/2009 e PL 4945/2009, em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente; INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 3801/2004 e PL 7412/2010, por não se tratar(em) de matéria(s) sujeita(s) ao arquivamento previsto no artigo 105 do RICD. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2312/2000, PL 697/2003, PL 3345/2004, PL 6591/2006, PL 6590/2006, PL 752/2007, PL 474/2007, PL 7707/2010, PL 4866/2012, PL 4291/2012, PL 4199/2012, PL 4169/2012 e PL 7711/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas, que são de minha autoria:

PEC-392/2005 Dá nova redação ao inciso IV do art. 3º e ao inciso XXX do art. 7º da Constituição Federal.
PEC-381/2005 Dá nova redação ao art. 150, VI, d, da Constituição Federal.
PEC-137/2007 Dá nova redação ao § 19 do art. 40 da Constituição Federal, para estender o direito a abono de permanência em atividade aos servidores portadores de deficiência ou que exerçam atividades de risco.
PEC-386/2009 Altera dispositivos da Constituição Federal para estabelecer a necessidade de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão de jornalista.
PEC-499/2010 Altera o inciso IV e acrescenta o § 10º ao art. 144 da Constituição Federal. Explicação: Inclui a Perícia Oficial Criminal como um órgão da Segurança Pública.

PL-697/2003 Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de parcela das taxas e mensalidades do ensino superior.
PL-685/2003 Altera a redação dos arts. 126 e 243 que tratam respectivamente da baixa de registro de veículos e das obrigações das empresas seguradoras nas ocorrências de perda total, na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
PL-4159/2004 Modifica a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que "dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária", para estendê-la aos Técnicos Industriais.
PL-2875/2004 Modifica a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que "dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária", para estendê-la aos Técnicos Agrícolas.
PL-3801/2004 Institui o "Dia Nacional do Vinho", a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho. Explicação: A ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho.
PL 3345/2004 Estabelece incentivos à contratação de empregados com mais de 40 anos de idade.
PL-5329/2005 Altera dispositivos processuais penais sobre oitiva da vítima, em caso de crimes cometidos contra criança ou adolescente.
PL-6591/2006 Altera a redação do inciso II, do § 2º, do artigo 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e do parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.
PL-6590/2006 Modifica a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, proibindo a cobrança de assinatura por pontos adicionais instalados no domicílio do assinante de serviço de TV a cabo.
PL-1963/2007 Acrescentam-se dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.
PL-1956/2007 Acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para regulamentar os serviços de atendimento presencial ou à distância oferecidos ao consumidor.
PL-1798/2007 Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de escritórios regionais das concessionárias de serviços públicos.
PL-752/2007 Modifica o artigo 46 da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências
PL-474/2007 Dá aos serviços de assistência judiciária das Universidades os mesmos benefícios da Assistência Judiciária dos Estados.
PL-457/2007 Determina a instalação de sistemas de rastreamento de sinais eletromagnéticos em penitenciárias e dá outras providências.
PL-5744/2009 Obriga a construção e manutenção de estações de apoio ao usuário, no âmbito das concessões rodoviárias federais. Explicação: Altera a Lei nº 10.233, de 2001.
PL-5379/2009 Acrescenta o § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para vedar a criação e manutenção de banco de dados e cadastro relativos a informações pertinentes à prestação de serviços educacionais.
PL-5218/2009 Dispõe sobre a reserva de percentual de cargos e empregos, na Administração Pública Federal, a serem providos por pessoas portadoras de deficiência, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição.
PL-5159/2009 Altera a Lei nº 10.951 de 22 de setembro de 2004, que reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército.
PL-4991/2009 Determina que a oferta e apresentação de produtos que compõem a Cesta Básica Nacional venham com a informação do preço por unidade de medida nas etiquetas.
PL-4945/2009 Adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.
PL-4863/2009 Autoriza o Poder Executivo a instituir o adicional por atividade de risco para os vigilantes de Instituições Federais de Ensino Superior, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS, Escolas Técnicas Federais – ETFs, Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e de Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica.
PL-4805/2009 Acrescenta o art. 13-A e altera o art. 14 da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para permitir subscrição de projetos de lei de iniciativa popular por meio de assinaturas eletrônicas.
PL-6412/2009 Determina a oferta de canais avulsos no serviço de televisão por assinatura.

PL-7707/2010 Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais criados pela União, pelo Distrito Federal e pelos Estados para conciliação, processo, julgamento e execução nas causas de sua competência.
PL-7592/2010 Estabelece o Estatuto da Segurança Privada, normas para o exercício das atividades, constituição e funcionamento das empresas privadas que exploram os serviços de segurança, planos de segurança de estabelecimentos financeiros, e dá outras providências.
PL-7548/2010 Altera dispositivos da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros.
PL-7535/2010 Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, concedendo ao órgão fundiário federal preferência na aquisição de imóvel rural penhorado.
PL-7412/2010 Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral, e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação, e dá outras providências.
PL-7403/2010 Dispõe sobre a isonomia salarial, benefícios e vantagens dos empregados das empresas estatais, federais, admitidos a partir das Resoluções nº 10, de 30 de maio de 1995, e nº 9, de 8 de outubro de 1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Estatais – CCE/DEST.
PL-7402/2010 Denomina REITOR GILBERTO AQUINO BENETTI, o trecho da BR-287, entre o entroncamento com a RS-287 e entroncamento BR-158, faixa Nova de Camobi, em Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul.
PL-7400/2010 Altera a Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, dispondo sobre a vistoria de rodovias federais.
PL-7399/2010 Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Vigilante.
PL-1071/2011 Torna hediondo o homicídio de policiais e de agentes penitenciários.
PL-756/2011 Dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público.
PL-703/2011 Modifica a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, estendendo as restrições da publicidade de bebidas alcoólicas a cervejas e assemelhados.
PL-4866/2012 Determina que sejam divulgados os valores gastos com publicidade pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal.
PL-4865/2012 Estabelece a obrigatoriedade da publicação, em todo material de divulgação, do valor total de recursos públicos recebidos e do percentual representado por tais recursos, no custo total das propagandas Governamentais, Institucionais e de eventos culturais financiados por recursos públicos.
PL-4343/2012 Desonera os materiais escolares que especifica do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
PL-4291/2012 Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para regular as informações relativas a tarifas bancárias.
PL-4290/2012 Concede isenção e redução de alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP sobre as receitas de vendas de ovinos e derivados, classificados nos códigos 0104.10, 0504.00.12, 41.02, 41.05, 4112.00.00, 4302.19.10, todos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL.
PL-4199/2012 Desonera as operações com bicicletas, suas partes, peças e acessórios, do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
PL-4169/2012 Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, isentando do pagamento das tarifas de pedágio, os usuários da rodovia residentes e trabalhadores dos municípios em que se encontram as praças de cobrança de pedágio.
PL-3905/2012 Denomina o trecho da BR 158, entre a cidade de Santa Maria e a cidade de Rosário do Sul, como "Rodovia Dr. Mário Ortiz de Vasconcellos"
PL 7598/2014 Denomina os túneis da rodovia BR- 101/RS em Osório-RS, como "Túneis Eng. Leonardo Redaelli".

PL 7711/2014 Altera o Art. 1º da Lei nº 6091 de 15 de agosto de 1974, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências.

PL 7712/2014 Altera o Art. 137 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

Brasília, em 5 de fevereiro de 2015. – Deputado **Paulo Pimenta,** PT/RS.

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2015

(Do Sr. Augusto Carvalho)

Desarquivamento de Preposições.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 271/2013, PL 324/2007, PL 156/2007, PL 544/2007, PL 414/2011, PL 1969/2011, PL 795/2007, PL 1313/2007, PL 1626/2007, PL 1731/2007, PL 2216/2007, PL 3098/2008, PL 2347/2007, PL 2487/2007, PL 7747/2010, PRC 131/2004, PRC 284/2006, PRC 34/2007, PRC 268/2014 e PRC 82/2007. INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 6483/2009, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PDC 1354/2013, PEC 305/2013, PL 3431/1997, PL 1147/2007, PL 1177/2007, PL 6482/2009, PLP 275/2008, PLP 289/2008 e PRC 35/2007, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

O Deputado Augusto Carvalho (SD/DF), com amparo no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **Art. 105**, "Parágrafo único, **REQUER** o desarquivamento dos seguintes projetos de sua autoria:

PDC 1354/2013
PEC 271/2013
PEC 305/2013
PL 3431/1997
PL 324/2007
PL 544/2007
PL 795/2007
PL 1626/2007
PL 1731/2007
PL 2216/2007
PL 1147/2007
PL 1177/2007
PL 2347/2007
PL 2487/2007
PL 6482/2009
PL 6483/2009
PL 7747/2010
PLP 275/2008
PLP 289/2008
PRC 34/2007
PRC 35/2007
PRC 82/2007

Brasília, 04 de Fevereiro de 2015. – **Augusto Carvalho,** Deputado Federal.

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2015

(Do Sr. Takayama)

Requer o desarquivamento de proposições

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2231/1999, PL 4426/2001, PL 2842/2003, PL 1264/2003, PL 7439/2010, PL 2844/2003, PL 2186/2003, PL 2423/2003, PL 3731/2004, PL 3872/2004, PL 1227/2007, PL 4187/2008, PL 5485/2013, PL 3938/2004, PL 5344/2001, PL 3932/2004, PL 4088/2004, PL 5134/2005, PL 6006/2005, PL 1459/2003, PL 5166/2005, PL 5443/2005, PL 6314/2005, PL 4500/2012, PL 6385/2005,

PL 3743/2004, PL 6388/2005, PL 182/2007, PL 2768/2011, PL 4908/2012, PL 4909/2012, PL 6609/2013, PL 7869/2014 e PL 8123/2014. INDEFIRO o pedido de desarquivamento do PL 3083/2008, porquanto a proposição não foi arquivada. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 6226/2005, PL 1550/2007, PL 3084/2008, PL 3110/2008, PL 3183/2008, PL 2756/2011, PRC 153/2012, PL 4925/2013, PL 6377/2013, PL 6892/2013, PL 8073/2014 e PL 8220/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Brasilia, em 5 de fevereiro de 2015. – **Hidekazu Takayama,** Deputado Federal PSC/PR.

REQUERIMENTO Nº 332, DE 2015

(Do Sr. José Guimarães)

Requer o desarquivamento de preposições.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 331/2007, PL 4610/2009, PEC 374/2009, PRC 22/2011, PL 1271/2011, PL 2475/2011, PL 2476/2011, PL 3154/2012, PL 6314/2009, PL 3535/2012, PL 6615/2013, PL 6618/2013, PL 5572/2013 e PL 6619/2013. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PRC 62/2007, PL 1877/2007, PL 2279/2007, PLP 130/2012, PLP 310/2013 e PDC 1258/2013, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 105, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Sala das Sessões, em 9 de fevereiro de 2015. – Deputado **José Guimarães,** PT/CE.

REQUERIMENTO Nº 333, DE 2015

(Do Sr. Fábio Faria)

Requer o desarquivamento das proposições que mensiona

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 304/2013, PEC 368/2013, PL 5621/2013, PL 3160/2012, PL 5051/2013, PL 6035/2013, PL 6143/2013, PL 7287/2014, PL 6587/2013, PL 3651/2012, PL 7909/2010, PL 2583/2011, PL 5849/2013, PL 7680/2014, PL 2629/2011, PEC 475/2010, PL 7036/2010, PL 7339/2010, PL 1712/2007, PL 1778/2007, PL 2197/2007, PL 2259/2007, PL 6277/2009, PL 666/2011, PL 3226/2012, PL 6445/2009, PL 6347/2009 e PL 6491/2009. INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 3507/2012, PL 1850/2011, PL 6835/2010, PL 6836/2010, PL 6859/2010, PL 6935/2010, PL 6986/2010, PL 7870/2010, PL 4929/2009, PL 5185/2009, PL 6478/2009, PL 6490/2009 e PL 2532/2007, em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PLP 264/2013, PL 4508/2012, PL 1011/2011, PL 6658/2009 e PL 2951/2008, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das seguintes proposições de minha autoria.

PEC 368/2013
PL 5621/2013
PL 6035/2013
PL 6587/2013
PLP 264/2013
PL 3507/2012
PL 3651/2012
PL 4508/2012
PL 1011/2011

PL 1922/2011
PL 2583/2011
PL 2629/2011
PEC 475/2010
PL 6835/2010
PL 6836/2010
PL 6859/2010
PL 6935/2010
PL6986/2010
PL7036/2010
PL7339/2010
PL7870/2010
PL 4929/2009
PL 5185/2009
PL 6277/2009
PL6445/2009
PL6478/2009
PL6490/2009
PL6491/2009
PL6658/2009
PL2951/2008
PL2532/2007

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2015.– Deputado Federal **Fábio Faria.**

REQUERIMENTO Nº 334, DE 2015
(Do Sr. Eduardo Da Fonte)

Requer o desarquivamento de suas proposições
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PFC 16/2007, PL 2068/2007, PL 4506/2001, PL 2112/2007, PLP 129/2007, PLP 275/2008, PLP 378/2008, PFC 116/2010, PFC 122/2010, PL 7894/2010, PL 2928/2011, PL 1910/2011, PLP 140/2012, PLP 148/2012, PLP 416/2014, PL 3245/2008, PL 3847/2008, PL 4840/2009, PL 644/2011, PL 3419/2012, PLP 23/2011, PLP 163/2012, PL 3824/2012, PL 4033/2012, PL 4037/2012, PL 4707/2012, PL 4852/2012, REC 205/2013 => REQ 218/2013 CME, PFC 128/2013, PL 6192/2013, PFC 137/2013, PFC 138/2013, PFC 145/2013, PL 6743/2013, PL 8261/2014, PLP 351/2013, PFC 152/2013, PFC 164/2014, RIC 4125/2014, PL 7728/2014 e PL 7730/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1986/2007, PL 2111/2007, PLP 142/2007, PL 3075/2008, PL 4941/2009, PL 4942/2009, PDC 10/2011, PL 713/2011, PL 1557/2011, PL 1683/2011, PLP 85/2011, PL 3420/2012, PL 3421/2012, PL 3570/2012 e PEC 154/2012, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** o desarquivamento das proposições de minha autoria.
Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – Deputado **Eduardo da Fonte,** PP/PE.

REQUERIMENTO Nº 335, DE 2015
(Do Sr. Hermes Parcianello)

Requer o desarquivamento de proposições
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1226/1995, PL 1640/1996, PL 1940/1996, PL 332/2003, PL 1733/2003, PL 4365/2004, PL 3223/1992, PL 4542/1994, PL 1720/1996, PL 3231/2000, PL 5315/2001, PL 4143/1998, PL 4367/1998, PL 4368/1998, PL 6702/2009, PL 6703/2009, PL 2331/2007, PL 2577/2007, PL 6704/2009 e PL 4862/2012. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguin-

tes proposições: PEC 75/1999 e PL 6881/2002, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exa. o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2016. – Deputado **Hermes Parcianello.**

REQUERIMENTO Nº 336, DE 2015

(Do Sr. Edmar Arruda)

Requer o desarquivamento de proposições.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PRC 6/2011, PLP 36/2011, PL 1210/2011, PL 1460/2011, PEC 82/2011, PL 2257/2011, PDC 440/2011, PL 2591/2011, PL 2920/2011, PL 3584/2012, PL 3843/2012, PL 6221/2013, PL 6222/2013, PL 6225/2013, PL 6226/2013, PL 1809/2011, PL 6274/2013, PL 6620/2013, PL 7240/2014, PL 3635/2008, PL 5281/2013, PL 7428/2014 e PL 7876/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PRC 28/2011, PL 1536/2011, PRC 72/2011, PL 2592/2011, PL 2756/2011 e PL 4598/2012, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Brasília, em 5 de fevereiro de 2015. – **Edmar Arruda,** Deputado Federal / PSC/PR.

REQUERIMENTO Nº 341, DE 2015

(Do Sr. Pauderney Avelino)

Requer o desarquirvamento de proposições

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: REC 20/2011, PL 2742/2008, PL 947/2011, PL 962/2011, PL 1819/2011, PDC 497/2011, PL 3356/2012, REC 131/2012, PL 4159/2012, PL 6310/2013, PL 4179/2012, PEC 405/2014, PEC 63/2011, PEC 413/2014 e PEC 440/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1388/2011, PL 1389/2011, PEC 406/2014, PL 8136/2014, PL 8137/2014 e PL 8214/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Brasília, de de 2015. – Deputado **Pauderney Avelino,** DEM/AM.

REQUERIMENTO Nº 342, DE 2015

(Do Sr. Geraldo Resende)

Requer o desarquivamento de proposições.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1699/2003, PL 3340/2000, PL 5263/2001, PL 839/2003, PL 1823/2003, PEC 409/2001, PEC 161/2003, PEC 282/2008, PEC 225/2003, PEC 361/2005, PEC 142/2007, PEC 148/2007, PEC 241/2008, PEC 151/2012, PL 3069/2004, PL 3471/2004, PL 5036/2005, PL 1547/1991, PL 2986/1997, PL 3216/1997, PL 3443/1997, PL 3646/1997, PL 3919/1997, PL 4401/1998, PL 4457/1998, PL 370/1999, PL 584/1999, PL 664/1999, PL 4892/1999, PL 2551/2000, PL 2760/2000, PL 3056/2000, PL 3240/2000, PL 3241/2000, PL 7004/2002, PL 7245/2002, PL 1363/2003, PL 2008/2003, PL 2291/2003, PL 2435/2003, PL 2731/2003, PL 3048/2004, PL 4866/2005, PL 5029/2005, PL 5242/2005, PL 5379/2005, PL 5407/2005, PL 5513/2005, PL 5896/2005, PL 6719/2002, PL 3591/2004, PL 5271/2005, PL 3648/2004, PL 7188/2010, PL 2075/2011, PL 5140/2005, PL 5328/2005, PL 870/2007, PL 1619/2007, PL 1876/2007, PL 3155/2008, PL 6313/2002, PL 3368/2008, PL 3403/2008, PL 3412/2008, PL 5075/2009,

PL 5325/2009, PL 5326/2009, PL 5531/2009, PL 6076/2009, PL 641/2011, PL 3984/2012, PL 5377/2013, PL 781/2011, PDC 50/2011, PL 902/2011, PL 949/2011, PL 1012/2011, PL 1547/2011, PL 1559/2011, PL 1592/2011, PL 2631/2011, PL 1737/2011, PL 1738/2011, PL 3833/2012, PL 4254/2012, PL 4446/2012, PL 4850/2012, PFC 66/2012, PLP 123/2012, PLP 124/2012, PLP 309/2013, PLP 321/2013, PLP 341/2013, PLP 226/2012, PL 5283/2013, PL 5505/2013, PL 5668/2013, PL 5824/2013 e PL 7818/2014. INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 5730/2009, PL 1191/2011, PL 4255/2012, PL 4445/2012, PL 5566/2013, PL 5669/2013, PL 5701/2013, PL 6998/2013 e PL 7819/2014, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s); INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 6174/2005 e PL 1501/2011, em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2598/2007, PLP 399/2008, PL 5823/2013 e PL 7858/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no artigo 105, § 1°, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das seguintes proposições de minha autoria:

PL 1699/2003 – Institui a Política de Prevenção e Controle dos Distúrbios Nutricionais e das Doenças Associadas à Alimentação e Nutrição no Sistema Educacional Brasileiro;

PL 1823/2003 – Proíbe a criação de novos cursos de odontologia e a ampliação de vagas nos cursos existentes e dá outras providências;

PEC 0161/2003 – Modifica o § 6° do art. 231 da Constituição Federal. (Garante ao colono, que possuir terras em áreas decretadas como de posse permanente dos índios, o direito de receber indenização no valor total do bem desapropriado; altera a Constituição Federal de 1988);

PEC 225/2003 – Altera o inciso II do art. 29 da Constituição Federal, a fim de aplicar as regras de segundo turno a todas as capitais de Estados e nos Municípios com mais de cem mil eleitores;

PL 3069/2004 – Dispõe sobre o atendimento diferenciado à mulher chefe de família nos programas habitacionais populares, e dá outras providências;

PL 5036/2005 – Dispõe sobre a notificação compulsória de desnutrição;

PL 3591/2004 – Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, proibindo as concessionárias e permissionárias de serviço público o registro de inadimplência em bancos de dados e cadastros de consumidores de caráter público;

PL 3648/2004 – Acrescenta art. à Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, facultando a afixação na Cédula de Identidade do registro da deficiência física do surdo;

PL 5328/2005 – Acrescenta dispositivos ao art. 883 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 , de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica na execução trabalhista;

PL 6174/2005 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Pantanal, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

PL 1619/2007 – Dispõe sobre a obrigação das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal de enviar mensagem aos seus assinantes quando da realização de campanhas de vacinação;

PL 1876/2007 – Torna obrigatória construção de área destinada à prática desportiva nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, da rede pública e privada, em todo o território nacional;

PL 2598/2007 – Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação;

PL 3155/2008 – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para tratar da identificação do veículo do idoso;

PL 3368/2008 – Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para reservar vaga de candidato às eleições proporcionais por cada partido ou coligação para pessoas portadoras de deficiência;

PL 3412/2008 – Altera o caput do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de corrigir a omissão da Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, no que se refere à mudança de fusos horários determinada por aquela lei, bem como altera as alíneas "b" e "c" do mesmo artigo, a fim de modificar

o fuso horário do Estado do Mato Grosso do Sul em relação ao Meridiano de Greenwich, de ''menos quatro" para ''menos três horas";

PLP 0399/2008 – Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

PL 5075/2009 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica de Dourados, vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

PL 5325/2009 – Dispõe sobre a proibição de titular de cargo eletivo receber benefícios pecuniários provenientes de programas assistenciais;

PL 5326/2009 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de editais de concursos públicos impressos no Sistema Braille;

PL 5531/2009 – Autoriza o Poder executivo a instituir Campus em Naviraí, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

PL 5730/2009 – Altera a Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde";

PL 6076/2009 – Institui o dia 08 de dezembro como o Dia Nacional da Comunidade Paraguaia, com fundamento no § 2º do art. 215 da Constituição Federal.

PL 641/2011 – Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar-lhe inciso estabelecendo multa aos meios de hospedagem que não cumprirem a diária de 24 horas, e dá outras providências;

PL 781/2011 – Dispõe sobre a cobrança de taxa pelo corte de árvore com o fim de financiar a arborização urbana;

PDC 50/2011 – Susta a aplicação do disposto no Decreto nº 5.844, de 13 de julho de 2006;

PL 902/2011 – Concede isenção sobre produtos industrializados incidentes sobre motocicletas e bicicletas e reduz a a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno desses bens, quando adquiridos por Agente Comunitário de Saúde e por Agente de Combate a Endemias.

PL 1012/2011 – Altera o art. 785 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil".

PL 1191/2011 – Altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências"

PL 1501/2011 – Estabelece a obrigatoriedade de caixa-preta para os automóveis novos a partir de 2014 e dá outras providências

PL 1547/2011 – Acresce parágrafo ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal

PL 1592/2011 – Proíbe o uso de robôs, softwares e programas de lances nos pregões eletrônicos.

PL 1737/2011 – Acrescenta art. à Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, determinando que o direito à gratuidade da justiça não preclui e pode ser pleiteado a qualquer tempo.

PL 1738/2011 – Dispõe sobre a Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose animal.

PL 3833/2012 – Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a remuneração do empregado readmitido, ou contratado por empresa integrante do mesmo grupo econômico.

PL 4254/2012 – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o cinto de segurança de três pontos em ônibus.

PL 4255/2012 – Dá nova redação ao inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, alterando de dois para nove os dias em que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, em virtude de luto.

PL 4445/2012 – Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que "Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências" para dispor sobre assentos preferenciais em aeronaves.

PL 4446/2012 – Altera o do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para redefinir os cargos considerados no exercício de função policial-militar

PL 4850/2012 – Denomina Campus João Totó Câmara o Campus do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

PFC 66/2012 – Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família realize com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalização nos recursos Federais para a saúde, transferidos para o Município de Dourados nos anos de 2010, 2011 e 2012.

PLP 341/2013 – Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde.
PL 5566/2013 – Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estender ao pai viúvo as garantias asseguradas à gestante;
PL 5668/2013 – Obriga a criação de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em todos os estabelecimentos de educação básica e superior;
PL 5669/2013 – Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos alocados ao transporte escolar, nas condições que estabelece;
PL 5701/2013 – Altera a Lei nº 12.303, de 2 de agosto de 2010, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas";
PL 5823/2013 – Estabelece incentivo à geração de energia elétrica a partir da fonte solar, altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dá outras providências;
PL 5824/2013 – Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular a ser celebrada em agosto de cada ano;
PL 6998/2013 – Altera o art. 1º e insere dispositivos sobre a Primeira Infância na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
PL 7818/2014 – Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.
PL 7819/2014 – Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelecendo restrições à transmissão de eventos esportivos de lutas nos canais de TV aberta;
PL 7858/2014 – Inclui o inciso VIII ao caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatório o uso de câmera de marcha à ré em todos os veículos automotores produzidos ou comercializados no Brasil;

Sala das Sessões, em 9 de fevereiro de 2015. – Deputado **Geraldo Resende,** PMDB/MS.

REQUERIMENTO Nº 343, DE 2015
(Do Sr. Fernando Coelho Filho)

Requer o desarquivamento de proposoções.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 554/2007, PL 3009/2008, PL 6906/2010, PL 5551/2013, PL 996/2007, PL 1389/2007, PL 1470/2007, PL 1522/2007, PL 4086/2012, PL 4507/2012, PL 7167/2014, PL 7251/2014 e PL 8144/2014. INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 5244/2009, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 647/2011 e PL 7172/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento dos projetos de lei, a seguir relacionados, que são de minha autoria:
PL nº 554/2007; PL nº 996/2007; PL nº 1389/2007; PL nº 1470/2007; PL nº 1522/2007; PL nº 5244/2009; PL nº 647/2011; PL nº 4086/2012 e PL nº 7172/2014.
Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2015. – Deputado **Fernando Coelho Filho.**

REQUERIMENTO Nº 344, DE 2015
(Do Sr. José Rocha)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 5476/2001, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 105, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento do PL 5476/2001 de autoria do Deputado MARCELO TEIXEIRA (PMDB/CE).
Brasília, 9 de fevereiro de 2015. – Deputado **José Rocha,** PR/BA.

REQUERIMENTO Nº 345, DE 2015
(Do Sr. Jhonatan De Jesus)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2323/2011, PL 2344/2011, PL 2433/2011, PL 6617/2013, PL 6665/2013, PL 6796/2013 e PL 6835/2013, . INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 2551/2011, em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2716/2011, PRC 145/1993 e PRC 196/2013, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas, de minha autoria:

– PL Nº 2344/2011;
– PL Nº 2433/2011;
– PL Nº 2551/2011;
– PL Nº 2716/2011;
– PL Nº 6617/2013;
– PL Nº 6665/2013;
– PL Nº 6796/2013;
– PL Nº 196/2013.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – Deputado **Jhonatan De Jesus.**

REQUERIMENTO Nº 348, DE 2015
(Do Sr. Odelmo Leão)

Requer desarquivamento de proposições, Art. 105 § único RI.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 582/2002 e PL 3320/1992, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente,
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das proposições de minha autoria, a seguir relacionados:

PEC Nº 582/2002 – Dá nova redação ao art. 228 da CF. Estabelece que serão penalmente inimputáveis os menores de 16 (dezesseis) anos.
PL Nº 3320/1992 – Estabelece a obrigatoriedade de repactuação dos contratos de financiamento habitacional nas condições que menciona e dá outras providências.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2015. – Deputado **Odelmo Leão,** PP/MG.

REQUERIMENTO Nº 350, DE 2015
(Do Sr. Glauber Braga)

Requer o desarquivamento das proposições que menciona.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 4655/2009, PL 6787/2010, PL 1080/2011, PL 3677/2012, PL 5680/2013, RIC 3354/2013, PRC 172/2013, PRC 207/2013, PRC 221/2013, PL 6471/2013, PL 6207/2013, PL 6761/2013 e RIC 4170/2014,. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 5013/2009 e PL 5353/2009, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.
Sala de Sessões, em . – Deputado **Glauber Braga,** PSB – RJ.

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2015
(Do Sr. Daniel Almeida)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 175/2003, PLP 59/2003, PL 6258/2005, PL 1603/2007, PLP 64/2003, PLP 232/2005, PLP 243/2005, PEC 158/2007, PL 1084/2007, PL 5925/2009, PL 3427/2008, PL 1757/2007, PL 3841/2008, PL 4339/2008, PLP 572/2010, PEC 531/2010, PL 5735/2013, PL 7353/2014 e PL 7570/2014. INDEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 6875/2010, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 990/2003, PL 3772/2004, PL 6259/2005, PL 6366/2005, PL 7663/2006, PL 512/2007, PL 1780/2007, PL 2129/2007, PL 2279/2007, PL 5353/2009, PL 6928/2013, PL 7589/2014, PLP 434/2014 e PRC 246/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no parágrafo único, do art.105, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições, de minha autoria, a seguir relacionadas:

PEC nº 175/2003; PL nº 990/2003; PLP nº 59/2003; PL nº 3772/2004; PL nº 6258/2005; PL nº 6259/2005; PL nº 6366/2005; PLP nº 243/2005; PL nº 7663/2006; PEC nº 158/2007; PL nº 343/2007; PL nº 512/2007; PL nº 1084/2007; PL nº 1780/2007; PL nº 2129/2007; PL nº 2279/2007; PL nº 3427/2008; PL nº 3841/2008; PL nº 5353/2009; PLP nº 572/2010; PL nº 6875/2010; PEC nº 531/2010; PL nº 5735/2013; PL nº 6928/2013; PL nº 7353/2014; PL nº 7570/2014; PL nº 7589/2014; PLP nº 434/2014; PRC nº 246/2014.

Sala das Sessões, de Fevereiro de 2015. – Deputado **Daniel Almeida,** PCdoB/BA.

REQUERIMENTO Nº 353, DE 2015
(Do Sr. Stefano Aguiar)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 7971/2010, PL 894/2011, PL 1183/2011, PL 3621/2012, PL 5200/2013 e PRC 267/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1393/2011 e PL 5299/2013, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Brasília, 10 de fevereiro de 2015. – **Stefano Aguiar,** Deputado Federal PSB/MG.

REQUERIMENTO Nº 354, DE 2015
(Do Sr. Ademir Camilo)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 387/2009, PL 6885/2010, PFC 27/2011, PDC 311/2011, PDC 472/2011, PDC 496/2011, REC 103/2011, PL 3344/2012, PL 3736/2012, PL 3737/2012, PL 3830/2012, PL 4106/2012, PDC 649/2012, PL 751/2003, PL 901/2003, PL 1425/2003, PL 4428/2012, PL 6287/2013, PL 4495/2012, PL 4993/2013, PL 5285/2013, PL 6628/2013, PL 6679/2013, PL 6739/2013, PL 6875/2013, REC 262/2013, PL 6986/2013, PL 7014/2013, PL 7290/2014, PFC 171/2014, PFC 175/2014, PL 7482/2014, PFC 182/2014, PEC 414/2014, PL 7726/2014, PL 2816/2011, PL 5557/2013, PL 8109/2014 e PL 8238/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 5589/2009, PL 6324/2009, PLP 599/2010, PLP 600/2010, PL 2351/2011, PL 5286/2013, PL 5523/2013 e PL 7996/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2015. – Deputado **Ademir Camilo,** PROS/MG.

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2015

(Do Sr. Bonifácio De Andrada)

Requer desarquivamento de proposições.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 678/2007, PL 679/2007, PL 3771/2008, PL 6179/2009, PL 5078/2009, PL 4670/2009, PEC 443/2009, PEC 465/2010, PL 7982/2010, PL 7983/2010, PL 7984/2010, PL 7914/2010, PL 7124/2010, PL 8056/2011 MESA, PL 645/2011, PL 2297/2011, PL 2304/2011, PL 2306/2011, PL 1611/2011, PL 4325/2012, PL 4120/2012, PL 6685/2013, PRC 262/2014, PL 8268/2014, PL 8314/2014, PL 8269/2014, PL 8157/2014, PL 8098/2014 e PL 7447/2014, . INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2307/2011, PL 2299/2011, PL 4326/2012 e PL 3706/2012, porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 593/2011, PL 809/2011, PRC 137/2012 e PEC 355/2013, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito o desarquivamento das seguintes proposições de minha autoria.

PL. 678/2007
PL. 679/2007
PL. 3.771/2008
PL. 6.179/2009
PL. 5.078/2009
PL. 4.670/2009
PEC. 443/2009
PL. 7.982/2010
PL. 7.983/2010
PL. 7.984/2010
PL. 7.914/2010
PL. 7.124/2010
PL. 809/2011
PL. 645/2011
PL. 593/2011
PL. 2.307/2011
PL. 2.297/2011
PL. 2.299/2011
PL. 2.304/2011
PL. 2.306/2011
PL. 1.611/2011
PRC. 137/2012
PL. 4.325/2012
PL. 4.326/2012
PL. 4.120/2012
PL. 3.706/2012
PL. 6.685/2013
PEC. 355/2013
PRC. 262/2014
PL. 8.268/2014
PL. 8.269/2014
PL. 8.157/2014
PL. 8.098/2014
PL. 7.447/2014

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2015. – **Bonifácio de Andrada,** Deputado Federal.

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2015
(Do Sr. Paulo Foletto)

Requer o desarquivamento das proposições que menciona.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PEC 362/2013, . DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 8271/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das seguintes proposições de minha autoria:

PL 8271/2014
PEC 362/2013
Sala de Sessões, em . – Deputado **Paulo Foletto,** PSB – ES.

REQUERIMENTO Nº 360, DE 2015
(Do Sr. Dagoberto)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 548/2006 e PEC 76/2007, . DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PEC 519/2010, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento das seguintes proposições de minha autoria: PEC 76/2007; PEC 519/2010.
Brasília (DF), 9 de fevereiro de 2015. – Deputado **Dagoberto,** PDT/MS.

REQUERIMENTO Nº 361, DE 2015
(Do Sr. Roberto Britto)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 227/2007, PL 4138/2008, PL 4171/2008, PL 5981/2013, PL 2637/2007, PL 4348/2008, PL 2867/2004, PL 4420/2008, PL 4943/2009, PL 4480/2008, PL 4771/2009, PL 6086/2009, PL 6116/2009, PL 5987/2009, PL 6557/2009, PL 7351/2010, PL 7352/2010, PL 465/2011, PL 1027/2011, PL 1618/2011, PL 1029/1991, PL 2230/1991, PL 4025/1993, PL 992/1995, PL 2391/1996, PL 1169/1999, PL 3373/2000, PL 4235/2001, PL 4985/2001, PL 5267/2001, PL 5289/2001, PL 5385/2001, PL 5990/2001, PL 6377/2002, PL 7354/2002, PL 360/2003, PL 456/2003, PL 1327/2003, PL 388/2007, PL 499/2007, PL 2365/2007, PL 3149/2008, PL 3554/2008, PL 4832/2009, PL 7308/2010, PL 5400/2013, PL 4064/1993, PL 2578/1996, PL 3382/1997, PL 6922/2002, PL 387/2003, PL 5400/2005, PL 3805/2008, PL 7550/2010, PL 2119/2011, PL 186/1999, PL 571/2011, PL 4615/2012, PL 5472/2013, PL 5890/2013, PL 4986/2013, PL 5064/2013, PL 6746/2013, PL 1201/2011, PL 5296/2013, PL 5465/2013, PL 6863/2013 e PLP 324/2013. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2463/2007, PL 4386/2008, PL 4419/2008, PL 4481/2008, PL 7349/2010, PL 5200/2013, PL 6774/2013, PL 6864/2013, PLP 66/2007, PLP 431/2008, PLP 78/2007 e PLP 277/2013, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.
Brasília, 10 em de fevereiro de 2015. – Deputado **Roberto Britto.**

REQUERIMENTO DE DESARQUIVAMENTO
(Do Senhor Deputado Roberto Britto)

Requer o desarquivamento das proposições que menciona.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento das seguintes proposições:

PL 2463/2007
PL 4138/2008
PL 4171/2008
PL 4348/2008
PL 4386/2008
PL 4419/2008
PL 4420/2008
PL 4480/2008
PL 4481/2008
PL 4771/2009
PL 5987/2009
PL 7349/2010
PL 7351/2010
PL 7352/2010
PL 465/2011
PL 1027/2011
PL 1618/2011
PL 2119/2011
PL 4615/2012
PL 4986/2013
PL 5200/2013
PL 5296/2013
PL 6774/2013
PL 6863/2013
PL 6864/2013
PLP 66/2007
PLP 78/2007
PLP 431/2008
PLP 277/2013
PLP 324/2013

Brasília,10 de fevereiro de 2015. – Deputado **Roberto Britto.**

REQUERIMENTO Nº 362, DE 2015
(Do Sr. Antonio Balhmann)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 4928/2013 e PL 7477/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento da seguinte proposição: PL 7500/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria
Brasília, de fevereiro de 2015. – Deputado **Antonio Balhmann.**

REQUERIMENTO Nº 364, DE 2015
(Do Sr. Zé Silva)

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Artigo 105, § único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das referidas Proposições de minha autoria: Projeto de Lei: 2351/2011; Projeto de Lei 3236/2011; Projeto de Lei 1587/2011; Projeto de Lei 1764/2011; Projeto de Lei 3266/2012; Projeto de Lei 3937/2012; Projeto de Lei 4943/2013; Projeto de Lei 4961/2013; Projeto de Lei 4929/2013; Projeto de Lei 6885/2013; Projeto de Lei 6573/2013.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 3236/2012, PL 3237/2012, PL 1764/2011, PL 6563/2013, PL 4943/2013, PL 4961/2013, PL 4149/1998, PL 1345/1999, PL 1981/1999, PL 2916/2000, PL 4698/2001, PL 4772/2001, PL 481/2003, PL 1073/2003, PL 2359/2003, PL 4177/2012, PL 4929/2013, PL 2310/2007, PL 6885/2013 e PL 6573/2013, . INDEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 3266/2012 e PL 3937/2012, visto que o Requerente não é o Autor da(s) proposição(ões). DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2351/2011 e PL 1587/2011, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente:
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Artigo 105, § único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das referidas Proposições de minha autoria:

Projeto de Lei: 2351/2011;
Projeto de Lei 3236/2011;
Projeto de Lei 1587/2011;
Projeto de Lei 1764/2011;
Projeto de Lei 3266/2012;
Projeto de Lei 3937/2012;
Projeto de Lei 4943/2013;
Projeto de Lei 4961/2013;
Projeto de Lei 4929/2013;
Projeto de Lei 6885/2013;
Projeto de Lei 6573/2013.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2015. – **Zé Silva,** Deputado Federal SD/MG.

REQUERIMENTO Nº 365, DE 2015
(Do Sr. Zé Silva)

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Artigo 105, § único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das referidas Proposições: PEC 49/2011; 96/2011; 97/2011, todas de minha autoria.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 49/2011, PEC 96/2011 e PEC 97/2011, .Publique-se.

Senhor Presidente:
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Artigo 105, § único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das referidas Proposições: PEC 49/2011; 96/2011; 97/2011, todas de minha autoria.
Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2015. – **Zé Silva,** Deputado Federal SD/MG.

REQUERIMENTO Nº 366, DE 2015
(Do Sr. André Figueiredo)

Requer o desarquivamento de Proposta de Emenda à Constituição.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PEC 317/2013 e PEC 42/2011, .Publique-se.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o **desarquivamento das Propostas de Emenda à Constituição ,** a seguir relacionadas, que são de minha coautoria:

Proposta de Emenda à Constituição n. 317, de 2013 e
Proposta de Emenda à Constituição n° 42, de 2011.

Salas das Sessões, em 9 de fevereiro de 2015. – Deputado **André Figueiredo**, (PDT-CE).

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2015
(Do Sr. Jaime Martins)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2993/2000, PRC 219/2001, PEC 563/2002, PL 1625/2003, PEC 178/2003, PDC 1784/2005, PDC 1792/2005, PFC 87/2009, PL 6473/2009, PL 6474/2009, PL 6475/2009, PEC 451/2009, PEC 456/2010, PEC 92/2011, PEC 122/2011 e PLP 293/2013. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2074/1999, PEC 471/2001, PEC 133/2003, PL 2359/2003, PEC 519/2006, PEC 539/2006, PL 7323/2006, PLP 411/2008, PLP 11/2011, PL 3910/2012, PL 2103/2011, PL 3924/2012 e PLP 446/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.
Sala das Sessões, em de .Fevereiro de 2015. – Deputado Jaime Martins, PSD/MG.

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2015
(Do Sr. Zé Geraldo)

Requer o desarquivamento de proposições.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PFC 14/2003, PL 5768/2009, PL 4042/2012, PL 1866/2011, PL 5427/2013, PDC 1407/2013 e PL 7492/2014. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 1495/2003, PEC 241/2008, PEC 378/2014, PEC 379/2014 e PL 8220/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente:
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.
Brasília, 10 de fevereiro de 2015. – Deputado **Zé Geraldo**, PT/PA.

REQUERIMENTO Nº 379, DE 2015
(Do Sr. Vicente Candido)

Requer o desarquivamento das Proposições que menciona.
DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 7805/2014, PL 7004/2013, PL 6094/2013, PL 4861/2012, PL 1572/2011, PL 1096/2011, PL 7982/2014, PEC 140/2012, PEC 283/2013, PEC 8/2011, PDC 369/2011, PRC 52/2011 e PRC 51/2011. DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2756/2011, PL 717/2011, PEC 240/2013 e PEC 56/2011, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s). Publique-se.

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o desarquivamento das seguintes Proposições de minha autoria:
Projetos de Lei:

PL 7805/2014

PL 7004/2013
PL 6094/2013
PL 4861/2012
PL 2756/2011
PL 1572/2011
PL 1096/2011
PL 717/2011
PEC 283/2013
PEC 240/2013
PEC 56/2011
PEC 8/2011
PDC 369/2011
PRC 52/2011
PRC 51/2011

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – **Vicente Cândido,** Deputado Federal PT/SP.

PROPOSIÇÕES PENDENTES DE DESPACHO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2015

(Do Sr. Hélio Leite e outros)

Altera o art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

Art. 1º O art. 166 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos §§ 9º-A e 11-A, com as alterações do § 17:

"Art. 166. .....

.....

§ 9º-A As emendas coletivas ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite mínimo de um por cento da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

.....

§ 11-A. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 9º-A deste artigo, em montante mínimo correspondente a um por cento da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165.

.....

§ 17. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, os montantes previstos nos §§ 11 e 11-A deste artigo poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. (NR)"

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro exercício financeiro subsequente à data de sua publicação."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa tornar obrigatória a execução das emendas coletivas ao projeto de lei orçamentária.

Verifica-se que, no processo orçamentário, vem se estabelecendo como regra o contingenciamento total pelo Executivo das dotações orçamentárias indicadas por bancadas estatuais e por comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Entende-se que a necessidade de contingência do orçamento é real quando justificada pela situação fiscal em determinado momento e deve se basear nas prioridades do país externadas nas políticas públicas.

No entanto, observa-se que, no tocante às emendas coletivas, a não priorização pelo Poder Executivo não ocorre baseada no mérito, mas tão somente baseada no fato de serem programações originadas do Poder Legislativo.

A presente emenda propõe que as programações das emendas coletivas sejam de execução obrigatória pelo Poder Executivo, em montante correspondente a 1% da receita corrente líquida do exercício financeiro anterior. Esse percentual baseia-se no valor destinado às emendas coletivas na LOA 2015 e corresponde, aproximadamente, a R$ 8 bilhões.

Além disso, propõe-se que, na eventual necessidade de contingenciamento do Orçamento da União, que as programações das emendas coletivas tenham seus valores reduzidos na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

Acreditamos que, dessa forma, fica reestabelecido o equilíbrio entre os Poderes envolvidos. De um lado o Poder Executivo mantém sua prerrogativa de reavaliar receitas e despesas. De outro, ao Legislativo é resguardado sua participação na elaboração das políticas públicas.

Sala da Comissão, 11 de fevereiro de 2015. – Deputado **Hélio Leite,** Democratas/PA.

Proposição: PEC 0002/2015

Autor da Proposição: HÉLIO LEITE E OUTROS

Ementa: Altera o art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

Data de Apresentação: 10/02/2015

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:
Confirmadas 182
Não Conferem 010
Fora do Exercício 000
Repetidas 006
Ilegíveis 002
Retiradas 000
Total 200

Confirmadas
1 AELTON FREITAS PR MG
2 AFONSO MOTTA PDT RS
3 ALBERTO FRAGA DEM DF
4 ALEXANDRE BALDY PSDB GO
5 ALICE PORTUGAL PCdoB BA
6 ALTINEU CÔRTES PR RJ
7 ALUISIO MENDES PSDC MA
8 ANDERSON FERREIRA PR PE
9 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE
10 ANDRÉ FUFUCA PEN MA
11 ANTONIO IMBASSAHY PSDB BA
12 ANTÔNIO JÁCOME PMN RN
13 ARNALDO JORDY PPS PA
14 ARTHUR OLIVEIRA MAIA SD BA
15 ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO PSDB AM
16 ÁTILA LIRA PSB PI
17 AUREO SD RJ
18 BENJAMIN MARANHÃO SD PB
19 BETINHO GOMES PSDB PE
20 BETO ROSADO PP RN
21 BETO SALAME PROS PA
22 BILAC PINTO PR MG
23 BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG
24 BRUNA FURLAN PSDB SP
25 BRUNO ARAÚJO PSDB PE
26 BRUNO COVAS PSDB SP
27 CABO DACIOLO PSOL RJ
28 CABO SABINO PR CE

29 CACÁ LEÃO PP BA
30 CAIO NARCIO PSDB MG
31 CAPITÃO AUGUSTO PR SP
32 CARLOS MANATO SD ES
33 CARLOS MELLES DEM MG
34 CARLOS SAMPAIO PSDB SP
35 CÉLIO SILVEIRA PSDB GO
36 CÉSAR HALUM PRB TO
37 CHICO ALENCAR PSOL RJ
38 CHICO LOPES PCdoB CE
39 CLARISSA GAROTINHO PR RJ
40 COVATTI FILHO PP RS
41 CRISTIANE BRASIL PTB RJ
42 DANIEL COELHO PSDB PE
43 DAVIDSON MAGALHÃES PCdoB BA
44 DELEGADO ÉDER MAURO PSD PA
45 DELEGADO WALDIR PSDB GO
46 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG
47 DR. JOÃO PR RJ
48 DR. JORGE SILVA PROS ES
49 EDMILSON RODRIGUES PSOL PA
50 EDUARDO BARBOSA PSDB MG
51 EFRAIM FILHO DEM PB
52 ELI CORREA FILHO DEM SP
53 ELIZIANE GAMA PPS MA
54 ESPERIDIÃO AMIN PP SC
55 EVAIR DE MELO PV ES
56 EVANDRO GUSSI PV SP
57 EXPEDITO NETTO SD RO
58 EZEQUIEL TEIXEIRA SD RJ
59 FÁBIO MITIDIERI PSD SE
60 FÁBIO SOUSA PSDB GO
61 FAUSTO PINATO PRB SP
62 FELIPE MAIA DEM RN
63 FERNANDO COELHO FILHO PSB PE
64 FERNANDO TORRES PSD BA
65 FLÁVIA MORAIS PDT GO
66 FLAVIANO MELO PMDB AC
67 FRANCISCO CHAPADINHA PSD PA
68 FRANCISCO FLORIANO PR RJ
69 GENECIAS NORONHA SD CE
70 GERALDO RESENDE PMDB MS
71 GIACOBO PR PR
72 GILBERTO NASCIMENTO PSC SP
73 GORETE PEREIRA PR CE
74 HÉLIO LEITE DEM PA
75 HERÁCLITO FORTES PSB PI
76 HISSA ABRAHÃO PPS AM
77 JAIR BOLSONARO PP RJ
78 JANDIRA FEGHALI PCdoB RJ
79 JEAN WYLLYS PSOL RJ
80 JHC SD AL
81 JHONATAN DE JESUS PRB RR
82 JÔ MORAES PCdoB MG
83 JOÃO DERLY PCdoB RS
84 JOÃO MARCELO PMDB MA

85 JOÃO PAULO PAPA PSDB SP
86 JOAQUIM PASSARINHO PSD PA
87 JORGE TADEU MUDALEN DEM SP
88 JORGINHO MELLO PR SC
89 JOSÉ CARLOS ALELUIA DEM BA
90 JOSÉ PRIANTE PMDB PA
91 JOSUÉ BENGTSON PTB PA
92 JOZI ROCHA PTB AP
93 JÚLIA MARINHO PSC PA
94 JÚLIO CESAR PSD PI
95 JÚLIO DELGADO PSB MG
96 LEANDRE PV PR
97 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
98 LINCOLN PORTELA PR MG
99 LUCIANA SANTOS PCdoB PE
100 LÚCIO VALE PR PA
101 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
102 LUIS CARLOS HEINZE PP RS
103 LUIZ CARLOS HAULY PSDB PR
104 LUIZ CLÁUDIO PR RO
105 MAGDA MOFATTO PR GO
106 MANDETTA DEM MS
107 MARCELO ARO PHS MG
108 MARCELO SQUASSONI PRB SP
109 MARCIO ALVINO PR SP
110 MARCOS ABRÃO PPS GO
111 MARCOS REATEGUI PSC AP
112 MARCOS ROGÉRIO PDT RO
113 MARCUS PESTANA PSDB MG
114 MARIANA CARVALHO PSDB RO
115 MÁRIO HERINGER PDT MG
116 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
117 MAURO LOPES PMDB MG
118 MAX FILHO PSDB ES
119 MENDONÇA FILHO DEM PE
120 MIGUEL HADDAD PSDB SP
121 MIGUEL LOMBARDI PR SP
122 MILTON MONTI PR SP
123 MIRO TEIXEIRA PROS RJ
124 MISAEL VARELLA DEM MG
125 MOSES RODRIGUES PPS CE
126 NELSON MARCHEZAN JUNIOR PSDB RS
127 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
128 NELSON MEURER PP PR
129 NEWTON CARDOSO JR PMDB MG
130 NILSON PINTO PSDB PA
131 ODELMO LEÃO PP MG
132 ONYX LORENZONI DEM RS
133 ORLANDO SILVA PCdoB SP
134 OSMAR BERTOLDI DEM PR
135 OTAVIO LEITE PSDB RJ
136 PASTOR EURICO PSB PE
137 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG
138 PAULO AZI DEM BA
139 PAULO FEIJÓ PR RJ
140 PAULO FOLETTO PSB ES

141 PAULO MAGALHÃES PSD BA
142 PAULO PEREIRA DA SILVA SD SP
143 PEDRO CUNHA LIMA PSDB PB
144 POMPEO DE MATTOS PDT RS
145 PR. MARCO FELICIANO PSC SP
146 PROFESSOR VICTÓRIO GALLI PSC MT
147 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO
148 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
149 RAQUEL MUNIZ PSC MG
150 REMÍDIO MONAI PR RR
151 RENATO MOLLING PP RS
152 RICARDO TRIPOLI PSDB SP
153 ROBERTO ALVES PRB SP
154 ROBERTO BALESTRA PP GO
155 ROBERTO GÓES PDT AP
156 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
157 RODRIGO GARCIA DEM SP
158 RODRIGO MARTINS PSB PI
159 ROGÉRIO MARINHO PSDB RN
160 ROGÉRIO ROSSO PSD DF
161 RONALDO FONSECA PROS DF
162 RONALDO LESSA PDT AL
163 RONALDO MARTINS PRB CE
164 ROSANGELA GOMES PRB RJ
165 ROSSONI PSDB PR
166 RUBENS BUENO PPS PR
167 SANDRO ALEX PPS PR
168 SARNEY FILHO PV MA
169 SERGIO SOUZA PMDB PR
170 SHÉRIDAN PSDB RR
171 SILVIO TORRES PSDB SP
172 SÓSTENES CAVALCANTE PSD RJ
173 SUBTENENTE GONZAGA PDT MG
174 TENENTE LÚCIO PSB MG
175 ULDURICO JUNIOR PTC BA
176 VANDERLEI MACRIS PSDB SP
177 VICTOR MENDES PV MA
178 VITOR VALIM PMDB CE
179 WALTER IHOSHI PSD SP
180 WEVERTON ROCHA PDT MA
181 WILLIAM WOO PV SP
182 WLADIMIR COSTA SD PA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2015

(Do Sr. Miro Teixeira e outros)

Cria o princípio majoritário nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Dê-se ao Art. 45 da Constituição Federal a seguinte redação:

> "Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo princípio majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal."

JUSTIFICAÇÃO

Depois de se revelar ideal para o País, durante décadas, o sistema proporcional para a eleição de Deputados está aparentemente esgotado.

Cumpre dotar o Brasil de um sistema que concilie a manutenção e fortalecimento da organização plural de partidos políticos com a exigência popular de identificar os eleitos como seus reais representantes.

É do Vice-Presidente da República, Michel Temer, a ideia de debatermos o princípio majoritário para a eleição de Deputados Federais, o chamado "Distritão".

Com ele, torna-se dispensável a proibição de coligações ou o estabelecimento de cláusulas de desempenho.

Dispensados de preencher chapas de candidatos para se fortalecer em face do quociente eleitoral, os partidos políticos poderão se concentrar no lançamento de candidatos expressivos em todos os seguimentos da população, sem a preocupação de alcançar o número máximo permitido por lei.

Desse modo, os meios públicos de divulgação eleitoral, especialmente o rádio e a televisão, poderão ser utilizados com maior eficácia pelos partidos.

Com o voto majoritário, as agremiações estarão dispensadas de alcançar o quociente para eleger um representante, sanando-se a injustiça de vermos alguém com grande votação ficar fora do mandato, frustrando o povo.

Permitidas, as coligações continuarão a acontecer motivadas pela identidade doutrinária e asseguraremos a oportunidade do povo ver eleitos os candidatos com maior número de votos, como hoje se imagina, embora assim não seja.

Assim, estaremos respeitando a vontade popular, fortalecendo os partidos e estimulando boas candidaturas inclusive por siglas emergentes, tudo a um custo menor.

Decididamente, a reforma política precisa ter como primeiro passo a definição do sistema eleitoral.

Essa a contribuição que respeitosamente oferecemos à consideração da Câmara dos Deputados, na expectativa de vê-la debatida e aprovada, sem prejuízo do exame de outras propostas.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2015. – Deputado **Miro Teixeira,** PROS/RJ.

Proposição: PEC 0003/2015

Autor da Proposição: MIRO TEIXEIRA E OUTROS

Ementa: Cria o principio majoritário para a Câmara dos Deputados.

Data de Apresentação: 10/02/2015

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:
Confirmadas 184
Não Conferem 008
Fora do Exercício 000
Repetidas 004
Ilegíveis 000
Retiradas 000
Total 196

Confirmadas
1 ADELMO CARNEIRO LEÃO PT MG
2 AFONSO MOTTA PDT RS
3 ALBERTO FRAGA DEM DF
4 ALEXANDRE LEITE DEM SP
5 ALFREDO KAEFER PSDB PR
6 ALUISIO MENDES PSDC MA
7 ANDRÉ FUFUCA PEN MA
8 ANDRES SANCHEZ PT SP
9 ANTONIO IMBASSAHY PSDB BA
10 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB SP
11 ARNALDO JORDY PPS PA
12 ARTHUR LIRA PP AL
13 ARTHUR OLIVEIRA MAIA SD BA
14 ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO PSDB AM
15 ÁTILA LINS PSD AM
16 ÁTILA LIRA PSB PI
17 AUREO SD RJ
18 BENITO GAMA PTB BA

19 BENJAMIN MARANHÃO SD PB
20 BETINHO GOMES PSDB PE
21 BETO ROSADO PP RN
22 BILAC PINTO PR MG
23 BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG
24 BRUNA FURLAN PSDB SP
25 BRUNO COVAS PSDB SP
26 CACÁ LEÃO PP BA
27 CAIO NARCIO PSDB MG
28 CARLOS EDUARDO CADOCA PCdoB PE
29 CARLOS HENRIQUE GAGUIM PMDB TO
30 CARLOS MANATO SD ES
31 CARLOS MELLES DEM MG
32 CARLOS ZARATTINI PT SP
33 CARMEN ZANOTTO PPS SC
34 CELSO JACOB PMDB RJ
35 CELSO PANSERA PMDB RJ
36 COVATTI FILHO PP RS
37 CRISTIANE BRASIL PTB RJ
38 DAGOBERTO PDT MS
39 DANIEL COELHO PSDB PE
40 DARCÍSIO PERONDI PMDB RS
41 DIEGO ANDRADE PSD MG
42 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG
43 DR. JOÃO PR RJ
44 DR. JORGE SILVA PROS ES
45 EDIO LOPES PMDB RR
46 EDMAR ARRUDA PSC PR
47 EDMILSON RODRIGUES PSOL PA
48 EDUARDO BARBOSA PSDB MG
49 EDUARDO BOLSONARO PSC SP
50 EDUARDO DA FONTE PP PE
51 EFRAIM FILHO DEM PB
52 ELCIONE BARBALHO PMDB PA
53 ELI CORREA FILHO DEM SP
54 ELIZIANE GAMA PPS MA
55 EVAIR DE MELO PV ES
56 EVANDRO ROGERIO ROMAN PSD PR
57 EXPEDITO NETTO SD RO
58 FABIO GARCIA PSB MT
59 FÁBIO RAMALHO PV MG
60 FABIO REIS PMDB SE
61 FÁBIO SOUSA PSDB GO
62 FELIPE MAIA DEM RN
63 FERNANDO COELHO FILHO PSB PE
64 FERNANDO MONTEIRO PP PE
65 FLÁVIA MORAIS PDT GO
66 FLAVIANO MELO PMDB AC
67 GENECIAS NORONHA SD CE
68 GEOVANIA DE SÁ PSDB SC
69 GERALDO RESENDE PMDB MS
70 GILBERTO NASCIMENTO PSC SP
71 GIOVANI CHERINI PDT RS
72 GIVALDO CARIMBÃO PROS AL
73 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
74 GORETE PEREIRA PR CE

75 GOULART PSD SP
76 HÉLIO LEITE DEM PA
77 HERÁCLITO FORTES PSB PI
78 HIRAN GONÇALVES PMN RR
79 HISSA ABRAHÃO PPS AM
80 IRMÃO LAZARO PSC BA
81 IZALCI PSDB DF
82 JAIR BOLSONARO PP RJ
83 JARBAS VASCONCELOS PMDB PE
84 JEFFERSON CAMPOS PSD SP
85 JÉSSICA SALES PMDB AC
86 JOÃO CARLOS BACELAR PR BA
87 JOÃO CASTELO PSDB MA
88 JOÃO DERLY PCdoB RS
89 JOÃO PAULO PAPA PSDB SP
90 JOÃO RODRIGUES PSD SC
91 JOSÉ NUNES PSD BA
92 JOSUÉ BENGTSON PTB PA
93 JOVAIR ARANTES PTB GO
94 JÚLIA MARINHO PSC PA
95 JULIÃO AMIN PDT MA
96 JUTAHY JUNIOR PSDB BA
97 LAERCIO OLIVEIRA SD SE
98 LAUDIVIO CARVALHO PMDB MG
99 LINCOLN PORTELA PR MG
100 LOBBE NETO PSDB SP
101 LUIZ CARLOS HAULY PSDB PR
102 LUIZ CARLOS RAMOS PSDC RJ
103 LUIZ CLÁUDIO PR RO
104 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
105 LUIZ NISHIMORI PR PR
106 MACEDO PSL CE
107 MAJOR OLIMPIO GOMES PDT SP
108 MANOEL JUNIOR PMDB PB
109 MARCELO AGUIAR DEM SP
110 MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO PRP MG
111 MARCELO BELINATI PP PR
112 MARCELO CASTRO PMDB PI
113 MARCELO MATOS PDT RJ
114 MARCO ANTÔNIO CABRAL PMDB RJ
115 MARCOS MONTES PSD MG
116 MARCOS ROGÉRIO PDT RO
117 MARCOS ROTTA PMDB AM
118 MARCUS PESTANA PSDB MG
119 MARIANA CARVALHO PSDB RO
120 MÁRIO HERINGER PDT MG
121 MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR PP BA
122 MIGUEL HADDAD PSDB SP
123 MILTON MONTI PR SP
124 MIRO TEIXEIRA PROS RJ
125 MISAEL VARELLA DEM MG
126 MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO PP SP
127 NELSON MARCHEZAN JUNIOR PSDB RS
128 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
129 NELSON MEURER PP PR
130 NILSON PINTO PSDB PA

131 NILTON CAPIXABA PTB RO
132 ODELMO LEÃO PP MG
133 OSMAR BERTOLDI DEM PR
134 OSMAR TERRA PMDB RS
135 PAUDERNEY AVELINO DEM AM
136 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG
137 PAULO AZI DEM BA
138 PAULO FEIJÓ PR RJ
139 PAULO MAGALHÃES PSD BA
140 PAULO PEREIRA DA SILVA SD SP
141 PAULO PIMENTA PT RS
142 PEDRO CUNHA LIMA PSDB PB
143 PEDRO FERNANDES PTB MA
144 PR. MARCO FELICIANO PSC SP
145 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO
146 RAFAEL MOTTA PROS RN
147 RAQUEL MUNIZ PSC MG
148 RICARDO IZAR PSD SP
149 RICARDO TRIPOLI PSDB SP
150 ROBERTO BALESTRA PP GO
151 ROBERTO GÓES PDT AP
152 ROBERTO SALES PRB RJ
153 RODRIGO MARTINS PSB PI
154 RONALDO CARLETTO PP BA
155 RONALDO FONSECA PROS DF
156 RONALDO LESSA PDT AL
157 RUBENS BUENO PPS PR
158 SANDES JÚNIOR PP GO
159 SANDRO ALEX PPS PR
160 SARAIVA FELIPE PMDB MG
161 SARNEY FILHO PV MA
162 SÉRGIO REIS PRB SP
163 SERGIO VIDIGAL PDT ES
164 SILVIO COSTA PSC PE
165 SILVIO TORRES PSDB SP
166 SORAYA SANTOS PMDB RJ
167 STEFANO AGUIAR PSB MG
168 SUBTENENTE GONZAGA PDT MG
169 TAKAYAMA PSC PR
170 TENENTE LÚCIO PSB MG
171 VALADARES FILHO PSB SE
172 VANDERLEI MACRIS PSDB SP
173 VICTOR MENDES PV MA
174 VITOR LIPPI PSDB SP
175 VITOR VALIM PMDB CE
176 WALDIR MARANHÃO PP MA
177 WASHINGTON REIS PMDB RJ
178 WELLINGTON ROBERTO PR PB
179 WEVERTON ROCHA PDT MA
180 WHERLES ROCHA PSDB AC
181 WLADIMIR COSTA SD PA
182 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
183 ZÉ SILVA SD MG
184 ZECA CAVALCANTI PTB PE

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício n. 1/2015 – Deputado ROBERTO DE LUCENA. Solicita afastamento do mandato parlamentar, a partir de 05/02/2015, a fim de exercer o cargo de Secretário de Turismo, no Estado de São Paulo. Informa, ainda, que opta pela remuneração do mandato federal.

Considere-se afastado, a partir de cinco de fevereiro de 2015, data da posse no cargo de Secretário de Estado, conforme comunicação feita à Câmara dos Deputados, em seis de fevereiro de 2015, às 17h28min, nos termos do artigo 56, inciso I e §3º, da CF, c/c o artigo 235, inciso IV, do RICD. Convoque-se o respectivo suplente. Ao Senhor Diretor-Geral. Publique-se.
Em 6-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício sn/2015 – Dep. WILLIAM WOO. Comunica que aceita assumir o mandato parlamentar, a partir de 09/02/2015, na qualidade de Suplente, pelo Estado de São Paulo.

Publique-se, nos termos do art. 56, § 1º, da CF, c/c o art. 241, inc. II, do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.
Em 9-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício sn/2015 – Deputado AROLDE DE OLIVEIRA. Solicita afastamento do mandato parlamentar, a partir de 06/02/2015, a fim de exercer o cargo de Secretário de Estado de Trabalho e Renda, no Estado do Rio de Janeiro. Informa, ainda, que opta pela remuneração do mandato federal.

Considere-se afastado, a partir de 6 de fevereiro de 2015, data da posse no cargo de Secretário de Estado, conforme comunicação feita à Câmara dos Deputados, em 10 de fevereiro de 2015, às 15h40min, nos termos do artigo 56, inciso I e §3º, da CF, c/c o artigo 235, inciso IV, do RICD. Convoque-se o respectivo suplente. Ao Senhor Diretor-Geral. Publique-se.
Em 10-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício sn/2015 – Dep. CELSO JACOB. Comunica que aceita assumir o mandato parlamentar, a partir de 10/02/2015, na qualidade de Suplente, pelo Estado do Rio de Janeiro.

Publique-se, nos termos do art. 56, § 1º, da CF, c/c o art. 241, inc. II, do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.
Em 10-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Of. n. 18/2015-CN, do Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional. Encaminha, para os arquivos da Câmara dos Deputados, exemplar do termo de posse da Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff e do Excelentíssimo Senhor Michel Temer nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

Encaminhe-se ao Centro de Documentação e Informação – CEDI, para compor acervo da Câmara dos Deputados. Publique-se.
Em 11-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício sn/2015 – Deputado SERGIO ZVEITER. Solicita afastamento do mandato parlamentar, a partir de 09/02/2015, a fim de exercer o cargo de Secretário da Secretaria Executiva de Coordenação de Governo do Município do Rio de Janeiro. Informa, ainda, que opta pela remuneração do mandato federal.

Considere-se afastado, a partir da comunicação feita à Câmara dos Deputados, em 09 de fevereiro de 2015, às 18h00min, nos termos do artigo 56, inciso I e § 3º, da CF, c/c o artigo 235, inciso IV, do RICD. Convoque-se o respectivo suplente. Ao Senhor Diretor-Geral. Publique-se.
Em 9-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício sn/2015 – Dep. WALNEY ROCHA. Comunica que aceita assumir o mandato parlamentar, a partir de 10/02/2015, na qualidade de Suplente, pelo Estado do Rio de Janeiro.

Publique-se, nos termos do art. 56, § 1º, da CF, c/c o art. 241, inc. II, do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.
Em 10-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício sn/2015 – Deputado ALEXANDRE SERFIOTIS. Solicita afastamento do mandato parlamentar, a partir de 09/02/2015, a fim de exercer o cargo de Secretário Especial de Promoção e Defesa dos Animais, no Município do Rio de Janeiro. Informa, ainda, que opta pela remuneração do mandato federal.

Considere-se afastado, a partir da comunicação feita à Câmara dos Deputados, em 09 de fevereiro de 2015, às 19h03min, nos termos do artigo 56, inciso I e § 3º, da CF, c/c o artigo 235, inciso IV, do RICD. Convoque-se o respectivo suplente. Ao Senhor Diretor-Geral. Publique-se.
Em 9-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício sn/2015 – Dep. MARQUINHO MENDES. Comunica que aceita assumir o mandato parlamentar, a partir de 10/02/2015, na qualidade de Suplente, pelo Estado do Rio de Janeiro.

Publique-se, nos termos do art. 56, § 1º, da CF, c/c o art. 241, inc. II, do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.
Em 10-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Of 21/2015 – Senador Renan Calheiros – Presidente da Mesa do CN. Comunica a perda de eficácia da Medida Provisória nº 655, de 25 de agosto de 2015, no dia 2 de fevereiro do corrente ano.

Publique-se.
Em 10-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

OF 25/15 – Senador Renan Calheiros – Presidente da Mesa do CN. Comunica encaminhamento da MPV 666/2014 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelece calendário para sua tramitação.

Publique-se.
Em 10-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

OF 24/15 – Senador Renan Calheiros – Presidente da Mesa do CN. Comunica encaminhamento da MPV 667/2015 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelece calendário para sua tramitação.

Publique-se.
Em 10-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ref. Ofício n. 22/2015 (CN) – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional. Comunica que recebeu o Aviso nº 20, de 2014-CN (n. 353, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, referente ao 3º trimestre de 2014.

Publique-se.
Em 11-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 19/2015, da Liderança do PPS – indica o Dep. Arnaldo Jordy como 1º Vice-Líder e os Deps. Hissa Abrahão e Carmen Zanotto como Vice-Líderes do PPS.

Registre-se. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.
Em 11-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 45/2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB – indica o Deputado Paes Landim (PTB/PI) para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 344-A, de 2013, do Sr. Mendonça Filho e outros, que "altera o art. 17 da Constituição Federal, condicionando o acesso dos partidos políticos ao fundo partidário e ao uso gratuito do rádio e da televisão a prévia disputa eleitoral e à eleição de representante para a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal", e apensadas.

Defiro. **Publique-se.**

Em 11-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 58/2015, da Liderança do PMDB – indica o Dep. Newton Cardoso Júnior como 1º Vice-Líder do PMDB.

Registre-se. **Publique-se.**

Ao Sr. Diretor-Geral.

Em 11-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

Brasília, de janeiro de 2015.

Ao Senhor Deputado
HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: comunica alteração de filiação partidária.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do Ato da Mesa nº 155, de 1989, que estou regularmente filiado ao PSB conforme o registro de filiação anexo, do Tribunal Superior Eleitoral.

Atenciosamente,

JOSEPH BANDEIRA (PSB/BA)
Deputado Federal

PRESIDÊNCIA / SGM
Of. nº S/N/2015, do Dep. Joseph Bandeira – comunica sua desfiliação do PT e filiação ao PSB.
Em 28/01/2015.

Registre-se. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Exc
Regimento Interno, que o Democratas, pe
assinados, deixam de integrar
PMDB, PP, PTB, PSC, PHS

Requeremos, outrossim, o regi
legais e regimentais.

Atenciosa

Retirada do Democratas do Bloco Parlamentar

Paulo Maia

ALELUIA

Elmar Nascimento

Osmar Bertoldi

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Proposição: OF. 0000/00

Autor da Proposição: MENDONÇA FILHO E OUTROS

Data de Apresentação: 11/02/2015

Ementa: Comunica que o Democratas, pela maioria de seus deputados, deixam de integrar o Bloco Parlamentar com o PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	013
Não Conferem	000
Fora do Exercício	000
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	013

Confirmadas

1	ALEXANDRE LEITE	DEM	SP
2	CLAUDIO CAJADO	DEM	BA
3	EFRAIM FILHO	DEM	PB
4	ELMAR NASCIMENTO	DEM	BA
5	FELIPE MAIA	DEM	RN
6	JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP
7	JOSÉ CARLOS ALELUIA	DEM	BA
8	MENDONÇA FILHO	DEM	PE
9	ONYX LORENZONI	DEM	RS
10	OSMAR BERTOLDI	DEM	PR
11	PAUDERNEY AVELINO	DEM	AM
12	RODRIGO GARCIA	DEM	SP
13	RODRIGO MAIA	DEM	RJ

55ª Legislatura (2015-2019)

BANCADAS

11/02/15 12:33

Partido / Bloco	Tempo	Líder	Vice-Líder	Bancada	Nº de DVS
Bloco PMDB, PP, PTB, DEM, PSC, PHS, PEN (PMDB/68, PP/40, PTB/26, DEM/23, PSC/13, PHS/5, PEN/2)	10'			177	4
Bloco PSDB, PSB, PPS, PV (PSDB/53, PSB/32, PPS/9, PV/8)	7'			102	4
PT - Partido dos Trabalhadores	5'			64	3
PSD - Partido Social Democrático	4'			33	2
PR - Partido da República	4'			33	2
Bloco PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB (PRB/20, PTN/4, PMN/3, PRP/3, PSDC/2, PRTB/1)	4'			33	2
PDT - Partido Democrático Trabalhista	4'			20	1
SD - Solidariedade	3'			16	1
PCdoB - Partido Comunista do Brasil	3'			13	1
PROS - Partido Republicano da Ordem Social	3'			12	1
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade	3'			5	1
PTC - Partido Trabalhista Cristão	5'/sem.			2	0
PSL - Partido Social Liberal	5'/sem.			1	0
PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil	5'/sem.			1	0

Partido / Bloco	Tempo	Líder	Vice-Líder	Bancada	Nº de DVS
MINORIA	7'			-	-
GOVERNO	9'			-	-
		Total:		512	22
Coordenadoria dos Direitos da Mulher (inc. II art. 20-E RICD)	5'			51	

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

(55ª Legislatura 2015-2019)

Ordem Alfabética de Nome Parlamentar

11/02/2015 12:34:07

Página: 1 de 1

Nome Parlamentar	UF	Partido	T/S	Gabinete	Telefone	Correio Eletrônico
ALBERTO FRAGA	DF	BLOCO (DEM)	T	511/4	3215-5511	dep.albertofraga@camara.leg.br
ALEXANDRE LEITE	SP	BLOCO (DEM)	T	841/4	3215-5841	dep.alexandreleite@camara.leg.br
CARLOS MELLES	MG	BLOCO (DEM)	T	243/4	3215-5243	dep.carlosmelles@camara.leg.br
CLAUDIO CAJADO	BA	BLOCO (DEM)	T	630/4	3215-5630	dep.claudiocajado@camara.leg.br
EFRAIM FILHO	PB	BLOCO (DEM)	T	744/4	3215-5744	dep.efraimfilho@camara.leg.br
ELI CORREA FILHO	SP	BLOCO (DEM)	T	850/4	3215-5850	dep.elicorreafilho@camara.leg.br
ELMAR NASCIMENTO	BA	BLOCO (DEM)	T	935/4	3215-5935	dep.elmarnascimento@camara.leg.br
FELIPE MAIA	RN	BLOCO (DEM)	T	528/4	3215-5528	dep.felipemaia@camara.leg.br
HÉLIO LEITE	PA	BLOCO (DEM)	T	403/4	3215-5403	dep.helioleite@camara.leg.br
JORGE TADEU MUDALEN	SP	BLOCO (DEM)	T	538/4	3215-5538	dep.jorgetadeumudalen@camara.leg.br
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BA	BLOCO (DEM)	T	854/4	3215-5854	dep.josecarlosaleluia@camara.leg.br
MANDETTA	MS	BLOCO (DEM)	T	577/3	3215-5577	dep.mandetta@camara.leg.br
MARCELO AGUIAR	SP	BLOCO (DEM)	S	367/3	3215-5367	dep.marceloaguiar@camara.leg.br
MENDONÇA FILHO	PE	BLOCO (DEM)	T	314/4	3215-5314	dep.mendoncafilho@camara.leg.br
MISAEL VARELLA	MG	BLOCO (DEM)	T	721/4	3215-5721	dep.misaelvarella@camara.leg.br
MORONI TORGAN	CE	BLOCO (DEM)	T	445/4	3215-5445	dep.moronitorgan@camara.leg.br
ONYX LORENZONI	RS	BLOCO (DEM)	T	828/4	3215-5828	dep.onyxlorenzoni@camara.leg.br
OSMAR BERTOLDI	PR	BLOCO (DEM)	S	265/3	3215-5265	dep.osmarbertoldi@camara.leg.br
PAUDERNEY AVELINO	AM	BLOCO (DEM)	T	610/4	3215-5610	dep.pauderneyavelino@camara.leg.br
PAULO AZI	BA	BLOCO (DEM)	T	635/4	3215-5635	dep.pauloazi@camara.leg.br
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZEN	TO	BLOCO (DEM)	T	432/4	3215-5432	dep.professoradorinhaseabrarezende@camara.le
RODRIGO GARCIA	SP	BLOCO (DEM)	T	242/4	3215-5242	dep.rodrigogarcia@camara.leg.br
RODRIGO MAIA	RJ	BLOCO (DEM)	T	308/4	3215-5308	dep.rodrigomaia@camara.leg.br

Total de Deputados em Exercício: 23

PRESIDÊNCIA / SGM

Of. S/N/2015, da Liderança do DEM – informa o desligamento do DEM do Bloco Parlamentar formado pelo PMDB, PP, PTB, DEM, PSC, PHS e PEN.

Registre-se. **Publique-se.**
Em 11-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

COMISSÕES

PARERECES

DESPACHO DO PRESIDENTE

PUBLICAÇÃO DE PARECER DE COMISSÃO

PRC 11-A/2011 – CCJC

PRESIDÊNCIA/SGM

Publique-se.
Em 11-2-15. – **Eduardo Cunha**, Presidente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-A, DE 2011
(Do Sr. Domingos Dutra)

Altera o art. 86 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo a obrigatoriedade de inserção de uma cota mínima de proposições de iniciativa parlamentar na Ordem do Dia das sessões; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e pela rejeição dos de nºs 95/11, 104/11 e 127/12, apensados (relator: DEP. LUIZ COUTO).
DESPACHO: DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL PREVISTO NO ARTIGO 216,§ 1º DO RICD, ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD) E A MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.
APRECIAÇÃO: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – RELATÓRIO

O projeto de resolução em apreço, de iniciativa do Deputado Domingos Dutra, propõe alteração no art. 86 do Regimento Interno com o fim de tornar obrigatória a inserção de no mínimo trinta por cento de proposições de iniciativa de Deputados nas pautas das sessões ordinárias do Plenário.

Na justificação apresentada, argumenta o autor, em síntese, que o projeto visaria atender a um anseio generalizado dos parlamentares por maior espaço para a discussão e votação de suas ideias e projetos na agenda do Plenário, que hoje é praticamente dominada por medidas provisórias e outras proposições de iniciativa do Poder Executivo. De acordo com alguns dados ali apresentados, apenas cerca de três por cento das matérias aprovadas pelo Congresso Nacional tem-se originado de projetos de iniciativa parlamentar. Essa "deformação", segundo o autor, estaria concentrada na organização da Ordem do Dia do Plenário, já que no âmbito do poder conclusivo das comissões alguns estudos indicam que projetos de autoria de deputados são discutidos e votados em tempo razoável.

Foi apensado à proposição em análise, o Projeto de Resolução nº 95, de 2011, de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que altera o art. 66 do Regimento para determinar a reserva das sessões das quartas-feiras à apreciação das proposições de inciativa parlamentar, salvo se houver sobrestamento da pauta em razão de medida provisória ou projeto sob urgência constitucional.

A proposição objetiva, segundo o autor, a democratização do funcionamento legislativo e para isso tenta estabelecer uma nova equação entre a Casa e seus membros, valorizando assim as proposituras parlamentares.

Recentemente, duas novas proposições foram apensadas:

1) o Projeto de Resolução nº 104, de 2011, de autoria dos Deputados Ricardo Izar, Roberto Santiago e Lúcio Vale, que acrescenta parágrafo ao art. 132 do Regimento Interno para assegurar que todo

Deputado terá, em cada legislatura, o direito à tramitação até decisão final na Câmara de pelo menos um projeto de lei de sua autoria; e

2) o Projeto de Resolução nº 127, de 2012, de autoria do Deputado Leonardo Gadelha, que acrescenta parágrafo ao art. 66 para estabelecer que a Ordem do Dia das sessões ordinárias realizadas às quintas-feiras será reservada à discussão e votação das proposições de iniciativa parlamentar.

O escopo do PRC nº 104, de 2011, segundo os autores, é amenizar o problema que incomoda os parlamentares de não conseguirem fazer tramitar efetivamente as proposições que apresentam, seja no Plenário ou nas Comissões.

O autor do PRC 127, de 2012 aponta que sua proposição visa a estabelecer uma nova equação entre a Casa e seus membros, até agora claramente preteridos na agenda de deliberações da Câmara.

A matéria vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para exame e parecer, nos termos regimentais.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, segundo o despacho de distribuição da Presidência, também o mérito das proposições em foco.

Os projetos de resolução sob exame atendem a todos os requisitos constitucionais formais para tramitação, cuidando de matéria pertinente à competência privativa da Câmara dos Deputados, de iniciativa facultada a qualquer Deputado ou comissão.

Quanto ao conteúdo, não verificamos nenhuma incompatibilidade entre o ali proposto e as regras e princípios que informam a Constituição vigente.

Do ponto de vista da juridicidade, técnica legislativa e redação, também não há o que se objetar, sendo de se registrar que as proposições atendem às prescrições formais da Lei Complementar nº 95/98.

No mérito, parece-nos que os projetos de fato vêm ao encontro de um desejo generalizado dos membros desta Casa, que se ressentem da falta de um instrumento regimental eficiente que garanta algum espaço mínimo, na disputada agenda de deliberações do Plenário, para os projetos de sua autoria. Se não se pode negar o fato de, no atual contexto histórico, estar mesmo reservado ao Executivo um papel institucional relevante no processo legislativo, sendo seu poder de iniciativa essencial para a aprovação de muitas das políticas públicas de que o País necessita, isso não significa, porém, que as pautas de discussão e votação de nossas sessões plenárias tenham de ser dominadas completamente pelos interesses e iniciativas governamentais como temos visto acontecer nesses últimos anos.

Nesse sentido, o Projeto de Resolução nº 11, de 2011 apresenta solução equilibrada e salutar ao reservar uma cota mínima para a apreciação de proposições de iniciativa parlamentar. Embora as sugestões propostas nos Projetos de Resolução nº 95, de 2011 e nº 127, de 2012, pareçam-nos menos eficiente, suas ideias serão acatadas com a aprovação do primeiro.

Em relação ao Projeto de Resolução nº 104, de 2011, embora a ideia nos pareça justa e vá ao encontro da valorização dos parlamentares, na prática, se mostra inaplicável não só pela complexidade do processo legislativo como também pela ausência de sanção na hipótese de sua inaplicabilidade. Todavia, é preciso destacar que também em relação a ele, a aprovação do Projeto de Resolução nº 11, de 2011 acarretará de certa forma a adoção da sua ideia, que é, em última instância, a valorização do trabalho parlamentar.

Assim, em face do que se expôs, concluímos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação de todos os projetos e, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 11, de 2011, e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 95, de 2011, do Projeto de Resolução nº 104, de 2011 e Projeto de Resolução nº 127, de 2012.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2012. – Deputado **Luiz Couto,** Relator.

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 11/2011 e, no mérito, pela rejeição dos de nºs 95/2011, 104/2011 e 127/2012, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luiz Couto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Bonifácio de Andrada, Bruna Furlan, Cândido Vaccarezza, Cesar Colnago, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Eduardo Sciarra, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Heuler Cruvinel, Iriny Lopes, João Campos, João Paulo Cunha, João Paulo Lima, Jorginho Mello, José Genoíno, José Mentor, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Marcelo Almeida, Márcio França, Marcos Medrado, Marcos Rogério, Mendonça Prado, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Renato Andrade, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Sandra Rosado, Sergio Zveiter, Taumaturgo Lima, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vicente Candido, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Gorete Pereira e Jaime Martins.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:
EDUARDO CUNHA - PMDB - RJ

1º Vice-Presidente:
WALDIR MARANHÃO - PP - MA

2º Vice-Presidente:
GIACOBO - PR - PR

1º Secretário:
BETO MANSUR - PRB - SP

2º Secretário:
FELIPE BORNIER - PSD - RJ

3º Secretário:
MARA GABRILLI - PSDB - SP

4º Secretário:
ALEX CANZIANI - PTB - PR

1º Suplente de Secretário:
MANDETTA - DEM - MS

2º Suplente de Secretário:
GILBERTO NASCIMENTO - PSC - SP

3º Suplente de Secretário:
LUIZA ERUNDINA - PSB - SP

4º Suplente de Secretário:
RICARDO IZAR - PSD - SP

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Liderança do Governo
Líder: HENRIQUE FONTANA
Liderança da Minoria
Líder: BRUNO ARAÚJO
Vice-Líderes:
Arthur Virgílio Bisneto (1º Vice), Moroni Torgan e Pastor Eurico.

Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN
Líder:
Bloco PSDB, PSB, PPS, PV
Líder:
PT
Líder: SIBÁ MACHADO
Vice-Líderes:
Alessandro Molon, Afonso Florence, Benedita da Silva, Bohn Gass, Carlos Zarattini, Décio Lima, Leonardo Monteiro, Margarida Salomão, Maria do Rosário, Paulo Pimenta, Paulo Teixeira, Valmir Assunção, Vicente Candido, Waldenor Pereira, Zeca Dirceu e Luiz Sérgio.

PR
Líder: MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Vice-Líderes:
Wellington Roberto (1º Vice), Aelton Freitas, Anderson Ferreira, Gorete Pereira, Jorginho Mello, Lincoln Portela, Paulo Freire e Vinicius Gurgel.

Bloco PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB
Líder: CELSO RUSSOMANNO
PSD
Líder: ROGÉRIO ROSSO
DEM
Líder: MENDONÇA FILHO
PDT
Líder: ANDRÉ FIGUEIREDO
Vice-Líderes:
Weverton Rocha (1º Vice), Ronaldo Lessa, Pompeo de Mattos, Marcos Rogério e Mário Heringer.

SD
Líder: ARTHUR OLIVEIRA MAIA
Vice-Líderes:
Zé Silva (1º Vice), Jhc, Laercio Oliveira e Lucas Vergilio.

PCdoB
Líder: JANDIRA FEGHALI
Vice-Líderes:
Luciana Santos (1º Vice), Rubens Pereira Júnior e Chico Lopes.

PROS
Líder: DOMINGOS NETO
Vice-Líderes:
Rafael Motta e Beto Salame.

PSOL
Líder: CHICO ALENCAR
Vice-Líderes:
Jean Wyllys.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PTC
Repr.: ULDURICO JUNIOR
PSL
Repr.: MACEDO
PTdoB
Repr.: LUIS TIBÉ

Líderes de Partidos
que participam de Bloco Parlamentar

PMDB
Líder: LEONARDO PICCIANI
PSDB
Líder: CARLOS SAMPAIO
PP
Líder: EDUARDO DA FONTE
PSB
Líder: FERNANDO COELHO FILHO
PTB
Líder: JOVAIR ARANTES
PRB
Líder: CELSO RUSSOMANNO
PSC
Líder: ANDRE MOURA
PPS
Líder: RUBENS BUENO
PV
Líder: SARNEY FILHO
PHS
Líder: MARCELO ARO
PTN
Repr.: BACELAR
PMN

Repr.: HIRAN GONÇALVES

PRP

Repr.: JUSCELINO REZENDE FILHO

PSDC

Repr.: ALUISIO MENDES

PEN

Repr.:

PRTB

Repr.: CÍCERO ALMEIDA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Abel Salvador Mesquita Junior - PDT
Carlos Andrade - PHS
Edio Lopes - PMDB
Hiran Gonçalves - PMN
Jhonatan de Jesus - PRB
Maria Helena - PSB
Remídio Monai - PR
Shéridan - PSDB

Amapá

André Abdon - PRB
Cabuçu Borges - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Jozi Rocha - PTB
Marcos Reategui - PSC
Professora Marcivania - PT
Roberto Góes - PDT
Vinicius Gurgel - PR

Pará

Arnaldo Jordy - PPS
Beto Faro - PT
Beto Salame - PROS
Delegado Éder Mauro - PSD
Edmilson Rodrigues - PSOL
Elcione Barbalho - PMDB
Francisco Chapadinha - PSD
Hélio Leite - DEM
Joaquim Passarinho - PSD
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Júlia Marinho - PSC
Lúcio Vale - PR
Nilson Pinto - PSDB
Simone Morgado - PMDB
Wladimir Costa - SD
Zé Geraldo - PT

Amazonas

Alfredo Nascimento - PR
Arthur Virgílio Bisneto - PSDB
Átila Lins - PSD
Conceição Sampaio - PP
Hissa Abrahão - PPS
Marcos Rotta - PMDB
Pauderney Avelino - DEM
Silas Câmara - PSD

Rondônia

Expedito Netto - SD
Lindomar Garçon - PMDB
Lucio Mosquini - PMDB
Luiz Cláudio - PR
Marcos Rogério - PDT
Mariana Carvalho - PSDB
Marinha Raupp - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Alan Rick - PRB
Angelim - PT
César Messias - PSB
Flaviano Melo - PMDB
Jéssica Sales - PMDB
Leo de Brito - PT
Sibá Machado - PT
Wherles Rocha - PSDB

Tocantins

Carlos Henrique Gaguim - PMDB
César Halum - PRB
Dulce Miranda - PMDB
Irajá Abreu - PSD
Josi Nunes - PMDB
Lázaro Botelho - PP
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM
Vicentinho Júnior - PSB

Maranhão

Aluisio Mendes - PSDC
André Fufuca - PEN
Cleber Verde - PRB
Eliziane Gama - PPS
Hildo Rocha - PMDB
João Castelo - PSDB
João Marcelo - PMDB
José Reinaldo - PSB
Julião Amin - PDT
Junior Marreca - PEN
Juscelino Rezende Filho - PRP
Pedro Fernandes - PTB
Rubens Pereira Júnior - PCdoB
Sarney Filho - PV
Victor Mendes - PV
Waldir Maranhão - PP
Weverton Rocha - PDT
Zé Carlos - PT

Ceará

Adail Carneiro - PHS
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Balhmann - PROS
Arnon Bezerra - PTB
Cabo Sabino - PR
Chico Lopes - PCdoB
Danilo Forte - PMDB
Domingos Neto - PROS
Genecias Noronha - SD
Gorete Pereira - PR
José Airton Cirilo - PT
José Guimarães - PT
Leônidas Cristino - PROS
Luizianne Lins - PT
Macedo - PSL
Moroni Torgan - DEM
Moses Rodrigues - PPS
Odorico Monteiro - PT
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Ronaldo Martins - PRB
Vitor Valim - PMDB

Piauí

Assis Carvalho - PT
Átila Lira - PSB
Capitão Fábio Abreu - PTB
Heráclito Fortes - PSB
Iracema Portella - PP
Júlio Cesar - PSD
Marcelo Castro - PMDB
Paes Landim - PTB
Rejane Dias - PT
Rodrigo Martins - PSB

Rio Grande do Norte

Antônio Jácome - PMN
Beto Rosado - PP
Fábio Faria - PSD
Felipe Maia - DEM
Rafael Motta - PROS
Rogério Marinho - PSDB
Walter Alves - PMDB
Zenaide Maia - PR

Paraíba

Aguinaldo Ribeiro - PP
Benjamin Maranhão - SD
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM
Hugo Motta - PMDB
Luiz Couto - PT
Manoel Junior - PMDB
Pedro Cunha Lima - PSDB
Rômulo Gouveia - PSD
Veneziano Vital do Rêgo - PMDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Filho - PTB

Pernambuco

Adalberto Cavalcanti - PTB
Anderson Ferreira - PR
Augusto Coutinho - SD
Betinho Gomes - PSDB
Bruno Araújo - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PCdoB
Daniel Coelho - PSDB
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Monteiro - PP
Gonzaga Patriota - PSB
Jarbas Vasconcelos - PMDB
João Fernando Coutinho - PSB
Jorge Côrte Real - PTB
Kaio Maniçoba - PHS
Luciana Santos - PCdoB
Marinaldo Rosendo - PSB
Mendonça Filho - DEM
Pastor Eurico - PSB
Ricardo Teobaldo - PTB
Silvio Costa - PSC
Tadeu Alencar - PSB
Wolney Queiroz - PDT
Zeca Cavalcanti - PTB

Alagoas

Arthur Lira - PP
Cícero Almeida - PRTB
Givaldo Carimbão - PROS
Jhc - SD
Marx Beltrão - PMDB
Maurício Quintella Lessa - PR
Paulão - PT
Pedro Vilela - PSDB
Ronaldo Lessa - PDT

Sergipe

Adelson Barreto - PTB
Andre Moura - PSC
Fábio Mitidieri - PSD
Fabio Reis - PMDB
João Daniel - PT
Jony Marcos - PRB
Laercio Oliveira - SD
Valadares Filho - PSB

Bahia

Afonso Florence - PT
Alice Portugal - PCdoB
Antonio Brito - PTB
Antonio Imbassahy - PSDB
Arthur Oliveira Maia - SD
Bacelar - PTN
Bebeto - PSB
Benito Gama - PTB
Cacá Leão - PP
Caetano - PT
Claudio Cajado - DEM
Daniel Almeida - PCdoB
Davidson Magalhães - PCdoB
Elmar Nascimento - DEM
Erivelton Santana - PSC
Félix Mendonça Júnior - PDT
Fernando Torres - PSD
Irmão Lazaro - PSC
João Carlos Bacelar - PR
João Gualberto - PSDB
Jorge Solla - PT
José Carlos Aleluia - DEM
José Carlos Araújo - PSD
José Nunes - PSD
José Rocha - PR
Jutahy Junior - PSDB
Lucio Vieira Lima - PMDB
Márcio Marinho - PRB
Mário Negromonte Júnior - PP
Moema Gramacho - PT
Paulo Azi - DEM
Paulo Magalhães - PSD
Roberto Britto - PP
Ronaldo Carletto - PP
Sérgio Brito - PSD
Tia Eron - PRB
Uldurico Junior - PTC
Valmir Assunção - PT
Waldenor Pereira - PT

Minas Gerais

Adelmo Carneiro Leão - PT
Ademir Camilo - PROS
Aelton Freitas - PR

Bilac Pinto - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Brunny - PTC
Caio Narcio - PSDB
Carlos Melles - DEM
Dâmina Pereira - PMN
Delegado Edson Moreira - PTN
Diego Andrade - PSD
Dimas Fabiano - PP
Domingos Sávio - PSDB
Eduardo Barbosa - PSDB
Eros Biondini - PTB
Fábio Ramalho - PV
Gabriel Guimarães - PT
Jaime Martins - PSD
Jô Moraes - PCdoB
Júlio Delgado - PSB
Laudivio Carvalho - PMDB
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luis Tibé - PTdoB
Luiz Fernando Faria - PP
Marcelo Álvaro Antônio - PRP
Marcelo Aro - PHS
Marcos Montes - PSD
Marcus Pestana - PSDB
Margarida Salomão - PT
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Misael Varella - DEM
Newton Cardoso Jr - PMDB
Odelmo Leão - PP
Padre João - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Raquel Muniz - PSC
Reginaldo Lopes - PT
Renzo Braz - PP
Rodrigo de Castro - PSDB
Rodrigo Pacheco - PMDB
Saraiva Felipe - PMDB
Silas Brasileiro - PMDB
Stefano Aguiar - PSB
Subtenente Gonzaga - PDT
Tenente Lúcio - PSB
Toninho Pinheiro - PP
Wadson Ribeiro - PCdoB
Weliton Prado - PT
Zé Silva - SD

Espírito Santo

Carlos Manato - SD
Dr. Jorge Silva - PROS
Evair de Melo - PV
Givaldo Vieira - PT
Helder Salomão - PT
Lelo Coimbra - PMDB
Marcus Vicente - PP
Max Filho - PSDB
Paulo Foletto - PSB
Sergio Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Alessandro Molon - PT
Alexandre Valle - PRP
Altineu Côrtes - PR
Aureo - SD
Benedita da Silva - PT
Cabo Daciolo - PSOL
Celso Jacob - PMDB
Celso Pansera - PMDB
Chico Alencar - PSOL
Chico D'angelo - PT
Clarissa Garotinho - PR
Cristiane Brasil - PTB
Deley - PTB
Dr. João - PR
Eduardo Cunha - PMDB
Ezequiel Teixeira - SD
Fabiano Horta - PT
Felipe Bornier - PSD
Fernando Jordão - PMDB
Francisco Floriano - PR
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PROS
Indio da Costa - PSD
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
Jean Wyllys - PSOL
Julio Lopes - PP
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Carlos Ramos - PSDC
Luiz Sérgio - PT
Marcelo Matos - PDT
Marco Antônio Cabral - PMDB
Marcos Soares - PR
Marquinho Mendes - PMDB
Miro Teixeira - PROS
Otavio Leite - PSDB
Paulo Feijó - PR
Pedro Paulo - PMDB
Roberto Sales - PRB
Rodrigo Maia - DEM
Rosangela Gomes - PRB
Simão Sessim - PP
Soraya Santos - PMDB
Sóstenes Cavalcante - PSD
Walney Rocha - PTB
Washington Reis - PMDB

São Paulo

Alex Manente - PPS
Alexandre Leite - DEM
Ana Perugini - PT
Andres Sanchez - PT
Antonio Bulhões - PRB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Baleia Rossi - PMDB
Beto Mansur - PRB
Bruna Furlan - PSDB
Bruno Covas - PSDB
Capitão Augusto - PR
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Celso Russomanno - PRB
Dr. Sinval Malheiros - PV
Eduardo Bolsonaro - PSC
Eduardo Cury - PSDB
Eli Correa Filho - DEM
Evandro Gussi - PV
Fausto Pinato - PRB
Flavinho - PSB
Gilberto Nascimento - PSC
Goulart - PSD

Guilherme Mussi - PP
Herculano Passos - PSD
Ivan Valente - PSOL
Jefferson Campos - PSD
João Paulo Papa - PSDB
Jorge Tadeu Mudalen - DEM
José Mentor - PT
Keiko Ota - PSB
Lobbe Neto - PSDB
Luiz Lauro Filho - PSB
Luiza Erundina - PSB
Major Olimpio Gomes - PDT
Mara Gabrilli - PSDB
Marcelo Aguiar - DEM
Marcelo Squassoni - PRB
Marcio Alvino - PR
Miguel Haddad - PSDB
Miguel Lombardi - PR
Milton Monti - PR
Missionário José Olimpio - PP
Nelson Marquezelli - PTB
Nilto Tatto - PT
Orlando Silva - PCdoB
Paulo Freire - PR
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - SD
Paulo Teixeira - PT
Pr. Marco Feliciano - PSC
Renata Abreu - PTN
Ricardo Izar - PSD
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto Alves - PRB
Rodrigo Garcia - DEM
Samuel Moreira - PSDB
Sérgio Reis - PRB
Silvio Torres - PSDB
Tiririca - PR
Valmir Prascidelli - PT
Vanderlei Macris - PSDB
Vicente Candido - PT
Vicentinho - PT
Vinicius Carvalho - PRB
Vitor Lippi - PSDB
Walter Ihoshi - PSD
William Woo - PV

Mato Grosso

Adilton Sachetti - PSB
Carlos Bezerra - PMDB
Ezequiel Fonseca - PP
Fabio Garcia - PSB
Nilson Leitão - PSDB
Professor Victório Galli - PSC
Ságuas Moraes - PT
Valtenir Pereira - PROS

Distrito Federal

Alberto Fraga - DEM
Augusto Carvalho - SD
Erika Kokay - PT
Izalci - PSDB
Laerte Rodrigues de Bessa - PR
Rogério Rosso - PSD
Ronaldo Fonseca - PROS
Roney Nemer - PMDB

Goiás

Alexandre Baldy - PSDB
Célio Silveira - PSDB
Daniel Vilela - PMDB
Delegado Waldir - PSDB
Fábio Sousa - PSDB
Flávia Morais - PDT
Giuseppe Vecci - PSDB
Heuler Cruvinel - PSD
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Lucas Vergilio - SD
Magda Mofatto - PR
Marcos Abrão - PPS
Pedro Chaves - PMDB
Roberto Balestra - PP
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP

Mato Grosso do Sul

Carlos Marun - PMDB
Dagoberto - PDT
Elizeu Dionizio - SD
Geraldo Resende - PMDB
Mandetta - DEM
Tereza Cristina - PSB
Vander Loubet - PT
Zeca do Pt - PT

Paraná

Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Aliel Machado - PCdoB
Assis do Couto - PT
Christiane de Souza Yared - PTN
Diego Garcia - PHS
Dilceu Sperafico - PP
Edmar Arruda - PSC
Enio Verri - PT
Evandro Rogerio Roman - PSD
Giacobo - PR
Hermes Parcianello - PMDB
João Arruda - PMDB
Leandre - PV
Leopoldo Meyer - PSB
Luciano Ducci - PSB
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Luiz Nishimori - PR
Marcelo Belinati - PP
Nelson Meurer - PP
Osmar Bertoldi - DEM
Osmar Serraglio - PMDB
Ricardo Barros - PP
Rossoni - PSDB
Rubens Bueno - PPS
Sandro Alex - PPS
Sergio Souza - PMDB
Takayama - PSC
Toninho Wandscheer - PT
Zeca Dirceu - PT

Santa Catarina

Carmen Zanotto - PPS
Celso Maldaner - PMDB
Cesar Souza - PSD
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Esperidião Amin - PP
Geovania de Sá - PSDB
João Rodrigues - PSD
Jorge Boeira - PP
Jorginho Mello - PR
Marco Tebaldi - PSDB
Mauro Mariani - PMDB
Pedro Uczai - PT
Rogério Peninha Mendonça - PMDB
Ronaldo Benedet - PMDB
Valdir Colatto - PMDB

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Afonso Motta - PDT
Alceu Moreira - PMDB
Bohn Gass - PT
Carlos Gomes - PRB
Covatti Filho - PP
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD
Darcísio Perondi - PMDB
Fernando Marroni - PT
Giovani Cherini - PDT
Giovani Feltes - PMDB
Heitor Schuch - PSB
Henrique Fontana - PT
Jerônimo Goergen - PP
João Derly - PCdoB
José Otávio Germano - PP
Jose Stédile - PSB
Luis Carlos Heinze - PP
Luiz Carlos Busato - PTB
Márcio Biolchi - PMDB
Marco Maia - PT
Marcon - PT
Maria do Rosário - PT
Nelson Marchezan Junior - PSDB
Onyx Lorenzoni - DEM
Osmar Terra - PMDB
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Renato Molling - PP
Ronaldo Nogueira - PTB
Sérgio Moraes - PTB

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 34
Telefones: 3216-6403/6404/6406
FAX: 3216-6415

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 51
Telefones: 3216-6452 A 6458
FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Alexandra Zaban Bittencourt
Local: Anexo II,Térreo, Ala A, sala 19
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE CULTURA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Nádia Lúcia das Neves Raposo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - salas 168/169-C
Telefones: 3216-6942 a 6947

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Hérica Pimentel Brito de Souza
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Marcelo Brandão Lapa
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala T170
Telefones: 3216-6621/6622/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DO ESPORTE

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Ana Cristina Oliveira
Local: Sala nº 2 ala C, térreo, do Anexo II
Telefones: 3216-6351

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 3216-6652/6655/6657
FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Luiz Paulo Pieri
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 3216-6671 A 6675
FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Idelfonso Vidal Salmito
Local: Anexo II, Sala 55, Ala A, Térreo
Telefones: 3216-6432
FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Claudio Ribeiro Paes
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6699

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Edilson Holanda Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 3216-6761 / 6762
FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Rubens Gomes Carneiro Filho
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): José Mauro Meira Magalhães
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Ana Katia Martins Bertholdo
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833
FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

Secretário(a): Admar Pires dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 3216-6853 A 6856
FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 344-A, DE 2013, DO SR. MENDONÇA FILHO E OUTROS, QUE "ALTERA O ART. 17 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONDICIONANDO O ACESSO DOS PARTIDOS POLÍTICOS AO FUNDO PARTIDÁRIO E AO USO GRATUITO DO RÁDIO E DA TELEVISÃO A PRÉVIA DISPUTA ELEITORAL E À ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS OU O SENADO FEDERAL", E APENSADAS

Presidente: Rodrigo Maia (DEM)
1º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
2º Vice-Presidente: Marcus Pestana (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Marcelo Castro (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alceu Moreira	Adail Carneiro
Antonio Bulhões	Afonso Hamm
Arthur Oliveira Maia	Bacelar
Benito Gama	César Halum
Edmar Arruda	Danilo Forte
Esperidião Amin	Julio Lopes
Leonardo Picciani	Lelo Coimbra
Marcelo Aro	Lucas Vergilio
Marcelo Castro	Lucio Vieira Lima
Pedro Fernandes	Manoel Junior
Renata Abreu	Mendonça Filho
Renato Molling	Paes Landim
Rodrigo Maia	Raquel Muniz
Veneziano Vital do Rêgo	Ronaldo Nogueira
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Carlos Zarattini	Átila Lins
Daniel Almeida	Capitão Augusto
Henrique Fontana	Diego Andrade
Indio da Costa	Gorete Pereira
Joaquim Passarinho	Leônidas Cristino
Lincoln Portela	Margarida Salomão
Milton Monti	Odorico Monteiro
Moema Gramacho	Orlando Silva
Rubens Otoni	Padre João
Valtenir Pereira	Zé Carlos
PSDB/PSB/PPS/PV	
Luciano Ducci	Antonio Carlos Mendes Thame
Marcus Pestana	Arnaldo Jordy
Max Filho	Evandro Gussi
Sandro Alex	Fábio Sousa
Silvio Torres	Luiza Erundina
Tadeu Alencar	Marinaldo Rosendo
Victor Mendes	Samuel Moreira
PDT	

Afonso Motta Félix Mendonça Júnior

PSOL

Chico Alencar Jean Wyllys

PTC

Uldurico Junior Brunny

Secretário(a): Regina Pereira Games
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

Edição de hoje: 344

páginas (O.S. 10520/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL